

# CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

**Desafios metodológicos e resultados empíricos**

**Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)**



**Atena**  
Editora

**Ano 2021**

# CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

**Desafios metodológicos e resultados empíricos**

**Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)**



**Atena**  
Editora

**Ano 2021**

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Ciências sociais aplicadas: desafios metodológicos e resultados empíricos

**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Luciana Pavowski Franco Silvestre

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências sociais aplicadas: desafios metodológicos e resultados empíricos / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-156-2

DOI 10.22533/at.ed.562211406

1. Ciências sociais. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Ciências Sociais Aplicadas: Desafios metodológicos e resultados empíricos”. Com temáticas relevantes em relação a área de Ciências Sociais, são apresentados ao todo vinte e seis artigos organizados em seis principais temáticas.

Os artigos possibilitam o acesso a análises que objetivam reconhecer metodologias de pesquisas e de ensino, além de aproximações e aprofundamentos analíticos voltados para as áreas de educação, relações comerciais e de mercado, manifestações culturais e midiáticas, relações estabelecidas entre religião e política, tecnologia e impactos na vida cotidiana e por fim meio ambiente e contextos rurais.

Nos artigos em que são tratados os processos educacionais e de ensino, são realizadas análises e reflexões sobre metodologias e processos de gestão.

As relações comerciais e de mercado são pautadas com pesquisas voltadas para a análise dos impactos da pandemia, relações jurídicas e governança corporativa, enquanto as manifestações culturais foram pesquisadas a partir do reconhecimento do impacto e da interferência da mídia nas relações sociais contemporâneas.

As pesquisas com temáticas voltadas para a religião, possibilitam reflexões e análises com a questão política e relações sociais permeadas por modelos e posicionamentos diante dos processos de exclusão e desigualdades existentes.

As possibilidades de interação e inclusão são pautadas nas pesquisas que tratam da tecnologia enquanto ferramentas estratégicas para resolução de questões postas para pessoas com deficiência, entre as diferentes gerações e também nas relações empresariais.

Por fim, o meio ambiente é contemplado em pesquisas que relacionam a temática com o patrimônio cultural, unidades de conservação e gestão de cobertura vegetal.

Com temática contemporânea e relevante, espera-se com os artigos apresentados neste e-book a socialização de pesquisas realizadas, bem como, a contribuição para realização de novos questionamentos e análises das temáticas a partir de diferentes perspectivas teóricas.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### **METODOLOGIA QUALITATIVA E QUANTITATIVA: PERSPECTIVAS CONVERGENTES NA PESQUISA EMPÍRICA**

Francisco Mesquita de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.5622114061**

### **CAPÍTULO 2..... 12**

#### **METODOLOGIAS DE ENSINO EM CONTABILIDADE: PERCEÇÃO DE DISCENTES BRASILEIROS E ANGOLANOS**

Kuama Berline Manuel

Antônio Carlos Ribeiro da Silva

Thayse Santos da Cruz

José Venâncio Ferreira Neto

Erisson Souza Barreto da Cruz

**DOI 10.22533/at.ed.5622114062**

### **CAPÍTULO 3..... 28**

#### **GRAU DE ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA EM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO**

Fabrizio Meller da Silva

Natália Ferraz de Araújo

Taynara Maria Johann Batista

Vanderlei da Silva Sampaio

**DOI 10.22533/at.ed.5622114063**

### **CAPÍTULO 4..... 48**

#### **O EFEITO DA REPETIÇÃO DE TAREFA NA PRODUÇÃO ORAL EM PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA**

Benedita Maria do Socorro Campos de Sousa

**DOI 10.22533/at.ed.5622114064**

### **CAPÍTULO 5..... 66**

#### **APLICAÇÃO DA GESTÃO ESTRATÉGICA NO CONTEXTO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES**

Marcos Vinícius Mendonça Andrade

Ana Rosa dos Santos

**DOI 10.22533/at.ed.5622114065**

### **CAPÍTULO 6..... 81**

#### **COVID-19: IMPACTOS NAS VENDAS DE PRODUTOS DE GIRO RÁPIDO NO ANO DE 2020 DURANTE A PANDEMIA**

José de Figueiredo Belém

Daniel de Melo Moraes

Greice Kally Oliveira Batista

Cícera Vanessa Lins Ferreira

Cícero Alessandro Brito Barbosa

**DOI 10.22533/at.ed.5622114066**

<b>CAPÍTULO 7.....</b>	<b>94</b>
O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES, DO ESTADO E DO MERCADO NA EXPANSÃO DA FRONTEIRA CAPITALISTA NO ESTADO DO PARÁ: UMA BREVE ANÁLISE	
André Cutrim Carvalho	
Pere Petit	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5622114067</b>	
<b>CAPÍTULO 8.....</b>	<b>107</b>
PLANO DE NEGÓCIOS - NUTRI & <i>FOOD</i>	
Rafaela de Oliveira Melo Salgado de Sabóia	
Antônio Carlos Magalhães da Silva	
José Antônio Menezes Varanda	
Maisa Sandra de Sá Bezerra	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5622114068</b>	
<b>CAPÍTULO 9.....</b>	<b>121</b>
CONVERGÊNCIAS ENTRE GESTÃO PÚBLICA, ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E TEORIAS SOBRE AS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS: O CASE TÁXIGOV	
Elson Cedro Mira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5622114069</b>	
<b>CAPÍTULO 10.....</b>	<b>138</b>
RELAÇÃO JURÍDICA E RELAÇÃO ECONÔMICA: UM PONTO DE CONTATO EM HOBBS	
João Pedro Lopes Fernandes	
Matheus Correa de Sousa Heleno	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56221140610</b>	
<b>CAPÍTULO 11.....</b>	<b>155</b>
RENTABILIDADE DAS EMPRESAS LISTADAS NO NÍVEL 2 DE GOVERNANÇA CORPORATIVA NA BM&FBOVESPA	
Andressa Bender	
André Luiz Comunelo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56221140611</b>	
<b>CAPÍTULO 12.....</b>	<b>170</b>
AS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS EM UM CENÁRIO DOMINADO PELA MIDIATIZAÇÃO: O MOVIMENTO FEIRA COLETIVO CULTURAL	
Daniela Costa Ribeiro	
Fabiola Barbosa Pinheiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56221140612</b>	
<b>CAPÍTULO 13.....</b>	<b>181</b>
A JUVENTUDE CRIMINOSA: UMA PERSPECTIVA MIDIÁTICA	
Amanda Santos Nogueira	
Maria Gorett Freire Vitiello	
Tales Leon Biazão Sanches	
Vera Lucia Tieko Suguihiro	

Eliza Adriana Sheuer Nantes  
DOI 10.22533/at.ed.56221140613

**CAPÍTULO 14..... 188**

DOM ADRIANO – O BISPO COMUNISTA

Adriana Bastos Kronemberger

DOI 10.22533/at.ed.56221140614

**CAPÍTULO 15..... 196**

RELIGIÕES POPULARES E CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA: INTERFACES ENTRE  
CONCEPÇÕES MÁGICAS E SECULARES

Rodrigo Marques Leistner

DOI 10.22533/at.ed.56221140615

**CAPÍTULO 16..... 212**

A ICONOGRAFIA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

Christiane Meier

DOI 10.22533/at.ed.56221140616

**CAPÍTULO 17..... 228**

PRODUÇÃO DE DISPOSITIVOS PARA AUXILIAR PORTADORES DE DEFICIÊNCIA NOS  
MEMBROS SUPERIORES NA UTILIZAÇÃO DE APARELHOS ELETRÔNICOS COMO  
CELULARES E SMARTPHONES

Luisa Gmach Taffarel

Nathália Magalhães Gonçalves

Cornélio Schwambach

DOI 10.22533/at.ed.56221140617

**CAPÍTULO 18..... 238**

INTERAÇÕES TEMPORAIS NA ERA DA CONVERGÊNCIA: PERSPECTIVAS DAS  
GERAÇÕES Y E Z NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

Moisés Cardoso

Álvaro Nunes Larangeira

Alexandre Artur Kumm

DOI 10.22533/at.ed.56221140618

**CAPÍTULO 19..... 255**

MARKETING DIGITAL - ESTRATÉGIA COMPETITIVA DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES:  
UM ESTUDO DE CASO EM UMA REDE EMPRESARIAL NA REGIÃO DO CARIRI, CE

Francisco Wagner Alves da Silva

Márcia Maria Leite Lima

Pedro Ferreira de Lima

DOI 10.22533/at.ed.56221140619

**CAPÍTULO 20..... 269**

EMISSIONES DE GASES EFEITO ESTUFA NA PRODUÇÃO DE *COFFEA CANEPHORA*

Nilmar Diogo dos Reis

Fúlvio Antas Gibello

Jaqueline Severino da Costa  
Luiz Gonzaga de Castro de Junior  
Renato Elias Fontes  
André Luís Machado

**DOI 10.22533/at.ed.56221140620**

**CAPÍTULO 21.....287**

**PAISAGEM CULTURAL: ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO E GESTÃO**

Clodomir Barros Pereira Junior  
Sandra Millicent Xavier Alves  
Ingrid Carvalho

**DOI 10.22533/at.ed.56221140621**

**CAPÍTULO 22.....299**

**IDENTIFICAÇÃO DA FRAGILIDADE AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO  
COMO SUPORTE AO PLANEJAMENTO, GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA UNIDADE:  
ESTUDO DE CASO DO PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS GERAIS**

Ronaldo Ferreira Maganhotto  
Letícia Silva de Moraes  
Marciel Lohmann  
Jairo de Oliveira Calderari Junior  
Luiz Claudio de Paula Souza  
Diogo Luders Fernandes

**DOI 10.22533/at.ed.56221140622**

**CAPÍTULO 23.....313**

**IMPACTO GERADO PELA ADOÇÃO DA CERTIFICAÇÃO FAIRTRADE PARA  
PRODUTORES DE CAFÉ: UMA ANÁLISE SOBRE A ÓTICA ECONÔMICA E SOCIAL**

Nilmar Diogo dos Reis  
Marina de Barros  
Luiz Gonzaga de Castro de Junior  
Antonio Carlos  
Jaqueline Severino da Costa

**DOI 10.22533/at.ed.56221140623**

**CAPÍTULO 24.....330**

**INVISIBILIDADE DO QUE É VISIVEL NOS CONTEXTOS RURAIS**

Laércio de Souza  
Lucia Helena de Souza Martins  
Valmor Schiochet  
Luciano Félix Florit

**DOI 10.22533/at.ed.56221140624**

**CAPÍTULO 25.....343**

**PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO PARA UM PRODUTO DA LINHA DE MUDAS DE  
FLORES**

Ana Carolina Althaus Bittencourt  
Elian Mokfa Braciak

Bruna de Picoli  
Rafaela Morgan  
Luciane Fátima Nardi  
Alaércio de Paris  
Olivan Borges Greiner  
Luciana Maria Bernstein Pavan  
Rosângela Marcia Weippert  
**DOI 10.22533/at.ed.56221140625**

**CAPÍTULO 26.....355**

**AGENDAS PESSOAIS ENQUANTO EGODOCUMENTO: A REFLEXÃO ÍNTIMA NO ACERVO DA DR<sup>a</sup>. GILBERTA BENSABATH**

Augusto César Luiz Britto  
Ana Paula Silva de Souza  
Analaura Corradi

**DOI 10.22533/at.ed.56221140626**

**SOBRE A ORGANIZADORA.....363**

**ÍNDICE REMISSIVO.....364**

# CAPÍTULO 1

## METODOLOGIA QUALITATIVA E QUANTITATIVA: PERSPECTIVAS CONVERGENTES NA PESQUISA EMPÍRICA

*Data de aceite: 01/06/2021*

### **Francisco Mesquita de Oliveira**

Mestre em Ciências Políticas e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco –UFPE  
Professor associado na UFPI.  
<http://lattes.cnpq.br/7265838320213992>

**RESUMO:** O presente texto articula elementos da metodologia qualitativa com a metodologia quantitativa, argumentando sobre a importância dessa convergência em pesquisa empírica, como pode-se observar da construção do perfil e análise das práticas dos delegados do Conselho da Administração Participativa de Camaragibe, Pernambuco (2003), com ênfase no grau de instrução, inserção participativa, composição e comportamento nos processos de deliberação de políticas públicas locais. Na metodologia qualitativa, utiliza-se a observação não participante, o questionário de entrevista semiestruturado para a coleta de dados e análises de conteúdo. Com a metodologia quantitativa trabalha-se os dados numéricos e o perfil dos conselheiros. A metodologia foi elemento central para conduzir a investigação a apontar alguns elementos que caracterizam atitudes e comportamento dos conselheiros.

**PALAVRAS - CHAVE:** Metodologia qualitativa e quantitativa. Técnicas de pesquisa. Controle social.

### QUALITATIVE AND QUANTITATIVE METHODOLOGY: CONVERGENT PERSPECTIVES IN THE EMPIRICAL RESEARCH

**ABSTRACT:** The following article articulates elements of qualitative and quantitative methodology, arguing about the importance of this convergence in the empirical research, as the example of the construction of the profile and analysis of the practicing Camaragibe's Board of participative Administration's employees, Pernambuco (2003), that took emphasis in the level of instruction, participative insertion, composition and behavior in the local public politic's deliberation process. In the qualitative methodology, the non-participative observation was utilized, in alliance with the interview's semistructured questionnaire, to collect data and analyze content. In the quantitative methodology, the work consists of numerical data and councilor's profiles. The methodology was the central element to guide the investigation to point out some of the elements that characterizes the action and behavior of the councilors.

**KEYWORDS:** Qualitative and quantitative methodology. Research technics. Social control.

### INTRODUÇÃO

Partimos de uma visão ampla sobre metodologia, entendida enquanto “procedimentos e regras utilizadas para se atingir determinados objetivos” (Richardson, 1999: 22), que perpassa todo o processo da pesquisa, a partir da organização e

processamento das primeiras idéias, até o momento de sua conclusão, e não apenas como momentos estanques, voltados para a coleta e processamento de dados empíricos dissociado da teoria. O autor acima referido dar a seguinte orientação: “assim, ainda que seja muito comum a realização de pesquisas para benefício próprio do pesquisador, não devemos esquecer de que o objetivo último das Ciências Sociais é o desenvolvimento do ser humano” (Richardson, 1999: 16). Reside nesse elemento, o desenvolvimento do ser humano, a finalidade da pesquisa social e, portanto, a necessidade de utilizar uma metodologia coerente com o seu desenvolvimento.

Na pesquisa social a metodologia tem função de lançar luzes sobre o problema a ser investigado. Neste ensaio, parte de um estudo mais amplo, nos dedicamos ao diálogo metodológico que focou a análise das práticas comportamentais na participação dos delegados<sup>1</sup> do Conselho da Administração Participativa de Camaragibe (município da região metropolitana do Recife, Pernambuco). O problema que a metodologia que aqui analisamos se propôs a clarear pode ser sintetizado nas seguintes questões: Por que ocorrem mudanças e permanências nas práticas participativas dos delegados do Conselho de Administração Participativa de Camaragibe? Quais os comportamentos dos delegados na sua atuação social?

Antes mesmo de analisar os dados empíricos acerca do problema investigado, esboçamos o referencial teórico que consistiu em um pano de fundo para o exame dos dados empíricos e, ao mesmo tempo, a estruturação e sustentação teórica do estudo, a partir de acúmulos sobre a configuração e fortalecimento da sociedade civil<sup>2</sup> no processo de democratização do Estado brasileiro. Na outra ponta, também nessa perspectiva de fortalecer o esboço teórico da pesquisa empírica, percorremos o caminho da construção da cidadania<sup>3</sup> em seus diversos momentos e indícios da construção de uma cultura política participativa. E, transversalmente, abordamos a questão da democracia participativa, participação direta de cidadãos em processos de deliberação de setores do Estado, como resultante da participação de cidadãos e sujeitos sociais coletivos numa visão de complementaridade à democracia representativa. As categorias teóricas foram clareadas pela metodologia que conduziu a teoria à explicação do fenômeno analisado, no caso, as práticas sociais e políticas dos conselheiros do Conselho da Administração Participativa do município de Camaragibe.

A análise dessa problemática se beneficiou da associação dos métodos qualitativo e quantitativo, hoje possível nas ciências sociais. A metodologia qualitativa tem se afirmado cada vez mais como um poderoso mecanismo capaz de responder exigências das pesquisas sociais com vista em explicar as complexidades dos fenômenos sociais. Por

1 Lideranças comunitárias eleitas pela comunidade para representá-la nas discussões e negociações da gestão pública em defesa das demandas sociais para a comunidade.

2 Sociedade civil aqui é entendida como pluralidade de organizações, grupos, movimentos, que constroem relações sociais e políticas na sociedade em geral e com o Estado.

3 Cidadania ativa pressupõe a participação popular como possibilidade de criação, transformação e controle social sobre o poder, ou os poderes (Benevides, 2002, p. 20).

metodologia qualitativa entende-se um conjunto de procedimentos exercidos a partir de uma sistemática que adota o uso de técnicas específicas como a observação participante, observação não participante, etnografia, grupo focal, entrevista interpretativa, história de vida, entrevistas etnográficas, análise de discurso, de conteúdos, de documentos escritos e documentos visuais auditivos<sup>4</sup> (Sautu, 2005). A metodologia quantitativa prioriza técnicas de quantificação tanto para a coleta das informações como para o tratamento dos dados, por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples, como porcentagem, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação e análise de regressão (Richardson, 1999: 70). Aprofundaremos mais estes métodos no ponto seguinte do ensaio.

## **METODOLOGIA QUALITATIVA E QUANTITATIVA**

A metodologia qualitativa tem uma ênfase maior em “aspectos epistemológicos” com a preocupação de produzir explicações axiológicas e éticas. No escopo teórico, a pesquisa qualitativa se fundamenta em conceitos e, ao mesmo tempo, busca a explicação de conceitos mais abstratos, relacionados às ações do cotidiano dos indivíduos na sociedade. As práticas sociais dos indivíduos e instituições, unidades de análises, constituem-se o foco para a pesquisa qualitativa.

No entanto, o uso das técnicas da metodologia qualitativa exige do pesquisador segurança, conhecimento da técnica metodológica, em relação ao seu manuseio, o domínio do método que pode ser etnográfico, estudo de casos, grupos focais..., pois, a utilização da metodologia, dependendo do que busca o pesquisador, favorece uma inserção na vida dos sujeitos pesquisados. Neste caso, o pesquisador deve saber até onde ele pode avançar com a investigação, mantendo-se a uma distância razoável do objeto para não influenciar os resultados do estudo e nem se envolver, pelo menos durante a pesquisa, com a situação dos pesquisados. Isto não quer dizer neutralidade científica ou metodológica, definida como “postura farsante, por ingenuidade, ou por esperteza” (Demo, 1995). Ao pesquisador cabe a tarefa de munir-se das técnicas adequadas para explicar a realidade do fenômeno realmente como ela é. Não cabe ao pesquisador criar a realidade do fenômeno, mas aceitá-la e explicá-la analiticamente.

Sobre o uso de técnicas de investigação qualitativa, Thiollent faz uma importante advertência: “as técnicas de pesquisa não deveriam ser ensinadas [utilizadas] como receitas ou instrumentos neutros e intercambiáveis, mas sim como dispositivos de obtenção de informação cujas qualidades, limitações, distorções devem ser metodologicamente controladas” (Thiollent, 1982: 22). As técnicas são flexíveis e adaptáveis à realidade dos

---

4 Para maior aprofundamento sobre as técnicas aqui citadas ver: crítica metodológica, investigação social e enquête operária (Thiollent, 1982); variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva (Queiroz, 1991); amiséria do mundo (Bourdieu, 1999); análise de conteúdo (Bardin, 1977); pesquisa social: teoria, método e criatividade (Souza, 1999); pesquisa qualitativa com texto imagem e som (Gaskell, 2002); discurso e mudança social (Fairclough, 2001); metodologias qualitativas na sociologia (Haguette, 2000); e metodologia científica em ciências sociais (Demo, 1995).

fenômenos. Utilizá-las como uma camisa de força é um erro metodológico que, se não reparado a tempo, pode engessar e distorcer a explicação da realidade. Por outro lado, a própria realidade social é dinâmica, o que indica a necessidade de a metodologia conter técnicas capazes de responder ao dinamismo da realidade. Isto requer do pesquisador cuidado e conhecimentos metodológicos e epistemológicos.

A epistemologia também tem grande importância para o autor acima mencionado, diz ele:

“a epistemologia não deveria ser ensinada como disciplina em si, nem se especializar nos mais abstratos problemas, ou, até, nas aporias do conhecimento humano. Trata-se de delinear uma epistemologia propriamente sociológica, voltada ao controle dos processos de investigação. Nessa linha a metodologia é considerada como um ‘ramo’ da epistemologia que se especializa no controle das técnicas de pesquisa e na obtenção dos dados, a epistemologia estabelece as seleções ou rupturas conceituais necessárias e, em associação com a lógica, controla o cotejo dos dados com os elementos teóricos, a verificação de enunciados hipotéticos e a estrutura de conhecimento em elaboração” (Thiollent, 1985).

Esta afirmativa nos dar uma noção mais completa do caminho metodológico a ser seguido em uma pesquisa social e evidencia muito claramente as exigências para o pesquisador empreender uma boa pesquisa de base qualitativa.

A metodologia quantitativa se fundamenta em modelo que postula a relação entre diversas variáveis e uma teoria observacional onde se apóiam as definições das variáveis (Sautu, 2005). As técnicas de quantificação estabelecem comparações entre valores absolutos, médias, percentagens e coeficientes de um determinado fenômeno. No método quantitativo, as técnicas também podem ser definidas como questionários estruturados, de preferência com questões fechadas, recopilação de dados existentes (a exemplo de dados apresentados pelo IBGE); análise de conteúdos e de material visual auditivo, entre outros. Os métodos mais usados são o experimental, enquête e análise quantitativa de dados (Sautu, 2005). Quase sempre a metodologia quantitativa tem como auxiliar instrumentos matemáticos e, agora, também os da informática. O exemplo mais adequado para este tipo de metodologia é, atualmente, o uso de softwares de análise de dados em grande quantidade como o SPSS, um poderoso instrumento de análise de dados usado, especialmente, em estudos estatísticos adotado igualmente pelas ciências sociais. Uma das vantagens do SPSS é que ele estabelece as correlações entre as variáveis e determina o coeficiente estatístico que facilita o pesquisador aceitar ou rejeitar as variáveis e hipóteses, bem como estabelece o valor de médias e recessão. Além disso, possibilita ao pesquisador realizar grande quantidade de cruzamentos entre variáveis para precisar o poder de explicação e predição do fenômeno.

Analisando o uso dos dois métodos acima discutidos, não está dito que a utilização de um, necessariamente, exclua o uso do outro. A utilização da metodologia qualitativa, por

exemplo, não exclui o uso de técnica quantitativa, ou vice-versa. Como afirmamos acima, atualmente muitos pesquisadores têm usado a associação de técnicas dos dois métodos na explicação de fenômenos sociais. Nesse sentido, se um pesquisador quer saber *quantas* mulheres de uma determinada comunidade acessa os serviços públicos de saúde e *quanto* daquele acesso representa no total das mulheres da localidade, o pesquisador deveria lançar mão de técnicas da metodologia quantitativa. Porém, se o mesmo pesquisador, além de querer saber sobre os índices de acesso ao serviço público de saúde por parte das mulheres, quiser analisar a *qualidade* daquele serviço, ele necessita recorrer às técnicas da metodologia qualitativa. Não há nada de errado ou de anormal no uso de técnicas desses dois métodos, desde que o pesquisador se cerque de conhecimento das metodologias para não haver incompatibilidade nem incongruência nas técnicas.

Neste aspecto, o que determina o tipo de metodologia a ser utilizada em uma pesquisa social é a natureza do objeto a ser investigado e o tipo de explicação sobre a qual o pesquisador deseja oferecer à sociedade. Haguette, analisando Lazarsfeld, afirma que existem três situações em que se requer atenção para os indicadores qualitativos:

“**a)** situações nas quais a evidência qualitativa substitui a simples informação estatística relacionada à épocas passadas; **b)** situações nas quais a evidência qualitativa é usada para captar dados psicológicos que são reprimidos ou não facilmente articulados como atitude, motivos, pressupostos, quadro de referência etc.; **c)** situações nas quais simples observações qualitativas são usadas como indicadores do funcionamento complexo de estruturas e organizações complexas que são difíceis de submeter à observação direta” (Haguette, 2000: 64).

O exemplo que demos acima se encaixa no primeiro requisito de Lazarsfeld, pois o exame de fenômenos, na perspectiva qualitativa, extrapola informações quantitativas, uma vez que o pesquisador esteja interessado em algo que diga respeito ao *por que* da existência do fenômeno, de seu comportamento, de sua atuação, ou ainda, como o fenômeno se comporta diante de determinada situação. A combinação de metodologias não pressupõe hierarquização de métodos e técnicas. O pesquisador, se necessário, pode se socorrer de qualquer um dos métodos, qualitativo ou quantitativo, tendo como parâmetro o uso adequado das técnicas e a interação entre elas, se for usar de forma associada, de modo que explique a realidade do fenômeno estudado exatamente como ela é.

### **Adequação entre metodologia e teoria**

A articulação entre as categorias teóricas e a escolha de técnicas metodológicas adequadas no estudo de fenômeno é condição *sine qua non* para o bom êxito de trabalho científico nas ciências sociais. A pesquisa que desenvolvemos, intitulada “Cidadania e Cultura Política no Poder Local: O Conselho da Administração Participativa de Camaragibe – PE” (2003), possibilita a reflexão da metodologia utilizada e aponta para procedimentos metodológicos tanto da metodologia qualitativa quanto metodologia quantitativa.

Neste aspecto, trabalhamos com três técnicas específicas: primeiro, a análise de conteúdo (seleção e leitura de material bibliográfico e documentos relativos ao objeto de estudo: atas de reuniões, relatórios de eventos, textos, fichas, folhetos, portarias e legislações) relativos ao objeto da pesquisa. Depois, para constituir o sujeito direto da pesquisa, aplicamos o estudo exploratório com os movimentos populares de Camaragibe, o qual possibilitou um mapeamento de mais de trinta movimentos. O estudo exploratório pode facilitar a definição do sujeito da pesquisa e da técnica metodológica a ser utilizada para a coleta de informações. Para a seleção criamos alguns critérios, tais como: residentes no centro e nos bairros da cidade, tempo de atuação no grupo, capacidade de articulação com outros movimentos no município e fora do município, participação de homens e mulheres, participação em conselhos setoriais de políticas públicas, dinâmica de funcionamento e graus de relação com o poder público local.

Com esses passos realizados, aplicamos a segunda técnica, o questionário de entrevista (conjunto de perguntas sistematizadas e ordenadas previamente) distribuído em três partes: identidade e perfil dos entrevistados<sup>5</sup>, sobre a participação dos conselheiros no conselho e sobre as práticas políticas dos conselheiros e da gestão pública municipal. Em cada uma dessas partes inserimos um conjunto de perguntas abertas (para análise qualitativa) e perguntas fechadas (para análise através do método quantitativo). Mas, antes da aplicação definitiva, treinamos um grupo de três estudantes para a aplicação dos questionários e realizamos um pré-teste com aplicação de 05 entrevistas. O pré-teste serve para observar a consistência, as incongruências e distorções do instrumento. Constatamos tais limites, ou alguns deles, procedemos a mais uma correção. Para esta parte da coleta de informações o estudo exploratório ajudou na constituição dos sujeitos da pesquisa que se constituiu em um grupo de 23 pessoas, distribuídas da seguinte forma: 20 conselheiros, incluindo toda a coordenação do conselho e mais 03 membros da coordenação política do governo municipal<sup>6</sup>, sendo que 02 destes também são coordenadores do conselho. Aos conselheiros foi aplicado o questionário. Com os membros do governo fizemos entrevistas gravadas, com roteiro previamente estruturado – pauta de assuntos a serem abordados na entrevista.

Na terceira técnica utilizamos a observação não participante (presença observante na atividade dos sujeitos pesquisados sem intervir no seu funcionamento), durante três meses de reuniões do conselho no período de janeiro a abril de 2003. Tivemos, ainda, em observação não participante no seminário interno de avaliação e planejamento da gestão e no seminário de discussão das políticas gerais do município, intitulado 7º Fórum da Cidade.

Em síntese, a metodologia adotada para a realização desse estudo consistiu de um misto da metodologia qualitativa com a metodologia quantitativa. Do método qualitativo, utilizamos a técnica da observação não participante e análise de conteúdo, enquanto da

<sup>5</sup> Nome, idade, sexo, endereço, grau de escolaridade e situação profissional

<sup>6</sup> A coordenação do governo é composta pelo prefeito, secretário de planejamento e a secretária de governo. Os dois secretários estavam na coordenação do Conselho

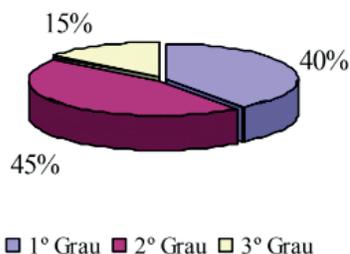
metodologia quantitativa foram trabalhados o perfil dos entrevistados e a mensuração dos dados numéricos. Considerando a pequena quantidade de questionários aplicados, preferimos trabalhar com o software Excel, apesar de ele não ser tão apropriado para análise de dado, como é o SPSS, ajuda no sentido de os valores numéricos serem os mais precisos possíveis.

### **Perfil, atitude e comportamento dos delegados**

O Conselho dos Delegados da Administração Participativa de Camaragibe-PE se constitui em um espaço de debate sobre as políticas locais, o andamento da gestão, a democratização do município, mas também é espaço de reclamação e de diálogo. Nas reuniões, observamos que os conselheiros demonstravam interesse pelo conselho e alguns participavam de forma marcante nos debates, propondo, criticando, interpelando os gestores, enquanto outros participavam menos. Entre as propostas que alguns defendiam está a que almeja maior afirmação do conselho como um espaço de diálogo com os gestores.

A análise dos dados obtidos a partir do questionário respondido pelos conselheiros, contribuiu para identificar o seu perfil, a atuação na gestão e os interesses em torno da participação e da cidadania por parte dos delegados. No perfil, categorizamos a faixa etária dos entrevistados em três grupos: de 25 a 35 anos, com 06 pessoas; de 36 a 50, com 11 e somente 03 com idade acima de 51 anos. A pesquisa abordou 20 conselheiros de um conjunto de 64, atingindo uma porcentagem de aproximadamente 31% do total. Quanto à identificação por sexo, a pesquisa atinge o público 40% feminino e 60% masculino. Sobre o grau de instrução dos entrevistados, se distribuem conforme o gráfico abaixo:

**Gráfico N° 01 - Grau de instrução dos entrevistados**



Consideramos o grau de instrução dos pesquisados relativamente bom, pois 85% dos entrevistados têm cursos de primeiro e segundo graus. Entre os homens, 7 têm o primeiro grau, e 05 o segundo grau. Entre as mulheres, 02 têm o primeiro grau, 03 o

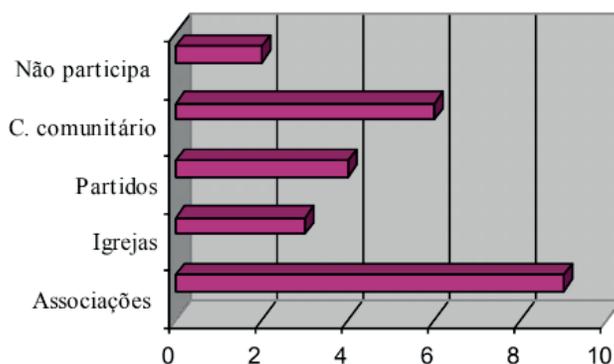
segundo e 03 têm curso superior.

Sobre a participação dos entrevistados no Conselho de Delegados da Administração Participativa, os dados apontam para uma participação mais voltada para a conquista de demandas localizadas e imediatas do que para o desenvolvimento estratégico do município, apesar de o Conselho discutir questões gerais da gestão.

Quanto à inserção dos conselheiros nos movimentos sociais, perguntamos de qual organização social desse tipo ele participava: associações de moradores, sindicatos, Igreja, ONG, partido político e conselho comunitário. Os resultados surpreendem pelo alto grau de envolvimento deles com as organizações sociais do município. Do total, apenas 02 não participavam de organização social. Portanto, 18 participavam de uma ou mais dessas organizações. Isso indica que nessa gestão, provavelmente, a maioria dos conselheiros da Administração Participativa é oriunda dos movimentos populares do município.

Porém eles não representam sua organização no conselho, uma vez que se candidatam como cidadãos e não como representantes da organização da qual participam. Como a votação é aberta a todos os cidadãos, em dia e hora marcada com lista previamente organizada, as chances de um cidadão sem vínculo com uma organização de se eleger seria a mesma do cidadão que pertencesse a uma entidade. No entanto, não é bem assim, pois o cidadão que já tem vínculo social organizativo, a princípio poderia ser mais conhecido na comunidade e a própria organização a que ele pertence teria interesse na sua eleição. Enquanto o outro candidato, sem vínculo social organizativo, ficaria em desvantagem nesse aspecto. Os dados indicam o seguinte resultado, no gráfico abaixo:

**Gráfico Nº 02 - Inserção dos conselheiros em outros espaços**



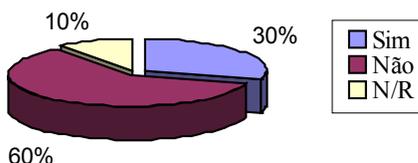
Com relação à presença dos conselheiros entrevistados nas reuniões do conselho, tomamos como parâmetro o espaço de tempo de um ano, para saber quantas reuniões eles deixaram de participar, nesse período. Considerando que o conselho se reúne,

ordinariamente, uma vez por mês, verificamos que há uma grande assiduidade às reuniões. Eles declararam que, durante esse período de um ano, faltaram a algumas reuniões, percentualmente assim representado: 30% faltaram a uma reunião; 55% deixaram de ir a duas reuniões; 10% declararam que se ausentaram entre três e cinco encontros do conselho; e apenas um conselheiro não faltou a nenhuma das reuniões. Somando os que faltaram somente a uma reunião com os que deixaram de ir a duas, chegou-se a um total de 17 conselheiros, representando 85% dos entrevistados, que só faltaram até três reuniões, corresponde a 25% das reuniões ordinárias realizadas em um ano.

A pesquisa também examinou a participação dos entrevistados nos conselhos setoriais de políticas públicas. O resultado está demonstrado no gráfico N° 03 abaixo.

Conforme o gráfico a seguir, 60% dos entrevistados participam somente do Conselho da Administração Participativa, enquanto 30% declararam participar de outros conselhos: 2 pessoas no conselho de saúde; 2 no conselho de educação; 1 no conselho da criança e do adolescente e 1 delegado também no conselho de segurança. Apesar do trânsito dos entrevistados por essas instâncias temáticas, não existe uma articulação desse conselho com os demais conselhos do município.

**Gráfico N° 03 - Participação de conselheiros em outros conselhos**



Depois de constituir o perfil dos conselheiros, sua atuação no conselho e articulação com outros sujeitos no município, fizemos um comparativo comportamental das práticas nas reuniões do conselho, tendo como parâmetro o início do conselho e seu funcionamento atualmente. Para se chegar aos dados seguintes, perguntamos como cada um deles analisava o comportamento dos seus colegas nas reuniões no início do conselho (1997) e o que havia mudado no momento atual, nos seguintes aspectos conforme tabela abaixo:

A – Comportamento dos conselheiros no início do conselho		B – Comportamento dos conselheiros no momento da pesquisa	
Variações	FREQ.	Variações	FREQ.
Participavam dos debates	12	Participam mais dos debates	14
Participavam pouco	05	Participam como anteriormente	02
Criticavam a prefeitura	16	Criticam mais a prefeitura	17
Não criticavam a prefeitura	02	Não criticam a prefeitura	00
Criticavam pouco a prefeitura	01	Criticam a prefeitura como antes	03
Apresentavam propostas	17	Apresentam mais propostas	13
Apresentavam poucas propostas	02	Apresentam como antes	05
Não apresentavam propostas	02	Não apresentam propostas	00
Acreditavam no conselho	16	Acreditam mais no conselho	14
Não acreditavam no conselho	02	Acreditam menos no conselho	04

Tabela 1 – Frequências de atitudes e comportamentos

Como se observa, há variações significativas no comportamento dos conselheiros desde o início de funcionamento do Conselho até o momento da pesquisa. Os comportamentos apontam para maior interação dos conselheiros com a gestão pública, bem como indicam um conselho em processo de consolidação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente análise resgata os procedimentos metodológicos de uma pesquisa mais ampla realizada com o Conselho da Administração Participativa do município de Camaragibe-PE e destaca as vantagens da associação de técnicas dos métodos qualitativo e quantitativo na explicação de fenômenos sociais. Ela também chama à atenção para a necessidade do conhecimento epistemológico do pesquisador, a importância do domínio de ética a ser utilizada para não falsear a realidade do fenômeno, mas explicitá-la com ela realmente é, e apresenta como exemplo, um conjunto de dados resultantes da análise empírica da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Tradução Jaime A. Clasen e Lúcia Mathilde E. Orth. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 15-58, 87-134.

ANDRADE, Márcia (Org. e Coord.). **Conselhos: gestão participativa e cidadania nas políticas públicas**. Recife: Centro Josué de Castro, 2000.

AVRITZER, Leonardo. O orçamento participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaço público no Brasil**. São Paulo. Paz e Terra, 2002. cap. 2, p. 17–45.

BARRETO, Maria Inês. As organizações sociais na reforma do estado brasileiro. In:

CARVALHO, Maria do Carmo. **Participação social no Brasil hoje**. São Paulo: Instituto Polis, 1998. Mimeografado.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquête operária*. 3. ed. São Paulo: Polis, 1982.

SAUTU, Ruth e outros. *Manual de metodologia*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

TEXEIRA, Elenaldo. *O local e o Global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez, 2001.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

# CAPÍTULO 2

## METODOLOGIAS DE ENSINO EM CONTABILIDADE: PERCEPÇÃO DE DISCENTES BRASILEIROS E ANGOLANOS

Data de aceite: 01/06/2021

Data de submissão: 15/05/2021

### **Kuama Berline Manuel**

Instituto Superior Politécnico do Kwanza Sul  
(ISPKS)  
Sumbe/Cuanza Sul-Angola  
<http://lattes.cnpq.br/7701981444068669>

### **Antônio Carlos Ribeiro da Silva**

Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
Salvador- Bahia  
<http://lattes.cnpq.br/4931873747655821>

### **Thayse Santos da Cruz**

Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
Salvador- Bahia  
<http://lattes.cnpq.br/8454726613426664>

### **José Venâncio Ferreira Neto**

Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
Salvador- Bahia  
<http://lattes.cnpq.br/1695765540076111>

### **Erisson Souza Barreto da Cruz**

Universidade Salvador (UNIFACS)  
Salvador- Bahia  
<http://lattes.cnpq.br/5441808601730290>

**RESUMO:** O presente estudo investigou as percepções de discentes brasileiros e angolanos do curso de ciências contábeis sobre as metodologias de ensino adotadas em sala de aula. Além disso, identificou-se as principais motivações que levaram os estudantes a escolherem o curso de ciências contábeis. Para

tanto, aplicou-se questionário a uma amostra de 382 estudantes. A pesquisa foi realizada em 2015, em duas IES públicas, uma no município de Salvador/Bahia-Brasil e a outra no município do Sumbe/Cuanza Sul-Angola. Os resultados da investigação indicam que a aula expositiva lidera o ranking, como a metodologia de ensino mais predominante no ensino da contabilidade. Apenas 25,9% dos discentes brasileiros estão insatisfeitos com as atuais metodologias de ensino, enquanto que o grau de insatisfação dos discentes em Angola é significativamente superior, com 53,4%. Constatou-se que os alunos brasileiros optaram pelo curso, em razão do mercado de trabalho ser atraente, enquanto que em Angola a influência familiar exerceu maior peso nesta escolha. Por meio deste estudo, pretende-se fomentar discussões para aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem uma vez que se constatou que o uso de metodologias ativas no processo de construção de conhecimento em contabilidade ainda está em um patamar aquém do desejado para a formação de sujeitos crítico-reflexivos.

**PALAVRAS - CHAVE:** Metodologias de ensino. Ensino em contabilidade. Percepção discente.

### ACCOUNTING TEACHING METHODOLOGIES: PERCEPTION OF BRAZILIAN AND ANGOLAN STUDENTS

**ABSTRACT:** The present study investigated the perceptions of Brazilian and Angolan students of the accounting sciences course on the teaching methodologies adopted in the classroom. In addition, we identified the main motivations that led the students to choose the course of

accounting sciences. For that, a questionnaire was applied to a sample of 382 students. The research was conducted in 2015, in the city of Salvador/Bahia-Brazil and in the municipality of Sumbe/Cuanza Sul-Angola. The research results indicate that the expository class leads the ranking, as the most predominant teaching methodology in accounting education. Only 25.9% of Brazilian students are dissatisfied with the current teaching methodologies, while the degree of student dissatisfaction in Angola is significantly higher, with 53.4%. It was found that Brazilian students opted for the course, because the labor market was attractive, while in Angola family influence exerted more weight in this choice. The purpose of this study is to promote discussions to improve the teaching-learning process once it has been found that the use of active methodologies in the process of knowledge construction in accounting is still at a level below that desired for the formation of subjects critical-reflective.

**KEYWORDS:** Teaching methodologies. Accounting education. Student perception.

## 1 | INTRODUÇÃO

As discussões e pesquisas no campo de educação contábil no Brasil têm se intensificado, em virtude das mudanças ocorridas na contabilidade, tanto no cenário nacional e internacional, da expansão dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* e do aumento significativo de vagas no ensino superior (MIRANDA, 2011). Neste contexto, diversos pesquisadores sinalizam a importância da inserção de diretrizes curriculares no curso de ciências contábeis que propiciem uma formação que contemple não só aspectos técnicos, como também, tem se recomendado a inclusão de discussões que fomente a consciência cidadã e o enfrentamento dos problemas sociais (LAFFIN, 2009; ADERE; ARAUJO, 2008; KUMBIADIS; PANDIT, 2012; SUGAHARA, 2013; WONG, TATNALL, BURGESS, 2014).

No entanto, é importante salientar que somente mudanças nas diretrizes curriculares não serão suficientes para que se superem as críticas feitas à educação contábil. Laffin (2009) indica que o modelo de educação tradicional contribui para a inibição da ação reflexiva da atividade de ensino, pois não favorece a articulação de conhecimentos com o conjunto de relações sociais. Autores como Gil (1997), Bordenave e Pereira (1998), Libâneo (2005) e Hung (2015) apontam que métodos, estratégias ou técnicas de ensino eficazes adotadas pelo professor no processo de ensino e aprendizagem são elementos essenciais para o aprimoramento do processo de construção de conhecimento.

Sob esta perspectiva, estudos têm investigado a importância do uso de diferentes metodologias para o ensino da contabilidade, dentre estes, encontram-se os realizados por Marion (2003); Miranda e Miranda (2010); Leal e Casa Nova (2012); Cardoso, et al.(2015). Na visão desses autores, estudar a utilização de metodologias no ensino superior de contabilidade, tanto na percepção docente, bem como na percepção discente, visa contribuir na ampliação da interação entre os pilares do processo de ensino e aprendizagem: aluno, professor e disciplina. De modo geral, professores de ensino superior em contabilidade nas últimas décadas têm sofrido críticas pelas suas formas de ensinar por serem consideradas

na maioria das vezes tecnicistas e mecanicistas, para Laffin (2009) isto é fruto da reprodução do modelo de aprendizagem dos quais tiveram acesso nas instituições de ensino onde foram formados.

Com base nesse contexto, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão: quais as percepções de discentes brasileiros e angolanos do curso de ciências contábeis sobre as metodologias de ensino adotadas pelos seus docentes? Sendo assim, este estudo tem por objetivo investigar as percepções de discentes brasileiros e angolanos do curso de ciências contábeis sobre as metodologias de ensino adotadas pelos seus docentes em sala de aula. De modo complementar, buscou-se identificar as principais motivações que levaram os estudantes a escolherem o curso de ciências contábeis.

Destaca-se que os países Brasil e Angola têm em comuns aspetos históricos e culturais e que ambos fazem parte da Comunidade dos Países de Expressão da Língua Portuguesa - CPLP, fato que os torna cada vez mais próximos, principalmente desde 2003, período pós-guerra civil em Angola, onde as duas nações assinaram diversos acordos de cooperação internacional, tanto no âmbito econômico como no âmbito da educação. (NASCIMENTO, 2009; TORRONTEGUI, 2010; FEITOSA; NANGACOVIE, 2012; LIBERATO, 2014).

Esta pesquisa tem o propósito de contribuir para mapear as metodologias de ensino adotadas pelos professores de contabilidade no Brasil e em Angola, bem como a percepção discente sobre o impacto destas metodologias no processo de ensino-aprendizagem. Por meio dos resultados deste estudo, pretende-se, fomentar discussões para aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem nos dois países com a finalidade de otimizar o aprendizado dos futuros profissionais de contabilidade.

## 2 | REFERENCIAL TEÓRICO

O International Accounting Education Standards Board - IAESB atua como catalisador, reunindo as nações desenvolvidas e em desenvolvimento, e as nações em transição, com o propósito de auxiliar no avanço de programas de educação de contabilidade em todo o mundo. Para tanto, empreende esforços com a finalidade de resolver problemas relacionados ao conhecimento profissional, habilidades e valores profissionais, ética e atitudes da profissão contábil requeridas pelo público em geral. Além disso, o IAESB tem autoridade para desenvolver e expedir normas, instruções, informativos sobre educação e formação de profissionais, bem como, sobre formação contínua e desenvolvimento profissional para os membros da profissão contábil (IFAC, 2010).

Diversos países têm buscado se alinhar às diretrizes do IAESB, realizando além de mudanças nas diretrizes curriculares, investimentos na capacitação dos profissionais de contabilidade que exercem a docência. Em Angola existem muitos profissionais que lecionam no ensino superior sem uma preparação pedagógica para o exercício da

docência em todas as áreas de conhecimento, principalmente na área da contabilidade (com exceção daqueles que se formam no Instituto Superior de Ciências da Educação - ISCED). O governo de Angola tem ciência desta realidade, fato que pode ser constatado nas linhas mestras para a melhoria da gestão do subsistema do ensino superior, definidas pela secretaria do Estado para o ensino superior de Angola na sua primeira versão em 2005 e na segunda em 2009, onde se aborda sobre os pontos de estrangulamentos do domínio do corpo docente em serviços nas instituições do ensino superior. Com a finalidade de promover a melhoria da qualidade do ensino superior, os profissionais docentes angolanos recebem incentivos para fazerem pós-graduação em países estrangeiros como forma de capacitação ou até mesmo agregação pedagógica.

No Brasil, a preocupação com a capacitação docente tem sido verificada por meio da ampliação de cursos de pós-graduação *strictu sensu*, além disso, as matrizes curriculares de alguns programas de Mestrado Acadêmico, contemplam a disciplina de Metodologia do Ensino Superior como disciplina obrigatória e em outras como optativa, além de oferecem como atividade obrigatória o tirocínio docente, para os formandos que nunca exerceram a docência (Miranda, 2012). A oferta desta disciplina e da atividade tem o intuito proporcionar aos profissionais da área contábil e não só, que recorrem à formação de pós-graduação uma preparação prévia no exercício da docência.

Todavia, Lima, et al. (2015) ao investigarem 84 professores brasileiros de contabilidade no início de carreira (até 3 anos de experiência) identificaram que mesmo com formação acadêmica para lecionar no ensino superior, a maioria dos docentes não está preparada para a realidade do exercício da docência. Para os investigadores, os profissionais precisam não só de cursos de pós-graduações, mas também, de uma formação pedagógica para que os mesmos possam aprimorar as técnicas de ensino-aprendizagem antes do ingresso propriamente dito na carreira docente. Sendo assim, por falta de preparação pedagógica a maioria dos docentes acaba reproduzindo o modelo de aprendizagem dos quais tiveram acesso nas instituições de ensino onde foram formados (LAFFIN, 2009).

Além da falta de preparação pedagógica, Oliveira (2014) expõe que uma das principais barreiras para promover mudanças no ensino em contabilidade centra-se nos professores que na sua maioria são reticentes à mudança por terem sido vencedores nos modelos tradicionais de ensino-aprendizagem e não visualizam a necessidade de mudança didática em suas aulas, ou seja, eles aprenderam no tradicional e continuam ensinando no formato tradicional, pois é neste método que eles acreditam. Um dos motivos para esta resistência pode ser encontrado no argumento de Park (2006) que afirma que muitos professores hesitam em implantar métodos baseados na aprendizagem por meio de problemas (MP e PBL) em suas aulas, devido à falta de experiência, da ambiguidade e do medo da mudança de papel.

São diversas as metodologias de ensino que estão disponíveis para os docentes,

Mazzioni (2013) apresenta uma síntese das estratégias de ensino e aprendizagem propostas por Anastasiou ; Alves, (2004), Marion e Marion, (2006) e por Petrucci e Batiston (2006) para a área contábil, conforme apresenta no Quadro 01.

Anastasiou e Alves, (2004) Estratégias de ensino	Marion e Marion (2006) Metodologias de ensino aplicáveis à área de negócios	Petrucci e Batiston (2006) Estratégias de ensino e avaliação de aprendizagem em Contabilidade
Aula expositiva dialogada	Aula expositiva	Aula expositiva
Estudo de texto	Dissertação	Dissertação ou resumos
Portfólio		
Tempestade cerebral		
Mapa conceitual		
Estudo dirigido	Estudo dirigido	Aulas orientandas
Lista de discussão por meios informáticos	Projeção de fitas	Estudo a distância
Solução de problemas	Resolução de exercícios	Estudo com pequenos grupos
Philips 66		
Grupo de verbalização e observação (GV/GO)		
Dramatização	Role-play desenho de papeis	
Seminários	Seminários	Seminários
Estudo de caso	Estudo de caso	Estudo de caso
Júri simulado	Simulações	
Simpósio		
Painel	Palestras e entrevistas	Palestras
Fórum	Discussão e debates	
Oficina (laboratório e workshop)	Laboratórios e oficinas	Escritório, laboratório ou empresa- modelo
Estudo do meio		
Ensino com pesquisa		
	Exposição e visitas	Excursões e visitas
	Jogos de empresas	Jogo de empresa
		Ensino individualizado

Quadro 01 - Estratégias de ensino para área da Contabilidade

Fonte: Adaptado de Mazzioni, 2013.

Neste contexto, a pesquisa realizada por Miranda, Leal ; Casa Nova, (2009) com o propósito de verificar quais as principais técnicas de ensino aplicadas no ensino da contabilidade na percepção dos professores e dos alunos. Os autores aplicaram questionários a 150 estudantes e 18 professores do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia. Os resultados da pesquisa indicaram que as metodologias mais utilizadas

no ponto de vista dos estudantes e professores mais predominantes são respectivamente: aula expositiva, trabalhos em grupos/seminário e estudo de caso. As menos utilizadas são PBL (Aprendizagem baseada em problemas) e Grupo de verbalização/observação.

Os resultados da investigação indicam que a aula expositiva lidera o *ranking* sob o ponto de vista dos estudantes, como a metodologia de ensino mais predominante no ensino da contabilidade tanto no Brasil quanto em Angola, apesar das críticas que esta sofre, por ser centrada somente no professor. Por outro lado, também é possível verificar que as metodologias com abordagem em resolução de problemas são os que possuem menor percentual de utilização, sendo eles: o ensino com projeto, o PBL e o grupo de verbalização/observação.

A investigação feita por Teodoro, et al. (2011) procurou comparar as estratégias de ensino utilizadas no curso de ciências contábeis e de ciências da educação buscando analisar e comparar as características do curso de ciências contábeis na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Estadual de Maringá (UEM) em conjunto comparar com as características do curso de Educação-Pedagogia, uma vez que segundo os autores este último pode ser considerado o “berço” das estratégias de ensino-aprendizagem. A pesquisa foi realizada com estudantes do terceiro e quarto ano nos dois cursos, por meio de um questionário, os autores confrontaram a percepção discente sobre as estratégias docentes mais utilizadas em sala de aula. Os resultados desta pesquisa apontaram que os principais métodos com maior contato pelos estudantes no curso de ciências contábeis são resolução de exercício 92%, a seguir de estudo de caso com 83%, discussão e debate com 80% e em quarto aula expositiva com 72%. O fato curioso é que no curso de pedagogia a metodologia da aula expositiva foi a que os estudantes tiveram maior contato com 98,5%, a seguir de discussão e debate com 89% e aula prática com 83%.

Madureira, Succar Junior e Gomes (2012) se propuseram a analisar quais métodos de ensino superior são aplicados pelo corpo docente da Faculdade de Administração e Finanças nos cursos de Ciências Contábeis e de Administração de Empresas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. O objetivo foi verificar a aplicabilidade dos métodos existentes, além de obter as opiniões dos alunos sobre aqueles métodos a que foram efetivamente submetidos em sala de aula, levando em consideração algumas variáveis como o curso, o sexo, a idade e o período. Para levantamento dos dados, utilizaram questionários específicos tanto para os professores quanto para os alunos. Os resultados indicaram a utilização de poucas práticas condizentes com a necessidade e interesse dos alunos, principalmente quanto à aprendizagem ativa, somente 29,5% dos docentes utilizam esta metodologia, sendo o predomínio do método tradicional com 66,5% no curso de contabilidade. No entanto, os autores concluem que o método ativo é aquele que melhor colabora para a formação eficaz do aluno, porém notou-se uma maior utilização no curso de administração do que em contabilidade.

Seguindo a mesma linha investigativa, Mazzioni, (2013) buscou compreender as

estratégias de ensino-aprendizagem mais significativas a partir das perspectivas dos alunos com aquelas utilizadas pelos professores do curso de graduação em ciências contábeis. Para tanto, a autora aplicou questionários com perguntas abertas e fechadas, direcionadas a docentes e discentes do curso de graduação em Ciências Contábeis. O estudo foi realizado no Campus Chapecó da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó. Os resultados apontaram que para os estudantes desta Instituição de Ensino Superior - IES, a aula mais eficaz seria por meio de metodologias de resolução de exercícios com 40,79%, a seguir da aula expositiva com 27,39% e em terceiro lugar ficou seminário com 14%. Já no ponto de vista docente, a preferência ainda é pela utilização da aula expositiva com 41%, a seguir por resolução de exercícios com 38% e em terceiro novamente por seminário com 14%.

Diante deste cenário, o estudo conduzido por Belias, et al. (2013) identificou que de modo geral os estudantes preferem aulas expositivas presenciais do que à distância, apesar de todas as ferramentas interativas oferecidas pelo ambiente virtual de aprendizagem. Os autores enfatizam a importância de abordagens híbridas, destacando, por exemplo, que uma ampla gama de programas de softwares poderiam ser aplicados ao ensino de contabilidade, através da inclusão de testes, jogos de simulação e perguntas de escolha múltipla, que fornecem feedback e promovem o desenvolvimento de habilidades analíticas e de auto-monitoramento, todavia é preciso sempre considerar que o êxito depende muito dos contextos sociais, econômicos e educacionais nos quais educandos e educadores estão inseridos.

Wong, Tatnall e Burgess (2014) destacam que, na área contábil, é crescente a utilização da aprendizagem combinada em universidades de todo o mundo. Este método consiste na combinação de ensino on-line e presencial. No entanto, os autores enfatizam que é importante questionar a qualidade desse aprendizado. Por meio de um estudo de caso em uma universidade, na Austrália identificou-se que apesar das várias abordagens que foram avaliadas ao longo de um período de dois anos, os alunos ainda preferem os encontros presenciais com seus professores.

## **3 | METODOLOGIA DA PESQUISA**

### **3.1 Amostra da pesquisa**

Esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, cujo propósito principal consiste em investigar as percepções de discentes brasileiros e angolanos do curso de ciências contábeis sobre as metodologias de ensino adotadas pelos seus docentes em sala de aula. Para atingir o objetivo proposto, a amostra foi composta por duas Instituições Públicas de Ensino Superior. A IES pública brasileira escolhida é uma das maiores instituições de ensino da região do Nordeste e está situada na cidade de Salvador - Bahia. Enquanto que a IES angolana escolhida se situa no Sul da África na cidade do Sumbe/

Cuanza Sul - Angola.

A IES angolana conta com um total de 489 estudantes matriculados, dos quais foram excluídos 129 estudantes que cursavam o primeiro e o segundo semestre, e deste universo, 186 estudantes responderam ao questionário, o que corresponde a 52%. No Brasil, da população investigada foram excluídos 96 estudantes que cursavam o primeiro e segundo semestre, desta forma, dos 629 matriculados, 196 estudantes que cursavam do terceiro ao oitavo semestre da pesquisa responderam aos questionários, quantidade correspondente a 37% do universo pesquisado. Do total de 382, apenas 48 questionários foram descartados da análise por não terem sido preenchidos corretamente. Dessa forma, foram validados 334 questionários.

Ressalta-se, que foram considerados sujeitos desta pesquisa, os estudantes de contabilidade que estavam cursando do terceiro ao oitavo semestre do período regular e pós-laboral, ou seja, diurno e noturno, cuja distribuição encontra-se apresentada na Tabela 01. A escolha do nível destes estudantes justifica-se, pelo fato de que nestes níveis subentende-se que os estudantes possuem mais maturidade para compreenderem sobre a questão abordada na pesquisa. Autores como Miranda, Leal ; Casa Nova (2009), Teodoro, et al. (2011), Rezende ; Leal (2013) e Mazzioni, (2013), utilizaram critérios semelhantes de seleção de amostra.

Semestre	Brasil			Semestre	Angola		
	Frequência	%	% Válido		Frequência	%	% Válido
3° e 4°	60	30,5	30,9	3° e 4°	61	32,8	43,6
5° e 6°	71	36,2	36,6	5° e 6°	44	23,7	31,4
7° e 8°	63	32,2	32,5	7° e 8°	35	18,8	25
Total	194	98,9	100	Total	140	75,3	100
Missing	02	1,1		Missing	46	24,7	
Total	196	100		Total	186	100	

Tabela 01 - Amostra da pesquisa

Fonte: dados da pesquisa, 2016.

Como instrumento de coleta de dados utilizou-se questionário. Os dados foram coletados entre os meses de outubro e novembro de 2015. O questionário aplicado buscou identificar as principais metodologias de ensino utilizadas pelos professores das duas IES em sala de aula. O questionário utilizado para a pesquisa foi adaptado de Silva (2001). O questionário foi dividido em dois blocos, com questões objetivas. As questões do primeiro bloco, foram estruturadas em escala *likert* de 7 pontos. No primeiro bloco, apresentou-se variáveis que de acordo com a literatura implicariam no desempenho pedagógico e/ou didático dos professores em sala de aula, visto na percepção discente (metodologia de ensino empregada, formação superior dos professores, experiência de trabalho, sistema de avaliação e formação pedagógica). No segundo bloco, coletou-se informações sobre

o perfil dos respondentes e questões sobre seus desempenhos, bem como procurou-se averiguar os principais motivos que levaram os discentes a ingressarem no curso de ciências contábeis.

## 4 | ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 Perfil dos discentes investigados: Brasil x Angola

Nesta seção, são apresentados os resultados da pesquisa no que se refere ao perfil dos discentes investigados. Sob esta perspectiva, verificou-se que na IES brasileira 44,8% dos respondentes são do gênero masculino e 55,2 % do gênero feminino. Sendo que em Angola, a realidade foi bem diferente, a maior parte dos discentes são do gênero masculino, correspondendo a 67,9% dos respondentes e apenas 32,1% dos discentes são do gênero feminino. Quanto à faixa etária, para ambas as instituições em média aproximadamente 65% dos estudantes possuem até 25 anos. Identificou-se que 59,1% e 88,6% respectivamente dos estudantes das duas IES, cursaram o ensino médio em escolas públicas. As informações com relação ao perfil dos respondentes podem ser verificadas de forma mais abrangente na Tabela 02.

Brasil			Angola		
Gênero	Frequência	%	Gênero	Frequência	%
Masculino	87	44,8	Masculino	95	67,9
Feminino	107	55,2	Feminino	45	32,1
Total	194	100	Total	140	100
Estado civil	Frequência	%	Estado civil	Frequência	%
Solteiro	169	87,6%	Solteiro	116	82,2
Casado	20	10,4	Casado	18	12,8
Divorciado	1	0,5	Divorciado	1	0,7
Outros	3	1,5	Outros	6	4,3
Total	194	100	Total	141	100
Faixa etária	Frequência	%	Faixa etária	Frequência	%
18 - 25	143	73,7	18 - 25	88	62,8
26 - 30	31	16	26 - 30	29	20,7
31 - 40	12	6,2	31 - 40	13	9,3
Acima de 40	8	4,1	Acima de 40	10	7,1
Total	194	100	Total	150	100
Ensino médio	Frequência	%	Ensino médio	Frequência	%
Escola pública	114	59,1	Escola pública	124	88,6
Particular	68	35,2	Particular	14	10
Ambas	11	15,7	Ambas	2	1,4
Total	193	100	Total	140	100
Período	Frequência	%	Período	Frequência	%
Noturno	39	20,1	Noturno	70	50,7
Diurno	115	59,3	Diurno	62	44,9
Ambas	40	20,6	Ambas	6	4,3
Total	194	100	Total	138	100

Tabela 02 - Perfil dos respondentes

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Diferenças foram encontradas com relação à formação dos discentes, no Brasil, somente 8,3% dos respondentes haviam realizado a formação técnica antes de ingressar no nível superior. Enquanto que em Angola, 66,9% destes haviam realizado esta formação em contabilidade e 33,1% em outras áreas. O principal fator que pode explicar esta diferença é o fato de que em Angola bem como em diversos países do continente africano, a escolha da profissão é realizada no ensino médio ou no 2º ciclo do ensino secundário, conforme denominado no país.

Dentro das características dos respondentes, buscou-se identificar ainda quais as principais motivações que influenciaram na escolha do curso superior em contabilidade. Dentre as opções mais escolhidas pelos estudantes, aparece com maior percentual por parte dos estudantes brasileiros a facilidade de ingresso no mercado de trabalho com 50%, seguido de vocação com 20%, influência da família com 10% e boa remuneração com 8% de escolha por parte dos respondentes. Já para os estudantes angolanos, o cenário é bem diferente, quanto à ordem de priorização, porém quanto aos fatores, foram semelhantes, dentre as opções, a mais eleita foi influência da família com 45%, seguido de vocação com 25%, facilidade no mercado de trabalho com 20% e boa remuneração com 7%, conforme apresentado na Tabela 03.

Brasil		Angola	
Principais motivações	%	Principais motivações	%
Facilidade no mercado de trabalho	50	Influência da família	45
Vocação	30	Vocação	25
Influência da família	10	Facilidade no mercado de trabalho	20
Boa remuneração	8	Boa remuneração	7
Trabalhar na área	2	Profissão valorizada na sociedade	3
Total	100	Total	100

Tabela 03 - Principais motivações para escolha do curso

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Diante destes resultados, nota-se que os estudantes brasileiros são motivados a cursar contabilidade devido às oportunidades de trabalho no mercado brasileiro. Segundo levantamento realizado pelo INEP (2013) o curso de ciências contábeis é um dos dez (10) mais escolhidos pelos estudantes brasileiros, e o segundo com maior índice de crescimento na região nordeste do Brasil. Por outro lado, os estudantes angolanos são motivados e influenciados a escolher o mesmo curso pela família. Tendo a cultura uma das principais razões para explicar este resultado. Sucede que normalmente, como os pais, são os principais responsáveis pelo financiamento dos estudos dos filhos, eles acabam por incentivá-los a se matricularem nos cursos, que segundo ponto de vista deles é o melhor.

## 4.2 Principais metodologias utilizadas pelos professores em sala de aula na percepção discente

Neste ponto, serão apresentados os resultados sobre as principais metodologias de ensino utilizadas em sala de aula pelos professores, sob o ponto de vista dos estudantes. Os resultados da investigação indicam que a aula expositiva lidera o ranking sob o ponto de vista dos estudantes, como a metodologia de ensino mais predominante no ensino da contabilidade tanto no Brasil quanto em Angola. Apesar das críticas que esta sofre por ser centrada somente no professor. Para 50% dos estudantes brasileiros e 64,3% dos discentes angolanos, a aula expositiva é uma metodologia de ensino eficaz para o aprendizado. Estes resultados coadunam com os achados encontrados por Teodoro et al. (2011), Madureira, Succar Júnior e Gomes (2012) e Mazzioni (2013).

Por outro lado, para 84,2% dos alunos brasileiros e 80,2% dos alunos angolanos, metodologias com abordagem em resolução de problemas, seminários, portfólios, simulações e jogos de empresas, contribuem mais para seu aprendizado do que as outras metodologias de ensino. Apenas 25,9% dos discentes brasileiros consideram que as metodologias adotadas pelos professores não são adequadas e suficientes, enquanto que o grau de insatisfação dos discentes em Angola é significativamente superior, cerca de 53,4%.

Sob o ponto de vista dos discentes, apenas 26,9% dos professores brasileiros dão ênfase à prática contábil, resultados similares foram encontrados em Angola, aproximadamente 31,9%. O que implica dizer, que os professores do ensino de contabilidade precisam avaliar seu conteúdo programático das disciplinas, pois na matriz curricular deste curso, existem disciplinas com especificidades que exigem prática, na qual pode ser realizada, numa incubadora de empresa, por meio de visitas às empresas de qualquer ramo de atividade, ou de outras formas. Porém é necessário, que os professores percebam a necessidade desses estudantes terem uma visão prática daquilo que lhes está sendo ensinado.

Com relação à diversificação de metodologias utilizadas em sala de aula, encontrou-se resultados discrepantes. No Brasil, cerca 70,3% dos alunos apontam que os professores na maioria das vezes utilizam apenas uma única metodologia em sala de aula (aula expositiva), enquanto que em Angola apesar da aula expositiva ser a principal metodologia utilizada pelos professores, os resultados indicam que apenas 33,8% dos docentes se limitam à utilização exclusiva da mesma.

Neste contexto, diversos pesquisadores incentivam a diversificação de metodologias no ensino da contabilidade, afinal não existe uma receita para a melhor metodologia a ser utilizada. Os professores devem adotar as que além de atender as necessidades de ensino e aprendizagem dos alunos, contribuam para o desenvolvimento de competências e habilidades para o exercício da profissão contábil e da cidadania (MAZZIONI, 2013;

HOLTEN, BOLLINGTOFT; WILMS, 2015; GALLAGHER, 2015).

Com relação à influência da formação superior dos professores no desempenho acadêmico dos estudantes, constatou-se mais uma vez que ambos estudantes das IES pesquisadas, 61,1% no Brasil, e 53,4% em Angola, acreditam e concordam que esta variável é preponderante para o seu aprendizado. Afinal, para os discentes quanto maior o nível de formação acadêmica dos professores acredita-se que estes tenham maior capacidade no exercício de sua profissão.

Variáveis	Brasil			Angola		
	Discordo	Nem concordo /nem discordo	Concordo	Discordo	Nem concordo/ nem discordo	Concordo
Metodologia suficiente e adequada	25,9%	35,8%	38,3%	53,4%	24,7%	21,9%
Ênfase à prática contábil	48,2%	24,9%	26,9%	47,5%	20,6%	31,9%
Única metodologia (aula expositiva)	16,2%	13,5%	70,3%	40%	26,2%	33,8%
Avaliação do professor/desempenho	15,8%	17,9%	66,3%	28,7%	20,3%	51%
Aulas expositivas são eficazes	29,8%	19,4%	50,8%	22,1%	13,6%	64,3%
Resolução de problemas, seminários, portfólios, simulações e jogos de empresas são eficazes	6,3%	9,2%	84,2%	14,9%	4,9%	80,2%
Formação superior dos professores	22,3%	16,6%	61,1%	28,8%	17,8%	53,4%

Tabela 04 - Percepções dos discentes

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

No que se refere às expectativas quanto à postura do professor, 77% dos estudantes das duas IES, concordam que o mesmo deve estimular a leitura, a pesquisa e a vivência empresarial. Para 47% desses estudantes o professor deveria utilizar metodologias com resoluções de problemas e deixar que o aluno fosse sujeito ativo no processo de aprendizagem. Aproximadamente 82% desses estudantes, defendem que os professores deveriam ter formação pedagógica. Tais resultados vão ao encontro dos achados por Lima, et al. (2015).

Além disso, aproximadamente 80% dos estudantes concordam que os docentes devem buscar sempre atualização constante nas áreas que lecionam. De modo adicional, a maioria dos estudantes de ambas as instituições de ensino superior, acreditam ser necessário que os professores dediquem um tempo extraclasse para sanar eventuais dúvidas sobre os conteúdos ministrados.

Descrição	Brasil			Angola		
	Discordo	Nem concordo / nem discordo	Concordo	Discordo	Nem concordo/ nem discordo	Concordo
Estímulo à leitura e à pesquisa	8,3%	14%	77,7%	11,8%	8,6%	77,1%
Vivência empresarial	3,1%	7,8%	89,1%	11,2%	6,3%	82,5%
Métodos com resoluções de problemas	28%	26,4%	45,6%	29%	20,6%	50,4%
Estudante como sujeito ativo	1,6%	8,9%	89,6%	14%	9,1%	76,9%
Capacitação constante	9,9%	9,9%	80,2%	10,7%	7,9%	81,9%
Formação pedagógica	20,8%	21,4%	57,8%	14,3%	15,7%	70%
Tempo extra- classe	3,2%	10%	86,8%	13,2%	6,9%	79,9%

Tabela 05 - Expectativas em relação ao docente

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Para Miranda, Leal e Casa Nova (2012) o ensino de contabilidade necessita de metodologias que buscam criar condições para que o aluno aprenda a propor o encaminhamento e o desenvolvimento de uma situação, partindo de uma análise diagnóstica, indicando os objetivos a serem atingidos e as etapas da realização, para cada uma delas estabelecer: metas parciais, tempo, participantes, ações, responsabilidades, recursos e estratégias. Quer dizer aprender a trabalhar em equipe na resolução de problemas. No entanto, os achados desta investigação indicam que o uso destas metodologias no processo de construção de conhecimento tanto no Brasil quanto em Angola ainda está em um patamar aquém do desejado para a formação de sujeitos crítico-reflexivos.

## 5 | CONCLUSÃO

O presente estudo investigou as percepções de discentes brasileiros e angolanos do curso de ciências contábeis sobre as metodologias de ensino adotadas pelos seus docentes em sala de aula. De modo complementar, buscou-se identificar as principais motivações que levaram os estudantes a escolherem o curso de ciências contábeis. Para tanto, aplicou-se questionário a uma amostra de 382 estudantes. A pesquisa foi realizada em 2015, em duas IES públicas, uma no município de Salvador/Bahia-Brasil e a outra no município do Sumbe/Cuanza Sul-Angola.

Os resultados da investigação indicam que a maioria dos discentes brasileiros é do gênero feminino (55,2 %), enquanto que em Angola, a maior parte dos discentes é do gênero masculino (67,9%). A pesquisa constatou que a aula expositiva lidera o ranking, como a metodologia de ensino mais predominante no ensino da contabilidade tanto no Brasil quanto em Angola. Para 50% dos estudantes brasileiros e 64,3% dos discentes

angolanos, a aula expositiva é uma metodologia de ensino eficaz para o aprendizado. Apenas 25,9% dos discentes brasileiros estão insatisfeitos com as atuais metodologias de ensino, enquanto que o grau de insatisfação dos discentes em Angola é significativamente superior, cerca de 53,4%. Sob o ponto de vista dos discentes apenas 26,9% dos professores brasileiros dão ênfase à prática contábil, resultados similares foram encontrados em Angola, aproximadamente 31,9%.

Com relação à diversificação de metodologias utilizadas em sala de aula, encontrou-se resultados discrepantes. No Brasil, cerca 70,3% dos alunos apontam que os professores na maioria das vezes utilizam apenas uma única metodologia em sala de aula (aula expositiva), enquanto que em Angola apesar da aula expositiva ser a principal metodologia utilizada pelos professores, os resultados indicam que apenas 33,8% dos docentes se limitam à utilização exclusiva da mesma. Constatou-se que os alunos brasileiros optaram pelo curso de ciências contábeis, em razão do mercado de trabalho ser atraente, enquanto que em Angola a influência familiar exerceu maior peso nesta escolha. Estas divergências podem ter ocorrido em razão do contexto socioeconômico, político e cultural podem ter exercido forte influência nos achados desta investigação.

Por meio dos resultados deste estudo, pretende-se fomentar discussões para aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem uma vez que se constatou que o uso de metodologias ativas no processo de construção de conhecimento em contabilidade ainda está em um patamar aquém do desejado para a formação de sujeitos crítico-reflexivos tanto no Brasil quanto em Angola. Dentre as limitações deste estudo, tem-se que os resultados se restringem ao período e a amostra investigada e, portanto, não podem servir de base para generalizações sobre a percepção discente nos países investigados. Diante deste cenário, sugere-se que pesquisas futuras ampliem a amostra e utilizem um horizonte temporal maior, para que se possa traçar um perfil mundial deste fenômeno de maneira consistente.

De modo adicional, estudos poderiam utilizar outros instrumentos de coleta de dados, como por exemplo, entrevistas e grupos focais, com a finalidade de compreender de forma mais robusta as questões abordadas por esta investigação. Sugere-se ainda o confronto entre as percepções discentes e docentes sobre as metodologias de ensino adotadas em sala e sua eficácia no processo de ensino-aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, L. D. G. C; ALVES, L. P. **Estratégias de ensinagem**. Processos de ensinagem na universidade. Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula, 3, 67-100, 2004.

BELIAS, D., et al.. Traditional teaching methods vs. teaching through the application of information and communication technologies in the accounting field: Quo vadis. **European Scientific Journal**, v. 9, n.28, 73-101, 2013.

BORDENAVE, J. E. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. In: Estratégias de ensino-aprendizagem. Vozes, 1998.

CARDOSO, R. R., et al. Pesquisa empírica: método progressista para desenvolver competências de liderança em acadêmicos de Ciências Contábeis. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 8, n. 4, 200-219, 2015.

FEITOSA, M. L. A.; NANGACOVIE, E. M. M. **Relações Comerciais Brasil-Angola: a Cooperação Internacional no Setor da Construção Civil e a Necessidade de Proteção do Direito Humano ao Trabalho em Angola**. *Prima Facie-Direito, História e Política*, v. 11, n.20, 57-74, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Metodologias do ensino superior**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1997.

GALLAGHER, SHELAGH A. The role of problem-based learning in developing creative expertise. **Asia Pacific Education Review**, v. 16, n. 2, 225-235, 2015.

LAFFIN, Marcos. O professor de contabilidade no contexto de novas exigências. **Contabilidade vista e revista**, v. 12, n 1, 57-78, 2009.

LEAL, D. T. B.; JÚNIOR, E. C. A aula expositiva no ensino da contabilidade. **Contabilidade vista e revista**, v. 17, n.3, 91-113, 2009.

LEAL, D. T. B.; NOVA, S. P. Castro Casa. Métodos dramáticos aplicados a intervenções socioeducativas de autogestão e contabilidade. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 3, n. 3, p. 1-17, 2009.

LIBERATO, E. Education in Angola: progress and retardation. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n.59, 1003-1031, 2014.

LIMA, F. D. C, et al. O choque com a realidade: dormi contador e acordei professor. **Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, v. 13, n. 1, 2015.

MARION, J. C. MARION, A. L. C. **Metodologias de ensino na área de negócios: para cursos de administração, gestão, contabilidade e MBA**.—São Paulo: Atlas, 2006.

MADUREIRA, N. L., SUCCAR JUNIOR, F.; GOMES, J. S. Estudo sobre os métodos de ensino utilizados nos cursos de ciências contábeis e administração da universidade estadual do rio de janeiro (Uerj): a percepção de docentes e discentes. **Revista de Informação Contábil, Rio de Janeiro**, v. 5, n. 2, 43-53, 2011.

MAZZIONI, Sady. As estratégias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem: Concepções de alunos e professores de ciências contábeis. **Revista Eletrônica de Administração e Turismo-ReAT**, v. 2, n. 1, p. 93-109, 2013.

MIRANDA, Claudio de Souza. **Ensino em contabilidade gerencial: uma análise comparativa de percepções de importância entre docentes e profissionais, utilizando as dimensões de atividades, artefatos e competências**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2011.

MIRANDA, G. J.; LEAL, E. A.; CASA NOVA, S. P. C. **Técnicas de ensino aplicadas à contabilidade: existe uma receita?** In: COIMBRA, C. L. Didática para o ensino nas áreas de administração e ciências contábeis. São Paulo: Atlas, 2012.

\_\_\_\_\_, G. J. Docência universitária: uma análise das disciplinas na área da formação pedagógica oferecidas pelos programas de pós-graduação stricto sensu em Ciências Contábeis. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 4, n. 2, p. 81-98, 2010.

NASCIMENTO, Adão. **Linhas Mestras, para a melhoria da gestão do subsistema do ensino superior**. Secretaria de Estado Para Ensino Superior República de Angola, Luanda, 2009.

OLIVEIRA, Renata Mendes de. **Problem based learning como estratégia de ensino: diagnóstico para a aplicabilidade no curso de ciências contábeis da Universidade Federal do Paraná**. 2014. Dissertação de Mestrado em Contabilidade, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

REZENDE, M. G. D.; LEAL, E. A. Competências Requeridas dos Docentes do Curso de Ciências Contábeis na Percepção dos Estudantes. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 8, n.2, 2013.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **A evolução do ensino e da profissão contábil no Brasil: um enfoque no estado da Bahia**. Dissertação de Mestrado em Contabilidade. Centro de Pós-graduação e Pesquisa Visconde de Cairu, Salvador 2001.

SUGAHARA, Satoshi. Japanese accounting academics' perceptions on the global convergence of accounting education in Japan. **Asian Review of Accounting**, v. 21, n. 3, p. 180-204, 2013.

TEODORO, J. D., et al.; **Estratégias de Ensino-Aprendizagem: Estudo Comparativo no Ensino Superior nas Áreas de Educação e Ciências Contábeis**. In: Encontro de ensino e pesquisa em Administração e Contabilidade, 3, 2011. João pessoa. Anais... João Pessoa: ENEPQ, 2011.

TORRONTÉGUY, M. A. A. O papel da cooperação internacional para a efetivação de direitos humanos: o Brasil, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e o direito à saúde. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação; Inovação em Saúde**, v. 4, n.1, 2010.

WONG, Lily; TATNALL, Arthur; BURGESS, Stephen. A framework for investigating blended learning effectiveness. **Journal of Education and Training**, v. 56, n. 2/3, p. 233-251, 2014.

# CAPÍTULO 3

## GRAU DE ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA EM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

*Data de aceite: 01/06/2021*

**Fabrizio Meller da Silva**

**Natália Ferraz de Araújo**

**Taynara Maria Johann Batista**

**Vanderlei da Silva Sampaio**

**RESUMO:** A proposta da pesquisa foi constatar o grau de alfabetização financeira dos alunos do terceiro ano do ensino médio. O estudo almejou responder a seguinte questão de pesquisa: Qual o grau de alfabetização financeira de alunos do Ensino Médio público e privado na região de Maringá? A pesquisa dispôs-se de um questionário com perguntas estruturadas, que foi aplicado para 163 alunos do terceiro ano do Ensino Médio da cidade de Maringá e Tamboara. A pesquisa é descritiva-quantitativa, tendo um questionário estruturado como instrumento de coleta de dados. Os resultados mostram que, segundo os construtos de atitudes, comportamento e conhecimento financeiro, as hipóteses levantadas são confirmadas, sendo a mais consistente as que alunos que são de colégio privado e que trabalham os mais alfabetizados financeiramente. Avaliando também por meio de variáveis de controle, pode-se observar que a alfabetização financeira é diretamente ligada a algumas variações de ambiente e perfil.

**PALAVRAS - CHAVE:** Ensino médio, alfabetização financeira e variáveis de controle.

**ABSTRACT:** The research proposal was to verify the degree of financial literacy of students in the third year of high school. The study aimed to answer the following research question: What is the degree of financial literacy of public and private high school students in the region of Maringá? The survey included a questionnaire with structured questions, which was applied to 163 students in the third year of high school in the city of Maringá and Tamboara. The research is descriptive-quantitative, with a structured questionnaire as an instrument of data collection. The results show that, according to the constructs of attitudes, behavior and financial knowledge, the hypotheses raised are confirmed, the most consistent being that students who are in private school and who work the most financially literate. Also evaluating through control variables, it can be seen that financial literacy is directly linked to some variations of environment and profile.

**KEYWORDS:** High school, financial literacy and control variables.

### 1 | INTRODUÇÃO

A carência de conceitos básicos de finanças pessoais no país, acarretam em grandes índices de endividamento da população brasileira, resultando em uma perda de qualidade de vida (SOUZA et al., 2013). A ausência da aprendizagem de noções de finanças nas escolas é uma das falhas que existem na educação brasileira, principalmente no ensino médio, onde muitas vezes antecede a entrada no mercado de trabalho (TREVISAN

et al., 2007). No entanto, o simples conhecimento sobre finanças pessoais não tornará a pessoa alfabetizada financeiramente (SILVA et al., 2017).

Nota-se, ainda que com a atual grade curricular escolar, o aluno está acostumado a dissociar os conteúdos e os problemas das disciplinas desde as primeiras séries, esquecendo a importância de integrar todos os conteúdos para eliminar as contradições (TREVISAN et al., 2007). Assim, constata-se a importância do presente estudo, perscrutando a influências das condições nas quais tangem os alunos do terceiro ano do ensino médio da cidade de Maringá com as variáveis de alfabetização financeira, sendo elas comportamento, atitude e conhecimento.

A educação brasileira discute mudanças com uma possível alteração da grade curricular escolar por meio da proposta de uma Base Nacional Curricular Comum (BNCC) nova; sendo que nela o Governo Federal propõe unificação na educação estadual e particular. A BNCC tem como objetivo fazer com que ao longo da Educação Básica os estudantes desenvolvam competências gerais por intermédio da mobilização do conhecimento, habilidades, valores e atitudes para solucionar problemas complexos da vida cotidiana (BRASIL, 1996).

A educação financeira é importante para a tomada de decisão em vários momentos na vida, logo, um jovem que tenha uma educação financeira válida terá mais eficácia e eficiência em suas finanças pessoais, estabelecendo uma relação saudável com a vida financeira desde cedo, facilitando a aptidão de um futuro independente financeiramente e com isso uma melhor qualidade de vida (CORREIA et al., 2009). A sociedade brasileira tem um grande desafio em almejar um grau satisfatório de educação financeira e conscientização juntamente com outros países subdesenvolvidos (METTE; MATOS, 2015).

Recentemente, no Brasil, até o ano de 2015, foi possível constatar um aumento de acesso ao crédito pela população em geral. Isso gerou uma ampliação do consumo, levanto uma discussão, mais tardiamente, sobre a decisão dos governos investirem mais em educação financeira. Nesta direção, de acordo com a pesquisa Standard and Poor's (S&P), Noruega, Dinamarca e Suécia tem 71% da população alfabetizada financeiramente, já Israel e Canadá possuem 68% de indivíduos alfabetizados. Tais números colocam esses cinco países como os que mais investem em educação financeira no mundo (STEFFAN, 2016). Na pesquisa realizada pela S&P Global Financial Literacy Survey, concidentemente os três países mais alfabetizados financeiramente são os que mais investem na mesma sendo a Dinamarca, Noruega e Suécia o topo do ranking, já o Brasil ficou atrás de 66 países, dentre eles alguns que são ditos como os mais pobres, como Togo e Madagascar. Para Costa (2016) aumentar a educação financeira irá contribuir para o aparecimento de oportunidades individuais, o que pode garantir um desenvolvimento econômico na sociedade como um todo.

O Brasil está vivendo um processo de continua mudanças na educação, onde tem tido transformações nos processos produtivos e na abordagem do conhecimento

interdisciplinar. No contexto da globalização e na consolidação da democracia, exigem que as escolas integrem os alunos ao mundo contemporâneo proporcionando uma cidadania e trabalho básicos e essenciais (TREVISAN et al.,2007). Os pais devem discutir com seus filhos sobre a educação financeira e lutarem para que essa seja incluída no currículo escolar para auxiliar no ensino do uso consciente do dinheiro (BORIOLA; MADUREIRA, 2006).

Em dados levantados pela Organisation for Economic Co-operation and Development (OCDE), que verificou na população adulta seu nível de educação financeira, encontrou um baixo desempenho brasileiro, colocando-o à 27ª colocação geral (RIBEIRO, 2016). De acordo com o SERASA Experian, a dívida de jovens de 18 a 25 anos é de 9,4 milhões, sendo que isso representa 15,7% da inadimplência do Brasil. A falta de controle dos gastos no início da vida adulta está diretamente ligada as “tentações” que existem para a compra de bens e serviços, podendo até influenciar no não pagamento das contas fixas obrigatórias, como transporte, alimentação e aluguel (QUADROS, 2016).

Assim, algumas indagações surgem referentes à aprendizagem dos alunos no ensino médio. Será que os alunos saem da educação básica carentes em informações úteis para se desenvolverem no mercado de trabalho? A educação financeira básica sendo aplicado na grade curricular no ensino médio potencializará oportunidades aos alunos? A alfabetização do aluno no ensino médio é capaz de - forma preditiva - prever o desempenho do jovem adulto com suas finanças? Seria possível evitar inadimplência futura? Essas e outras questões surgem neste âmbito de campo da pesquisa.

Cabe às escolas trazer um conteúdo contemporâneo que auxilie nas questões da vida cotidiana que o aluno irá encontrar ao concluir sua da educação básica. Nota-se a inexistência de consenso sobre a idade ideal para que as crianças tenham noções de educação financeira. Alguns defendem o ensino de finanças desde a educação infantil outros acreditam ser mais eficaz no ensino fundamental. É ressaltado que o assunto seja adequado a idade dos estudantes mediante contextualização da vida cotidiana e pedagogicamente recomenda o ensino de forma transversal envolvendo diversas disciplinas.

Conto et al (2015) comenta sobre a existência de pouco conhecimento sobre o comportamento financeiro dos alunos no ensino básico. Já Trevisan et al (2007) inquirindo sobre a importância da inserção de noções de finanças no currículo do ensino médio, na região de Santa Maria-RS, encontrou que 68% dos alunos têm interesse no oferecimento de uma disciplina de finanças em sala de aula e que 93% também ratificaram a importância da oferta de disciplina de educação financeira para os alunos do ensino médio.

Para um adequado comportamento financeiro dos alunos no ensino médio não é suficiente a geração de informações e aconselhamentos sobre finanças pessoais. Mais que isso, Conto et al. (2015) sugerem a estruturação de atividades educacionais de forma sistematizada e regular junto aos alunos.

## 2 | REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 Finanças no ensino médio do Brasil

A carência de conceitos básicos de finanças pessoais acarreta em grandes índices de endividamento da população brasileira, resultando em uma perda de qualidade de vida (SOUZA et al., 2013). A ausência da aprendizagem de noções de finanças nas escolas é uma das falhas que existem na educação brasileira, principalmente no ensino médio, onde muitas vezes é a última formação antecedente a entrada de um profissional no mercado de trabalho, devido ao baixo acesso da população brasileira ao ensino superior (TREVISAN et al., 2007). No entanto, o simples conhecimento sobre finanças pessoais não tornará a pessoa alfabetizada financeiramente (SILVA et al., 2017).

O sistema atual de ensino não está conseguindo seguir o fluxo das mudanças tecnológicas e globais que o mundo está gerando nas últimas décadas (TREVISAN et al., 2007). Foi feita uma pesquisa pela BM&FBOVESPA para avaliar o nível de conhecimento financeiro dos brasileiros e foi constatado que está muito abaixo (BRITO et al., 2012). Em entrevista realizada com especialistas na área da educação e finanças, foi confirmada a importância do aprendizado das noções de finanças para alunos do ensino médio, afirmando ainda que a organização curricular deve se basear nas necessidades do mercado de trabalho, de modo a atender as demandas sociais (TREVISAN et al., 2007).

Existe a necessidade de disseminar a cultura financeira, principalmente por conta da má distribuição de recursos e renda do país, por meio dela a população poderá compreender melhor suas decisões econômicas. Por conta disso, a inclusão da disciplina de educação financeira no currículo escolar, desde o ensino básico, mostra-se relevante para formação acadêmica, profissional e pessoal (BRITO et al., 2012). Maior desafio é a carência de programas que incentivem a educação financeira e a melhor conscientização da população (METTE; MATOS, 2015).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o documento utilizado como alicerce normativo que delinea o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagem que os alunos devem ser submetidos, com isso assegura-se os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes conforme determina o Plano Nacional de Educação (PNE). A BNCC foi determinada conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 e norteiam propostas curriculares e pedagógicas do ensino público e privado de educação infantil, educação fundamental e ensino médio (BRASIL, 1996).

Em 14 de dezembro de 2018 foi homologada pelo ministro da educação a BNCC para a etapa do ensino médio, criando um documento que abrange todas etapas da educação básica no Brasil, a mesma foi elaborada e debatida por comitês de professores, técnicos e gestores de educação que sugeriram melhorias no documento (BRASIL, 2018).

No ensino médio o conhecimento financeiro encontra-se na área de Matemática e suas tecnologias, onde os estudantes devem consolidar os conhecimentos desenvolvidos

na etapa anterior e agregar novos, ampliando o leque de recursos para resolver problemas mais complexos, que exijam maior reflexão e abstração. Também devem construir uma visão mais integrada da Matemática com outras áreas do conhecimento e da aplicação da Matemática à realidade (BNCC, 2018).

A BNCC vigente aponta competências e habilidades a serem abordadas no ensino médio em diversas áreas do conhecimento. Na matemática e suas tecnologias, considera-se de grande amplitude, o aluno deverá se apropriar de habilidades que favoreçam a interpretação e compreensão da realidade, e utilizar das ferramentas matemáticas para julgamentos bem fundamentados, também devem atingir um conhecimento que possibilite investigar questões de impactos sociais e que visem soluções para eventuais problemas.

Quanto a abordagem de finanças pessoais dos alunos do ensino médio, a BNCC defende que o estudante do ensino médio deverá ter a habilidade “aplicar conceitos matemáticos no planejamento, na execução e na análise de ações envolvendo a utilização de aplicativos e a criação de planilhas (para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros simples e compostos, entre outros), para tomar decisões” (BNCC, 2018, p. 534).

Quanto a matemática financeira no ensino médio, a BNCC aponta a necessidade dos alunos entenderem a relação da matemática com os problemas reais, de modo a desenvolver e instigar habilidades que amparam problemas cotidianos. A intercessão da BNCC é para que os alunos do ensino médio sejam capazes de resolver funções exponenciais e logarítmicas, além de compreender e interpretar as grandezas envolvidas nessas funções no contexto da matemática financeira (BNCC, 2018).

Releva-se a importância da orientação financeira na realidade do estudante já nas escolas, alunos e professores têm interesse e acreditam ser relevante a inserção de noções financeiras no currículo do ensino médio (TREVISAN et al., 2007). Couto et al. (2015) comenta que o Brasil carece de maiores pesquisas direcionadas a administração financeira pessoal, de modo a compreender os comportamentos dos indivíduos, principalmente daqueles que estão iniciando sua vida social e profissional, quando finalizam o ensino médio. Isso aponta a necessidade da introdução da alfabetização financeira nas escolas brasileiras, para que os alunos saiam com capacidade de tomada de decisões dessa magnitude após acabar essa fase de suas vidas.

## **2.2 Educação financeira versus alfabetização financeira**

A alfabetização financeira vem se fazendo importante no cenário mundial como componente da estabilidade financeira e de desenvolvimento econômico e financeiro, corroborando com esse fato, no ano de 2013 a OECD aprovou diretrizes sobre estratégias nacionais para alfabetização financeira que são almejados por diversos países, dando origem de vários seguimentos sobre conceitos de alfabetização financeira (OECD, 2013). Entretanto, existem barreiras para consolidação da alfabetização financeira, ela é

comumente confundida com educação financeira, porém possuem conceitos diferentes e não são sinônimos.

Segundo Verdinelli e Lizone (2014) a educação financeira tem como conceito o valor de compreender a inteligência de ler e interpretar números e utilizar isso para organizar seu planejamento financeiro, equilibrando suas atitudes financeiras e garantindo um consumo saudável. Outra extensão da educação financeira é que ela é importante para a tomada de decisão, de jovens que terão mais eficácia e eficiência em suas finanças pessoais, estabelecendo uma relação saudável com a vida financeira desde cedo, facilitando a aptidão de um futuro independente financeiramente e com isso uma melhor qualidade de vida (CORREIA et al., 2009).

Huston (2010) defende a abordagem de que a alfabetização financeira possui duas dimensões, uma seria o entendimento, no que compreenderia o conhecimento financeiro ou a educação financeira que o indivíduo possui, e a outra seria sua utilização, a aplicação desse conhecimento na gestão de suas finanças pessoais, dessa forma, a educação financeira seria parte do conceito de alfabetização financeira e não seu sinônimo. Desenredando, o foco da educação financeira é o conhecimento, já a alfabetização financeira engloba o conhecimento, o comportamento e a atitude do sujeito (MCCORMECK, 2009).

Lusardi e Mitchel (2011) argumentam que a administração financeira abarca vários conceitos como os de consciência e conhecimento financeiro, habilidades financeiras e capacidades financeiras, tornando a prática de avaliação de alfabetização financeira mais complexa devido a absorção de informações necessárias serem vastas. A investigação na área de alfabetização financeira vem crescendo nos últimos anos, mas possui pouca consistência, por ser um tema de conceitos diversos e com conotações diferentes de vários autores (Hung, Parker e Young, 2009).

A OECD apodera-se do conceito de que a alfabetização financeira é a combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento primordiais para tomada de decisões financeiras sólidas que alcancem o bem-estar financeiro particular de cada indivíduo (OECD, 2013). A Tabela 01 apresenta alguns de conceitos de alfabetização financeira e as dimensões que os autores adotam sobre o tema.

<b>Conceitos de Alfabetização Financeira</b>	<b>Dimensões</b>	<b>Autores</b>
Vai além da ideia básica da educação financeira, em que a influência do conhecimento financeiro sobre o comportamento é mediada pelas atitudes financeiras.	Conhecimento, comportamento e atitudes	Norvilitis e MacLean (2010)
Engloba a alfabetização financeira em três dimensões: o conhecimento financeiro, o comportamento financeiro e a atitude financeira.	Conhecimento financeiro, comportamento financeiro e atitude financeira	Atkinson e Messy (2012); OECD (2013)

A capacidade de compreender a informação financeira e tomar decisões eficazes, utilizando essa informação.	Compreensão e decisão	Robb, Babiarz, e Woodyard (2012)
O conhecimento financeiro e a aplicação desse conhecimento, com autoconfiança na tomada de decisões financeiras.	Conhecimento financeiro e aplicação do conhecimento	Huston (2010)
Mensurada através de um conjunto de perguntas que medem conceitos financeiros básicos, tais como capitalização de juros, inflação e diversificação de risco.	Conhecimento financeiro	Lusardi e Mitchell (2014)
O capital humano mais específico, medido através de questões de conhecimentos financeiros.	Conhecimento financeiro	Robb e Sharpe (2009)
A tomada de decisões financeiras informadas.	Decisões financeiras	Remund (2010)
A escolha de inúmeras alternativas para o estabelecimento dos objetivos financeiros.	Escolha eficaz	Criddle (2006)
A capacidade de usar o conhecimento e as habilidades adquiridas para uma melhor gestão.	Conhecimento financeiro e habilidades	Hung, Parker e Yoong (2009)

Tabela 1 - Conceitos e dimensões da alfabetização financeira.

Fonte: adaptado de Potrich, Vieira e Kirch (2015).

Para a OECD a alfabetização financeira possui três dimensões: o conhecimento financeiro, o comportamento financeiro e a atitude financeira (OECD, 2013). Para este trabalho considerou-se essa vertente da alfabetização financeira, que se define pela junção dos três elementos. O estudo também considerou, além das dimensões, o tempo em que cada dimensão se refere. Assim como consta na tabela 2, a dimensão do conhecimento, segundo Delavande, Rohwedder e Willis (2015), trata-se de um capital intelectual já adquirido, atribuindo-se ao passado, considerando que é algo que a pessoa já conquistou anteriormente; a dimensão do conhecimento, Kaiser e Menkhoff (2017) afirmam se tratar das reações que as pessoas tem em relação ao dinheiro, referindo-se ao presente; a terceira dimensão, atitude, segundo Ajzen (1991), se estabelece após resultados de comportamentos efetuados, logo referem-se ao futuro, uma vez que comportamentos tem que acontecer para que alguma atitude seja tomada.

Conceitos	Autores	Dimensão	Tempo
Capital intelectual financeiro adquirido ao longo dos anos de vida.	Delavande, Rohwedder e Willis (2015)	Conhecimento	Passado
Como o indivíduo se comporta em relação ao dinheiro.	Kaiser e Menkhoff (2017)	Comportamento	Presente
Estabelecida através de resultados econômicos de comportamentos anteriores que tendem a ser repetidas.	Ajzen (1991)	Atitude	Futuro

Tabela 2 – Relação dos conceitos e dimensões da alfabetização financeira com o tempo.

Fonte: elaborado pelos autores.

## 2.3 Conhecimento financeiro

A perspectiva do conhecimento financeiro é de que seja um capital individual adquirido ao longo dos anos da vida do sujeito, por meios dos assuntos financeiros das pessoas: receitas, despesas e até mesmo a poupança (DELANDE; ROHWEDDER; WILLIS, et al 2015).

A compreensão dos principais conceitos financeiros e a aplicação em seu dia-a-dia está relacionado diretamente com o conhecimento sobre o assunto (MEJÍA et al., 2015). O endividamento e as dificuldades de reservas e formação de patrimônio das pessoas estão diretamente ligados ao baixo conhecimento financeiro, e o seu desenvolvimento, ao menos em suas noções básicas, pode trazer equilíbrio financeiro (BRITO et al., 2012).

Dados da pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, feita pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) em 2019, mostrou 64,8% de famílias com dívidas e 24,3% de inadimplentes, revelando a dificuldade das pessoas em lidar com sua renda isso demonstra a importância da Educação financeira na vida dos brasileiros (SOUZA et al., 2013). Há questionamentos sobre a real consciência de lidar com produtos financeiros e tomar decisão sobre, questionando se existe conhecimento necessário para essas aplicações (DONADIO et al., 2016).

Para conceituar um alfabetizado financeiramente é imprescindível que o mesmo deva ter habilidades financeiras e confiança em seu comportamento para aplica-las nas suas tomadas de decisão, não basta apenas dispor do conhecimento financeiro (POTRICH et al., 2013). Segundo Trevisan et. al. (2007) as escolas continuam priorizando a formação acadêmica e profissional dos alunos, e deixando de lado a educação financeira, entretanto apresenta-se uma anomalia, pois a educação financeira é um mecanismo de formação profissional.

O conhecimento financeiro é raso de parte da população brasileira sobre questões como dinheiro, taxas de juros, desejo de consumir e real poder de comprar o desejado, noção do custo real de seu consumo, diferença entre compras à vista e a prazo (MINELLA

et al., 2017). O maior conhecimento financeiro auxilia em um aumento da consciência na tomada de decisão e suas variáveis, podendo ajudar nessa conscientização das pessoas por meio do conhecimento (METTE; MATOS, 2015).

## 2.4 Comportamento financeiro

O comportamento financeiro é como as pessoas se comportam em relação ao dinheiro (KAISER; MENKHOFF, 2017). Trata-se de como está sendo aplicado o conhecimento adquirido. O uso exagerado de recursos de crédito de forma impensada são consequências originadas da falta de estudos financeiros na estrutura formal educacional (MINELLA et al., 2017). O comportamento financeiro é essencial para um alfabetizado financeiramente, segundo a OECD (2013). São os comportamentos que levam aos resultados positivos, tais como bom planejamento de despesas e construção de determinada segurança financeira (AKTINSON; MESSY, 2012).

Os órgãos administrativos do país devem considerar a educação financeira um meio de crescimento e estabilidade econômica. Essa, por sua vez, deve iniciar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo de educação financeira precocemente (CONTO et al., 2015), pois influencia diretamente nas decisões diárias das pessoas e suas famílias, sendo fundamental para a sociedade brasileira (SOUZA et al., 2013).

No estudo sobre o comportamento dos alunos do ensino médio, a alfabetização financeira não se trata apenas de levar informações ou aconselhamentos, devem-se estruturar atividades educacionais sobre o conteúdo, sistematizando e regularizando (CONTO et al., 2015). O aprendizado de conceitos básicos de finanças direciona na compreensão e racionalização de problemas cotidianos, ao incentivar as habilidades financeiras das pessoas a uma interação entre indivíduo e economia, conscientizando a tornar-se mais crítico, cauteloso e criterioso para com as suas escolhas financeiras (BRITO et al., 2012).

De acordo com Conto et al. (2015), cursos de finanças pessoais em alunos do ensino médio geraram reflexos positivos imediatos, sugerindo assim que essas orientações financeiras sejam realizadas com frequência e não por meio de ações isoladas. Estudantes que tem em sua grade curricular universitária disciplinas relacionadas à finanças, apresentam um grau maior de alfabetização financeira. Esse resultado mostra a extrema importância de abordagem do assunto (POTRICH et al., 2013).

Há uma falta de procura de cursos sobre finanças como forma de controlar gastos e planejamento futuro financeiro, que vão além dos aspectos educacionais como ensino fundamental, médio e superior (MINELLA et al., 2017). Em pesquisa realizada por Conto et al. (2015), foi constatado em alunos do ensino médio que somente um terço dos pesquisados poupava dinheiro, e apenas um quarto tinham controle de suas finanças pessoais, e menos da metade tinha qualquer planejamento financeiro.

## 2.5 Atitude financeira

No dicionário, a palavra atitude é definida como “maneira de se comportar, agir ou reagir, motivada por uma disposição interna”, logo atitude financeira está relacionada com a maneira que o indivíduo age com suas finanças. Atitudes financeiras são estabelecidas através de crenças econômicas que foram implantadas após bons resultados de comportamentos anteriores, se tornando fator principal para tomada de decisões pessoais (AJZEN, et al, 1991).

A atitude financeira está relacionada com a maneira que a pessoa irá agir, protelando algo que irá ocorrer de acordo com o conhecimento adquirido anteriormente, premeditando ações futuras. Para Jorge (2017) atitude financeira é sinônimo de educação financeira, pois é necessário mudar as atitudes para adquirir uma qualidade de vida financeira.

Muitas pessoas têm atitudes incompatíveis com o que é racionalmente esperado, para isso as finanças comportamentais buscam uma explicação psicológica para a influência do mercado financeiro nos indivíduos (METTE; MATOS, 2015). O modo de lidar com as finanças tem se alterado com o tempo, vários empecilhos têm limitado e mudado as concepções das pessoas quanto ao uso do próprio dinheiro (SOUZA et al., 2013).

## 3 | METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva, onde expõe características de determinado fenômeno ou população, podendo estabelecer correlações de variáveis, não tendo a responsabilidade de explicar os fenômenos que descreve (VERGARA, 2004). O grau de alfabetização financeira será avaliado por meio dos sujeitos da pesquisa, que de acordo com Vergara (2004, p.53), “são pessoas que fornecerão os dados que necessita”.

No que se refere à natureza do problema, a pesquisa é classificada como aplicada. Para Vergara (2004, p. 47), a pesquisa aplicada “é motivada pela necessidade de resolver problemas concretos, mais imediatos ou não. Tem, portanto, finalidade prática”.

Referindo-se a abordagem da pesquisa é quantitativa, pois se utiliza de procedimentos estatísticos, para descrição do fenômeno estudado (VERGARA, 2004). Quanto ao método de coleta de dados, foi realizado por meio de um questionário aplicado a alunos do terceiro ano do ensino médio dos colégios das cidades de Maringá e região, realizada aleatoriamente, conforme a disponibilidade da escola para atender.

Quanto a amostragem que para Vergara (2004, p.50), é definir a população como todo e não somente a amostral, sendo a população não o número de habitantes do local, mas sim um conjunto de elementos que possuem características que serão objeto de estudo. Utilizando-se a amostragem por conglomerados, selecionados conglomerados como empresas, universidades (VERGARA, 2004). No caso de estudo a amostragem conglomeradas foi em colégio que possuem terceiro ano do ensino médio em Maringá-PR.

O estudo foi delimitado as cidades de Maringá e Tamboara no estado do Paraná, com

3 colégios e em turmas do terceiro ano do Ensino Médio, 2 colégios de cunho privado e 1 de cunho público, obtendo um número de 163 questionários aplicados no segundo semestre letivo de 2019. O questionário aplicado, possui 12 questões com o intuito de identificar o perfil dos pesquisados e 18 questões para identificar o conhecimento, comportamento e atitudes financeiras.

O questionário foi dividido em blocos, o Bloco A destinado para variáveis de controle, tendo 8 questões para identificação do perfil do entrevistado. O Bloco B com 7 questões para identificação do comportamento do entrevistado, usando escala *likert* de 1 a 7. O Bloco C consiste em 3 questões voltadas às atitudes financeiras, seguindo também a escala *likert* de 1 a 7. E o Bloco D composto por 8 questões, com a finalidade de mensurar o conhecimento financeiro do entrevistado por meio de perguntas teste.

O questionário foi baseado na estrutura da Figura 1 apresentada abaixo, partindo do princípio de que a alfabetização financeira é formada por 3 dimensões, sendo elas o conhecimento, o comportamento e a atitude, buscou-se observar qual o grau de influência das variáveis de controle no grau de alfabetização dos alunos entrevistados.



Figura 1: Estrutura da pesquisa.

Fonte: elaborado pelos autores.

Para condução desta pesquisa, foram estruturadas algumas hipóteses de pesquisas, a fim de serem aceitas ou rejeitadas: H1: Aluno de colégio privado tem melhor grau de alfabetização financeira. H2: Aluno que trabalha tem melhor grau de alfabetização financeira. H3: Aluno que recebem mesada tem melhor grau de alfabetização financeira. H4: Pais que jogam na loteria tem filhos com menor grau de alfabetização financeira. H5: Pai graduado apresenta filhos com melhor grau de alfabetização financeira. H6: Mãe graduada apresenta filhos com melhor grau de alfabetização financeira. H7: Filhos de pais separados apresentam melhor grau de alfabetização financeira.

Os construtos foram analisados por intermédio de softwares como Excell e SPSS a fim descrever se os alunos apresentam condições de elevado ou baixo grau de alfabetização financeira. O comportamento financeiro foi calculado em média, sendo quanto maior a média melhor a avaliação. Já a atitude financeira foi avaliada quanto menor a média melhor a avaliação, e para o conhecimento financeiro foi calculado por meio da porcentagem de acertos, com polaridade ascendente.

Procurou-se, também, na análise dos dados, por encontrar diferenças entre as condições por intermédio das variáveis de controle. Verificou-se a normalidade estatística dos dados, por meio da análise dos histogramas e verificação de outliers extremos. Alguns poucos *missing values* foram encontrados e sofreram correções de modo a realçar a média ou moda dos dados coletados.

## 4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo os 163 questionários coletados, 128 alunos são de colégio privado e 35 são de colégio público, todos do turno matutino e de 2 municípios, sendo eles Maringá/PR (79,1%) e Tamboara/PR (20,9%). A média de idade desses alunos é de 17 anos, onde 45,4% são do sexo masculino e 54,6% são do sexo feminino. Ainda, como participantes da pesquisa houve uma amostra majoritariamente formada por pessoas que não trabalham (88,3%), que não recebem mesadas (69,9%), que tem pais homens não graduados (50%), mas apresentam mães mulheres graduadas (57,1%), adolescentes que, em sua grande parte, residem com 4 ou mais pessoas (60,1), e apresentam pais que não jogam na loteria ou mega-sena (54,3). A Tabela 3 descreve outras características que traçam o perfil dos participantes da pesquisa.

<b>Fator</b>	<b>Grupo</b>	<b>%</b>
Colégio	Público	21,5
	Privado	78,5
Sexo	Feminino	54,6
	Masculino	45,4
Trabalho	Sim	11,7
	Não	88,3
Mesada	Recebem	30,1
	Não Recebem	69,9
Pai graduado	Sim	38,9
	Não	50,0
	Não sabem	11,1
Mãe graduada	Sim	57,1
	Não	37,4
	Não sabem	5,5
Número de residentes em casa	2 pessoas	11,7
	3 pessoas	28,2
	4 pessoas	46
	5 pessoas ou mais	14,1
Loterias	Jogam	45,7
	Não jogam	54,3
Estado civil dos pais	Pais juntos	65,2
	Pais separados	24,3

Tabela 3 – Descrição das variáveis de controle.

Fonte: elaborado pelos autores.

Dos dados apresentados acima destacamos que no fator de graduação 57,1% das mães possuem graduação, enquanto 38,9% dos pais possuem graduação, uma diferença de 18,2 pontos percentuais. Poucos alunos assumem receber mesada (apenas 30,1%) e apenas 11,7% trabalham. Quase metade da população pesquisada residem com mais 4 pessoas em casa.

Quando questionados sobre qual realidade mais representavam suas finanças pessoais, 87,9% dos alunos afirmam que já conversaram com alguém da família sobre o assunto, 46,5% já pesquisaram na internet sobre o tema, 37,6% já assistiram algum programa de televisão sobre finanças, 35,7% apontam ter tido aula sobre “dinheiro” ou “finanças”, 24,2% disseram já ter assistido uma palestra de finanças e apenas 4,5% já fez curso sobre o tema, suas proporções estão melhor representadas no gráfico representado pela Figura 2.

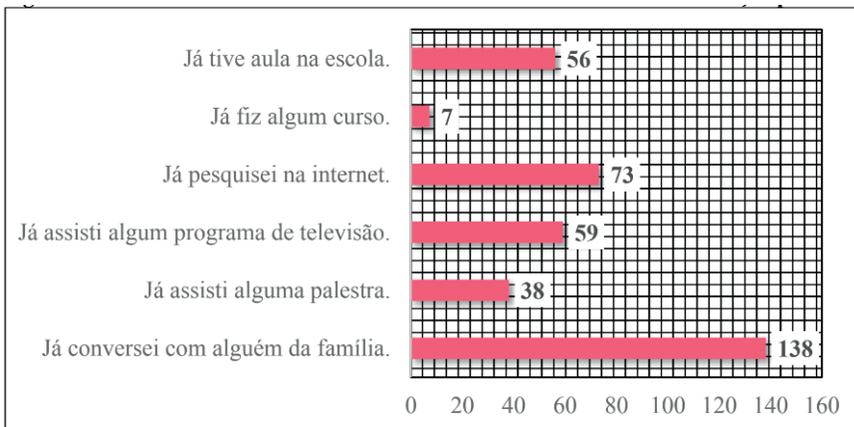


Figura 2 – Gráfico do resultado realidade da vida dos alunos sobre finanças pessoais.

Fonte: elaborado pelos autores.

Com intuito de analisar a influência das variáveis de controle no nível de alfabetização financeira dos entrevistados, através do *software* SPSS, foi calculado as médias das 3 dimensões da alfabetização financeira de acordo com cada variável, apresentadas na Tabela 4. Pontuando que média de conhecimento foi dada no mesmo conceito de avaliação na escola, notas de 0,00 a 10,0, logo, quanto mais próximo de 10,00 melhor; a média do comportamento financeiro foi baseada na escala *likert* de 1 a 7, quanto mais próximo de 7 melhor; a atitude financeira também foi medida com escala *likert* de 1 a 7, porém inversamente, as melhores atitudes são as próximas de 1.

Variáveis de controle	Média Comportamento Financeiro	Média Atitude Financeira	Média Conhecimento Financeiro
Colégio Público	5,47	2,94	4,57
Colégio Privado	5,54	2,77	6,79
Sexo Feminino	5,34	2,86	5,98
Sexo Masculino	5,74	2,74	6,72
Possuem pai graduado	5,58	2,64	6,61
Não possuem pai graduado	5,48	2,87	6,49
Não sabem se tem pai graduado	5,53	3,07	4,60
Possuem mãe graduada	5,59	2,86	6,55
Não possuem mãe graduada	5,49	2,68	6,29
Não sabem se tem mãe graduada	5,01	3,04	4,17
Trabalha	6,00	2,21	6,97
Não trabalha	5,46	2,88	6,23

Recebe mesada	5,67	2,81	6,62
Não recebe mesada	4,46	2,80	6,19
Mora com pai e mãe	5,51	2,88	6,27
Mora só com mãe	5,60	2,61	6,41
Mora só com pai	4,71	4,11	7,50
Mora com avós	5,71	1,83	6,56
Mora com outros	5,50	2,66	6,06
Pais jogam na loteria	5,49	2,83	6,25
Pais não jogam na loteria	5,55	2,78	6,37

Tabela 4 – Médias de Dimensões da alfabetização financeira x variáveis de controle.

Fonte: elaborado pelos autores.

O primeiro destaque vai para a média do conhecimento nos colégios, a média do conhecimento de alunos do colégio privado é maior do que a média de alunos do colégio público, sendo as médias 6,79 para 4,57, isso se justificaria devido ao ensino médio privado no Brasil ser superior ao público, de modo geral. De outra forma, analisando as médias nas dimensões comportamento e atitude, ser de colégio público ou privado não tem tanta influência, percebendo-se que ambas médias são bem próximas. Logo, o comportamento e a atitude no âmbito financeiro é influenciado por outros critérios e valores.

Quanto ao sexo dos alunos, destaca-se novamente a dimensão do conhecimento, os meninos obtiveram maior média. No quesito atitude e comportamento, tanto menino, quanto menina, apresentam atitudes e comportamentos aproximados. É possível inferir, de modo geral, melhor conhecimento matemático financeiro dos meninos.

Analisando a influência da graduação dos pais, entendemos que alunos de mãe e pai com ensino superior tem maior conhecimento financeiro e melhor comportamento financeiro também, ao observar atitude, os números apontaram que os alunos de pais com graduação possuem melhores atitudes do que de mães graduadas, apesar disso, as médias não apontam grandes diferenças sendo média de atitude de 2,64 para 2,86, respectivamente.

De um total de 163 respondentes, apenas 19 alunos trabalham, as médias desses alunos para as dimensões da alfabetização financeira expressam-se maiores do que aqueles que não trabalham, baseando-se nisso, quem trabalha tem tendência a ser mais alfabetizado financeiramente. Assim como o comportamento de quem possui mesada se manifestou melhor, mas não se diferenciou significativamente se tratando das demais dimensões.

Dos alunos entrevistados, 65,2% deles moram com pai e mãe, os demais são de pais separados. Cruzando as médias das dimensões da alfabetização financeira com a variável de controle em questão, observou-se que a pequena parcela de alunos que

possuem pai separado apresentou maior grau de conhecimento financeiro (7,5) enquanto os alunos que tem mães separadas apresentaram a média de 6,41. Em contrapartida, as piores das atitudes curiosamente foram atribuídas ao mesmo grupo de pais separados, como já citados, são os que tem, estatisticamente, o maior conhecimento.

Referente a algumas relações das variáveis de controle com as três dimensões da alfabetização financeira, o presente estudo apontou que, na dimensão de atitude financeira os alunos que moram com avós (os que apresentaram melhores atitudes) tem grande margem discrepância quando comparados com alunos que moram com o pai, sendo as médias de 1,83 e 4,11 respectivamente, lembrando que quanto maior a média, pior a atitude financeira do aluno. No âmbito do comportamento, a particularidade encontra-se no perfil de alunos que recebem mesada com os que não recebem mesada, a diferença encontrada entre as médias é de 1,21, a favor dos que recebem mesada, corroborando com a hipótese de que os alunos que recebem mesadas têm maior grau de alfabetização destacando-se na dimensão do comportamento.

Os alunos com pais separados temos dois pontos importantes a serem analisados. Primeiramente, os alunos que moram só com seu pai apresentaram maior conhecimento financeiro do que os que moram apenas com a mãe, sendo atribuídas as notas de 7,5 e 6,41, respectivamente, porém, quando analisamos os construtos de atitude e comportamento, temos que aqueles que moram apenas com a mãe apontaram-se superiores nesse quesito, colocando o grau de alfabetização dos mesmos em um nível maior do que o outro grupo.

O início da pesquisa contava com o pressuposto de que pais que jogavam na loteria teriam influências negativas sob o grau de alfabetização financeira de seus filhos, essa hipótese foi confirmada com os entrevistados, as médias dos alunos cuja os pais não jogam foram maiores em todas as dimensões da administração financeira. No geral, os pressupostos criados antes da conclusão da pesquisa tiveram grande aceitação, com exceção da H7 que apenas é confirmada quando se tratava do grupo de mães separadas, os pais separados não atingem grau maior do que os pais que ainda são casados.

## **5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo teve por objetivo identificar o grau de alfabetização financeira dos alunos do ensino médio, de forma a responder a seguinte questão: Qual o grau de alfabetização financeira de alunos do Ensino Médio público e privado de Maringá e região?

A partir do pressuposto de que a alfabetização financeira possui 3 dimensões, juntamente com variáveis de controle, perfis dos alunos do ensino médio foram traçados e o objetivo da pesquisa foi atendido. A partir dos achados da pesquisa, vemos que algumas das variáveis de controle possuem ligações com a realidade de finanças pessoais dos alunos do ensino médio.

Com base nos dados coletados pode-se identificar que alunos dos colégios

particulares são mais alfabetizados financeiramente, apresentando melhores médias em todas as dimensões: atitude, comportamento e conhecimento financeiro. Na mesma direção foi possível constatar melhor grau de alfabetização financeira para os alunos que trabalham, para os alunos que recebem mesada e para os alunos que tem pais que não jogam na loteria ou mega-sena, mais conhecidos como “jogos de azar”.

Analisando as dimensões isoladamente, quem apresentou ter pior comportamento financeiro foram os estudantes que não recebem mesada, provavelmente por não ter responsabilidade sobre nenhuma receita própria, os melhores comportamentos são daqueles que trabalham. No quesito atitude, as piores advêm de alunos que moram só com o pai, e as melhores atitudes do perfil de alunos que moram com os avós. Referente ao conhecimento, a maior nota veio do grupo formado pelos alunos que moram só com o pai, e o menor grau de conhecimento financeiro está com o grupo de alunos que nem conhecem as suas mães, ou seja, indicaram não saber o grau de escolaridade de suas mães.

A análise do estudo, tomando como base as hipóteses estruturadas na metodologia, percebeu-se que a H1 foi aceita, o aluno de colégio privado realmente mostrou maior grau de alfabetização financeira. A H2 considerou o aluno que trabalhasse seria melhor alfabetizado financeiramente, através da pesquisa, essa hipótese também foi admitida, assim como a H3, que aponta que alunos que recebem mesada apresentam maior grau de alfabetização financeira. A hipótese H4 cogitou que os pais que jogam na loteria, tem filhos com menor grau de alfabetização, após a análise das entrevistas, essa hipótese foi comprovada, alunos que possuem pais que não jogam na loteria acabaram atingindo melhores médias nos três construtos da alfabetização financeira. As hipóteses H5 e H6 considerava a relação da graduação do pai e da mãe com o grau de alfabetização dos filhos, onde pais graduados teriam filhos melhores alfabetizados financeiramente, as duas hipóteses foram confirmadas, porém aqueles que possuem pais graduados tiveram diferenças mais expressivas nas três dimensões da alfabetização, enquanto jovens com mãe graduadas tem atitudes piores que os jovens que a mãe não possui graduação. A última hipótese H7 seria relacionada aos alunos de pais separados, essa hipótese só é aceita quando consideramos a alfabetização de filhos que moram apenas com suas mães, fora isso, o grupo de pais separados não supera o grau de alfabetização financeira dos pais que ainda são casados.

Como recomendação para estudos futuros, ressalta-se a possibilidade de pesquisas longitudinais onde possa observar-se a mudança no grau de alfabetização financeira dos alunos ao decorrer dos anos, e quais as adoções do governo brasileiro em relação a alfabetização financeira dos colégios públicos.

## REFERÊNCIAS

ABDALA, Vitor. **Endividamento e inadimplência do consumidor tem alta em agosto**. 2019. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-09/endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-tem-alta-em-agosto>>. Acesso em: 30 set. 2019.

ATKINSON, A; MESSY F. **Measuring Financial Literacy: Results of the OECD / International Network on Financial Education (INFE) Pilot Study**. OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions, No. 15, OECD.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Brasil: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2019.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Educação é a base. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

BRITO, L. C.; BAPTISTA, J. A.; SILVA, S. R.; BRAZ, S.; HENRIQUE, M. R. **A importância da educação financeira nos contextos acadêmico e profissional: um levantamento de dados com alunos universitários**. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 9, Anais. Resende, 2012.

BORIOLA, C.; MADUREIRA, M. **Educação financeira para adolescentes**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/noticias/negocios/educacao-financeira-para-adolescentes/7340/>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

CONTO, S.M; FALEIRO, S.N; FUHR.I.J; KRONBAUER, K.A. **O comportamento de alunos do ensino médio do vale do Taquari em relação às finanças pessoais**. Florianópolis: Revista eletrônica de Estratégia & Negócios, 2015.

CORREIA, T. S.; LUCENA, W. G. L.; GADELHA, K. A. D. L. A educação financeira como um diferencial nas decisões de consumo e investimento dos estudantes do curso de Ciências Contábeis na grande João Pessoa. In: Congresso UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade, 3, **Anais...** Florianópolis, 2009.

COSTA, Carlos. **A Educação Financeira pelo mundo**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/noticias/economia-e-financas/a-educacao-financeira-pelo-mundo/107760/>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

DONADIO, R.; SOUSA, A.F.; SILVEIRA, A.; **Educação financeira de estudantes universitários: uma análise dos fatores de influência**. São Paulo: ago. 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18897?show=full>>. Acesso 20 abr. 2019.

FELIPE, I. J. S; CERIBELI, H. B.; LANA; T. Q. **Investigating the level of financial literacy of university students**. RACE. Joaçaba, v. 16, n.3, p. 845-866, set./dez. 2017.

JAPPELLI, T; PADULA, M. **Investment in financial Literacy and sanving decisions**. Centre for Studies in Economics and Finance. Naples, Working Paper n.272, 2011.

JORGE, D. **Educação financeira é sinônimo de mudanças de atitude**. Disponível em: <<http://www.dsop.com.br/artigos/2017/08/educacao-financeira-mudancas-de-atitude>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

KAISER, T.; MENKHOFF, L. **A Educação Financeira Impacta Literacia Financeira e Comportamento Financeiro, e se sim, Quando?** DIW Berlin Discussion Paper No. 1562. Maio 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2753510>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MCCORMICK, M. H. **The effectiveness of youth financial education: a review of the literature.** Indianapolis: Networks financial Institute at Indiana State University, n.2902, 2009.

MEJÍA, D.; PALLOTTA, A.; EGÚSQUIZA, E.; PALÁN, C. Encuesta de medición de las capacidades financieras em los países andinos. Peru: CAF, 2015.

METTE, F. M. B.; MATOS, C. A. **Uma análise bibliométrica dos estudos em educação financeira no Brasil e no mundo.** RIMAR – Revista Interdisciplinar de Marketing, v.5, n.1, p. 46-63, 2015.

MINELLA, J.M.; BERTOSSO, H.; PAULI, J.; CORTE, V. F. D.; **A influência do materialismo, educação financeira e valor atribuído ao dinheiro na propensão ao endividamento de jovens.** Salvador; Revista Gestão e Planejamento, v.18, p.182-201, jan. /dez. 2017.

OECD. **Education at a Glance 2013: OECD Indicators.** OECD Publishing. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/eag-2013-en>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. **Determinantes da alfabetização financeira: Análise da influência de variáveis socioeconômicas e demográficas.** Revista Contabilidade e Finanças - USP. São Paulo, v. 26, n. 69, p. 362-377, set./ out./ nov./ dez. 2015.

QUADROS, Gustavo. **Como administrar seu dinheiro.** Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/jovens-como-administrar-seu-dinheiro/100369/>>. Acesso 03 jun. 2019.

RIBEIRO, Ana. **Quando se trata de educação financeira, Brasil fica mal na foto.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/negocios/quando-se-trata-de-educacao-financeira-brasil-fica-mal-na-foto-20385966>>. Acesso 20 abr. 2019.

SILVA, G. O.; SILVA, A. C. M.; VIEIRA, P. R. C.; NEVES, M. B. E.; DESIDERATI, M. C. Alfabetização financeira versus educação financeira: um estudo do comportamento de variáveis socioeconômicas e demográficas. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 7, n. 3, p. 279-298, 2017.

SILVA, T. P. Et. al. **Financial education level of high school students and its economic reflections.** RACE. Joaçaba, v.16, n.3, p. 845-866, set./dez. 2017.

SOUZA, R.C; SILVA, F.S.B; BARROS, I.M; QUEIROZ, M.G.M.; **A importância da educação financeira no contexto atual:** a realidade dos bairros riacho do meio e Manoel Deodato em Pau dos Ferros- RN. Pau de Ferros: Revista Extendere, p.180 -193, Jan./Jun. 2013.

TREVISAN, R.; MELLO, F. P.; SILVA, T. M.; CERETTA, P. S.; VISENTINI, M. S. **A importância da aprendizagem de noções de finanças no ensino médio das escolas de Santa Maria.** Rio de janeiro: Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (ON LINE), v.12, n.1, p. 1-17, 2007.

VERDINELLI, M. A.; LIZOTE, S. A. **Relações entre finanças pessoais e as características dos estudantes universitários do curso de Ciências Contábeis.** Congresso UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade, 5, Anais. Florianópolis, 2014.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

# CAPÍTULO 4

## O EFEITO DA REPETIÇÃO DE TAREFA NA PRODUÇÃO ORAL EM PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA

*Data de aceite: 01/06/2021*

**Benedita Maria do Socorro Campos de Sousa**

Universidade Federal do Pará, Faculdade de Linguagem – Cametá-Pará  
<http://orcid.org/0000-0002-3597-0416>

**RESUMO:** O presente artigo parte do pressuposto de que aprender a falar uma segunda língua requer o desenvolvimento de muitas habilidades, entre elas as cognitivas complexas como: fluência, acurácia e complexidade. Bygate (2001) investigou se a repetição de uma determinada tarefa pode trazer benefícios à produção oral em L2. Com base em seu estudo sobre a narrativa, buscamos verificar se em língua portuguesa como L2, ao repetir a mesma tarefa o falante pode apresentar ganhos em relação à acurácia, à complexidade e à fluência. Estudo realizado por Bygate (2001) mostrou que a repetição traz ganhos em termos de complexidade, mas perde em termos de precisão gramatical, que corresponde à acurácia. No experimento que fizemos, em duas etapas, constatamos resultados diferentes. Na primeira etapa da pesquisa, encontramos resultados semelhantes aos de Bygate (2001), pois o falante teve ganho na velocidade da fala, correspondente à fluência e na complexidade, mas a precisão gramatical parece ter sido prejudicada. Notamos assim que a realização da tarefa de repetição corroborou os resultados apresentados por Bygate (2001). Na segunda etapa, os resultados apontaram para

o aprimoramento da precisão gramatical e da complexidade, em detrimento da fluência. Desse modo, confirmamos duas das três hipóteses propostas para o estudo de repetição de tarefa.

**PALAVRAS - CHAVE:** Fluência. Acurácia. Complexidade. Repetição de Tarefas. Língua Portuguesa como L2.

### EFFECT OF TASK REPETITION ON ORAL IN PORTUGUESE AS A SECOND LANGUAGE

**ABSTRACT:** This article assumes that learning to speak a second language requires the development of many skills, among them the complex cognitive as: fluency, accuracy and complexity. Bygate (2001) studied if repetition of a certain task can bring benefits in the oral production in L2. Based on his study of the narrative, we seek to verify if Portuguese as L2 to repeat the same task the speaker can present gains against the accuracy, complexity and fluency. According Bygate (2001), repetition brought gains in terms of complexity, but lost in terms of grammatical precision, which corresponds to accuracy in the experiment we did for checking this study, we found two results at different stages. In the first research phase we found results similar to Bygate (2001), because the speaker had won at the speed of speech, it corresponds to the fluency and complexity, but the grammatical accuracy appears to have been damaged, so we note that holding the repetition task corroborated the results presented by Bygate (2001b), in the second phase, the results pointed to the improvement of grammatical accuracy and

complexity at the detriment of fluency. Thus, we confirm two of the three hypotheses proposed by the task of repetition.

**KEYWORDS:** Fluency. Complexity. Accuracy. Repetition of task. Portuguese L2.

## 1 | INTRODUÇÃO

Falar uma língua é uma habilidade cognitiva que envolve alta complexidade e muitos processos, falar uma língua estrangeira então não seria diferente. Tal como ocorre com a L1, a complexidade se constitui por meio de vários subprocessos e habilidades. Segundo Anderson (1995), a maioria desses subprocessos ocorrem sem a nossa sensibilização e / ou controle e devem ser automatizados, de modo que os recursos atencionais necessários para executar outras funções fiquem livres.

Entre as aspirações de um aprendiz de L2, está a de ser capaz de se expressar oralmente. Contudo, no processo de aquisição de L2, os estudos ainda são voltados para a escrita e a produção oral só ultimamente vem ganhando mais espaço. De acordo com Fortkamp (2003), o estudo do desempenho oral em L2 avançou significativamente nas duas últimas décadas, mas os pesquisadores ainda encontram muitas dificuldades em como melhor desenvolver esses estudos de forma produtiva considerando uma perspectiva teórica e pedagógica. Por essa razão, a produção oral de L2 é pouco testada e mal compreendida. A autora atribui a falta de estudo da produção oral de L2 a um fenômeno mais antigo decorrente da falta de investigação da primeira língua e das dificuldades em lidar com tecnologias necessárias para o seu empreendimento.

Segundo Bergsleithner (2009), a maioria dos aprendizes de uma L2/LE se preocupa principalmente com o desenvolvimento de uma das quatro habilidades: a habilidade oral, que envolve práticas de uso da linguagem oral, pois acreditam que essa os beneficiará na comunicação oral em diversos contextos do dia a dia ou em contextos na escola ou na universidade. Assim, para facilitar o ensino da oralidade, muitas estratégias já foram criadas, entre elas o ensino por meio de tarefas. Ellis e Yuan (2004) ressalta que a repetição pode ser vista como um tipo especial de planejamento pré-tarefa, daí a necessidade de a produção oral poder ser refeita, buscando o aperfeiçoamento de certas habilidades. Os estudos realizados por meio de tarefas apresentam uma relativa frequência nos últimos anos, e muitos se concentram no estudo do planejamento e de seus efeitos. Este artigo em particular centra-se especificamente no efeito da repetição.

O estudo do inglês como L2 apresenta maior número de estudos, tanto no que se refere à língua escrita quanto à língua oral, o que permite uma visão mais ampla da compreensão e da explicação de vários fenômenos linguísticos dessa língua. Contudo, o mesmo não ocorre com a língua portuguesa, sendo raros os trabalhos que a focalizam como uma língua estrangeira, talvez em decorrência da situação geopolítica que ocupa no mundo, ou seja, o quinto lugar no *ranking* mundial, como língua nativa, o sexto lugar, como

língua nativa e segunda língua, bem como sexto lugar no mundo dos negócios (segundo dados do Observatório da Língua Portuguesa). O presente artigo visa apresentar uma experiência com a língua portuguesa como L2 e propor uma discussão acerca da fluência, da acurácia e da complexidade dos aprendizes.

Segundo Almeida Filho (s/d, p. 2) um degrau mais elevado de civilização passa a ser transposto quando uma sociedade, por meio de suas instituições, começa a se preparar para pesquisar e ensinar a sua língua como estrangeira (LE) e/ou segunda língua (L2). Isso nos leva a refletir sobre as reais condições do Brasil para desenvolver um ensino de língua portuguesa a falantes de outra língua, ou seja, ensinar a língua portuguesa como língua estrangeira (PLE). O mesmo autor propõe uma resposta a essa questão, avaliando o desenvolvimento das instituições brasileiras como mediano, com muitas lacunas e apontando como uma das principais a ausência de política explícita para o ensino de PLE.

Dada a complexidade do ensino de uma língua segunda, muitos esforços têm sido feitos para a superação de dificuldades no ensino e muitas experiências surgem na tentativa de apontar o melhor caminho para o ensino-aprendizagem de L2. Uma das técnicas mais recentes consiste no desenvolvimento do ensino por meio de tarefas, que visa permitir ao estudante o contato com a língua foco e oportunizar novas experiências para que ele possa reconstruí-las mediante a repetição ou o planejamento, entre outras modalidades. A nossa discussão está pautada no efeito da repetição de uma tarefa narrativa.

O efeito da repetição de tarefa de produção oral na língua portuguesa como segunda língua constitui o tema do presente artigo, o qual visa investigar se a repetição de uma determinada tarefa desempenhada oralmente pelo mesmo participante da pesquisa influencia o desenvolvimento da fluência, da acurácia (precisão gramatical) e da complexidade. Esses três aspectos serão explanados sucintamente na próxima seção.

## **2 | A REALIZAÇÃO DE TAREFAS NO ENSINO DE L2**

Nesta seção, falaremos acerca do ensino da língua com base na realização de tarefas. Inicialmente, descreveremos brevemente o seu funcionamento e depois verificaremos de que forma ela pode interferir no desenvolvimento da complexidade, da acurácia e da fluência na produção oral de uma segunda língua.

### **2.1 Conceito e funcionamento da tarefa**

Segundo Cardoso et al. (2008), o ensino baseado em tarefas surgiu em 1980, advindo da necessidade de proporcionar ao ensino de línguas maior ênfase ao significado ao invés da forma, pois “o foco na forma inibia o aprendizado de línguas” (PRAHBU, 1987). Assim, os pesquisadores propuseram atividades com foco no significado, as quais receberam o nome de *tarefas*.

Como o desenvolvimento do ensino baseado em tarefas ainda é muito recente, entre as inovações teóricas e pedagógicas, consideramos adequado ressaltar o conceito

de tarefa. Um dos mais correntes diz respeito a “atividades nas quais a língua alvo é usada pelo aprendiz com um fim comunicativo com o intuito de se atingir um objetivo.” (WILLIS, 1996, p. 23). Outros autores como Bygate, Skehan e Swain (2001, p.11) também seguem essa mesma linha de definição “uma atividade que requer que os aprendizes usem a língua, com ênfase no significado, para atingir um objetivo”.

## **2.2 Complexidade, acurácia e fluência na produção oral**

### **2.2.1 Complexidade**

Segundo Ellis e Yuan (2004), a complexidade consiste na capacidade do aprendiz de usar linguagem mais avançada com a possibilidade de que tal linguagem não precise ser controlada tão efetivamente. Isso também envolve uma grande vontade de arriscar e de usar menos subsistemas de linguagem controlada.

### **2.2.2 Acurácia**

Caracteriza-se a acurácia como a habilidade para lidar com um nível de complexidade da interlíngua e diz respeito à capacidade de evitar possíveis erros no desempenho. Reflete o controle mais elevado no uso da língua, assim como a prevenção de estruturas que possam desencadear erros, sendo também chamada de precisão gramatical. Ellis e Yuan(2004), que a concebe como a habilidade de se evitarem erros no desempenho, acredita na possibilidade de reflexão de altos níveis de controle na linguagem e na capacidade de escolhas de estruturas, evitando aquelas que poderiam conduzir ao erro. Enquanto a complexidade é mais desafiadora, a acurácia é mais conservadora, fugindo aos subsistemas.

### **2.2.3 Fluência**

Capacidade do aprendiz para produzir uma língua em tempo real sem demoras, pausas e hesitações, conforme a define Foster e Skehan (1996, p. 304): “Fluência diz respeito à capacidade do aluno de produzir linguagem em tempo real, sem pausa ou hesitação indevida”. É a fluência que possibilita a seleção de sistemas mais lexicalizados. Segundo Fahim; Nourzadeh; Fat’hi. (2011), o que é interessante para esses três aspectos do desempenho linguístico é que, no que diz respeito a tarefas complexas em L2, há uma troca entre diferentes aspectos do desempenho em que a atenção para um dos aspectos significa prejuízo dos outros. Isto pode ser atribuído ao fato de que as fontes de processamento cognitivo são limitadas, não podendo processar todas as tarefas simultaneamente (ANDERSON, 1995). Para Ellis (2003), a fluência consiste na capacidade de usar a língua em tempo real, enfatizar significados, possivelmente fazendo uso de sistemas mais lexicalizados.

## 2.3 Efeitos da repetição de tarefa

No presente trabalho, os efeitos da repetição de tarefas serão discutidos como um fator que pode influenciar o tempo de aprendizagem da produção oral uma vez que, como Ellis (2009, p. 476) afirma, “o desempenho de uma tarefa de uma só vez pode ser encarado como forma de planejamento para o desempenho da mesma tarefa em uma segunda vez”. A hipótese é que, se os alunos realizam a mesma tarefa mais de uma vez, o seu desempenho na segunda vez pode melhorar a precisão, a complexidade e a fluência.

Um bom número de estudos foi realizado na literatura para examinar a veracidade da hipótese acima (BYGATE, 1996, 2001; GASS et al., 1999; LYNCH e MCLEAN, 2000), constatando que a repetição de tarefa levaria a uma maior proficiência global e que, além disso, resultaria em maior fluência na produção da língua, uma constatação dada, provavelmente, à dependência desta de um contexto de construção (RIGGENBACH, 1991). Lynch e McLean (2000) constataram que a repetição de tarefa seria vantajosa à precisão linguística e à fluência, poia a familiaridade dos alunos com o conteúdo e o contexto de uma determinada tarefa, realizada anteriormente, permite-lhes ser mais produtivos e fluentes em seus desempenhos subsequentes.

Em estudo sobre a narrativa, Bygate (2001) constatou que a repetição de tarefa melhorou não só a fluência dos participantes de sua pesquisa, mas também o uso de estruturas complexas, mas percebeu que houve perda na precisão gramatical da produção oral.

Por outro lado, Finardi (2008) estudou os efeitos da repetição de tarefas na produção oral em L2, investigando se uma tarefa diferenciada, que não levasse em conta o enredo, a sequência das ações, assim como a descrição, apresentaria o mesmo resultado que o da narrativa. A pressuposição de que a descrição fosse menos complexa levou-o a conduzir o teste utilizando a descrição como tarefa, almejando saber se poderia chegar a resultados semelhantes aos apresentados por Bygate (2001). Finardi (2008) utilizou quatro medidas de produção oral, segundo propostas de Fortkamp (2000), quais sejam: a fluência, a acurácia, a complexidade e a densidade lexical. O resultado demonstrou ganhos em termos de complexidade de fala, mas a acurácia foi sacrificada. Desse modo, seu estudo corroborou os resultados de Bygate (2001).

## 3 | METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva e quantiquantitativa<sup>1</sup>, visando verificar a influência da repetição no desenvolvimento de habilidades. Inicialmente, foi realizado um estudo piloto com uma participante. O estudo foi ampliado, acrescentando-se dados

<sup>1</sup> Na abordagem qualitativa, o pesquisador procura aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente e contexto social – interpretando-os segundo a perspectiva dos participantes da situação enfocada, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito (TERENCE & ESCRIVÃO FILHO, 2006, p.2). Na abordagem quantiquantitativa, parte-se da quantificação dos dados para em seguida analisá-los.

de mais cinco participantes. Não é pretensão deste trabalho ressaltar somente dados quantitativos que viabilizem diferenciações, mas partir da quantificação dos dados para analisá-los. Desse modo, usamos um cálculo simples com base em trabalhos já realizados por Cardoso et al. (2008), Fortkamp (2000), Guará-Tavares (2008), em que a fluência é medida a partir do número total de palavras produzidas no momento da realização da tarefa, incluindo repetições e correções. O número total de palavras produzidas pelos participantes da pesquisa foi dividido pelo tempo que eles levaram para a produção da narrativa em segundos, sendo o resultado condizente com o número de palavras por segundo, o qual multiplicamos por 60 para obtermos o número de palavras por minuto.

$$\text{PALAVRAS P/MINUTO} = \text{NÚMERO DE PALAVRAS} \div \text{PELO TEMPO EM SEGUNDOS} \times 60$$

Figura 01: Elementos envolvidos no cálculo de fluência

Fonte: Elaboração própria

A precisão gramatical foi medida seguindo as orientações de Guara-Tavares (2008), sendo contado o número total de erros utilizando um parâmetro de 100 palavras produzidas por cada participante, excluindo erros que os próprios falantes corrigiam no momento da realização da narrativa. Os erros contabilizados foram os referentes à escolha equivocada de uma palavra do vocabulário ou a equívocos de natureza morfosintática. Em seguida, dividimos o número de erros pelo total de palavras e multiplicamos por 100, obtendo assim o número de erros a cada 100 palavras.

$$\text{NÚMERO DE ERROS P/100 PALAVRAS} = \text{NÚMERO TOTAL DE ERROS} \div \text{TOTAL DE PALAVRAS} \times 100$$

Figura 02: Elementos envolvidos no cálculo de acurácia

Fonte: Elaboração própria

A complexidade foi calculada seguindo orientações de Skehan (1996) e Cardoso et al. (2008) que sugerem contar as orações subordinadas, multiplicá-las por 100 e dividi-las pelo total de palavras do texto. A fórmula da complexidade pode ser representada na figura 03.

$$\text{COMPLEXIDADE} = \frac{\text{ORAÇÕES SUBORDINADAS} \times 100}{\text{TOTAL DE PALAVRAS}}$$

Figura 03: Elementos envolvidos no cálculo de complexidade

Fonte: Elaboração própria

Com base nos estudos de Bygate (2001), pode-se afirmar que a repetição de uma tarefa narrativa influencia positivamente o desenvolvimento da precisão gramatical e da fluência. Este estudo busca investigar se, além da precisão gramatical e da fluência, há ganhos do desempenho oral no que diz respeito à complexidade, mediante a verificação das três hipóteses: **Hipótese 1:** a repetição de uma tarefa de narrativa com base em uma figura trará ganhos em termos de fluência em L2 na segunda aplicação da tarefa. **Hipótese 2:** a repetição de uma tarefa de narrativa com base em uma figura trará ganhos em termos de acurácia em L2 na segunda aplicação da tarefa. **Hipótese 3:** a repetição de uma tarefa de narrativa com base em uma figura trará ganhos em termos de complexidade em L2 na segunda aplicação da tarefa.

### 3.1 Participantes

A pesquisa foi conduzida, inicialmente, com um estudo piloto, realizado com apenas uma participante, aluna do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Ceará, de nacionalidade cabo-verdiana, falante de crioulo (Língua Cabo Verdiana – LCV) como primeira língua, e de português, inglês e francês como segunda língua, residente no Brasil há cinco anos, mas que entrou em contato com a língua portuguesa, em seu país de origem, a partir da adolescência, tendo, portanto, cerca de 13 anos de contato com a língua portuguesa. Ela foi instruída a contar uma história a partir da figura dada, mas não interagir com a entrevistadora, nem tomar notas sobre o que iria contar. Foi permitido que observasse a figura e planejasse a tarefa, sem contudo fazer anotações, ou ler o texto. Não houve restrição de tempo para que a tarefa fosse desempenhada, pois esperava-se extrair a fala numa situação o mais natural possível, embora saibamos que a presença do gravador interfere na espontaneidade do entrevistado.

Posteriormente, resolvemos ampliar o *corpus* analisado e propusemos a mesma tarefa a um grupo de cinco aprendizes de LP, com pouco tempo de experiência como falantes de língua portuguesa, sendo duas do sexo feminino (uma colombiana e outra francesa), três do sexo masculino (dois chilenos e um congolês). Todos os participantes são universitários, com aproximadamente seis meses de permanência no Brasil. Assim, a amostra totalizou cinco falantes não nativos de LP, sendo três do gênero/sexo masculino e três do feminino.

Apresentamos a seguir o quadro que sintetiza dados dos novos participantes. Para facilitar o processo de análise, identificamos cada um deles com uma letra do nosso

alfabeto. A primeira participante que utilizamos para o estudo piloto, será identificada pela letra **Af** (A para indicar o número de ordem e f para indicar o gênero/sexo feminino). Os demais participantes, incluídos na segunda etapa desta pesquisa serão identificados respectivamente como: Bm, Cm, Df, Em, Ff (as letras *B, C, D, E, F* indicam o número de ordem e as *m e f*, indicam o gênero dos participantes).

PAÍS DE ORIGEM	Nº DE FALANTES	GÊNERO/ SEXO DOS FALANTES	CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO
Cabo Verde	1	Feminino (estudo piloto)	Af
Chile	1	Masculino	Bm
Chile	1	Masculino	Cm
Colômbia	1	Feminino	Df
Congo	1	Masculino	Em
França	1	Feminino	Ff

Quadro 01: País de origem, gênero/sexo e número de falantes

Fonte: Elaboração da autora

### 3.2 Instrumentos e procedimentos de coleta de dados

A produção oral foi coletada por meio de uma tarefa de narrativa com base em uma figura retirada do *Appendix IX* da tese de Guará-Tavares (2008, p. 232), intitulada *Task “dinner”*. A tarefa, como descrito acima, consistiu em pedir que o participante contasse uma história, a partir da figura, sem interagir com a entrevistadora e sem fazer rascunho do que iria contar. Assim, os entrevistados foram orientados a observar a figura e planejar o que iam contar, sem escrever o texto para ler em seguida, de modo a preservar a espontaneidade na criação da narrativa. Tal como aconteceu no estudo piloto, não houve restrição de tempo para que a tarefa fosse desempenhada, pois o objetivo era elicitare a fala em situação natural.

Embora não tenhamos controlado rigidamente o tempo, os entrevistados observaram a figura durante poucos minutos antes de gravarem suas narrativas, chegando a uma média de 5 a 8 minutos de observação da figura 04, abaixo.

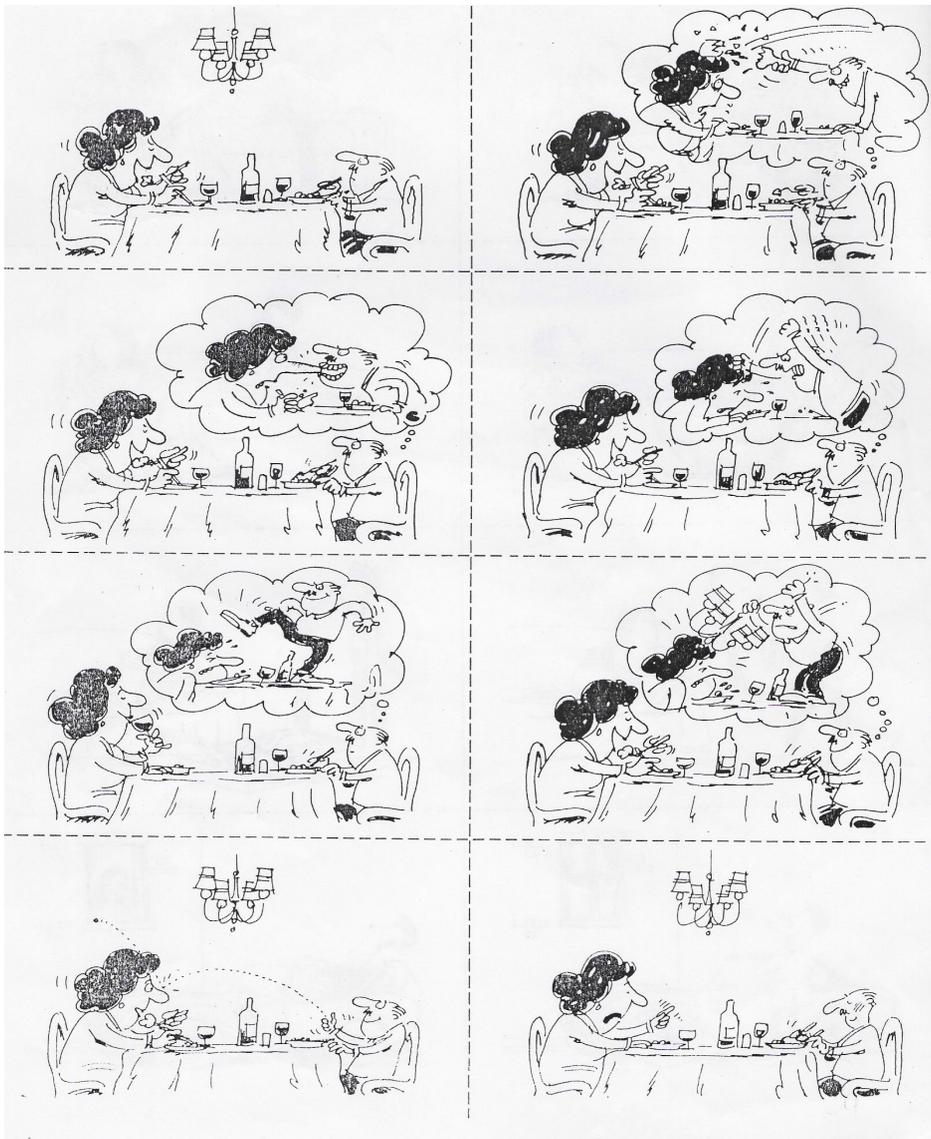


Figura 04: Task “dinner”  
Fonte: GUARÁ-TAVARES (2008)

A mesma tarefa, sob condições semelhantes, foi repetida seis dias depois, com os mesmos entrevistados. Este período de distanciamento da primeira tarefa para a segunda foi estabelecido para que a proximidade imediata não conduzisse à reprodução mecânica do que havia sido narrado anteriormente. Posteriormente, as narrativas foram transcritas, a fim de que pudéssemos proceder à análise.

## 4 | ANÁLISE

O presente estudo parte do levantamento quantitativo de dados para, em seguida, analisá-los qualitativamente. Trata-se de um exercício, que toma como objeto de análise a língua portuguesa, pouco frequente nesse tipo de estudo e que, portanto, deve ser visto com cautela, pois a generalização dos resultados poderia ocasionar problemas futuros, embora considere algumas medidas de acurácia, fluência e complexidade para racionalizar a análise dos dados. Na tabela 01, temos, primeiramente, os dados para acurácia, os quais devem ser interpretados inversamente ao valor atribuído, ou seja, quanto maior o valor, menor a precisão gramatical (ou acurácia), pois isso significa que houve mais erros em cada 100 palavras. Nota-se, então, que, na realização da tarefa 01, a precisão gramatical foi maior se comparada à realização da tarefa 02.

No que diz respeito à fluência, a aplicação da tarefa 01 parece ter tido uma velocidade menor uma vez que, aproximadamente, em um minuto, a produção de palavras foi equivalente a 84 e na repetição da tarefa o número de palavras correspondeu a 90 por minuto. O cálculo obtido aqui, seguindo a observação das orações subordinadas (CARDOSO; PREBIANCA; MOTA & SOUSA, 2008), corresponde ao valor de 5,92 para a complexidade da primeira aplicação da tarefa e de 7,25 para a repetição da tarefa, o que significa dizer que, na segunda vez em que foi feita a narrativa, a complexidade aumentou.

Assim, verificamos que, enquanto diminuiu a precisão gramatical, aumentou a fluência e a complexidade com a repetição da tarefa. O estudo parece, então, demonstrar um quadro complexo em que os três parâmetros utilizados como medida não apresentam o mesmo efeito na repetição da tarefa: enquanto a velocidade e a complexidade aumentam, há prejuízo em termos de precisão gramatical.

<b>PARTICIPANTE</b>	<b>ACURÁCIA</b>	<b>FLUÊNCIA</b>	<b>COMPLEXIDADE</b>
TAREFA 01	3,8	84	5,92
TAREFA 02	6,5	90	7,25

Tabela 01: Pontuações obtidas nas medidas de produção oral

Fonte: Elaboração da autora

Como podemos observar na tabela 01, os resultados demonstraram a perda da precisão gramatical e ganhos na complexidade e na fluência, confirmando a primeira e a terceira hipóteses propostas para este trabalho. Tal resultado parece ir ao encontro das pesquisas de Bygate (2001) referente às narrativas em que os ganhos em complexidades são prejudicados pela perda em precisão.

Para enriquecer a análise, registramos a transcrição da tarefa de modo a observá-la qualitativamente. É uma transcrição grafemática, com poucas convenções além da

representação gráfica convencional. Para representar as pausas usamos (...).

Na primeira tarefa, transcrita em (01), a participante **Af** repetiu os pronomes de terceira pessoa gramatical (ele/ela), utilizou poucos conectores que pudessem estabelecer um melhor encadeamento das ideias, preferindo justapostas<sup>2</sup>, retomando o sujeito para dar sequência à narrativa, a cada nova informação o sujeito “ele” ou “ela” é referido “*ele estava... com muita raiva da dona Maria...*”; “*ele estava com muita raiva...da dona Maria*” “*ele estava culpando-a pelas mentiras que...*”; “*ela porém comia tranquilamente...*”; “*ela o repreendeu...*”.

#### (01): Primeira versão da narrativa

*Oooh casal...Seu João e dona Maria... saíram para jantar... num restaurante conhecido da cidade... aparentemente estava tudo certo...mas lá no íntimo... do senhor João muita coisa se passava...ele estava... com muita raiva da dona Maria... ele estava com muita raiva...da dona Maria querendo jogar-lhe a garrafa em cima da cabeça...ele estava culpando-a pelas mentiras que... no íntimo dele...tava culpando-a pelas mentiras que ela andou: ... contando...queria morder o nariz...e bater-lhe com muita força...enquanto almoçavam/jantavam (riso)...a vontade do seu João era... subir em cima da mesa iih... ih exteriorizar toda raiva... que sentia da mulher...jogar-lhe o abajur na cabeça ih...outros estragos... ela porém comia tranquilamente...não se apercebendo de nada que estava acontecendo no inter/íntimo...do seu marido...ele começou a ficar muito chateado pela indiferença que ela mostrava...no final ele jogou uma azeitona no nariz (riso) e ela o repreendeu... por isso*

Na repetição da tarefa, percebemos maior preocupação em concatenar as orações de modo que diminuísse a justaposição e se estabelecesse um maior entrelaçamento das ideias, “*ela comia tranquila... e serena já ele...muitas coisas se passavam na cabeça dele...*” “*até jogá-lo:: abajur na cabeça... mas ele não demonstrava isso também ..*” “*de repente ele jogou-lhe um caroço de...azeitona no nariz...*”. O uso dos conectores parece contribuir para a utilização de um número menor de palavras, pois ao usar “isso também” busca retomar a raiva e a vontade de agredir a mulher a que a participante se refere.

Outro item que pode ser considerado diz respeito à sequência temporal que a participante acrescenta quando é solicitada a repetir a narrativa, como se pode notar em “*já ele...*”; “*de repente ele...*” “*até jogá-lo::*”. Relacionando as duas versões da narrativa, podemos perceber um caráter mais detalhista, enumerativo e/ou analítico na primeira, enquanto que a segunda parece ser mais sintética, congregando a ideia central da narrativa com um número menor de itens linguísticos. Isso talvez seja resultado dos elementos coesivos que dão ao texto maior legibilidade, explicitando o tipo de relações estabelecidos entre os elementos linguísticos que o compõem.

---

<sup>2</sup> O fato de as orações serem justapostas não quer dizer necessariamente que não haja coerência na narrativa, o que ressaltamos, no entanto, é a ausência dos conectores. No dizer de Marcuschi (1986, p.40) “a simples justaposição de eventos e situações em um texto pode ativar operações que recobrem ou criam relações de coerência”.

## (02): Transcrição da segunda versão da tarefa de Af

*Dona Maria e seu João do trezentos e seis saíram para jantar fora... aparentemente tava tudo bem... ela comia tranquila... e serena já ele...muitas coisas se passavam na cabeça dele... ele estava mui/com muita raiva da da/esposa e a tranquilidade dela o estava incomodando ...a verda/ a vontade dele era se levantar e agredi-la... subir e sapatear em cima da mesa... até jogá-lo:: abajur na cabeça... mas ele não demonstrava isso também ...os dois continuavam ...o o/jantar...de repente ele jogou-lhe um caroço de...azeitona no nariz...ela lhe ralhou ...ele con/continuou comendo como se nada tivesse acontecido... num sei como terminará a história...mas... muita coisa ainda pode acontecer...os dois tão demonstrando/não estão demonstrado o que tão sentindo...*

Como já mencionamos, a análise foi realizada, inicialmente, considerando apenas uma informante, a qual denominamos de participante **Af**. Como consideramos oportuno verificar o que aconteceria se tivéssemos mais informantes, em situação de aprendizagem diferente da estudante do estudo piloto, resolvemos ampliar a amostra, incluindo cinco participantes, aprendizes de língua portuguesa em cursos livres, com pouca experiência com essa língua, todos universitários, atualmente residindo no Brasil, estando, portanto, numa situação de imersão de língua e cultura, o que certamente contribui para que tenham um contato enriquecedor e determinante para o aprendizado da língua.

Apresentamos abaixo a tabela que sintetiza dados dos novos participantes, identificados, respectivamente, como: Bm, Cm, Df, Em, Ff (cf. Quadro 01). Os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta de dados, assim como para a análise foram mantidos, de modo que seguimos os mesmos parâmetros para os cálculos referentes aos dados de acurácia (precisão gramatical), fluência e complexidade.

A partir dos dados obtidos na segunda fase da pesquisa, observamos que entre os cinco novos participantes, se compararmos a aplicação das duas tarefas, os dados contradizem os estudos da 1ª fase, no que diz respeito à fluência, uma vez que todos apresentaram um menor número de palavras ditas por minuto, o que sugere uma menor velocidade. O participante *Bm* por exemplo, na Tarefa 1, produziu 129 palavras em 1 minuto, na Tarefa 2, houve uma redução significativa para 86 palavras por minuto. Outro que chama atenção é o participante *Em* que na Tarefa 1, produz 76 palavras em 0,48 segundos e que, na realização da Tarefa 2, em um tempo de 1,08 produz o mesmo número de palavras.

PARTICIPANTES	NÚMERO DE PALAVRAS	TEMPO DE DURAÇÃO	PALAVRAS POR MINUTO
Bm – Tarefa 1	129	1,00	129
Bm – Tarefa 2	142	1,38	86
Cm - Tarefa 1	172	1,75	76
Cm - Tarefa 2	115	1,38	70
Df – Tarefa 1	129	1,10	110
Df - Tarefa 2	200	2,22	84
Em - Tarefa 1	76	0,48	*95 <sup>3</sup>
Em - Tarefa 2	76	1,08	67
Ff - Tarefa 1	296	2,18	128
Ff - Tarefa 2	303	2,28	122

Tabela 02: Dados obtidos na 2ª fase da pesquisa para Fluência.

Fonte: Elaboração da autora

#### 4.1 Precisão gramatical

Enquanto a velocidade da fala diminuiu, a precisão gramatical teve considerável ganho para todos os falantes envolvidos. Pelas medidas alcançadas, é possível observar mudanças significativas, como as de *Bm* e *Cm* quando relacionamos as duas tarefas, pois a repetição deu-lhes a possibilidade de diminuir o número de erros, tanto *Bm* quanto *Cm*, de 18 para 6 erros, correspondendo ao indicador 4,22 e 5,21, respectivamente. A participante *Df* merece menção nesse quesito, também, pois de um número de 12 erros em 129 palavras, consegue reduzir a 6 em um número maior de vocábulos, correspondendo ao indicador de precisão 3, o que de uma forma mais direta, se olhássemos por meio de dados percentuais, diríamos que há 97% de aproveitamento, ou de acerto.

Da mesma forma, observa-se na fala da participante *Ff*, em um universo de 303 palavras, apenas três erros, o que dá um valor bastante elevado para a precisão gramatical, 99,01%, pois o valor correspondente aos erros seria de 0,99. Tal resultado é digno de reconhecimento para quem não é nativo do português, considerando que a presença de uma sequência narrativa orientada pelos quadrinhos poderia trazer dificuldades em certos aspectos.

Podemos, então, considerar que os participantes não se preocuparam tanto com a velocidade ou fluência, mas deram atenção à clareza, à elaboração mais aprimorada da narrativa e, por isso, alcançaram maior precisão gramatical. Como se pode conferir na tabela 03 (abaixo).

<sup>3</sup> Dado hipotético, uma vez que a fala do participante só durou 0,48 segundos, o que inviabilizaria o cálculo para um minuto.

<b>PARTICIPANTES</b>	<b>NÚMERO DE PALAVRAS</b>	<b>NÚMERO DE ERROS</b>	<b>INDICADOR DE PRECISÃO</b>
Bm – Tarefa 1	129	18	13,43
Bm – Tarefa 2	142	6	4,22
Cm - Tarefa 1	172	18	10,43
Cm - Tarefa 2	115	6	5,21
Df – Tarefa 1	129	12	9,3
Df - Tarefa 2	200	6	3
Em - Tarefa 1	76	8	10,52
Em - Tarefa 2	76	5	6,57
Ff - Tarefa 1	296	9	3,04
Ff - Tarefa 2	303	3	0,99

Tabela 03: Medidas de Acurácia (Precisão Gramatical)

Fonte: Elaboração da autora

Pareceu-nos interessante o caso ocorrido com *Em*, pois ambas as tarefas contaram com o mesmo número de palavras (76), que produziu o menor texto do grupo, todavia conseguiu reduzir de 8 para 5 erros e apresentou uma precisão considerável de 93,43%<sup>4</sup>, com base no cálculo percentual.

## 4.2 Complexidade

Como constatamos na tabela 03, todos os envolvidos demonstraram maior domínio do conhecimento no uso das construções morfossintáticas e semânticas avaliadas ao repetir a tarefa, ocasionando aumento da precisão gramatical. Junto a essa preocupação com o texto mais elaborado, veio também, maior complexidade, aqui medida pela presença de orações subordinadas. Todos os participantes, conforme tabela abaixo (Tabela 04), demonstraram avanços na complexidade, os de *Cm* e *Df* nos pareceram mais significativos, com valores respectivos de 1,74 para 6; de 3,1 para 6.

<b>PARTICIPANTES</b>	<b>COMPLEXIDADE</b>
Bm - Tarefa 1	5,42
Bm - Tarefa 2	6,33
Cm - Tarefa 1	1,74
Cm - Tarefa 2	6
Df - Tarefa 1	3,1
Df - Tarefa 2	6
Em - Tarefa 1	6,5
Em - Tarefa 2	6,5
Ff - Tarefa 1	0,67
Ff - Tarefa 2	2,31

Tabela 04: Medidas de Complexidade

Fonte: Elaboração da autora

4 Já mencionamos que a precisão gramatical advém da menor quantidade de erros, como demonstra a tabela 05. Na leitura matemática, então, menor número de erros, maior precisão ou acurácia. Por essa razão, apontamos para dados percentuais, no caso do participante *Em*.

O participante *Cm* reduziu o número de palavras utilizadas na elaboração da narrativa de 172 para 115, mas conseguiu concatená-las de forma mais eficiente de modo a aumentar a complexidade e elevar a precisão, como já vimos no item anterior. A participante *Ff* mostrou um pequeno crescimento no índice de complexidade de 0,67 para 2,31. Mas foi quem demonstrou maior clareza na pronúncia das palavras e não hesitou em arriscar no uso de termos mais sofisticados. Além do uso das orações subordinadas, demonstra uma sequência narrativa organizada a partir das imagens “*Então nessas oito imagens... podemos ver duas pessoas*”; não se detém apenas no enredo da narrativa, mas descreve os personagens destacando suas características:

(a) físicas -“*A pessoa tem tamanho grande, pessoa grande, forte, ela com cabelos escuros, luminoso enquanto ele ao contrário é [...] muito pequeno*”

(b) e psicológicas -“*passa a impressão que o homem está muito frustrado [...] pelo fato dele ser menor.*”

Observamos que, mesmo que a participante *Ff* tenha pouco tempo de imersão numa comunidade de fala de língua portuguesa, consegue se comunicar com relativa facilidade. A maior dificuldade parece estar na seleção de pronomes masculinos ou femininos

### 4.3 Entrevista retrospectiva

Seguindo Ortega (1999), é adequado promover uma entrevista retrospectiva imediatamente após a execução da tarefa oral para que possamos ter mais um recurso sobre o qual lançar mão sobre a realização da tarefa. A entrevista retrospectiva foi feita com base nas seis perguntas: a) Você considerou a tarefa fácil ou difícil? b) Qual tarefa considerou mais fácil? c) Você pode apontar alguma diferença da primeira para a segunda? d) Qual sua opinião sobre ter de contar uma história imediatamente depois de olhar para uma sequência de figuras? e) Você acha que o fato de você conhecer a sequência de figuras tornou a segunda tarefa mais fácil? f) Com o que você mais se preocupou enquanto contava a história: com o que dizia ou com a forma como dizia?

De acordo com as respostas dadas pela maioria dos participantes da pesquisa às perguntas citadas acima, a tarefa foi fácil. A participante *Af* ressaltou que não sabe se o seu desempenho foi o esperado pelos objetivos da pesquisa, mas ainda assim considerou a tarefa fácil. Entre as duas tarefas apresentadas, quatro dos participantes avaliaram a primeira como mais fácil: “Acho que a primeira vez foi mais tranquilo... nessa segunda vez havia a preocupação de me lembrar dos detalhes, embora não tenha sido pedido, mas é uma coisa...”. (*Af*). Os participantes apontaram como diferença entre as duas aplicações da tarefa a espontaneidade da primeira. Quanto à quarta pergunta, que dizia respeito a contar uma história pela observação de uma sequência de figuras, todos declararam ser interessante, embora segundo eles se tenha a tendência a relatar com base na figura e não necessariamente criar uma história a partir dela: “a tendência é relatar o que você está

vendo ali” (Ff).

Sobre se o conhecimento da figura teria facilitado a realização da segunda tarefa, três dos participantes responderam negativamente. Ressaltaram que se preocuparam em ser fieis à repetição da primeira tarefa, o que lhe exigiu um maior trabalho mental, aumentando-lhe a dificuldade. Na última pergunta, que dizia respeito à preocupação com o conteúdo ou com a forma, a maioria afirmou ter maior preocupação com a forma, pois queria ser fiel às imagens apresentadas.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar os efeitos da repetição de tarefa em uma narrativa oral, com base numa sequência de figuras. De acordo com a análise, no estudo piloto, os dados analisados apresentaram ganhos na fluência e na complexidade, o que confirmou a primeira e a terceira hipóteses, todavia houve perdas na precisão gramatical, resultado que corrobora a pesquisa de Bygate (2001).

Na segunda fase da pesquisa, quando ampliamos o *corpus*, não obtivemos os mesmos resultados, ou seja, não pudemos confirmar a elevação da velocidade de fala tendo perdas quanto à fluência. Por outro lado, aumentou a precisão gramatical e a complexidade na repetição de tarefas, o que nos leva a compreender que falar um segundo idioma é uma habilidade cognitiva complexa. Seguindo Fortkamp (2000), parece haver uma compensação entre os diferentes objetivos da fala (fluência, acurácia e complexidade), entendemos que um desses elementos pode apresentar ganhos em prejuízo do outro. Bygate (2001) mostrou que nas narrativas é mais comum haver ganhos em complexidade, perdendo-se principalmente na acurácia. A partir da análise dos dados na segunda fase da pesquisa, corroboramos o resultado de Bygate (2001) para a complexidade, mas não constatamos o mesmo para a acurácia.

Finardi (2008), em seu trabalho sobre a repetição de uma tarefa cujo objeto era uma descrição, percebeu certa oscilação entre complexidade e acurácia, ora a complexidade sobressai às custas da precisão gramatical, ora dá lugar à precisão. De certa forma é isso que ocorre na nossa pesquisa, pois no projeto piloto obtivemos um resultado, quando ampliamos a amostra, o resultado já foi diferente. Esse fato, pode ter decorrido das condições de aprendizagem e do tempo de contato com a língua da participante Af, mas também vem confirmar as limitações das nossas capacidades cognitivas: quando conseguimos elevar certos domínios outros podem ficar prejudicados, principalmente quando se trata de uma segunda língua, em que se tem de trabalhar simultaneamente uma estrutura já conhecida e se aproveitar dela para reelaborar a estrutura da ‘nova língua’.

O presente estudo constitui uma experiência com o ensino aprendizagem da língua portuguesa. Os estudos voltados para a repetição de tarefas em língua portuguesa como L2 são particularmente escassos, o que nos motivou a verificar de que forma poderia ocorrer

nesta língua e a contribuir com a discussão da temática do ensino a partir de um prisma diferenciado, não mais aquele voltado apenas para atos de fala simples e convencionais que impunham uma camisa de força que dificultava o verdadeiro engajamento dos alunos com a língua não lhes permitindo o desenvolvimento de habilidades discursivas e críticas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, José Carlos. **O ensino do português como língua não materna**: concepções e contextos de ensino. UnB. Museu da Língua Portuguesa, Estação da Luz. S/d. Disponível em [www.estacaodaluz.org.br](http://www.estacaodaluz.org.br) (Acesso em 29/05/2016)

ANDERSON, J.R. **Learning and Memory**. Singapore: Wiley, Capítulo 9. 1995.

BYGATE M. Effects of task repetition on the structure and control of oral language. In: BYGATE, M. P.; SWAIN, M. (Eds). **Researching pedagogic tasks second language learning and testing**. London, Longman, 2001.

BYGATE M.; SKEHAN, P.; SWAIN, M. (Org). **Researching pedagogic tasks second language learning, teaching and testing**. Londres: Longman, 2001.

BYGATE, M. Effect of task repetition: Appraising the development of second language learners. In: WILLIS, J e WILLIS, D. (Eds.), **Challenges and change in language teaching** . Oxford: Heinemann, p. 136-146, 1996.

CARDOSO, Gisele Luz; PREBIANCA, Gicle; MOTA, Mailce; SOUZA, Cecília. A habilidade oral em língua estrangeira: uma experiência com tarefas. **Anais do Celsul**, 2008.

ELLIS, Rod. e YUAN, F. The effects of planning on fluency, complexity, and accuracy in second language narrative writing. **Studies in Second Acquisition**, p. 59-85, 2004.

ELLIS, Rod. The effects of Pre-Task Planning and On-line Planning on Fluency, Complexity and Accuracy in L2 Monologic Oral Production. **Applied Linguistic** 24/1: 1-27. Oxford University Press 2003.

ELLIS, R. The differential effects of three types of task planning on the fluency, complexity, and accuracy in L@ oral production. **Applied Linguistics**, p. 474-509, 2009.

FAHIM, Mansoor; NOURZARDEH, Saeed; FAT'HI, Jalil. The Effects of Task Characteristics on L2 Learners' Production of Complex, Accurate, and Fluent Oral Language . **International Journal of Education**, Vol. 3, No 2: E19, 2011.

FINARDI, Kyria Rebeca. Effects of repetition on L2 oral performance. **Trab. Linguist. Apl.** Campinas, Vol. 47, nº1, p.31-43, Jan./Jun 2008.

FORTKAMP, M. B. M. **Working memory capacity and fluency, accuracy, complexity and lexical density in L2 speech production**, fragmentos 24p. 69-104, 2003.

FORTKAMP, M. B. M. **Working memory capacity and L2 speech production: an exploratory study**. Tese (Doutorado em Inglês e Literatura Correspondente). Florianópolis: UFSC, 2000.

FOSTER, P.; SKEHAN, P. The influence of planning and task type on second language performance. *Studies in Second Language Acquisition*. Cambridge: Cambridge University Press. V.18, p.299-323,1996.

GASS, S.M.; ACKLEY, A; FERNANDEZ, M.; ALVAREZ-TORRES, M. The effects of task repetition on linguistic output. *Language Learning*, 49, p. 549-80,1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/0023-8333.00102>. Acesso: 22/06/2015.

GUARÁ-TAVARES, Maria da Glória. **Pre-task planning, working memory capacity, and L2 speech performance**. Tese (Doutorado em Inglês e Literatura Correspondente). UFSC: Florianópolis, 2008.

LYNCH, T.; MACLEAN, J. Exploring the benefits of task repetition and recycling for classroom language learning. *Language teaching Research*, 4, pp. 221-50, 2000.

MARCUSCHI, L. A. **Linguística de texto**: o que é e como se faz. Série Debates 1, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1986.

MOTA, Mailce Borges. Accuracy, complexity, and lexical density in L2 speech production. **Fragmentos**, número 24, p. 069-104 Florianópolis, jan – jun, 2003.

ORTEGA, L. Planning and focus on form in L2 oral performance. *Studies in Second Language Acquisition*. Cambridge: Cambridge University Press., Vol.21, p.109-148, 1999.

PRAHBU, N.S. *Second Language Pedagogy*. Orford University Press. 1987.

RIGGENBACH, H. Toward na understanding of fluency: A microanalysis of nonnative speaker conversations. *Discourse Processes*, 14, p. 423-441,1991. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1080/01638539109544795>. Acesso: 29/05/2016.

TERENCE, Ana Cláudia Fernandes; ESCRIVÃO FILHO, Edmundo. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. **Anais do XXVI ENEGEP** - Fortaleza, CE, Brasil, 9 a 11 de Outubro de 2006.

WILLIS, J. **A framework for task-based learning**. Londres: Longman, 1996.

## APLICAÇÃO DA GESTÃO ESTRATÉGICA NO CONTEXTO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

*Data de aceite: 01/06/2021*

### **Marcos Vinícius Mendonça Andrade**

Universidade Federal Fluminense  
Rio de Janeiro – Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/0735082959494528>

### **Ana Rosa dos Santos**

Universidade Federal Fluminense  
Niterói – Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/8478823303610041>

**RESUMO:** Aborda as principais tendências da Gestão Estratégica em unidades de informação com ênfase nos estudos e voltadas para o gerenciamento de Bibliotecas Universitárias. Enfoca a evolução dos conceitos e das principais ferramentas da gestão estratégica. Mostra quatro facetas que podem ser levadas em consideração na análise do macroambiente da biblioteca universitária, com destaque para a ética e a responsabilidade social. Demonstra as principais diferenças entre gestão estratégica e planejamento estratégico. Enfatiza que a metodologia da gestão estratégica pode ser implementada em qualquer tipo de organização, seja ela pública ou privada.

**PALAVRAS - CHAVE:** Gestão Estratégica; Bibliotecas Universitárias; Responsabilidade Social; Gestão da Qualidade.

**ABSTRACT:** This paper addresses the main trends of Strategic Management in information units with an emphasis on studies and focused

on the management of University Libraries. It focuses on the evolution of the concepts and the main tools of strategic management. It shows four facets that can be taken into account in the analysis of the university library's macroenvironment, with emphasis on ethics and social responsibility. It demonstrates the main differences between strategic management and strategic planning. Emphasizes that the strategic management methodology can be implemented in any type of organization, be it public or private. **KEYWORDS:** Strategic management; University Libraries; Social responsibility; Quality management.

### 1 | INTRODUÇÃO

Os últimos anos do século 20 caracterizaram-se, entre outras coisas, pelas novas propostas ou filosofias de gestão, aplicadas nas mais diversas áreas empresariais, tanto nas de produção como nas de serviço, como resposta à crescente competição do mundo contemporâneo.

Viver na sociedade atual significa conviver com abundância e diversidade de informações, e a tecnologia é o instrumento que facilita o acesso a esse universo informacional amplo e complexo, bem como a seu uso para o acesso ao local e a distância dessas comunidades. E, a biblioteca universitária enquanto instância que possibilita à universidade atender às necessidades informacionais da comunidade

acadêmica e da sociedade em geral, através do exercício de função educativa e da promoção da competência em informação; ao orientar os usuários na utilização da informação, pode desempenhar papel preponderante no acesso amplo ao conhecimento que seja realmente útil em cada um dos contextos que se fizer necessário.

Evidentemente que as Bibliotecas Universitárias cuja característica enquanto unidade de negócio é a prestação de serviços (cada vez mais personalizados e disponibilizados de forma virtual), precisam dispor de interfaces que garantam a qualidade e eficácia no acesso à informação.

Tarapanoff (1982) afirma que as unidades de informação<sup>1</sup> que compõem os Sistemas de Bibliotecas Universitárias foram e são instituições sociais sem fins lucrativos, cuja característica como *unidade de negócio* é a prestação de serviços, para os indivíduos e a sociedade, de forma **tangível** (produtos impressos) ou **intangível** (prestação de serviços personalizados, pessoais, e hoje, cada vez mais, de forma virtual e remota).

Nesse cenário, introduzir mudanças organizacionais e reordenar a gestão também é uma necessidade das Bibliotecas Universitárias. Um dos caminhos que poderão ser percorridos é a gestão estratégica, tendo como premissas a valorização das pessoas e a modernização do processo produtivo.

Do ponto de vista da gestão estratégica, é preciso avaliar todo o ambiente, o mais exaustivamente possível, mas sob um novo ponto de vista. Segundo ANDRADE (2004) quando evitamos tratar de todas dimensões do ambiente organizacional, estamos deixando de obter algum apoio para alavancar a administração. O pensar estratégico presume um aprendizado, uma percepção de oportunidades.

Para tanto, é necessário reverter algumas posturas e perceber a Biblioteca como um elemento do macrossistema universitário que tem peculiaridades culturais e onde as dimensões da liderança, da estrutura organizacional, da estratégia, do processo de tomada de decisões e dos mecanismos de controle e avaliação conduzem a medidas específicas dentro de determinado ambiente de ação.

Percebe-se que um dos pilares da administração das Bibliotecas Universitárias é a autonomia do gestor. Ele pode, teoricamente, analisar o universo da gestão universitária, mas só pode agir **in loco**. O administrador de uma biblioteca universitária tem diante de si um grande desafio para transformar sua realidade, seja avaliando serviços, formulando políticas ou estabelecendo novas metas de desempenho.

Andrade (2004, p. 42) observa que uma das maiores deficiências na administração de unidades de informações brasileiras é a carência de instrumentos gerenciais que permitam o levantamento e avaliação do desenvolvimento dos trabalhos e que possibilitem um controle maior da qualidade dos serviços prestados. Ressalta ainda que, na prática, faltam critérios claros que possam ser utilizados para tal quantificação. O que se põe

---

<sup>1</sup> Unidade de informação – instituições voltadas para a aquisição, processamento, armazenamento e disseminação da informação (IBICT, 1989)

em prática, com maior frequência são as quantificações que conduzem à obtenção de resultados que darão evidências de que um ou mais pontos não estejam funcionando de maneira satisfatória, mas não dão evidências do que efetivamente não está funcionando bem.

O presente ensaio<sup>2</sup> pretende analisar os fundamentos da gestão estratégica e fazer algumas considerações sobre a sua implementação pelas Bibliotecas Universitárias.

## **2 | PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS**

O presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa qualitativa com objetivos exploratórios e descritivos, pois se tem a pretensão de investigar, analisar, refletir e interpretar a realidade à medida que se procure entendê-la. Destarte, a pesquisa qualitativa tem por características: ter o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave; ser descritiva e, preocupar-se com o processo e não simplesmente com os resultados e produtos do estudo. A pesquisa qualitativa privilegia a consciência do sujeito e entende a realidade social como uma construção humana (TRIVIÑOS, 1995).

A importância deste trabalho está em estudar um tipo de Biblioteca - como é o caso da Biblioteca Universitária - cujo sentido primordial é auxiliar na produção de novos conhecimentos e, por sua vez, na produção da própria ciência e de suas teorias. Trata-se também de um segmento importante, visto que as Bibliotecas Universitárias são, hoje, as maiores do país, em recursos, acervo e pessoal.

## **3 | O MACROAMBIENTE DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS**

De maneira geral, as bibliotecas universitárias também foram englobadas nessa busca por um novo modelo de gestão, com maior ou menor sucesso. Todavia, em países em vias de desenvolvimento, como é o caso do Brasil, a aplicação da gestão estratégica em bibliotecas universitárias não tem sido tarefa das mais fáceis.

A gestão estratégica deve considerar a ambiência econômica, tecnológica, política e social em suas tomadas de decisões. A perspectiva estratégica presume que as decisões administrativas – missão, produtos e serviços, objetivos, metas, rotinas – dependem da qualidade da análise do ambiente em que a biblioteca esteja inserida.

---

<sup>2</sup> Originalmente apresentado no **XXII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação**. Revisto e atualizado em 2021.



Figura 1: A organização e seus ambientes. Adaptado de Maximiano (2000)

Na representação acima podemos observar o ambiente da organização e suas divisões.

Diante da complexidade dos diversos ambientes nos quais a Biblioteca Universitária se insere e interage, há que se considerar a constante modernização dos processos produtivos e decisório que refletirão um conjunto de ações que visam melhorar os processos já existentes, eliminando etapas desnecessárias, racionalizando, e reavaliando tarefas.

Ainda em relação ao macroambiente, Andrade; Coelho, Vianna (2020) enfatizam que:

[...] no tocante às Bibliotecas Universitárias, percebe-se que uma das mais profundas e indispensáveis mudanças no que tange ao papel destas instituições é a transferência do foco nos acervos para o foco no usuário e em seu comportamento que conduzam à autonomia em direção ao letramento informacional que [...] pode ser entendido como uma capacidade essencial, necessária aos cidadãos para se adaptar à cultura digital e à sociedade do conhecimento. Implicaria fundamentalmente que as pessoas se apropriem da capacidade de entender suas necessidades de informação e de localizar, selecionar e interpretá-las de acordo com seus contextos de aprendizagem.

Nesta lógica, se faz necessário a adoção de técnicas modernas, inovações tecnológicas que otimizem os trabalhos, facilitando a integração e o compartilhamento de informações entre suas Unidades, melhorando sensivelmente a qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

### 3.1 A Globalização

Quando se discute macroeconomia contemporânea, geralmente o ponto de partida é um longo discurso sobre globalização e neoliberalismo.

No Brasil, especificamente das últimas décadas, observou-se uma desenfreada reestruturação dos antigos modelos de gestão. A construção organizacional pela composição de quadros de empregados fixos, baseada nas funções da organização, vem dando lugar às parcerias e quadros mais enxutos.

Em paralelo com a desregulamentação dos mercados, tornados cada vez mais globais a partir década de 80 do século passado, novas propostas ou filosofias de gestão, aplicadas nas mais diversas áreas organizacionais, tanto nas de produção como nas de serviço, como resposta à crescente competição do mundo contemporâneo.

Nesse sentido, observa-se que as Instituições de Ensino Superior e conseqüentemente as bibliotecas universitárias também foram impelidas a buscar um modelo de gestão mais robusto e eficiente, nem sempre com o sucesso esperado. Isto porque algumas questões cruciais permanecem pendentes e precisam ser enfrentadas. Estes sistemas, os públicos em especial, têm sofrido sistemáticas reduções orçamentárias, e têm sido submetidos à competição por recursos e insumos de toda espécie.

Por oportuno, Andrade (2018) ilustra um cenário onde “[...] a globalização da economia, o avanço no desenvolvimento de novas tecnologias, as demandas sociais da educação superior tornam a gestão das Unidades de Informação cada vez mais complexa”. Assim, é de fundamental importância a implantação de modelos de gestão que facilitem a adoção dos princípios da administração estratégica e conduzam, inclusive ao desenvolvimento de pessoas para que eles sejam agentes estratégicos de mudança das organizações sejam elas públicas ou privadas.

### 3.2 A Revolução da Tecnologia da Informação

A revolução tecnológica conduziu o desenvolvimento da área de comunicação e gerenciamento de dados e informações gerando um volume de conhecimento sem precedentes na história. Andrade (2018) demonstra que as novas tecnologias da informação e comunicação, ou simplesmente TIC<sup>3</sup>, oferecem uma infraestrutura que permite a interação em rede de seus integrantes.

Todo esse processo, como destaca Lévy (2006) acabou por criar um novo paradigma, onde a informação é a matéria-prima. A tecnologia passa, assim, a permear toda a atividade humana, aplicando sua lógica de redes em qualquer sistema ou conjunto de relações. A tendência é que esta integração continue crescendo, potencializando as formas de interação entre os indivíduos e as tecnologias em diferentes áreas.

3 Segundo Pretto (2008) A terminologia **Tecnologias de Informação e Comunicação** (TIC), especificamente, envolve a aquisição, o armazenamento, o processamento e a distribuição da informação por meios eletrônicos e digitais, como rádio, televisão, telefone e computadores, entre outros. Resultou da fusão das tecnologias de informação, antes referenciadas como informática, e as tecnologias de comunicação, relativas às telecomunicações e mídia eletrônica.

Nesta mesma perspectiva, Castells (2000) defende que os conceitos e paradigmas relacionados às TIC têm importante participação nos arranjos do mundo contemporâneo e, conseqüentemente, na constituição de um novo cenário ora apresentado. Aponta que a revolução tecnológica descortina novos arranjos para os campos da economia e para a vida social em geral. Destaca a necessidade de existir uma crescente interação e diálogo entre a universidade e a sociedade, de forma a possibilitar que as pesquisas e os saberes produzidos e difundidos pelas Bibliotecas Universitárias possam concretizar-se em projetos e tecnologias que sejam relevantes para a coletividade.

Por oportuno, ressalta-se que a utilização maciça de TI tem ainda outros papéis importantes. Por meio dela pode-se consolidar uma parceria com a sociedade no acesso às informações e no controle social das ações das organizações públicas; divulgar informações sobre as organizações; produtos e serviços oferecidos, dados estatísticos, campanhas de interesse coletivo, aplicação de recursos públicos, entre outros. Assim, a capacitação dos profissionais<sup>4</sup> das bibliotecas para exercerem uma gestão estratégica de forma crítica é fundamental, para que estes possam auxiliar aos usuários a usar a informação de forma ética e responsável.

### **3.3 As Competências Profissionais**

A promoção das competências profissionais dá possibilidades aos trabalhadores de intervirem na gestão do trabalho e nas decisões que afetam o processo produtivo, propiciando-lhes espaços para propor modificações e sugestões de melhoria, permitindo a discussão sobre concepções, métodos e procedimentos de trabalho, estimulando o aumento da autonomia e do poder de decisão. Os espaços formativos, quer sejam de educação geral ou profissional, deveriam, em igual forma, propiciar a construção destas competências, e isto implica em rediscussão dos seus métodos de gestão e da formação de lideranças.

Para que um modelo de gestão estratégica seja bem sucedido, é fundamental a implantação de uma política de gestão de pessoas que facilite a adoção dos princípios da administração gerencial e capacite os bibliotecários nas suas diversas especialidades e colaboradores para que eles sejam agentes estratégicos de mudança.

Há que se destacar que uma política de gestão de pessoas focada na valorização das pessoas e na constante modernização dos seus processos produtivos podem se constituir na implantação exitosa da Gestão Estratégica.

Nessa linha de pensamento, é correto afirmar que funcionários capacitados têm um espírito crítico mais aguçado e proativo, aumentando as probabilidades de se diagnosticar problemas e sugerir aperfeiçoamentos.

---

<sup>4</sup> Andrade (2018, p. 49) enfatiza que apesar de algumas divergências, seja quanto à nomenclatura e à classificação sugerida para diferentes programas de formação, os diversos estudos na área buscam destacar a necessidade de que o processo de formação ou de desenvolvimento profissional seja entendido como um processo contínuo.

### 3.4 A Ética e a Responsabilidade Social

Os autores Ferrell, Fraedrich e Ferrell (*apud* Alledi; Quelhas, 2003) escreveram que enquanto a ética compreende princípios, padrões e regras de conduta que orientam as tomadas de decisão da organização, a responsabilidade social consiste nos efeitos destas decisões sobre a sociedade. Uma representação gráfica sobre estas afirmações podem ser conferidas na Figura 2, a seguir:

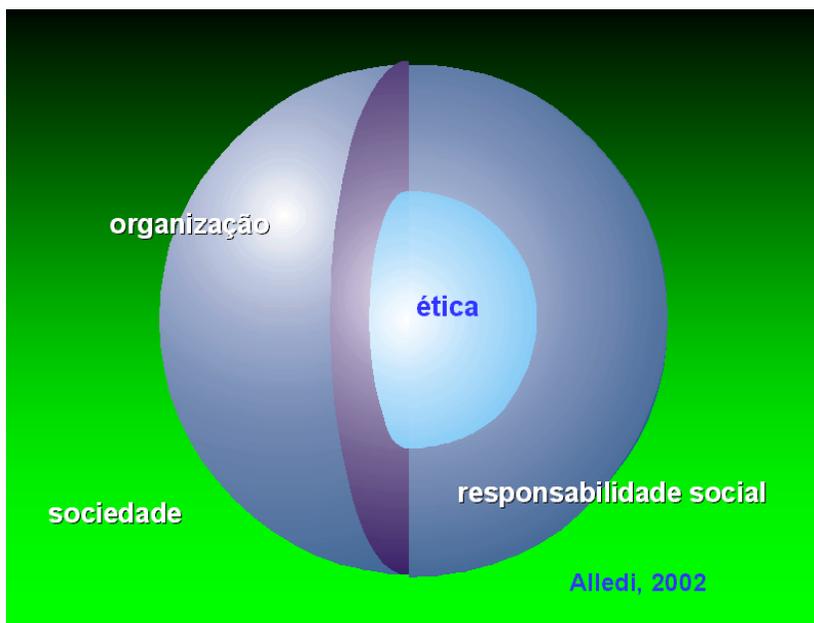


Figura 2: A ética e a responsabilidade social. (ALLEDI, 2002)

A elaboração de um Código de Ética pode ser o primeiro passo para uma organização começar a seguir os caminhos da responsabilidade social. Segundo o Instituto Ethos<sup>5</sup>, a base da cultura de uma empresa é formada pelos seus valores e princípios éticos. A atuação socialmente responsável é fruto de uma compreensão por todos da organização que as ações da empresa devem necessariamente trazer benefícios para a sociedade, propiciar a realização profissional dos seus empregados, promover benefícios para os parceiros e para o meio ambiente, além de trazer retorno aos seus investidores. Assim cabe aos bibliotecários assumirem a sua responsabilidade social e atuarem de forma crítica e ética (WERSIG, 1975; ELMBORG, 2006; FREIRE, 2014).

As circunstâncias descritas têm incidência ainda no processo de tomada de decisões e adoção de estratégias de atuação. Ao mesmo tempo, a Biblioteca Universitária exerce influência nesta ambiência, numa relação *sinérgica* e que demanda, portanto, a percepção

5 SOBRE o Instituto Ethos. Disponível em: [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br)

o mais precisa possível do ambiente atual – seus pontos fortes e fracos – e dos cenários futuros - ameaças e oportunidades. Cabendo aos gestores adotarem a perspectiva estratégica de planejamento, desenvolvimento, controle e avaliação. (MACIEL, 2002)

#### **4 | GESTÃO ESTRATÉGICA: CONCEITOS, FERRAMENTAS E FASES**

O termo estratégia remonta de vários séculos antes dos clássicos da teoria das organizações. A palavra estratégia tem origem na Grécia e designava a arte dos generais”

Desde então, a palavra estratégia esteve associada às atividades militares. Sendo incorporado pela literatura gerencial se dará principalmente a partir dos anos 50, numa orientação afinada com o discurso gerencial preponderante da administração científica de Taylor, Fayol e seus seguidores (MAXIMIANO, 2000).

Desta maneira, estratégia em negócios teria como significado a astúcia, a tentativa de enganar ou superar o concorrente pela aplicação de um procedimento inesperado.

Para Porter (1999) estratégias são posições genéricas, especificamente comuns e identificáveis no mercado. Tais estratégias genéricas são divididas em três grupos: diferenciação ou a procura pela característica distintiva dos produtos e serviços em relação aos concorrentes; liderança de custo ou a oferta de produtos e serviços mais baratos; e focalização, esta relacionada à identificação de um nicho para a exploração da melhor maneira possível.

Mintzberg, Ahlstrand, Lampel (2000) apresentam algumas características sobre a natureza da estratégia nas organizações. Como áreas gerais a respeito da estratégia, os autores agregam que:

- A estratégia refere-se tanto à organização quanto ao ambiente;
- É essencialmente complexa;
- Afeta o bem-estar de toda a organização;
- Envolve questões de conteúdo e de processo;
- As estratégias não são puramente deliberadas;
- Existem diversos tipos de estratégias; e, finalmente,
- As estratégias envolvem vários processos de pensamento

Podemos então consideramos que as organizações, incluindo as bibliotecas universitárias, precisam se reavaliar, conhecer suas fraquezas e pontos fortes, delimitar metas, aperfeiçoar seus serviços, definir formas de controle e avaliação. Para isso, os modelos baseados na Gestão Estratégica se fazem necessários e podem ser considerados como métodos adequados para a gestão destas instituições (DAMASCENO, 2012).

## 4.1 A Gestão Estratégica

A gestão estratégica refere-se a um modelo de gestão que incorpora os princípios de pensamento e ferramentas do planejamento, desenvolvimento, controle e avaliação estratégicos e sua aplicação nos diversos subsistemas que compõem o sistema administrativo de uma organização.

Oliveira (1998) detalha as três fases do processo de gestão estratégica nas organizações conforme ilustrado na figura 3 a seguir:

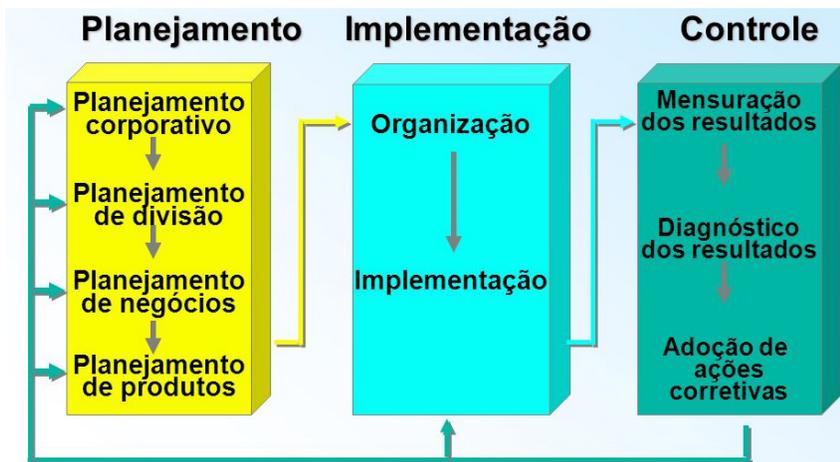


Figura 3 – Fases do Processo de Gestão Estratégica. Adaptado de Ansoff (2007)

- **FASE 1** – é a do planejamento estratégico, que se desdobra em outras quatro subfases, a saber:
- Diagnósticos estratégicos, quando são feitas as análises internas (forças e fraquezas da empresa) e externas (oportunidades e ameaças ambientais);
- Definição da missão da organização, ou seja, a determinação do objetivo fundamental da organização e do que a organização pretende ser no seu ambiente de negócios;
- Determinação dos instrumentos prescritivos e quantitativos tais como objetivos, metas, estratégias, políticas e projetos;
- Definição do controle de avaliação (critérios e parâmetros).

Em referência ao planejamento estratégico descrito nesta fase, Andrade (2004) afirma que este se constitui em diferencial nos processos decisórios da Biblioteca Universitária pois determina o que se almeja, estabelece diretrizes para realizar ações,

define metas e quais os meios e métodos para atingi-las. Requer também um cuidado com as instruções e a capacitação das pessoas quanto aos objetivos a serem alcançados e no uso e na orientação dos recursos e manutenção do foco nas atividades e tarefas a serem implementadas.

- **FASE 2** – refere-se ao desenvolvimento estratégico, está relacionada com a implantação organizacional das determinações definidas na fase anterior.

Esta fase consiste em converter as determinações em resultados e ações concretas, viabilizados através de planos táticos (planos dos níveis intermediários das organizações) e operacionais da estrutura organizacional. Nela se pressupõe uma mudança organizacional para incorporação de novos papéis, nova matriz hierárquica, o sistema de retroalimentação organizacional e as peculiaridades da estrutura de pessoal.

- **FASE 3** – refere-se ao controle estratégico, e considera as definições no plano estratégico da organização e avalia periodicamente o grau de consecução e desvio obtidos, relativamente aos padrões determinados, de modo a corrigir distorções e aperfeiçoar os resultados alcançados.

No que se refere à fase 3, esta possibilita a geração de informações úteis para as duas fases anteriores, permitindo o aprimoramento das ações prescritas e praticadas, viabilizando o melhoramento contínuo, por análises e mudanças de processos, e de adaptação a diferentes situações surgidas ao longo do tempo.

Importante se faz ressaltar que ao se realizar uma análise dos processos no sistema implica a identificação das lacunas existentes entre os objetivos e resultados esperados. Compreender os fluxos da informação requer conhecer características estratégicas, táticas e operacionais das organizações e entender as necessidades dos usuários. Para facilitar a análise dos processos pode-se mapear desde o volume por unidade de tempo, a sequência das atividades, as esperas e a duração do ciclo, especificação de dados e informações, pessoas envolvidas, a relação e dependências entre as partes comprometidas no funcionamento do processo (ANDRADE, 2004).

Pelo exposto, o conceito de gestão estratégica, diferentemente das confusões conceituais, apresenta características que transcendem o planejamento estratégico tal como ilustrado na figura 4, a seguir:

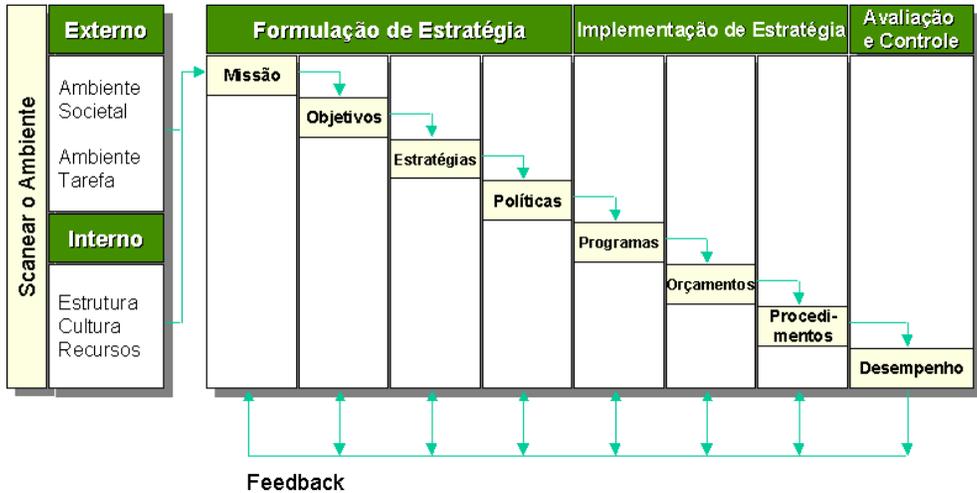


Figura 4: Modelo da Administração Estratégica. Adaptado de Wheelen(1992)

Deste modo, o conceito de administração estratégica procura se pautar em um processo integral, contínuo, flexível e criativo e que propicia um enquadramento que orienta os outros componentes da gestão (elaboração de planos táticos e operacionais, avaliação de recursos etc.). Como objetivos fundamentais da administração estratégica, destacam-se (MAXIMIANO, 2002).

- A reorientação de recursos materiais, financeiros e humanos;
- O estabelecimento de padrões de excelência;
- Implantação do processo de melhoria contínua
- A definição de valores comuns;
- As formas de lidar com a incerteza;
- O fornecimento de uma base para o controle de avaliação

O processo de gestão estratégica é seguramente aplicável a qualquer tipo de organização. Deste modo, suas orientações são aplicáveis tanto a instituições públicas como privadas.

Para as Bibliotecas Universitárias a adoção da gestão estratégica fomentaria a discussão sobre a autonomia, que procura promover maior liberdade administrativa nestas organizações.

Quando aplicados, seus princípios podem conduzir a um diagnóstico preciso da realidade, favorecendo a participação que é fundamental na implementação de ações que contribuem para melhoria da qualidade e na prestação de serviços que atendam efetivamente às demandas dos usuários.

Nestas organizações, a consideração das fases da gestão estratégica conduz a uma redefinição de responsabilidades, tarefas e participação dos seus vários atores (direção, chefes, bibliotecários, arquivistas, funcionários e a comunidade académica) em todos os níveis.

Uma observação importante, com relação à Gestão Estratégica, é que a sua aplicação deve procurar envolver todos os profissionais no mesmo processo de inovação<sup>6</sup> e produção do conhecimento. A demonstração de maturidade nos relacionamentos interpessoais dentro de uma organização é percebida, quando a responsabilidade e a criatividade são incentivadas a todos da equipe.

Deste modo, a importação do modelo de gestão estratégica terá implicações positivas na postura da Biblioteca Universitária, evitando que esta fique sujeitas às variações e às mudanças das políticas de nível macroanalítico, numa atitude de mera reação às contingências da sua implementação (TACHIZAWA; ANDRADE, 2001).

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS: ALGUMAS APROXIMAÇÕES

O ato de planejar consiste em definir o que se almeja, tomar diretrizes para realizar ações, estabelecer metas e definir quais os métodos para atingir as propostas traçadas. Requer também um cuidado com a capacitação e a promoção e desenvolvimento de competências das pessoas quanto aos objetivos a serem alcançados e no uso e orientação dos recursos materiais, tecnológicos, dentre outros, além de manter o foco nas atividades e tarefas a serem implementadas.

A gestão estratégica e seus princípios se constituem numa proposta coerente com o ambiente turbulento no qual as organizações contemporâneas estão inseridas e que, apesar de ter seu viés metodológico, inicialmente, direcionado às instituições empresariais, pode ser aplicada em qualquer organização, resguardando, obviamente, as peculiaridades destas.

A consideração da ambiência, a determinação da missão e a perspectiva de longo prazo deste modelo de gestão é bem adequado às Bibliotecas Universitárias, na medida que possibilita o aprimoramento dos seus processos e das suas atividades, e principalmente das pessoas. Os conceitos que aqui estão sendo analisados e refletidos devem ser observados sob alguns aspectos: a) considerar o ambiente ao qual a Unidade está inserida; b) internalizar esses conceitos, para que as atitudes daqueles que irão executar as tarefas e rotinas demonstrem espontaneidade, naturalidade e, principalmente, que demonstrem ser verdadeiras.

Destaca-se que modernização ou a reestruturação do processo produtivo deixou de ser uma opção e passou a ser uma questão crítica no alcance da qualidade nos serviços

6 Andrade; Coelho (2008) ponderam que o conceito de **inovação** pode ser considerado como a introdução de produtos, serviços, processos, métodos ou sistemas não existentes até o momento ou que agreguem novas características diferentes das até então em vigor.

das Bibliotecas Universitárias. A agilidade nas decisões, tão importante na atualidade, só é possível com processos bem delimitados, a racionalização das atividades e com uso intensivo e planejado de TI, afinal a tecnologia é uma das chaves mais importantes para melhorar a eficiência, mas ressalta-se o papel imprescindível das pessoas na gestão desse processo e das tecnologias aplicadas nas suas diversas formas. A aplicação dos princípios da Gestão Estratégica no contexto das Unidades de Informação pode garantir a uniformização dos processos permitindo a redução de custos, otimização dos processos de trabalho e uniformidade de comunicação.

Deste modo, a adaptação e aprimoramento das proposições da gestão estratégica constituem elemento essencial para um modelo gestão bibliotecária que observe a gestão universitária e seus ambientes, e leve em consideração a responsabilidade social e um posicionamento crítico, de modo que a biblioteca universitária possa dar o suporte necessário para o desenvolvimento com qualidade dos pilares da universidade – pesquisa, ensino e extensão.

## REFERÊNCIAS

ALLEDI, C.; QUELHAS, O. **A sustentabilidade das organizações e a gestão da ética, transparência e responsabilidade social corporativa**. Niterói: LATEC, 2003. Disponível em: [www.latec.uff.br](http://www.latec.uff.br). Acesso em: 25/03/2017.

ANDRADE, M. V. M. ; COELHO, S. L. . Projetos, parcerias e arranjos inovativos: o caso do Núcleo de Documentação da Universidade Federal Fluminense. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., São Paulo, 2008. **Anais...** São Paulo: CRUESP, 2008

ANDRADE, M. V. M. **Aplicação dos Cursos Online Abertos e Massivos – MOOC – em processos de formação continuada para docentes de cursos de Licenciatura em Matemática**. 2018. 211 f. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática) - Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, 2018

ANDRADE, M. V. M. **Gestão da qualidade em bibliotecas universitárias**: indicadores de desempenho e padrões de qualidade Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense / Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2004.

ANDRADE, M. V. M.; COELHO, S. L.; VIANNA, A. A. Usabilidade dos portais corporativos direcionados à comunidade universitária: um estudo de caso. In: SILVA, Clayton Robson Moreira da (Org.). **Administração de Empresas: Estratégia e Processo Decisório 2**. Ponta Grossa (PR): Atena, 2020. Disponível em: DOI: 10.22533/at.ed.73821150414

ANDRADE, M. V. M.; SANTOS, A. R. Gestão de pessoas no serviço público federal: o caso do Núcleo de Documentação da Universidade Federal Fluminense. In: **Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias**, 2004, Natal, 2004.

ANDRADE, M. V. M.; SANTOS, A. R. Princípios da gestão estratégica e suas aplicações na biblioteca universitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2007. Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://repositorio.uff.br/jspui/handle/1/54>.

ANSOFF, H. **Estratégia empresarial**. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis, 2002.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**: a era da informação; economia, sociedade e cultura. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COELHO, N. **Planejamento estratégico para melhoria da qualidade**. Rio de Janeiro, Qualitymark, 2002.

DAMASCENO, K. S. **Aplicações dos princípios da Gestão Estratégica no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza, 2012. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/5781/1/2012\\_dis\\_ksdamasceno.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/5781/1/2012_dis_ksdamasceno.pdf). Acesso em 17 abr. 2021.

ELMBORG, James. Critical Information Literacy: Definitions and Challenges. In: WILKINSON, Carroll Wetzel; BRUCH, Courtney (org.). **Transforming Information Literacy Programs: Intersecting Frontiers of Self, Library Culture, and Campus Community**. Chicago: Association of College & Research Libraries, 2012. p. 75–95.

FERRELL, O. C.; FRAEDRICH, J.; FERRELL, L. **Ética Empresarial: dilemas, tomadas de decisões e casos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2001.

FREIRE, I. M. Sobre a temática “responsabilidade social” na literatura da ciência da informação indexada pela BRAPCI. **Logeion: filosofia da informação**, v. 1, n. 1, p. 59-76, 2014. DOI:<10.21728/logeion.2014v1n1.p59-76>. Acesso em: 21 abr. 2021.

MACIEL, A. C.; MENDONÇA, M. A. R. A função gerencial na biblioteca universitária. In: **Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias**, 11, 2002. Anais... Recife, UFPE, 2002. (formato eletrônico)

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração**: da escola clássica à competitividade da economia globalizada. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000.

O'BRIEN, James A. **Sistemas de informação**: e as decisões gerenciais na era da Internet. São Paulo: Saraiva, 2001.

PORTER, M. E. **Vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1999

PRETTO, N. **Além das redes de colaboração**: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder. Salvador: EDUFBA, 2008.

TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B. **Gestão de instituições de ensino**. 2. ed. Ver. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

TARAPANOFF, K. A biblioteca universitária vista como uma organização social. **Estudos Avançados em Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Brasília, v.1, p.73-92, 1982

WALTON, R. E. **Tecnologia de informação**: o uso de TI pelas empresas que obtêm vantagem competitiva. São Paulo: Atlas, 1998.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to Information Science. **Journal of Chemical Information and Modeling**, v. 9, p. 127–140, 1975. Disponível em: doi: 10.1.1.232.5319>. Acesso em: 21 abr. 2021.

WHEELLEN; H. **Strategic Management and Business Policy**. New York: Prentice Hall, 1992

# CAPÍTULO 6

## COVID-19: IMPACTOS NAS VENDAS DE PRODUTOS DE GIRO RÁPIDO NO ANO DE 2020 DURANTE A PANDEMIA

*Data de aceite: 01/06/2021*

**José de Figueiredo Belém**

**Daniel de Melo Morais**

**Greice Kally Oliveira Batista**

**Cícera Vanessa Lins Ferreira**

**Cícero Alessandro Brito Barbosa**

**RESUMO:** O objetivo do presente artigo é analisar os impactos causados pela Covid 19 nas vendas de produtos de giro rápido na região do cariri cearense. Para que o objetivo fosse atendido, foi adotada a estratégia de estudo de casos múltiplos em empresas do segmento de comércio de produtos de giro rápido. Evidenciou-se que as empresas pesquisadas utilizam o modelo sequencial de estruturação e gerenciamento da comercialização dos produtos, as inovações direcionadas para o atendimento às necessidades urgentes dos consumidores da região que procuram utilizar produtos comercializados pelo mercado e utilizam múltiplas estratégias de inovação para atrair seus consumidores no mercado regional durante o período da pandemia da covid 19, incluindo as opções de vendas através de meios digitais. Os resultados contribuem para ampliar o entendimento sobre os tipos, dimensões e características tanto das inovações quanto às estratégias de empreendidas para atender ao

mercado consumidor nesse segmento.

**PALAVRAS - CHAVE:** Vendas. Produtos de giro rápido. Consumidores.

**ABSTRACT:** The purpose of this article is to analyze the impacts caused by Covid 19 on sales of fast-moving products in the region of Ceará's cariri. In order for the objective to be met, a multiple case study strategy was adopted in companies in the fast-moving products trade segment. It was evident that the companies surveyed use the sequential model for structuring and managing the marketing of products, innovations aimed at meeting the urgent needs of consumers in the region who seek to use products marketed by the market and use multiple innovation strategies to attract their consumers. in the regional market during the covid 19 pandemic period, including sales options through digital media. The results contribute to broaden the understanding of the types, dimensions and characteristics of both innovations and the strategies undertaken to serve the consumer market in this segment.

**KEYWORDS:** Sales. Fast turning products. Consumers.

### 1 | INTRODUÇÃO

A pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19) foi classificada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como um grande problema de saúde pública em todo o planeta, que é transmitido entre pessoas pelo contato com gotículas geradas pela respiração. Originalmente conhecido em Wuhan, China, a doença foi inicialmente comprovada em

dezembro de 2019, quando o primeiro caso foi registrado.

Diferentes regiões sofrem os impactos, não só na área de saúde, mas também em sua economia, uma vez que com a chegada da doença, muitas pessoas perderam seus postos de trabalhos e passaram a viver apenas com um auxílio emergencial instituído pelo governo federal.

O surto causado pelo novo coronavírus trouxe muitas incertezas e está impactando o mercado de produtos de consumo em todo o mundo, provocando também uma mudança de hábito nos consumidores, que estão em muitos casos, mais cautelosos durante as compras.

Como forma de se prevenirem, observa-se empiricamente, que muitos consumidores estão optando pela compra através do e-commerce (TURBAN & KING, 2004). Passaram a procurar lojas físicas apenas para os produtos que ainda não estão disponíveis através das redes sociais, ou que não têm previsão de chegada em prazo que atenda a necessidade de consumo em tempo hábil.

Identificar e tratar os gargalos existentes nos processos de vendas, ligados diretamente aos produtos de giro rápido é de suma importância à melhoria contínua e, conseqüentemente, primordial à satisfação dos clientes. Tais processos devem ser bem alinhados e bastante definidos para assegurar excelência na execução do fornecimento dos produtos e garantir a sua qualidade, evitando o desperdício de recursos humanos, de máquinas e equipamentos e a insatisfação do cliente (THULL, 2017).

As compras na categoria de FMCG (Fast Moving Consumer Goods), ou produtos de giro rápido, foram importantes para os resultados do varejo nesta época de pandemia. Segundo levantamento da Nielsen Brasil, os segmentos de Alimentos, farmacêuticos, Higiene Pessoal e Limpeza se destacaram em termos de crescimento nas vendas.

Diante de todas essas mudanças que se observa empiricamente, surgiu a necessidade de se investigar, através da seguinte pergunta: Com o abastecimento das famílias, com relação às vendas, qual o impacto nas vendas, em termos percentuais, mesmo com a alta de preços em quase todos os produtos básicos que integram a linha de produtos de giro rápido?

Para responder à pergunta, traçou-se como objetivos os seguintes:

**Objetivo Geral:** Analisar os impactos causados pela Covid 19 nas vendas de produtos de giro rápido na região do cariri cearense.

E para maior e melhor forma de investigação traçou-se como **objetivos específicos:** Levantar um construto teórico acerca do tema, definir a metodologia utilizada, efetuar pesquisa de campo com os empresários que comercializam nesse segmento e verificar ao final se o objetivo que se propõe foi alcançado.

Justifica-se a construção do presente artigo com base nas anormalidades ocasionadas pela pandemia, influenciando no funcionamento e nas necessidades básicas de todos os consumidores, independentemente da renda ou classe social no planeta.

## 2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Observando-se o comportamento do consumidor em situações extremas — como é o caso da pandemia do novo coronavírus — verifica-se a existência de sinais preliminares de preocupação com o abastecimento de itens de consumo rápido, sobretudo os relacionados a alimentação, higiene e à saúde (AHMED SAMEER EL KHATIB, 2020).

### 2.1 Produtos de Giro Rápido

Segundo Ortega (2008) o primeiro passo na gestão de vendas, sobretudo de produtos de giro rápido, é o planejamento de vendas onde contempla, desde o fornecedor, a logística e até a forma de realização da venda.

Entender as expectativas dos clientes em relação aos produtos ou serviços devem favorecer o cliente gerando confiança e mostrando qualidade, desta forma a probabilidade de atingir objetivos por meio da satisfação dos clientes será um fator decisivo no processo (Futrell, 2003).

Para Rosa, S. G. M (2005):

(...) encantar o cliente significa sucesso em vendas. Mais do que nunca, o diferencial de uma empresa passa por esse atendimento. Nunca se fez tão necessária a conscientização de que as empresas precisam investir no que tange ao atendimento de seus clientes de modo a fidelizá-los e se manter atraindo novos clientes.

Quando se procura incrementar as vendas faz-se necessário conhecer o consumidor, desta forma a pesquisa sobre o público que irá utilizar os produtos é importante, mesmo considerando o contexto de urgência de atendimento às necessidades de uso dos produtos, justificadas pela pressa gerada pelo surgimento inesperado das circunstâncias que justificam o uso constante como forma de sobrevivência e de precaução para evitar a transmissibilidade e a disseminação do problema (Limeira, 2008).

Desta forma será possível ter sucesso nas vendas. Relembrando a importância de analisar os 4ps de Marketing (preço, praça, propaganda e produto) que, aliados a um bom estudo de mercado, poderão a fazer grande diferença (THULL, 2007).

Ainda que o cenário não tenha sido dos mais favoráveis, os setores supermercadista e farmacêuticos se destacaram no período.

Um estudo da Hsu, C. H., & Huang, S. (2020) mostrou que os consumidores brasileiros estão se mantendo em ritmo elevado os níveis de consumo dos produtos de giro rápido

O levantamento demonstra que, a busca por promoções, preocupações com a saúde/bem-estar e menor lealdade às marcas e aos pontos de venda se tornaram fatores que acompanham a rotina de consumo da população brasileira.

Segundo o estudo da Hsu, C. H., & Huang, S. (2020), em média, 60% dos lares brasileiros, equivalente a 31,6 milhões, compram mensalmente nessas lojas, e isso

representa um importante aumento por sua preferência.

## 2.2 Desafios dos Produtos de Alto Giro Para Crescer No E-Commerce

Para esse segmento, investir em e-commerce deixou de ser uma opção e se tornou indispensável não só para aumento de participação, mas, sobretudo, para acompanhar o comportamento dos novos consumidores (SAMARA & MORSCH, 2006).

Mesmo ainda havendo algumas barreiras no momento de compra, que precisam ser superadas no uso do e-commerce de FMCG, tais como a desconfiança nos sistemas de pagamento e a ainda recorrente necessidade que o consumidor tem de tocar o produto antes de comprar, muitos consumidores migraram para a compra em meios digitais, obrigando assim as empresas a se atualizarem para conseguirem ampliar suas vendas e manter sua clientela (AHMED SAMEER EL KHATIB, 2020).

Trabalhar com produtos de valores acessíveis e verificando previamente a capacidade e a necessidade de compra, sempre dentro do seu capital de giro, para não comprometer o valor aplicado em outras áreas, o empresário deve dar preferência na escolha de produtos com giro mais acelerado, mesmo considerando a margem de lucro inferior àquela praticada em épocas consideradas normais (COBRA E TEJON, 2017).

## 2.3 Produtos Farmacêuticos (Medicamentos)

De acordo com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), os medicamentos e/ou produtos farmacêuticos têm a finalidade de curar, aliviar, prevenir, controlar, manter e recuperar a saúde. Diante deste contexto os medicamentos não devem ser considerados como produtos comuns, de uso ordinário, mas sim como bens essenciais (MENDES, 2015).

Mediante a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, dentre os principais direitos sociais, a saúde se enquadra dando ênfase a pontos positivos como a importância de ter ações e prestações estatais para a prevenção e tratamento das doenças, por exemplo. (LEVITON et. al., 2010).

Em março de 1993, na Cartagena, Colômbia, foi assinada pelos países andinos uma declaração de políticas farmacêuticas, que assegurasse o acesso de medicamentos mensurando a qualidade no sistema que constitua os indicadores sociais e a igualdade na partilha das riquezas de uma nação, isto é, fornecer um auxílio à saúde em viés de produtos farmacêuticos (AQUINO, 2008).

Diante da pesquisa realizada pela diretoria geral da assistência farmacêutica, destacada pelo Governo do Estado de Pernambuco (2015), o remédio origina-se da palavra latim *remedium*, isto é, aquilo que cura. Dessa forma o remédio pode ser considerado como um atributo mais amplo que medicamento, pois são definidos como recursos utilizados para curar ou aliviar a dor, o desconforto ou a enfermidade.

O medicamento se fundamenta do latim *medicamentum*, dando ênfase a nomenclatura

de medicina e seus substantivos e verbos derivados, dentre eles o verbo medeor, que em sua definição destaca o cuidado, a proteção e o tratamento. Os medicamentos são junções de substâncias ou preparações que se pode utilizar como remédio, eles são produzidos em farmácias ou indústrias farmacêuticas considerando especificações técnicas e legais (LEITE; VIEIRA; VEBER, 2008).

Ao fazer uso de determinados medicamentos, vale ressaltar sua importante ação esperada, pois em sua maior parte é dado o usufruto para o alívio de sintomas, como dor, febre, inflamação, tosse, coriza, vômito, náuseas, ansiedade, insônia, entre outros sintomas que são comuns no cotidiano da população mundial (ARRAIS, et. al., 2005).

É sabido que embora exista a prescrição médica, para a aquisição de medicamentos, segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas (ABIFARMA, 2019), 80 milhões de pessoas se automedicam, ou seja, tomam medicamentos por conta própria, sem a devida análise e acompanhamento de um profissional habilitado da área da saúde, podendo em alguns casos serem considerados nocivos à saúde individual e coletiva.

Uma justificativa para essa afirmação, é que há medicamentos de uso básico que muitas vezes os familiares e amigos indicam, e que se pode encontrar com facilidade nas farmácias, para curar tal problema, como uma simples dor de cabeça, o fato é que se faz necessário a educação deste contexto social e o devido ensino de que não se deve “brincar” com medicação e que a saúde deve ser tratada de forma responsável (LESSA; BOCHNER, 2008).

Segundo dados do programa de treinamento Neo Química via Web, quando um consumidor vai à farmácia para comprar um medicamento, não se imagina que há um número de pessoas que se envolveram para garantir o uso seguro desse produto. Pode-se destacar os processos extensos nas indústrias, das quais são inúmeros para levar segurança e qualidade ao medicamento fabricado, indo desde a seleção dos melhores insumos, até a utilização de técnicas automatizadas (CAPONI, et. al. 2010).

Um ponto de extrema importância, é a existência de um percentual em sua maioria nas indústrias farmacêuticas, que acabam produzindo somente a quantidade de medicamentos ideal para cumprir suas solicitações mensais. Desta forma, a empresa reduz a necessidade de grandes áreas físicas de estocagem, estas que devem considerar (o alto giro de mercadorias e posições de estoques equilibradas) e ainda garante ao mercado produtos recém-produzidos, conclui-se que é por isso que alguns medicamentos possuem data de validade prolongada (BALLOU, 2001).

Lessa; Bochner, (2008) destacam que a elaboração de medicamentos deve ser realizada com critérios e cuidados indispensáveis, pois basta um simples equívoco em um de seus processos, que poderá ocasionar na morte de algum paciente, dessa forma a atenção no controle dos processos deve-se dobrar para levar eficácia ao tratamento do paciente. Nos lotes de distribuição, faz-se essencial manter as características idênticas ao lote padrão, com prazos de validação definidos.

Diante dos parâmetros da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, a mesma responsabiliza-se pela fiscalização, verificação e aprovação dos medicamentos, contribuindo para assegurar o uso correto dos medicamentos, um exemplo claro e recente é a aprovação para aplicação da vacina do covid-19 como uso emergencial no Brasil (ANVISA, 2021).

Desta forma acontece com outros medicamentos, que antes de entrarem para circulação no mercado deve-se passar pela entidade para fiscalização, porém o seu cumprimento não é de caráter obrigatório, pois cada empresa deve se tornar responsável pela verificação da aplicabilidade de seus medicamentos, todavia quando fiscalizados pela Anvisa, serão concretizados o cumprimento do Regulamento Técnico das Boas Práticas de Fabricação (Resolução-RDC nº 210/03).

Aquino (2008) conclui que os mais importantes objetivos desses indicadores é a diminuição no número de equívocos e erros, redução da variação dos processos, melhoria contínua dos produtos, dentre outros aspectos, que destacam a importância e validação dos indicadores evoluindo os processos dentro da empresa.

Ballou (2001) afirma que o método de estocagem auxilia no momento da venda dos produtos, em especial aos de alto giro que são aqueles da qual o tráfego pela procura é maior.

Segundo Belfiore; Fávero (2012), a análise ABC contempla a variação do tempo de consumo, valor monetário e a quantidade dos itens, organizando-os por ordem decrescente.

Ainda segundo Belfiore; Fávero (2012, na Categoria A estão localizados os produtos que são fundamentais para a administração, podendo representar algo entre 35% e 70% do valor movimentado dos estoques, ou seja, como exemplos de medicamentos o paracetamol e dipirona, que servem para dor e febre, podem ser considerados os mais vendidos; na categoria B- Produtos Intermediários- 10% a 45%; na categoria C-Menor relevância e baixa demanda.

Ballou (2001) afirma que não existe uma maneira exata de agrupar os produtos, pois estas categorizações devem seguir de acordo com os interesses e objetivos individuais de cada organização.

## **2.4 Produtos de Higiene e Limpeza**

São compostos químicos de extrema importância na higienização e na conservação dos ambientes em que frequentamos, como casa, trabalho, lojas e hospital (ALGRANTI, E.; MAÇAIRA, E.; MENDONÇA, E. M. C, 2009).

Todos esses produtos usados na higiene e conserva desses ambientes são chamados de produtos saneantes.

Exemplos desses produtos são: o detergente líquido e em pó, desinfetante, o sabão em pó, a cera, água sanitária. Sendo essas substâncias diferentes, mas que podem causar intoxicação. Dessa forma, é de total importância que estejamos atentos ao seu modo de

uso e os riscos dele, quais são os acidentes tóxicos mais frequentes e quais ações tomar para prevenir ou reverter caso haja uma intoxicação.

Existe uma enorme gama de produtos para limpeza, assim como utensílios auxiliares para todo tipo de serviço, cores, fragrâncias, marcas, entre outros aspectos relativos ao produto, desde aqueles mais específicos, usados para cada tipo de sujeira, assim como os compostos multiuso, que podem ser utilizados de várias maneiras, por serem mais versáteis (Nascimento, 2014).

Produtos como água sanitária, desinfetante, detergente, sabão em pó e álcool integram essa lista de materiais básicos e excelentes para faxinas rápidas e eficientes.

Peixoto; Ferreira (2012, p. 92) elencaram 11 produtos de limpeza essenciais para se ter em casa, são esses produtos de maior importância e versatilidade, são eles e onde usar:

1. Álcool: na limpeza de locais infectados e, também, de vidros e metais.
2. Detergente: na limpeza de sujeiras mais engorduradas.
3. Desengordurante: principalmente em locais engordurados por cozimento de alimentos como pias, balcões, fogões e depuradores.
4. Sabão em barra ou sabão de coco: o sabão de coco é indicado para a limpeza de roupas brancas e delicadas, e o sabão em barra neutro é um produto que pode ser utilizado a qualquer momento já que sua composição não mancha e limpa com potência.
5. Sabão em pó: deve ser utilizado na lavagem de tecidos.
6. Amaciante: na lavagem de roupas e tecidos em geral.
7. Água sanitária: em lavagens de roupas brancas, pisos e azulejos.
8. Multiuso: pode ser utilizado em fogões, pias, azulejos e materiais plásticos que necessitem de limpeza para retirar gorduras.
9. Desinfetante: pode ser utilizado em pisos e instalações.
10. Limpa-vidros: em vidros de janelas, portas, móveis e para-brisas de automóveis.
11. Sapólio: pode ser utilizado em azulejos, painéis inox, fogões e pisos rústicos.”

Apesar de serem itens essenciais no dia a dia, os quais são responsáveis pela assepsia dos ambientes, removendo bactérias que podem ser prejudiciais à nossa saúde e acarretem doenças, o contato excessivo ou mau uso desses produtos também podem oferecer riscos à saúde, principalmente aqueles utilizados em limpeza mais pesadas, que são corrosivos. Os riscos podem ser diferentes, dependendo do produto (NASCIMENTO, 2014).

A ANVISA (2021), órgão responsável pela regulamentação da produção, comercialização e uso dos produtos de limpeza, exige que haja rótulos nos mesmos informando os efeitos que eles podem trazer à saúde, além da explicitação das precauções

que devem ser tomadas e o modo de uso adequado.

Todos os produtos de limpeza podem ser prejudiciais à saúde, dessa forma, a melhor recomendação é se ater ao modo de uso mais adequado e tomar as precauções para evitar quaisquer acidentes (ALGRANTI et. al. 2009).

## 2.5 Produtos Alimentícios

Segundo a ANVISA (2021), produto alimentício é todo alimento derivado de matéria-prima alimentar ou de alimento in natura, ou não, e/ou de outras substâncias permitidas, obtidas por processo tecnológico adequado.

A produção de alimentos vem sofrendo modificações positivas ao longo dos séculos, transformando os padrões de consumo da população ao longo das décadas, com relação aos tipos de alimentos mais consumidos pelas famílias, o aumento da renda, o grau de escolaridade, aumento da expectativa de vida, ampliação do acesso à informação e à cultura, dentre outros são fatores determinantes que estão modificando os padrões de consumo, permitindo o desenvolvimento, a diversificação e a constituição de novos mercados. (BRASIL FOOD TRENDS, 2020)

A qualidade dos alimentos é um aspecto extremamente importante para os que se preocupam com a nutrição, segurança alimentar e questões ambientais e, como tal, determina a escolha dos produtos alimentares (AZMAN E SAHAK, 2014).

Nas últimas décadas, os consumidores têm vindo a experimentar mudanças substanciais no setor alimentar como resultado do fenômeno da globalização, da alteração dos hábitos e costumes e da rapidez da informação. As décadas recentes testemunharam uma série de mudanças nos hábitos e comportamentos de compra que os consumidores, tradicionalmente, demonstraram ao comprar produtos alimentícios (MARTÍNEZ-RUIZ E GÓMEZ-CANTÓ, 2016).

O processamento pode contemplar uma série de operações, nomeadamente, lavagem, moagem, mistura, refrigeração, armazenamento, aquecimento, congelamento, filtração, fermentação, extração, extrusão, centrifugação, fritura, secagem, concentração, pressurização, irradiação, micro-ondas e embalagem (LICHTENSTEIN E LUDWIG, 2010).

Estudos desenvolvidos para avaliar as necessidades do consumidor e o seu comportamento no momento da compra são fundamentais para o fornecimento de informações que possam ajudar a desenvolver novos produtos e servir de suporte no aperfeiçoamento das atividades de marketing, possibilitando a satisfação dos clientes e a consolidação dos produtos no mercado (PINHEIRO *et al.*, 2011).

## 3 | METODOLOGIA

A presente pesquisa tem por base o paradigma interpretativista e apresenta uma abordagem qualitativa quando se refere aos hábitos de consumo e quantitativa quando relativa aos valores e percentuais relativos a compras. A estratégia de pesquisa adotada foi

de estudo de casos múltiplos (GIL, 2008).

Os estudos de casos múltiplos permitem a coleta e análise de dados a partir de vários casos, possibilitando compreender diferentes perspectivas, o que aumenta a robustez do estudo (MINAYO, 2014).

O critério estabelecido para a seleção dos casos foi empresas que comercializem produtos de giro rápido, nos segmentos de produtos alimentícios, Farmacêuticos e de Higiene e Limpeza.

Nesse sentido, 40 empresas foram previamente selecionadas no mercado regional, mas somente 37 delas aceitaram participar da pesquisa, sem a identificação dos respondentes, para que os mantenham no anonimato.

Foi utilizado o Google Forms para o questionário estruturado destinado aos consumidores e obteve-se respostas de 74 participantes.

Os sujeitos da pesquisa, nas respectivas empresas, foram profissionais que estavam envolvidos no processo de vendas diretas.

Os dados primários foram coletados, principalmente, por meio de questionário semiestruturado com o objetivo de gerar percepções e opiniões dos participantes (GIL, 2008).

A aplicação dos questionários foi realizada entre os dias 01.02.2021 a 11.02.2021.

Em seguida, foram tabulados os dados obtidos através da aplicação dos questionários, visando a construção dos gráficos para melhor interpretação dos resultados.

Em seguida foi feita a análise dos dados, seguindo a sequência de categorização definida nas etapas anteriores (GIL, 2008).

A literatura foi utilizada de modo a interpretar os dados coletados e confrontar em cada etapa da análise a realidade das empresas com as proposições definidas pelos autores pertinentes as temáticas do estudo (SEVERINO, 2013).

## **4 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Para a análise do que foi obtido junto aos empresários, distribuiu-se em cinco perguntas em um mesmo gráfico, destacando-se a importância de cada questionamento aplicado.

Observa-se que a maioria dos empresários apresentam experiência no mercado, e observaram importante crescimento nas vendas de produtos de 1ª necessidade, sendo que a preferência pela forma de atendimento é através de delivery, obedecendo as regras do distanciamento social.

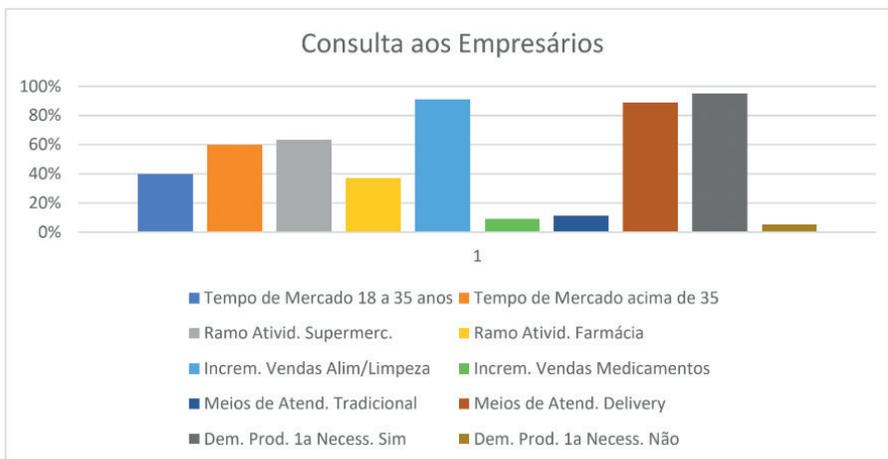


Gráfico 1 – Consulta aos Empresários

Fonte: Elaborado pelos autores

No gráfico 2 a seguir observa-se que os consumidores/compradores são de baixa faixa etária, que foram amparados em sua maioria pelo Auxílio Emergencial, sem estabilidade na renda, que compram para estocar produtos, principalmente os alimentos e limpeza, com receio de faltar produtos no mercado.

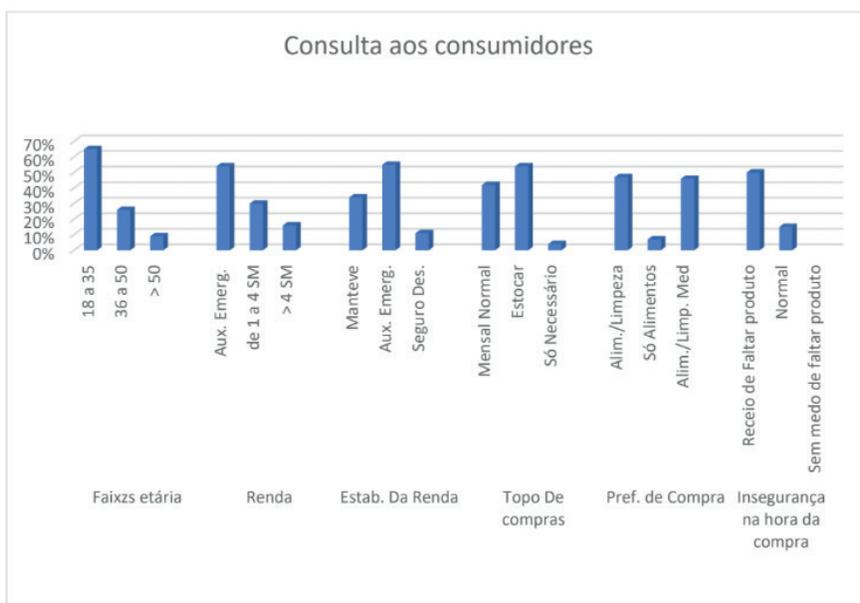


Gráfico 2: Consulta aos consumidores

Fonte: Elaborado pelos Autores

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O público respondente à pesquisa demonstrou maturidade em relação à atividade comercial a qual se propõe, bem como à necessidade de consumo dos produtos, apresentando amplo conhecimento sobre os conceitos de consumo dos produtos e das ferramentas para comercialização e aquisição de produtos tratados como de giro rápido.

Aos empresários observa-se que a adoção de novos meios de comercialização, para que pudesse atender ao público consumidor, foi decisivo.

Ao se analisar todo o contexto das respostas observa-se ainda que os conceitos dos pesquisados e apresentados pelos diversos autores que referenciam o presente trabalho, se coadunam na sua aplicação.

A literatura sobre a temática **produtos de giro rápido** é vasta por isso alguns recortes foram feitos para fins desta pesquisa.

Os participantes da pesquisa demonstraram razoável nível de conhecimento e prática de comercialização e consumo, procurando obedecer aos conceitos da literatura aplicável.

O objetivo da pesquisa foi atendido, deixando a sugestão para novas pesquisas acerca do assunto considerado de grande relevância para a região e para a saúde dos consumidores.

## REFERÊNCIAS

ABIFARMA - Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas. (2019). **Relatório anual de uso de medicamentos**.

AHMED SAMEER EL KHATIB, (2020). **Acúmulo de Alimentos durante a Pandemia da COVID-19: Uma Análise à luz da Teoria do Comportamento Planejado (TCP)**. 13 th Latin American Retail. CLAV 2020. São Paulo.

ALGRANTI, E.; MAÇAIRA, E.; MENDONÇA, E. M. C. (2009). **Você, trabalhador de limpeza! Vamos conversar?** São Paulo: Fundacentro,

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária (2021) – **Reunião** de 17.01.2021.

AQUINO, D. S. da. (2008) **Por que o uso racional de medicamentos deve ser uma prioridade?** Ciência & Saúde Coletiva, v.13, p.733–736.

ARRAIS, P. S. D.; BRITO, L. L.; BARRETO, M. L.; COELHO, H. L. L. (2005). **Prevalência e fatores determinantes do consumo de medicamentos no Município de Fortaleza, Ceará, Brasil**. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.21, n.6, p.1737-1746.

AZMAN, N. & SAHAK, S. (2014). **Nutritional Label and Consumer Buying Decision: A Preliminary Review**. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, vol. 130, p. 490-498.

- BALLOU, Ronald H. (2001). **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**: planejamento, organização e logística empresarial. 4ª ed. – Porto Alegre: Bookman,
- BELFIORE, P.; FÁVERO, L. P. (2012). **Pesquisa Operacional**: Para curso de Administração, Contabilidade e Economia. Elsevier/Campus. São Paulo.
- BRASIL. (1988). Constituição Federal.
- BRASIL FOOD TRENDS (2020). Relatório FIESP/ITAL.
- CAPONI, S. et al. (2010). **Medicalização da vida**: ética, saúde pública e indústria farmacêutica. Palhoça: Unisul.
- COBRA, M. TEJON, J. L. (2017). **Gestão de Vendas**. Saraiva. São Paulo.
- ESTADO DE PERNAMBUCO. (2015). **Diretoria Farmacêutica**.
- FUTRELL, C. M. (2003). **Vendas, Fundamentos e Novas Práticas de Gestão**. Saraiva. São Paulo.
- GIL, A. C. (2008). **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas.
- HSU, C. H., & HUANG, S. (2020). **An extension of the theory of planned behavior model for tourists**. *Journal of Hospitality & Tourism Research*, <https://doi.org/10.1177/1096348010390817>. Acesso em 03.01.2020.
- LEITE, S. N.; VIEIRA, M.; VEBER, A. P. (2008). **Estudos de utilização de medicamentos**: uma síntese de artigos publicados no Brasil e América Latina. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 1, p. 793-802.
- LESSA, M. de A.; BOCHNER, R. (2008). **Análise das internações hospitalares de crianças menores de um ano relacionadas a intoxicação e efeitos adversos de medicamentos no Brasil**. *Revista Bras. Epidemiol*, v.11, n.4, p.660–674.
- LEVITON, L. C. et al. (2010). **Evaluability assessment to improve public health policies, programs, and practices**. *Annual Review Of Public Health*, Palo Alto, v. 31, n. 1, p. 213-233.
- LICHTENSTEIN, A. & LUDWIG, D. (2010). **Bring back home economics education**. *JAMA*, vol. 303, p.1857–1858.
- LIMEIRA, T. M. V. (2008). **Comportamento do Consumidor Brasileiro**. Saraiva. São Paulo.
- MARTÍNEZ-RUIZ, M. & GÓMEZ-CANTÓ, C. (2016). Key **External Influences Affecting Consumers**. *Decisions Regarding Food*. *Frontiers in Psychology*, vol. 7, art. 1618.
- MENDES, S. J. et al. (2015). **Gestão da assistência farmacêutica**: avaliação de um município catarinense. *Revista Eletrônica Gestão & Saúde*, Brasília, DF, v. 6, n. 1, p. 4-29.

MILLER, S. & KNUDSON, B. (2012). **Nutrition & costs comparisons of select canned, frozen and fresh fruits and vegetables**. Michigan State University, Ann Arbor, MI.

MINAYO, M. C. (2014). Apresentação. In R. Gomes, **Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Instituto Sírio Libanes.

NASCIMENTO, S. D. do. (2014). **Produtos químicos domésticos**: ações contextualizadas em educação ambiental. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Química) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências e Tecnologia.

ORTEGA, M. (2008). **Sucesso em Vendas**. Fundamentos para o Sucesso. Saraiva, São Paulo.

ORTEGA, A. & BORGES, M. **Codex (2012). Alimentarius: a segurança alimentar sob a ótica da qualidade**. *Segurança Alimentar e Nutricional*, vol. 19, n. 1, p. 71-81

PEIXOTO, N. H.; FERREIRA, L. S. (2012). **Higiene Ocupacional I** - Santa Maria: UFSM, CTISM; Rede e-Tec Brasil.

PINHEIRO, F.; CARDOSO, W.; CHAVES, K.; OLIVEIRA, A. & RIOS, S. (2011). **Perfil de Consumidores em Relação à Qualidade de Alimentos e Hábitos de Compras**. *UNOPAR Científica Ciências Biológicas e da Saúde*, vol. 13, n. 2, p. 95-102.

ROSA, S. G. M. (2005). **Projeto de Competitividade do Comércio**: Volume 1 Encantando o Cliente. SEBRAE. São Paulo.

SAMARA, B. S. & MORSCH, M. A. (2006). **Comportamento do Consumidor**. Conceitos e Casos. Pearson. São Paulo.

SEVERINO, A. J. (2013). **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª Ed. Cortez. São Paulo.

TILMAN, D. & CLARK, M. (2014). **Global diets link environmental sustainability and human health**. *Nature*, vol. 515, p. 518–522.

THULL, J. (2004). **Gestão de Vendas Complexas**. Campus/Elsevier. São Paulo.

TURBAN, E. King, D. (2004). **Comércio Eletrônico**. Estratégia e Gestão. Pearson. São Paulo.

WEAVER, C.; DWYER, J.; FULGONI III, V.; KING, J.; LEVEILLE, G.; MACDONALD, R.; ORDOVAS, J. & SCHNAKENBERG, D. (2014). **Processed foods**: contributions to nutrition. *American Journal of Clinical Nutrition*, vol. 99, n. 6, p. 1525-1542.

# CAPÍTULO 7

## O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES, DO ESTADO E DO MERCADO NA EXPANSÃO DA FRONTEIRA CAPITALISTA NO ESTADO DO PARÁ: UMA BREVE ANÁLISE

*Data de aceite: 01/06/2021*

*Data de submissão: 19/04/2021*

### **André Cutrim Carvalho**

Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História/Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia.  
Belém – Pará  
<https://orcid.org/0000-0002-0936-9424>

### **Pere Petit**

Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História.  
Belém – Pará  
<https://orcid.org/0000-0002-8970-3073>

**RESUMO:** O propósito fundamental deste artigo é discorrer, de forma objetiva, sobre a dinâmica de funcionamento das Instituições, do Estado, e do mercado na fronteira do Estado do Pará sob a égide de desenvolvimento do capital. A metodologia utilizada envolveu o método dedutivo porque parte do geral, isto é, a discussão sob a perspectiva do novo institucionalismo em torno do papel das Instituições, do Estado e do mercado; e, por conseguinte, o método indutivo porque considerou o particular, quer dizer, a importância das Instituições na promoção do desenvolvimento da fronteira econômica paraense. O novo institucionalismo procurou demonstrar que os mercados não são tão eficientes, e que a intervenção do Estado é necessária, desde que existam Instituições competentes para

o estabelecimento das “regras do jogo”. Contudo, do ponto de vista histórico, fronteira(s) representam o lócus do descumprimento das leis no âmbito de uma sociedade democrática. É o lugar em que o aparato normativo e coercitivo do Estado encontra-se ausente, ou quando existe está a serviço do poder de uma oligarquia agrária, o que acaba por ressignificar o próprio sentido da acumulação de capital. A principal conclusão do artigo demonstra que um sistema institucional evoluído pode, de fato, ajudar na efetivação do desenvolvimento econômico ao estruturar o entorno e, principalmente, estimular o processo de cooperação, de inovação e de aprendizagem, ainda que seja em uma região de fronteira. Entretanto, a fronteira econômica é, também, uma relação social de produção porque a estrutura da sociedade em construção no território da fronteira é, historicamente, dominada pelo capital.

**PALAVRAS - CHAVE:** Instituições; Estado; Mercado; Fronteira; Pará.

### THE ROLE OF INSTITUTIONS, THE STATE AND THE MARKET IN THE EXPANSION OF THE CAPITALIST FRONTIER ON THE STATE OF PARÁ: A BRIEF ANALYSIS

**ABSTRACT:** The fundamental purpose of this article is to discuss, in an objective way, the dynamics of functioning of the Institutions, the State, and the Market on the frontier of the State of Pará under the aegis of capital development. The methodology used involved the deductive method because it starts from the general, that is, the discussion from the perspective of the new

institutionalism around the role of the Institutions, the State and the Market; and, therefore, the inductive method because it considered the particular, that is, the importance of the Institutions in promoting the development of the Pará economic frontier. The new institutionalism sought to demonstrate that markets are not as efficient, and that State intervention is necessary, as long as there are competent institutions for establishing the “rules of the game”. However, from a historical point of view, frontier(s) represent the locus of non-compliance with laws within the framework of a democratic society. It was the place where the normative and coercive apparatus of the State is absent, or when it exists, it is at the service of the power of an agrarian oligarchy, which ends up re-signifying the very meaning of capital accumulation. The main conclusion of the article demonstrates that an evolved institutional system can, in fact, help in the realization of economic development by structuring the environment and, mainly, stimulating the process of cooperation, innovation and learning, even if it is in a frontier region. However, the economic frontier is also a social relationship of production because the structure of society under construction in the territory of the frontier has historically been dominated by capital.

**KEYWORDS:** Institutions; State; Market; Frontier; Pará.

## 1 | INTRODUÇÃO

Na década de 60-70, o Estado brasileiro – sob a égide da ditadura militar – resolveu implementar um ambicioso projeto nacional de desenvolvimento, que tinha como objetivo a transformação do Brasil em uma grande potência econômica no longo prazo. Em um primeiro momento, essa política regional de ocupação e desenvolvimento da Amazônia foi executada com base no avanço da fronteira pecuária de corte extensiva.

No Estado do Pará, como visto por Becker (2001) e Velho (1972, 1976), a história da pecuária de corte em regime extensivo remonta aos primórdios do avanço da frente pastoril do Nordeste em direção à fronteira paraense, a partir do século XVIII. No século XX, as décadas de 60-70 representaram um novo capítulo da história da ocupação humana, e do desenvolvimento da Amazônia brasileira, em particular da fronteira paraense.

Na verdade, o processo de ocupação da fronteira paraense intensificou-se a partir de 1960 sob o impulso de políticas macrorregionais do Estado nacional: o I Plano de Desenvolvimento Nacional (1972-1974), a “Operação Amazônia” (1966), o Plano de Integração Nacional (1970) e, sobretudo, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). A consequência dessas políticas de Estado representou um intenso movimento migratório do Nordeste e do Sul para a região Norte, com destaque ao Estado do Pará.

Para Carvalho (2012, 2017), a “Operação Amazônia” definiu a estratégia de ocupação da recém criada Amazônia Legal e, também, antecipou as Instituições que seriam posteriormente criadas pelo governo federal, tais como: a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Banco da Amazônia S/A (BASA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com a finalidade de serem responsáveis pela execução da nova política de ocupação e desenvolvimento, bem como

os instrumentos necessários para a execução da política de desenvolvimento regional (incentivos fiscal-financeiro da SUDAM, crédito bancário do BASA e a legalização de terras pelo INCRA) para viabilizar a penetração do capital sob a égide do governo militar.

Não obstante, logo foi percebido que tal estratégia não tinha obtido o sucesso econômico esperado pelos seus planejadores. Pelo contrário, a incontestável destruição da floresta amazônica e dos seus recursos naturais, além da poluição dos rios e igarapés por mercúrio no beneficiamento do ouro de aluvial dos rios amazônicos, devido o avanço da fronteira pecuária, resultaram em uma forte pressão dos movimentos ecológicos de defesa do meio ambiente da Amazônia brasileira.

Além disso, a implementação dos projetos de infraestrutura econômica na Amazônia – a exemplo da construção da Transamazônica (BR-230) no setor de transporte; e da construção de grandes usinas hidrelétricas para a geração e distribuição de energia elétrica à Amazônia e o resto do Brasil, como no caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – forneceram o capital social básico aos projetos produtivos de exploração mineral no Pará, a exemplo do “Grande Projeto Carajás”.

Na época, a expectativa do Governo Federal era de que os projetos agropecuários e minerais pudessem gerar as necessárias divisas em dólares, com as exportações de *commodities* minerais e carne bovina, para fazer face aos pagamentos dos elevados encargos de juros da dívida externa contraída pelo governo militar juntos aos bancos internacionais. Todavia, os efeitos gerados pelos “Grandes Projetos” – assim chamados os grandes empreendimentos de infraestrutura econômica e de atividades produtivas dos setores de mineração e agropecuários implantados pelo Estado – não foram suficientes para promover a integração e verticalização econômica esperada pelos seus idealizadores.

Isso posto, tendo como base a proposta de discussão neo-institucionalista, o mercado costuma representar um certo tipo de instituição formada, *a priori*, por uma rede de relações sociais diferenciadas e multifacetadas, que envolve, por exemplo, gerentes e empregados; proprietários e administradores; investidores e empresários, mas também abrange um conjunto de relações conturbadas entre cidadãos e políticos; políticos e burocratas; grupos de interesse e governos; e do próprio mercado para com o Estado.

Nestes termos, o principal objetivo do presente capítulo é discutir a dinâmica de funcionamento das Instituições, do Estado, e do Mercado na fronteira do Estado do Pará, a partir da lógica de desenvolvimento capitalista. Para isso, o presente artigo foi dividido em cinco seções, além desta seção de introdução, à saber: na segunda seção são apresentados os aspectos metodológicos; na terceira é apresentado o marco referencial teórico do pensamento institucionalista; na quarta seção discute-se o papel das Instituições, do Estado e do Mercado na expansão da fronteira capitalista do Pará; e, por fim, são apresentadas as considerações finais.

## 21 METODOLOGIA E MÉTODO DE PESQUISA

A especificação metodológica constitui parte obrigatória da pesquisa acadêmica que adote o método científico, contudo, é preciso distinguir o método de abordagem dos ditos métodos de investigação. O método de abordagem diz respeito à filiação filosófica e ao grau de abstração do fenômeno estudado; já os métodos de investigação (ou procedimentos) de uma pesquisa consistem nas etapas concretas da investigação e do uso das técnicas de pesquisas adequadas.

Nas ciências sociais em geral, impõe-se uma restrição metodológica: que é a necessidade de confrontação da realidade pensada, abstraída do concreto, com a realidade empírica, isto é, aquela que é percebida pelos nossos sentidos. Por sua vez, como observado por Lakatos e Marconi (1991, p. 106): “os conhecimentos práticos estão submetidos à necessidade de conexão imediata com a realidade a que se referem”.

Na investigação teórica, diferentemente da investigação empírica – enquanto o método de pesquisa baseado em levantamentos de campo de dados primários ou mesmo em levantamento de dados secundários – o método de pesquisa tem a ver mais com o método de exposição das ideias: se dedutivo ou indutivo.

Nestas condições, o método utilizado neste artigo envolve o método dedutivo porque parte do geral, ou seja, a discussão envolvendo os fundamentos teóricos para a compreensão da dinâmica de desenvolvimento da fronteira econômica do Estado do Pará; e, também, o método indutivo porque considera o particular, o papel do Mercado, do Estado e das Instituições no processo de desenvolvimento econômico da região.

Como o objetivo é caracterizar o papel de todos no processo de desenvolvimento econômico do Pará, pode-se definir essa pesquisa como sendo do tipo exploratória. Para Gil (1991) *apud* Silva e Menezes (2005, p. 83):

[A] Pesquisa Exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; (...) análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de Pesquisas Bibliográficas e Estudos de Caso.

Além disso, o artigo em questão buscará o maior número possível de informações sobre a temática utilizando a técnica de pesquisa do tipo qualitativa, que tem como finalidade ampliar as informações sobre o assunto através de livros, artigos de periódicos e outras referências importantes. De acordo com Silva e Menezes (2005, p. 20):

[A pesquisa qualitativa] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. (...) O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

### **31 BACKGROUND TEÓRICO DO PENSAMENTO INSTITUCIONALISTA: DO ANTIGO AO NOVO**

Do ponto de vista da história, o pensamento institucionalista da tradicional escola norte-americana costuma ser sintetizado por certas ideias fundamentais: 1º) de que a economia deve ser compreendida em sua totalidade, distinta dos fenômenos particulares que constituem a realidade econômica; 2º) a atividade econômica não deve ser entendida, apenas, como a soma das atividades individuais movidas pela busca interrompida do ganho econômico; e 3º) de que a sociedade econômica e suas instituições estão sujeitas a transformações no tempo. Dentre os pensadores que contribuíram para a formação da antiga escola institucionalista, pode-se destacar os seguintes autores: Thorstein Bunde Veblen (1857-1929), John Rogers Commons (1862-1945) e Wesley Clair Mitchell (1874-1948).

Na atividade econômica, como determina Veblen (1983), é possível discernir os padrões de uma ação coletiva, que não são redutíveis à soma dos atos individuais. Com isso, a importância das instituições sociais ganha destaque na vida econômica, ou seja, essa noção de Instituição incluía, por conseguinte, não apenas as organizações criadas pelos governos, ou pela iniciativa privada para fins específicos – por exemplo, escolas, penitenciárias, bancos, famílias, entre outros – mas todo um conjunto de usos e costumes, leis e códigos de conduta, religião, modos de pensar e de agir, hábitos e convenções culturalmente sacramentados.

Em linhas gerais, os institucionalistas reconheciam a existência de conflitos de interesses entre grupos e desajustes inerentes à vida econômica. Nesta lógica, os interesses da pequena empresa devem se opor aos da grande empresa; de igual modo, os interesses dos empregados aos dos empresários; os dos consumidores urbanos aos produtores e comerciantes; os dos fazendeiros aos industriais e dos produtores domésticos aos dos importadores. Nesse universo de conflitos de interesses, portanto, os economistas institucionalistas admitiam a intervenção do Estado para reconciliar os “competidores” envolvidos através de políticas macroeconômicas capazes de assegurar o interesse comum e o bom funcionamento do sistema econômico.

Veblen (1983, p. 15-16) forneceu contribuição assaz importante à análise do comportamento coletivo, sobretudo dos hábitos e das mudanças operadas no âmbito das instituições sociais:

No curso da evolução cultural, o aparecimento de uma classe ociosa coincide com o início da propriedade. É uma coincidência necessária porque as duas instituições resultam do mesmo conjunto de forças econômicas. Na fase inicial do seu desenvolvimento, as duas são tão somente aspectos diferentes dos mesmos fatos gerais da estrutura social (...). Não é possível distinguir as duas instituições na fase inicial do seu desenvolvimento; as duas são consequências do desejo dos homens de obter sucesso e de ressaltar a sua proeza exibindo o resultado patente de suas atividades. As duas são também

consequência da inclinação de domínio de que estão imbuídas todas as comunidades predatórias.

Para Veblen (1983), a classe ociosa – banqueiros e rentistas especuladores – não demonstram outra motivação no sistema econômico capitalista, como a proeza e a façanha na fase predatória, além da pecuniária, isto é, a busca pelo dinheiro para gerar mais dinheiro. A motivação pecuniária e o consumo conspícuo definem os estilos de vida, as boas maneiras; o bom gosto e a indumentária definem a feição, neste caso, o padrão sociocultural de uma sociedade e de uma civilização em contraposição à barbárie.

Apesar das importantes contribuições dos institucionalistas pioneiros, tais como Veblen, Commons e Mitchell, a abordagem teórica pretendida neste trabalho, como parte do escopo deste referencial teórico adotado, estará centrada nos elementos conceituais dos novos institucionalistas formado, basicamente, por Oliver Eaton Williamson e Douglass Cecil North.

Os neo-institucionalistas defendem a ideia de que o essencial para o entendimento do desenvolvimento de uma economia de mercado é apreender a constituição e evolução das instituições econômicas e políticas da sociedade em que vivemos. Para Carvalho (2012, p. 40-41):

(...) os institucionalistas entendem as instituições como qualquer padrão de comportamento coletivo, constitutivo do universo cultural de uma sociedade. Essa noção de instituição inclui, portanto, não apenas as organizações criadas pelos governos (agências administrativas) ou pela iniciativa privada para fins específicos – escolas, penitenciárias, bancos, famílias, etc. – mas o conjunto de usos e costumes, leis e códigos de conduta, religião, modos de pensar e de agir, hábitos e convenções culturalmente sacramentados. As instituições econômicas, tais como o monopólio, a moeda, o crédito, as relações sociais entre empresas e trabalhadores, as leis sociais, o sistema previdenciário, a delimitação de fronteira de fronteira legal ou territorial, os padrões de distribuição da riqueza e da renda, constituem também alvo principal dos institucionalistas.

Em conformidade com North (1990, p. 40): “As instituições podem ser formais (leis, decretos-lei e regulamentos do Estado que balizam o comportamento dos membros de uma dada sociedade) e informais (as convenções e códigos criados historicamente pela sociedade)”. As instituições formais interagem com as informais e isso pode complementar ou melhorar a eficácia das últimas ou mesmo modificá-las ou substituí-las com o tempo.

Williamson (1985) – um dos principais expoentes da nova economia institucional – rejeita a velha ideia de uma ordem social harmônica e reconhece a existência dos conflitos de interesses entre grupos e desajustes inerentes à vida econômica. Nesse universo de conflitos de interesses, como apregoa Williamson (1985), os novos institucionalistas admitem a possibilidade de intervenção do Estado, para reconciliar os contendores, por meio de políticas socioeconômicas capazes de assegurar o interesse comum, bem como o bom funcionamento do sistema econômico. Dosi e Ortenigo (1988, p. 19) afirmam:

As instituições sociais relevantes incluem não somente as organizações sem fins lucrativos e com as suas atividades funcionais não voltadas para o mercado, mas sim “todas as formas de organizações, convenções e comportamentos humanos que não são diretamente mediados por meio do mercado.

Para Douglass North (1990), as mudanças consistem de ajustamentos marginais ao complexo de regras, normas e imposições regulamentares que compõem a estrutura institucional de país. North (1990) identifica um processo de causação circular e cumulativa entre instituições eficientes, sendo que o núcleo desta formulação é o suposto de que a evolução das relações mercantis demandam instituições que, através da diminuição dos riscos e da proteção dos contratos privados, impulsionem estas relações por meio de um movimento cumulativo e favorável ao desenvolvimento econômico.

As inovações institucionais orientadas segundo as necessidades de proteção, garantias e informação dos mercados constituem, deste modo, o processo essencial do desenvolvimento econômico. Por oposição, o não-desenvolvimento é o resultado também de uma causação circular e cumulativa em que as instituições tolhem o funcionamento dos mercados instabilizando os contratos, atropelando os direitos de propriedade e criando outros, inibidores das trocas. Nas palavras de Carvalho (2012, p. 38):

As instituições reduzem certos custos de transação, isto é, os de fazer e manter um contrato, mas ao mesmo tempo engendram outros custos, além do que, elas diminuem o grau de incerteza proveniente de comportamentos imprevisíveis e, conseqüentemente, facilitam a identificação de parceiros adequados para as transações e a elaboração de contratos, levando em conta o maior número possível de eventualidades.

Na realidade, as instituições têm um papel assaz importante ao entrarem como forma de minimizar os custos de transação. Existem diversos tipos de custos de transação: custos de *measurement* (desconhecimento da qualidade real e completa do produto) e *enforcement* (relacionado a transações complexas que requerem um tipo de proteção). De fato, as instituições providenciam a estrutura de incentivos de uma economia, e como tal modelam a direção da mudança econômica na direção do crescimento, estagnação ou declínio econômico. Para Aoki (2007, p. 07):

An institution is self-sustaining, salient patterns of social interactions, as represented by meaningful rules that every agent knows and incorporated as agents' shared beliefs about the ways how the game is to be played.

Diante disso, Carvalho (2012, p. 70) afirma:

(...) um sistema institucional evoluído e complexo pode ajudar na promoção do desenvolvimento ao estruturar o entorno, estimulando a cooperação, inovação e aprendizagem em uma região. Esse tipo de mecanismo reforça o fortalecimento das instituições, e reduz os custos de transação e de produção, aumentando a confiança entre os atores e com isso fortalecendo as redes de cooperação entre os mesmos e incentivando a aprendizagem e interação.

É importante ressaltar que ao discutir as “Instituições”, não se está discutindo obrigatoriamente e exclusivamente aquelas formais, mas também de ideias e valores. De fato, mudanças institucionais visando o desenvolvimento podem e devem ser buscadas. Instituições não formais costumavam ser suficientes para conduzir os negócios. Entretanto, como hoje em dia isso dificilmente ocorre, está em curso uma combinação das duas vias.

Sobre isso, Medeiros (2001) observa que a questão mais complexa em torno do novo institucionalismo econômico envolve, em primeiro lugar, a ação econômica e do processo de mudança social, pois precisa levar em consideração o quanto as instituições moldam os comportamentos humanos. O processo de mudança histórica que resulta da concorrência econômica e do poder político põe em marcha um movimento reticular, ainda que possua certos propósitos, é desprovido de finalidade; ainda que guiado por planos, não é planejado.

Portanto, como visto por Carvalho (2012, 2017), a modelação do comportamento, a aceitação de normas, a formação da personalidade, por fim, o processo civilizatório que os cientistas econômicos e sociais percebem, apenas, funcionalmente é um longo processo não redutível a uma razão econômica, todavia para um conjunto de circunstâncias historicamente específicas, pois formam-se diferentes variedades e estilos nacionais de capitalismo, e são as instituições que emergem desse processo, que não são nem racionais nem irracionais, eficientes ou ineficientes, mas, sim, sociais.

#### **4 | O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES, DO ESTADO E DO MERCADO NA EXPANSÃO DA FRONTEIRA CAPITALISTA NO ESTADO DO PARÁ**

Na concepção de Carvalho (2012, p. 61):

É hoje reconhecido que o neo-institucionalismo econômico tem se constituído na escola de pensamento que trouxe os aportes mais fecundos para a análise das instituições em geral e da burocracia em particular, especialmente por ter desenvolvido instrumentos analíticos para a análise das transações sociais dentro das estruturas de mercado e fora dessas estruturas como é o caso das relações entre as organizações públicas e privadas.

A forma institucional de tratar a relação mercado e Estado supera a velha dicotomia que opõe mercado ao Estado e vice-versa. Para Przeworski (1998, p. 39-40), a própria frase “o mercado está sujeito às intervenções do Estado é enganadora”. Na realidade, a abordagem neo-institucionalista descola a análise para a estrutura institucional que produz resultados racionais coletivos. Para Przeworski (1998, p. 40-41 *apud* Carvalho, 2012, p. 61):

O problema de uma estrutura institucional não é mais simplesmente a oposição entre o Mercado versus o Estado, mas sim de novas instituições específicas (redes sociais, por exemplo) que podem induzir os atores individuais – atores econômicos, políticos ou burocratas – a se comportarem de maneira benéfica

à coletividade. A teoria econômica neo-institucionalista mostra que "os mercados não são tão eficientes e que a intervenção do Estado pode melhorar as soluções do mercado. O Estado tem importante papel a desempenhar não só no que diz respeito a garantir a segurança material para todos e a buscar outros objetivos sociais, mas também como promotor do desenvolvimento econômico.

Quando se entende que os mercados são instituições sociais incompletas, e que os agentes econômicos para terem acesso a informações diferentes têm que pagar, isto implica dizer que os mercados como tais somente existem como sistemas econômicos organizados de forma diferente.

A economia, entretanto, é formada por uma rede de relações sociais diferenciadas e multifacetadas que envolve gerentes e empregados, proprietários e administradores, investidores e empresários, mas também envolve relações políticas entre cidadãos e políticos, políticos e burocratas e grupos de interesse e governos, em que o desempenho dos mercados, de governos e da economia em geral depende do *design* das instituições que regulam essas relações sociais existentes.

Isso posto, quando faltam alguns mercados e os indivíduos têm acesso a diferentes informações criam-se as condições sociais para o estabelecimento entre as classes de atores de relações do tipo *agent x principal*, regidas por contratos explícitos ou implícitos. Nas palavras de Przeworski (1998, p. 45):

Os *agents* dispõem de certas informações que os *principals* não observam diretamente: os agents sabem o que os motiva, têm conhecimento privilegiado sobre suas capacidades, e podem ter a chance de observar coisas que os principals não podem ver.

Em uma relação simples do conserto de um carro, por exemplo, o mecânico é o *agent* que não só dispõe de mais de informação do que o *principal* (o proprietário do automóvel), mas, às vezes, pode executar algumas ações que, pelo menos em parte, são realizadas sem o conhecimento do *principal*. Em termos genéricos, portanto, o problema que o *principal* tem que enfrentar, segundo Przeworski (1998, p. 45), é:

Como induzir o *agent* a agir em seu interesse (*principal*) respeitando ao mesmo tempo a restrição à participação – isto é, oferecendo ao agent a renda (ou o benefício) da próxima melhor oportunidade –, e a restrição de "compatibilidade do incentivo", isto é, permitindo ao agent que atue também em nome de seus próprios interesses.

Voltando ao exemplo simples, isto significa que o *principal* (o dono do carro) tem não só que pagar o *agent* (o mecânico) o suficiente para que ele queira que voce volte, mas também encontrar um meio de fazer com que o mecânico saiba que voce só voltará se ele fizer um bom serviço no seu carro.

Percebe-se que a economia é formada por uma rede de relações humanas e sociais diferenciadas e multifacetadas entre classes de *agents* e *principals*: gerentes e

empregados, proprietários e administradores, investidores e empresários, mas também de cidadãos e políticos, políticos e burocratas e grupos de interesse e governos.

Ou seja, para que um modelo governamental de qualquer país do mundo funcione bem, todas essas relações institucionalizadas devem estar minimamente conectadas na tentativa de alcançar um ponto em comum: o desenvolvimento econômico, especialmente em uma região periférica do ponto de vista do capital, como representa o território de fronteira do Estado do Pará.

Nestas circunstâncias, pode-se dizer que a Amazônia Legal é um produto institucional de uma política de ocupação de uma região vazia em termos demográficos, por razões geopolíticas e geoeconômicas, tendo em vista à necessidade não somente de integrar economicamente esse gigantesco território a economia nacional, como também assegurar a soberania nacional contra a ameaça da cobiça internacional.

Na década de 60-70, a fronteira como a “terra prometida” – propagandeada pela ditadura militar, por parte da imprensa e outros elementos da classe dominante – passa a ser o lócus privilegiado para a propaganda da ideologia do *laissez-faire* no sentido da oportunidade de mobilidade social se comparado com condições sociais anteriores. Daí a importância da ideologia da fronteira nas economias de mercado, pois ela atua como uma imagem da possibilidade de melhoria do padrão de vida para os “pioneiros” – homens de trabalho e homens de negócios.

Petit (2018, p. 04) observa que: “Os recortes do território que fixam as fronteiras entre países e os limites regionais e divisões político-administrativas internas dos Estados-Nação, têm que ser vistos como construções sociais e não como produto da natureza”.

Assim, fica evidente que com a penetração do capital na fronteira, tudo mudou e todos mudaram, inclusive a terra passou a ser vista como uma mercadoria fictícia, ou melhor, como um ativo de alta liquidez. A ocupação, a posse, a moradia, a roça, a criação de animais, os vizinhos e todo o conhecimento do lugar – onde os trabalhadores rurais moram – deixou de ser relevante para assegurar o regime de direito de propriedade capitalista.

Com isso, os ocupantes, posseiros e donos de terras teriam que possuir um documento jurídico, registrado em cartório, para que as diferentes formas de “propriedade reais” ocupadas fossem consideradas propriedades legais pelo Estado. Para Carvalho (2012, p. 135):

A controvérsia sobre a terra na fronteira amazônica é uma contestação que envolve a luta pela posse ou domínio das terras devolutas, estaduais ou federais, entre colonos e posseiros contra fazendeiros e grandes empresas desejosas a expandir os seus negócios agropecuários. A tendência deste debate, que culmina na luta pela terra, é a expropriação dos produtores autônomos que não dispõem de nenhuma proteção econômica, política e jurídica sobre suas terras ocupadas de que dispõem a grande empresa que decide ocupar e expandir suas atividades agropecuárias na região.

É por conta disso que existe a necessidade de que os problemas agrários resultantes da expansão da fronteira agropecuária no Pará, que acabam por afetar o seu desenvolvimento, sejam analisados sob a ótica do neo-institucionalismo. Sob a base de argumentação de Santos (1979), ao atribuir tal relevância as Instituições, supõe-se que o tratamento da questão da luta pela terra afeta os principais atores envolvidos no drama do Pará agrário: de um lado, os grandes proprietários e as grandes empresas rurais e, de outro, os posseiros e trabalhadores rurais.

Carvalho (2012, p. 135-136) demonstra, por fim, que na “fase de pleno domínio da economia extrativista, as instituições regionais que regulavam a dinâmica de funcionamento da economia amazônica caracterizavam-se pelo quase imobilismo social quanto aos problemas da posse e uso da terra”.

Na Amazônia Legal, especialmente no Estado do Pará, a terra é um meio de produção fundamental para o desenvolvimento das grandes explorações agropecuárias com base em regime extensivo, logo a distribuição injusta da propriedade da terra acaba, a secular desigualdade social, acabou por afetar diretamente o desenvolvimento da região até os dias de hoje.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, em especial no Estado do Pará, ainda existe uma relativa abundância de terras agricultáveis nas regiões afastadas dos grandes centros urbanos e industriais do país. Apesar da histórica concentração de terras de propriedade de uma oligarquia agrária nas zonas ocupadas, ainda assim há uma imensa área de fronteira para ser conquistada, como indica Carvalho (2012, 2017).

O setor agropecuário, que compreende o conjunto de atividades econômicas vinculadas à exploração do solo para a obtenção de alimentos e matérias-primas de origem vegetal e animal, desde a década de 60-70 vem passando por grandes transformações estruturais decorrente do processo de modernização conservadora, que se seguiu a industrialização pesada. Carvalho (2012, p. 69) afirma que:

A progressiva incorporação das terras dessa parte do território nacional, antes inacessíveis e pouco povoada, vem se dando através do processo da apropriação privada da terra e dos recursos naturais existentes no solo, no sub-solo e nas águas da bacia amazônica.

É nesse contexto que se insere a expansão da fronteira agropecuária ocorrida nas últimas cinco décadas, tendo como principal palco de conflitos a fronteira do Pará. A fronteira agropecuária pode ser tanto interna quanto externa aos estabelecimentos agropecuários e dos territórios das macrorregiões em que eles se situam. Porém, muito mais importante do que essa dicotomia subjacente à noção de fronteira é identificar os fatores responsáveis pelo movimento de avanço da fronteira.

O rápido desenvolvimento do capitalismo na fronteira econômica do Pará tem resultado no processo de monopolização da terra. As terras devolutas ou já ocupadas pelos pequenos posseiros e antigos moradores têm sido objeto de cobiça e expulsão ou subordinação dos posseiros e índios.

Atualmente, os grandes proprietários capitalistas têm feito uso de mecanismos espúrios para aumentarem o tamanho de suas fazendas de gado bovino. São eles: compram as terras dos posseiros; ou usam da violência e da coação para expulsar os trabalhadores rurais de suas terras ocupadas; ou ainda usam métodos fraudulentos, com a conivência da burocracia dos órgãos federais e estaduais responsáveis pela regularização e titulação de terras na Amazônia para se apropriarem de terras devolutas ou ocupadas.

A expansão da frente pioneira agropecuária na região, quando justaposta ao avanço da frente de expansão de base camponesa, acaba criando uma zona de conflitos e violência social que descamba para a acumulação primitiva de capital, portanto a fronteira econômica no Estado do Pará desempenha um papel importante como “válvula de escape” para reduzir as tensões e os conflitos agrários. Porém, mesmo nesta fronteira, há uma tendência de aumento da concentração de terras nas mãos dos grandes latifundiários, o que torna o desenvolvimento da fronteira econômica do Pará algo muito complexo e de difícil alcance.

Conforme Graziano Da Silva (1981, p. 114): “é fronteira do ponto de vista do capital, isto é, como afirma Carvalho (2017, p. 145), “como uma relação social de produção capitalista”, ou seja, a fronteira econômica é uma relação social de produção porque a estrutura da sociedade em construção no território da fronteira é dominada pelo capital”.

## REFERÊNCIAS

AOKI, Masahiko. Endogenizing Institutions and Institutional Change. **Journal of Institutional Economics**, v. 3, n; 01, p. 01-37, 2007.

BECKER, B. K. Síntese do processo de ocupação da Amazônia: lições do passado e desafio do presente. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (Org.). **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília, MMA, 2001.

CARVALHO, André Cutrim. **Expansão da Fronteira Agropecuária e a Dinâmica do Desmatamento Florestal na Amazônia Paraense**. Campinas, SP. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2012.

CARVALHO, A. C.. Frontiers and Economic Institutions in Brazil: an approach focused on the new institutional economics. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 125, mar. 2017. ISSN 2317-1529. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5225>>. Acesso em: 24 out. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2017v19n1p125>.

DOSI, Giovanni; ORSENIGO, Luigi. Coordination and transformation: an overview of structures, behaviours and change in evolutionary environments. In: DOSI, G. et al.. **Technical Change and Economic Theory**, Pinter Publishers, 1988.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GRAZIANO DA SILVA, J.. A porteira já está fechando? In: \_\_\_\_\_. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 115-125.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A.. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Instituições, estado e mercado no processo de desenvolvimento econômico. **Revista de Economia Contemporânea**, v1, n1, Instituto de Economia, UFRJ, Rio de Janeiro, jan-jun/2001. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/19636>. Acesso em: 06/03/2021.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 1990.

PETIT, Pere. Fontes Orais & História Política e os estudos de História Local e Regional. In: **XIV Encontro Nacional de História Oral, 2018**. Campinas-SP. Anais Eletrônicos do XIV Encontro Nacional de História Oral, p. 01-10, 2018.

PRZEWORSKI, A. Sobre o desenho do Estado: uma perspectiva agent x principal. In: **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Luiz Carlos Bresser Pereira e Peter Kevin Spink (Orgs.). Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M.. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**, UFSC, 4 ed.Ver.Atual. Florianópolis ,2005

VEBLEN, T. B. **A teoria da classe ociosa**. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

VELHO, O. G. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária:** um estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

VELHO, O. G. **Capitalismo Autoritário e Campesinato:** um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo, Difel, 1976.

WILLIAMSON, O. E. **The Economic Institutions of Capitalism: Firms, Markets, Relational Contracting**. New York, The Free Press, 1985.

# CAPÍTULO 8

## PLANO DE NEGÓCIOS - NUTRI & FOOD

Data de aceite: 01/06/2021

Data de submissão: 09/04/2021

### **Rafaela de Oliveira Melo Salgado de Sabóia**

Escola Nacional de Seguros. Rio de Janeiro/RJ  
[http://buscatextual.cnpq.br/  
buscatextual/visualizacv.  
do?metodo=apresentar&id=K4456625J5](http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4456625J5)

### **Antônio Carlos Magalhães da Silva**

Professor da Escola Nacional de Seguros,  
Professor da Universidade Federal Fluminense  
e da Universidade Estácio de Sá (Bolsista do  
Programa de Pesquisa Produtividade e de  
Extensão da UNESA). Rio de Janeiro/RJ  
[http://buscatextual.cnpq.br/  
buscatextual/visualizacv.  
do?metodo=apresentar&id=K4775726P0](http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4775726P0)

### **José Antônio Menezes Varanda**

Professor da Escola Nacional de Seguros. Rio  
de Janeiro/RJ.  
[http://buscatextual.cnpq.br/  
buscatextual/visualizacv.  
do?metodo=apresentar&id=K4275078T9](http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4275078T9)

### **Maisa Sandra de Sá Bezerra**

Professor da Escola Nacional de Seguros. Rio  
de Janeiro/RJ.  
[http://buscatextual.cnpq.br/  
buscatextual/visualizacv.  
do?metodo=apresentar&id=K4130970D6](http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4130970D6)

**RESUMO:** Estamos diante de um cenário em que as pessoas se preocupam com a saúde e o resgate dos benefícios de uma alimentação

equilibrada. Pensando nessa proposta aliada ao desejo de empreender, a nova empresa de alimentação, Nutri&Food vem com a proposta de oferecer quentinhas saudáveis a um preço acessível para moradores e trabalhadores das regiões de Maricá, São Gonçalo e Niterói, no Rio de Janeiro. O objetivo deste trabalho é a elaboração de um Plano de Negócios aplicado à esta empresa, o qual foi estruturado abordando os seguintes itens: Análise de mercado, Análise ambiental, Plano de marketing, Plano operacional e Plano financeiro. Além da pesquisa teórica explanada durante os pontos referenciais, elaborou-se e aplicou-se um questionário com potenciais consumidores da região a fim de avaliar hábitos e preferências. Através dos resultados obtidos com a pesquisa de mercado, identificou-se uma grande aptidão para este tipo de produto, desde que o preço esteja dentro dos valores praticados pelo mercado. Diante deste fato e com base nas análises financeiras de viabilidade do negócio, observou-se que o resultado obtido no cenário apresentado não tornaria o negócio viável, principalmente ao observar a perspectiva da lucratividade.

**PALAVRAS - CHAVE:** Plano de Negócios. Alimentação Saudável. Quentinhas Saudáveis.

### **BUSINESS PLAN – NUTRI & FOOD**

**ABSTRACT:** We are facing a scenario in which people are concerned with health and the rescue of the benefits of a balanced diet. Thinking about this proposal combined with the desire to undertake, the new food company, Nutri & Food comes with the proposal of offering healthy

warm food at an affordable price for residents and workers in the regions of Maricá, São Gonçalo and Niterói, in Rio de Janeiro. The objective of this work is to prepare a Business Plan applied to this company, which was structured addressing the following items: Market analysis, Environmental analysis, Marketing plan, Operational plan and Financial plan. In addition to the theoretical research explained during the reference points, a questionnaire with potential consumers in the region was developed and applied in order to assess habits and preferences. Through the results obtained with the market research, a great aptitude for this type of product was identified, as long as the price is within the values practiced by the market. In view of this fact and based on the financial analysis of the business viability, it was observed that the result obtained in the presented scenario would not make the business viable, especially when looking at the perspective of profitability.

**KEYWORDS:** Business plan. Healthy eating. Healthy warm.

## 1 | INTRODUÇÃO

O padrão alimentar dos brasileiros passou, nos últimos tempos, por algumas transformações: o consumo de cereais, raízes e tubérculos passaram a ser substituídos por uma alimentação ocidental, isto é, com alta densidade energética, e baixa concentração de nutrientes, rica em açúcares, gorduras, sódio, com destaque para o aumento do consumo de alimentos ultra processados que, aliada à diminuição das atividades físicas, contribuem para o desenvolvimento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). (Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, 2007).

No Brasil, são servidas cerca de 6 bilhões de refeições por ano, com gastos estimados em R\$ 88 bilhões para fornecimento de refeições fora do lar, com a tendência de crescimento na faixa de 13% ao ano. Em 2011, por exemplo, os Brasileiros gastaram o equivalente a R\$ 121,4 bilhões com refeições fora do domicílio. Dentro desse contexto, estão inseridas as pequenas empresas do setor de alimentação fornecedoras de quentinhas. (SEBRAE-SP, 2017).

Diante dessa realidade e da oportunidade de empreender para esse nicho de mercado, o presente trabalho visa a elaboração de um Plano de Negócios, cujo objetivo é estudar a viabilidade econômica da empresa *Nutri&Food* para oferecer refeições saudáveis a um preço acessível, com opções naturais e que satisfaçam as necessidades nutricionais de nossos clientes, nas regiões de Niterói, São Gonçalo e Maricá (RJ).

## 2 | O PLANO DE NEGÓCIOS

O negócio consiste na fabricação e venda de quentinhas saudáveis, com nutrientes essenciais, capaz de oferecer sabor, equilíbrio, qualidade e variedade aos clientes, com entrega feita por delivery onde e quando quiser.

## 2.1 Visão

A declaração de visão da empresa deve refletir suas crenças e aspirações, espelhando a sua relação com a sociedade, para que todos busquem motivação na condução da empresa, apontando seu caminho para o futuro, motivando a empresa a atingir o seu objetivo. (Biagio, Batocchino, 2012).

A visão desta empresa é: ser uma das melhores e mais conceituadas empresas de refeições saudáveis da região, proporcionando sabor indescritível aos pratos, oferecendo produtos de qualidade que contribuam com a saúde, bem estar e proporcionem satisfação aos nossos clientes.

## 2.2 Missão

A missão declara a razão de ser da empresa, o seu propósito e o que ela faz. Diz respeito da relação que companhia possui com todos com quem ela se relaciona: seus clientes, fornecedores e colaboradores e principalmente deve deixar claro o que a diferencia das demais empresas do mercado. (Biagio, Batocchino, 2012).

Nossa missão é oferecer quentinhas saudáveis, nutritivas e personalizadas, através de um cardápio diversificado, a um preço acessível e com gostinho de comida caseira.

## 3 | ANÁLISE AMBIENTAL

O processo de comercialização mudou muito nos últimos anos. Os produtos eram elaborados e depois colocados no mercado, para a partir desse momento, estudar as necessidades dos clientes. Logo, o cliente tinha o perfil de se adequar ao produto. Atualmente, o processo já não funciona da mesma forma. Antes de lançar um produto, as empresas investem em pesquisa para buscar algo que atenda às necessidades dos clientes e, a partir desse momento, desenvolver e ofertar seus produtos e serviços. (Las Casas, 2019)

O ambiente onde o mercado está inserido é definido a partir das características do produto, do perfil do consumidor e de fatores que afetam o consumo do produto. Nesta etapa de desenvolvimento do plano de negócios, o empreendedor deve levar em consideração o comportamento do consumidor diante da decisão de compra. Esses fatores são divididos em quatro grandes grupos: culturais, sociais, pessoais e psicológicos. (Biagio, Batocchino, 2012).

Os fatores culturais estão associados à origem do indivíduo. Ao longo da vida, este foi adquirindo valores, percepções, preferências e comportamentos através da convivência em sociedade. Os fatores sociais são compostos pelo grupo de referência que de forma direta ou indireta influenciam nas atitudes e no comportamento desta pessoa. (Biagio, Batocchino, 2012).

Os fatores pessoais, dizem respeito ao comportamento do consumidor e ao seu

estilo de vida, enquanto o fator psicológico relaciona-se com a sua personalidade, como por exemplo aquele indivíduo que prefere evitar riscos, já que não gosta de experimentar um novo produto a não ser que ele se torne popular. (Biagio, Batocchino, 2012).

Aliados a estes fatores, considera-se ainda: idade, renda, educação e papel que ocupa dentro da sociedade. Cabe ao empreendedor identificar as necessidades do seu público e ressaltar dentro do seu produto ou serviço, os aspectos que a sua empresa oferece para satisfazer às suas necessidades. Dentre os aspectos, destacam-se: características, embalagem, preço e opções de entrega. (Biagio, Batocchino, 2012).

Compreender o mercado é um processo crucial para o sucesso do marketing de uma empresa. São chamadas pesquisas de marketing as atividades de concepção, coleta e análise de dados extraídos de clientes, para posterior avaliação e conclusões. Conforme Kotler e Keller 2012, uma pesquisa de marketing efetiva envolve seis etapas:

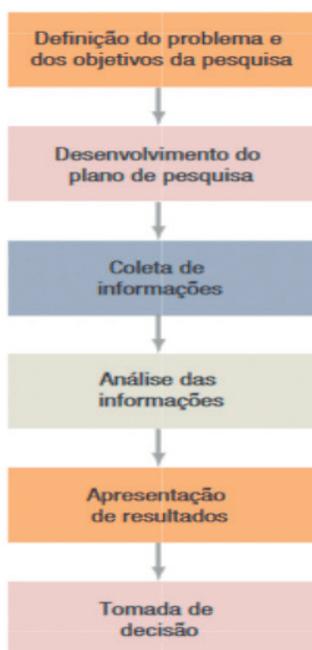


Figura 1 - O processo de pesquisa de marketing

Fonte: Kotler e Keller 2012

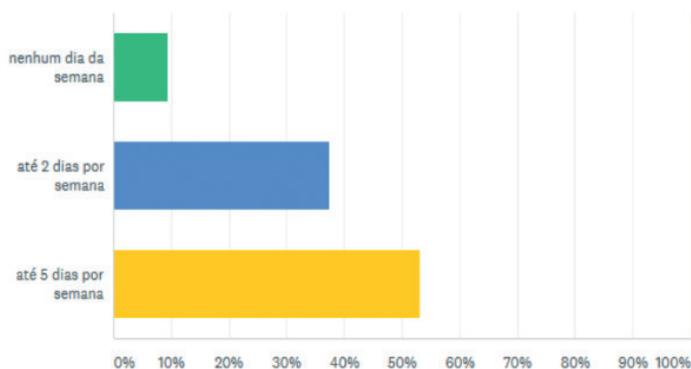
## 4 | METODOLOGIA

A fim de conhecer melhor o nosso público alvo, desenvolvemos um modelo de pesquisa de mercado através de um questionário *on line* que contém 10 perguntas sobre hábitos e preferências dos consumidores, conforme será divulgado ao longo deste estudo.

Ao todo, o questionário foi respondido por 32 pessoas das regiões de Maricá, São Gonçalo e Niterói.

## Você se alimenta fora de casa com qual frequência?

Answered: 32 Skipped: 0



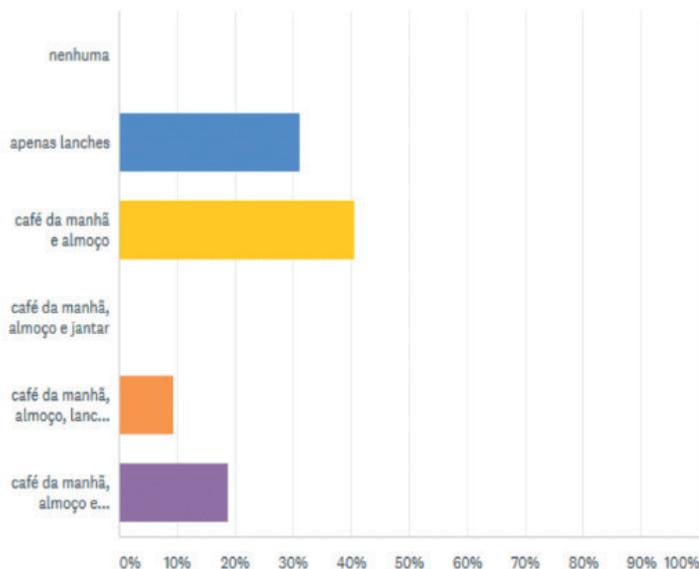
OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS
▼ nenhum dia da semana	9,38% 3
▼ até 2 dias por semana	37,50% 12
▼ até 5 dias por semana	53,13% 17
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>

Gráfico 1 – Primeira pergunta do questionário *on line*

Através desta pergunta, podemos observar que os potenciais consumidores do produto possuem o hábito de se alimentar fora de casa. Percebe-se que mais de 50% dos entrevistados realizam este hábito por até 5 dias por semana e que 37,5% dos entrevistados se alimentam fora do lar pelo menos 2 dias da semana. Logo, 90% dos entrevistados praticam este tipo de alimentação com uma frequência maior que 2 vezes por semana.

## Qual refeição você realiza fora de casa?

Answered: 32 Skipped: 0



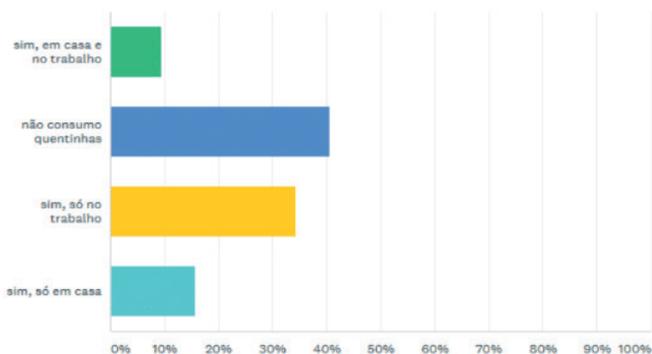
OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS
▼ nenhuma	0,00% 0
▼ apenas lanches	31,25% 10
▼ café da manhã e almoço	40,63% 13
▼ café da manhã, almoço e jantar	0,00% 0
▼ café da manhã, almoço, lanches e jantar	9,38% 3
▼ café da manhã, almoço e lanches	18,75% 6
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>

Gráfico 2 – Segunda pergunta do questionário *on line*

Nesse momento, pergunta-se qual (is) refeições o consumidor realiza fora de casa a fim de identificar qual a sua maior necessidade. Com este resultado, identificou-se que 40,63% dos entrevistados realizam pelo menos 02 refeições fora do lar, sendo estas o café da manhã e o almoço e ainda 31,25% dos entrevistados realizam lanches neste padrão. É importante destacar que 100% dos entrevistados realiza pelo menos uma de suas refeições fora de casa.

## Você consome quininhas?

Answered: 32 Skipped: 0



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS
sim, em casa e no trabalho	9,38% 3
não consumo quininhas	40,63% 13
sim, só no trabalho	34,38% 11
sim, só em casa	15,63% 5
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>

Gráfico 3 - Terceira pergunta do questionário *on line*

Esta pergunta permitiu observar que 40,63% do público entrevistado se alimenta fora de casa, mas não através de quininhas. Ele pode levar sua própria marmitta, por exemplo. Já os consumidores de quininhas possuem o hábito de consumir no trabalho e, além destes, mais 15,63% dos consumidores adquirem quininhas em sua casa também.

## 5 | PLANO DE MARKETING

O plano de marketing é algo indispensável ao desenvolvimento da empresa, pois em casos de crises, a empresa não fica tão vulnerável às situações imprevistas. Divide-se em duas etapas: análise de mercado e plano de marketing. Na análise de mercado ocorre o desenvolvimento dos objetivos e a identificação das oportunidades, como observado no capítulo anterior. No plano de marketing, há a formulação estratégica de marketing e o desenvolvimento deste plano. (Las Casas, 2019).

O plano de marketing como um todo é formado pela análise de ambientes, definição do posicionamento da empresa e estratégias de atuação no mercado. Deve ser atualizado sempre pois o mercado está em constante transformação. Caso precise de atualização, é necessário repensar a estratégia e verificar como será possível alcançar os objetivos e metas, com lucratividade. (Las Casas, 2019)

## 6 | PLANO FINANCEIRO

O presente estudo tem por finalidade descrever os pontos significativos ao processo de planejamento financeiro que contribuem significativamente para a Nutri&Food alcançar as suas metas sem grandes imprevistos.

A inclusão de um plano financeiro dentro de um plano de negócios procura demonstrar um conjunto de projeções abrangentes que possam refletir no futuro desempenho da empresa, tornando-se um dos principais pontos de avaliação da atratividade do negócio. (Biagio; Batocchino, 2012)

Para Ross(2015) o planejamento financeiro é outra utilidade importante das demonstrações contábeis, pois a maioria dos modelos de planejamento oferecem demonstrações projetadas. Portanto, todas as informações utilizadas nesse plano servirão para resumir os diferentes tipos de eventos projetados para o futuro.

O presente estudo visa a ideia de uma empresa estruturada para o fornecimento de 30 quentinhas por dia ou 180 quentinhas por semana

### A. INVESTIMENTO INICIAL

O valor a ser investido em um novo negócio envolve um conjunto de fatores, identificados ao longo do processo de instalação do empreendimento e implantação do Plano de Negócios. (SEBRAE).

Para este plano foram utilizados valores de acordo com pesquisas reais de mercado. Pode haver discrepâncias com os valores aplicados na prática pois estão sujeitos a variáveis de inflação, negociação direta com parceiros e fornecedores, além de oportunidades de mercado, como equipamentos usados e em bom estado de conservação.

### Investimento Pré-Operacionais

Investimentos Pré-Operacionais		
Quant.	Descrição	Valor (R\$)
1	Criação de Identidade Visual	60,00
1	Marketing de Divulgação	300,00
1	Reforma do Espaço para Adaptação da Cozinha	2.000,00
1	Despesas de Legalização	1.500,00
<b>Total</b>		<b>3.860,00</b>

Tabela 1 - Investimentos Pré-Operacionais

Fonte: Adaptado pela autora

## Investimentos Fixos

<b>Equipamentos de Informática</b>		
<b>Quant.</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor (R\$)</b>
1	Computador	1.852,00
1	Impressora Fiscal	50,00
1	Impressora Normal	178,00
1	Celular	800,00
2	Máquina de Cartão	117,60
<b>Total</b>		<b>2.997,60</b>
<b>Uniformes</b>		
<b>Quant.</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor (R\$)</b>
4	Uniformes Profissionais	800,00
<b>Total</b>		<b>800,00</b>
<b>Equipamentos Cozinha</b>		
<b>Quant.</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor (R\$)</b>
1	Fogão Industrial com forno e Chapa	999,00
1	Coifa	373,00
2	Freezer	3.640,00
1	Refrigerador Industrial	2.299,00
1	Processador de Alimentos	1.999,00
1	Liquidificador Industrial	330,00
2	Estantes Gradeadas com 4 prateleiras	3.940,00
1	Espremedor Industrial	103,00
1	Pia Inox com bancada	1.535,00
1	Descascador de Batatas	1.344,00
1	Cortador de Legumes Industrial	107,00
1	Fatiador de Frios	1.099,00
1	Moedor de Carnes	1.399,00
1	Batedeira	1.599,00
<b>Total</b>		<b>20.766,00</b>
<b>Utensílios</b>		
<b>Quant.</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor (R\$)</b>
2	Assadeiras	380,00
4	Bowls Inox	75,60
2	Balança Digital	20,00
2	Bolsa térmica	320,00
2	Cadeira escritório	400,00
2	Lixeiras Inox	900,00
1	Colheres de Servir Inox	109,00
1	Escorredor de arroz e massas Inox	40,00
1	Kit de Facas de Cozinha Profissional	491,00
1	Mesa e Estante de Escritório	456,00
	Mesa Estoque	190,00
1	Mesa Bancada Manipulação	335,00
2	Panela de Pressão	800,00
5	Panelas Caldeirão	260,00
6	Tábuas de Cortes	320,00
<b>Total</b>		<b>5.096,60</b>
<b>Total de Investimentos Fixos</b>		<b>29.660,20</b>

Tabela 2- Investimentos Fixos

Fonte: Adaptado pela autora

## B. INDICADORES DE VIABILIDADE

### Ponto de Equilíbrio

O cálculo do ponto de equilíbrio determina o faturamento necessário para que a empresa cubra todos os seus custos operacionais em determinado período:

Ponto de Equilíbrio	
Descrição	Valor (R\$)
Margem de contribuição = Receita total – Custo variável total	5.065,43
Índice da margem de contribuição = Margem de contribuição / Receita total	0,32
<b>Ponto de equilíbrio = Custo Fixo Total / Índice da Margem de Contribuição</b>	<b>37.215,24</b>

Tabela 3 - Ponto de Equilíbrio

Fonte: Adaptado pela autora

### Lucratividade

O índice de lucratividade é um indicador de competitividade. Quanto maior esse índice, mais força a empresa terá para competir no mercado.

Lucratividade	
Descrição	% ao mês
Lucratividade = Lucro líquido / Receita total x 100	-42%

Tabela 4 - Lucratividade

Fonte: Adaptado pela autora

### Rentabilidade

A rentabilidade é um indicador de atração para investimentos no negócio, medindo a capacidade de retorno financeiro dos investidores.

Rentabilidade	
Descrição	% ao mês
Rentabilidade = (Lucro líquido / Investimento total) x 100	-18%

Tabela 5 - Rentabilidade

Fonte: Adaptado pela autora

#### 7.5.4 Prazo de retorno do investimento

Esse é o cálculo que determina em quanto tempo o investidor obterá o retorno do montante investido no negócio.

Prazo de retorno do investimento	
Descrição	Meses
Prazo de retorno do investimento = Investimento total / lucro líquido	-5,7

Tabela 6 - Prazo de retorno do investimento

Fonte: Adaptado pela autora

## 7 | CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Através dos resultados obtidos, observou-se que este plano de negócios precisará de ajustes para se tornar viável. A análise da viabilidade econômica do modelo demonstrou que o padrão adotado não será aderente a geração de lucro e sucesso do empreendimento.

Em uma pesquisa realizada pelo SEBRAE em 2014 sobre as causas de mortalidade das empresas antes mesmo de completar 5 (cinco) anos de existência, destacam-se três motivos principais, sendo: falta de planejamento prévio, gestão empresarial não estruturada e o comportamento empreendedor inadequado.

Os primeiros anos de um negócio são cruciais para a sua existência e manutenção. Nestes anos, é preciso formar uma carteira de clientes, conseguir lidar com as dificuldades econômicas, burocracia elevada, impostos elevados, forte concorrência e, principalmente, alta competitividade do trabalho informal que age em desigualdade de direitos e deveres, aliada a falta de experiência do empreendedor e ausência de políticas públicas de incentivo aos micro e pequenos empreendedores, pois muitos empresários investem em suas empresas com capital próprio ou familiar finito.

Para que um plano de negócios seja bem ajustado à realidade, é necessária uma pesquisa prévia e estudos econômicos e de viabilidade de negócio com pelo menos 6 (seis) meses de antecedência ao início do investimento na atividade, para que se consiga de fato observar e ajustar todos os itens econômicos e financeiros ao plano de negócios e que se obtenha a formatação mais próxima a um modelo de sucesso.

Dentre os fatores que contribuíram para o plano de negócios da Nutri&Food apresentar tais resultados, destacam-se: a escolha de uma atividade com margem apertada e com muitos concorrentes que trabalham na informalidade, a adoção de um cardápio de alto custo, motivados pela escolha de ingredientes de primeira qualidade, localização afastada dos grandes centros urbanos, que limita a quantidade de vendas e dificulta o crescimento da empresa.

Outro ponto relevante é a barreira de entrada. A empresa estudada adotou

quase todas as regras e princípios impostos pela legislação sanitária vigente através da construção de sua cozinha industrial seguindo os critérios sanitários e o investimento em equipamentos relevantes ao desempenho da atividade, gerando um investimento inicial elevado, descapitalizando a reserva, considerada tão importante como a questão estrutural.

Ao observar o funcionamento deste ramo empresarial, percebemos que nem todas as empresas adotam o mesmo padrão em sua instalação e funcionamento, uma vez que adaptam suas cozinhas de casa à cozinha do negócio, assim como também fazem economia em contratações, em muitos casos motivados pela necessidade e alto custo que um profissional formalmente contratado custará em seu orçamento. Desta forma, o mesmo profissional é capaz de cozinhar e entregar as refeições durante um único expediente de trabalho.

É importante ressaltar que os custos de locação do um espaço, contratação de equipe devidamente qualificada com nutricionista, cozinheiro, capacitação de colaboradores, compra de uniformes, entrega dos produtos dentro dos padrões vigentes, aquisição e manutenção de equipamentos exigem além de um alto investimento inicial, recursos de manutenção elevados, o que agregaria ainda mais custo ao produto e custaria ao consumidor um valor final diferente do produto praticado pelo mercado, deixando-o de ser competitivo e, conseqüentemente o tornaria inviável para venda.

Entendemos que esses pontos são relevantes para reflexão e reavaliação do plano, assim como o desejo de empreender nesse ramo não se encerra nesse momento, mas fica registrado o aprendizado e a mensagem de que seria necessário investir mais tempo e pesquisa para que outros cenários possam ser criados, assim como outros estudos de viabilidade, aproveitando esta e outras oportunidades já que o segmento que é altamente atrativo.

Adicionar a questão da informalidade, ressaltando que no Brasil, em virtude da elevada carga tributária, as pessoas que não seguem a legislação, tanto em termos trabalhistas como tributários, possuem uma grande vantagem em termos de custos.

## REFERÊNCIAS

Alexandre Luzzi Las Casas. Administração de marketing - 2. ed. - São Paulo: Atlas, 2019.

Biagio, Luiz Arnaldo; Batocchino, Antônio. Plano de negócios: estratégias para micro e pequenas empresas – 2ª ed – Barueri, SP: Manole, 2012.

Comissão Nacional de Classificação (CONCLA). Disponível em: <https://cnae.ibge.gov.br/?view=classe&tipo=cnae&versao=7.0.0&classe=56201&chave=ALIMENTAÇÃO>. Acesso em 15/03/2020.

Como elaborar um plano de negócios - Portal Sebrae. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/como-elaborar-um-plano-de-negocio,37d2438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD> Acesso em: 01/03/2020.

Como montar uma fornecedora de refeições. SEBRAE. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ideias/como-montar-uma-fornecedora-de-refeicoes-em-marmita,be887a51b9105410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em 15/03/2020.

Dicionário Financeiro. Disponível em: <https://www.dicionariofinanceiro.com/empreendedorismo/> Acesso em: 01/03/2020.

Fonseca, Karina Zanoti; Santana, Gizane Ribeiro de. Guia prático para gerenciamento de unidade de alimentação e nutrição. Cruz das Almas/BA : UFRB, 2012.

Guia Alimentar para a População Brasileira. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira\\_2ed.pdf](https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf). Acesso em 22/04/2020.

Instituto Food Service Brasil. Disponível em: <https://www.institutofoodservicebrasil.org.br/>. Acesso em 15/03/2020.

Mezomo, Iracema de Barros. Os Serviços de Alimentação: Planejamento e Administração. 6ª edição revisada e atualizada. Barueri, SP: Manole, 2015.

Ornellas, Lieselotte Hoeschl. Técnica Dietética: seleção e preparo de alimentos. Atualizado por Shizuko Kajishima, Marta Regina Verruma Bernardi. 8ª edição revisada e atualizada. São Paulo: Atheneu, 2001.

Pesquisa de Mercado. Disponível em: <https://pt.surveymonkey.com/r/V8HVZQC>. Acesso em 15/03/2020.

Philip Kotler, Kevin Lane Keller, tradução Sônia Midori Yamamoto, revisão técnica Edson Crescitelli. Administração de marketing. – 14. ed. – São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

Receita de Sucesso. Como ter uma cozinha eficiente. SEBRAE SP, 2017. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/7b7647f82947c931af65f1b50b8f3d66/\\$File/5686.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/7b7647f82947c931af65f1b50b8f3d66/$File/5686.pdf). Acesso em 12/04/2020.

Relatório Executivo Brasil. Data SEBRAE. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Relat%C3%B3rio-Executivo-Brasil-2018-v3-web.pdf> Acesso em 01/03/2020.

Ross, Stephen A. ...et al. Administração Financeira; Versão Brasileira de Corporate Finance. 10 ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.

SEBRAE. Causa Mortis o Sucesso e o fracasso das empresas Brasileiras nos 5 primeiros anos de vida. Julho/2014. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/333000e30d218194165cd787496e57f9/\\$File/5712.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/333000e30d218194165cd787496e57f9/$File/5712.pdf). Acesso em: 17/05/2020

Silva Junior, Eneo Alves da. Manual de Controle Higiênico Sanitário em Serviços de Alimentação – São Paulo: Livraria Varela, 1995.

Sobre a Vigilância de DCNT - Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/43036-sobre-a-vigilancia-de-dcnt> . Acesso em 11/04/2020.

Nakaguishi Thiago. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Marketing Empresarial do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração do Departamento de Administração Geral e Aplicada da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012

# CAPÍTULO 9

## CONVERGÊNCIAS ENTRE GESTÃO PÚBLICA, ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E TEORIAS SOBRE AS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS: O CASE TÁXIGOV

Data de aceite: 01/06/2021

Data de submissão: 10/04/2021

**Elson Cedro Mira**

Professor Titular do Departamento de  
Economia da Universidade Estadual de Santa  
Cruz (UESC)  
Ilhéus-Bahia  
<http://lattes.cnpq.br/8477370107109017>

**RESUMO:** Este *paper* analisa as possibilidades do sistema de transporte de servidores públicos federais por meio de agenciamento de táxis, TáxiGov, convergir para as teorias sobre as sociedades contemporâneas e a teoria das Estruturas de Governança, compreendendo um exemplo de boa gestão no “pesado”, lento e burocrático Estado brasileiro. A partir de pesquisas bibliográficas e documentais, considerando os fundamentos e resultados do *case* e sua relação com as teorias apresentadas, concluiu-se que há convergência total entre o TáxiGov e as teorias pós-industriais de Bell (1973), Castells (1999) e Rifkin (2000), bem como a teoria das Estruturas de Governança de Williamson.

**PALAVRAS - CHAVE:** Custos de transação; Estado; Sociedade pós-industrial; TáxiGov.

### CONVERGING AMONG PUBLIC MANAGEMENT, GOVERNANCE STRUCTURES, AND THEORIES ABOUT CONTEMPORARY SOCIETIES: THE CASE OF TÁXIGOV

**ABSTRACT:** This paper analyses the possibilities of the federal public servers' transportation system, TáxiGov, to converge into the theories about contemporary societies and the theory of Governance Structure, as an example of good management in the “heavy”, slow, and bureaucratic Brazilian State context. From this bibliographical and documental research, considering fundamentals and results, and their relationship with the mentioned theories, it was concluded that there is a total converging among TáxiGov and the post-industrial theories of Bell (1973), Castells (1999) and Rifkin (2000), as well as the Williamson's Governance Structure theory.

**KEYWORDS:** Transactions costs; State; Post-Industrial Society; TáxiGov.

### 1 | INTRODUÇÃO

Historicamente o Estado brasileiro sempre foi reconhecido como lento, burocrático e prestador de um serviço com baixa qualidade. Características presentes, também, em seus processos internos, acometidos por um enorme *delay* na adoção de práticas e tecnologias já consolidadas no setor privado.

Mas desde alguns anos é possível verificar como a adoção de políticas públicas tenta reverter este cenário. Inspiradas em

práticas do setor privado, sugerem uma convergência à própria forma como a sociedade contemporânea se conforma, neste período denominado como “Pós-Industrial” pela Teoria Social, e a opção por Estruturas de Governança mais adequadas, especialmente a híbrida, para determinados casos. O case TáxiGov – sistema inovador de deslocamento dos funcionários públicos federais em exercício no Distrito Federal – é sugestivo de tais convergências.

Na primeira fase do TáxiGov, período aqui analisado, o uso de veículo público próprio ou alugado foi substituído por táxi. Neste sentido, estabelece-se como problema de pesquisa avaliar se o TáxiGov é uma prática convergente à sociedade contemporânea e à teoria das estruturas de governança. Como objetivos, define-se: i. Contextualizar o Estado brasileiro como prestador ineficiente de serviço, seus determinantes e experiências recentes de modernização; ii. Apresentar as principais teorias sobre as sociedades contemporâneas e a teoria sobre Estruturas de Governança; iii. Identificar convergências do TáxiGov às principais teorias sobre as sociedades contemporâneas e a teoria sobre as estruturas de governança. Como referenciais teóricos, elenca-se: Bell (1973), Castells (1999), e Rifkin (2000), para o primeiro caso, inclusive priorizando o uso de seus originais pela importância de cada um; e a Teoria das Estruturas de Governança de Oliver Williamson. Utilizam-se os métodos bibliográfico e documental.

Além desta Introdução, das Conclusões e das Referências, o paper tem outras três seções. Aquela de número “2.”, imediatamente a seguir, contextualiza a ineficiência do Estado brasileiro. Ela é sucedida pela seção de número “3.”, onde são apresentadas as teorias referenciais à presente pesquisa. Após, a seção de número “4.” contem a pesquisa *per se*, ao buscar os paralelos entre o TáxiGov e as teorias.

## **2 | CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO BRASILEIRO**

O Estado brasileiro tem uma trajetória de provimento deficiente de serviços. Uma antiga incapacidade de se implantar a burocracia nos moldes weberianos analisada na contemporaneidade, principalmente, sob a abordagem gerencial: “o desafio inerente é o de que o Estado adote práticas gerenciais inspiradas na iniciativa privada, modernas e eficazes, sem se deixar distanciar de sua função e prerrogativas públicas” (BERNARDES, FERREIRA, e GREGO, 2017).

A má qualidade na prestação de serviços culmina numa estrutura “pesada”, mesmo após tentativas de mudanças, como a instituição, em 1979, do Programa Nacional de Desburocratização e seu Ministro Extraordinário.

Já nos anos 1990 o Estado brasileiro experimentou as mudanças liberais de Collor e Fernando Henrique Cardoso. Este último, amparado na estabilização de preços com o Plano Real, criou o então Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Ainda buscando a qualificação e melhoria dos serviços públicos, em 2017 o Ministério do

Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG) criou, em sua estrutura, a Secretaria de Gestão com foco na inovação, modernização e aperfeiçoamento da gestão pública.

Muito recentemente, no bojo da reforma ministerial empreendida pelo Governo Bolsonaro em 2019, foi criada a “Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital”, integrante da estrutura básica do, então criado, Ministério da Economia. A referida Secretaria Especial é composta por três Secretarias: A Secretaria de Gestão; A Secretaria de Governo Digital; e a Secretaria de Gestão de Desempenho de Pessoal (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

A reforma ministerial de 2019 – estabelecida em 18 de junho de 2019, com a Lei Nº 13.844 – foi ampla e buscou a modernização do Estado brasileiro. Estabeleceu a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, reduzidos de 29 para 16 (BRASIL, 2019). Dentre as críticas tecidas estão a extinção do Ministério do Trabalho e a criação de um “super” Ministério da Economia, reunindo atribuições dos extintos ministérios da Fazenda, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e do Trabalho.

Tais mudanças refletem o entendimento quanto “a desburocratização do serviço público e a simplificação do acesso de pessoas e empresas aos seus direitos junto à esfera pública são objetivos permanentes de todos [os] governos” (GAETANI, 2016 apud FARIAS, 2016, p. ix). Fato foi recrudescido nas últimas décadas com o consistente desenvolvimento tecnológico. Afinal, “as transformações econômicas, sociais e tecnológicas pelas quais passam os mais variados países do mundo possuem um denominador comum: a pressão para que o Estado sirva à população de forma eficiente, efetiva e abrangente” (IBIDEM).

A sociedade vem pressionando governos a inovarem na prestação de serviços, sobretudo diante de experiências trazidas pelo setor privado cujas oportunidades tornam possível demandar diversos serviços, como bancários, comerciais, etc., com a comodidade de utilizar tecnologias *mobile*. Não à toa

O uso de dispositivos móveis pela população brasileira tem se intensificado nos últimos anos [...]. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2015 (BRASIL, 2016), 92,1% dos domicílios brasileiros acessaram a internet por meio do telefone celular, enquanto 70,1% dos domicílios o fizeram por meio do microcomputador. Os dados da Pnad 2015 também demonstram que o percentual de pessoas que acessaram a internet alcançou 57,5% da população de 10 anos ou mais de idade, o que corresponde a 102,1 milhões de pessoas (LARA, RODRIGUES e GOSLING, 2017, p. 2).

Este contexto presente em todo o mundo ganha contornos especiais no Estado brasileiro, onde “...é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal” (SILVEIRA, 2007, apud ROCHA NETO, 2008, p. 211). Este contexto ganha mais relevância com a excessiva burocracia.

Conformando, assim, um Estado cuja existência “...vem fragilizando sua legitimidade e existência jurídica, pela incapacidade em responder de forma eficaz às demandas sociais, e pela não eficiência nos serviços públicos” (MANAF e SILVA, 2017, p. 171).

Neste campo fértil têm sido envidados esforços visando à inovação no âmbito estatal.

### **3 I REFERENCIAIS TEÓRICOS POSSÍVEIS DE FUNDAMENTAR PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS NA GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA**

A Teoria Econômica e a Teoria Social contêm importantes referenciais ao desenvolvimento de novas práticas na gestão pública, sem prejuízo daquelas apresentadas em outros campos, como a Administração Pública.

No âmbito da Teoria Econômica esta pesquisa escolheu a Teoria sobre as Estruturas de Governança de Oliver Williamson, baseada na Teoria dos Custos de Transação de Ronald Coase. Já na Teoria Social utilizam-se aqui, como referencial, teorias sobre as sociedades contemporâneas.

#### **3.1 Teoria sobre as estruturas de governança**

Os manuais ortodoxos de Economia consideram o “mercado” como único ambiente onde as trocas econômicas ocorrem. Não à toa, o estabelecimento das escolas neoclássica e marginalista como seu *mainstream* recrudescerem nela os estudos sobre o mercado, deslocando-a do seio das ciências sociais.

Este foco no mercado, inclusive, levou as Escolas de Economia a relegarem categorias de análise importantes da economia real. Ménard, Nunes e Silva (2014, p. 13) imergem neste debate exemplificando a partir da “firma” e do “consumidor”. Dentre os autores citados por eles, Ronald Coase ganha destaque ao demonstrar “a razão pela qual existem firmas, o que determina o número de firmas, bem como quais insumos e produtos são processados, são questões que não interessa, à maioria dos economistas”. Analisar tais organizações ficou a cargo dos profissionais de áreas como gestão e Sociologia (IBIDEM).

Coase (1937) é considerado o trabalho seminal sobre a existência de alternativas ao mercado para que as trocas econômicas ocorram. Analisando-as, o autor identifica o mercado, apenas, como uma das três opções à realização de trocas econômicas. A base de sua argumentação são os custos de transação: “...gastos incorridos pelos agentes econômicos sempre que recorrem ao mercado, isto é, são os custos de negociar, redigir contratos e garantir seu cumprimento” (KON, 2017, p. 110).

Ao reconhecer a existência de custos sem relação direta com a produção, Coase (1937) estabelece contraponto relevante à ortodoxia econômica cujos estudos restringem-se aos custos de produção. A forma como se recorre aos ativos relacionados a custos de transação vai definir a existência de firmas. Isto é, “se os mercados são eficientes e se

os custos de transação são desprezíveis, não há razão para a firma existir. As atividades econômicas seriam organizadas dentro de pequenas unidades que se coordenam por meio de mercados e contratos” (MÉNARD, NUNES E SILVA, 2014, p. 21).

Assim, o conceito da firma ganha uma amplitude muito além daquela organização que “...adquire insumos e os combina para produzir produtos” (MÉNARD, NUNES E SILVA, 2014, p. 21), como prega o *mainstream* econômico. Na perspectiva inaugurada por Coase, “...a firma moderna é visualizada como um conjunto de contratos entre agentes especializados que trocarão informações e serviços ente si de modo a produzir um bem final” (KON, 2017, p. 112).

Em determinados casos se demanda fora da firma os ativos relacionados a custos de transação. Independente da opção, há todo um arcabouço institucional específico a cada sociedade a balizar tais relações. Assim,

“...a chave da questão do funcionamento do sistema econômico – e, portanto, também do seu desenvolvimento – está na interdependência das atividades sociais, e no estudo de *como essa interdependência pode favorecer a cooperação e reduzir os possíveis conflitos*” (FIANI, 2011, p. 83).

Deste contexto surgem três tipos gerais de ambientes onde as trocas econômicas ocorrem. Isto é, “...diferentes tipos de estruturas institucionais para se organizar as transações no sistema econômico, das quais o mercado é apenas uma delas. Essas estruturas institucionais são chamadas de estruturas de governança” (FIANI, 2011, p. 84). São elas: o mercado; a hierarquia; e o tipo híbrido.

Além do mercado, velho conhecido, a hierarquia corresponde a internalização do ativo pela firma e a governança híbrida incorpora “...elementos característicos do mercado e das estruturas hierárquicas” (FIANI, 2011, p. 103). Na hibridez a firma não internaliza o ativo, mas não fica a mercê do mercado: estabelece uma relação duradoura com outra organização responsável por lhe ofertar aquele ativo, existindo, aí, “...uma combinação entre controles administrativos e incentivos...” (IBIDEM).

Os agentes econômicos analisam as três estruturas possíveis para escolher qual a forma ideal para cada custo de transação. Sobre a magnitude dos custos, as “...firmas [isto, é, as opções pela hierarquia] crescerão enquanto for mais barato racionalizar os custos de transação de um determinado produto internamente do que adquiri-lo diretamente no mercado” (KON, 2017, p. 112).

Outro determinante à escolha é a especificidade do ativo.

Quando a especificidade do ativo é baixa, os custos de realoca-los também são baixos, tornando mais fácil para a firma adequar-se por meio da troca enquanto se beneficia dos incentivos poderosos que os mercados oferecem. No entanto, quando aumenta a especificidade dos ativos, intensifica-se a dependência; a mobilidade dos ativos torna-se cada vez mais difícil, e o risco do comportamento oportunista, cada vez mais ameaçador (MÉNARD, NUNES E SILVA, 2014, p. 27).

A figura 1 projeta um modelo decisório baseado nestes dois fundamentos.

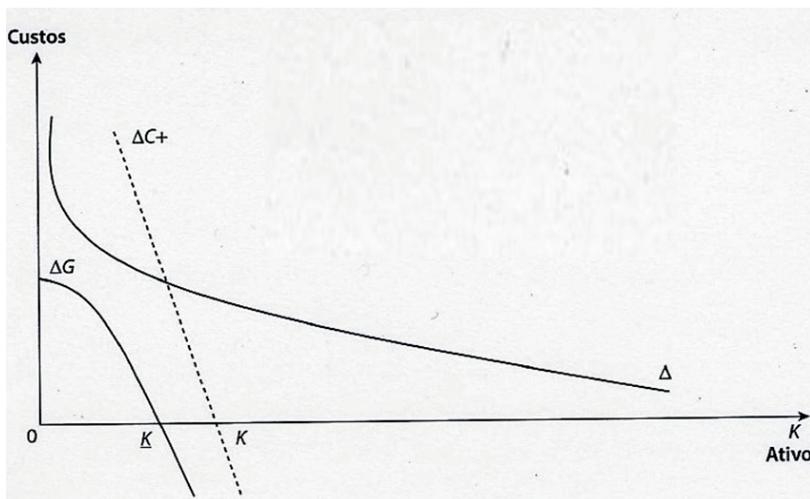


FIGURA 1 – A troca entre os três modos fundamentais de organização

FONTE: Williamson (1996, p. 108) apud Ménard, Nunes e Silva (2014, p. 30).

Fiani (2011, p. 104), desenvolve os argumentos abaixo como definidores da escolha, baseado na especificidade dos ativos e na frequência das transações.

- **Estrutura de governança de Mercado:** "...a menos especializada – pois dá conta de um grande numero de transações indiferentemente –, ela é adequada para transações com ativos não específicos, independente da frequência";
- **Estrutura de governança hierárquica:** recomendadas "somente no caso de ativos de elevado grau de especificidade e transações recorrentes [...], com seu custo burocrático mais elevado".
- **Estrutura de governança híbrida:** "podem ser interessantes para transações envolvendo ativos com grau moderado de especificidade, independente de sua assiduidade; ou mesmo para ativos com elevado grau de especificidade, mas com baixa frequência de transações".

Dada a importância de focar atividades finalísticas, isto é, seu *core*, as organizações contemporâneas têm, cada vez mais, demandado ativos relacionados a custos de transação em outras organizações, ao invés de hierarquiza-los. Quando há necessidade de manter controles administrativos constantes, o modelo híbrido se apresenta como o recomendável. Por isso tem se verificado o avanço da hibridez. Vide o crescimento, por exemplo, da terceirização e das franquias. Sobre esta última, Ménard, Nunes e Silva (2014, p. 18) asseveram:

As partes envolvidas – franqueador (proprietário da marca e do sistema de negócio) e franqueado –, embora legalmente distintas, como identificado na forma pura de mercado, enlaçam-se contratualmente sob restrições bilaterais semelhantes às da firma, na exploração de ações cooperativas, compartilhando ativos tangíveis e/ou intangíveis, muitas vezes não realocáveis, portanto específicos à transação estabelecida.

O setor público, inclusive, vem descobrindo as vantagens da hibridiz. O governo do Estado da Bahia, por exemplo, adotou, obrigatoriamente, a impressão corporativa em substituição a hierarquia de tal serviço em todos os seus órgãos<sup>1</sup>. Tal substituição reflete a mudança nas condições de produção e demanda de cada ativo. A dinâmica social e econômica pode alterar as bases de escolha. Como definem Ménard, Nunes e Silva (2014, p. 25), “uma estrutura de governança prevalece por causa de sua adequação para monitorar transações com atributos específicos. Se os atributos mudam, o todo inicial pode tornar-se desatualizado”. Uma possibilidade para o transporte de funcionários públicos federais do Brasil, como se investigará adiante.

## **3.2 Teorias sobre as sociedades contemporâneas**

A partir da segunda metade do século XX a Teoria Social se debruçou sobre tendências, buscando antecipar como a sociedade pós-moderna se organizaria em fins do mesmo século. Esta questão culminou em relevante problema de pesquisa. A perda de importância relativa dos produtos industriais, que no passado haviam sobrepujado os agrícolas, definiu-se como marca à nova sociedade, por isso denominada de pós-industrial.

Sob tal égide, Bell (1973) conferiu à queda relativa das manufaturas no produto agregado, cedendo lugar aos serviços, como a principal característica da sociedade analisada. A tese de Castells (1999) elegeu o papel do conhecimento e da informação. Já Rifkin (2000) fundamentou-se no “acesso” em substituição à propriedade. A crescente relevância destes novos produtos e/ou formas de usufruto geraria mudanças substanciais responsáveis por conformar a nova sociedade.

As “características” mais relevantes indicadas pelo trio de autores têm uma intensa intersecção com a Ciência Econômica. Seria legítimo que tais estudos emergissem, também, no bojo da Economia. Mas o conservadorismo e sua “autonomia” em relação às outras Ciências Sociais, na forma imposta pela ortodoxia econômica, lhe confere um distanciamento delas. A obviedade econômica do tema em pauta leva a considerá-lo necessário à ciência inaugurada por Smith, mesmo no bojo da heterodoxia associada às Ciências Sociais.

### ***3.2.1 Bell: o pós-industrialismo dos serviços***

A teoria social de Bell tem como base analítica a sociedade industrial, sucessora daquela “militarizada na qual as figuras dominantes eram as dos padres, as dos guerreiros

<sup>1</sup> Vide Art. 8º do Decreto Nº 15.924 de 06 de fevereiro de 2015 do Governo do Estado da Bahia

e dos senhores feudais” (BELL, 1973, p. 63). Organizada “em torno do eixo da produção e da maquinaria, para a fabricação de bens [e dependente] da força bruta de trabalho e da extração das matérias-primas da natureza” (BELL, 1973, p. 11) a sociedade industrial era baseada na produção de bens transformados e tangíveis. Esta sociedade, governada por engenheiros e empresários, teve como *locus* a empresa industrial. Este caráter econômico racionalizava as ações em busca da maximização de resultados.

O “core” do pensamento de Bell é o surgimento, no ocidente, de um novo tipo de sociedade, resultante de mudanças econômicas estruturais. Parte da famosa classificação trissetorial da economia proposta por Clark, compartimentalizando a produção econômica nos setores: primário, compreendendo a produção agropecuária e do extrativismo vegetal; secundário, respondendo pela produção da indústria e do extrativismo mineral; terciário, responsável pela produção gerada no comércio e nos serviços.

O autor analisa comparativamente as sociedades pré-industrial, industrial e pós-industrial. O pós-industrialismo é uma evolução em diversos aspectos. No enredo delineado por Bell a sociedade parte de um “ataque feroz” à natureza sem qualquer preocupação com a sua sustentabilidade (pré-industrialismo), mesmo na nuance “fabricada” (industrialismo). É no pós-industrialismo quando estabelece a preocupação com a natureza: *Limits To Growth* e o Relatório *Brundtland*, marcas à ideia de sustentabilidade, são publicados, respectivamente, em 1972 e 1988.

Além de estruturar sua pesquisa na economia e na sociedade, o pós-industrialismo de Bell dá grande importância à ciência, condutora de respostas aos problemas, inclusive – e principalmente – econômicos e sociais. Diante deste contexto, a capacidade científica é considerada decisiva, sendo a fonte da força das nações, em substituição à capacidade industrial da sociedade de mesmo nome. No pós-industrialismo, Universidades e institutos de pesquisas tornam-se as instituições de referência substituindo o mercado de ações, os bancos de investimento, o Estado e as firmas da sociedade industrial.

O pós-industrialismo considera superada a dicotomia capital/trabalho, sendo, por isso, considerada como pós-capitalista. Trata-se de uma sociedade centrada no conhecimento teórico ao invés da propriedade privada.

Bell dimensiona a sociedade pós-industrial a partir de 5 elementos, a saber:

i) Pelo deslocamento da produção econômica para os serviços: Como demonstra o autor e os dados, a produção de serviços é cada vez mais crescente, superando a produção tangível;

ii) Pela proeminência da classe profissional e técnica: que vai corresponder à *intelligentsia*. O autor é bem claro ao conceituar a sociedade pós-industrial como de “empregados de escritório” composta por empregados no “...comércio, das finanças, da educação, da saúde e do governo” (p. 154), sendo o governo o maior de todos os empregadores na sociedade pós-industrial;

iii) A primazia do conhecimento teórico: valorizando mais o conhecimento *per se*

dando origem “...a novos relacionamentos sociais e a novas estruturas, as quais têm de ser politicamente dirigidas” (BELL, 1973, p. 32). Pode-se considerar como exemplo o sistema Linux: livre, disponível inclusive para mudanças e discutido em rede. Este é o princípio axial de Bell: “a centralidade do conhecimento teórico como fonte de inovação e de formulação política para a sociedade” (BELL, 1973, p. 28).

iv) O planejamento da tecnologia: a fim de expandir o capitalismo e os ganhos desta expansão, especialmente num cenário em que a expansão geográfica, outrora alcançada via imperialismo, não é mais possível nos moldes colonialistas.

v) O aparecimento de uma nova tecnologia intelectual: sem a qual a resolução dos “novos” (e mais complexos) problemas não seria possível. É neste sentido que surgem, por exemplo, as complexas planilhas estatísticas que viabilizarão a estimação de modelos mais elaborados.

A análise de Bell (1973) sobre a proeminência da produção de serviços nas sociedades pós-industriais é baseada especialmente na alocação de mão de obra. Segundo o mesmo nas sociedades pré-industriais “...a força de trabalho é absorvida sobretudo pelas atividades extrativas” (p. 146) e nas sociedades industriais há a predominância da máquina num “universo cronometrado e programado, no qual os componentes dos bens são agrupados no momento exato e nas proporções, de modo a facilitar o fluxo dos mesmos” (p. 147). A economia passa a moldar a própria vida social, levando à coisificação do ser humano. Nas sociedades pós-industriais os serviços são a base. O “jogo”, outrora contra a natureza (industrialismo), passa a ser entre pessoas, via informação.

A Figura 2 ilustra o deslocamento relativo do produto agregado para os serviços, ponto central do trabalho de Bell. Os dados indicam como o PIB vai se concentrando no setor terciário conforme o maior valor do produto agregado. Isto é, territórios mais ricos têm economias terciárias! Quanto mais pobre o território, maior a presença relativa da agropecuária<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Evidentemente que uma análise mais criteriosa do assunto deve considerar o grau de complexidade dos serviços. Há desde serviços domésticos, com baixa complexidade, a serviços com complexidade bem maior, a exemplo de empresariais e de saúde.

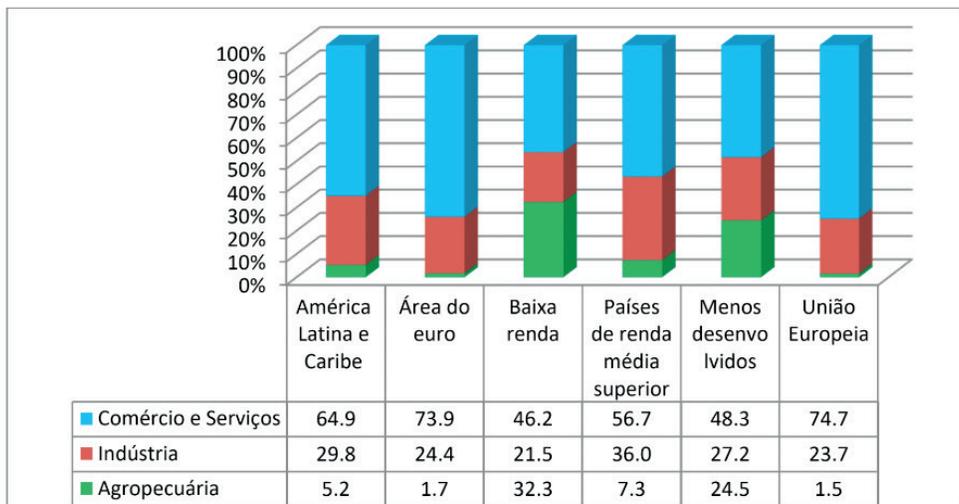


FIGURA 2 – Composição setorial do PIB em 2014: territórios selecionados

FONTE: Elaboração própria a partir de dados coletados em sei.ba.gov.br. Acesso em 04 ago.2019.

A elevação na renda leva a um deslocamento relativo na demanda por bens agropecuários para bens industriais, num primeiro momento, e, posteriormente, para serviços – a conhecida Lei de Engel.

A imaterialidade do pós-industrialismo de Bell ganha novo aspecto quando avança além dos serviços, entendendo o “conhecimento” como sua grande característica. Justifica-se pelas inovações resultantes de P&D e a relevância do conhecimento *per si* no produto agregado e nos empregos.

Esta assertiva traz certa inquietação ao próprio Bell quando ele reconhece sua dúvida sobre a nomenclatura da sociedade pós-industrial.

“Têm-me perguntado por que dei a este conceito especulativo o nome de sociedade “pós-industrial”, e não o de sociedade do conhecimento, ou sociedade da informação, ou sociedade profissional, denominações que, de certa forma, estariam em condições de descrever certos aspectos mais visíveis do que vem por aí” (BELL, 1973, p. 53)

A amplitude do termo “conhecimento”, muito além da educação formal, e as dificuldades de se mensurá-lo, o faz optar pela expressão pós-industrialismo por incluir o conhecimento. Esta ênfase no conhecimento explica a valorização dada por Bell às Universidades e Institutos de pesquisa, onde está a nova *intelligentsia*: “o truífo principal da sociedade pós-industrial é o seu pessoal com formação científica” (BELL, 1973, p. 250).

### 3.2.2 *Castells: a sociedade em rede*

Tecnologia e informação formam o binômio onipresente na teoria de Castells (1999) para quem a sociedade industrial é sucedida pela informacional. É a tecnologia de geração de conhecimentos, além do processamento da informação e da comunicação de símbolos, suas principais fontes de produtividade. Enquanto na sociedade agrária tal fonte eram os aumentos quantitativos da mão-de-obra e dos recursos naturais e na sociedade industrial as novas fontes de energia e a descentralização das mesmas.

Para empreender seu trabalho, Castells (1999) corrobora com Brooks e Bell ao citar este último para quem tecnologia corresponde ao “uso de conhecimentos científicos para especificar as vias de se fazerem as coisas de uma maneira reproduzível” (p. 67). A tecnologia da informação é composta pelo “conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação (*software* e *hardware*), telecomunicações/rádiodifusão, optoeletrônica [...] e a engenharia genética” (ibidem).

A partir dos anos 1970 tais tecnologias difundem-se, moldando um novo paradigma – vide o desenvolvimento da internet e a difusão da engenharia genética. Isso ocorre especialmente nos Estados Unidos onde o mercado conduziu tal processo em que “tecnologias agruparam-se em torno de redes de empresas, organizações e instituições para formar um novo paradigma sócio técnico” (CASTELLS, 1999, P. 107).

Castells (1999) entende o informacionalismo como decisivo para a expansão do capitalismo, como o industrialismo foi para a sua constituição na forma de modo de produção. Primordial, neste sentido, é a tecnologia que possibilita a integração mundial através de redes. Tal “revolução” tem como instrumento o conhecimento e a informação, mas não como um fim neles mesmos. Suas aplicações permitirão à sociedade expandir os limites de acumulação, processamento e transmissão de conhecimento, elevando, por consequência, a produtividade.

Este novo paradigma, da tecnologia da informação, tem como características:

- A informação como matéria prima, na medida em que a informação, além de agir sobre a tecnologia, sofre a ação da tecnologia;
- Penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias que moldam diretamente os processos de nossa existência individual e coletiva;
- A disseminação da lógica de redes em qualquer sistema ou conjunto de relações;
- Flexibilidade, no sentido de reversibilidade e alteração de processos, organizações e instituições;
- Convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado. (CASTELLS, 1999, P.108)

Tal paradigma é um sistema aberto. Ele interage com o meio externo de forma dinâmica, inclusive, alterando substancialmente o campo econômico. Uma nova economia emerge, informacional, global e em rede, como não poderia deixar de ser. A geração, processamento e aplicação de forma eficiente da informação baseada em conhecimento vão dar o caráter informacional. A escala global conecta em redes empresariais, completando o arcabouço.

Para Castells (1999) a década de 1990 marca o início da nova economia “com base na nova infraestrutura, propiciada pelas tecnologias da informação e da comunicação, e com a ajuda decisiva das políticas de desregulamentação e da liberalização [isto é, as regras e as instituições] postas em prática pelos governos e pelas instituições internacionais” (CASTELLS, 1999, P. 142). Esta referência à liberalização, reforça a ideia de mercado a frente do processo. Ratificado quando o autor enumera os cinco fatos principais da interdependência global dos mercados financeiros: desregulamentação dos mercados financeiros e liberalização das transações internacionais; criação de infraestrutura tecnológica; natureza dos novos produtos financeiros; movimentos especulativos de fluxos financeiros; existência de firmas de avaliação (CASTELLS, 1999, P. 147).

É importante ressaltar o caráter assimétrico da economia global de Castells, exatamente por ser capitalista. Mesmo um “...capitalismo tecnológico, organizacional e institucionalmente distinto do capitalismo clássico (*laissez-faire*) e do capitalismo keynesiano” (199, p. 201). Seus benefícios – e porque não malefícios? – dependem de inúmeros fatores, principalmente das condições e do tempo de acesso à mesma. Além dos benefícios serem de graus diferentes entre os países, algumas nações não se inseriram na economia global.

### 3.2.3 Rifkin e a “era do acesso”

A teoria social de Rifkin (2000) já tem como ponto de partida o imaterialismo produtivo da sociedade contemporânea. Considera a economia baseada no conhecimento. Ponto fundamental em sua pesquisa é o acesso ao conhecimento – a “propriedade” em si não tem a relevância de outrora. A imaterialidade do pensamento de Rifkin está na estratégia de usufruto dos produtos, agora via acesso, levando o mercado a perder referências físicas, abrindo espaço às redes.

Em pleno ano 2000 o deslocamento relativo da produção de manufaturados para serviços básicos já havia sido realizado em economias ricas. Atualmente o comércio está produzindo outra mudança – dos serviços para a “experiência”. Enquanto a transação da propriedade era no *locus* do mercado, agora impera o “acesso” via rede.

Muito embora a propriedade continue existindo, é cada vez mais frequente o uso fruto decorrente da cessão temporária do produto. Desta forma não é preciso ser proprietário, ter a posse do ativo, para ter a necessidade satisfeita, pois o acesso é possível sem a posse.

A rede se configura ao estabelecer relações entre provedores e usuários. Um clássico exemplo do acesso é o uso de automóveis – exemplo clássico de Rifkin. A venda deste bem corriqueiramente é feita via financiamentos com prazos de vários meses. Ao fim do prazo final – e às vezes até antes – o “comprador” retorna à concessionária para financiar outro automóvel pagando como entrada o antigo. Durante o prazo de financiamento o automóvel fica alienado. Assim, “de direito” ele não é do “comprador”. Este paga parcelas mensais para usufruir o bem. Efetivamente se tem uma espécie de locação, renovada a cada “compra” financiada.

É claro, a decisão sobre posse ou acesso deve considerar a relação custo/benefício. Satisfeita essa condição, muitas empresas terceirizam atividades fora do seu “core”. Rifkin assume a terceirização como central da emergente economia de rede. Esta análise, aliás, remete à discussão sobre a melhor “Estrutura de Governança”, sendo a terceirização um tipo usual de estrutura híbrida.

Esta é a mudança paradigmática defendida por Rifkin, impactando em leis e instituições políticas então “...impregnadas pela relação de propriedade conectadas pelo mercado [...] sugerindo uma importante mudança na maneira que as gerações futuras perceberão a natureza humana” (RIFKIN, 2000, P. 5).<sup>3</sup> Desta forma, a riqueza se desloca da posse de bens materiais, inclusive o capital, para conceitos, ideias e imagens – novos tipos de ativo específico.

O incremento do acesso na sociedade pós-industrial leva a certa perpetuação das relações comerciais, mudando um aspecto relevante entre demandantes e ofertantes. Na economia de mercado contemporânea a frequência das transações, em geral, é baixa. Isto é, há uma pequena repetição de transações entre o mesmo comprador e o mesmo vendedor. Sem vínculo posterior, um ambiente impessoal de trocas.

Na nova economia do acesso, a relação entre compradores e vendedores se mantém, como no caso do financiamento do automóvel, mesmo diante da impessoalidade. Nela, a repetição das transações perpetua a relação.

A mudança da posse para o acesso não se restringe à produção econômica. Tem origem na própria natureza do sistema capitalista, num movimento de longo prazo, promotor de um aumento relativo na produção cultural em detrimento da indústria tradicional. São exemplos o turismo, parques, a música e o cinema, dentre outros. Rifkin destaca a indústria cinematográfica americana – Hollywood é um protótipo de organização do novo capitalismo.

Elemento relevante no pensamento de Rifkin, o autor faz menção direta ao mundo virtual. Ele converge o ciberespaço ao capitalismo, dada a mediação eletrônica daquele. O acesso às experiências culturais num mundo virtual dá origem a um novo tipo de capitalismo – o *cibercapitalismo*. Enquanto na economia tradicional transacionam-se bens físicos e serviços, no cibercapitalismo transacionam-se informações, conhecimento, experiências e

---

<sup>3</sup> Estas e as outras citações de Rifkin (2000) são de responsabilidade do autor deste artigo.

fantasias, via redes como<sup>4</sup>.

Outro destaque a ser dado, retomando a assimetria característica do capitalismo, é a diferente inserção no ciberespaço da população de países ricos e de países pobre, onde as necessidades básicas ainda não são atendidas. Fato reconhecido por Rifkin.

A produção cultural ganha importância econômica em Rifkin. Para o autor “um dos elementos que definem a era que se avizinha é a batalha entre as esferas cultural e comercial pelo controle do acesso e o conteúdo das atividades recreativas” (RIFKIN, 2000, p. 5). Ele chega a vislumbrar a proeminência comercial da produção cultural como uma fase final do modo de vista capitalista.

É claro, Rifkin não defende o fim da propriedade, mas a conversão cada vez maior de compradores e vendedores para usuários e provedores. Sua aposta reside na ideia de que o comércio acabará por converter todos os tipos de relações em econômicas. O autor cita exemplos que marcadamente ganharam um caráter pecuniário, como: o tempo dos outros, afeto e cuidados, simpatia e atenção. Neste sentido, ele é taxativo: “a era do acesso se define, principalmente, pela mercantilização crescente de qualquer experiência humana” (RIFKIN, 2000, P. 63). Uma verdadeira sobreposição do econômico sobre outras esferas.

## 4 | O TÁXIGOV E SUAS RELAÇÕES COM AS TEORIAS APRESENTADAS

O “TáxiGov”, sistema de transporte de servidores públicos federais brasileiros em exercício funcional, inicialmente, por meio de agenciamento de táxis, é uma inovação para atenuar a ineficiência do Estado brasileiro.

Veio substituir o modelo “tradicional” de posse. Marcolino, et al., (2017, p. 6) analisam tal modelo no âmbito público, indicando a existência de

“...órgãos que compram veículos para prover essa atividade, arcando com custos de aquisição, manutenção, seguro e abastecimento, [enquanto] há outros que contratam serviço de locação de veículos com franquia mínima de utilização mensal, sem franquia”.

Os mesmos autores indicam os custos/Km das opções de deslocamento para servidores públicos federais brasileiros no Distrito Federal: Veículos próprios R\$ 4,89; Veículos locados R\$ 4,52; e Serviços de táxi R\$ 3,88 (IBIDEM).

O TáxiGov corresponde a um “serviço” em que o governo federal “acessa” um veículo, ao invés de realizar o deslocamento com um veículo de sua propriedade ou alugado. Em sua fase inicial, foram contratados serviços de taxistas. O MPDG, por meio da Central de Compras (Secretaria de Gestão), contratou os fornecedores, tornando-se o provedor do serviço aos demais órgãos. As corridas eram solicitadas via aplicativo *mobile* e web, além de uma Central de Atendimento por telefone.

Com o TáxiGov houve uma redução de custos de transação, relacionados, por

<sup>4</sup> O estabelecimento do cibercapitalismo como padrão é polêmico. No mínimo prematuro. Por não ser objeto de estudo esta pesquisa, não se delongará sobre o debate.

exemplo, a gestão de contratos e pagamentos. Segundo o site do Ministério da Economia, que absorveu o MPDG em 2019, a redução nas despesas foi da ordem de 63% em relação ao modelo anterior, quando imperava a posse (<http://www.economia.gov.br/assuntos/gestao/taxigov>).

Uma consulta a Marcolino, et al. (2017, p. 8) indica elementos concretos geradores de tal economia. Relatando deficiências do antigo *serviço de transporte de servidores dos órgãos integrantes do* [Sistema Integrado de Serviços Gerais] SISG, os referidos autores destacam, dentre outros: predomínio de frota própria (72%); idade média da frota de 10,5 anos em 2015; “67% das Unidades não informaram nos Relatórios de Gestão 2015 o tipo de controle realizado no serviço de transporte ou o fazem por meio de planilhas eletrônicas e formulários”.

Segundo o site do Ministério da Economia, desde a implantação do TáxiGov em fevereiro/2017 até março/2019 vinte e nove órgãos aderiram ao sistema e 2,5 mi de Km foram percorridos em mais de 325 mil corridas (<http://www.economia.gov.br/assuntos/gestao/taxigov>).

O TáxiGov, vê-se, implica na substituição da Estrutura de Governança hierárquica (deslocamento com o carro do governo) pela hibridez, na medida em que o servidor “acessa” o táxi disponível.

A hibridez permite ao governo federal remunerar “o serviço” de deslocamento, sem responsabilizar-se por outras obrigações típicas da hierarquização do ativo. Assim o governo não incorre em despesas durante a ociosidade do veículo e do motorista, por exemplo. O serviço também permite reduzir a estrutura inerente a veículos (relacionada a manutenção, por exemplo), dentre outros.

No que tange o pós-industrialismo, claramente o TáxiGov contempla as três teorias sobre a sociedade pós-industrial: a) trata-se de um “serviço” prestado pelo setor privado – ratificando Bell (1973); b) demanda-se o serviço a partir de uma rede de prestadores, baseado num fluxo de informações em redes, via aplicativos – ratificando Castells (1999); e c) o governo substitui a posse de veículos pelo acesso – na forma defendida por Rifkin (2000).

Importante destacar, desde abril/2019 a Uber do Brasil passou a atender o programa, numa fase denominada por TáxiGov 2.1.

## 5 | CONCLUSÕES

Os pensamentos pós-industriais dos três autores aqui analisados convergem. Um ponto comum é a imaterialidade – nos serviços de Bell (1973), no foco na informação de Castells (1999) ou no acesso de Rifkin (2000). Diante da ordem temporal em que os trabalhos foram publicados, há, até, certo refinamento. Apostam na redução relativa da demanda por bens industriais a partir do aumento na demanda por serviços, para Bell

(1973), da demanda por informação, para Castells (1999), e da experiência do acesso (sociedade do acesso), para Rifkin (2000).

Além do deslocamento relativo do produto agregado para o setor de serviços, o progresso econômico legou o recrudescimento da estrutura de governança híbrida, como estratégia de priorizar o core como foco de atenção das organizações.

Com o TáxiGov o Estado brasileiro dá exemplo de prática inovadora convergente ao pós industrialismo e a estrutura de governança híbrida, com enormes ganhos. Converge para o debate exposto na teoria das Estruturas de Governança de Williamson e tem sinergia com as teorias sociais apresentadas, na medida em que se configura um “serviço” ofertado em “rede”, substituindo a posse pelo “acesso”, contemplando, concomitantemente, as teorias de Bell (1973), Castells (1999) e Rifkin (2000).

## REFERÊNCIAS

BAHIA. **Decreto Nº 15.924 de 06 de fevereiro de 2015.** Dispõe sobre a execução orçamentária dos órgãos, dos fundos e das entidades integrantes da Administração Pública do Poder Executivo Estadual. Disponível em: <[https://comprasnet.ba.gov.br/sites/default/files/decreto\\_no\\_15.924\\_de\\_06\\_de\\_fevereiro\\_de\\_2015.pdf](https://comprasnet.ba.gov.br/sites/default/files/decreto_no_15.924_de_06_de_fevereiro_de_2015.pdf)>. Acesso em 07 ago. 2019

BELL, D. **O advento da sociedade pós-industrial.** Uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1973.

BERNARDES, M. E. B.; FERREIRA, V. A.; GREGO, T. A. C. **Modernização da gestão pública: de cima para baixo e de baixo para cima. Pluralidades nos movimentos de mudança o caso da prefeitura municipal de Belo Horizonte.** In: X Congresso Consad de Gestão Pública, 2017, Brasília. X Congresso Consad de Gestão Pública, 2017

BRASIL. **Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.** Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nos 13.334, de 13 de setembro de 2016, 9.069, de 29 de junho de 1995, 11.457, de 16 de março de 2007, 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 11.952, de 25 de junho de 2009, 10.559, de 13 de novembro de 2002, 11.440, de 29 de dezembro de 2006, 9.613, de 3 de março de 1998, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.346, de 10 de outubro de 2016; e revoga dispositivos das Leis nos 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.284, de 2 de março de 2006, e a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm)>. Acesso em 03 ago. 2019

CASTELLS, M. **A sociedade em rede;** Trad. Roneide Venâncio. – (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1) São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COASE, R. **The nature of the firm.** *Economica* 4 ( n.s. ) 386 (1937).

FIANI, R. **Cooperação e conflito.** Instituições e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011

GAETANI, F. **Prólogo.** In: FARIAS, Pedro (editor). GOVERNOS QUE SERVEM. Inovações que estão melhorando a prestação de serviços aos cidadãos. Monografia do BID, 2016

KON, A. **Economia Industrial: teoria e estratégias**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

LARA, R. D; RODRIGUES, Izabela França; e GOSLING, Marlusa. **Mobile government: uma análise dos aplicativos estaduais como uma nova forma para melhorar o relacionamento entre os cidadãos e os governos**. In: X Congresso Consad de Gestão Pública, 2017, Brasília. X Congresso Consad de Gestão Pública, 2017

MANAF, M. A.; SILVA, Juvencio Borges. A burocracia do estado brasileiro como obstáculo à concreção dos direitos sociais: uma avaliação da organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) e da organização social (OS). **REPATS - Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor**. REPATS, Brasília, v. 4, n. 1, p. 170-197, Jan-Jun, 2017

MARCOLINO, D. et al. **Táxigov: inovação no serviço de mobilidade de servidores como modelo de centro de serviços compartilhados no governo federal**. In: X Congresso Consad de Gestão Pública, 2017, Brasília. X Congresso Consad de Gestão Pública, 2017

MÉNARD, C.; NUNES, R.; SILVA, VIVIAN L.. Introdução à teoria das organizações. In.: MÉNARD, Claude [et al.] **Economia das organizações: formas plurais e desafios**. São Paulo: Atlas, 2014

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Organograma do Ministério da Economia**. Disponível em < [http://www.economia.gov.br/imagens/organograma\\_ministerio-da-economia.pdf](http://www.economia.gov.br/imagens/organograma_ministerio-da-economia.pdf)>. Acesso em 03 ago. 2019

RIFKIN, J. **La era del acceso: la revolución de la nueva economía**. Barcelona: Paidós, 2000

ROCHA NETO, L. H. da. A formação do estado brasileiro: patrimonialismo, burocracia e corrupção. **Revista do Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília**. V. 2, n. 1 (2008). Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2008

## RELAÇÃO JURÍDICA E RELAÇÃO ECONÔMICA: UM PONTO DE CONTATO EM HOBBS

Data de aceite: 01/06/2021

### João Pedro Lopes Fernandes

Faculdade de Direito da Universidade Federal  
de Minas Gerais  
<http://lattes.cnpq.br/5416664558992051>

### Matheus Correa de Sousa Heleno

Faculdade de Direito da Universidade Federal  
de Minas Gerais  
<http://lattes.cnpq.br/5335488773240454>

**RESUMO:** O presente artigo parte de um questionamento relativamente trivial em Marx: qual é a postura mais adequada da crítica materialista-dialética frente ao Direito? Diante dos posicionamentos de Pachukanis em “Teoria Geral do Direito e Marxismo”, que afirmam uma correspondência entre a forma jurídica das relações do Direito Privado com as relações econômicas mercantis, a tese do pensador soviético será resgatada em conjunção às noções marxianas de “mercadoria” e “fetichismo”, e das asserções tipicamente jusnaturalistas do Direito e do Processo enquanto “relações jurídicas”. Por fim, analisar-se-á o pensamento jurídico-liberal na face do contratualismo hobbesiano, destacando a importância do filósofo no estabelecimento da lógica economicista das relações jurídico-estatais e na sua fundamentação.

**PALAVRAS - CHAVE:** Relação Jurídica; Relação Econômica; Ideologia.

**ABSTRACT:** The present article starts from a trivial question in Marx: what is the most adequate position of the materialist-dialectic criticism before the Law? Faced with the positions of Pachukanis in “The General Theory of Law and Marxism”, which affirm a certain correspondence between the legal form of Private Law relations and mercantile economic relations, this paper aims to corroborate the Soviet thinker’s thesis by means of a ransom the Marxian notions of “commodity” and “fetishism”, and the assertions of Law and Process as “legal relationships”, typical from a natural law concept. Finally, will be done an analysis of legal-liberal thinking applied to the form of Hobbesian contractualism, highlighting the importance of the English philosopher in the establishment of the economic logic of legal-state relations and in the process of grounding.

**KEYWORDS:** Legal Relationship; Economic Relationship; Ideology.

### 1 | INTRODUÇÃO

Pachukanis publicou sua *Teoria Geral do Direito e Marxismo* em 1924. A então recém-fundada URSS enfrentou um desafio: estruturar um novo aparato legislativo e judiciário. O esforço dos teóricos marxistas eram dificultados por dois fatores: *primus*, pela influência do pensamento jurídico burguês — especialmente de Petrajitski — e, *secundus*, pela necessidade política de colocar em funcionamento o aparato burocrático como um todo<sup>1</sup>. Dois dos principais

<sup>1</sup> Cf. NAVES, 2008, p. 24-25.

autores que primeiro se popularizaram foram Mikhail Reisner e Piotr Stutchka. O essencial desse esforço consistiu na alteração da estrutura judiciária consubstanciada na constituição de “tribunais populares”, nos quais os juízes seriam eleitos entre operários e soldados. Dois problemas que logo se apresentaram ao intento foram a *competência limitada* dessa “judicatura popular” e a previsão da participação de “*técnicos*”, i.e., de “pessoal competente” nas “causas complexas”. O que ocorreu foi o reforço de *instâncias formais* separadas das massas e que agiam orientadas por um *saber especializado*.

Piotr Stutchka entendia que o proletariado, com a Revolução de Outubro, havia derrubado o Estado burguês e com a queda derrogaram-se os códigos burgueses, já que serviam necessariamente ao *interesse de classe* dos burgueses. Contudo, a solução de Stutchka não é radical no que concerne o direito; para esse autor *o proletariado deve também se valer do direito* para produzir normas que, durante a “ditadura do proletariado”, subjuguem seus inimigos. O direito é, para Stutchka, “sistema de relações sociais que corresponde aos interesses da classe dominante e é tutelado pela força organizada de tal classe [pelo Estado, assim definido em sua concepção]”<sup>2</sup>. Interessa-nos, primeiro, perceber que Stutchka entende o direito não como forma jurídica, mas como, repita-se, “sistema de relações sociais que corresponde aos interesses da classe dominante [...]”. Com isso se quer dizer que direito é conteúdo, não forma, e é essa intuição que orienta Stutchka quando ele relega ao plano *ideológico* os *conceitos fundamentais* (e abstratos) da Teoria Geral do Direito. O segundo ponto importante diz respeito ao acolhimento por parte de Stutchka do conceito de “*consciência jurídica revolucionária*” de Mikhail Reisner, o que marca a filiação de sua tese a *uma teoria psicológica* do direito.

Mikhail Reisner é tributário da noção de “*consciência jurídica*” do jurista burguês e pré-revolucionário Leon I. Petrajski, para quem:

A natureza do fenômeno jurídico reside não nas normas objetivas editadas por uma autoridade, mas na esfera emocional, de modo que o cumprimento das obrigações jurídicas e a observância das leis decorrem de uma “consciência jurídica intuitiva”, de que todos os homens seriam providos<sup>3</sup>.

Adita a isso um “momento marxista” para desfazer a associação positivista entre direito e Estado, defendendo que cada classe produziria o seu Direito. Pretende fundamentar o direito não mais normativamente, mas na ideia do “justo”, relativa às classes. O proletariado revolucionário, portanto, deverá impor o seu Direito a partir da “consciência jurídica revolucionária”. Contudo, *a tentativa desesperada de Reisner e Stutchka de achar um fundamento ideológico para o direito lança-lhes contra o real: a estrutura econômica*.

Partindo de uma discussão sobre o Direito como Ideologia, passaremos por uma análise da *Teoria* de Pachukanis, terminando deitando as raízes ideológicas do pensamento positivista em Thomas Hobbes.

<sup>2</sup> Ibidem, p. 29-30.

<sup>3</sup> Ibidem, p.33-34

## 2 I KARL MARX: O DIREITO COMO IDEOLOGIA E A SUA RELAÇÃO COM O CARÁTER FETICHISTA DA FORMA-MERCADORIA

Antes de Pachukanis expor a correspondência entre relações jurídicas e relações econômicas mercantis, Marx, base teórica do jurista, já havia tratado do tema. Essa seção resgatará as linhas gerais do pensamento marxiano nesse particular, conferindo um corpo teórico mais teso a este trabalho. Valermo-nos-emos dos conceitos de *forma-mercadoria*, *fetichismo da mercadoria* e *ideologia*, sendo este último apoiado em uma leitura para aquém d'A *ideologia alemã* sem deixar de lado, por óbvio, os demais escritos do filósofo alemão sobre a matéria.

Imperativo lembrar do *Prefácio de 1859* — apresentado em *Contribuição à crítica da economia política* — porque é extremamente mal interpretado no que toca à relação entre estrutura e superestrutura, terreno fértil para a confusão, em geral, com o crédito de um suposto “economicismo” ou “mecanicismo” à filosofia marxiana. É, então, indispensável demolir tais equívocos a fim de que se compreenda a relação entre campo jurídico e economia para Marx.

O materialismo marxiano não parte exclusivamente da experiência. O filósofo alemão, na verdade, estabelece um caráter dialético de totalidade para a realidade efetiva [*Wirklichkeit*]: o concreto, o real efetivo, não é algo plasmado — como querem as concepções do materialismo contemplativo de Feuerbach —, mas um produto de múltiplas determinações, sejam elas advindas de características naturais da matéria, de formas ideológicas ou da produção humana — que transforma a natureza com uma finalidade e, também, a própria natureza do homem. O que se tem em Marx, portanto, é uma noção de que o processo histórico forma-se numa confluência entre a objetividade do real e a subjetividade humana. Então, não há espaço para interpretações “mecanicistas”, “economicistas” ou “deterministas” da filosofia marxiana. Há uma autarquia relativa da realidade sobre as formas de consciência é afirmar que sem o contato com as determinações da natureza não há homem, mas também é entender que os homens fazem a sua própria história. O ser humano adquire consciência da realidade tanto pela experiência quanto pela atividade humana em sentido mais amplo, desde o trabalho até às formas ideológicas e de consciência.

A interdependência entre a subjetividade humana e a objetividade [*Wirklichkeit*], bem como a relação supracitada entre realidade e formas de consciência, torna-se clara nas palavras do próprio Karl Marx:

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorização da vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos.

Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com *o que* produzem como também com *o modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção<sup>4</sup>.

Mas o que são essas formas ideológicas? Ideologia não é simples “falsa consciência”, interpretação esta que pode levar um equívoco crasso à filosofia marxiana, i. e., que em Marx a ideologia é irrelevante para o movimento do real efetivo e, portanto, deve-se desconsiderar as consequências, e.g., da arte, da religião e do direito na transformação do mundo — donde nasce o espantinho do “economicismo”. Contudo, o filósofo alemão tem essa questão em um âmbito mais quisto. Para ele, pode-se dizer que formas ideológicas são aquelas pelas quais os homens são capazes de tomar consciência das contradições postas na realidade [*Wirklichkeit*]<sup>5</sup>. Torna-se claro, assim, que, apesar do caráter limitado de transformação da ideologia — pois esta atua objetivamente sobre os alicerces materiais dados na própria realidade —, não há de se descartá-la em Marx, tendo em vista que para compreendermos o movimento do real qual ele é, não basta analisarmos o desenvolvimento das forças produtivas, também é preciso atentar às formas de consciência, pois a influência da subjetividade humana é fundamental para a transformação histórica.

De toda a exposição anterior, pode-se concluir que a superestrutura é composta por formas sociais de consciência que possuem um papel ativo na transformação da estrutura, relação análoga à autarquia relativa da realidade sobre as formas de consciência. Para a filosofia marxiana, é na relação dialética entre homem e natureza, entre objetividade e subjetividade, que reside a compreensão da História<sup>6</sup>, donde se afere que a consciência deixa de ser entendida de forma autônoma e passa a ser compreendida como parte do homem, como resultado das interações sociais. Em outras palavras, o homem conhece na medida em que atua e atua na medida em que conhece.

Dada a questão da ideologia em Karl Marx, podemos, enfim, tratar especificamente da relação entre direito — clara forma de consciência de caráter ideológico<sup>7</sup> — e economia. Há de se lembrar, antes de tudo, que o campo jurídico qual expresso na sociedade civil-burguesa deve cumprir alguns pressupostos para assumir suas propriedades oponíveis ao privilégio medieval, tornando-se, assim, o promotor de normas gerais e abstratas capazes de garantir a igualdade formal a todos os indivíduos e, conseqüentemente, de regular o âmbito das trocas voluntárias de mercadorias através da entidade fundamental do Direito Privado, a saber, a figura do contrato.

---

4 Cf. MARX; ENGELS, 2016, p.94

5 Cf. MARX, 2017a, p. 50.

6 “Toda concepção histórica existente até então ou tem deixado completamente desconsiderada essa base real da história, ou a tem considerado apenas como algo acessório, fora de toda e qualquer conexão com o fluxo histórico. A história deve, por isso, ser sempre escrita segundo um padrão situado fora dela; a produção real da vida aparece como algo pré-histórico (...) Com isso, a relação dos homens com a natureza é excluída da história, o que engendra a oposição entre natureza e história”. MARX; ENGELS, 2016, p. 43-44.

7 Cf. MARX, 2017a, p. 50

Quais são, pois, esses pressupostos necessários para se tratar o direito em uma sociedade capitalista?

Antes de tudo, o primeiro pressuposto é a relação de escravidão ou de servidão ser abolida. A capacidade de trabalho viva pertence a si mesma e dispõe, por meio da troca, da manifestação de sua própria energia. As duas partes se defrontam como pessoas. Formalmente, sua relação é a relação igual e livre de trocadores. Que essa forma seja aparência, e aparência enganosa, apresenta-se considerada a relação jurídica, como algo situado fora desta. O que o trabalhador vende é sempre só uma medida determinada, particular, de manifestação de energia; acima de toda a manifestação particular está a capacidade de trabalho como totalidade. O trabalhador vende a manifestação de força particular a um capitalista particular, com quem se defronta como indivíduo independente.<sup>8</sup>

### Na relação entre direito e economia, a partir do vínculo contratual

As mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras. Temos, portanto, de nos voltar para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. Elas são coisas e, por isso, não podem impor resistência ao homem (...) Para relacionar essas coisas umas com as outras como mercadorias, seus guardiões têm de estabelecer relações uns com os outros como pessoas cuja vontade reside nessas coisas e que agir de modo tal que um só pode se apropriar da mercadoria alheia e alienar a sua própria mercadoria em concordância com a vontade do outro, portanto, por meio de um ato de vontade comum a ambos. Eles têm, portanto, de se reconhecer mutuamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, seja ela legalmente desenvolvida ou não, é uma relação volitiva, na qual se reflete a relação econômica<sup>9</sup>.

Porém, Marx não considera apenas os produtos do trabalho humano útil<sup>10</sup> ao tratar de mercadoria, nesse assunto. Ele também nos revela outro tipo de mercadoria, esta capaz de gerar mais-valor: a força de trabalho. Portanto, disso conclui-se que a relação jurídica expressa pelo contrato, regula a compra e venda da força de trabalho, ao lado de múltiplas determinações.

A troca de mercadorias por si só não implica quaisquer outras relações de dependência além daquelas que resultam de sua própria natureza. Sob esse pressuposto, a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado na medida em que é colocada à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para vendê-la como mercadoria, seu possuidor tem de poder dispor dela, portanto, ser o livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e estabelecem uma relação mútua como iguais possuidores de mercadorias, com a única diferença de que um é comprador e o outro, vendedor, sendo ambos, portanto, pessoas juridicamente iguais<sup>11</sup>.

8 MARX, 2011, p.381

9 MARX, 2017b, p.159

10 Ibidem, p. 118-119

11 Ibidem, p.242

Tendo em vista os trechos anteriores, faz-se evidente a relação imbricada entre direito e economia, donde se afere um *caráter duplo* intrínseco ao campo jurídico da sociedade civil-burguesa: sua forma política, que promove a ilusão de que a lei baseia-se na vontade livre, “separada de sua base real”<sup>12</sup>; e sua forma desvelada, i.e., seu vínculo necessário com o processo histórico e com as demandas econômicas — de propriedade privada — do capitalismo. Se, para a filosofia marxiana, “o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época”, os próprios pais do materialismo histórico concluem que “todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política”. Mas o que isso significa? Primeiramente, que a política e o Estado são indissociáveis às vistas do filósofo. Em segundo lugar, que a política e o direito pressupõem, necessariamente, a sociedade civil-burguesa e, por isso, mesmo que percebam as contradições inerentes a ela, não são capazes de destruí-las. Por fim, que “o direito nunca pode ultrapassar a forma econômica e o desenvolvimento cultural, por ela condicionado, da sociedade”<sup>13</sup>.

É a partir do mencionado caráter duplo do direito burguês que essa forma ideológica comunica-se com o fetichismo da forma-mercadoria, qual exposto por Karl Marx no capítulo I do primeiro volume d’*O capital*. Contudo, para que a semelhança entre ambos se apresente de forma mais palatável, viajaremos ao mundo das mercadorias a fim de resgatar alguns conceitos importantes.

No que consiste, então, o caráter fetichista da mercadoria? O filósofo alemão responde a essa pergunta a partir de um retrospecto da noção de forma-mercadoria. Tendo estas — as mercadorias — uma dupla identidade frente às relações de troca entre elas mesmas, a saber, valor de uso e valor, graças à exclusão das diferenças qualitativas de atividades humanas diversas para que se obtenha uma unidade de medida similar a todas as mercadorias<sup>14</sup> e, portanto, seja possível equipará-las, os produtos do trabalho humano aparecem, de imediato, como entidades capazes de refletir aos homens “os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas”<sup>15</sup>. Esse véu ilusório, que surge da forma-mercadoria *per si*, faz com que “uma relação social determinada entre os próprios homens” acabe assumindo “a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”. Em outras palavras, a forma-mercadoria mostra-se incontinenti como uma “coisa viva” que se relaciona com outras mercadorias devido às suas propriedades naturais.

A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos do trabalho; a medida do dispêndio de força humana de trabalho por meio de sua duração assume a forma da

12 Cf. MARX; ENGELS, 2016, p. 76

13 Cf. MARX, 2012, p. 31.

14 Trabalho humano abstrato.

15 Cf. MARX, 2017b, p. 147

grandeza de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se efetivam aquelas determinações sociais de seu trabalho, assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho<sup>16</sup>.

Tem-se a primeira relação entre o direito burguês e o caráter fetichista da forma-mercadoria. Se a troca voluntária de mercadorias é mediada, no capitalismo, através do contrato, impossível concluir outra coisa senão que o campo jurídico qual exposto nesta seção serve, portanto, à sistemática de uma relação ilusória entre produtos do trabalho humano. O direito, camuflado pelo xale da vontade livre, tem seu conteúdo limitado pela relação econômica justamente porque seu conteúdo vincula-se às esferas da economia<sup>17</sup>, ainda que sob uma forma política. Ademais, os contratos trabalhistas, que envolvem a compra e venda da força de trabalho como mercadoria, são objeto constante do Direito Privado na sociedade civil-burguesa. Daí infere-se que a força de trabalho, única mercadoria sobre as quais os trabalhadores têm propriedade, também aparece como “coisa viva” quando se relaciona com o possuidor de dinheiro; a relação entre pessoas, capitalista e trabalhador, coloca o anel de Nibelungo<sup>18</sup> para dar lugar a uma relação travestida de igualdade jurídica.

A outra relação entre o direito e o caráter fetichista da forma-mercadoria diz respeito, especialmente, à forma política daquele, i.e., à “ilusão de que a própria propriedade privada descansa na simples vontade privada, na disposição arbitrária das coisas”<sup>19</sup>. Se, por um lado, a forma-mercadoria possui uma dupla identidade quando inserida nas relações de troca com outras mercadorias, assim também é o direito privado para Marx — como visto anteriormente: além dessa manifestação ilusória, o campo jurídico burguês leva consigo o fato de que a propriedade privada tornou-se plenamente independente da comunidade. É assim que o direito, qual a forma-mercadoria, assume papel em uma relação que passa às costas dos indivíduos, com a diferença que aquele na figura da vontade e esta na das “coisas vivas”.

### 3 I EVGUIÉNI B. PACHUKANIS: A RELAÇÃO JURÍDICA

Lembremo-nos: “[...] o leitor que se dispuser a me seguir terá que se decidir a se elevar do particular ao geral<sup>20</sup>.”

Pachukanis elabora sua Teoria Geral do Direito partindo do método marxiano de análise da forma econômica. Sua abordagem, que busca aproximar a forma do direito da forma da mercadoria, se por um lado é corajosa e brilhante, é confessadamente não original. a filosofia do Direito, cuja base é a *categoria do sujeito*, é a própria filosofia da

16 Ibidem, p.147

17 “O direito privado se desenvolve simultaneamente com a propriedade privada, a partir da dissolução da comunidade natural”. MARX; ENGELS, 2016, p. 76.

18 Segundo *Der Ring des Nibelungen*, ciclo de quatro óperas do alemão Richard Wagner, o anel de Nibelungo foi um artefato místico capaz de tornar invisível o seu portador.

19 Cf. MARX; ENGELS, 2016, p. 76.

20 MARX, 2017a, p.50

economia mercantil realizada abstratamente a prover as condições mais gerais pelas quais as trocas possam ocorrer em função da lei do valor. Valorosa é a tentativa pachukaniana de desdobrar as condições pelas quais a exploração do trabalho, então transformado em mercadoria, acontece sob a forma do “contrato livre”.

Sem embargo, a concepção de Stutchka, e até mesmo a concepção imperativista do Direito de Karl Renner, pecam por não serem capazes de apreender a autonomia formal do direito em relação à política — tal qual outros pecam por submeter completamente a superestrutura jurídica à superestrutura política. O direito sempre é parcialmente percebido como uma espécie de *momento coercitivo estatal*, ou como *mero interesse de classe*. Em verdade, o *princípio da subjetividade jurídica*, tomado por muitos desses teóricos do direito pretensamente marxistas como simples produto ideológico não existe num vácuo: ele atua estruturalmente incorporado à sociedade burguesa no momento em que ela nasce como que da cabeça do sistema feudal-patriarcal e a aniquila; sua elaboração doutrinária é necessária para uma sociedade que rompe os laços de servidão e cria uma sociedade [civil-burguesa] atomizada, donde se faz possível precisamente que os homens se reconheçam como proprietários de mercadorias e não como partes de um todo orgânico e harmônico. O movimento histórico da forma econômica e da forma jurídica — ou mais precisamente, das formas embrionárias de ambas em direção às suas “*formas realizadas*” — sugere a Pachukanis que “a forma do direito, expressa por meio de abstrações lógicas, é um produto da forma jurídica real ou concreta, uma mediação real das relações de produção”<sup>21</sup>. A transação comercial é mediada pela forma jurídica do contrato, e aqui não há nenhuma “ideia” se formando sobre algo. Há, isso sim, um fato econômico e objetivo a que se liga uma forma jurídica objetiva sob o imperativo da lei do valor.

Quais os objetos de uma Teoria Geral do Direito? Os conceitos jurídicos mais fundamentais e abstratos, ou o desenvolvimento desses conceitos, mais acertadamente<sup>22</sup>. Tais conceitos são aplicados a todos os ramos do direito, independente do conteúdo. São *produtos posteriores de uma criação consciente*. Porém, o que fazem Piotr Stutchka, Mikhail Reisner e Karl Renner com seus enfoques conteudístico-psicológicos ou imperativistas do direito? Qualquer coisa que não uma Teoria Geral do Direito! A pergunta pertinente, então, não se encerra num questionamento vazio sobre qual seria o objeto de uma hipotética Teoria Geral do Direito marxista, *mas sim se tal empreendimento seria viável*. Ocorre que o direito é conceito complexo, não pode ser — objetivamente — *definido* segundo as regras da lógica escolástica — i.e., não pode ser apreendido atemporalmente *per genus et differentia specifica*. Na verdade, a Teoria Geral do Direito pachukaniana não toma, como em Stutchka, a função de *reformular conceitos gerais e abstratos* para um posterior “direito proletário”, esse não é o seu intento. Seu objetivo é

---

21 Ibidem, p.64

22 Ibidem, p. 67

Adentrar no território do inimigo, ou seja, não [se] deve deixar de lado as generalizações e as abstrações que foram trabalhadas pelos juristas burgueses e que *se originaram de uma necessidade histórica de sua própria época* e de sua própria classe, mas, ao expor a análise dessas categorias abstratas, revelar seu significado verdadeiro, *demonstrar as condições históricas da forma jurídica* (grifos nossos).<sup>23</sup>

O desaparecimento da ideologia ocorre junto ao desaparecimento das relações sociais que a construíram, mas esse desaparecimento é precedido pelo franco ataque a ela dirigido pela crítica. É quando a sua capacidade de ocultar as relações sociais se perde que o fim dessas mesmas relações sociais se aproxima. É por isso que Pachukanis acredita estar legitimado a proceder com o direito, qual Marx procedeu com a economia política. Assumindo que nas Ciências Sociais não é possível decompor a realidade em seus mais simples elementos a partir do “microscópio”, recorre-se à ajuda das abstrações: estas, quão mais perfeitas forem, maior será a maturidade de dada ciência social.

A reconstrução da realidade deve partir, por um lado, das categorias mais simples em direção àquelas mais complexas e, por outro lado, das categorias mais abstratas em direção às mais concretas. Fazer o caminho inverso, como pretendem Renner, Stutchka, Reisner e muitos economistas políticos burgueses, i.e., começar as elaborações teóricas pelo “conjunto concreto”, leva a pesquisa a um todo indiferenciado e caótico — e.g., a tentativa escolástica de encontrar uma definição de direito a-histórica, geral, que começa por uma definição frequentemente focada no momento imperativo do direito e não resiste à passagem da fórmula inerte para os “movimentos” da forma jurídica; para lidar com esses desdobramentos, logo nos presenteiam os juristas burgueses com explicações sobre dicotomias inicialmente não previstas no conceito: Direito Privado e Direito Público, *jus agendi* e *norma agendi* e etc. Na verdade, *as totalidades concretas devem ser o resultado final de nossa pesquisa, não nosso ponto de partida*. Os conceitos das ciências sociais não só descrevem formas históricas, como *os conceitos mesmos*; diferentemente daqueles das ciências naturais, possuem uma história<sup>24</sup>. É possível delimitar, a partir da idealidade de um conceito como “sujeito de direito”, sua realização concreta e suas formas históricas embrionárias. Mais: *exatamente porque fomos capazes de precisar sua realização concreta, e isso porque se abstrai do ente concreto um conceito abstrato, podemos reconstruir suas formas embrionárias*. Não seria possível a um indivíduo que analisa tão somente a *obligatio* romana precisar o conceito de sujeito, mas é plenamente possível a um indivíduo moderno, contemporâneo à universalização de tal conceito, analisar “o que há de sujeito” em tal relação.

Quer Pachukanis defender que não seja o direito fenômeno ideológico? Obviamente não! O problema identificado por ele na doutrina de juristas como Mikhail Reisner está na insistência em tratar o direito como fenômeno meramente psicológico<sup>25</sup>. E com isso não

23 Ibidem, p.80

24 Ibidem, p.82-83

25 Ibidem, p.87

quer Pachukanis negar o momento psicológico do direito e de outras instituições: como dirá o próprio Engels, em passagem mal interpretada por Mikhail Reisner, o “conceito” de feudalismo jamais correspondeu ao feudalismo na prática, sem que, em razão disso, tenha deixado de existir objetivamente o próprio feudalismo. O que se quer dizer com tal menção é que o direito possui momentos psicológicos que são sim *refrações* do real, sem, contudo, perder-se de vista que o direito é pelo menos *reflexo* de uma relação social objetiva, ou seja, não é mero produto da hipocrisia burguesa. Ora, a constatação de um *momento subjetivo* em um conceito não nos exige do trabalho de explorar a realidade, aquilo que existe para além da consciência.

Por outro lado, só se pode objetar que o fato de o “direito regular relações sociais” se torna tautológico diante da nossa assunção de que “o direito é reflexo de uma relação social objetiva” acaso se incorra no mesmo erro metodológico de homens como Renner, Stutchka ou Reisner: buscar um conceito a partir de sua “totalidade concreta”. Na verdade, como no caso da economia política, *ao dizermos que “o direito regula relações sociais” estamos somente dizendo que a regulação das relações sociais assume caráter jurídico em determinadas condições*<sup>26</sup>. Além disso, a própria forma pela qual isso é assumido varia de intensidade: no clássico exemplo pachukaniano - as leis que regulam o movimento dos trens em dada ferrovia - “regulam” em um sentido diferente do que o fazem as leis de responsabilidade pelas estradas, que regulam a relação destas junto aos expedidores de mercadorias, sendo a primeira “regulamentação” de caráter preponderantemente técnico, caracterizada pela unidade de finalidades dos sujeitos interessados, e a segunda, de caráter preponderantemente jurídico, caracterizando-se por um *antagonismo de interesses entre os sujeitos envolvidos*.

Findas as nossas considerações sobre a problemática da “ideologia” em Pachukanis e nos debates nos quais o autor está inserido, passamos à análise da relação jurídica, categoria especialmente quista pelo autor. É que, para Pachukanis, “*do mesmo modo que a riqueza da sociedade capitalista assume a forma de uma enorme coleção de mercadorias, também a sociedade se apresenta como uma cadeia ininterrupta de relações jurídicas*”<sup>27</sup>. Uma sociedade atomizada, pressuposto da troca de mercadorias, exige um *médium*, que é precisamente o *contrato*, célula central do tecido jurídico por meio da qual o direito realiza seu movimento *efetivo*. O conjunto de normas estaticamente tomado não é, portanto, nada além de uma abstração sem vida. Um estudo honestamente marxista do direito não se esgota na norma e nem na regra: a norma em seu conteúdo deriva diretamente de uma relação já existente ou representa tão só uma expectativa de surgimento de relações sociais a ela correspondentes num futuro próximo. Se essas relações não aparecem, houve apenas uma tentativa falha de criar direito<sup>28</sup>. Um mero exercício mental, para Pachukanis, revela a primazia da relação jurídica sobre a norma: basta abstrair o aparato estatal garantidor

26 Ibidem, p.91-92

27 Ibidem, p.97

28 Ibidem, p. 99

das expectativas sociais para notarmos que a relação jurídica persevera, se bem que seus sujeitos não tenham mais o benefício da quase absoluta estabilização de expectativas que só o Estado moderno é capaz de fornecer. Contudo, se abstrairmos uma das partes a relação desaparecer.

Toda essa insistência poderia ser remontada a uma leitura mecanicista de Marx. Trata-se da visão de superestrutura política como fenômeno puramente ideológico que se ergue da sociedade civil, bem como da superestrutura jurídica como um momento abstrato, secundário e, portanto, determinado pela primeira superestrutura. Nada mais reducionista! Em verdade, o direito se realiza em todo seu movimento real justamente num momento em que é expressão jurídica direta de uma relação social objetiva: as relações de produção, exprimidas juridicamente pelas relações de propriedade. Verdade, a burguesia organizada no Estado apoia a injustiça nas relações de propriedade, mas não foi ela definitivamente quem as criou sozinha: o homem que produz em sociedade é tomado como premissa da teoria econômica, e também a deve tomar, para o jurista soviético, a Teoria Geral do Direito. Assim, a própria relação econômica de troca deve existir para que nasça a relação jurídica contratual de compra e venda. Em passagem extremamente controversa, Pachukanis alude a um *acoplamento em tese entre o “sujeito de direito” e o “sujeito econômico egoísta”, abstrato e meramente atômico*. Contudo, segundo a mencionada leitura, *está ainda a forma jurídica demasiado atrelada à forma econômica na relação contratual*, sendo que *a plena realização da forma se dá somente no litígio*: quando, por meio do processo judicial, o momento jurídico é abstraído do momento econômico<sup>29</sup>, já que o traço próprio da sociedade burguesa reside precisamente no fato de os interesses gerais se destacarem dos privados e a eles se oporem. *A relação jurídica* nos fornece, portanto, as *categorias lógicas básicas* a partir das quais podemos *caminhar* para o todo do direito sem que, por meio desse trajeto, nos percamos num pandemônio difuso e indiferenciado.

#### 4 | THOMAS HOBBS: ESTADO, DIREITO E ECONOMIA

Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência apenas como sua consciência.<sup>30</sup>

Cabe dizer, portanto: as contingências — materiais e históricas — dispostas a determinado grupo ou indivíduo têm caráter fundamental na gênese de sua apreensão do real efetivo. Com base nesses pressupostos já explicados, pretendemos analisar o pensamento jurídico-liberal à forma do contratualismo hobbesiano, i.e., propomos um estudo do direito positivo moderno — e de suas consequências no desenrolar do capitalismo

<sup>29</sup> Ibidem, p.104

<sup>30</sup> MARX; ENGELS, 2016, p.94

— presente em Hobbes a partir do momento histórico no qual o filósofo inglês estava inserido, bem como da sua biografia. Assim, visamos ao entendimento de como a metáfora do contrato social e a interpretação mecanicista da natureza humana impuseram-se triviais ao desenvolvimento do Direito Privado na sociedade civil-burguesa e ao estabelecimento de uma lógica econômica ao Estado.

Sabe-se que a figura do contrato social já estava em voga entre os intelectuais europeus do século XVII, sendo, pois, a obra hobbesiana nada original nesse aspecto<sup>31</sup>. Também não é segredo que Hobbes, nascido em Malmesbury, adotou as críticas aos métodos escolásticos do ensino religioso à época de sua formação em Magdalen Hall e as noções modernas de ciência graças ao seu interesse ímpar em física e matemática. A atividade política do filósofo inglês fê-lo, ainda, buscar exílio na França durante a guerra civil entre puritanos e monarquistas e, posteriormente, devido a seus ataques ao papado, abandonar a Cidade das Luzes.

Que nos ensina essa breve biografia? Ora, evidencia-nos imediatamente não só a inspiração direta de Hobbes para formular suas considerações de “homem-máquina”, movido por uma natureza estática que seria feita de três elementos — “competição, desconfiança e glória”<sup>32</sup> —, mas também as origens de sua explicação contratualista para o surgimento do Estado. Contudo, em uma análise mais profunda, voltando-se os olhos às circunstâncias sob as quais é feita a História, percebemos o estabelecimento teórico de dois conceitos importantíssimos para a ascensão burguesa — estes, além de gestados pelo *ancien régime*, amamentados por ele até o estopim das revoluções: *o indivíduo*, agora independente da pólis clássica, possuidor de liberdade e vida privadas, e *a igualdade formal*, mote utilizado anos mais tarde para a fixação de uma justificativa jurídica no seio da sociedade civil-burguesa.

Hobbes, apesar de não ter vivido a ascensão e o apogeu da burguesia, sem dúvidas presenciou a construção da base do capitalismo liberal, influenciando diretamente esse modelo de sociedade ao unir, de forma clara e honesta, o indivíduo e as consequências jurídicas da igualdade formal. Portanto, opôs-se não só ao *zoon politikon* aristotélico como à teologia escolástica ao afirmar que o indivíduo, axioma imprescindível da modernidade, seria anterior à comunidade. A volição desses indivíduos seria capaz de criar um homem artificial, um Estado regulador das condutas humanas<sup>33</sup> “levadas pela ambição, pelo egoísmo e pela maldade insípida à natureza”<sup>34</sup> dos próprios homens.

Tal volição, como tratado nas outras seções, não poderia ser outra senão a manifesta pelo dispositivo basilar do Direito Privado: *o contrato*<sup>35</sup>. Mas qual a substância desse pacto cujo filho é o Estado? Segundo Hobbes, é a percepção de que o exercício pleno do direito

31 Cf. MATOS, 2006, p. 12-13

32 Cf. HOBBS, 2015, p. 108.

33 Cf. HOBBS, 2015, p. 113.

34 Cf. MATOS, 2006, p. 13.

35 Cf. HOBBS, 2015, p. 113-114.

natural [*jus naturale*] perpetua a condição humana de “uma guerra de todos contra todos”<sup>36</sup>, impedindo, assim, um dos fins mais quistos pelos homens: a preservação da própria vida. Por isso, os indivíduos alienam sua liberdade em prol de uma segurança garantida pelo Estado e, conseqüentemente, de um espaço de exercício de liberdade negativa. Em outras palavras, a sociedade organizada pelo Estado caracteriza-se pela restrição de uma liberdade plena, derivada do direito natural [*jus naturale*], a favor de uma liberdade restrita, regulada, mas passível de se concretizar em acordo com os fins delegados pela razão e pelas paixões humanas<sup>37</sup>, e.g., “o medo da morte, o desejo das coisas que lhe dão conforto e a esperança de obtê-las por meio de seu trabalho”<sup>38</sup>.

Esclarece o filósofo inglês:

Da lei fundamental da Natureza, que ordena aos homens que procurem a paz, deriva esta segunda lei: o homem deve concordar com a renúncia a seus direitos sobre todas as coisas, contentando-se com a liberdade que permite aos demais, na medida em que considerar tal decisão necessária à manutenção da paz e de sua própria defesa. Se cada qual fizer tudo aquilo a que tem direito, reinará a guerra entre os homens. Entretanto, se todos os outros homens não renunciarem a seus direitos, não haverá razão para que alguém se prive daquilo a que tem direito, pois isso significaria oferecer-se como presa (ao que ninguém é obrigado), e não dispor-se à paz. Esta é a lei do Evangelho: “Tudo que queres que os outros te façam, faça-o tu a eles”, e esta é a lei de todos os homens: *Quod tibi fieri non vis, alteri ne feceris*.

HOBBS, 2015, p. 111-112.

E prossegue, explicitando que o Estado político é consequência direta de um contrato:

Um Estado é considerado instituído quando uma multidão de homens concorda e pactua que a um homem qualquer ou a uma qualquer assembleia de homens seja atribuído, pela maioria, o direito de representar a pessoa de todos eles (ou seja, de ser seu representante), todos sem exceção, tanto os que votaram a favor (...) como os que votaram contra, devendo autorizar todos os atos e decisões desse homem ou dessa assembleia de homens, como se fossem seus próprios atos e decisões, a fim de poderem conviver pacificamente e serem protegidos dos restantes homens<sup>39</sup>.

Agora se retornará à passagem que deu início à presente seção. Se é a vida o ente determinante da consciência, e não o contrário<sup>40</sup>, conclui-se: Hobbes nunca teria produzido sua *Magnum Opus* se as contingências históricas e materiais dispostas a ele não o favorecessem a tal. Contudo, a História não é uma via de mão única, mas uma relação dialética — como visto anteriormente — entre subjetividade humana e objetividade

---

36 Ibidem, p. 108.

37 “Dessa maneira, a liberdade natural (...) se transmuta em liberdade civil”. MATOS, 2006, p. 16

38 Cf. HOBBS, 2015, p. 110

39 Ibidem, p.143

40 Cf. MARX; ENGELS, 2016, p. 94

do real. Isso significa que os escritos do filósofo de Malmesbury, enquanto produtos do trabalho humano, também foram de fundamental importância para os rumos que a futura sociedade civil-burguesa tomaria, intelectual e empiricamente. Portanto, através de uma leitura jusfilosófica do *Leviatã*, as sementes hobbesianas do positivismo jurídico e da subordinação do Estado e do direito burgueses aos *interesses privados*, de matriz econômica, das quais rebentaram os espinhos do capitalismo, exemplificando assim as inferências já apresentadas nas demais seções.

Primeiramente, voltemo-nos ao *proto* juspositivismo de Thomas Hobbes a fim de mantermos uma sequência lógica de argumentos.

Um dos passos iniciais para se compreender a relação da filosofia hobbesiana com o positivismo jurídico é atentar-se à própria figura do *contrato social*, explicitada acima. Através da ideia de que os homens, por sua vontade, são capazes de estabelecer uma sociedade política de talhe estatal, Thomas Hobbes descarta a “racionalidade político-jurídica teológica, de matriz medieval, por outra de feição moderna, técnico-racionalista e laical”<sup>41</sup>. Em outras palavras, o teórico de Malmesbury define uma fronteira espessa entre direito natural [*jus naturale*]<sup>42</sup> — próprio de um período histórico *contrafactual*, anterior à sociedade e, também, regido por uma lei natural [*lex naturalis*]<sup>43</sup> da qual derivam outras duas de maior relevância — e as leis impostas pelo Estado, que, sendo “mais potente que qualquer indivíduo (...), é capaz de exigir que as leis naturais sejam cumpridas, ao mesmo tempo em que pune aqueles que as transgridem”<sup>44</sup>. Portanto, afere-se em Hobbes a atribuição de uma racionalidade instrumental e utilitarista ao homem, pois “o respeito à lei natural não se deve (...) à sua majestade intrínseca ou à sua suposta obrigatoriedade inata, mas a um cálculo interesseiro de lucro e prejuízo social”<sup>45</sup>.

Torna-se nítida, então, a supremacia das normas jurídicas positivas, i.e., criadas e aplicadas pelo Estado, sobre o direito natural [*jus naturale*]. Ora, se “a razão humana é capaz de constituir, por si só, a mecânica estrutural da comunidade” não há motivos para se pressupor elementos transcendentais cuja função seria justificar moralmente o ordenamento jurídico posto. Em outras palavras, os homens são os responsáveis pela elaboração da sociedade estatal e, conseqüentemente, das únicas normas jurídicas realmente eficazes: *o direito positivo*<sup>46</sup>.

Sobre o tema, diz Andityas Matos:

---

41 Cf. MATOS, 2006, p. 14-15

42 “O direito natural (...) é a liberdade que cada homem tem de utilizar seu poder como bem lhe aprouver, para preservar sua própria natureza, isto é, sua vida”. HOBES, 2015, p. 110-111.

43 “A lei natural (*lex naturalis*) é a norma ou regra geral estabelecida pela razão que proíbe o ser humano de agir de forma a destruir sua vida ou privar-se dos meios necessários a sua preservação”. HOBES, 2015, p. 111.

44 Cf. MATOS, 2006, p. 16

45 *Ibidem*, p. 16

46 “Ao direito positivo repugna qualquer metafísica ou consideração axiológica capaz de obscurecer os limites reais, efetivos e empíricos da experiência jurídica, que se resume no direito posto, ou seja, existente”. MATOS, 2006, p. 17

Constituído o Estado, Hobbes deixa de fazer qualquer referência ao direito natural, o que prova, uma vez mais, a sua modernidade. Com efeito, se apenas o indivíduo e não a comunidade possui direitos naturais, é inconcebível transplantá-los para a sociedade política”.<sup>47</sup>

### Mostra-nos o caráter que o Direito assume nos compostos do filósofo:

Não há lugar no sistema hobbesiano para o antigo direito natural, que fazia a ordem terrestre depender da divina (...) Tal demonstra a clarividência de Hobbes, que, séculos antes do positivismo jurídico, compreendeu que o poder político-jurídico deve monopolizar a coerção, inadmitindo qualquer ordem normativa concorrente. Com efeito, a independência entre Estado e religião que corresponde à emancipação do direito positivo em relação ao direito natural conforma uma das maiores vantagens do positivismo jurídico instituído por Hobbes e levado às últimas consequências por Kelsen<sup>48</sup>.

Expostos os argumentos que validam Thomas Hobbes como precursor do positivismo jurídico, cabe a nós relacionar essa nova guisa de se encarar o direito com o estabelecimento da lógica econômica no seio do Estado capitalista. Não é mistério que o juspositivismo levado a cabo pelas revoluções burguesas determinou uma série de invólucros jurídicos cuja função social era a de permitir e perpetuar o modo de produção agora vigente. O rompimento com o privilégio medieval, a igualdade formal entre os homens e a regulação da propriedade privada foram, sem dúvidas, elementos importantíssimos para a concretização de um sistema capaz de abranger as trocas voluntárias e as relações trabalhistas, i.e., a compra e venda da força de trabalho como mercadoria<sup>49</sup>. O repúdio ao domínio normativo clerical e à interferência generalizada do Estado na vida dos indivíduos criou uma esfera de liberdade negativa e, depois, uma subordinação da própria burocracia estatal frente à letra da lei. O Estado de Direito Liberal, expressão máxima das conquistas burguesas, nada mais é que a mostra da soberania pública enquanto títere do Direito Privado.

Como visto nas seções anteriores, “o direito nunca pode ultrapassar a forma econômica”<sup>50</sup> justamente porque a relação jurídica burguesa é a relação contratual, a lógica econômica mascarada pelo caráter político do direito, i.e., a vontade livre. Os interesses privados dos proprietários e dos possuidores de dinheiro, por constituírem-se como os interesses do próprio capital, são fatores tanto dos indivíduos quanto da sociedade civil-burguesa.

Foquemos agora, na metáfora do *contrato social* hobbesiano. A princípio, deve-se notar que o contratualismo estabelece o instrumento básico do Direito Privado, i.e., a igualdade de condições jurídicas e racionais, como o ventre da sociedade política. Mas o que essa obviedade quer dizer? Ora, que o Estado é fruto da vontade de todos, ou pelo menos da maioria, dos indivíduos que o constituem, pois esse mesmo Estado é uma *necessidade*

47 Ibidem, p.18

48 Ibidem, p.21

49 Cf. MARX, 2017b, p. 242

50 Cf. MARX, 2012, p. 31

para a sobrevivência dos homens e para a concretização dos fins delegados pela razão e pelas paixões humanas<sup>51</sup>. Portanto, o Estado torna-se um *axioma*, algo inquestionável; *não é um produto histórico*<sup>52</sup>, um filho das contingências objetivas e subjetivas dispostas na realidade. Pelo contrário: *é algo natural e eterno*<sup>53</sup> como as divindades que o juspositivismo relegou ao vale da sombra da morte<sup>54</sup>.

Com a ascensão da burguesia, a sociedade capitalista tornou-se tão indubitável quanto o Estado. A acumulação primitiva, portanto, assume o papel de “pecado original econômico”<sup>55</sup>, donde se afere uma lenda na qual há dois tipos de protagonistas incipientes: “por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais”. Assim, segundo Karl Marx, estaria justificado, aos olhos da sociedade civil-burguesa, o enriquecimento de alguns — “embora há muito tenham deixado de trabalhar”<sup>56</sup> — e a venda da força de trabalho por parte dos pobres, incapazes de enriquecer “apesar de todo seu trabalho”<sup>57</sup>.

Esta é, pois, a afirmação da lógica econômica no seio do Estado por parte da mitologia do *contrato social*: a conformidade com o *status quo*, a oposição entre natureza e História<sup>58</sup>, o ouro reluzente que esconde o sangue dos expropriados desde o século XV. Enfim, a solidificação do capitalismo através da ilusão de que o Estado, a política e o direito são necessários para que não matem uns aos outros.

## REFERÊNCIAS

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2017a.

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2016.

---

51 Cf. HOBBS, 2015, p. 110

52 Cf. MATOS, 2006, p. 23

53 “Qualquer contrato tem que prever a possibilidade de dissolução do vínculo (...) Sem dúvida, quando cumprimos nossos acordos, eles deixam de existir, já que são simples meios para se alcançar determinada finalidade. Entretanto, Hobbes acaba por transformar o instrumento em fim: o contrato social que mantém o Estado-Leviatã jamais se extingue, a não ser para dar lugar a outro”. MATOS, 2006, p. 23-24.

54 De acordo com a tradição judaico-cristã, o vale da sombra da morte era um local onde se abandonavam os leprosos à própria sorte. No Novo Testamento (Lc. 10:30-35), era o caminho que levava de Jerusalém a Jericó.

55 Cf. MARX, 2017b, p. 785

56 Idem.

57 Idem

58 Cf. MARX; ENGELS, 2016, p. 44

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2017b. v. I.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. **Thomas Hobbes, avatar do positivismo jurídico: uma leitura jusfilosófica do Leviatã**. PHRONESIS Revista do Curso de Direito da FEAD-Minas, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 9-28, jan. 2006. Disponível em: <<http://revista.fead.br/index.php/dir/article/view/241/182>>. Acesso em: 24 maio 2018.

NAVES, Márcio Bilharinho. **Marxismo e direito**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2017

# CAPÍTULO 11

## RENTABILIDADE DAS EMPRESAS LISTADAS NO NÍVEL 2 DE GOVERNANÇA CORPORATIVA NA BM&FBOVESPA

*Data de aceite: 01/06/2021*

*Data de submissão: 08/03/2021*

### **Andressa Bender**

Universidade Paranaense – UNIPAR  
Bom Jesus do Sul – PR.  
<http://lattes.cnpq.br/4796571841318220>

### **André Luiz Comunelo**

Universidade Paranaense – UNIPAR  
Francisco Beltrão – PR.  
<http://lattes.cnpq.br/8660497754295639>

**RESUMO:** O presente estudo tem como objetivo identificar o nível de rentabilidade de 14 empresas listadas no Nível 2 de Governança Corporativa na BM&FBovespa no período de 2018 e 2017. A rentabilidade de uma empresa demonstra o grau de êxito econômico obtido pela mesma, considerando o capital investido. Para tanto, a análise dos dados foi feita por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA), sendo utilizados para o cálculo como inputs valores do Patrimônio Líquido, Receita Operacional Líquida e EBITDA. Já os indicadores de Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL), Retorno do Patrimônio Líquido (ROE), Rentabilidade do Ativo (GA), Giro do Ativo (GA) e Retorno Sobre o Investimento (ROI) foram considerados como outputs. Esta pesquisa trata-se de um estudo de caso, utilizando a abordagem quantitativa para a coleta e processamento dos dados. Dentre as 14 empresas estudadas, 05 delas apresentaram eficiência máxima de rentabilidade

nos 02 períodos estudados, sendo as empresas mais rentáveis: Azul S/A.; Banco Inter S/A.; Centrais Eletricidade de Santa Catarina S/A. – Celesc; Marcopolo S/A. e Transmissora Aliança de Energia Elétrica S/A. Já a empresa Petróleo Brasileiro S/A. – Petrobrás, foi a empresa que apresentou nos 02 períodos estudados os menores resultados de rentabilidade, estes muito próximos a zero, sendo a empresa que oferece menor retorno ao capital investido. A média de rentabilidade das 14 empresas apesar dos baixos resultados das empresas Petróleo Brasileiro S/A. – Petrobrás e Banco ABC Brasil foi média alta, demonstrando que as demais empresas conseguiram proporcionar a seus investidores um bom retorno sobre o capital investido.

**PALAVRAS - CHAVE:** Mercado de Capitais, Governança Corporativa, Rentabilidade, DEA.

### **PROFITABILITY OF COMPANIES LISTED ON LEVEL 2 OF CORPORATE MANAGEMENT AT BM&FBOVESPA**

**ABSTRACT:** This study aims to identify the profitability's level of the 14 companies listed on Level 2 of Corporate Management on the BM & FBovespa in the period between 2018 and 2017. The profitability of a company shows the grade of economic success obtained by itself considering the funds invested. For this purpose, was done the data analysis through the Data Envelopment Analysis (DEA), used for the calculation as inputs values of Net Assets, Net Operating Revenue and EBITDA. The indicators of Profitability of Net Assets (PNA), Return of Net Assets (RNA), Profitability of Assets (PA), Assets Rotation (AR)

and Return about Investment (ROI) were considered as *outputs*. This research is a case study, using the quantitative approach for the capture and processing of data. Among the 14 companies studied, 05 of them showed maximum efficiency of profitability in the 2 periods studied, being the most profitable companies: Azul S / A.; Inter Bank S / A.; Plants of Electricity of Santa Catarina S / A. - Celesc; Marcopolo S / A, and Alliance's Transmission of Electric Power S/A. The Brazilian Oil Company S / A. - Petrobras, was the company that presented in the 2 studied periods the lowest profitability results, these very close to zero, being the company that offers the lowest return on invested funds. The average profitability of the 14 companies despite the low results of the Brazilian Oil companies S / A. - Petrobras and Bank ABC Brazil were medium high, demonstrating that the other companies managed to provide their investors with a good return on invested funds.

**KEYWORDS:** Capital Market, Corporate Management. Profitability, DEA.

## 1 | INTRODUÇÃO

As mudanças ocorridas no mercado econômico mundial nos últimos anos, as privatizações, bem como a criação do mercado de capitais nacional e da adesão de empresas à BM&FBovespa, propiciaram maior grau de divulgação de informação econômico-financeiras, informações estas utilizadas pelos acionistas e gestores para a tomada de decisão.

Neste contexto, surge a Governança Corporativa, com o objetivo de nortear empresas S/A. listadas na BM&FBovespa, no controle das informações por estas divulgadas, garantindo que sejam transparentes, confiáveis e relevantes aos tomadores de decisão, contribuindo para o aumento do valor de mercado das empresas e de seu nível de competitividade (LIMA JUNIOR et al, 2017).

A BM&FBovespa classifica as empresas em três níveis diferenciados de acordo com o grau de comprometimento em relação a adesão à Governança Corporativa: Nível 1, Nível 2 e o Novo Mercado. Este estudo tem como objetivo de estudo empresas listadas no Nível 2 de Governança Corporativa.

No Nível 2 de Governança Corporativa, as empresas devem adotar um conjunto amplo de práticas de governança corporativa e de direitos adicionais aos acionistas minoritários, além da emissão de ações preferenciais e ordinárias (PINTO et al, 2014).

O presente estudo procura resolver a seguinte problemática: *qual/quais das empresas listadas no Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBovespa possui (em) maior nível de rentabilidade no período analisado?* O objetivo geral consiste em identificar qual ou quais das empresas listadas no Nível 2 de Governança Corporativa na BM&FBovespa possui (em) maior nível de rentabilidade aos acionistas no ano de 2017 e 2018, identificação feita por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA).

Este tema torna-se relevante devido ao fato de os resultados do estudo serem e grande valia aos investidores e gestores, e apesar de apresentarem informações relativas

a exercícios já encerrados servem como base para a análise dos resultados já obtidos e projeções futuras para as empresas.

A análise das informações contábeis foi realizada por meio da aplicação do DEA (*Data Envelopment Analysis*). O método de análise por meio do DEA consiste em uma forma matemática para quantificar a eficiência de determinados setores (RECH; COMUNELLO; GODARTH, 2014).

Os índices utilizados para a análise dos dados no modelo DEA como *inputs*, foram o EBITDA, Patrimônio Líquido e Receita Operacional. Já como *outputs* foram utilizados os índices de rentabilidade. A rentabilidade consiste no grau de êxito econômico obtido pela empresa com relação ao capital investido (ZAGO; MELLO, 2015). Para tal, foram utilizados os índices de Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL), Retorno do Patrimônio Líquido (ROE), Rentabilidade do Ativo (RA), Giro do Ativo (GI) e Retorno Sobre o Investimento (ROI), ambos dos dois períodos analisados.

As empresas analisadas neste trabalho são empresas S/A. listadas na BM&FBovespa e pertencentes ao Nível 2 de Governança Corporativa. Os dados analisados foram dos anos de 2018 e 2017, anos em que 14 das 21 empresas listadas neste nível obtiveram lucro.

O trabalho está dividido em cinco seções. A seção dois apresentada a revisão da literatura referente ao tema abordado e a terceira seção a metodologia da pesquisa. A análise dos resultados é apresentada na quarta seção, sendo na quinta seção apresentada a conclusão do trabalho.

## 2 | REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Histórico

O processo de globalização da economia mundial bem como a desregulação econômica e os processos de privatização ocorridos com o passar dos anos ocasionaram um ambiente corporativo muito competitivo.

Como cita Ferreira (2012), a conjectura moderna e o aumento das transações econômicas, ocasionaram na geração do conflito de interesses entre as partes. Pelo fato de muitas vezes os interesses dos sócios e (ou) dos gestores executivos não estarem alinhados com o caminho mais proveitoso para a empresa, estas condições condicionaram o surgimento de um ambiente perfeito para a origem de debates sobre governança corporativa (IBGC, 2018).

Com a evolução natural do mercado econômico-financeiro ocasionado pela abertura de capital pelas empresas, bem como pelas diversas crises econômicas que ocorreram nos últimos anos, o desenvolvimento de mecanismos para atrair investidores tornou-se necessário, sendo um destes a Governança Corporativa.

## 2.2 Mercado de Capitais

Lagioia (2009), retrata o mercado de capitais como um conjunto de mercados, instituições e ativos, que possibilita a troca de recursos financeiros entre investidores e empresas, que na sua maioria são companhias abertas ou fundos de investimentos. Estas transações ocorrem, em grande parte, por intermédio de agentes financeiros.

O mercado de capitais, como afirmam Cavalcante e Misumi (2002), consiste em um sistema onde ocorre a distribuição de valores mobiliários, que objetiva dar liquidez aos títulos emitidos pelas empresas, viabilizando o processo de captação de recursos. Abrange, um conjunto de transações entre agentes poupadores e investidores, com prazo médio, longo ou indeterminado (ARAÚJO, 2015).

O mercado de capitais é composto por alguns segmentos, dentre os quais o mercado de ações, que envolve a abertura de capital da empresa no mercado primário de emissão de ações. Este fato caracteriza as empresas como Sociedades Anônimas S/A.

As ações são títulos de renda variável, garantindo ao seu detentor direito a voto ou preferência na distribuição de dividendos (ordinárias ou preferenciais) (RUDGE; CAVALCANTE, 1993).

A bolsa de valores, BM&FBovespa, é o ambiente em que são negociadas ações de forma livre e aberta, de valores mobiliários, que formam mercado de capitais nacional. A Bolsa oferece ampla gama de produtos e serviços, dentre eles negociação de ações e outros títulos, listagem de empresas, entre outros (BM&FBOVESPA, 2016).

As empresas listadas na BM&FBovespa estão submetidas ao cumprimento das obrigações previstas pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei Federal nº 6.404/96) e estão classificadas por níveis de segmentação obedecendo a padrões de elevada Governança Corporativa, que contribuem com a melhora da avaliação das companhias (ROSSAROLLA, 2009).

A BM&FBovespa inseriu no mercado acionista brasileiro a chamada nova ordem econômica, criando uma forma de classificar as empresas brasileiras com base no grau de rigidez da Governança Corporativa (MURITIBA, 2017).

## 2.3 Governança Corporativa

Nas últimas décadas, com a maior necessidade de controle de informações econômico-financeiras, a Governança Corporativa ganhou cada vez mais força, sendo adotada por empresas que buscam maior nível de transparência nas informações, como forma de melhorar a confiança entre as partes relacionadas (SILVEIRA, 2015).

A adoção das boas práticas de Governança Corporativa converge princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses entre acionistas e gestores, com a finalidade de preservar e otimizar o valor da empresa, de maneira a facilitar o acesso ao capital e contribuir para sua longevidade (PINTO et al., 2014).

A B3 (2015), define Governança Corporativa como “o conjunto de mecanismos de incentivo e controle que visam a assegurar que as decisões sejam tomadas em linha com os objetivos de longo prazo das organizações”.

Já o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2016), conceitua Governança Corporativa como um sistema adotado por empresas e organizações para que os sócios, diretoria, fisco e demais partes interessadas, consigam manter contato dirigindo, monitorando e incentivando todas as partes da entidade, bem como tais partes são geridas, inspecionadas e incentivadas.

Ao se apoiar em um conjunto de princípios, procedimentos e regras estabelecidos pelos acionistas para a melhoria da gestão empresarial, a Governança Corporativa tem como objetivo incrementar valor de mercado as empresas que a adotam, além de auxiliar no controle das informações divulgadas, para que estas sejam transparentes, confiáveis e relevantes, de modo às empresas se manterem competitivas no mercado.

A governança corporativa auxilia as empresas a atuarem de forma mais efetiva, reduzindo desta forma os riscos e facilitando o acesso ao capital. Além disso, as protegem contra a má administração (IFC - WORLD BANK, 2017). A adoção dos mecanismos de Governança Corporativa tem como objetivo a defesa do interesse de todos os investidores, sejam eles minoritários ou majoritários (SILVEIRA, 2015).

A Governança Corporativa é um modelo de gestão a ser adotado por empresas que objetivam atingir um grau diferenciado na relação com investidores e com o mercado de capitais (ARAÚJO, 2015), sendo inda que a adoção das boas práticas de Governança Corporativa facilita o acesso à recursos, contribuindo para uma boa gestão empresarial, para o bem comum das partes relacionadas e para a longevidade organizacional (IBGC, 2018).

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM implementa regras para a adoção das boas práticas de Governança Corporativa. A adoção destas boas práticas demonstra transparência e eficiência nas empresas, objetivando tornar as empresas mais fortes, valorizadas e mais eficientes, com crescimento nas vendas e redução nas despesas (PINTO et al., 2014).

No ano de 1999 foi criado o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, com o objetivo de contribuir com as empresas brasileiras para o aperfeiçoamento da governança corporativa (PINTO et al., 2014).

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2009), determina no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa o código de conduta norteador da relação entre conselheiros, diretores, sócios, colaboradores, e demais partes interessadas (*stakeholders*). Também define que conselheiros e executivos não devem praticar sua autoridade em benefício próprio ou de terceiros (ARAÚJO; BEHR, 2016).

Conforme disposto no Código das Melhores Práticas (2009, p. 15) “Os princípios e práticas da boa Governança Corporativa aplicam-se a qualquer tipo de organização,

independente do porte, natureza jurídica ou tipo de controle”. Estes princípios são: Transparência, Equidade, Prestação de Contas (*accountability*), e Responsabilidade Corporativa (PINTO et al., 2014).

## 2.4 Níveis de Governança Corporativa

Os níveis de governança corporativa foram mecanismos criados pela BM&FBovespa, considerando a necessidade apresentada pelo mercado financeiro por maior transparência na divulgação de informações, no processo de gestão das empresas e na proteção do acionista minoritário. A criação do Nível Novo Mercado, foi um marco neste processo.

Os Níveis de Governança corporativa têm como pressupostos regras de listagem diferenciadas, destinadas à negociação de ações emitidas por empresas, que se comprometem, de forma voluntária, a adotar práticas de Governança Corporativa e divulgar informações adicionais e de vanguarda em relação ao que é exigido pela legislação brasileira (PINTO et al., 2014).

As empresas que aderem aos “Níveis Diferenciados de Governança Corporativa” da BM&FBovespa conseguem maior destaque com esforços feitos na relação com investidores, apresentando maiores vantagens competitivas, conseqüentemente, valorização de suas ações (CALIL et al., 2014).

Como forma de classificar o comprometimento das empresas em relação a adesão à governança corporativa, foram criados três níveis diferenciados de governança corporativa: Nível 1, Nível 2 e o Novo Mercado, sendo o Nível 1 com menor grau de exigências e o Novo Mercado, com o maior grau (PINTO et al., 2014).

As empresas que fazem parte do Nível 1 comprometem-se, principalmente, com melhorias na prestação de informações ao mercado (transparência) e com a dispersão acionária (PINTO et al., 2014). Já as empresas listadas no Nível 2, como salientam estes mesmos autores, além da aceitação das obrigações contidas no Nível 1, a empresa e seus controladores deverão adotar um conjunto bem mais amplo de práticas de governança e de direitos adicionais para os acionistas minoritários.

No Nível Novo Mercado, além das exigências do Nível 2, as empresas deverão manter no mercado apenas ações ordinárias (que dão direito a voto), enquanto no Nível 2 as ações preferenciais também são admitidas (PINTO et al., 2014).

O Nível 1 e o Nível 2 são considerados segmentos intermediários entre o mercado tradicional ou básico da BM&FBovespa e o Novo Mercado. Estes foram criados para facilitar a adaptação gradual das companhias nos casos em que a migração direta para o nível máximo não fosse considerada viável (ARAÚJO, 2015)

Este artigo tem como objeto de estudo empresas S/A. listadas no Segmento Nível 2 de Governança corporativa da BM&FBovespa. Este nível foi criado no ano de 2014, sendo um segmento de listagem especial que possibilita a negociação de ações preferenciais bem como ações ordinárias, além de possuir práticas adicionais relativas aos direitos dos

acionistas e conselho de administração (PINTO et al., 2014).

## 2.5 Indicadores Econômicos-Financeiros

Com a transparência nas informações contábeis divulgadas pelas empresas, os gestores, acionistas e possíveis investidores podem, por meio da análise de índices de endividamento, rentabilidade e liquidez, descobrir a real situação econômico-financeira das entidades (FERNANDES, 2017). Estes indicadores influenciam as decisões dos usuários destas informações, tanto no mercado de crédito como no mercado acionário (ASSAF NETO, 2010, p. 109).

Martins, Miranda e Diniz (2014), afirmam que índices são relações entre contas das demonstrações contábeis utilizadas pelos analistas para investigar a situação econômico-financeira da empresa.

Conforme analisado por Costa et al. (2011), os acionistas possuem maior interesse pelos indicadores de desempenho, especialmente os de rentabilidade, pois quanto maiores os retornos e maior a estabilidade empresarial, melhor para o investidor.

A rentabilidade consiste no grau de êxito econômico obtido pela empresa com relação ao capital investido (ZAGO; MELLO, 2015). Os índices de rentabilidade são utilizados na avaliação do resultado das empresas, comparando medidas específicas, relacionando o lucro operacional com o valor do ativo operacional, de modo a avaliar a eficiência na gestão dos recursos próprios da empresa bem como de terceiros.

Silva et al. (2015), afirmam que a rentabilidade permite a avaliação dos lucros da empresa em relação ao número de vendas, ativo e capital investido, sendo que os recursos investidos têm por objetivo a obtenção de lucros futuros (ZAGO; MELLO, 2015).

Para a análise dos dados deste artigo serão utilizados índices de rentabilidade: RPL- Rentabilidade do Patrimônio Líquido ( $RPL = (LL / PL) \times 100$ ); ROE- Retorno do Patrimônio Líquido ( $ROE = LL / PL$ ); RA- Rentabilidade do Ativo ( $RA = (LL / AT) \times 100$ ); GA- Giro do Ativo ( $GA = (VENDAS / AT) \times 100$ ) e ROI- Retorno Sobre o Investimento ( $ROI = LL / (AC + ANC)$ ).

## 2.6 Análise Envoltória dos Dados - DEA

O modelo DEA (*Data Envelopment Analysis*) consiste em um método estatístico não paramétrico, utilizado para o cálculo da eficiência comparada das DMUs (LOPES, 2017), sendo uma fórmula matemática para medir a eficiência de índices de determinados setores ou linhas de produção (RECH; COMUNELLO; GODARTH, 2014).

As DMUs - unidades tomadoras de decisão (*Decision Making Units*), são unidades produtoras tomadoras de decisão, que quando comparadas entre si determinam o conceito de eficiência (RECH; COMUNELLO; GODARTH, 2014). Para o cálculo da eficiência relativa das DMUs, estas são divididas em *inputs* (entradas) e *outputs* (saídas), ponderadas por pesos (LOPES, 2017).

Conforme destacam Servian e Bezerra (2013), o modelo DEA atribui a cada DMU

um valor (score) que representa desempenho relativo obtido pela análise, sendo que os valores variam entre 0 e 1, ou entre 0 e 100%, sendo que as unidades eficientes apresentam valores iguais a 1 ou 100%.

Neste estudo foram utilizados como *inputs* (entradas), o EBITDA, Patrimônio Líquido e a Receita Operacional Líquida. Já como *outputs* (saídas), foram utilizados os índices de rentabilidade dos anos de 2018 e 2017.

### 3 | METODOLOGIA

A pesquisa científica é dependente de vários procedimentos intelectuais denominados métodos.

O presente estudo foi desenvolvido por meio do método descritivo. Prodanov e Freitas (2013), afirmam que por se tratar de uma pesquisa descritiva, são registrados apenas fatos já registrados, sem modificá-los. Colaborando, Gil (2008, p. 28), afirma que “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. A pesquisa possui caráter documental, pela realização de análises e coleta de dados em demonstrativos contábeis das empresas, que são documentos sem tratamento analítico ou científico (ARAÚJO; BEHR, 2016). Colaborando, Prodanov e Freitas (2013), afirmam que se trata de uma pesquisa documental que decorre dos interesses das organizações.

É ainda uma pesquisa realizada por meio de estudo de caso. Para Gil (2002, p. 55), o estudo de caso objetiva “proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados”.

Quanto a abordagem da pesquisa, classifica-se como pesquisa quantitativa, pois como afirmam Raupp e Beuren (2013, p. 92), “a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados”.

As empresas selecionadas para o estudo consistiram em empresas listadas no segmento Nível 2 de Governança Corporativa na BM&FBovespa, que por suas práticas ligadas à Governança Corporativa foram convenientes para os autores para a prática deste estudo. Foram selecionadas dentre o rol de empresas deste nível, somente as empresas que apresentaram lucro líquido nos períodos de 2018 e 2017. Portanto, a amostra conta com 14 empresas que atenderam aos requisitos para a pesquisa.

Os dados para a pesquisa foram coletados no mês de fevereiro/março de 2020. Após a coleta de dados das demonstrações contábeis do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício das empresas selecionadas, os dados foram tabulados utilizando a ferramenta Excel e analisados por meio do método quantitativo. Posteriormente foram submetidos ao cálculo no modelo DEA, para medida da eficiência dos indicadores.

Os índices utilizados no cálculo do modelo DEA como *inputs* foram o EBITDA,

Patrimônio Líquido e Receita Operacional. Já os índices utilizados como *outputs* foram os índices de Rentabilidade: Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL), Retorno do Patrimônio Líquido (ROE), Rentabilidade do Ativo (RA), Giro do Ativo (GA) e Retorno Sobre o Investimento (ROI) ambos dos períodos analisados.

#### 4 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta pesquisa tem como objetivo identificar qual/quais das empresas listadas no Nível 2 de Governança Corporativa na BM&FBovespa possui (em) maior nível de rentabilidade aos acionistas no ano de 2018 e 2017. Para obter tal resposta, as variáveis selecionadas como *inputs* e *outputs* foram aplicadas no sistema de cálculo DEA, gerando valores posteriormente classificados de acordo com seu nível de rentabilidade, conforme quadro a seguir:

<b>Classificação</b>	<b>Valor</b>
Máxima	100
Média alta	700 - 999,99
Média	400 - 699,99
Média baixa	200 - 399,99
Baixa	0 - 199,99

Quadro 1: Classificação da eficiência dos índices DEA

Fonte: Criado pelos autores

Os valores obtidos após o cálculo por meio do sistema DEA foram tabulados de modo a facilitar a visualização dos resultados das 14 empresas que compuseram o estudo.

EMPRESAS	2018	2017
Banco ABC Brasil	0,391784	0,224204
AES Tietê Energia S/A.	1,000000	0,920673
Alupar Investimentos S/A.	0,658604	0,750746
Azul S/A.	1,000000	1,000000
Banco Inter S/A.	1,000000	1,000000
Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A.	1,000000	1,000000
Energisa S/A.	0,463354	1,000000
Klabin S/A.	0,397966	0,574201
Marcopolo S/A.	1,000000	1,000000
Multiplan – Empreendimentos Imobiliários S/A.	1,000000	0,949472
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras	0,006215	0,005594
CIA Saneamento do Paraná – SANEPAR	0,584927	0,609751
Sul América S/A.	0,545229	1,000000
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S/A.	1,000000	1,000000

Quadro 2: Classificação anual das empresas pela DEA

Fonte: Dados da pesquisa

Por meio dos dados tabulados é possível visualizar que das 14 empresas que tiveram seus dados utilizados na pesquisa, 05 apresentaram eficiência máxima nos 02 períodos analisados, sendo elas: Azul S/A.; Banco Inter S/A.; Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A.; Marcopolo S/A. e Transmissora Aliança de Energia Elétrica S/A.

A empresa Petróleo Brasileiro S/A. – Petrobras, foi a empresa que apresentou os piores resultados em ambos os períodos (2018 e 2017). Os valores apresentados pela empresa demonstram que a rentabilidade tida pelos acionistas no período foi muito baixa por tratar-se de uma empresa de grande porte e prestígio, mas que nos últimos anos passa por algumas dificuldades em relação à credibilidade de seus gestores e gestão dos seus recursos.

Apesar de possuir uma enorme Receita Operacional Líquida, a maior entre todas as empresas analisadas, a Petrobras apresentou valores elevados em todas as demais contas, tanto as analisadas como *inputs* quanto *outputs*, sendo os valores quase semelhantes em se tratando de entradas e saídas, de modo a resultarem em um grau de rentabilidade muito baixo.

As empresas AES Tietê Energia S/A. e Multiplan – Empreendimentos Imobiliários S/A. apresentaram eficiência máxima no ano de 2018, apresentando no ano de 2017 eficiência acima de 0,900000. Já a empresa Energisa S/A. apresentou eficiência máxima no ano de 2017, sendo que no ano de 2018 teve a eficiência média, tendo tido uma queda expressiva no nível de rentabilidade aos acionistas e demais interessados de um exercício

a outro. Estas empresas constituem-se como empresas intermediárias no que se refere a rentabilidade sobre o capital investido.

Nos períodos analisados (2018 e 2017), 07 empresas em cada ano apresentaram nível máximo de rentabilidade. Os menores níveis de rentabilidade ocorreram no ano de 2017, sendo o mais baixo nível apresentado pela empresa Petróleo Brasileiro S/A. – Petrobras, seguida pela empresa Banco ABC Brasil. Considerando a média dos resultados dos níveis de rentabilidade das empresas analisadas, o ano de 2017 foi o que apresentou maior média.

Conforme os resultados obtidos por meio do modelo DEA, as empresas foram classificadas de acordo com seu nível de eficiência (quadro 1).

<b>EMPRESAS</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Banco ABC Brasil	Média Baixa	Média Baixa
AES Tietê Energia S/A.	Máxima	Média Alta
Alupar Investimentos S/A.	Média	Média Alta
Azul S/A.	Máxima	Máxima
Banco Inter S/A.	Máxima	Máxima
Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A.	Máxima	Máxima
Energisa S/A.	Média	Máxima
Klabin S/A.	Média Baixa	Média
Marcopolo S/A.	Máxima	Máxima
Multiplan – Empreendimentos Imobiliários S/A.	Máxima	Média Alta
Petróleo Brasileiro S/A. – Petrobras	Baixa	Baixa
CIA Saneamento do Paraná – SANEPAR	Média	Média
Sul América S/A.	Média	Máxima
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S/A.	Máxima	Máxima

Quadro 3: Classificação pelo nível de rentabilidade das empresas pela DEA

Fonte: Dados da pesquisa

As empresas Azul S/A.; Banco Inter S/A.; Centrais Eletricidade de Santa Catarina S/A. – Celesc; Marcopolo S/A. e Transmissora Aliança de Energia Elétrica S/A., apresentaram eficiência máxima nos 02 anos (2018 e 2017), sendo que o capital nelas investido trouxe um bom e constante nível de retorno ao investidor.

Como analisado anteriormente, as empresas AES Tietê Energia S/A.; Alupar Investimentos S/A. e Multiplan - Empreendimentos Imobiliários S/A. apresentaram bons níveis de rentabilidade em apenas 01 ano, mas ainda assim são bem atrativas, pois possuem uma boa rentabilidade sobre o capital investido.

No ano de 2018 as empresas Alupar Investimentos S/A.; Energisa S/A.; CIA

Saneamento do Paraná – SANEPAR e Sul América S/A. apresentaram nível médio de rentabilidade. Já no ano de 2017 as empresas Klabin S/A. e CIA Saneamento do Paraná – SANEPAR apresentaram nível médio de rentabilidade. O fato de apenas 02 empresas no ano de 2017 e 04 empresas no ano de 2018 possuírem nível médio de rentabilidade, contribuíram de forma determinante para que o ano de 2017 apresentasse maior média de rentabilidade anual.

O Banco ABC Brasil apresentou média baixa nos 02 períodos analisados, sendo a segunda empresa com menor rentabilidade do capital investido.

A empresa Petróleo Brasileiro S/A. – Petrobras, foi a que apresentou os piores níveis de rentabilidade nos 02 períodos analisados, níveis estes muito próximos a zero, o que não atrai muitos investidores, pois esses desejam a maximização do capital investido, maior rentabilidade em menor tempo, o que esta empresa não consegue oferecer.

## 5 | CONCLUSÃO

Buscando a identificação da (s) empresa (s) com maior (es) nível (is) de rentabilidade aos acionistas, este estudo analisou por meio do modelo DEA, 14 empresas listadas no segmento Nível 2 de Governança Corporativa no ano de 2018 e 2017.

Conclui-se que as empresas Azul S/A.; Banco Inter S/A.; Centrais Eletricidade de Santa Catarina S/A. – Celesc; Marcopolo S/A. e Transmissora Aliança de Energia Elétrica S/A., apresentaram eficiência máxima nos 02 períodos analisados, sendo as que proporcionam maior rentabilidade ao capital aplicado pelo investidor.

A empresa Petróleo Brasileiro S/A. – Petrobras, foi a que apresentou os piores níveis de rentabilidade nos 02 períodos analisados, necessitando com urgência rever alguns pontos fundamentais como custo das mercadorias, despesas operacionais e despesas financeiras, entre outros, de modo a conseguir melhorar o resultados de seus índices de rentabilidade afim de atrair maior número de investidores, proporcionando crescimento da empresa e rentabilidade maior a seus investidores.

As empresas que apresentaram eficiência máxima nos anos de 2017 e 2018 tiveram bons resultados nos indicadores de RPL E ROI, sendo que houve pouca variação entre o RPL das empresas Azul S/A.; Banco Inter S/A. e Centrais Eletricidade de Santa Catarina S/A. – Celesc; Marcopolo S/A. A empresa Transmissora Aliança de Energia Elétrica S/A. teve seu indicador de RPL e ROI mais elevado do que as 4 empresas que obtiveram eficiência máxima, sendo que os demais indicadores analisados compensaram tal diferença.

Em relação ao indicador ROI, também se obteve pouca variação deste resultado entre as empresas, mostrando que há um equilíbrio entre tais indicadores e os demais, tendo como consequência estas 5 empresas obtendo eficiência máxima nos 2 períodos analisados. Considerando o indicador EBITDA as empresas Azul S/A.; Banco Inter S/A. e Centrais Eletricidade de Santa Catarina S/A. – Celesc; Marcopolo S/A. tiveram resultados

negativos neste indicador ou positivos bem baixos. Já a empresa Transmissora Aliança de Energia Elétrica S/A. apresentou EBITDA bem maior que as 4 empresas em comparação, apresentando no ano de 2018 valor na casa dos 7 dígitos, e em 2017 valor na casa dos 6 dígitos. A empresa Petróleo Brasileiro S/A. – Petrobras, apresentou os maiores resultados de EBITDA nos 2 períodos entre as 14 empresas analisadas, no ano de 2018 com resultado na casa dos 8 dígitos e em 2017 na casa dos 7 dígitos. As demais empresas que apresentaram rentabilidade média e média alta apresentaram variação maior nos resultados dos indicadores analisados.

O indicador EBITDA foi o indicador que mais influenciou o resultado e a classificação das em níveis de eficiência. A média de rentabilidade das 14 empresas analisados foi média alta em ambos os anos base para este estudo.

Portanto, conclui-se que apesar das empresas Petróleo Brasileiro S/A. – Petrobras e Banco ABC Brasil apresentarem baixa e média baixa respectivamente, e contribuírem para a queda na média das rentabilidades anuais, as demais empresas apresentam bom nível de retorno sobre o capital investido, além das vantagens de estarem listadas no segmento Nível 2 de Governança Corporativa.

## REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ARAÚJO, A.T.F. de. **Indicadores de rentabilidade: uma análise econômico-financeira sobre as demonstrações contábeis da indústria Romia S/A**. Universidade Federal do Pará, 2015.

ARAÚJO, A.O.; BEHR, A. **Análise do código de conduta das instituições financeiras da BM&FBovespa à luz das recomendações do Instituto brasileiro de Governança Corporativa**. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2016.

CALIL, J. F.; GIRIOLI, L. S.; SOUZA, E. F. S.; NOGUEIRA, I. V. **Análise da criação de valor de empresas listadas na BM&F BOVESPA nos diferentes níveis de governança corporativa no período de 2008 a 2012**. Revista de Administração da UNIMEP. V. 12. Piracicaba, 2014.

CAVALCANTE, F; MISUMI, J. Y. **Mercado de Capitais**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

**Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**, Ed. 4, São Paulo, 2009. Disponível em <http://www.ibgc.org.br>. Acesso em 27 fev. 2020.

COSTA, L.G. T. A.; LIMEIRA, A. F. F.; GONÇALVES, H. M.; CARVALHO, U. T. **Análise econômico-financeira de empresas**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

FERNANDES, N. R. de S. **Rentabilidade e Liquidez: uma análise financeira das empresas do setor de agricultura**. Universidade Federal de Uberlândia – UFU, 2017.

FERREIRA, R. DO N. **Governança corporativa e desempenho: uma análise em empresas brasileiras de capital aberto**. 276 p. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2012.

GIL, A. C. **Pesquisa Social**. São Paulo: Contexto, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGC. **Instituto Brasileiro de Governança Corporativa**. 2009. Disponível em: <[www.ibgc.org.br](http://www.ibgc.org.br)>. Acesso em: 02 mar. 2020.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. São Paulo, SP: IBGC, 2015.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das melhores práticas de governança Corporativa**. 5.ed, São Paulo, 2016.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Origens da Governança Corporativa**. 2018. Disponível em: <https://www.ibgc.org.br/governanca/origens-da-governanca>. Acesso em: 08 fev. 2010.

**International Finance Corporation** – World Bank Group (2017). Governança Corporativa América Latina e Caribe.

LAGIOIA, U. C. T. **Fundamentos do mercado de capitais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LIMA JUNIOR, C.A.M., MACEDO, L.A.F., SOARES, K.P., OLIVEIRA, S.D. de. **Governança Corporativa como Estratégia de Combate às Fraudes: Estudo de Múltiplos Casos em Empresas do Brasil e EUA**. 3º Congresso UnB de Contabilidade e Governança. Brasília, DF., 2017.

LOPES, M. A. S. **Eficiência dos gastos públicos: análise nas regiões de saúde do Estado de Minas Gerais**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. 137 p. Disponível em:< [www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/.../publico/CorrigidaMariaAparecida.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/.../publico/CorrigidaMariaAparecida.pdf)>. Acesso em: 13 fev. 2020.

MARTINS, E.; DINIZ, J. A. MIRANDA, G. J. **Análise avançada das demonstrações contábeis: uma abordagem crítica**. São Paulo: Atlas, 2012.

MURITIBA, L. **Interface entre a Governança Corporativa e as estatais: análise bibliométrica**. 2017. Disponível em:< <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/5125/3255> >. Acesso em: 19 fev. 2020.

PINTO, A. G. C., PARTALA, L., PATRZYK, V., CORDEIRO, C.M.R. **Governança Corporativa e as normas internacionais de contabilidade**. 2014. Disponível em:< [https://www2.crcpr.org.br/uploads/arquivo/2014\\_07\\_22\\_53ceb2a406bd6.pdf](https://www2.crcpr.org.br/uploads/arquivo/2014_07_22_53ceb2a406bd6.pdf) >. Acesso em: 22 fev. 2020.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª edição ed. Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul - Brasil: Editora Feevale, 2013. 277 p.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais**. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.) Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 76-97.

RECH, A. T.; COMUNELLO, A. L.; GODARTH, K. A. L. **Análise da eficiência dos gastos públicos na educação fundamental dos municípios do sudoeste do estado do Paraná**. XXXVIII ANPAD. Rio de Janeiro, RJ, 13 a 17 setembro de 2014. Disponível em:<[www.anpad.org.br/admin/pdf/2014\\_EnANPAD\\_APB1865.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_APB1865.pdf)>. Acesso em: 23. fev. 2020.

ROSSAROLLA, B. C. **A Governança Corporativa como estratégia para a gestão empresarial**. Universidade do Vale do Itajaí, 2009.

RUDGE, L. F.; CAVALCANTE, F. **Mercado de Capitais**. Belo Horizonte: Ação, 1993.

SAVIAN, M. P. G.; BEZERRA, F. M. **Análise de eficiência dos gastos públicos com educação no ensino fundamental no estado do Paraná**. Economia & Região, Londrina, PR, v.1, n.1, p.26-47, jan./jul. 2013. Disponível em:<[www.uel.br/revistas/uel/index.php/ecoreg/article/download/12963/12458](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ecoreg/article/download/12963/12458)>. Acesso em: 11 fev. 2020.

SILVA, E. H. D. R.; LIMA, E. P.; COSTA, S. E. G.; SANT'ANNA, A. M. O. **Análise comparativa de rentabilidade: um estudo sobre o Índice de Sustentabilidade Empresarial**. Gestão & Produção, São Carlos, v. 22, n. 4, p. 743-754, 2015.

SILVEIRA, A. D. M. da. **Governança corporativa, desempenho e valor da empresa no Brasil**. 2005. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

Silveira, A. D. M. da. **Governança Corporativa no Brasil e no Mundo: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

ZAGO, C.; MELLO, G. R. **A influência da liquidez na rentabilidade das empresas listadas no Índice Bovespa**. Revista de Contabilidade e Controladoria, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 27-40, mai./ago. 2015.

# CAPÍTULO 12

## AS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS EM UM CENÁRIO DOMINADO PELA MUDIATIZAÇÃO: O MOVIMENTO FEIRA COLETIVO CULTURAL

Data de aceite: 01/06/2021

Data de submissão: 19/04/2021

**Daniela Costa Ribeiro**

Faculdade Anísio Teixeira, Colegiado de  
Comunicação Social  
Feira de Santana, Bahia  
<http://lattes.cnpq.br/0677260295721103>

**Fabiola Barbosa Pinheiro**

Universidade Federal do Recôncavo Baiano,  
Departamento de Comunicação  
Cachoeira, Bahia  
<http://lattes.cnpq.br/9007055285848492>

**RESUMO:** Esse artigo tem por objetivo analisar as implicações da atuação de movimentos sociais na área cultural, aqui exemplificado pelas ações do Feira Coletivo Cultural (FCC), em um cenário contemporâneo marcado pela midiáticação e a diminuição de espaços locais dedicados a veiculação da cultura local. Para tanto, busca-se compreender a importância do movimento FCC para a cidade de Feira de Santana - BA, demarcando o que já foi realizado pelo movimento em prol do desenvolvimento da cultura local. Utiliza-se como referência metodológica a revisão bibliográfica com apresentação de estudo de caso. Trata-se de uma pesquisa em andamento, cujos resultados preliminares são as análises aqui apresentadas em torno dos referenciais teóricos analisados, nomes como Castells, Thompson, Martino, Barbero e Sodré.

**PALAVRAS - CHAVE:** Comunica o; Cultura; M dia; Feira Coletivo Cultural.

ARTISTIC AND CULTURAL  
MANIFESTATIONS IN A SCENARIO  
DOMINATED BY MEDIATIZATION:  
THE MOVEMENT OF THE CULTURAL  
COLLECTIVE FAIR

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the implications of the performance of social movements in the cultural area, exemplified here by the actions of the Cultural Collective Fair (FCC), in a contemporary setting marked by mediatization and the reduction of local spaces dedicated to the transmission of local culture. Therefore, we seek to understand the importance of the FCC movement for the city of Feira de Santana - BA, demarcating what has already been accomplished by the movement in favor of the development of local culture. The bibliographic review with the presentation of a case study is used as a methodological reference. This is an ongoing research, whose preliminary results are the analyzes presented here around the theoretical references analyzed, names like Castells, Thompson, Martino, Barbero and Sodr .

**KEYWORDS:** Communication; Culture; Media; Cultural Collective Fair.

### 1 | INTRODU O

Na contemporaneidade,   possível notar como as m dias impactam nos modos de desenvolvimento social. A informa o midiaticada   um fator preponderante na

formação do tecido sociocultural. Porém, essa informação que nos chega através das mídias (rádio, tv, internet) vem permeada de sentidos, simbologias, significados. Servem à disseminação de ideologias já pré- estabelecidas no modus operandi do sistema global de consumo. E em meio a discursos de utilidade pública, bem público social e relações de poder, construímos um sistema social cuja base está alicerçada na informação. Entender isso é compreender o sistema comunicativo contemporâneo: global, ubíquo e multicultural.

Na sociedade contemporânea, em que tudo está baseado nos produtos midiáticos e na midiáticação, qual o espaço destinado para as novas manifestações artísticas e culturais? Manifestações estas que, em muitos casos, são representativas de grupo minoritários e que, por essa razão, não fazem parte de uma pauta de interesses midiáticos.

Foi para dar voz a este questionamento que nasceu o movimento Feira Coletivo Cultural (FCC). Este artigo busca apresentar o movimento fundado na cidade de Feira de Santana - Bahia, como uma organização que exerce um papel fundamental para a proliferação de espaços culturais heterogêneos e contribui assim para que a população feirense possa conhecer e prestigiar artistas locais, valorizando traços da sua cultura.

O objetivo aqui proposto portanto, é analisar a atuação do movimento Feira Coletivo Cultural, na cidade de Feira de Santana – Bahia, em um cenário contemporâneo marcado pela midiáticação e a diminuição de espaços locais dedicados a veiculação da cultura local. Para tanto, busca-se compreender a importância do movimento FCC para a cidade de Feira de Santana, demarcar o que já foi realizado pelo movimento em prol do desenvolvimento da cultura local, identificar as características do processo de midiáticação em cidades de pequeno porte, que já não oferecem tantas oportunidade de entretenimento artístico-cultural e relacionar de que modo todo esse cenário está inserido no campo teórico da comunicação, ao aproximarmos a temática aqui trabalhada com a Indústria Cultural e os movimentos de Contracultura.

Para tanto, adota-se alguns procedimentos metodológicos para análise e coleta de dados. Trata-se aqui de uma pesquisa em andamento, fruto de estudos preparatórios para a pós-graduação strictu sensu em Comunicação e Sensibilidades, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Quanto à sua finalidade, essa é uma pesquisa aplicada, “voltada à aquisição de conhecimento com vistas à aplicação numa situação específica” (GIL, 2010, p. 27), com utilização de estudo de caso, que é o movimento Feira Coletivo Cultural.

Quanto aos procedimentos, foi utilizada a revisão bibliográfica para que pudéssemos compreender o que já tinha sido produzido sobre o tema, nos aprofundarmos nos estudos aqui propostos e explorar as vertentes de desenvolvimento aqui indicadas.

A pesquisa bibliográfica será fundamental para levantar informações sobre temas que se correlacionam ao movimento, sendo esses a mídia, a cultura e a sociedade, e assim, compreender melhor seus aspectos, pois através da pesquisa bibliográfica segundo Cervo (2007, p.60) “busca-se conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema”, além de direcionar a explicação

de um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses.

O artigo é baseado nos principais temas que envolvem a arte e a cultura, assim é possível compreender o cenário em que a sociedade moderna se encontra. Para isso, é preciso considerar a forte presença da mídia e o seu papel de informar e comunicar. Para fundamentar a pesquisa serão utilizados autores que abordam esses assuntos de forma clara e ampla, dentre eles estão Jesús Martins Barbero, Luís Mauro de Sá Martino, Pedro Gilberto Gomes e Carlos Renan Samuel Sanchothene.

## **2 | O MOVIMENTO FEIRA COLETIVO CULTURAL**

O movimento FCC surgiu em 2009, a partir do desejo de um grupo de pessoas que buscavam construir uma concepção alternativa de produção cultural. O principal objetivo é movimentar o cenário cultural feirense através do incentivo e valorização do trabalho de artistas independentes e alternativos.

Sendo assim, o FCC busca profissionalizar os protagonistas das artes, entendendo que é preciso construir uma luta que também é política, que envolve a valorização das pessoas, a transformação das formas de viver e ver o mundo para que haja experiências coletivas mais profundas, baseada no respeito e não na exploração de um indivíduo pelo outro. O movimento também busca modificar as formas de organização da cultura implantadas pelo cenário político, já que este ainda enxerga o eixo sul-sudeste como os grandes centros produtores de cultura.

Nesse contexto, o intuito do FCC é abrir novas demandas de produção cultural que saiam do eixo sul-sudeste, e caminhem rumo aos interiores de Brasil, neste caso específico, rumo à Feira de Santana, trazendo à tona toda a diversidade do cenário cultural local e colocando a cultura como aporte para o desenvolvimento social local, e não somente como um mero produto a ser comercializado, consumido e descartado.

Segundo o Feira Coletivo, o trabalho é motivado pela solidariedade, na perspectiva do trabalho coletivo com decisões estendidas, em que se opta por produzir eventos que integram as artes e priorizam expressões não hegemônicas, aquelas que não são privilegiadas pela grande mídia e produtoras no estado baiano. A ideia apresentada pelo movimento é exatamente abrir oportunidades para novos artistas e projetos culturais a fim de gerar conteúdo na área de cultura local para a sociedade feirense.

O FCC desenvolve diversos projetos, como festivais de música e arte e eventos de pequeno porte. Um dos principais é o Feira Noise, que teve sua primeira edição em 2009. Esse festival reúne as diversas manifestações artísticas, com apresentações e oficinas, que incluem música, literatura, artes plásticas e outras. O Feira Noise é um evento aberto ao público e gratuito, com exceção dos shows que ocorrem em uma parte da programação, no qual é cobrado um valor pelo ingresso. O Feira Coletivo não recebe incentivos culturais

. Somente em uma edição passada do Feira Noise, o CFF conseguiu aprovação em um dos editais de cultura da Lei Rouanet. O festival já está em sua 8ª edição e a proposta é que o mesmo continue a acontecer nos próximos anos.

Atualmente o Feira Coletivo é composto por produtores culturais, comunicadores, designers, artistas e profissionais de diversas áreas, ainda assim, o movimento continua em busca de parcerias com outros pontos de linguagem também independentes que atuam em áreas como a dança ou o cinema.

### **3 | A COMPLEXA RELAÇÃO ENTRE COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA**

Para analisar a sociedade e a sua comunicação é preciso levar em consideração um fator intrínseco da mesma, a cultura, um termo que possui múltiplos conceitos e significados.

A concepção de cultura baseada no conceito alemão Kultur, a considera como “produtos intelectuais, artísticas e espirituais nos quais se expressavam a individualidade e a criatividade das pessoas” (THOMPSON, 2007, p. 168), que como consequência, tornam-se características da sociedade como um todo; Por isso, a cultura se baseia em “um complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (TYLOR, 1871 apud LARAIA, 2001, p. 28.)

Na perspectiva de Barbero (1997), não é possível examinar a cultura em sua simples dimensão de enunciado, pois a mesma funciona como um momento da construção do sujeito individual e coletivo. Para ele, a cultura requer ser avaliada em função de sua recepção, das apropriações e dos desvios que ela proporciona, considerando a comunicação que existe na sociedade, já que “a cultura e a comunicação formam uma estranha parceria.

Uma não se constitui nem se explica sem a outra.” (CAUNE, p. 37, 2008), a partir dessa associação, é possível notar como os fatos da cultura e os modos de comunicação têm relações entre o indivíduo e sociedade, pois é por meio dela que a cultura e comunicação se manifestam.

É através dessa relação que se origina as manifestações culturais, que é a maneira encontrada pela sociedade para expor os pensamentos relativos à própria cultura. São consideradas a voz social, uma maneira subjetiva do ser humano transpor seu interior, o que pensa ou o que sente, através das expressões que podem ser artísticas, como as artes cênicas, literária, musical, dança e diversas outras. Portanto, as manifestações culturais são formas que o indivíduo e a sociedade encontram para comunicarem-se uns com os outros a própria cultura, de forma a fazê-la ser vista por todos.

Ao analisar as manifestações artísticas e culturais, nos deparamos com a cultura de massa, que começou a ser explanada a partir das pesquisas desenvolvidas nos Estados Unidos sobre mídia, intituladas de Mass Communication Research, entendida como as

pesquisas acerca da disseminação de informações em meios que atingem um grande número de receptores ao mesmo tempo. Segundo Barbero (1997, p.59), “a cultura de massa é a primeira a possibilitar a comunicação entre os diferentes estratos da sociedade”, isso porque a cultura se torna homogênea, gerando então a comunicação entre pessoas de diferentes classes e estilos.

As primeiras críticas que apareceram diante essa tema presumem a comunicação de massa como um impacto negativo na sociedade. Segundo Thompson (2011), as críticas identificavam a cultura de massa como “um tipo de cultura homogênea e branda, que diverte sem desafiar, que prende a atenção sem ocupar as faculdades críticas, que proporciona gratificações imediatas sem questionar os fundamentos dessa gratificação” (THOMPSON, 2011, p. 51).

Nesse sentido, a cultura de massa surge como um conjunto de crenças, costumes, atividades e expressões voltadas para a multidão. Essa cultura tem como objetivo igualar as manifestações artísticas e culturais e transformá-las em produtos para serem comercializados, “bens ou produtos culturais passaram a ser produzidos, em série e distribuídos em larga escala, sempre com fins lucrativos e mercantis” (BACCEGA, 2008, p. 135).

É observado que as manifestações artísticas e culturais só ganham espaços na mídia se as mesmas gerarem lucro e atenderem a objetivos específicos dentro das relações de poder estabelecidas pelos meios de veiculação de informações midiáticas. Isso acontece a partir de um processo conhecido como indústria cultural, que conceitua os efeitos das mídias de massa em um mundo globalizado e tecnológico como algo prejudicial à autonomia social.

O termo indústria cultural foi usado pela primeira vez em estudos de Adorno e Horkheimer, fundadores da Escola de Frankfurt, ao perceberem que “a cultura era criada conforme as exigências de um modelo empresarial de produção” (MARTINO, 2010, p. 25), na qual a produção da arte se desenvolve a partir de elementos que agradam a massa. Segundo Martino (2010), a indústria cultural se caracteriza pelos conjuntos das instituições sociais veiculadas a produção e distribuição de bens simbólicos, isto é, a arte deixa de ser arte para se tornar um produto, na qual o lucro orienta a produção, e o espaço da criação individual é eliminado em virtude da produção coletiva.

“O artista criador é substituído pela linha de produção, com uma divisão do trabalho cultural em partes mais e mais compartimentadas. A imaginação e o ato criador são adaptados às exigências da produção. Fórmulas e modelo substituem a espontaneidade e os padrões tomam lugar da inovação. Há pouco espaço para a novidade na indústria cultural: qualquer coisa que coloque em risco o lucro é uma ameaça.” (MARTINO, 2010, p. 49).

Assim, “a “indústria cultural” passava a significar o conjunto de mecanismos e operações através dos quais a criação cultural se transforma em produção” (BARBERO,

1997, p.81), de forma a adaptar as produções artísticas o quanto for necessário em nome do sucesso imediato e do lucro. É a partir dos processos da indústria cultural que surge o que classifica-se aqui como sociedade midiaticizada.

#### **4 I DA MÍDIA À MÍDIATIZAÇÃO: A SOCIEDADE MÍDIATIZADA**

O cenário vivido hodiernamente é dominado pelo processo midiático, em que a sociedade fundamenta toda a sua organização e estrutura em torno das mídias e em tudo que ela proporciona. Para compreender melhor esse cenário é preciso inicialmente entender o que é mídia. Essa palavra é derivada do latim “media”, plural de “medium” que significa meio. Esse termo foi incorporado também pelos Estados Unidos, na qual a pronúncia é “mídia”, termo esse que, por sua vez, difundiu como sinônimo de cada meio em particular, como na publicidade, que se refere à mídia como impressa, mídia televisionada, mídia eletrônica e outros.

A mídia tem grande impacto no indivíduo e na sociedade como um todo, isso porque ela desempenha o papel de enunciadores da informação, “nela se percebe um processo de significação que contempla a construção do discurso nas suas diversas configurações – tanto construções verbais como não verbais (por imagens, gestos e ações)” (GOMES, 2016). A mídia escolhe determinados conceitos nos quais elabora um processo enunciativo que permite a comunicação com e para a sociedade.

Em uma sociedade dos meios, as mídias estão em contato com os demais campos sociais, portanto:

“Coloca-se a serviço de uma organização de uma processualidade interacional com autonomia frente aos outros campos; já na sociedade midiaticizada, o que predomina é a cultura midiática, convertida em referência sobre a qual a estrutura sociotécnica- discursiva se estabelece, produzindo zonas de afetação em vários níveis da organização e da dinâmica da própria sociedade.” (SANCHOTENE, 2009, p. 251)

Na sociedade contemporânea, a mídia atua como articuladora social, promovendo o diálogo entre diversos campos sociais, já que “os campos sociais necessitam da mídia para garantir visibilidade frente à esfera pública e a mídia necessita dos demais campos para colocar em prática sua visibilidade” (SANCHOTENE, 2009, p. 251). É a partir dessa troca de necessidades e no “fato das mídias serem o ponto de contato entre várias dimensões da vida humana” (MARTINO, 2014, p. 235) que a midiaticização dialoga com o cenário da comunicação.

Nesse contexto, a midiaticização surge para transformar as estruturas nos campos sociais, isso advém da sua interposição na sociedade e o modo como a atua, aproveitando-se de estratégias para tornar públicos os fatos dos demais campos. Segundo Martino (2014), a midiaticização tem a ver com o fato das mídias ocuparem um lugar central nas experiências cotidianas.

A midiatização tornou-se assim, fundamental para descrever a sociedade atual e como os vínculos comunicativos se estabelecem. O conceito proposto por Hjarvard (2012) apud Martino (2014) considera a midiatização como um processo em que a sociedade vai se tornando gradualmente dependente da mídia, visto que elas estão cada vez mais integradas nas operações das instituições sociais.

Sendo assim, a “midiatização é uma ordem de mediações socialmente realizadas no sentido da comunicação entendida como processo informal, [...] caracterizada por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível” (SODRÉ, 2002, p. 21), com isso, a comunicação midiática se torna resultado da união dos dispositivos tecnológicos e condições de produção e recepção da mensagem.

Através da midiatização é possível delinear o processo de extensão dos diferentes meios técnicos e considerar as correlações entre a mudança comunicativa dos meios e a mudança sociocultural. Segundo Gomes (2016), o processo de midiatização revela as mudanças no modo de pensar e nos modelos culturais que reconfiguram as experiências identitárias com base na interação social e com os meios. Pois, a identidade é construída através dessa interação, a pessoa é um indivíduo que se autocompreende como um ser que possui relações e conexões com os produtos tecnológicos da comunicação.

Nessa perspectiva, a sociedade da midiatização se constitui como o cerne cultural onde os diversos processos sociais acontecem, “a mídia ocupa um lugar de destaque, redefinindo o modo como às coisas são feitas no cotidiano” (MARTINO, 2014, p.239). É um novo modo de ser/estar no mundo, como dito anteriormente, que caracteriza a sociedade atual. As inter-relações recebem uma carga de sentido que as coloca numa dimensão totalmente nova, na qual, é distinta em relação ao modo de ser na sociedade até então.

Percebe-se, portanto, como é relevante, dentro desse novo espaço contemporâneo de construção de sociabilidades, estar na mídia. É a partir dela que os diálogos sociais são estruturados, disseminados e culturalmente aceitos no tecido social. Partindo desse pressuposto, entendemos assim que as manifestações culturais locais precisam de espaço e visibilidade nesses aparatos sociais: precisam ser vistos a partir também das grandes mídias. É possível que, a partir de um reconhecimento social de importância de grupos como o FCC, pautas que antes eram facilmente negligenciadas por veículos midiáticos comerciais comecem a ser trabalhadas a partir de uma demanda social que se manifesta e dialoga, estabelecendo assim fluxos informativos de troca e conectividade, característicos do cenário da cibercultura.

A abertura desses espaços é importante para a disseminação de traços culturais locais e o fortalecimento do sentimento de valorização e pertencimento de grupos minoritários. A internet, como uma autêntica mídia contemporânea, serve muito bem a esses propósitos e colabora, a partir da sua arquitetura aberta e em rede, para que espaços dessa natureza sejam criados, reconfigurando, inclusive, a tradicional ideia de mídia de massa e a sua importância no cenário cultural do século XXI.

## 5 I AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS MIDIÁTICAS E O FORTALECIMENTO DA CULTURA LOCAL

Os teóricos da Teoria Crítica da Comunicação – notadamente os da Escola de Frankfurt – foram habilidosos em caracterizar uma divisão ocorrida na conceituação da cultura: delimitaram o que chamaram de alta cultura e baixa cultura ou cultura popular. Como alta cultura caracterizaram o tipo de conhecimento letrado, complexo e que não estava acessível a um grande número de pessoas. Já a baixa cultura, ou cultura popular, denominaram as formas de reprodução de bens e produtos que não exigiam um certo grau de complexidade na sua produção/ execução, e por isso poderiam ser mais facilmente produzidos e comercializados (MARTINO, 2010).

Essa distinção é fundamental para delimitarmos aqui a caracterização de cultura que é propagada massivamente pelos aparatos midiáticos. Ávidos por audiência e consumo, a mídia, notadamente a de massa, confere um tratamento superficial e de fácil entendimento da informação que está sendo transmitida. Segundo Botelho (2012), para compreender e estabelecer uma relação entre a mídia e a cultura popular é preciso considerar três tipos de interação:

“A mídia enquanto divulgadora: se configura na mídia que realiza a divulgação de determinada manifestação, bem como a cobertura da mesma, que tem o objetivo de mostrar ao seu público um pouco da cultura popular;

A mídia participante: aquela que se insere na manifestação, seja por meio de direitos adquiridos para transmissão, seja como patrocinadora, e que tem a função de agendar a manifestação no cotidiano do seu público;

A mídia espetacularizadora: atua como a mídia que busca o “bom selvagem” e evidencia os estereótipos, o exótico, tratando a manifestação como um grande circo de horrores” (BOTELHO, 2012).

É considerável a atuação da mídia nas questões de manifestações culturais, porém é preciso também tornar claro que a relevância de qualquer das três relações estabelecidas acontece principalmente pela questão financeira. Como empresas comerciais, é a geração de lucro o motor de toda a sua estrutura. Diante disso, Canclini (2008) conclui que “a mídia se transformou, até certo ponto, na grande mediadora e mediatizadora e, portanto, em substituta de outras interações coletivas.” (CANCLINI, 2008, p. 289). É ela quem dita o que a sociedade irá ver e apreciar.

No passado, as produções culturais e artísticas eram direcionadas para públicos específicos que pertenciam à alta classe social e grupos nobres. Somente tais grupos podiam usufruir destas produções. A cultura então pertencia aos detentores do conhecimento.

Aqueles que não integravam esse grupo eram considerados ignorantes, como “um acordo unilateralmente endossado e efetivado sob a direção exclusiva recém-formada da

classe instruída” (BAUMAN, 2013, p. 13). Isso significa que a cultura era um instrumento a serviço da construção da nação e da manutenção do status, reproduzindo uma sociedade dominada. Com o fortalecimento da indústria cultural, esse processo de dominação da cultura e da sociedade mudou e a arte então passou a ser mais amplamente difundida e um maior número de pessoas, de diferentes classes sociais, passaram a ter acesso a subprodutos artísticos.

É notável que no cenário contemporâneo a veiculação midiática referente à cultura mudou de forma extraordinária. Como hoje a cultura está acessível à públicos massivos, gerando um sentimento de pertença nesses públicos, a mídia enxergou aí um profícuo espaço de exploração comercial e passou a direcionar os seus esforços produtivos para a veiculação da arte popular, ou de um tipo de arte até mais erudita, porém já com características modificadas para agradar às massas consumidoras.

Essas mudanças dos produtos midiáticos estão baseadas na ascensão da massa que passou a gerar grande consumo, sendo responsável por gerar lucros e a audiência para a mídia. Nesse novo contexto, o que vem sendo divulgado em relação à cultura são artistas que lançam tendências, geram representatividade popular e que estão inovando o cenário artístico-cultural, com imagens, sons e tecnologia. Segundo Bruno Nascimento, a “tecnologia e cultura sempre estiveram, de alguma forma, amalgamados, juntos. Uma tecnologia sempre surge ou é moldada por algum alto criativo humano” (NASCIMENTO, 2014, p. 12).

Como a mídia apropria-se dos artistas que fazem sucesso, ou formata alguns dentro do que ela entende como comercializável e lucrativo, resta aos artistas locais, muitos com pouco apelo de consumo frente a essa indústria do entretenimento, buscarem alternativas de abertura e conquista de novos espaços na cena social.

É pensando nesse aspecto que o FCC está a todo o momento buscando possibilidades para valorizar a cultura local e seus artistas, pautadas em “ações nos preceitos da economia solidária de mutualismo, horizontalidade, democratização do conhecimento e valorização do bem-estar do indivíduo sobre o capital” (FEIRA COLETIVO CULTURAL), levando para a sociedade mudanças significativas nas formas de organização, mesmo compreendendo os limites da mesma, trazendo à tona a necessidade de amadurecê-la, de forma a gerar experiências importantes e avanço na luta pela emancipação humana, principalmente no que refere à vivência cotidiana da construção coletiva.

O Feira Coletivo assume um papel na sociedade de fomentador de discussão social, pautando as narrativas identitárias e o empoderamento do indivíduo. Isso acontece através dos eventos que o grupo promove, como: shows, mesas redondas, exposições artísticas e outros. Gerando espaços e demandas sociais para que esses assuntos sejam apresentados, discutidos e validados socialmente como pontos importantes de se pensar o lugar da cultura no cenário contemporâneo.

E esse cenário, imerso na cibercultura, se mostra amplamente aberto a esse diálogo

na medida em que também ele, constitui-se como espaço em construção. A cibercultura caracteriza-se como a construção de novas sociabilidades no cenário contemporâneo, imerso nas tecnologias digitais de comunicação e informação. Está proporcionando a convergência a ideia de uma cultura planetária de troca e cooperação, em função da sua forte característica dos processos que envolvem as tecnologias digitais em rede. Todo esse cenário tem enriquecido a diversidade cultural mundial e proporcionado a emergência de culturas locais em um meio global supostamente homogeneizante (CASTELLS, 1999). Cenários assim, como o descrito, estão em constante reformulação: ora enfraquecendo e ora fortalecendo os atores sociais, sobretudo os locais. O vetor de diferenciação aí é o fortalecimento de políticas públicas de incentivo aos grupos locais como forma de gerar uma visibilidade a grupos e movimentos que, como o Feira Coletivo Cultural, atuam de modo colaborativo e em rede, gerando as suas próprias demandas e trazendo para o debate social as questões acerca do empoderamento do indivíduo para a discussão da importância de criação e disseminação de espaços culturais locais que vão além do puro entretenimento: locais que sejam formativos e representativos de suas comunidades.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a partir de uma ótica colaborativa, de fortalecimento dos atores locais, é o grande intuito de muitos dos movimentos sociais que atuam no âmbito cultural, assim como o estudo de caso aqui trabalhado – o Feira Coletivo Cultural. A temática aqui apresentada por este artigo ainda encontra-se em processo de construção e coleta de dados complementares, inclusive para entendermos qual a extensão do impacto que as ações desenvolvidas pelo FCC obtiveram em seus públicos.

É aqui apresentado, portanto, uma parte preliminar deste estudo, porém não menos importante, que é a compilação de dados iniciais, práticos e teóricos, sobre a temática abordada. Buscou-se entender quais os vetores da cultura contemporânea que contribuem para a construção coletiva de espaços artístico-culturais locais, de que modo as comunidades estão inseridas nesse processo e até que ponto esses movimentos coletivos ou simplesmente essas iniciativas trabalham também a conscientização da população sobre a importância de acesso à arte e culturas locais.

Assim, entende-se que, ancorados no que entendemos por cibercultura, esses movimentos têm um espaço profícuo de desenvolvimento, mas que faz-se necessário o constante esforço de aproximação com as populações locais. É no diálogo com as pessoas que movimentos como o Feira Coletivo Social encontrarão força para as suas demandas, fortalecendo e sendo fortalecidos pelos traços das culturas locais e pelas pessoas, cada vez mais conscientes da importância de preservação de suas identidades locais. É portanto, na comunicação em rede característica da cibercultura, que todo esse contexto ganha vida própria para desenvolver-se das mais amplas maneiras possíveis.

## REFERÊNCIAS

- BACCEGA, Maria Aparecida (org.). **Comunicação e culturas do consumo**. São Paulo: Atlas, 2008.
- BARBERO, Jesús Martins. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- BAUMAN; Z. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CAUNE, Jean. **As relações entre cultura e comunicação: núcleo epistêmico e forma simbólica**. 22. ed. Revista Líbero: 2008.
- CERVO, Amado L; et al. **Metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. FEIRA COLETIVO CULTURAL. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.feiracoletivo.com.br>Acessado em: 28/10/2017.
- GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GOMES, Pedro Gilberto. **Midiatização: um conceito, múltiplas vozes**. Revista Famecos: 2016.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria da comunicação: Ideias, Conceitos e Métodos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teorias das Mídias Digitais: Linguagens, ambientes e redes**. Petrópolis, Vozes: 2014.
- NASCIMENTO, Bruno Ribeiro. **Mídia e Memória: uma breve análise do uso dos meios de comunicação na construção da memória coletiva e individual**. João Pessoa.
- SANCHOTENE, Carlos Renan Samuel. **A midiatização como processo de reconhecimento, legitimidade e prática social**. Unisinos: 2009.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia**. 12. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 7. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

## A JUVENTUDE CRIMINOSA: UMA PERSPECTIVA MIDIÁTICA

*Data de aceite: 01/06/2021*

*Data de submissão: 18/04/2021*

### **Amanda Santos Nogueira**

Universidade Estadual de Londrina  
Londrina-PR.

<http://lattes.cnpq.br/3767761968526054>

### **Maria Gorett Freire Vitiello**

Universidade do Norte do Paraná/Universidade  
Estadual de Londrina  
Londrina-PR.

<http://lattes.cnpq.br/1074958251746463>

### **Tales Leon Biazão Sanches**

Universidade Estadual de Londrina  
Londrina-PR.

<http://lattes.cnpq.br/1706682397528448>

### **Vera Lucia Tieko Sugihiro**

Universidade Estadual de Londrina  
Londrina-PR.

<http://lattes.cnpq.br/2371401090878231>

### **Eliza Adriana Sheuer Nantes**

Universidade do Norte do Paraná - UNOPAR/  
PPGENS  
Londrina-PR.

<http://lattes.cnpq.br/5681849967722723>

**RESUMO:** A violação dos direitos do público infante-juvenil tem sido recorrente na realidade social brasileira e intensificados pelos meios de comunicação. Este trabalho tem por objetivo discutir o envolvimento de adolescentes na prática infracional, na perspectiva midiática. A

metodologia adotada é qualiquantitativa, tendo por base o levantamento de dados dos Boletins de Ocorrência registrados na Delegacia do Adolescente de Londrina (2013) e a pesquisa elaborada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância - ANDI (2012), que trata sobre a cobertura midiática de atos infracionais. O estudo evidencia o modo pelo qual os meios de comunicação vêm tratando a informação quanto ao ato infracional. O adolescente, a priori é responsabilizado pelos crimes e violências praticadas na sociedade como um todo, tanto pelo Estado quanto pela mídia que corrobora, criminalizando a pobreza e ocultando a face violentadora do Estado.

**PALAVRAS - CHAVE:** Adolescente. Mídia. Atoinfracional.

### THE CRIMINAL YOUTH: A MEDIA PERSPECTIVE

**ABSTRACT:** The violation of the rights of children and adolescents has been recurrent in the Brazilian social reality and intensified by the media. This work aims to discuss the involvement of adolescents in infraction acts, from a media perspective. The methodology adopted was qualitative and quantitative, based on the collection of data from the Police Reports registered at the Londrina Adolescent Police Station (2013) and from the research developed by the News Agency for Children's Rights (2012), which deals with the mediatic coverage of infraction acts. The study highlights the way in which the media have treated information about the infraction acts. The teenager, a priori, is held

responsible for the crimes and violence practiced in society as a whole, both by the State and by the media, that corroborates it, criminalizing poverty and hiding the violent face of the State. **KEYWORDS:** Adolescent. Media. Act-infraction.

## 1 | INTRODUÇÃO

A mídia tem um papel importante na formação de opinião pública em uma sociedade. Por meio de seus diferentes canais de comunicação, ela tem criado no imaginário da sociedade a ideia de que os adolescentes com práticas de ato infracional representam uma ameaça. Este contexto de contradição entre mídia e a necessidade de defesa de políticas públicas qualificadas para o segmento infanto-juvenil, foi o que nos instigou a apresentar este estudo, tendo por objetivo discutir a perspectiva midiática sobre o envolvimento de adolescentes na prática infracional.

A trajetória de atendimento de crianças e adolescentes no Brasil (ANDI, 2012), pode ser compreendida em três fases, sendo a primeira, o tratamento penal indiferenciado, em que se permitia, por meio do Código Criminal do Império, que crianças com 9 anos completos fossem levadas aos tribunais e mantidas nos mesmos locais dos adultos (artigo 27). Na segunda fase, passa a vigorar o direito tutelar da criança no país, fundamentada em uma visão higienista e repressora da infância “abandonada e delinquente”, pela via da garantia da ordem e da moral. E na terceira fase, a Doutrina da Proteção Integral na qual crianças e adolescentes são compreendidos como sujeitos de direitos e pessoas em processo de desenvolvimento, exigindo a efetiva garantia de direitos fundamentais para sua existência.

Conforme disposto no Artigo 227 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e reafirmada na Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), é de responsabilidade da família, da sociedade e do Estado, a criação de condições para o pleno desenvolvimento deste segmento da população.

A garantia dos direitos da criança e do adolescente bem como a proteção integral à categoria infanto-juvenil não acontece de forma efetiva na realidade brasileira. As medidas de proteção e prevenção ocorrem de forma lenta e na maioria das vezes, por meio de programas e projetos assistencialistas que não garantem a eficácia de direitos, pois resolvem questões pontuais o que não assegura a ruptura de situações que colocam esta categoria em vulnerabilidade social.

Neste prisma, o Estado se exime de suas reponsabilidades, ocultando a sua face violentadora, e a associação dos adolescentes vulneráveis à criminalidade passa a ser naturalizada pelo setor midiático, o qual desconsidera a conjuntura social deste público.

Para elucidar esse posicionamento da mídia no trato ao adolescente com atos infracionais, apresentamos dados da pesquisa elaborada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância – ANDI (2012) que realizou um estudo sobre a temática e apresentou

o panorama nacional da cobertura jornalística sobre a população infanto-juvenil envolvida com a criminalidade no Brasil. Correlacionamos os dados da pesquisa supracitada com os dados dos Boletins de Ocorrência da Delegacia do Adolescente de Londrina, referentes ao ano de 2013.

Neste período foram registrados 1.307 adolescentes com prática de atos infracionais na faixa etária de 15 a 17 anos de idade, sendo 86% do total do sexo masculino e 13% do sexo feminino.

## **2 | ADOLESCENTES COM PRÁTICAS INFRACIONAIS SOB A PERSPECTIVA MIDIÁTICA**

Para a efetivação do processo democrático em uma sociedade ou em um simples grupo de pessoas, se faz necessário que a comunicação seja respeitada como um dos pilares de sustentação das interações entre os indivíduos, entendendo que o ato comunicativo, tem em sua essência, a função política de articulação dos poderes intrapessoais e intrainstitucionais. A comunicação tem a capacidade de influenciar toda uma sociedade, seja para a prática do bem comum, como para o culto do individualismo. É por meio da informação como um direito, direcionado pelo fluxo comunicativo, que se garantirá aos cidadãos o desenvolvimento de uma visão crítica, com capacidade de optar de forma particular e independente para o exercício pleno da cidadania.

Nessa perspectiva, é possível compreender o papel da mídia como um dos grandes articuladores de informações em uma sociedade democrática. Os meios de comunicação têm o potencial, principalmente por meio do jornalismo, de fornecer instrumentos capazes de fortalecer a criticidade individual no que diz respeito à conteúdos midiáticos (ANDI, 2009, p.7).

No entanto, os meios de comunicação estão sob controle de empresários que dominam este setor de mercado, sob a lógica do sistema econômico, fazendo deste ofício um empreendimento lucrativo. Priorizam matérias que instigam o prazer, o poder e o consumismo, privilegiando as informações de cunho sensacionalistas e por vezes discriminatórias.

As matérias veiculadas na mídia, que tratam sobre adolescentes e, principalmente, os envolvidos com atos infracionais, não refletem a realidade social em que se encontram. Via de regra, o enfoque editorial escolhido pela mídia legitima uma pauta ideológica conservadora e higienista. As concepções e as informações captadas e transmitidas à sociedade, situam no âmbito do senso comum, da criminalização dos atos, sem a capacidade de promover uma análise crítica sobre os fatos decorrentes da realidade social. Nesta perspectiva, a juventude passa a ser a causadora primeira da violência em nossa sociedade e não vítima do sistema.

A ANDI (2012) produziu um guia de referência para a cobertura jornalística, intitulado

“Adolescentes em conflito com a lei”. Por meio deste documento foi possível identificar inúmeros equívocos cometidos pela imprensa brasileira quando retratam notícias sobre os adolescentes com prática de atos infracionais. Um dos elementos destacados na pesquisa é a falta de profundidade que este assunto tem no meio midiático, dificultando o debate e promovendo o desprestígio do tema dentre os formadores de opinião.

Confirmando a tendência geral do noticiário sobre violência e criminalidades, a análise da cobertura jornalística sobre os adolescentes em conflito com a lei demonstra que a maior parte das narrativas repercute histórias individuais (47,3%). Aspectos estruturantes, como o acompanhamento de políticas públicas, ficaram de fora desses espaços, sendo raras as reportagens investigativas com tal foco. (ANDI, 2012).

As instituições constituídas para a proteção do adolescente com prática de ato infracional também negligenciam informações fundamentais para subsidiar a formulação de políticas sociais voltadas para este público. Conforme constatado em pesquisa realizada pelo Projeto de Pesquisa e Extensão “Juventude e Violência: da violação à garantia de direitos” (2015)<sup>1</sup>, 51% dos registros da Delegacia do Adolescente de Londrina não possui informação sobre a escolaridade do adolescente.

A pesquisa da ANDI (2012) identificou que, nos casos envolvendo adolescente e atos infracionais, foram raras as vezes que os Conselhos Tutelares, ou os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente foram entrevistados - haja vista que estes são os órgãos constituídos para a defesa da criança e do adolescente. As matérias com essa temática, em sua maioria, utilizam somente o relato dos policiais militares, deixando claro o posicionamento polícialesco do conteúdo. Além disso, a grande maioria das matérias que aborda a temática do ato infracional está correlacionada aos crimes contra a pessoa, o que não é a realidade nacional, como constatado no estudo:

Não obstante os dados produzidos por diferentes instituições, atestando que a maioria das infrações cometidas por adolescentes no Brasil é contra o patrimônio, 79,5% dos textos jornalísticos que se referem a esse segmento da população estão relacionados à violência física contra a pessoa – uma escolha editorial que discursa em sentido inverso ao da realidade do quadro social. (ANDI, 2012, s/p).

Ao analisar os boletins de ocorrência da Delegacia do Adolescente de Londrina (2013), os atos infracionais mais recorrentes não estão relacionados à violência, conforme o dado apresentado pela ANDI, e ilustrado pelo gráfico 1:

---

<sup>1</sup> Programa de Pesquisa e Extensão intitulado “Juventude e Violência: da Violação à Garantia de Direitos”, do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, com apoio financeiro do PROEXT/MEC/SESU/2015, e que tem por finalidade promover os direitos humanos de jovens com história pregressa de atos infracionais no município de Londrina/PR, identificando situações sociais e estruturais que explicitem as suas condições sociais, econômicas, culturais e políticas, de forma a construir um conhecimento sobre as ofertas de serviços, equipamentos.

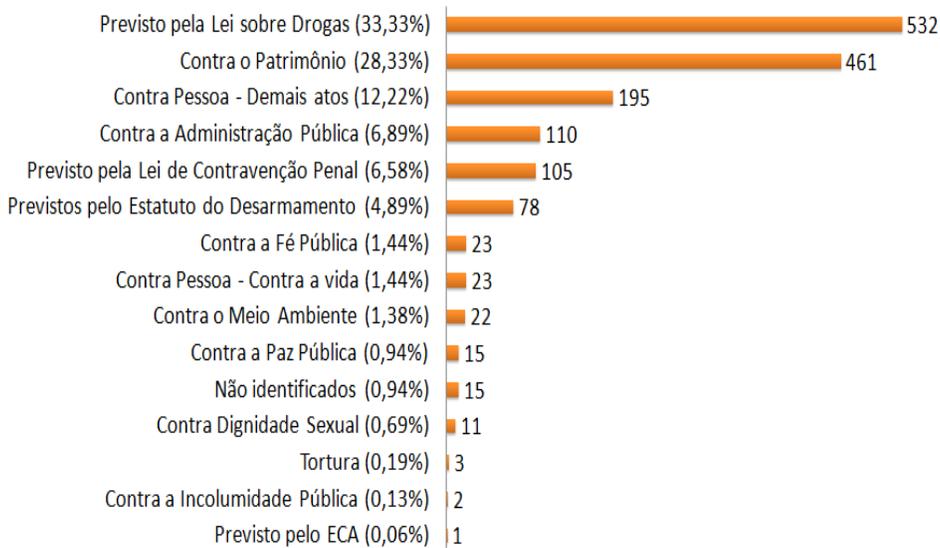


Gráfico 1: Categorias dos atos infracionais registrados no ano de 2013

Fonte: Programa de Extensão “Juventude e Violência: da violação à garantia de direitos” (2015)

No gráfico 1 estão elencadas as categorias consideradas no Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940), com destaque àqueles que possuem maior recorrência. A categoria “Prevista pela Lei sobre Drogas” é a mais recorrente dentre os adolescentes que cometem atos infracionais em Londrina. Em segundo lugar está a categoria denominada: “Contra o Patrimônio”, e a terceira mais recorrente é a classificada como “Atos Contra a Pessoa”. Acredita-se que essa realidade seja reflexo do desejo destes jovens à ascensão social por meio do consumo de bens. Os jovens pobres optam pelo trabalho com o tráfico de drogas, desvalorizando as ações implementadas por instituições públicas ou privadas, que, em sua grande maioria, consiste em ações pontuais e assistencialistas, atendendo a perspectiva de políticas públicas “pobres para os pobres”.

No imaginário coletivo da sociedade, influenciada pela mídia, prevalece a ideia de que atos infracionais praticados por adolescentes, com maior frequência, são aqueles que atentam contra a vida (homicídio qualificado, homicídio tentado e homicídio). Segundo Karam (1993, p. 196):

O aumento do espaço dado à divulgação de crimes acontecidos e sua dramatização, bem como a publicidade excessiva e concentrada em casos de maior crueldade, aproximam tais fatos das pessoas, que passam a vê-los como acontecendo com maior intensidade, maior do que a efetivamente existente na realidade.

É precipitado afirmar, nesta primeira aproximação, que o panorama apresentado pelos meios de comunicação reflete a realidade social. Os conteúdos midiáticos são selecionados e contaminados pela lógica de mercado, com a intenção de atrair o expectador/consumidor, que, via de regra, tem dado preferência para matérias de conteúdos sensacionalistas.

Faz-se necessário compreender que estes adolescentes são sujeitos de direitos, porém em sua realidade cotidiana seus direitos são violados quando se deparam com a ausência, a precariedade e a qualidade das políticas públicas à serviço desta população. São crianças e adolescente sem educação, sem saúde, sem lazer, sem habitação, marcadas por história de vida de violência física, mental e emocional.

Cabe aos meios de comunicação investir em ações que promovam a defesa dos direitos da população infanto-juvenil, de modo a proporcionar aos adolescentes envolvidos com atos infracionais a possibilidade de sua inserção na realidade social, por meio de criação e implementação de políticas públicas qualificadas, capazes de promover as condições objetivas para o desenvolvimento equilibrado entre a proteção e a defesa dos direitos constitucionalmente garantidos a esta população.

### **3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As questões relacionadas à juventude ainda são tratadas pelos meios midiáticos como problema de desajustes sociais ou caso de polícia, buscando sempre associar os adolescentes em situação de vulnerabilidade social com a violência e a criminalidade. A leitura distorcida deste contexto social induz tanto a sociedade quanto o Estado a legitimar a punição e a prática da repressão social como formas de promover a “socioeducação”.

O grande desafio está na superação da concepção repressiva e conservadora da mídia, que vem carregada de equívocos contra os adolescentes com prática de atos infracionais. Isto implica em uma mudança de postura, sob a égide do mercado, preocupada apenas em vender as informações, capaz de lhe render lucro e audiência, em detrimento da informação de interesse coletivo e formação crítica da opinião pública.

Diante desta realidade se faz necessário desenvolver estratégias de intervenção para atender os adolescentes envolvidos com a criminalidade. Esta é uma tarefa difícil, complexa e demorada. Não há receitas previamente estabelecidas, mas entende-se que as ações voltadas para este segmento da sociedade devem ser tratadas no âmbito das políticas públicas, assumindo um caráter formativo e inclusivo. Isto significa superar as ações pontuais e assistenciais, removendo as práticas repressivas e castigadoras, o que tem colocado em risco a efetividade da política de proteção, promoção e defesa preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelo Estatuto da Juventude.

É pela institucionalização da cultura da prevenção e envolvimento de diferentes atores sociais e políticos comprometidos com a efetividade de direitos dos adolescentes que cometeram ato infracional que a realidade social desta população etária poderá ser

alterada para a garantia do pleno exercício de sua cidadania.

## REFERÊNCIAS

ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância. **Infância e comunicação**: uma agenda para o Brasil. Brasília: ANDI, 2009. Disponível em: <http://www.andi.org.br/politicas-de-comunicacao/publicacao/infancia-e-comunicacao-uma-agenda-para-o-brasil>. Acesso em: 12 jun. 2017

ANDI- COMUNICAÇÃO E DIREITOS. **Adolescentes em conflito com a lei**: guia de referência para a cobertura jornalística. Brasília, 2012. (Série Jornalista Amigo da Criança). Disponível em: <http://www.andi.org.br/file/50239/download?token=b5LXIFiu>. Acesso em: 12 jun. 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**: Rio de Janeiro, RJ, 31 dez. 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm). Acesso em: 30 ago. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, D.F, 16 jul. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 14 abr. 2021.

KARAM, Maria Lúcia. **De crimes, penas e fantasias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Luam, 1993.

# CAPÍTULO 14

## DOM ADRIANO – O BISPO COMUNISTA

Data de aceite: 01/06/2021

Data de submissão: 07/04/2021

### Adriana Bastos Kronemberger

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
Universidade Federal de São Paulo  
São Paulo/SP  
Doutoranda em História Social PUC/SP –  
Bolsista CAPES  
Mestre em História Social PUC/SP - Bolsista  
CNPq  
Especialista em História, Sociedade e Cultura  
– PUC/SP  
Mestre em Ensino de História  
<http://lattes.cnpq.br/2150065692700001>

**RESUMO:** Nos árduos anos da ditadura militar no Brasil, entre os anos de 1964 e 1985, a região da Baixada Fluminense se tornava famosa por ser muito violenta. Paralelamente a esse processo histórico, a Teologia da Libertação, um movimento católico, marcava profundamente a cidade de Nova Iguaçu nas ações do bispo dessa cidade, Dom Adriano Hypólito. Religioso que se mantinha fiel aos ensinamentos cristãos de estar ao lado dos pobres e em defesa dos Direitos Humanos. Dom Adriano Hypólito entraria para a História da região como o “bispo comunista”. Neste trabalho são analisados discursos escritos pelo bispo durante sua práxis ao lado dos moradores de Nova Iguaçu e, considerados por seus opositores, de vieses marxistas. As fontes deste trabalho são exemplares do jornal *A Folha e uma entrevista de Dom Adriano concedida à*

*Revista de Cultura Vozes* (1981). A metodologia aplicada é a leitura das fontes em diálogo com autores que se referem às transformações na Igreja Católica e na sociedade brasileira. Este trabalho justifica-se pela proposta de reflexão acerca do papel das ideias marxistas na religiosidade da sociedade brasileira, pois em tempos de multiplicação de agremiações cristãs pautadas por ideias liberais e neoliberais faz-se importante rediscutir uma Igreja que, em certo momento de nossa história, posicionou-se pela coletividade, foi socialmente ativa e buscou fortalecer os laços de comunidade.

**PALAVRAS - CHAVE:** Adriano Hypólito. Catolicismo. Marxismo. Religião.

### DOM ADRIANO – THE COMMUNIST BISHOP

**ABSTRACT:** In the arduous Years of the military dictatorship in Brazil, between the Years 1964 and 1985, the Baixada Fluminense region became famous for being very violent. Parallel to this historical process, Liberation Theology, a Catholic movement, profoundly marked the city of Nova Iguaçu in the actions of the Bishop of that city, Dom Adriano Hypólito. Religious who remained faithful to the Christian teachings of being on the side of the poor people and in defense of human rights. Dom Adriano Hypólito would go down in the history of the region as the “communist bishop”. In this work, speeches written by the Bishop during his práxis alongside the residents of Nova Iguaçu and, considered by his opponents, of Marxist biases are analyzed. The sources of this work are copies of the newspaper

A Folha and a n interview by Dom Adriano granted to Revista de Cultura Vozes (1981). The Applied methodology is the Reading of the sources in dialogue with authors who refer to the transformations in the Catholic Church and in Brazilian Society. This work is justified by the proposal to reflect on the role of Marxist ideas in the religiosity of Brazilian Society, because in times of multiplications of Christian associations guided by liberal and neoliberal ideas, it is importante to re-discuss a Church that, at a certain moment in our history, took a stand for the Community, was socially active and sought to strengthen Community bonds.

**KEYWORDS:** Adriano Hypólito. Catholicism. Marxism. Religion.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa um movimento que ocorreu com força na década de 1970, na cidade de Nova Iguaçu, situada na Baixada Fluminense. Quando e onde Dom Adriano Hypólito recebeu destaque ao empreender uma prática de luta política nos anos da ditadura civil militar. De acordo com Meneses (2010) Dom Adriano Hypólito nasceu em Aracaju no ano de 1918, estudou no Seminário de Rio Negro, no Paraná, onde teria sido colega de Dom Paulo Evaristo Arns e no ano de 1937 tornou-se franciscano. Dom Adriano chegou a Nova Iguaçu no ano de 1966 e logo desenvolveu um trabalho voltado aos problemas sociais da região. Como instrumento de denúncia das mazelas sociais e do descaso do poder público com o povo da região, Dom Adriano utilizava o jornal de sua diocese *A Folha*. De acordo com o bispo:

Inicialmente *A Folha* queria ser um instrumento de comunicação interna da Diocese de Nova Iguaçu. Aos poucos foi assumindo uma dimensão pastoral conscientizadora a partir da Liturgia e das linhas pastorais de nossa diocese. Baseando-se na Liturgia do domingo e na doutrina do Vaticano II, os artigos procuraram exprimir os dois grandes mandamentos nos quais se resumem a lei e os profetas: amor a Deus e Amor aos irmãos e irmãs. Nunca faltou em *A Folha* a dimensão social da Boa Nova de Libertação total (...) os artigos procuravam sacudir a consciência dos católicos e movê-las a assumir a causa dos irmãos pequenos com os quais Cristo se identifica (...) Lembrando-nos da integralidade da pessoa humana em sua dignidade total de corpo e de alma, gostaríamos de atender como Jesus às necessidades materiais prementes como são: trabalho, educação, saúde, salário, participação no processo social, direitos humanos, direitos da cidadania etc (A FOLHA, 1993, s/p)

*A Folha* surgiu em 11 de junho de 1972 e, de acordo com as palavras do bispo, objetivava ser um canal de interação interna da Diocese de Nova Iguaçu. Na citação acima o bispo reconhece a importância que o jornal diocesano *A Folha* teve para a realização de sua obra nessa cidade. Contudo, seguindo as abordagens da Igreja, *A Folha* instrumentalizava também a divulgação do ideário de Libertação e buscava despertar nos católicos a importância do respeito à condição humana em sua totalidade, assumindo assim, uma postura de conscientização política seguindo as linhas pastorais defendidas pela Teologia da Libertação e incentivando os fiéis a assumirem ações sociais que considerassem os

direitos humanos. De acordo com Nascimento (2014), inicialmente a média de exemplares semanais não passava de doze mil, mas em 1981 foi para quarenta mil. Esse aumento teria ocorrido pelo uso de estratégias de divulgação utilizadas pela Igreja e pela relevância política que *A Folha* alcançou entre os movimentos de resistência em que a sociedade se organizava naquele período e naquela região (NASCIMENTO, 2014, p. 1 -15).

Em Nova Iguaçu, Dom Adriano se viu em uma cidade conflituosa. Segundo o documentário: **Nova Iguaçu, a cidade dos meus olhos** (2003), por volta de 1891, Nova Iguaçu era uma cidade que tinha como o forte de sua economia a produção e a exportação de laranjas, mas houve uma interrupção do transporte marítimo durante a Segunda Guerra Mundial, fato que prejudicou a exportação dessa fruta. A partir de então, a cidade entrou no que foi chamado de “crise da laranja” que desajustou a economia da região. Muitas propriedades antes destinadas ao cultivo da fruta foram loteadas e vendidas. A partir da segunda metade do século XX, Nova Iguaçu entrou no processo de industrialização que revestia o país. Por sua proximidade com a cidade do Rio de Janeiro, a cidade passou a receber muitos migrantes pobres, vindos de várias partes do país em busca de melhores condições de vida em regiões com maiores ofertas de trabalho. Assim, Nova Iguaçu oferecia à cidade industrializada a mão de obra barata, necessária para o avanço do capitalismo. Com o expressivo e rápido aumento demográfico e os parcos investimentos em infraestruturas, os problemas sociais da cidade se agravaram nos anos de 1970. Nas palavras de Dom Adriano:

Esta região do Brasil recebe pessoas vindas de várias regiões, e essa gente leva um tempo para se fixar em um novo lugar, ou não conseguem, uma vez que se mantêm presos a modos de vida bastante diferentes”. “De fato, uma grande parte da população, vinda de fora, isto é: do Nordeste, do Espírito Santo, de Minas Gerais e do Norte Fluminense, aqui ainda não encontrou a possibilidade de se enraizar. Quase todos eram pequenos lavradores que usavam como instrumento principal na lavoura a velhíssima enxada. Outros eram agregados de grandes latifúndios. Aqui têm de mudar de trabalho sem poder mudar de mentalidade.” (A FOLHA, 1972, p. 1).

Nas palavras acima o bispo levanta a questão da chegada de novos moradores à região, iniciada entre os anos de 1950 e 1960. Conforme mencionado, essas pessoas enfrentaram dificuldades de adaptação à nova realidade urbana, mas diante das dificuldades impostas pela negação de serviços básicos, se organizaram em movimentos urbanos nas décadas posteriores, pois diante das dificuldades impostas pela nova realidade social e material, os trabalhadores se viram diante de novas emergências que impulsionaram o surgimento de relevantes movimentos sociais em Nova Iguaçu, entre as décadas de 1970 e 1980. Esses movimentos receberam um forte apoio da Igreja Católica por meio de Dom Adriano Hypólito e seus ideais inspirados pela Teologia da Libertação.

## Caminhando com a Libertação

Na análise das palavras de Dom Adriano, percebe-se que ele se posicionava em alinhamento com os ideais defendidos por setores da Igreja Católica nos anos de 1970. Neste período havia um movimento católico que se espalhou pela América Latina e ficou conhecido como Teologia da Libertação. Tal movimento religioso surgiu como resultado de decisões tomadas no Concílio Vaticano II (1962), que propôs expressivas transformações na Igreja. Essas transformações inspiraram outras que fizeram com que parte do catolicismo assumisse posições políticas expressivas na América Latina. A difusão dos ideais da Teologia da Libertação deu-se a partir da Conferência Episcopal de Medellín, Colômbia (1968), quando a Igreja decidiu reavaliar qual seria o seu papel diante da difícil realidade social e política da região naquele momento. Foi então ficou decidido que a Igreja assumiria a sua “opção preferencial pelos pobres”. Contudo, segundo Michael Lowy (2008), neste período havia dentro da Igreja

uma implacável acusação moral e social contra o capitalismo como sistema injusto e iníquo, como forma de pecado estrutural. O uso do instrumento marxista para compreender as causas da pobreza, as contradições do capitalismo e as formas da luta de classes. A opção preferencial a favor dos pobres e a solidariedade com sua luta de emancipação social. O desenvolvimento de comunidades cristãs de base entre os pobres como a nova forma da Igreja e como alternativa ao modo de vida individualista imposto pelo sistema capitalista. (LOWY, 2008, s/p)

Todavia, dentro da própria Igreja como Instituição, essas posturas expostas por Lowy (2008) não eram unânimes. Ao que se compreende, por meio de pesquisas, é que durante a ditadura civil e militar no Brasil não houve uma ruptura total entre Igreja e Estado. Muitos bispos, conservadores, inclusive alguns acusados de terem apoiado o golpe militar de 1964, viam com muitas reservas as atividades dos religiosos adeptos da Teologia da Libertação, desconfiavam dos militantes mais engajados e até atrapalhavam os trabalhos dos religiosos chamados de “progressistas” (SERBIN, 2001, p. 25 - 28).

Dom Adriano pertencia ao grupo dos “progressistas”, trabalhava pela “Igreja dos pobres” e era acusado de aproximação ideológica com o comunismo. Consciente da divisão ideológica dentro da Instituição, o bispo de Nova Iguaçu lamentava as acusações de seus críticos, “Em nossa situação concreta, acho lamentável (...) que cristãos e católicos (...) condenem o nosso esforço pastoral como oposição, como atividade subversiva, como fruto de ideologia marxista” (D. ADRIANO, 1981, p. 56). Para o bispo a Igreja não deveria se identificar com nenhum regime político, pois, “sempre que a Igreja se identifica com um sistema econômico, com um regime político, com uma forma de governo, o que sucede é o empobrecimento de sua dinâmica externa, é a acomodação, é a procura de vantagens e de privilégios, é o amordaçamento de seu profetismo” (D. ADRIANO, 1981, p. 56).

## O bispo era comunista?

*Mitte, Domine, operarios*

(Enviai, Senhor, operários).<sup>1</sup>

Estudos sobre a Igreja Católica nos anos de 1970 indicam que era inegável que parte relevante desta Instituição se dedicava arduamente a um trabalho social que ajudasse a construir uma Igreja mais próxima da realidade social da população brasileira. Junto com os trabalhos sociais a Igreja fez coro com outras instituições para o enfrentamento dos excessos da ditadura militar, especialmente nos casos de violação de Direitos Humanos, fossem esses na violação da carne ou na violação como negação de direitos sociais básicos. Mas em um momento de violenta repressão, tais posicionamentos eram muito perigosos e alguns membros da Igreja Católica sofreram graves violências.

Nas regiões mais pobres do Brasil e nas grandes periferias como Nova Iguaçu, atuar junto aos movimentos sociais por melhores condições de vida era considerado uma atitude marxista e os órgãos de informação da ditadura vigiavam os bispos que se envolviam em causas sociais. Dom Adriano Hypólito estava entre os religiosos vigiados e perseguidos. Em sua entrevista à *Revista de Cultura Vozes* (1981), o bispo falou sobre esse período:

Lembro-me agora de alguns acontecimentos. Além do sequestro, em 22 de setembro de 1976, houve a falsificação de *A Folha* (...) com milhares de números falsos distribuídos (...) pelo Brasil afora; panfletos caluniosos contra o bispo (...) em março de 1978, sou seguido secretamente em meus movimentos dentro da diocese e nas visitas que fiz a outros bispos (...) acompanhado até mesmo de helicóptero, quando fui fazer uma conferência para o clero de Volta Redonda, no centro de Formação de Arrozal; ameaças de novo sequestro e de castigo exemplar (D. ADRIANO, 1981, p. 68)

Ao encontro das palavras do bispo segue vasta documentação arquivada na diocese de Nova Iguaçu que aponta que entre os anos de 1976 e 1979 o bispo foi bastante perseguido, vigiado e ameaçado. Observando no final da citação que ele fala de “ameaças de novo sequestro”, isto porque esta entrevista foi concedida em 1981, cinco anos após a maior violência sofrida pelo bispo. Em 22 de setembro de 1976, Dom Adriano fora sequestrado, espancado, pintado de vermelho e abandonado nu em um bairro próximo à Vila Militar no Rio de Janeiro.

## CONSIDERAÇÕES

Em uma análise da década de 1970 encontramos na cidade de Nova Iguaçu Dom Adriano Hypólito, um bispo defendendo e pondo em prática os ensinamentos da Teologia da Libertação. Para isso, ele precisou travar lutas conscientes em território minado. Nova

<sup>1</sup> Inscrição do brasão de posse de Dom Adriano como bispo.

Iguaçu é uma cidade conhecida pela violência, que se expressa tanto na delinquência quanto na negação de condições básicas de sobrevivência por parte do Estado. E ainda nos anos de 1970, havia as atrocidades cometidas pelos chamados Esquadrões da Morte, grupos que agiam com extrema crueldade na região e que também foram alvos de denúncias por parte do bispo. Naqueles tempos, os espaços sagrados eram profanados, como uma bomba que explodira na catedral da cidade e com as violências físicas e psicológicas sofridas pelo próprio bispo.

Mas Dom Adriano Hypólito transitou entre os espaços sagrados e profanos para desenvolver um trabalho voltado para os mais pobres. Tentou manter-se fiel às suas convicções, apesar de, algumas vezes, ter de remediar seus discursos por questões de sobrevivência intelectual e física. Na luta por justiça social e pelos direitos humanos ele esteve em conformidade com a luta de parte da própria Igreja, sendo contundente em suas posições políticas e nas críticas em relação à ditadura civil e militar. Se ele era comunista, não se sabe, dizia-se Cristão.

## REFERÊNCIAS

A FOLHA, ano 20, Nº 1143, 1993

A FOLHA, ano 20, Nº 1114, 1993

A FOLHA, ano 20, Nº 1145, 1993

### Imprensa Geral:

LOWY, Michael. A Teologia da Libertação: Leonardo Boff e Frei Betto. Adital, s/p, 2008.

O QUE foi A Folha nos seus quase 22 anos. A Folha, Ano 20, n. 1143. s/p, 14/11/1993.

JORNAL O Dia de 21/03/2014 – Artigo – A fé torturada. O embate que rachou a Igreja - por Fernando Molica.

HYPÓLITO, Dom Adriano. Dom Adriano exclusivo: “Meu sequestro ainda é um mistério”. Revista de Cultura Vozes. Ano 75, n.1, janeiro e fevereiro de 1981.

FAUISTINI, MARCUS. **Nova Iguaçu, a cidade dos meus olhos**. Documentário com a participação dos historiadores Antônio Lacerda e Ney Alberto, MP3 Lyrics, 18 min. 2003. Publicado em <<https://www.youtube.com/watch?v=dBQkFSAvHJo>> Acesso em 23 mai. 2013

PEREIRA PAULO E MILTÃO FRANCISCO. **Diocese de Nova Iguaçu: 50 anos de missão**, 2013. Este documentário foi publicado em <<https://www.youtube.com/watch?v=ZbAAqxrNt2c>> Acesso em set. 2013. Exibido na íntegra na Audiência Pública ocorrida nos dias 17 e 18 de setembro de 2013, com a intenção de traçar um panorama da perseguição a religiosos de militância política contra a ditadura e que foi parte do trabalho da CNV (Comissão da Verdade do Rio de Janeiro - CEV-RJ), 48 min. (acesso em 23 de maio de 2013).

- Rio de Janeiro - CEV-Rio- Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, 2015, p. 414.

- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, temas de doutrina social da Igreja, caderno 1, Projeto Nacional de Evangelização queremos ver Jesus. 2ª edição. Paulinas – SP – 2006

- Inventário topográfico da CEDIC. São Paulo, 1992

- CEDIC PUC/SP – Coleções Pastoral Operária. (1973 – 1991), duas pastas. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/cedic/colecoes/pastoral\\_operaria.html](http://www.pucsp.br/cedic/colecoes/pastoral_operaria.html)> Acesso em 23 out. 2016.

AUBERT, Roger. et al. **Nova História da Igreja – A Igreja na sociedade Liberal e no mundo moderno**. Cap. V. Tomo II. Petrópolis. Editora Vozes, 1976.

BARRETO, Alessandra Siqueira. Um Olhar Sobre a Baixada: Usos e representações sobre o poder local e seus atores. **Revista de Antropologia Social Campos**, Curitiba, v. 5, n. 2, p 45 – 64, 2004.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo**. Petrópolis, Editora Vozes, 1993.

BOFF, Leonardo. **Jesus Cristo Libertador**. Petrópolis, Editora Vozes, 1985.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira – a Visão da espionagem**. Rio de Janeiro / São Paulo, Editora Record, 2014.

LOWY, Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo, Editora Cortez, 1991.

LOWY, Michael. A Teologia da Libertação: Leonardo Boff e Frei Betto. Adital, 2008.

MAINWARING, Scott. A Igreja Católica e o movimento popular: Nova Iguaçu – 1974 – 85. In: KRISCHKE, Paulo, MAIWARING, Scott. (Org). **A Igreja nas bases em tempo de transição (1974 – 1985)**. Porto Alegre, L&PM Editores – CEDEC – Centro de estudos de cultura contemporânea, 1986.

MAINWARING, Scott. **A Igreja e a Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MENESES, Antônio Lacerda de. Dom Adriano Hypólito – Apontamentos biográficos. 2010. Disponível em: <<http://domadrianohypolito.blogspot.com.br>> Acesso em 30 set. 2016.

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. O Cristianismo da Libertação na Igreja Católica de Nova Iguaçu: o jornal diocesano A Folha em oposição ao Regime Militar (1975-1981). Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”, 11 a 14 de agosto de 2014, UFSC, Florianópolis.

NONATO, Daniel. **A Igreja de Nova Iguaçu na ditadura militar**. 2012. Disponível em <<http://dnonato.blogspot.com.br>> Acesso em 29 mar. 2016.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra – Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

<<http://domadriano.mitrani.org.br/vida.htm>> Acesso em 10 ago. 2010.

<[http://www.editora.ufrj.br/revistas/humanasesociais/rch/rch24n1\\_2/humanas24n1-2p131\\_149violenciaereligiaorepensando.pdf](http://www.editora.ufrj.br/revistas/humanasesociais/rch/rch24n1_2/humanas24n1-2p131_149violenciaereligiaorepensando.pdf)> Acesso em 30 mar. 2012.

< <http://revistas.pucsp.br> > Acesso em 10 mai. 2016.

<[http://www.editora.ufrj.br/revistas/humanasesociais/rch/rch24n1\\_2/humanas24n1-2p131\\_149violenciaereligiaorepensando.pdf](http://www.editora.ufrj.br/revistas/humanasesociais/rch/rch24n1_2/humanas24n1-2p131_149violenciaereligiaorepensando.pdf)> Acesso em 30 mar. 2012.

<[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300851990\\_ARQUIVO\\_DAdrianobispoemovimentodeamigos.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300851990_ARQUIVO_DAdrianobispoemovimentodeamigos.pdf)> Acesso em 10 mar. 2016

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Comando\\_de\\_Ca%C3%A7a\\_aos\\_Comunistas](https://pt.wikipedia.org/wiki/Comando_de_Ca%C3%A7a_aos_Comunistas)> Acesso em 27 mar. 2016.

<[www.scielo.br/pdf/trans/v18/v18a04.pdf](http://www.scielo.br/pdf/trans/v18/v18a04.pdf)> Acesso em 27 mar. 2016.

<<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT13/GT13-GILBERTO.pdf>> Acesso em 27 mar. 2016.

<<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=35648>> Acesso em 27 mar. 2016.

<

<http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2015/04/comunicacoes.htm>.

Acesso em 29 mar. 2016.

<<http://educacao.globo.com/historia/assunto/guerra-fria/ditaduras-na-america-latina.html>> Acesso em 04 jun. 2016.

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento\\_\(jornal\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_(jornal))> Acesso em 10 jul. 2016.

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Nova\\_Igua%C3%A7u](https://pt.wikipedia.org/wiki/Nova_Igua%C3%A7u)> Acesso em 10 jul. 2016.

## RELIGIÕES POPULARES E CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA: INTERFACES ENTRE CONCEPÇÕES MÁGICAS E SECULARES

Data de aceite: 01/06/2021

Data de submissão: 30/04/2021

### Rodrigo Marques Leistner

Doutor em Ciências Sociais pelo PPG em Ciências Sociais da UNISINOS. Professor Adjunto da Área de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG Rio Grande – Rio Grande do Sul  
<http://lattes.cnpq.br/4061713936859121>

**RESUMO:** o trabalho examina as interfaces entre os campos religioso e político no Brasil, buscando identificar as possíveis relações entre determinados sistemas de crença e a cultura política brasileira. Questiona-se o modo como as práticas religiosas populares influenciam as pautas de comportamento e de orientação da ação política de determinados segmentos sociais do país. Para tanto, a discussão concentra-se nas religiões afro-brasileiras e em determinadas denominações do campo neopentecostal, que apesar das inúmeras diferenças rituais e cosmológicas compartilham conteúdos simbólicos comuns, especialmente aqueles associados às concepções mais estabilizadas sobre as “religiosidades populares”. Trata-se de avaliar as possíveis influências que os códigos de crença estruturados nessas práticas articulariam junto às atitudes e comportamentos dos adeptos em torno de uma *práxis* política.

**PALAVRAS - CHAVE:** religiões populares; sistemas de crença; pensamento secular; cultura

1 Para uma revisão mais aprofundada do conceito, ver Martín (2009).

política.

### POPULAR RELIGIONS AND BRAZILIAN POLITICAL CULTURE: INTERFACES BETWEEN MAGICAL AND SECULAR CONCEPTIONS

**ABSTRACT:** the work examines the interfaces between the religious and political fields in Brazil, seeking to identify possible connections between certain belief systems and brazilian political culture. Another question is how popular religious practices influence the patterns of behavior and orientation of the political action of certain social segments of the country. To this end, the discussion focuses on afro-brazilian religions and denominations of neopentecostal field, that despite numerous differences rituals and cosmological share common symbolic contents, especially those associated with the conceptions more established of “popular religiosity”. It is evaluating the possible influences that codes of belief structured along these practices articulate the attitudes and behaviors of followers around a political *praxis*.

**KEYWORDS:** popular religions; belief systems; secular thought; political culture.

### 1 | INTRODUÇÃO

O conjunto das crenças religiosas populares é central no ordenamento simbólico da cultura brasileira. Embora o próprio conceito de religião popular demonstre-se problemático<sup>1</sup> - abrangendo inúmeras formas religiosas que

mantém diferenças substanciais no que se refere à estratificação social de seus quadros ou às formas de institucionalização das experiências devocionais -, parece ser correto afirmar que, no país, a repartição do campo religioso em seu registro popular corresponde a certas denominações estruturadas em sistemas cognitivos contíguos àquilo que a antropologia categorizou como próprios do pensamento mágico. Em que pese todas as complexidades da noção de magia (Cf. PELS, 2003), trata-se de formas mais individualizadas de crença, destituídas de ética coletiva e orientadas à resolução dos problemas do mundo prático. O que também parece relevante é que os sistemas de crença fundados nessas matrizes têm se conservado no país desde o período colonial, num vasto repertório de práticas que incluem “curandeirismos” e “sincretismos” religiosos variados (Cf. MAGGIE, 1992).

Ampliando essas ideias, ao contrário do que poderiam prever os prognósticos sobre a secularização das consciências, observa-se no país uma expansão dessas crenças nos próprios hipercentros urbanos. Cidades como São Paulo, exemplos de urbanização e consolidação das lógicas racionais capitalistas, apresentam em seus subúrbios a multiplicação de templos afro-brasileiros e neopentecostais, nos quais a oferta mágico-religiosa é altamente valorizada, ora com base em empresas de cura divina, ora a partir de inúmeras agências de mediação com realidades sobrenaturais<sup>2</sup>. Destaque-se ainda que entre os consumidores dos bens simbólicos disponibilizados por essas agências encontram-se atores dos mais diversificados estratos, demonstrando que, no caso brasileiro, os sistemas cognitivos articulados nessas práticas ultrapassam a própria fronteira espacial dos cultos. Dito de outro modo, o Brasil comporta um amplo sistema de representações baseado em perspectivas mágicas, a ideia de sobrenatural sendo parte significativamente constitutiva do sistema cultural brasileiro (VELHO, 1994)<sup>3</sup>.

Disso conclui-se que um olhar sobre as realidades culturais e políticas do país passa pelo viés dos códigos de crença em jogo no tecido social. E desse modo, analisar os comportamentos políticos que emergem nesse contexto demanda um olhar em relação aos sistemas simbólicos que contemplam de modo mais efetivo aqueles códigos: as religiões populares. É justamente nessa perspectiva que a discussão aqui proposta se desenvolve. Trata-se de examinar as interfaces entre os campos religioso e político identificando as possíveis relações entre certos sistemas de crença e a cultura política brasileira. Questiona-se o modo como as práticas religiosas populares (dotadas de conteúdo mágico) influenciam as pautas de comportamento e os padrões de orientação política de determinados segmentos sociais<sup>4</sup>.

2 A detecção do crescimento dessas vertentes nos grandes centros urbanos já fora abordada nos trabalhos de Camargo (1961), Negrão (1996) e Mariano (2004).

3 Segundo Velho (1994), um sistema cultural é composto por unidades básicas indissociáveis tais como os elementos cognitivos e afetivos, os códigos morais e de crença, que são expressos num conjunto de representações que caracteriza aquele sistema. De acordo com o autor, o sistema cognitivo próprio dos cultos populares - baseados em concepções mágicas - é amplamente compartilhado na cultura brasileira.

4 O conceito de cultura política é trabalhado nesse artigo de acordo com a proposição de Gabriel Almond e Sidney Verba (1985), vinculando-se à distribuição particular dos padrões de orientação com respeito a objetos políticos entre os membros de determinadas coletividades.

## 21 SECULARIZAÇÃO ENCANTADA NA ESFERA PÚBLICA BRASILEIRA

Compreender as relações entre política e religião no contexto estudado passa necessariamente por considerações sobre a estruturação do campo religioso do país e sobre o processo de secularização, em sua versão brasileira. É possível avaliar que, no Brasil, tal processo atuou em dois sentidos. Em conjunto com o processo de laicização do Estado (*disestablishment*) engendrou-se uma efervescente lógica de pluralização do campo religioso, a partir da livre-concorrência entre diversas formas religiosas anteriormente praticadas de maneira dissimulada sob a hegemonia católica.

Se é factível considerar que a laicização do Estado favoreceu a diversificação do campo religioso, é ainda mais pertinente avaliar que tal processo não correspondeu à lógica central evidenciada na ótica weberiana, relativa não apenas à separação total entre Estado e religião, mas ao processo de “desencantamento” contido em visões de mundo cada vez mais racionalizadas – aquilo que Peter Berger (1973) denominou como “secularização das consciências”. Ao contrário, como propõe Burity (2001), em primeiro lugar, observou-se na modernidade tardia brasileira uma espécie de “reencantamento”, lógica baseada em novas formas de aderir ao religioso, em maneiras menos institucionais e mais pessoais de crer, que se promovem de acordo com um trânsito constante que permeia as mais diversificadas ofertas religiosas. Assim, aquelas práticas dotadas de “magia” encontraram realidades favoráveis para se adaptar à sociedade brasileira contemporânea. Em outra medida, a propalada separação total entre religião e espaço público deve ser relativizada, detectando-se um eminente retorno da religião à esfera pública, especialmente a partir de uma “reabertura dos espaços públicos - institucionalizados ou não - à ação organizada de grupos e organizações religiosas” (BURITY, 2001, p. 29). Essa reaproximação de campos anteriormente apartados pela razão secular se promove com base em mudanças históricas que vêm desconstruindo as fronteiras entre o público e o privado. Com o processo de pluralização cultural e religiosa, e com base numa luta por espaços de representação político-identitária (promovida entre diferentes grupos culturais e religiosos), tanto o Estado têm sido convocado a regular as relações tensas que se engendram nesses processos, quanto os grupos religiosos passaram a buscar espaços de representação política, seja através de disputas eleitorais, seja através da obtenção de recursos públicos visando atividades filantrópicas.

Essas constatações levam a três considerações principais: a) em primeiro, a lógica do reencantamento do mundo, conduzida por formatos menos institucionalizados e mais pessoais de crer, engendrou um campo favorável à proliferação de concepções mágico-religiosas (mais individualistas e menos éticas), permeadas por sincretismos e bricolagens de diversos tipos, as quais já encontravam em território brasileiro uma ampla projeção desde o período colonial; b) se a profusão desses sistemas de crença já implicaria em suposições sobre sua influência junto aos aspectos da cultura política, a concepção

inerente a um retorno do sagrado aos espaços de representação próprios da esfera pública, especialmente a partir da redemocratização brasileira dos anos 1980, corrobora ainda mais com a constatação dessa pertinência; c) finalmente, essas duas considerações ratificariam as matrizes interpretativas que reiteraram a cultura política brasileira como tipificação de um contexto moderno *inacabado*, numa relação em que a proliferação da magia estaria diretamente relacionada a uma *práxis* política personalista, clientelista e paternalista. Categorias como essas estariam diretamente ligadas aos aspectos individualistas e não éticos presentes nos cultos de acepção mágica, cuja expressão máxima poderia ser referida nas relações de “troca” presentes em universos religiosos e políticos: as trocas devocionais, comuns nas relações diretas entre adeptos e divindades da religiosidade popular, expressando seu correlato político: as trocas personalistas e clientelísticas estabelecidas entre atores políticos e agentes sociais diversos.

No entanto, antes de adentrarmos o campo das interpretações, deve-se recuperar um pouco do histórico e características das práticas religiosas aqui estudadas - concebidas como heurísticas das relações analisadas. Assim, três traços essenciais são evidenciados: (i) as premissas ético-morais contidas em cada sistema de crença; (ii) a configuração do modelo de “sujeito” que emerge nesses esquemas cognitivos; (iii) a participação direta dos agentes religiosos ligados aos campos afro-religioso e neopentecostal na esfera pública.

### 3 | RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

Como se sabe, as religiosidades de matriz africana surgem no território brasileiro a partir da introdução do elemento negro no sistema escravagista, se adaptando de modo distinto em cada região do país, onde estiveram submetidas a processos de troca cultural específicos. Assim, desenvolveram-se como Candomblé na Bahia, Xangô em Pernambuco ou Batuque no Rio Grande do Sul. Apesar de traços diferenciais, todas mantêm características comuns como o uso hegemônico da linguagem ritual iorubana, as práticas sacrificiais e a possessão pelos orixás - divindades que compõem os panteões. Inicialmente concebidas como “religiões étnicas”, tais práticas se universalizaram, sendo hoje freqüentadas pela população branca e indivíduos de diversificados segmentos sociais do país (PRANDI, 1991) – embora, na grande maioria dos casos, ainda se denotem como cultos radicados nas periferias das grandes cidades brasileiras (BRUMANA e MARTÍNEZ, 1991). Em outros contextos, especialmente no sudeste brasileiro, formas mais sincréticas e ocidentalizadas desenvolveram-se, caso da Umbanda, configurada a partir de uma fusão de traços de matriz africana, espíritas e católicos, na maior parte dos casos adotando o uso do português em sua liturgia e recusando as práticas de imolação (Cf. NEGRÃO, 1996).

Um fator pertinente se refere à impossibilidade de culto aos antepassados das famílias africanas na adaptação brasileira dessas religiosidades. Conforme demonstrou Prandi (2000), seriam as divindades dos clãs africanos as que detinham autoridade moral

sobre os adeptos. Com o desaparecimento dessa dimensão em decorrência da dissolução da família negra no escravismo, a tarefa de moralização do elemento negro no Brasil colonial seria provida com base num sistema jurídico já estabelecido e em conformidade com as tradições judaico-cristãs, então hegemônicas no país. Ressalte-se aqui, como bem observou Pierucci (2000, p. 301), que os orixás (divindades de comunidades amplas), ao contrário dos ancestrais, não configuram deuses moralistas que condenam ou castigam o mal. Desse modo, correspondem a um oposto da perspectiva teológica contida nas religiosidades surgidas da palavra e da ação dos grandes profetas, cuja ideia basilar se assenta na regulamentação ética e moral da vida cotidiana dos crentes. Assim, nessas práticas, a dimensão ritual tende a ser decisivamente enfatizada, e como corroborou Prandi (2000, p. 77), “podem ser caracterizadas como religiões rituais cuja dimensão mágica supera em muito a dimensão que diz respeito aos aspectos morais (...)”. Nesse contexto, tais religiões já nascem no Brasil como práticas individualistas e não-éticas. Cada unidade de culto se desenvolve com ampla autonomia, e o forte conteúdo mágico favorece a constituição de inúmeras agências de serviços religiosos.

Em geral, os cultos são estruturados com base numa figura centralizadora (o sacerdote) e seus iniciados (filhos-de-santo), na concepção de uma grande família mística na qual o adepto torna-se filho espiritual de seu iniciador e irmão dos outros componentes do templo. Na cosmovisão afro-religiosa, cada iniciado ainda é filho mítico de um orixá, com o qual mantém relações indissociáveis ao longo da vida. É essa divindade que lhe protege no cotidiano, e a ela se deve oferendas e sacrifícios esporádicos como forma de reatualização dos vínculos místicos. A identidade pessoal de cada iniciado é construída com base numa combinação entre suas próprias características e as simbologias associadas às divindades que lhe dizem respeito, as quais possuem diferentes personalidades e estereótipos (geralmente retratados nas narrativas mitológicas que revelam o passado vivido de cada orixá). Desse modo, como observou Goldman (1985), as religiões de matriz africana fornecem padrões de comportamento que modelam, ajustam ou legitimam as atitudes do fiel em sua *práxis* cotidiana, como um processo de validação social de condutas que a pessoa possui ou deseja possuir. O sujeito que emerge nessa pertença religiosa pode ser concebido como extremamente “descentrado”: na medida em que os padrões de comportamento são ajustáveis, e que a inexistência de códigos morais precisos não restringe essas possibilidades, pode-se ser aquilo que se deseja. Os tabus e interdições presentes nos códigos afro-religiosos se limitam à relação entre indivíduo e sua divindade correspondente.

O processo de desenvolvimento dessas religiosidades no país foi promovido em conjunto com uma extrema repressão social, primeiramente promovida pela Igreja Católica e pelo Estado, que visou coibir as práticas de curandeirismo e feitiçaria, e mais recentemente pelos segmentos evangélicos, numa disputa acirrada pelos consumidores dos serviços mágicos. Como iniciativas de reação a tais realidades, sobretudo a partir da

maior liberdade religiosa no País, os adeptos dos templos afro passaram a organizar-se a partir de instituições federativas e, de sobremaneira, apostando em candidaturas a cargos públicos. Entretanto, como inúmeros estudos vêm ratificando, esses empreendimentos na arena política não apresentam êxito. Algumas pesquisas realizadas mais especificamente no Rio Grande do Sul têm verificado na competição interna, na descentralização de poder e na fragmentação do campo africanista os principais motivos desses insucessos (ORO, 2001). Logicamente, o fracasso eleitoral dos candidatos representantes dessas religiões se conectaria ainda àquelas lógicas de uma pertença individualizada e descentrada, fomentada pela visão de mundo afro-religiosa, a qual não favoreceria ações coletivas e projetos políticos comuns. No que se refere às possíveis tendências dos adeptos identificados com essas religiões nos processos ligados a uma *práxis* política mais ampla, a dimensão não-ética e o individualismo descentrado sugerem possibilidades favoráveis à contemplação das relações clientelísticas e personalistas existentes no país (PRANDI, 1996).

#### 4 | RELIGIÕES NEOPENTECOSTAIS

As religiões neopentecostais emergem no Brasil em acordo com a constante pluralização das tendências cristãs no país, se configurando como um dos principais troncos do protestantismo brasileiro. O segmento protestante surge no século IX com a chegada do luteranismo introduzido pelo expressivo contingente de imigrantes alemães, especialmente nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a partir de 1824 (Cf. PIERUCCI, 2000). Como se sabe, desde o Século XX o protestantismo se divide em duas categorias principais, os “históricos” e os “pentecostais”. Os protestantes históricos se subdividem entre protestantismo de imigração e protestantismo de conversão. Os primeiros, Luteranos, Anglicanos e Metodistas, designam a tendência mais próxima ao ramo original da Reforma, trazido ao país por imigrantes europeus. Os segundos, Presbiterianos, Batistas e Episcopais, referem-se às tendências que aportaram no Brasil a partir do trabalho dos missionários que chegavam dos Estados Unidos, com a finalidade de converter os brasileiros.

Por sua vez, os protestantes pentecostais começam a se manifestar no país com o surgimento dos primeiros templos no início do Século XX, configurando-se como herdeiros dos movimentos revivalistas que tiveram início nos Estados Unidos, em fins do Século IX, baseados no fenômeno bíblico de pentecostes (BRUMANA e MARTÍNEZ, 1991). No Brasil, se apresentam sob inúmeras denominações, sendo o segmento que mais cresce no campo religioso nacional (MARIANO, 2004). Algumas diferenciações entre as denominações passaram a fornecer uma classificação de duas tipologias básicas: os pentecostais tradicionais, cujos exemplos são as Igrejas “Assembléia de Deus”, “Igreja do Evangelho Quadrangular” e “Igreja Deus e Amor”; e os neopentecostais, que se destacam como a forma religiosa mais representativa entre todos os segmentos protestantes brasileiros, a que mais cresce e a que mais agregou concepções mágicas em suas elaborações simbólicas,

distanciando-se de modo substancial das formas originárias contidas no protestantismo europeu. Destaque-se que a incorporação desses elementos parte inclusive de uma cooptação de signos das próprias religiões afro-brasileiras, em dinâmicas mimeticamente produzidas nos processos de reposicionamento identitário próprios do campo religioso brasileiro (Cf. ORO, 2006). Nesses termos, o neopentecostalismo vem agregando os elementos centrais daquelas cosmologias, como a crença na possessão e na feitiçaria, os quais são ritualmente ressignificados em empreendimentos que visam se apropriar dos sistemas de mediação com o sobrenatural considerados eficazes por amplas parcelas da população (Cf. SILVA, 2005). Como bem lembrou Oro (1997), essa apropriação parece decorrer de uma disputa pelo mesmo espectro do mercado religioso, as classes populares, o que por sua vez demandou a incorporação de elementos valorizados pelas camadas consumidoras dos serviços mágicos disponíveis. Algumas denominações importantes do neopentecostalismo atual designam a “Igreja Internacional da Graça de Deus”, “Igreja de Nova Vida” e “Renascer em Cristo”.

Entretanto, a vertente que parece projetar maior representatividade no campo político brasileiro corresponde à “Igreja Universal do Reino de Deus”, fundada no Rio de Janeiro em 1977. A IURD apresenta hoje um espantoso crescimento, tanto em número de adeptos quanto em relação a uma sólida consolidação institucional. Organizada a partir de uma forte estrutura administrativa e mercadológica, utilizando-se de sofisticadas estratégias de marketing institucional, detém um invejável crescimento econômico, dispendo de inúmeros templos espalhados por todo o país e de um império midiático composto por uma emissora de televisão, um jornal impresso de circulação por todo o território nacional e algumas emissoras de rádio. Com base nesse poder econômico e editorial, desde a década de 1980 adentrou às disputas da arena pública visando obter representatividade política, demonstrando uma eficácia eleitoral especial e elegendo diversos representantes no legislativo do país.

Conforme Pierucci (2000, p. 296), essas práticas elaboraram conteúdos religiosos eficientes em termos práticos, voltados a soluções para a vida cotidiana dos adeptos, sendo pouco exigentes em um sentido ético e descomplicadas do ponto de vista doutrinário. Conservam do pentecostalismo clássico as tendências fortemente emocionais, voltadas para o êxtase, destacando-se a glossolalia, o exorcismo e o milagre, experimentados como resultados imediatos na vida dos convertidos. Nesse sentido, um conjunto de elementos mágicos são ressignificados e somados à doutrina neopentecostal originária, tais como banhos fluídicos e queima de incensos, além de uma readaptação do transe, tão comum nos terreiros afro.

Ari Oro (1997) refere que essas religiões exploram concepções oriundas do pensamento medieval, a partir da compreensão do mundo como uma constante tensão entre os demônios (causadores do mal) e Deus (caudatário absoluto do bem). Como recorda Prandi (1996), se os demônios são responsáveis pelo mal, e se a ação diabólica está por

toda a parte no mundo, a ética contida nessas práticas conduz a um dualismo entre bem e mal, no qual o compartilhar do bem só é possível com base na recusa do mundo concreto. Tal recusa é processada quando o indivíduo se afasta da esfera profana ao se resguardar no universo simbólico codificado pela doutrina e pelo pastor. A partir de então, o dinheiro passa a ser visto como produtivo para a ampliação da obra de Deus, e a política, como espaço para o combate às corrupções do demônio. No entanto, como economia e política são esferas mundanas, devem ser gestadas pelos sacerdotes, que receberão o dízimo e cooptarão uma esmagadora parcela de eleitores alocados nos quadros sociais das Igrejas.

Essas considerações projetam duas matrizes pelas quais é possível pensar os códigos éticos e os possíveis sujeitos que emergem nas pertencas pentecostais. Com base nessa ética binária do bem e mal absolutos, que propõe a rejeição do mundo e sua administração pelo corpo diretivo da Igreja, observa-se uma combinação insólita que aponta para uma espécie de “individualismo holista”. O indivíduo deve agir segundo os padrões individualistas do capitalismo moderno visando prosperar economicamente e fornecer sustento à obra divina, ao mesmo tempo em que deve obedecer a uma hierarquia rígida na qual os pastores o conduzem ao caminho do bem. O sujeito é indivíduo no mundo profano, pois é competitivo e tem suas preocupações pessoais atendidas pela eficácia mágica proposta nos cultos. Entretanto, se encontra hierarquicamente situado numa coletividade unificada pela institucionalização das experiências religiosas.

No que se refere à presença do neopentecostalismo na arena pública e no campo político, seu proselitismo exacerbado levou a uma contundente expansão dessas denominações, e um dos principais mecanismos de institucionalização e ocupação de espaços sociais tem sido a eleição de representantes para a sociedade política. Segundo Ari Oro (2003), o sucesso eleitoral dos candidatos neopentecostais, e mais especificamente aqueles ligados à Igreja Universal do Reino de Deus, decorre de uma combinação de fatores que se relacionam com o carisma institucional e com o uso extensivo e intensivo da mídia e dos recursos administrativos disponíveis. A combinação desses recursos opera através de uma centralização hierárquica coesa e de um modelo próprio de fazer política, que inclui a projeção de candidaturas oficiais. Os candidatos da Igreja são escolhidos após pesquisas realizadas nos quadros de adeptos, e suas campanhas contam com todos os recursos disponíveis na instituição. Existem recenseamentos endógenos sobre os dados eleitorais dos fiéis e campanhas para que os mais jovens estejam aptos ao exercício do voto. Dito de maneira sintética, trata-se da principal instituição brasileira a se dedicar ao direcionamento do voto de seus membros.

No plano simbólico discursivo, observa-se a idéia de tornar o universo político sacralizado, com vistas a eleger homens de Deus capazes de contrapor a diabólica corrupção que assola o país. Assim, a ética da diabolização torna-se a principal estratégia discursiva para a conclamação dos fiéis ao voto, embora o combate direto a ser executado na prática política esteja somente acessível aos pastores. Ainda em conformidade com o

trabalho de Ari Oro (2003), a projeção política da Igreja Universal traz conseqüências tanto ao campo religioso quanto ao campo político. Por um lado, produz um efeito mimético em outras confissões religiosas, que tentam reproduzir suas estratégias; por outro, transforma-se num foco de interesse dos partidos políticos, que com base no poderoso capital político da Igreja objetivam a promoção de alianças e pactos. Entretanto, esse mesmo autor é mais cético em relação às possíveis influências dessa Igreja na macro-política do país, na medida em que se observam alianças com as mais diferentes facções políticas, ora à direita, ora à esquerda, em relações aparentemente contingentes.

## 5 | CULTURA POLÍTICA E OS CULTOS POPULARES NO BRASIL

Nas análises mais estabilizadas, as realidades do campo religioso brasileiro podem facilmente encontrar correspondência na *práxis* política do país. Autores como Scott Mainwaring (2001) identificaram o que poderia ser compreendido como as significações estruturais da *práxis* política brasileira, organizadas num comportamento político do tipo personalista e pragmático. Tanto as dimensões político/administrativas apresentam uma matriz lógica fortemente impregnada pelo clientelismo quanto encontram sua manutenção nos processos decisórios, numa realidade que expressaria os limites da democracia brasileira. Nesses termos, a relação entre a elite política e seus contingentes eleitorais ocorre por meio de barganhas, negociações informais e relações paternalistas, centradas nos aspectos particularistas contrários à universalização de direitos - concepção básica do projeto democrático liberal. Tal tendência seria fomentada à medida que recebe sustentação nas bases populares, para as quais a lógica do clientelismo corresponderia à única forma de assegurar os benefícios historicamente direcionados a segmentos restritos da população. Para os efeitos da argumentação aqui desenvolvida, o que se apresenta como pertinente seria uma relação dialógica entre um processo democrático comprometido em virtude dessas relações particularistas e sua correspondência com as lógicas culturais embasadas em determinados modelos cognitivos, cujas concepções éticas se ajustariam às relações pessoalizadas da cultura política vigente. Num quadro interpretativo convencional, a expansão das práticas mágico-religiosas evidenciaria não apenas a expressão daquelas realidades políticas, como também forneceria a sedimentação simbólica das mesmas.

Tais possibilidades interpretativas tornam-se mais evidentes quando aprofundadas as características dos sistemas cognitivos que ordenam as religiosidades populares aqui estudadas. Como bem advertiu Paula Monteiro (1994), é sobretudo nos estudos antropológicos de Durkheim (1993), Frazer (1956) e Lévy-Bruhl (2008) que o pensamento mágico obteve uma categorização tipológica, especialmente quanto a três traços: (i) sua associação com a ausência de responsabilidade moral; (ii) o forte individualismo e o descentramento dos sujeitos; (iii) sua identificação com uma racionalidade supostamente pré-lógica e incapaz de constituir representações objetivas. Com base nesse marco teórico,

os aspectos característicos de uma cultura popular permeada pela magia comportariam ao menos dois desses traços em evidência, os quais ratificariam as problemáticas da democracia brasileira e da *práxis* política clientelística e paternalista.

Como fora argumentado, no caso das religiões afro-brasileiras, a inexistência de codificações éticas abrangentes solidifica a possibilidade de padrões de comportamento ajustáveis, o que desvela um descentramento dos sujeitos praticantes. Isso explicaria as dificuldades que tais grupos encontram na consolidação de projetos políticos comuns, vide o exemplo da não eleição de seus representantes na arena política. Nesse caso, se observa um individualismo exacerbado e descentrado, de conotações “pós-éticas” compatíveis com uma realidade social na qual tudo vale em nome da própria realização das expectativas e demandas pessoais. Por outro lado, no caso do neopentecostalismo, a ética dicotômica (bem versus mal absoluto) é o que se conecta com a constituição de sujeitos que transferem sua autonomia política para o controle de seus sacerdotes. No caso, evidencia-se uma espécie de perspectiva “pré-ética”, na qual a recusa do mundo do pecado conduz à contraditória lógica da participação política intensa e ao mesmo tempo pouco autônoma, acrescida da mistura de um “individualismo holista” que desfaz qualquer noção de centralidade/responsabilidade dos sujeitos. Em ambos os casos, a fraca consolidação ética e a perspectiva de sujeitos descentrados não conduzirão à consideração de condutas compatíveis com as expectativas liberais democráticas. O que pode ser percebido é que as lógicas de clientelismo e paternalismo da política do País estariam fartamente amparadas em sistemas de crença que ora fomentam a individualidade e personalização das relações, ora relegam a autonomia política aos líderes carismáticos.

Na análise de Prandi (1996), algumas tendências desse modelo interpretativo serão recorrentes. Segundo o autor, o florescimento da magia em meio à sociedade moderno-secular consiste numa reação ao mundo desencantado das instituições burocráticas e racionais, no qual os aspectos tradicionais e pré-capitalistas vêm conquistando cada vez mais espaço. Assim, a cidade moderna, onde tudo é desencantado e não religioso, seria o espaço no qual se exige um comportamento sempre fundado naquela razão que advertia sobre os avanços econômicos e políticos, mas cuja realidade nunca fora estendida a todos. Brasileiros pobres e desempregados, imersos numa realidade social cheia das tensões advindas da violência urbana e da insegurança sócio-econômica, observaram o fracasso das promessas modernas de distribuição de benefícios sociais. Contudo, nesse contexto, os desamparados poderão contar apenas com deuses, mas deuses de todos os tipos e ritos, fartamente encontrados naquela mesma cidade (Cf. PRANDI, 1996). Ainda segundo esse autor, embora as vertentes religiosas de caráter mágico mantenham diferenças em relação ao comportamento político de seus adeptos, bem como em seus modos de aproximação com a esfera pública, todas sinalizam uma inequívoca relação na qual uma cultura política pouco democrática se estabelece: por um lado, as promessas da modernidade não alcançaram todos os segmentos da sociedade e assim se favoreceu o florescimento

da dimensão mágica necessária à reorganização das experiências identitárias daqueles indivíduos aliados do processo de modernização; por outro, esta proliferação da magia sustentaria as tendências personalistas e clientelísticas fomentando uma cultura política de bases democráticas debilitadas. Para Prandi (1996), o quadro relativo às práticas religiosas populares e a política brasileira sinaliza o seguinte axioma: o Brasil está mais perto da magia e, de modo reverso, distante da política.

Como pode ser constatado junto a esse modelo de análise “convencional”, se o país está imerso em magia e, por conseguinte, distante do político, corrobora-se com as perspectivas que asseveram a incompletude da modernização do país. O que se destaca é que as orientações teóricas que procuram analisar a interface entre a cultura política brasileira e seus aspectos religiosos, tanto a partir de numa apropriação do conceito de secularização de Max Weber (1980), quanto através das categorias do pensamento mágico formuladas pela antropologia clássica, apenas serão capazes de reproduzir e confirmar as constatações sobre o afastamento das realidades observadas junto a um determinado padrão cultural, que definitivamente é alheio às realidades da cultura brasileira. Numa ótica mais radical, e por certo a mais problemática, poder-se-ia sugerir que a suposta característica da “mentalidade pré-lógica” dos esquemas cognitivos populares conjugaria todos esses fatores e encerraria qualquer possibilidade do projeto democrático no país.

Não se trata de afirmar que tais análises não encontrem reciprocidade empírica ou que as realidades tratadas não sejam evidentemente trágicas. Decerto, os sistemas de crença articulados junto às religiosidades populares tanto influenciam no estabelecimento das relações clientelísticas quanto são fomentados pela fraca consolidação dos direitos sociais no país. Há nisso uma relação recíproca na qual o pensamento religioso pode favorecer um modelo de cultura política e vice-versa. O problema não se refere ao diagnóstico formulado. O que está sendo sugerido é que o esquema de inferências sobre esse diagnóstico não deve ser elaborado a partir de modelos de análise fundamentados em comparações entre diferentes sistemas, sob pena de empobrecer a compreensão das realidades observadas em seus aspectos mais específicos. Disso decorre que uma agenda de pesquisa seria mais fecunda ao não se restringir a perspectivas teóricas constituídas no marco epistêmico “moderno”, o qual, na maioria das vezes, reproduziu a dualidade atraso/progresso e fomentou concepções normativas. Ora, parece-me que todos já sabem que no Brasil existe clientelismo e patronagem. Resta sim, identificar o que esses sistemas expressam no interior da própria cultura brasileira. Noutra medida, se nossa reflexão ajuda a correlacionar as crenças mágicas a essas realidades políticas, nossa inferência sobre a magia na sociedade contemporânea também deve ser relativizada, devendo ser refletida mediante suas lógicas e contextos próprios de operacionalização.

É nesse propósito que DaMatta (1993) empreendeu uma análise da cultura política brasileira observada mediante suas próprias lógicas. Conforme refere o autor, a grande pobreza epistêmica das observações sobre o país origina-se no fato de que os analistas

raramente discutem seus referenciais, os quais são tomados de modo *apriori* como lógicos e precisos, sendo os mesmos componentes de um sistema definível em categorias como modernidade, capitalismo e progresso. No entanto, deve-se ressaltar que tais categorias são formuladas pelo próprio observador, e dessa maneira, tornam-se peso e medida de sua própria análise. Assim, a realidade política brasileira tende a ser vista com carente de linearidade, como se o pressuposto de qualquer análise fosse o de detectar uma história similar às realidades do norte ocidental, constituídas por meio da acumulação de instituições que substituíram suas predecessoras. É nesse marco analítico que se tende a compreender a cultura brasileira (em termos políticos e mágico-religiosos) como mescla incoerente de instituições; uma fusão excêntrica entre o público e o privado, a qual se amplia nas tendências do patrimonialismo e clientelismo político.

Como propõe DaMatta (1993), ao invés de nos impressionarmos com essas “estranhas concomitâncias” devemos nos ater a categorias que nos permitam estabelecer as conexões e relações existentes entre as diferentes lógicas que circulam pela sociedade brasileira. A questão consiste em demonstrar que os elementos empíricos de cada contexto são experimentados, historicamente, de forma diversa. No que se refere ao padrão democrático que se tem por “modelo”, torna-se coerente projetá-lo como parte de realidades empíricas variadas (pois a variedade é parte da natureza social), cuja diversidade encontra-se orquestrada num só credo ou sistema de valores: o igualitarismo liberal racional. No entanto, a aparência de ordem e coesão desses sistemas apenas opera em torno de uma moldura ideológica que torna ilegítimos outras realidades políticas. Por esse prisma, o que caracteriza a cultura política brasileira é a ausência de necessidade de legitimar sua ordem, e a lógica de suas práticas personalistas, seus favores e clientelismos, expressam nada mais do que um sistema de recusa a certas coerências importadas de sistemas alheios. O que DaMatta (1993) propõe é que, no Brasil, tradição e modernidade não se excluem, compondo uma oposição hierárquica e complementar que possui a “trágica” capacidade de compensar as injustiças do sistema. Numa complexa gramática das passagens entre a casa (o privado) e a rua (o público), engendra-se um modo próprio de navegar pelo social, através do qual é possível ser liberal e ao mesmo tempo prestar favores. Há sempre uma luta entre os níveis formais e informais do sistema, que se revela como espécie de solução cultural destinada a suplantar os conflitos engendrados num país onde as lógicas particularistas passaram a conviver mais tardiamente com a ordem universalista. Entretanto, há um encontro dos dois modelos, e a modernidade não levou a uma desativação dos mecanismos tradicionais, mas a formas de compatibilização entre as tendências.

Esses mesmos parâmetros servem de base para uma análise da conservação e reprodução das religiosidades mágicas no país. O pensamento mágico não corresponde à incapacidade de absorção de perspectivas racionais por parte de um dado sistema. Aliás, Evans-Pritchard (2005) já mostrara que entre os Azande, do Sudão de colonização

insipiente, a crença generalizada na bruxaria não significava apenas uma vivência impregnada pelo misticismo, mas uma explicação para os infortúnios que não ignorava as relações entre causa e efeito, também admitidas e consideradas. Com essa demonstração, Evans-Pritchard (2005) sobrepôs possibilidades de diferentes lógicas cognitivas num mesmo sistema cultural, percebendo ainda as relações de complementaridade das lógicas pelas quais se valiam os Azande. O que parece ter relações com a magia presente nas religiões populares e no sistema cultural brasileiro é que, assim como na cultura política a mistura entre o público e o privado são complementares e expressam as dramáticas contradições do sistema, o intercâmbio entre magia e racionalidade sinaliza as soluções cognitivas necessárias para a percepção de uma complexa realidade social para a qual a racionalidade pragmática não encontrou todas as soluções.

Contudo, deve-se considerar que também é enganoso imaginar que o pensamento mágico opera na sociedade contemporânea em seu estado puro. Como recupera Montero (1994), no Brasil a magia se tornou moderna através de dois processos: a crise da modernidade; e a racionalização da magia. Tais operações ocorrem através das condições de pluralização e competição do campo religioso brasileiro, nos quais os sistemas religiosos em posição de equivalência se tornam interlocutores de um acirrado debate, numa luta de caráter eminentemente político em que se confrontam formulações de categorias cognitivas que devem produzir confiabilidade. Para tanto, as crenças devem se submeter a processos cognitivos de validação das argumentações que adentram o debate, devendo obter consenso em torno das proposições confrontadas. Como conclui Montero (1994), no contexto brasileiro, não é possível contrapor magia e racionalidade, pois as crenças mágicas, em sua operacionalidade concreta, estão perpassadas pela mesma lógica da racionalidade concorrencial que organiza a sociedade como um todo. O caráter concorrencial do campo religioso obriga o adepto a sair do confortável lugar das doxas para constituir consensos em torno da validade de suas proposições ou práticas. Nessa mesma lógica, através do discurso dos idiomas rituais, o crente pode interiorizar as atitudes básicas exigidas no exercício da cidadania política. Em outra via, também demonstra-se necessário avaliar que a afirmação de que a magia seria apenas factível numa sociedade de “modernidade incompleta” corresponde a uma incapacidade de percepção quanto a presença dos misticismos que emergem atualmente nos próprios redutos originários da democracia moderna, caso dos contextos franceses analisados por Hervieu-Léger (1999). Em síntese, pode-se sugerir que a presença da magia na sociedade brasileira contemporânea, constada na amplitude dos cultos religiosos populares, é menos um sinal de irracionalidade e incompatibilidade política do que uma co-presença de esquemas cognitivos, o que é próprio da arquitetura do pensamento humano. Tal abordagem já foi desenvolvida em trabalhos como os de Edgar Morin, que concebeu a existência de uma relação equilibrada entre pensamento mágico e racional, os quais se complementam e interagem “como se tivessem uma necessidade permanente um do outro” (MORIN, 1996,

## 6 | CONCLUSÕES

Como bem avaliou Oro (1997), no contexto latino-americano, malgrado o caráter secular da atividade política, as fronteiras entre os campos político e religioso encontram-se matizadas e se articulam por diversos e inusitados ângulos. No Brasil essas conexões se processam, em parte, através da aproximação de segmentos religiosos junto à esfera pública, em empreendimentos nos quais políticos e grupos religiosos visam assegurar benefícios em causa própria. No que concerne às reflexões desse texto, tais conexões também expressam a factível influência que as concepções religiosas projetam sobre as pautas de comportamento político, tanto nos processos decisórios de voto, quanto nas condições através das quais se exerce a cidadania e a democracia no país.

O sistema cultural brasileiro contém grandes doses dos esquemas cognitivos típicos do pensamento mágico. Ao isolar esses elementos verificando os sistemas de crença próprios das religiões populares, tornam-se claras as correlações entre as categorias de pensamento amplamente disseminadas na sociedade brasileira e as lógicas de uma *práxis* política. As acepções ora individualistas ora holistas que decorrem de formulações pós ou pré-éticas, encontradas nessas religiões, e cujas insólitas combinações revelam os “sujeitos descentrados” que emergem em suas pertencas, sinalizam de maneira assertiva algumas modalidades de conduta relacionadas com comportamentos políticos clientelísticos e personalistas. Decerto, tais condutas geram dúvidas sobre a legitimidade da democracia no país e sobre as possibilidades de consolidação da cidadania. Entretanto, se essas realidades são complexas e danosas para aqueles que as vivem, considera-se que as mesmas não devam ser refletidas sob uma episteme moderna que apenas enuncie as diferenças em relação a outras matrizes possíveis. Tal perspectiva não amplia considerações posteriores aos diagnósticos realizados, e a compreensão de cada sistema em suas próprias conexões e contradições parece oferecer instrumentos reflexivos mais fecundos para descortinar as lógicas de seu funcionamento. A questão não consiste em perceber que realidades sociais são “incompletas”, mas em evidenciar de que modo as particularidades dessas realidades se conjugam em seus próprios termos.

Avaliar os problemas da *práxis* política brasileira significa verificar que o igualitarismo no país nunca foi igualitário, e que é essa contradição que está em jogo quando favores e personalismos se reproduzem em meio e em conjunto com perspectivas liberais. O mesmo se diz da magia, que não exclui a lógica racional, capitalista e secular, mas opera como complemento aos sentidos cognitivos mais amplos preteridos por aquela lógica. No Brasil, por mais contraditório que pareça, favores particulares e liberalismo convivem sem se excluir, magia e racionalidade estão acopladas, e nesses termos, trata-se de um contexto em que as matrizes cognitivas que estruturam o sistema cultural não são nem totalmente

mágicas nem secularizadas. Elas residem na cavidade existente entre o pensamento mágico e o pensamento secular.

## REFERÊNCIAS

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989.

BERGER, Peter. *Um Rumor de Anjos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.

BRUMANA, Fernando. G.; MARTÍNEZ, Elda. G. *Marginália Sagrada*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1991.

BURITY, Joanildo. Religião e Política na Fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. *Revista de Estudos da Religião / REVER*, São Paulo, n.º. 4, 2001, pp. 27-45.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. *Kardecismo e Umbanda*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1961.

DAMATTA, Roberto. *Conta de Mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DURKHEIM, Émile. *Las formas elementales de la vida religiosa*. Madrid: Alianza, 1993.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

FRAZER, James. *La Rama Dorada*. México: Fondo de Cultura Económica, 1956.

GOLDMAN, Márcio. A construção ritual da pessoa: a possessão no Candomblé. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, ano 5, n.º. 5, 1985, pp. 22-55.

HERVIEU-LÉGER, Daniele. *Le pèlerin et le converti. La religion em mouvement*. Paris: Flammarion, 1999.

LÉVY-BRUHL, Lucien. *A Mentalidade Primitiva*. São Paulo: Paulus, 2008.

MAGGIE, Yvonne. *Medo do Feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MAINWARING, Scott P. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

MARIANO, Ricardo. Expansão Pentecostal No Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos Avançados*, vol. 18, n.º.52, 2004, pp. 121-138.

MARTÍN, Eloísa. From Popular Religion to Practices of Sacralization: approaches for a conceptual discussion. *Social Compass*, n.º56, vol.2, 2009, pp. 273-285.

- MONTERO, Paula. Magia, Racionalidade e Sujeitos Políticos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 26, ano 9, São Paulo, outubro de 1994.
- MORIN, Edgar. *O Método III. O conhecimento do conhecimento / 1*. Porto Alegre: Sulina, 1996.
- NEGRÃO, Lísias. *Entre a Cruz e a Encruzilhada: Formação do Campo Umbandista em São Paulo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- ORO, Ari Pedro. O neopentecostalismo macumbeiro. *Revista USP*, São Paulo, nº.68, 2006, pp. 319-332.
- ORO, Ari Pedro. A Política da Igreja Universal e seus Reflexos nos Campos Religioso e Político Brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 18, nº.53, Outubro, 2003, pp. 54-69.
- ORO, Ari Pedro. Religião e política nas eleições 2000 em Porto Alegre. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 2, nº.3, Set, 2001, pp. 09-70.
- ORO, Ari Pedro. Religião e Política nos Países do Cone-Sul. In: ORO, Ari Pedro.; STEIL, Carlos Alberto. (Orgs.). *Globalização e Religião*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- PELS, Peter. Introduction: magic and modernity. In: MEYER, Birgit; PELS, Peter (Orgs.). *Magic and Modernity: interfaces of revelation and concealment*. Stanford: Stanford University Press, 2003.
- PIERUCCI, Antonio Flávio. Apêndice: as religiões no Brasil. In: HELLERN, Victor. (Org.). *O Livro das Religiões*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- PRANDI, Reginaldo. "Hipertrofia ritual das religiões afro-brasileiras". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº. 56, 2000, pp. 77-88.
- PRANDI, Reginaldo. Perto da Magia, Longe da Política. In: PIERUCCI, Antonio Flávio.; PRANDI, Reginaldo. (Orgs.). *A Realidade Social das Religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo: Huitec, 1996.
- PRANDI, Reginaldo. *Os Candomblés de São Paulo*. São Paulo: Hucitec - Edusp, 1991.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. Concepções religiosas afro-brasileiras e neopentecostais: uma análise simbólica. *Revista USP*, São Paulo, n.º 67, 2005, pp. 150-175.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. In: WEBER, Max. *Textos Selecionados*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

*Data de aceite:* 01/06/2021

*Data de submissão:* 05/04/2021

**Christiane Meier**

Labô-Laboratório de Política, Comportamento e  
Mídia PUC/SP  
São Paulo/SP  
<http://lattes.cnpq.br/9005663469444761>

**RESUMO:** O artigo abordará alguns pressupostos acerca da Iconografia da Santíssima Trindade a partir da indagação sobre a busca do artista em retratar o Deus uno e trino. Para isso voltaremos à Igreja protocristã e à gênese de sua arte calcada nos Evangelhos e nos escritos da Patrística. Verificaremos como o pintor chegou ao rosto de Jesus de Nazaré e às representações pictóricas de Deus-Pai e de Deus-Espírito Santo. Observaremos as matrizes que se consolidaram ao longo de mil anos e aquelas que foram abandonadas. Por fim, nos deteremos em um painel do século XXI que está na Basílica de Aparecida.

**PALAVRAS - CHAVE:** arte sacra, iconografia cristã, Santíssima Trindade.

### ICONOGRAPHY OF THE HOLY TRINITY

**ABSTRACT:** This paper will address the iconography of the Holy Trinity from the question about the artist's quest to portray the one and triune God. For that purpose, we will return to the proto-Christian Church and the beginning of its art based on the Gospels and the writings of

Patristic. We will see how the painter came to the face of Jesus of Nazareth and to the pictorial representations of God the Father and God the Holy Spirit. We will then look to some consolidated matrices over the first thousand years and the ones discarded. At the end, we will observe a 21st century panel of the Basílica de Aparecida.

**KEYWORDS:** sacred art, Christian iconography, Holy Trinity.

### 1 | INTRODUÇÃO

Este artigo tem por finalidade apresentar, de forma concisa, uma historiografia imagética da Santíssima Trindade, do Deus cristão uno e trino. O recorte temporal vai do século IV ao início do século XV e, ao final, observaremos uma Trindade logótica do século XXI.

Vale lembrar que a expressão 'Santíssima Trindade' não aparece no Novo Testamento e levou cerca de trezentos anos para se colocar. De acordo com o Catecismo da Igreja católica (§ 233), "não há senão um só Deus – o Pai Onipotente, o Seu Filho Unigênito e o Espírito Santo: a Santíssima Trindade." Foram muitas as discussões e os escritos a respeito do Deus trino e uno cristão até se chegar ao dogma, no século IV. Somente a partir do Credo niceno-constantinopolitano, com a conceituação deste, é que a jornada iconografia inicia-se de fato, com um longo processo de experimentação pictórica que acompanharemos a seguir.

Mas até a Igreja chegar a este dogma,

muitos foram os escritos da Patrística sobre o Deus apresentado por Jesus a seus discípulos: um Deus diverso dos demais, pois uno e trino, comunhão de três pessoas. Jesus faz menção à Trindade sem, contudo, nomeá-La diretamente, ao ordenar aos apóstolos que partam e façam com “que todas as nações se tornem discípulos, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo [...]” (Mt 28,19).

O dogma foi estabelecido ao longo de dois concílios: de Nicéia (325) e de Constantinopla (381). O primeiro concentrou-se na discussão sobre a natureza de Jesus, afirmando ser Ele “‘consustancial’ ao Pai, quer dizer, um só Deus com Ele.” (Catecismo da Igreja católica, §242). O Credo niceno termina com uma simples profissão de fé no Espírito Santo, sem desenvolver seu conceito. Os bispos ali reunidos debateram e concluíram sobre as duas primeiras pessoas da Trindade, Pai e Filho, mas a noção da terceira seria elaborada meio século depois. O Credo escrito ao final do Concílio de Constantinopla elabora melhor tanto a segunda como a terceira pessoas: “o Filho unigênito de Deus, nascido do Pai antes de todos os séculos, luz da luz. Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não criado, consustancial ao Pai” (*ibidem*, §242). Ao final, lemos:

Acreditamos no Espírito Santo, Senhor que dá a vida, e procede do Pai [...] [e que] Ele, ‘com o Pai e o Filho, é adorado e glorificado’. O Espírito Santo, que é a terceira pessoa da Trindade, é Deus, uno e igual ao Pai e ao Filho, da mesma substância e também da mesma natureza... Contudo, não dizemos que Ele é somente o Espírito do Pai, mas, ao mesmo tempo, o Espírito do Pai e do Filho. (*ibidem*, § 245)

## 2 I A QUESTÃO DA REPRESENTAÇÃO

O ser humano sempre desejou representar o divino de forma pictórica, mas, invariavelmente, esta tarefa se mostrou difícil, já que ele é invisível aos olhos humanos. Se, a partir do Concílio de Constantinopla, o artista tem um conceito claro a respeito da Trindade Santa, como mostrá-La? Para hebreus, Javé-Deus não tinha nem corpo e nem rosto visíveis. O nascimento de Jesus abriu a possibilidade de se criar uma imagem pictórica de Cristo, pois que “o Verbo se fez carne” (Jo 1,14), portanto, adquiriu uma forma e uma feição humanas e estas são passíveis de ser representadas iconograficamente.

Jesus, por seu lado, afirmou que quem O vê, vê o Pai (Jo 14,9). Assim, para os protocristãos, Cristo foi o primeiro ícone de Deus (FELMY, 1988) e o artista pôde retratar o Pai segundo o Filho, isto é, pôde dar-Lhe um semblante cristomorfo.

O “Invisível” do qual Paulo falava em sua Carta aos Colossenses passa a ter um potencial de visibilidade, ainda que indireta (BOESPFLUG, 2013). Que a imagem de Jesus se interponha entre o Pai e a humanidade isto é fato, mas também é certo ser possível imaginá-Lo à semelhança do Verbo encarnado: o que antes era invisível agora se torna visível.

Contudo, resolvido o problema da possibilidade de apresentar o Redentor na sua

humanidade, o artista se depara com a próxima questão: como seria o seu rosto? Uma vez que ouse pintá-Lo, não pode e não deve fazê-Lo de modo inadequado. Nas palavras de Burckhardt (2004), “para o Cristianismo, a imagem divina por excelência é a forma humana do Cristo.” (p. 23). Os Evangelhos, porém, não trazem nenhuma descrição de seu semblante, não ajudam o pintor nesse quesito.

A arte de inspiração verdadeiramente cristã deriva de imagens, de origem milagrosa, do Cristo [...]. A tradição da imagem sagrada, do 'verdadeiro ícone' (*vera icon*), é de essência teológica, e de origem ao mesmo tempo histórica e miraculosa, em conformidade com a natureza particular do cristianismo [...]. (BURCKHARDT, 2004, p. 76).

Desde os primórdios do cristianismo, existe uma tradição oral e escrita sobre tecidos contendo a face de Jesus não pintada por mãos humanas, os *acheiropoietes*, como o véu de Verônica, o Santo Sudário e outros. Após a Ressurreição, panos de linho foram encontrados no túmulo vazio e atribuídos ao Santo Sudário. A Tradição, por outro lado, descreve um tecido contendo o rosto estampado do Salvador, que fora enviado ao rei Abgar de Edessa, e ficou conhecido pelo nome de *Mandyllion*<sup>1</sup>, venerado aí por mais de quinhentos anos. A fisionomia ali impressa tornou-se a matriz para a representação do verdadeiro semblante do Ressuscitado, da sua Santa Face (imagem 1). Em Tommaso (2017), lemos: “é a Tradição que conta como surgiu essa imagem, a partir da história do *Mandyllion*, o protótipo da face de Cristo usado até hoje.” (p. 56).

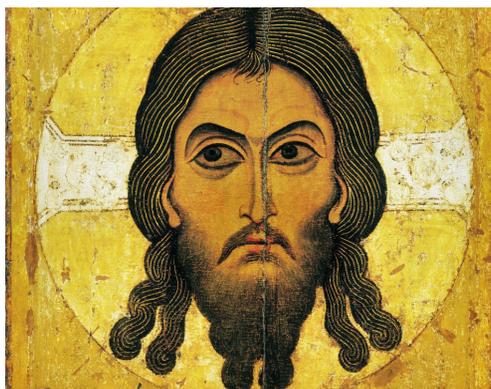


Imagem 1: A Santa Face, têmpera sobre madeira, Galeria Tretyakov, Moscou, Rússia, séc. XII

Não se trata, porém, de um retrato naturalista, mas de uma imagem que simboliza o Verbo encarnado. O rosto frontal é de um adulto, com cabelos longos repartidos ao meio, olhos grandes e amendoados, boca pequena e cerrada, nariz longo, fino e adunco e barba bilobada; ao fundo, há um halo cruciforme.

<sup>1</sup> Tecido de linho – o *mandil* – contendo a impressão do rosto de Cristo, a Santa Face, segundo a tradição cristã.

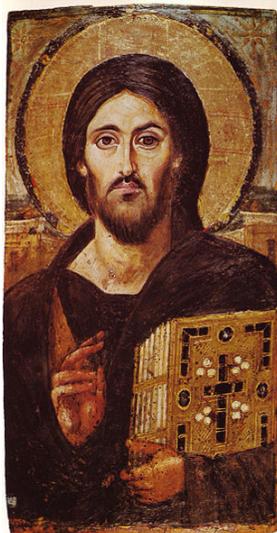


Imagem 2: *Pantocrator*, têmpera sobre madeira, mosteiro de Santa Catarina, Monte Sinai, Egito, séc. VI

A partir deste protótipo de rosto, surgirá o Cristo em Glória de meio corpo (imagem 2) ou de corpo inteiro, conhecido por *Maiestas Domini* ou *Pantocrator*. Nestas representações da Protoigreja, o fiel vê a uma só vez Pai e Filho, Criador e Redentor (TOMMASO, 2017).

### 3 | A ICONOGRAFIA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

O Gênesis narra a visita de três homens à tenda de Abraão, quando este acampava em Mambré, e, como a etiqueta da época mandava, ele os acolhe e alimenta. Contudo, o capítulo abre com as palavras “Iahweh lhe apareceu no Carvalho de Mambré [...]” (Gn 18,1) e prossegue “tendo [Abraão] levantado os olhos, eis que viu três homens em pé [...]” (Gn 18,2), dirigindo-se a eles no singular: “meu Senhor, eu te peço [...]” (Gn 18,3). Essa imagem literária, iniciada com a afirmação de que o Deus dos hebreus o visitara e seguida pela saudação dirigida a três pessoas como se fossem uma só, passou a ser o protótipo da iconografia da Trindade Santa.

As pinturas e os mosaicos mais antigos dessa tipologia que chegaram até nós estão em Roma. No entanto, não são necessariamente os mais velhos, já que o movimento iconoclasta do Oriente cristão (730-843) destruiu quase tudo, restando os que estavam fora da sua zona de influência. Assim, não sabemos, com certeza, o que foi produzido antes daquele período.

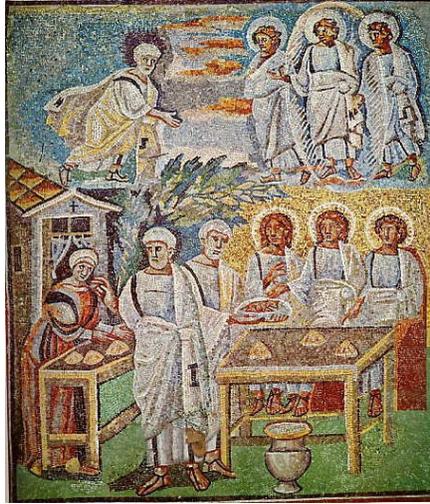


Imagem 3: hospitalidade de Abraão, mosaico, igreja de Santa Maria Maior, Roma, Itália, séc. IV

O mosaico da igreja de Santa Maria Maior (imagem 3), em Roma, data do século IV e está dividido em duas partes. Na superior, Abraão se apressa em cumprimentar os hóspedes. O artista acentua o dinamismo e a rapidez de Abraão por meio do panejamento de suas vestes, a posição dos pés e da mão, bem como a copa da árvore deitada, dando vigor à narrativa. Observamos que os três homens têm o mesmo rosto, contudo, o do meio ostenta um halo de luz a sua volta, ressaltando-o discretamente dos demais, fazendo-nos supor ser a segunda pessoa, o Verbo encarnado que habitou entre nós e cuja face é conhecida. Na parte inferior, Abraão está representado duas vezes: a primeira, com sua esposa Sara a preparar os alimentos e, em seguida, servindo os convidados, um anfitrião zeloso.

Com o avançar da Idade Média, os artistas se animam a criar mais variantes da Santíssima Trindade, contudo, surge a dúvida se deveriam enfatizar o uno ou o trino. Alguns experimentos foram feitos e logo abandonados, como a imagem 4, na qual observamos a ousadia do muralista em pintar três cabeças e pescoços presos a um só corpo, realçando o triuno.



Imagem 4: Trindade, pintura mural, igreja de Santa Maria Assunta, Armeno, Itália, séc. XV

Outro representa a Trindade Santa com três crânios unidos e comprimidos (imagem 5). Rostos idênticos com um só nimbo crucífero ao redor das cabeças, denotando a unidade das pessoas. Há três narizes e bocas, mas somente quatro olhos, e não seis, como seria de se esperar: um olho para cada pessoa da Trindade e o quarto é o da Encarnação.



Imagem 5: *Trivultus*/Três Faces, pintura mural, igreja de São Nicolao, Giornico, Suíça, séc. XV

Outra pergunta que o artista se coloca é se o Sopro de Deus que dá vida, isto é, o Espírito Santo (muitas vezes simbolizado pela pomba branca), seria feminino ou masculino. O Pai e o Filho eram obviamente masculinos, mas se a terceira pessoa dá vida e quem dá vida é a mulher, como representar o Espírito de Deus? Lemos no Gênesis que Deus criou o homem e a mulher a sua semelhança, usando o plural na narrativa. “Deus disse: ‘Façamos o homem à nossa imagem, como nossa semelhança’ (Gn 1,26).

Deus criou o homem à sua imagem,

à imagem de Deus ele o criou,

homem e mulher ele os criou. (Gn 1,27)

Se para uns ‘a imagem e semelhança’ está na alma ou no espírito, para outros está no casal, Adão e Eva, no masculino e feminino, e o Deus trino e uno deveria englobar o feminino. O muralista coloca essa questão em sua pintura na capela de Urschalling (imagem 6), e pesquisadores e teólogos, como Boespflug (2006) e Boff (2011), interpretam essa figura de mulher como sendo o Espírito Santo. Boff cita o Papa João Paulo I, que afirmou “Deus é Pai, mas é principalmente Mãe”. (*ibidem*, p. 88).

Notemos que no mural há três nimbos, mas o halo de cada pessoa contém um só braço da cruz, de tal forma que somente os três unidos são cruciformes, pontuando sua unidade na diversidade. Mais um ponto de nota é o fato de o homem da esquerda, provavelmente o Filho, ter barba e cabelo claros; enquanto o da direita, talvez o Pai, tem barba e cabelo brancos.

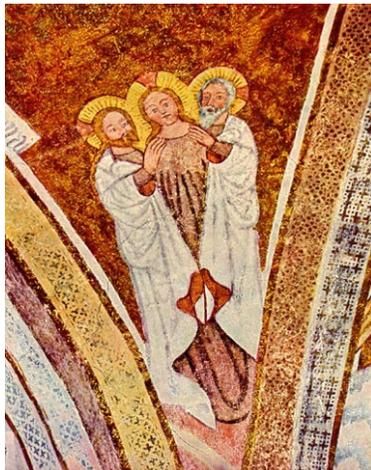


Imagem 6: Trindade, pintura mural, igreja de São Tiago, Urschalling, Alemanha, séc. XIV

No manuscrito do século XV conhecido por *Bible historiale*, Guiard des Moulins apresenta uma Trindade com Pai e Filho sentados lado a lado e o Espírito Santo em forma de pomba, ao centro (imagem 7). Jesus, o mais moço dos dois, está à esquerda, com os braços cruzados segurando a cruz com as mãos chagadas à vista. Deus-Pai, com barba e cabelos brancos, segura a orbe terrestre na mão esquerda e, com a direita, aponta para o Deus-Espírito Santo. Ambos olham para a pomba que está entre eles, denotando

a comunhão das três pessoas. Observemos, ainda, que tanto os homens como a ave ostentam o nimbo crucífero do Salvador.



Imagem 7: Trindade, Guiard des Moulins, *Bible historiale*, séc. XV

Verificamos que a antropomorfia do Paráclito dar-se-á ainda no século XV, como pode ser observado na imagem 8. Trata-se de uma pintura parietal, na qual a novidade não é só a terceira pessoa ser igual às outras duas, mas também o fato de as três estarem sentadas à mesa. Para não deixar nenhuma dúvida de que se trata da Trindade Santa, cada um tem um livro aberto a sua frente, no qual se lê: *talis Pater, talis Filius, talis Spiritus Sancti* – tal Pai, tal Filho, tal Espírito Santo. Com a mão direita, indicam a Santíssima Trindade. Os três também apresentam nimbos cruciformes, denotando serem unos, conforme Jesus afirmara que quem O vê, vê o Pai – e, por consequência, o Espírito Santo.



Imagem 8: Trindade, pintura mural, igreja de São Pedro e São Paulo, Castelletto Cervo, Biella, Itália, séc. XV

A partir do século X, surge uma nova iconografia conhecida por Trono da Misericórdia ou da Graça, na qual o Pai segura o Filho morto na cruz e o Espírito Santo precipita-se sobre o corpo para dar vida.



Imagem 9: Trono da Misericórdia, saltério de *Landgraf*, iluminura, séc. XIII

Na imagem 9, vemos Deus-Pai e Deus-Filho com a mesma aparência e idade, já que Pai e Filho vivem eternamente e o tempo histórico, *chronos*, não Lhes pertence – o tempo/*chronos* é do mundo. Cristo é, a uma só vez, Pantocrator/Senhor do universo e Cronocrator/Senhor do tempo. O Pai está sentado sobre um trono, mas em muitas representações Ele pode estar em pé. Observamos ainda o Espírito Santo em forma de pomba dirigindo-se ao Filho. Nesta tipologia, normalmente, Ele aparece à altura da garganta do Pai, lembrando-nos de que é Seu Sopro de Vida, Seu Hálito.



Imagem 10: Aflição de Deus, têmpera sobre madeira, mestre de São Lourenço, 1415

A Aflição de Deus/*agonia Domini* (imagem 10) é uma tipologia bastante similar à do Trono da Misericórdia, porém restrita ao norte da Península Itálica e nos países germânicos. Neste modelo, Cristo ainda está morto, mas não está mais na cruz e sim nos braços do Pai – uma *pietà* masculina – e o Espírito Santo se apressa a Lhe devolver a vida.

#### 4 | A CONSAGRAÇÃO DAS TIPOLOGIAS

O século XV vê a consagração de duas tipologias da Santíssima Trindade, uma na Igreja latina e outra na ortodoxa. Por um lado, a iconografia da Hospitalidade de Abraão, baseada no Antigo Testamento, cujo modelo se consolida com o ícone de Rublev<sup>2</sup>, na Rússia, e, por outro, o Trono da Misericórdia, tema baseado no Novo Testamento, firma seu protótipo com um mural de Masaccio<sup>3</sup> em Florença.



Imagem 11: Santíssima Trindade, pintura mural, Masaccio, igreja de Santa Maria Novella, Florença, Itália, 1428

Masaccio pintou uma capela bidimensional para a família Renzi, na nave da igreja Santa Maria Novella (imagem 11). O mural de 1428 tem, ao centro, o Trono da Misericórdia; abaixo, Maria e João Evangelista; e, já fora da estrutura arquitetônica, o casal encomendante.

Notamos duas pinturas em uma: 1) a cenografia da capela; e 2) a narrativa interna, com Maria apontando para o seu Filho, João com as mãos postas em oração e o Trono da Graça; do lado externo, estão os Renzi ajoelhados. Observamos que a obra está dividida

<sup>2</sup> Andrei Rublev (1360/70 – 1427/30), padre ortodoxo e iconógrafo.

<sup>3</sup> Tommaso di Ser Giovanni di Simone, conhecido por Masaccio (1401-1428), pintor.

em três planos: ao alto o divino, ao centro as pessoas santas e abaixo os homens.

Deus-Pai está em pé e acima, olhando para frente e segurando em suas mãos uma cruz com um homem adulto e forte pregado a ela. O crucifixo não pesa em suas mãos; é tão leve que temos a impressão de poder segurá-lo com dois dedos. Na altura do colo do Pai, o Espírito Santo em forma de pomba se precipita sobre o Crucificado.

Maria é a única pessoa que encara o observador e aponta para seu Filho. Ela, porém, não é a *lacrimosa* que chora a morte; é uma genitora marcada pela dor da perda, mas segura de que é a Mãe de Deus e que o Espírito Santo Lhe restaurará a vida. Ela nos convida a ter a mesma fé na Santíssima Trindade.



Imagem 12: Santíssima Trindade, têmpera sobre madeira, Andrei Rublev, Galeria Tretyakov, Moscou, Rússia, séc. XV

No início do mesmo século, a cerca de 3.000 km de Florença, o padre iconógrafo, Rublev, escreveu um ícone da Santíssima Trindade (imagem 12) para o mosteiro de São Sérgio. Rublev optou pelo Antigo Testamento, pela visita dos três anjos a Abraão em Mambré. Aqui, porém, ele não mostra nem o profeta e nem sua esposa, somente os peregrinos empunhando cajados. Eles estão sentados à mesa e discutem a estratégia para a salvação da humanidade que havia se perdido em pecado. Segundo Boespflug (2013), a ideia de um colóquio da Trindade Santa, a fim de salvar o mundo, é conhecida desde Irineu de Lyon e está baseada na literatura da Patrística.

Observamos rostos idênticos, delicados e sem idade. Não são retratos naturalistas, mas símbolos do inefável, remetendo o admirador ao sagrado. A figura à esquerda parece ser Deus-Pai, que não coloca sua mão na mesa, sobre a qual há um recipiente com um

cordeiro, a estratégia de salvação. O fato de não tocar a mesa talvez indique que Ele não virá ao mundo. Ele enviará o Espírito para dar vida e o Filho para cumprir o plano.

Ao centro, está o Salvador, apontando com a mão a sua missão: vir ao mundo e ser imolado para redimir a humanidade da morte. Notemos a mão: dois dedos estirados, denotando Ele ser totalmente divino e humano, a uma só vez; e os três dedos dobrados, indicando ser parte da Trindade. À direita, encontramos o Paráclito que, com a expressividade de seus pés, indica ter aceitado a tarefa.

Filho e Espírito Santo estão voltados para o Pai; Jesus O olha, mas o Paráclito, com a cabeça inclinada, parece mirar o cordeiro sobre a mesa. O olhar do Pai fecha um triângulo ao contemplar a terceira pessoa sentada à sua frente.

## 5 I AS REPRESENTAÇÕES LOGÓTICAS

A Protoigreja não lançou mão só de imagens figurativas, mas criou também simbologias para apresentar a Trindade Santa. Um deles é denominado de ‘monograma triádico’ (imagem 13), com o cristograma *Chi Ro* ( $\chi\rho$ ) repetido três vezes sobre três círculos concêntricos. Recordando que, desde a Antiguidade, o círculo representa a perfeição e o divino. As três de tonalidades diversas de azul exprimem, por sua vez, a divindade tripla unida sob o Verbo encarnado, o Alfa e Ômega, formando assim a Santíssima Trindade.

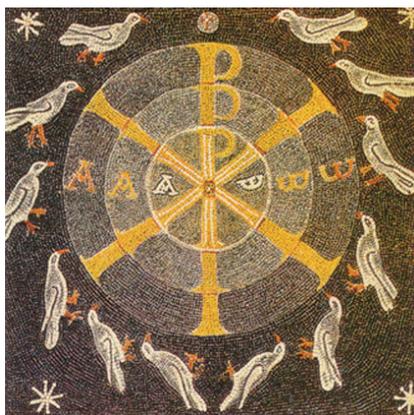


Imagem 13: cristograma e círculos triádicos, mosaico, batistério, Albenga, Itália, séc. V

Em outro batistério, em Aparecida, Pastro<sup>5</sup> fez um painel não figurativo em pedra (imagem 14), a exemplo do mosaico anterior. Ali, ele coloca a fórmula deixada por Jesus aos discípulos para batizarem “em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.” (Mt 28,19).

4 O cristograma deriva da palavra  $\chi\rho\iota\sigma\tau\omicron\varsigma$ /*Christós* em grego.

5 Cláudio Pastro (1946-2016) foi o mais importante artista sacro brasileiro do final do século XX e início do XXI. Tem renome internacional e obras em vários países, inclusive no Vaticano.



Imagem 14: Santíssima Trindade, painel em pedra, Cláudio Pastro, batistério, Basílica de Aparecida, Aparecida do Norte, séc. XXI

Consciente de que vivemos em um mundo de comunicação instantânea que não deixa tempo para análises, e em uma sociedade de consumo rápido de figuras, ele opta pelo texto. Força o visitante a ler, o que já leva mais tempo do que abarcar a imagem de uma só vez e seguir em frente com sua visita. Esses segundos que o artista rouba do leitor levam-no a decifrar, mentalmente, as palavras Pai, Filho, Espírito e Santo. O leitor precisa acessar seu arquivo imagético pessoal para que a mensagem faça sentido. A ordem de leitura é indiferente, não alterando o sentido geral. Desta maneira, Pastro avança na representação imagética e garante liberdade de criação para o visitante, para que forme sua própria iconografia.

Notemos que o simbolismo deste painel dá algumas pistas: ao centro, uma cruz púrpura (cor da divindade), que o corta em quatro partes, representando a Terra, os quatro pontos cardeais, as estações do ano, o mundo ao qual Jesus veio. A cruz, além de distintivo do martírio de Cristo, é também simbologia que une a Terra ao Céu, o humano ao divino. A cor terrosa abaixo simboliza o local onde foi levantada – no Gólgota. A faixa azul acima é a água do batismo, que nos purifica e torna homens e mulheres novos. O crucifixo está vazio, pois o Redentor ressuscitou ao terceiro dia, após ter descido à mansão dos mortos e resgatado os pais originais, Adão e Eva.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ser humano pensa em palavras e, para produzir arte, precisa delas, já que o artista concebe, mentalmente, a obra antes de realizá-la. A obra de arte é assim uma ‘encarnação’, para usarmos a designação dada por Hegel, uma concretização do pensamento que

se opera no espírito, que pode se dar por meio da poesia, da pintura ou de outra forma artística (LACOSTE, 1986). Lacoste (1986) explica: “na medida em que a produção de uma ‘obra de arte’ (o fazer) se distingue do simples efeito natural, do agir, porquanto supõe uma liberdade que coloca a razão na base de suas ações.” (p. 22).

Desde sempre houve o desejo de representar, iconograficamente, o divino, contudo, a figuração pressupõe um projeto antes da concretização. Surpreende-nos assim que pinturas e mosaicos da Santíssima Trindade fossem produzidos no mesmo século em que o dogma foi colocado. Lembremos as dificuldades de difundir informações quando os meios de comunicação eram lentos e as distâncias difíceis de serem transpostas.

Estivemos no encaço das experimentações pictográficas da Trindade, do início do cristianismo ao século XV, notando o aparecimento e o desaparecimento de matrizes do Antigo e do Novo Testamento. Algumas, como o Pantocrator, o Trono da Misericórdia e a Hospitalidade de Abraão consolidaram-se e são utilizadas ainda hoje.

Pastro que apesar de ter sido um artista figurativo, utilizou o *lógos*, a palavra escrita, na Capela do Batismo da Basílica de Aparecida. Como pode ser verificado em vários locais desta igreja, ele combinou muitas vezes pintura e escrita. Não obstante a arte sacra cristã contar quase dois mil anos e muitíssimas imagens do Deus trino e uno, Pasto retoma a linguagem da Protoigreja e produz um painel logótico, atualizando-o, conforme as regras do Concílio Vaticano II. Ele sabe do poder do *lógos* em uma sociedade altamente imagética como a contemporânea. Neste sentido, Brandão (2009) afirma:

O *lógos* tem o poder de representar-se e de representar aquilo que está a nossa volta e, mesmo diante do assédio proporcionado pelo turbilhão imagético-fotográfico [da contemporaneidade], continua demonstrando sua hegemonia. (s.p.).

Vemos, portanto, uma Trindade que é *Lógos*, a força criadora do Verbo que se mostrou aos homens na Encarnação. Segundo Jesus, quem O viu, viu o Pai e complementamos dizendo que quem lê cria em seu íntimo uma imagem do que está escrito. Aquele que lê o nome das três pessoas cria-As em seu pensamento e Elas passam a ter uma aparência para o leitor, seja ele crente ou não.

## REFERÊNCIAS

1) A Santa Face, Galeria Tretyakov, Moscou, foto Christiane Meier

2) *Pantocrator*, mosteiro de Santa Catarina, Monte Sinai, [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/fb/Christ\\_Icon\\_Sinai\\_6th\\_century.jpg/320px-Christ\\_Icon\\_Sinai\\_6th\\_century.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/fb/Christ_Icon_Sinai_6th_century.jpg/320px-Christ_Icon_Sinai_6th_century.jpg)

3) Hospitalidade de Abraão, igreja de Santa Maria Maior, Roma, <https://parochianus.files.wordpress.com/2017/02/mosaic-panel-2-abe-angels.jpg>

- 4) Trindade, igreja Santa Maria Assunta, Armeno, <https://media-cdn.tripadvisor.com/media/photo-s/0a/42/fe/54/img-20160117-wa0034-largejpg.jpg>
- 5) *Trivultus*/Três Faces, igreja de São Nicolao, Giornico, [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/10/Giornico\\_Chiesa\\_San\\_Nicolao\\_Affreschi\\_Abside\\_Trinit%C3%A0.jpg/629px-Giornico\\_Chiesa\\_San\\_Nicolao\\_Affreschi\\_Abside\\_Trinit%C3%A0.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/10/Giornico_Chiesa_San_Nicolao_Affreschi_Abside_Trinit%C3%A0.jpg/629px-Giornico_Chiesa_San_Nicolao_Affreschi_Abside_Trinit%C3%A0.jpg)
- 6) Trindade, igreja de São Tiago, Urschalling, [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2d/Sant%C3%ADsima\\_Trinidad.\\_Padre%2C\\_Hijo\\_y\\_Esp%C3%ADritu\\_Santo\\_representado\\_en\\_forma\\_Femenina.Fresco\\_s.X.\\_Iglesia\\_de\\_San\\_Jakobus\\_en\\_Urschalling%2C\\_Alta\\_Baviera\\_Alemania.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2d/Sant%C3%ADsima_Trinidad._Padre%2C_Hijo_y_Esp%C3%ADritu_Santo_representado_en_forma_Femenina.Fresco_s.X._Iglesia_de_San_Jakobus_en_Urschalling%2C_Alta_Baviera_Alemania.png)
- 7) Trindade, Guiard des Moulins, [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/48/Trinity\\_%28Guiard\\_des\\_Moulins%2C\\_Bible\\_historiale%2C\\_15\\_c.%29.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/48/Trinity_%28Guiard_des_Moulins%2C_Bible_historiale%2C_15_c.%29.jpg)
- 8) Trindade, igreja de São Pedro e São Paulo, Castelletto Cervo, [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/f8/Trinit%C3%A0\\_Castelletto\\_Cervo.jpg/689px-Trinit%C3%A0\\_Castelletto\\_Cervo.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/f8/Trinit%C3%A0_Castelletto_Cervo.jpg/689px-Trinit%C3%A0_Castelletto_Cervo.jpg)
- 9) Trono da Misericórdia, Saltério de *Landgraf*, <https://www.magnificat-das-stundenbuch.de/media/images/org/Gnadenstuhl%20Landgrafensalter%20WLB%20HB%20II%2024%20172v%20Ausschnitt.jpg>
- 10) Aflição de Deus, [https://de.catholicnewsagency.com/image//\\_gods-distress\\_-1415-cologne\\_1538148850.jpg/810](https://de.catholicnewsagency.com/image//_gods-distress_-1415-cologne_1538148850.jpg/810)
- 11) Santíssima Trindade, Masaccio, igreja de Santa Maria Novella, [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a2/Masaccio\\_Dreifaltigkeit\\_1425-28\\_Santa\\_Maria\\_Novella\\_Florenz-1.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a2/Masaccio_Dreifaltigkeit_1425-28_Santa_Maria_Novella_Florenz-1.jpg)
- 12) Santíssima Trindade, Andrei Rublev, Galeria Tretyakov, foto Christiane Meier
- 13) Cristograma e círculos triádicos, Albenga, <http://www.kath.ruhr-uni-bochum.de/mam/akg/bilder/mosaik.jpeg>
- 14) Santíssima Trindade, painel em pedra, Cláudio Pasto, Basílica de Aparecida, foto Christiane Meier

**Bíblia de Jerusalém**, Paulus, 2016

BOESPFLUG, François. **Der Gott der Maler und Bildhauer** – die Inkarnation des Unsichtbaren, Verlag Herder, Freiburg im Breisgau: 2013

BOFF, Leonardo. **A Santíssima Trindade** é a melhor comunidade, Editora Vozes, Petrópolis: 2011

BRANDÃO, Jack. **A iconofotologia**: entre o logos poético, o *eikon* e a *techné* fotográfica”, in Revista Ghrebh, nº 3, São Paulo: 05/2009

BURCKHARDT, Titus. **A arte sagrada no Oriente e no Ocidente**: princípios e métodos, Attar Editorial, São Paulo: 2004

FELMY, Karl Christian. **Die Heiligen der Russischen Orthodoxen Kirche und ihre Ikonen**. In 1000 Jahre Orthodoxe Kirche in der Rus': 988-1988, Bitter, Recklinghausen: 1988

LACOSTE, Jean. **A Filosofia da Arte**, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro: 1986

TOMMASO, Wilma. **O Cristo Pantocrator** – da origem às igrejas no Brasil, na obra de Cláudio Pastro, Paulus, São Paulo: 2017

[http://www.vatican.va/archive/cathechism\\_po/index\\_new/p1s2c1\\_198-421\\_po.html#PAR%C3%81GRAFO\\_1\\_](http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/p1s2c1_198-421_po.html#PAR%C3%81GRAFO_1_), acessado em 26/03/2021

# CAPÍTULO 17

## PRODUÇÃO DE DISPOSITIVOS PARA AUXILIAR PORTADORES DE DEFICIÊNCIA NOS MEMBROS SUPERIORES NA UTILIZAÇÃO DE APARELHOS ELETRÔNICOS COMO CELULARES E SMARTPHONES

*Data de aceite: 01/06/2021*

### **Luisa Gmach Taffarel**

Colégio Bom Jesus Centro  
Curitiba - PR - Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/5269528659267415>

### **Nathália Magalhães Gonçalves**

Colégio Bom Jesus Centro  
Curitiba - PR - Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/0684325512386203>

### **Cornélio Schwambach**

Colégio Bom Jesus Centro  
Curitiba - PR - Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/9444321971341354>

**RESUMO:** Diante de muito preconceito e dificuldades no dia-a-dia das pessoas com deficiências motoras, desenvolvemos um utensílio para ajudar os indivíduos que possuem carência de membros superiores na utilização de dispositivos eletrônicos como smartphones e outros aparelhos que possuem o mecanismo do touch. Com isso, prevemos o decremento do constante preconceito vivenciado por estas pessoas, assim como facilitar o modo de vida dessas, visto que possuem uma grande dificuldade em relação ao manuseio de aparelhos eletrônicos, e que não foi realizado nenhum tipo de dispositivo para ajudá-las, a não ser mão mecânica - algo que para muitas pessoas, está fora de alcance devido ao preço elevado no mercado. A utilização de dispositivos

por parte das pessoas que apresentam algum tipo de membros amputados acaba excluindo a possibilidade de muitas dessas pessoas terem acesso aos diferentes tipos de tecnologia como os smartphones, celulares, entre outros. Por outro lado, muitas são as possibilidades de utilização de materiais alternativos e tecnologia de ponta como a impressão em 3D para a produção de próteses de baixo custo facilitando a inclusão dessas pessoas. O projeto inicial tem demonstrado ser possível e tem como proposta proporcionar às pessoas especialmente as de baixa renda condições de utilizarem equipamentos eletrônicos. Uma abordagem inclusiva e que considera a reutilização de materiais que seriam descartados, ou seja, ambientalmente correta é que se destina à presente proposta. Com o avanço da tecnologia é necessário pensar na inclusão de pessoas com alguma deficiência.

**PALAVRAS - CHAVE:** deficientes- touch- amputação

### **PRODUCTION OF DEVICES TO ASSIST UPPER LIMB DISABLED PEOPLE TO USE ELECTRONIC DEVICES SUCH AS MOBILE PHONES AND SMARTPHONES**

**ABSTRACT:** People with motor disabilities face a lot of prejudice and difficulties in their daily lives, so we developed an equipment to help individuals who have upper limb deficiency in the use of electronic devices such as smartphones and other devices that have the touch mechanism. With this, we foresee the decrement of the constant prejudice experienced by these people, as well as facilitating their way of life, since they have great difficulty in manipulating electronic devices, and

that no type of device has been made to help them, other than mechanical hand - something that, for many people, is out of reach due to the high price in the market. The use of touch devices by people who have some type of amputated limb ends up excluding the possibility for many of these people to have access to different types of technology such as smartphones. On the other hand, there are many possibilities of using alternative materials and the latest technology such as 3D printing for the production of low-cost prostheses, facilitating the inclusion of these people. The initial project has shown to be possible and has as a proposal to provide people, especially those of low income, conditions to use electronic equipment. An inclusive approach that considers the reuse of materials that would be discarded, that is, environmentally correct that fits in this proposal. With the advance of technology, it is necessary to consider the inclusion of people with some kind of disability.

**KEYWORDS:** Touch - amputation - physical disability.

## 1 | INTRODUÇÃO

Deficientes físicos enfrentam muitas dificuldades na sociedade devido a exclusão social e dependência de terceiros para desempenhar atividades diárias. A inclusão é a modificação da sociedade como pré-requisito para que pessoas com necessidades especiais possam buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania (SASSAKI, 1997). No Brasil, ainda vemos presente em nossa realidade que milhares de deficientes físicos são vítimas de discriminação e segregação pela sociedade (MACIEL, 2000). Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), 20% da população brasileira possui algum tipo de deficiência motora e, destes, 6% não têm um ou mais membros. As amputações dos membros superiores ocorrem devido a malformações genéticas ou acidentes, muitas vezes ocorridos no trabalho. Dependendo do grau de amputação do membro, torna-se cada vez mais difícil o uso de aparelhos eletrônicos, visto que é um mercado em grande expansão atualmente, e além disso, modifica o design e especificações de seus produtos com bastante frequência (HUNOLD et.al, 2014)

Tecnologia assistiva é a denominação que se dá aos produtos e ideias desenvolvidas visando a contribuição para a inclusão de portadores de necessidades especiais na sociedade, facilitando assim a sua independência (HUNOLD et.al, 2014). Os aparelhos celulares, assim como novas tecnologias de comunicação tornaram-se objetos fundamentais na sociedade (COUTINHO, 2014) O presente estudo procura facilitar o uso de aparelhos eletrônicos por pessoas que apresentam algum tipo de deficiência nos membros superiores (braços, mãos ou dedos).

### 1.1 Problema

Atualmente, os deficientes motores que sofreram algum tipo de amputação nos membros superiores possuem muitas limitações na utilização de aparelhos eletrônicos e em realizar as suas atividades diárias. Esses indivíduos utilizam a caneta touch com a boca, com o dispositivo apoiado em uma mesa por exemplo, o que dificulta o uso desses

aparelhos, assim como a falta de aproveitamento dos recursos provenientes destes. Além disso, um grande problema em nossa sociedade é a exclusão social. Pessoas com essas deficiências são frequentemente julgadas e excluídas do meio social.

## 1.2 Hipótese

A utilização de materiais alternativos e de baixo custo tornam possível a fabricação de dispositivos que auxiliem as pessoas com carência de membros superiores na utilização de aparelhos eletrônicos que possuem a função touch, podendo assim, desfrutar de todos os recursos oferecidos por esses, e aumentar a inclusão social destes indivíduos na sociedade.

## 1.3 Objetivos

Criação de dispositivos para auxiliar os portadores de deficiência nos membros superiores na utilização de aparelhos eletrônicos como celulares e smartphones.

# 2 | DESENVOLVIMENTO

## 2.1 Revisão de Literatura

### 2.1.1 *Inclusão social*

A Constituição Federal de 1988 marcou o reconhecimento de direitos humanos básicos como o direito à saúde, educação, segurança, entre outros e o dever do Estado como garantidor desses direitos.

Em 1989, a Lei nº 7.853 dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social e sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Regulamentada pelo Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que também estabeleceu o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), como órgão superior de deliberação coletiva com a atribuição principal de “zelar pela efetiva implantação da Política Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência”.

A Convenção da ONU, como é conhecida, é um tratado internacional, aprovado em Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em dezembro de 2006, cujo propósito é “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente”.

O Brasil assinou a Convenção em março de 2007, que ratificada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, alcançou status de norma

constitucional. Esse compromisso foi promulgado posteriormente pelo Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

Ao se organizarem como movimento social, as pessoas com deficiência buscaram novas denominações que pudessem romper com essa imagem negativa que as excluía. O primeiro passo nesse caminho foi a expressão “pessoas deficientes”, que o movimento usou quando da sua organização no final da década de 1970 e início da década de 1980, por influência do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD). A inclusão do substantivo “pessoa” era uma forma de evitar a coisificação, contrapondo-se à inferiorização e à desvalorização associada aos termos pejorativos usados até a participação plena da pessoa com deficiência na comunidade fica prejudicada à medida que as barreiras atitudinais (preconceitos, sentimentos de menos valia, rejeição, segregação, superproteção, estereótipos, entre outros) e ambientais (falta de acessibilidade) ganham força. então.

A escola passou a ser considerada como um instrumento de inclusão social a partir dos anos 80, após a incorporação da noção exclusão social como norteadora de diretrizes e ações propostas por instituições e organismos internacionais (ONU, FAO, UNESCO, OIT, OEI, Banco Mundial, União Européia, etc.) e, também, por redes de organizações sócio-voluntárias para o enfrentamento da pobreza. Essa abordagem se expande, justificando políticas públicas e ações da sociedade civil. Pode-se considerar que, uma vez utilizado o conceito de exclusão social, a partir do qual se propõem as ações de inclusão social, há um consenso imediato sobre as mais diversas e contraditórias abordagens sobre as causas da exclusão. Isto não significa que haja um consenso sobre o que é exclusão e sobre o que deve ser feito para resolve-la. Há sim uma pulverização de perspectivas sobre a exclusão que vai, desde exclusão do mercado de trabalho, até a exclusão cultural, étnica, exclusão informacional, etc. Assim, a criança de rua, o alcoólatra, os portadores de HIV, os desempregados, o empregado temporário, são todos excluídos. Atualmente, se observa que a inclusão social como objetivo da educação passou a constituir noção chave para os mais diversos discursos (acadêmicos, políticos, administrativos e do senso comum) sobre a exclusão. No campo da produção acadêmica e da administração pública são produzidos ensaios, pesquisas, e propostas para inclusão étnica, de gênero, cultural, de portadores de necessidades especiais, inclusão no mercado de trabalho e outras inclusões através da escola.

A inclusão social denomina-se segurança, proteção, segurança social, direitos democráticos e oportunidades comuns de participação política; a melhoria de capital humano por meio da educação, do treinamento e de empregos de melhor qualidade pode contribuir significativamente para o aumento da inclusão social; (Re)inserção no mercado de trabalho, solidariedade social; valorização das pessoas e grupos independentes de religião, etnia, gênero ou diferença de idade; estruturas que possibilite possibilidades de escolhas; envolvimento nas decisões que afetam a si em qualquer escala; disponibilidade de oportunidades e recursos necessários para que todos possam participar plenamente na sociedade.

No âmbito da inclusão social destaca-se a abordagem da solidariedade social com o envolvimento de todos os segmentos da sociedade. Entretanto, todas as ações de inclusão social requerem uma gestão econômica, mais concretamente, uma política social.

A identificação dos fatores de exclusão e inclusão social está associada à vulnerabilidade social, o que significa um processo multidimensional de indicadores que exibem assimetria no que respeita à variabilidade espaço temporal.

Relativamente aos conceitos apresentados anteriormente sobre a exclusão social, salienta-se o seu caráter multidimensional. Assim sendo, a minimização dos seus efeitos parte do amplo conhecimento de todos os fatores envolvidos, bem como do reconhecimento da sua natureza conforme refere Sen (2000, p. 30). Na verdade, é essencial uma análise holística de todos os problemas sociais para se definir eventuais medidas de combate à exclusão social.

A inclusão social através do trabalho gera maior envolvimento participativo do indivíduo na sociedade, visto que o emprego possibilita a capacidade de decisão, de escolhas relativamente à utilização dos recursos sociais e de pleno exercício da cidadania. Por outro lado, o desemprego, sobretudo de longa duração, causa danos psicossociais, tais como a perda de competência e autoestima (COM, 2003, p. 24; Silva, 2008, p. 5)

### 2.1.2 próteses

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), na atualidade existem mais de um bilhão de pessoas que convivem com algum tipo de deficiência e, entre estas pessoas, 200 milhões vivenciam dificuldades funcionais consideráveis. De acordo com IBGE, no Brasil, comprovam que 24% da população brasileira declararam possuir algum tipo de deficiência. Esta porcentagem corresponde a 46 milhões de pessoas, sendo que 13 milhões afirmam ter alguma deficiência motora permanente.

"Nesta perspectiva, o presente material didático elaborado para a qualificação em confecção de órteses e próteses está voltado para o aperfeiçoamento dos trabalhadores das oficinas ortopédicas da Rede SUS representando uma ação de educação permanente direcionada ao cumprimento das políticas da Saúde para as pessoas com deficiência." "O Sistema Único de Saúde foi foco de discussão da Organização Mundial da Saúde (OMS) com a Organização Pan-americana de Saúde (Opas), no comitê de Genebra ocorrido em 2012. O objetivo foi apresentar o modelo brasileiro de saúde ao comitê que tem interesse em conhecer o SUS, para ajudar outros países a também construir sistemas de saúde pública. O interesse em construir um sistema universal de saúde de qualidade vem crescendo entre muitos países. "

"Em 25 de abril de 2012, o Ministério da Saúde publica a Portaria nº 835 que institui incentivos financeiros de investimento e de custeio para o componente

de Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde. Esta portaria prevê recursos financeiros a serem utilizados para a construção, a reforma ou a ampliação das sedes físicas dos pontos de atenção e do serviço de oficina ortopédica do componente de Atenção Especializada em Reabilitação, bem como para aquisição de equipamentos e outros materiais permanentes”.

“O nível das amputações e a qualidade do coto tem importância vital, tanto em relação à escolha do tipo de prótese e seus componentes como em relação ao rendimento final do amputado com sua prótese” (KUHN, 1997)

Há diversas maneiras em que o modelo de prótese utilizado pode variar. Nas condições sociais varia-se de acordo com a idade, sexo, peso, estado geral, profissão, nível de atividade física, tipo de esporte, condição social e econômica, arquitetura/acessibilidade e capacidade intelectual. Já nas condições clínicas varia-se o nível da amputação, posição do coto, musculatura, possibilidade de contato terminal (leve toque) diferente do contato distal, edemas, capacidade de descarga, partes ósseas (espículas, deformidades e má postura), Sensibilidade da pele (diabetes e hanseníase), flacidez, neuromas e pele aderente.

Para a protetização das desarticulações de punho existem vários sistemas de próteses estéticas e funcionais. A prótese estética é mais leve, mas tem uma função passiva bastante limitada. É indicada para pacientes que dispensam ou não se adaptam a próteses funcionais. Para uma fixação segura da prótese basta confeccionar um encaixe de contato, já que a parte distal do coto é mais larga. O encaixe deve terminar um pouco abaixo do cotovelo, permitindo um movimento livre de pronosupinação. A mão é fixada ao encaixe externo, devendo evitar o alongamento excessivo da prótese e uma luva cosmética reveste a mão internamente. A prótese ativa, acionada por um cabo de tração, requer um tirante envolvendo o ombro. Esta prótese é indicada especialmente quando não existem meios para colocação de uma prótese mioelétrica ou quando for da preferência do paciente. Algumas vantagens em relação à prótese mioelétrica são: a simplicidade de sua manutenção, ser mais leve e não depender de fonte externa. A fixação da mão ao encaixe é feita através de um chassi sem rosca, evitando um alongamento excessivo da prótese em relação ao membro não amputado. Para a colocação de um gancho torna-se necessário um adaptador especial. Nas amputações transradiais, assim como para desarticulação de punho, a prótese estética é indicada para pacientes que dispensam ou não se adaptam a uma prótese funcional. A fixação da prótese é feita através de um encaixe de contato envolvendo o cotovelo. Utiliza-se uma mão cosmética ou passiva como dispositivo terminal. Em comparação à prótese mioelétrica tem a vantagem de ser mais leve, de manutenção mais simples, menor custo e de não necessitar de fonte de energia externa. Por outro lado, o emprego de um tirante de tração representa uma limitação de movimentos e menos conforto de uso. A fixação da prótese é feita através de um encaixe de contato envolvendo o cotovelo. Para cotos extremamente curtos torna-se necessário um auxílio de fixação. Utiliza-se uma mão ou gancho como dispositivo terminal. A fixação ao encaixe externo é feita através de diferentes tipos de punho.

As próteses de membro superior podem ser classificadas de acordo com seu potencial funcional, seus componentes e as fontes de energia. São classificadas em próteses não funcionais: estéticas; Próteses funcionais: convencionais, mioelétricas e híbridas. As fontes de energia podem ser através do sistema endoenergético ou de propulsão muscular cuja energia originasse no próprio corpo do paciente, transmitindo-se através das correias e cabos para o dispositivo terminal; o sistema exoenergético ou de propulsão artificial cuja energia é originada externamente ao corpo e que independe de transmissão via cabos ou correias e o sistema híbrido o qual resulta da combinação dos dois acima citados (LIANZA S., 2001)

A mão é a estrutura mais complexa do membro superior. As suas principais funções são a manipulação de objetos, a apreensão e a pinça. A pinça exige ao menos dois dedos em oposição, com mobilidade e sensibilidade preservadas, os tipos básicos de pinça: bidigital (pontaponta), tridigital e lateral (chave).

Uma prótese para amputação parcial de mão apenas terá utilidade se aumentar a funcionalidade com o mínimo comprometimento da sensibilidade e da função residuais da mão e se melhor a estética. Com dois dedos o indivíduo pode aduzir ou opor um dedo ao outro. Se somente o polegar remanescer uma órtese para permitir uma superfície de oposição pode ser confeccionada (PEDRINELLI, A., 1997).

## 2.2 Metodologia

### 2.2.1 *Materiais*

- Meia de compressão
- Palito de madeira
- Cola quente
- Papel alumínio
- Algodão

### 2.2.2 *método*

O protótipo da braçadeira que levará o aparelho smartphone foi comprado pronto, e somente realizado uma modificação. Essa modificação consistiu em cortar a parte de interior do plástico para facilitar a energia do touch transmitida.

Para o protótipo da prótese touch:

1. Com uma meia compressão (utilizada para tratamento de varizes) foi produzido um suporte que fica fixado no braço, dentro deste suporte, foi acrescentado um revestimento de alumínio e internamente com algodão para que haja contato entre pele e o alumínio de uma maneira confortável.

2. Ainda dentro do tecido foi colado ao alumínio um palito de madeira, e junto a base que tem contato com a pele.

3. A ponta do palito revestida de alumínio ficou exposta para que fosse possível o contato com o celular ativando os sensores touch. Deste modo, foi possível fazer com que houvesse a transmissão de energia proveniente do corpo para o celular, alcançando o objetivo preliminar, ou seja, ativar o sensor touch sem que haja contato direto do corpo com o aparelho. Sendo assim possível para os deficientes motores com carência de parte dos membros superiores utilizarem o equipamento.

É importante ressaltar que o modelo produzido até o presente momento é temporário e apenas destina-se a melhor visualização de um possível produto final, que será produzido a partir de tecidos de diferentes estampas e plásticos biodegradáveis. Ainda estuda-se quais serão os melhores materiais a serem utilizados no protótipo definitivo.

### 3 | DISCUSSÕES E RESULTADOS

Até o presente momento foi produzido um modelo rudimentar de protótipo onde podemos observar quais modificações serão necessárias e qual a viabilidade da produção das braçadeiras e próteses touch screen com determinados materiais. Ainda serão produzidos outros modelos para teste.

Partindo do problema levantado como norteador deste projeto, os portadores de deficiências físicas, em especial aqueles que perderam os membros superiores ou parte deles possuem grande dificuldade em comunicar-se por meio de equipamentos eletrônicos ou precisam do auxílio de terceiros para realizarem estas funções, observou-se que estas pessoas não conseguem ter total autonomia neste quesito. Questões relacionadas ao preconceito vivenciado pelos deficientes devido a dependência e dificuldades presentes no dia a dia, fica evidente de que existe a necessidade de ajudá-los de alguma forma, proporcionando melhorias no seu modo de vida. O projeto ainda encontra-se em fase de produção e testes e serão realizadas ainda diversas modificações, com o propósito de incluir o deficiente no mundo tecnológico em que vivemos atualmente.

Ainda não foi testado com pessoas que possuem a amputação de membros superiores. Todavia, o emissor do touch foi testado e aprovado, transmitindo a energia necessária. Os materiais utilizados são de baixo custo e de fácil acesso e nos testes eficientes. A utilização do papel alumínio que reveste o protótipo de toque transmite a energia necessária para ativar o sensor touch. A fixação da braçadeira com apoio para celular associada ao protótipo de toque pode garantir a possibilidade de utilização do equipamento por parte das pessoas que tiveram parte de um membro superior amputado.

## 4 | CONCLUSÃO

Para melhorar o modo de vida dos deficientes com carência de membros superiores, assim como favorecer a inclusão social destes, desenvolvemos uma prótese que passa a energia proveniente do corpo humano necessária para ativar o dispositivo do touch, para o celular. Deste modo, eles terão um melhor aproveitamento do dispositivo móvel, não precisando de tanta ajuda e tornando-se, assim, mais independente. É importante constar que o aparelho possui algumas dependências, tais como: o grau de amputação, de tamanho, e de obesidade, por exemplo.

## AGRADECIMENTOS

Luisa Gmach Taffarel

À minha família, meus pais Rosicler Gmach e Ivan Pedro Taffarel, pelo apoio e incentivo que me proporcionaram e ainda me proporcionam em relação à ciência. Dedico este trabalho também à minha irmã, que está sempre ao meu lado e me apoiando.

Agradeço profundamente a equipe educacional do colégio Bom Jesus Centro, principalmente o professor Cornélio Schwambach que orientou a realização deste trabalho e a professora Larissa Soares Bittencourt por dicas e sugestões valiosas, e por meus colegas de classe pelas palavras de incentivo e motivação.

Dedico também ao meu tio, que desde sempre me deu muita confiança e segurança.

Nathália Magalhães Gonçalves

À minha família, meus pais Eliane Aparecida de Oliveira Gonçalves e Roderlei Magalhães Gonçalves pelo apoio. Dedico este trabalho também às minhas irmãs, que nos ajudaram de diversas maneiras.

Agradeço profundamente a equipe educacional do colégio Bom Jesus Centro, principalmente o professor Cornélio Schwambach que orientou a confecção deste trabalho e a professora Larissa Bittencourt por dicas e sugestões valiosas, e por meus colegas de classe pelas palavras de incentivo e motivação.

Dedico também a Cátia Macohin que desde o início nos ajudou e disponibilizou ideias que foram essenciais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. 4. ed. Brasília, 2007.

COUTINHO, L.G. A Era dos Smartphones: Um estudo Exploratório sobre o uso dos Smartphones no Brasil. Disponível em: < [http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9405/1/2014\\_GustavoLeuzingerCoutinho.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9405/1/2014_GustavoLeuzingerCoutinho.pdf) >. Acesso: 12 de jun. 2017.

HUNOLD, M.; LIMA, V.; CASTRO, Y.; AUGUSTO, C.; YOSHIMURA, F. R.; MATIAS, J. S.; RODRIGUES, M.; KUNKEL, M. E. **Protótipo de prótese de mão robótica de lego controlada por sistema Android para bi amputado.** XXIV Congresso Brasileiro de Engenharia Biomédica – CBEB, 2014.

GAZINELLI, M. F. et al. Educação em Saúde: conhecimentos, representações sociais e experiências da doença. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 200-206, jan./ fev. 2005.

**MACIEL.C.R. Portadores de deficiência. A questão da inclusão social. Disponível em:** <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392000000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200008)>. Acesso: 08 de jun. 2017.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

# CAPÍTULO 18

## INTERAÇÕES TEMPORAIS NA ERA DA CONVERGÊNCIA: PERSPECTIVAS DAS GERAÇÕES Y E Z NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

*Data de aceite: 01/06/2021*

*Data de submissão: 06/04/2021*

### **Moisés Cardoso**

Doutor em Comunicação e Linguagens PPGCOM/UTP; Mestre em Desenvolvimento Regional PPGDR/FURB; pós-graduado em Novas Mídias FURB. Publicitário formado pela FURB. Jornalista formado pelo IBES/Sociesc. <http://orcid.org/0000-0003-2447-756X>

### **Álvaro Nunes Larangeira**

Pós-doutor em Jornalismo pela Universidade de Coimbra. Doutor em Comunicação pela PUCRS. Integrante da Rede de Pesquisa Jornalismo, Imaginário e Memória – REDE JIM. <http://orcid.org/0000-0002-7849-398X>

### **Alexandre Artur Kumm**

Bacharel em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda FURB.

**RESUMO:** O advento das redes sociais digitais influenciou diferentes aspectos do cotidiano dos consumidores. Nessas plataformas é possível gerar uma riqueza prodigiosa de interações temporais por parte das empresas e clientes. O presente estudo tem o objetivo de analisar as interações temporais desenvolvidas pelas gerações Y e Z a partir de seis categorias classificatórias: Passatempo, Promocional Corrida Cartoon, Promocional Jogos Online, Apropriação de Conteúdo, Institucional/Promocional Canal, Atualizações de Capa e Informativo Corrida Cartoon. Utilizou-se o método

bibliográfico para realizar um levantamento teórico dos conceitos que envolvem a temática e posteriormente uma pesquisa descritiva para análise da página do canal Cartoon Network Brasil na rede social Facebook, sob a perspectiva de como os usuários das gerações Y e Z, se comportam no ambiente digital. Os resultados apontam que as interações temporais na era da convergência como um processo de evolução do veículo de comunicação, juntamente com a modificação no comportamento do público receptor.

**PALAVRAS - CHAVE:** Interações, Comunicação, Redes Sociais, Mídias Digitais.

### **TEMPORAL INTERACTIONS IN THE ERA OF CONVERGENCE: PERSPECTIVES OF GENERATIONS Y AND Z ON DIGITAL SOCIAL NETWORKS**

**ABSTRACT:** The advent of digital social networks influenced different aspects of the daily lives of consumers. These platforms can generate a prodigious wealth of temporal interactions by companies and customers. This study aims to analyze the temporal interactions developed by the Y and Z generations from six qualifying categories: Hobby, Promotional Race Cartoon, Online Promotional Games, Content Ownership, Corporate / Promotional Channel, Cape Updates and News Race Cartoon. We used the literature method for performing a theoretical survey of concepts involving the theme and then a descriptive research to analyze the Cartoon Network Brazil channel page on the social network Facebook, from the perspective of how users of generations Y and Z if They behave

in the digital environment. The results show that the temporal interactions in the convergence era as a process of evolution of the means of communication, along with the change in the target public's behavior.

**KEYWORDS:** Interactions, Communication, Social Networks, Digital Media

## 1 | INTRODUÇÃO

O advento da internet transformou o mercado e suas operações ao longo dos últimos anos. Novas possibilidades de comunicação e comércio surgiram e, a cada dia, mais oportunidades continuam a aparecer vindas desta mídia. A conexão de uma sociedade é o resultado da difusão de suas redes, mas especialmente, da sua utilização a partir de interações entre novos paradigmas tecnológicos e a sociedade como um todo (CASTELLS e CARDOSO, 2005).

Vale a pena destacar que o conceito de redes sociais, tem sua origem antes da internet, que consiste em um conjunto de relações concretas entre as pessoas, capazes de vincular um indivíduo aos outros. Entende-se então, que as redes sociais funcionam como elos que interligam pessoas por meio de conexões já existentes, podendo ser elas gostos, habilidades, conhecimentos, entre outros. Uma rede social consiste em um conjunto formado por dois elementos: os atores formados por pessoas, grupos ou instituições e as suas próprias conexões, definidas como laços sociais. Estes laços são compostos por relações sociais, as quais são possíveis por meio da interação social, sendo capazes de causar um reflexo comunicativo entre o indivíduo e seus respectivos pares. (BARNES, 1987 e RECUERO, 2009).

As redes sociais digitais são fundamentalmente diferentes de qualquer mídia tradicional por causa de sua estrutura e natureza igualitária, tornando-se estratégicas para a gestão da imagem das organizações. A fim de construir e manter a influência na mídia social, uma marca precisa identificar e atrair um grupo de usuários que se envolvam com a marca. As interações temporais atribuem papéis sociais dentro de uma rede que permite influenciar as percepções de outros usuários. A comunicação publicitária tende a incorporar algo com o qual não estava acostumada: a comunicação entre os consumidores. Não apenas a comunicação direcionada ao consumidor é necessária, mas onde estes passam a ter a marca como um veículo de interação entre a empresa e o mercado (CARVALHO, 2011).

As interações temporais dentro das plataformas digitais passaram a desenvolver uma nova dinâmica com o surgimento da *web 2.0* e também dos sites de redes sociais, que significam uma grande mudança na relação existente entre os consumidores brasileiros, as marcas e a forma com que estas se comunicam. A comunicação publicitária evolui dos modelos um a um e um a muitos para o modelo de muitos a muitos.

Imersos nas redes sociais e seguidores de modismos e consumidores fiéis às marcas,

os membros da Geração Y cresceram em meio a grandes avanços tecnológicos. Os meios de comunicação em conjunto com o volume avançado de informação, facilitaram para que ficassem conectados 24 horas por dia. Por outro lado, a Geração Z, inserida à tecnologia desde que nasceu e com a característica de ser capaz de executar múltiplas funções ao mesmo tempo, apresenta grande favoritismo por produtos e marcas sustentáveis, uma vez que já tomaram conhecimento de que eles irão sofrer as consequências causadas pelo uso indevido dos recursos naturais pelas gerações passadas (TRINDADE; FESTA; CLARO, 2013).

Compreender as interações temporais destas gerações torna-se importante porque a mensagem precisa ser recodificada pelos veículos para ser decodificada pelo consumidor de um determinado conteúdo, exigindo assim rearticulação dos produtores de conteúdo, em função dos avanços tecnológicos possibilitados através da evolução da conectividade humana através da internet,

Ao analisar os estudos a respeito das interações em redes sociais digitais, convergência e a respeito das gerações Y e Z é possível identificar diferentes autores que consolidam a importância do tema. Quanto ao marco teórico empregado a fim de compreender o fenômeno estudado, destacamos Ceretta e Froemming (2011); Filho e Lemos (2009); Jenkins (2009); Jenkins, Ford e Green, (2014); Levy (2007); Primo e Recuero (2003).

O presente estudo visa aprofundar tal discussão e tem o objetivo de analisar as interações temporais desencadeadas pelas gerações Y e Z, no ambiente digital midiático, a partir das categorias classificatórias detectadas na página na rede social Facebook, do canal de televisão infantil *Cartoon Network* Brasil (CNB)

Utilizou-se como aporte teórico-metodológico a referência de Caseiro e Barbosa (2011), que aborda uma divisão dos conteúdos por tipologia, apresentados em quadros para melhor visualização e compreensão das estratégias de *Social Media Marketing* adotadas pelas marcas. As categorias definidas foram divididas em "Publicidade / Serviços / Campanhas", "Informação" e "ofertas / Concursos / Passatempos". Posteriormente subdividiram a maneira como os fãs se relacionam com a página por meio de quatro categorias, para assim, relacionar interações e publicações estabelecidas nas páginas. São elas: "Pedidos / Dúvidas", "Informal", "Respostas a Passatempos / Concursos" e "Reclamações".

Estruturou-se o artigo em quatro seções: Introdução, Marco Teórico, que aborda os desdobramentos tecnológicos e características dos atores sociais que compõe essa investigação; Metodologia, Apresentação e Discussão dos Resultados e Considerações Finais.

## 2 | MARCO TEÓRICO

No decorrer da década passada visualizou-se uma ampliação do conjunto de tecnologias móveis digitais. Como as redes sem fio, que são compostas pela característica de velocidade e de abrangência, entre outras especificidades e diferenciações entre elas; e ainda as redes *Wi-Fi*, 3G, 4G (terceira e quarta gerações) e *Bluetooth*, que logo foi absorvido pela publicidade e imprensa. Hoje, a cidade informacional do século XXI encontra na cultura da mobilidade o seu princípio fundamental: a mobilidade de pessoas, objetos, tecnologias e informação sem precedente (FILHO e LEMOS, 2009).

Existe uma mudança de paradigmas ocorrendo nos mercados midiáticos muito similares a outras já vivenciadas pela sociedade, como a retórica da revolução digital na década de 1990, no qual se argumentava a possibilidade dos novos meios de comunicação substituírem os antigos, que a internet substituiria a radiodifusão e que tudo isso permitiria aos consumidores acessar mais facilmente o conteúdo que mais lhes interessasse (JENKINS, 2009).

Muitas das novas empresas se referiam a convergência, de modo a acreditar que os antigos meios de comunicação seriam substituídos pelas tecnologias emergentes. Um paradigma da revolução digital juntamente com as previsões feitas em épocas analógicas, no qual acreditava-se que as tais “novas mídias” substituiriam as “antigas”. A convergência argumentava que novas e velhas mídias estariam cada vez mais conectadas através da interação de um com o outro (JENKINS, 2009).

O processo de convergência digital se resume a junção dos meios midiáticos através do foco adotado pelas empresas quanto a produção e consumo de conteúdo cultural, no qual rádio, televisão, música, livros, revistas, notícias e internet estão interligados. Devido a convergência digital desses meios, são reorganizados os modos de acesso aos bens culturais e às formas de comunicação (CANCLINI, 2008). Em a “Cultura da Conexão”, Jenkins, Ford e Green (2014) apontam para uma modificação de paradigma que ocorreu na mídia, que passa de uma mentalidade gerida pela lógica da radiodifusão, que dominou todo o século 20, para uma nova proposição que consente e estima o engajamento das audiências.

### Geração Y

Seguidores de modismos e consumidores fiéis às marcas, os membros da Geração Y cresceram em meio a grandes avanços tecnológicos. Os meios de comunicação em conjunto com o volume avançado de informação, facilitaram para que ficassem conectados 24 horas por dia. O crédito fácil juntamente com sua renda positiva, fez com que se tornassem uma geração com baixa preocupação ambiental. (TRINDADE; FESTA; CLARO, 2013).

A respeito da maneira como os membros desta geração levam a vida e expressam seus hábitos e costumes, Lombardía, Stein e Pin (2008) mencionam que são oriundos de

famílias pequenas, com poucos filhos, nas quais suas mães tentam combinar os lados profissional e pessoal da vida enquanto assumem empregos fora de casa. As crianças crescem assistindo a televisão e utilizando os computadores de seus pais ou irmãos mais velhos, o que faz com que a tecnologia se torne uma de suas aliadas. Para Filho e Lemos (2008), as novas tecnologias utilizadas pelos jovens nas mais diversas situações como cursos e lazer, são responsáveis por lhes proporcionar experiências de comunicação nunca antes vistas. Sendo capaz de causar uma possível mudança em seu comportamento, podendo alterar também seu método de aprendizado e a maneira como se relacionam com as atividades rotineiras.

*Sites como Google, YouTube*, entre outros, como exemplos atuais de páginas desenvolvidas por jovens com caráter microempresário em um curto período de tempo, e que já igualam suas façanhas aos parâmetros financeiros traçados por Gates e Jobs. Jovens como estes se tornam responsáveis por indicar uma nova maneira de se relacionar com o trabalho, no qual o ambiente despojado e a autonomia na rotina de trabalho, ocupam o lugar do trabalho sedentário. (FILHO; LEMOS, 2008).

Em essência, a Geração Y possui um conjunto de valores que foram se estabilizando ao longo dos últimos anos, originando indivíduos com um olhar diferenciado da sua realidade, no campo profissional e nas relações interpessoais Lipkin e Perrymoe (2010); Liu et al. (2013); Nursair, Bilgihan, Okumus e Cobanoglu (2013); Oliveira (2010) entre outros.

## **Geração Z**

A Geração Z ou Geração Pontocom, diz respeito a atual população de jovens e adolescentes, nascidos a partir da década de 1990. Filho e Lemos (2008) destacam como a facilidade destes jovens em lidar com as tecnologias digitais afetou não só a si mesmos, mas também a vida em família. Agora são os jovens da Geração Z que ensinam os adultos a navegar na internet e realizar outras atividades, são capazes de fazer *download* de arquivos, instalam programas e se responsabilizam pela segurança do computador.

Esta nova geração de jovens e crianças, mais conhecida como Geração Z, terminologia originária da palavra *zapping*, os autores afirmam com base em seus estudos, que este segmento possui como uma de suas principais características o contato desde cedo com a tecnologia e seus dispositivos em constante evolução, no qual estes são responsáveis por direcioná-los para um estilo de vida completamente distinto daquele vivido pelas gerações anteriores (FILHO e LEMOS, 2008).

Segundo Ceretta e Froemming (2011), este grupo de indivíduos pode ser caracterizado como consumista, uma vez que o consumo e o ato de fazer compras faz parte de sua rotina enquanto procura a autoafirmação e a valorização de seu status perante os amigos. Estão ligados às tendências e todas as inovações tecnológicas, o que consequentemente atrai o interesse de diversas organizações. Valores como beleza e juventude são muito

valorizados por esta geração, na qual a moda é um dos principais canais que utilizam para se expressar através das tendências. Roupas, acessórios, lanches, cosméticos e tênis, são os produtos e serviços entre os mais adquiridos por estes jovens que investem sua renda em transações de consumo diário, com moda e vaidade. A capacidade de exercer múltiplas funções ao mesmo tempo é característica deles. Conforme explicam Ceretta e Froemming (2011), o jovem Z é envolvido por todo tipo de mídia, ferramenta e tecnologia que possa transferir informações.

### 3 | INTERAÇÕES TEMPORAIS

O termo “inteligência coletiva” desenvolvido por Levy (2007), retrata a inteligência coletiva como o conhecimento que se encontra distribuído pelas mais diversas partes. Este se faz de valor, organizado e estruturado em tempo real e gera uma movimentação dos indivíduos competentes a determinado assunto. Não cabe aos seres humanos a capacidade de ter conhecimento pleno de tudo, portanto juntam suas referências e habilidades.

Além da inteligência coletiva, deve-se considerar também a inteligência distribuída, como fruto da convergência. Esta se faz possível por meio dos diversos canais de informação e das novas ideias, possibilitadas através da interação oriunda da evolução tecnológica (BEIGUELMAN, 2010). Aspectos culturais e sociais vindos da interação e comunicação são o que caracterizam a abrangência da cultura da convergência, o qual é capaz de atingir até fatores mercadológicos e criativos.

Entretanto, todos esses aspectos somente são possíveis através do desenvolvimento tecnológico e quando distribuídos nas mídias. Avanço este no incremento de mídias digitais, fora responsável pela transformação do processo de comunicação existente. Anteriormente este procedimento se dava por meio de um conteúdo produzido por poucos, mas transmitidos para muitos. No desenvolvimento atual da comunicação, há uma potencialização aos acessos às informações culturais (FACCION, 2010).

Hoje, uma base de fãs e seguidores não se restringe ao simples papel de consumidor passional, frente a um conteúdo atrelado a lógica da mídia tradicional. Eles têm proatividade, discutem, reagem, espalham seus interesses e críticas pelas diferentes modalidades midiáticas. Querem ser ouvidos, atendidos e muitas vezes recompensados pelo engajamento (JENKINS, FORD e GREEN, 2014). Mas não cabe se aprofundar na temática e descrever os modos como a midiatização atua no que ocorre com a comunicação quando sujeitos, instituições e organizações utilizam a mídia. É necessário apenas aceitar neste contexto que a sociedade e a cultura como um todo dependem de uma mídia específica (KROTZ e HEPP, 2011, p.123).

Neste sentido podemos definir as interações temporais e a midiatização como um conceito utilizado para analisar as inter-relações de longo prazo entre a mudança da mídia e da comunicação, por um lado, e a mudança da cultura como conhecemos até o presente

momento de espaço e tempo e da sociedade moderna que se reconfigura de diferentes formas de uma maneira crítica (HEPP, 2014).

## 4 | REDES SOCIAIS DIGITAIS

Uma rede social não se estabelece pela conexão tecnológica ela trata-se de um processo emergente que mantém sua existência através de interações entre os envolvidos (PRIMO, 2007). Neste sentido ela diz respeito às conexões interpessoais, estabelecidas ou não por plataformas digitais, no qual estas conectividades assumem o propósito de otimizar a resolução de problemas, compartilhar conhecimento e estabelecer novas ligações entre pessoas. Os autores completam ao afirmar que, estas relações são frutos da identificação dos usuários uns com os outros, através de ideais, vontades, objetivos entre demais fatores em comum que estes venham a possuir. Assim sendo, se agrupam e compartilham informações, conhecimentos e desejos similares (WENGER, TRAYNER e LAAT, 2011).

Redes sociais são serviços baseados na web que permitem aos indivíduos construir um perfil público ou semi-público em um sistema limitado. Estes sites permitem ainda, a articulação de uma lista de outros usuários dos quais compartilham de uma conexão, visualizando e atravessando a lista de conexões destes e de outros que utilizem o sistema. Sendo capaz de mudar o comportamento e a maneira como as pessoas se relacionam umas com as outras, as redes sociais digitais são descritas como um dos meios de comunicação em maior ascendência ao redor do mundo. Expõe em sua definição, uma estrutura social composta por pessoas ou empresas, interligadas por dependências mútuas de parentesco, afinidade, amizade, entre outras ligações (GABRIEL, 2010).

No âmbito empresarial podem ser entendidas através de ações exercidas pelas empresas, para se conectar de forma comunicativa, com os consumidores. Mas deve-se ter cuidado ao posicionar uma empresa ou marca neste ambiente digital, e pode resultar em consequências devastadoras para a mesma, por isso estar apenas presente não se faz suficiente (HENRIQUES, 2013). Cabe aos profissionais atuantes desta área estar e preparar esta migração e atuação de forma planejada e eficiente.

## 5 | METODOLOGIA

Caracteriza-se a presente pesquisa como de natureza básica, com abordagem qualitativa. Sob o ponto de vista do objetivo, consiste em uma pesquisa exploratória, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema. Quanto aos procedimentos técnicos, o trabalho é referente a uma pesquisa bibliográfica acerca dos temas: Geração Y e Z, interações temporais e redes sociais digitais.

O estudo da página na rede social *Facebook*, do canal de televisão infantil *Cartoon Network Brasil* (CNB) é classificado como um procedimento técnico de estudo de caso, orientado por avaliações qualitativas. Selecionou-se a *fan page* em questão por se tratar

de um assunto recente e em ascendência, o qual agrega de forma positiva as diversas áreas de estudo da comunicação, incluindo os hábitos e comportamentos do consumidor, as mídias sociais e digitais. As Gerações Y e Z, jovens que possuem desde sua infância um contato total ou parcial com a internet e as tecnologias digitais. Nascidos respectivamente entre os anos de 1977 à 1988 e 1989 à 2010, em diante (CERETTA; FROEMMING, 2011).

A coleta de dados teve como finalidade categorizar informações sobre as interações na *fan page* no *Facebook*, através de análise das postagens na comunidade entre agosto de analisar e categorizar todas as 27 publicações realizadas durante o período de análise estabelecido, sendo este de 17 de julho a 14 de setembro de 2013. Durante o período de 60 dias analisados por meio de 27 postagens, foram geradas 27.536 interações vindas de fãs.

Destaca-se a importância de afirmar os termos “visíveis” neste momento do estudo. Devido às opções de privacidade que a rede social *Facebook* disponibiliza para seus usuários, no qual cada pessoa pode definir que o conteúdo publicado em forma de texto, vídeo ou imagem seja visível somente para determinadas redes de amigos, ou estendam-se somente para pessoas ligadas a estas amizades, muitos dos comentários não estavam disponíveis para visualização pública, impossibilitando assim a análise de todos os comentários realizados. Após a análise completa do objeto de estudo, é possível avaliar o impacto que os comentários visíveis ou não, geraram para os resultados desta pesquisa.

Numa primeira etapa foram analisados unitariamente todos os comentários visíveis dispostos em cada publicação para posterior classificação teórico-metodológica.

O quadro a seguir, demonstra a quantidade exata de comentários visíveis dispostos em cada publicação gerada pela marca, agrupados de acordo suas categorias.

<b>Categorias</b>	<b>Total de Comentários Visíveis</b>
Passatempo	3.186
Promocional Corrida <i>Cartoon</i>	2.378
Promocional Jogos <i>Online</i>	332
Apropriação de Conteúdo	110
Institucional / Promocional Canal	88
Atualizações de Capa	70
Informativo Corrida <i>Cartoon</i>	69

Quadro 01: Total de comentários visíveis por categoria

Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir de um recorte teórico-metodológico de Caseiro e Barbosa (2011), foram definidas 6 tipologias para que cada comentário pudesse ser agrupado e relacionado com a categoria das publicações analisadas. São elas:

*Interações estimuladas e espontâneas:* nesta tipologia foram agrupados todos os comentários que interagiram diretamente com o conteúdo proposto pela publicação. Estas interações podem ser uma resposta direta a um questionamento feito por parte da página

em sua publicação, ou um simples comentário espontâneo demonstrando o fanatismo por um personagem relacionado a imagem do conteúdo publicado.

*Marcações/ interações entre usuários:* nesta tipologia foram agrupados todos os comentários que indicam a interação entre os usuários, por meio do recurso disposto pelo *Facebook* que permite às pessoas divulgarem qualquer conteúdo diretamente no perfil pessoal de outros usuários listados em sua rede de amigos, através da marcação do nome deste indivíduo na publicação. Nesta tipologia, também foram consideradas todas as outras interações realizadas entre usuários no campo de comentários da página, no qual muitas vezes usuários acabam por contribuir a questionamentos feitos entre si ou mesmo para a página.

*Questionamentos:* foram agrupados todos os questionamentos feitos por parte dos usuários para a página. Vale ressaltar que, uma das principais técnicas adotadas pela *fan page* para incentivar a interação do público, se faz por meio de questionamentos aos mesmos. Contudo, em nenhum momento durante o período analisado, houve qualquer contrapartida dos administradores da página em responder aos questionamentos feitos pelos internautas.

*Reclamações:* no decorrer da análise dos comentários, percebeu-se a maneira como muitos jovens acompanham e interagem com a página do canal *Cartoon Network* tanto para expressar seu fanatismo e favoritismo pela programação e conteúdos dispostos, como também o utilizam em forma de púlpito, para expor suas opiniões mesmo que negativas a respeito do canal. Do mesmo modo, por meios destas reclamações os internautas esperam por explicações ou soluções dos problemas abordados. Nesta categoria, todas as reclamações expostas e sem respostas foram agrupadas. A figura a seguir exemplifica a forma como estes jovens se expressam por meio da página.

*Sugestões:* foram agrupados todos os comentários nos quais, diferentemente das reclamações, os usuários interagem com o canal por meio da exposição de ideias e complementos, vistos por estes como melhorias para o conteúdo apresentado. Infelizmente, é necessário ressaltar que novamente estas expressões capazes de estreitar as relações entre o canal e seus fãs, foram totalmente desconsideradas por parte dos administradores da página. Este fato pode gerar uma futura inibição por parte dos usuários, ou mesmo uma rejeição destas gerações que não se contentam mais com a posição de telespectador, mas sim de produtor de conteúdo.

*Spam:* Por fim, para agrupar e separar todos os comentários nos quais o conteúdo fazia referência a outras páginas ou conteúdos, sem qualquer nexos com a temática apresentada pela página do canal *Cartoon Network*. Compreende-se este tipo de ação, como uma maneira encontrada por outras páginas e/ou usuários de tirar vantagem da grande quantidade de usuários reunidos em função da página em estudo, para transferir sua atenção para outro site, página do *Facebook* ou demais ações impertinentes.

## 6 I APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da análise individual das categorias de publicações e tipologias dos comentários, este capítulo fará uma reflexão geral sob os dados resultantes destas análises, relacionando-os com as teorias abordadas no decorrer da fundamentação teórica do presente trabalho.

Primeiramente, é importante ressaltar a validade da análise das tipologias de comentários ainda que não estivessem disponíveis todas as informações mencionadas neste campo de interação, uma vez que o ranking das categorias não sofreu grandes alterações. A ordem das categorias de maior relevância na hora de incentivar o público a interagir se manteve estática, com exceção das duas últimas listadas como “Informativo Corrida *Cartoon*” e “Atualização de Capa”, que inverteram suas posições pela diferença de apenas um comentário, o qual é naturalmente compensado pelos demais campos de interação mencionados no início da análise.

O quadro a seguir apresenta o *ranking* geral do total de interações por categoria de publicações:

<b>Categorias</b>	<b>Total de Comentários Visíveis</b>
Passatempo	16.723
Promocional Corrida <i>Cartoon</i>	4.885
Promocional Jogos <i>Online</i>	2.203
Apropriação de Conteúdo	1.174
Institucional/ Promocional Canal	1.115
Informativo Corrida <i>Cartoon</i>	726
Atualizações de Capa	710

Quadro 02: Ranking total de interações por categoria de publicações

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para compreensão da análise total da pesquisa realizada, também se faz importante à apresentação do quadro geral do *ranking* de comentários visíveis por tipologia.

<b>Tipologia</b>	<b>Total de Comentários</b>
Interações estimuladas e espontâneas	5.888
<i>Spam</i>	128
Marcações/Interações entre usuários	116
Questionamentos	47
Reclamações	36
Sugestões	18

Quadro 03: Ranking total de interações por categoria de publicações

Fonte: Elaborado pelos autores.

Através da análise realizada, fica evidente que a categoria de publicações “Passatempo” exerceu maior influência sobre os jovens em ênfase neste estudo, o qual gerou um total de 16.723 interações durante o período analisado. Assim, torna-se possível relacionar o público aqui em análise aos estudos apresentados pela agência Linea (2013), o qual afirma que passatempos estão em primeiro lugar no ranking de interesse dos jovens que acessaram o *Facebook* em 2012.

Através da relação entre estes dados, pode-se afirmar o pensamento apresentado por Tapscott (1999), no qual o autor pondera que, de forma contrária ao que muitos pensam, as crianças estão utilizando a internet para executar tarefas similares as que sempre o fizeram como brincar, aprender e até se relacionarem com seus amigos. Vale destacar aqui que, entre todos os comentários visíveis desta categoria, além das interações estimuladas e espontâneas que representaram a maior parte das interações, esta categoria também foi responsável por estimular 40 comentários que puderam ser agrupados sob a tipologia “Marcações/Interações entre Usuários”.

A categoria “Promocional Corrida *Cartoon*”, foi à segunda categoria com o maior número de interações apresentadas. Esta foi responsável por estimular o total de 4.885 interações. Este resultado mostra a relevância do conteúdo divulgado nesta categoria, o qual serviu de base para definição do período de análise da pesquisa. Através das informações aqui coletadas, afirma-se a relevância da plataforma *Facebook* para a divulgação do evento “Corrida *Cartoon*”, o qual, este foi o segundo conteúdo de maior influência sobre os usuários da rede, na hora de estimular a interação. Ainda na categoria a principal tipologia de comentários constatada foram as “Interações Estimuladas e Espontâneas”. Justifica-se o destaque desta tipologia, devido ao posicionamento adotado pelas publicações, os quais faziam perguntas diretas aos internautas que as respondiam neste campo de interação oferecido pela rede social.

Para confirmar a importância de publicações como esta, que visam se comunicar com os internautas ao invés de apenas informar, basta citar Tapscott (1999, p. 03), “eles querem ser usuários não apenas espectadores ou ouvintes”. autor também afirma que a prática da colaboração uma forte característica da Geração Z. A troca de informações, compartilhamentos e opiniões define o perfil desta geração. (TAPSCOTT, 2010).

As publicações categorizadas como “Promocional jogos *Online*”, aparecem em terceiro lugar entre as categorias definidas. Das 2.203 interações geradas a partir destas publicações, a maior parte dos comentários visíveis está relacionada a interações estimuladas ou espontâneas, de forma similar as demais tipologias descritas anteriormente. Ressalta-se como característica destas publicações, a prática da convergência midiática realizada pelo canal *Cartoon Network*. Neste caso, visualizada por meio da apresentação e divulgação dos jogos *onlines*, dispostos no site do canal. Conforme menciona Canclini (2008), a cultura da convergência é capaz de modificar a maneira como os internautas interagem com as mídias. Esta, influencia seus hábitos de leitura, a maneira como assistem

às informações e navegam na internet.

Ainda em análise aos comentários constatados nesta categoria de publicações, destacaram-se também os comentários enquadrados como "Reclamações". A partir de publicações que apresentavam novas plataformas de interação, a margem para reclamações foi aberta e negativamente constatada. Os internautas relatavam problemas ao se conectar com estas novas plataformas apresentadas nas publicações, no entanto, não foi constatado retorno da página para solução ou esclarecimento destas adversidades. Destaca-se neste momento, a importância da velocidade das respostas exigida de forma instantânea, como característica desta geração. (TAPSCOTT, 2010).

Por permitirem aos usuários um relacionamento ainda mais profundo com os personagens do canal *Cartoon Network*, justifica-se também o nível de interação dos internautas com as publicações da categoria "Promocional Jogos *Online*", as quais os internautas mostraram abertamente sua opinião, ainda que negativa, sobre os jogos apresentados.

A categoria de publicações intitulada "Apropriação de Conteúdo", aparece no ranking geral como a quarta maior em número de interações. Percebeu-se nesta categoria que a maioria dos comentários enquadram-se na tipologia "Interações Estimuladas e Espontâneas". Vale relacionar esta categoria com a apresentada anteriormente, "Promocional jogos online", por ambas se tratarem de um modelo explícito da prática da convergência. Enquanto a primeira abre o leque para interação direta dos fãs com os personagens, por meio dos jogos *online*, a segunda se caracteriza por dispor de conteúdo que não prevê interação direta com os internautas. Originalmente transmitido no canal de televisão, estes conteúdos são disponibilizados na página do *Facebook* do canal por meio de link com uma segunda rede social, o *YouTube*. Assim sendo, compreende-se que os conteúdos que possibilitam maior profundidade de interação, geram mais interesse e, conseqüentemente, maior interação por parte dos internautas. Conforme mencionado por Jenkins (2009), as ações de convergência são capazes de estimular um novo comportamento migratório, no qual o público consumidor dos meios de comunicação utilizados passa a buscar a experiência em seus momentos de entretenimento. Esta conclusão está atrelada aos resultados obtidos nas interações das publicações que fazem parte das categorias "Promocional Jogos *Online*" e "Apropriação de Conteúdo".

As interações geradas a partir da categoria "Institucional/Promocional Canal", também obtiveram o maior número de comentários categorizados na tipologia "Interações Estimuladas e Espontâneas". Com apenas uma publicação listada durante o período de análise, esta categoria apresentou um resultado expressivo se comparado ao número de publicações realizadas nas demais, bem como as interações geradas. Destaca-se que esta publicação em análise, não possibilitou interação direta de grande profundidade dos internautas com o conteúdo divulgado, uma vez que apenas anunciava a programação do canal televisivo. Mais uma vez, ressalta-se a importância da geração de conteúdos

que permitam maior grau de interação entre a página e os internautas (BLATTMANN e SILVA, 2007), quando afirmam que a interação gerada pode contribuir para a qualidade do conteúdo distribuído. Além do mais, é princípio de uma rede social a interação humana como principal fator presente. (GABRIEL, 2010).

Na sexta posição do ranking geral do total de interações, aparece a categoria "Informativo Corrida Cartoon". Este agrupamento encontram-se duas publicações as quais apresentam conteúdo relacionado ao durante e pós-evento "Corrida Cartoon". Novamente, se manteve como líder entre os comentários a tipologia "Interações Estimulada e Espontânea". Observou-se que os internautas expressaram suas opiniões sobre o evento através de comentários, tanto positivos como um único, no entanto profundo, depoimento negativo sobre o evento, conforme figura a seguir.

Destaca-se igualmente a imparcialidade da página sobre o comentário da tipologia "Reclamações", o qual contou com o apoio de demais usuários através das exposições feitas sob a tipologia "Marcações/Interações entre Usuários". Neste ponto, avalia-se como negativo o posicionamento do canal sob os conceitos de Laudon e Laudon (2010) quando enfatizam que as redes sociais perdem seu sentido de existência caso não possam contar com o fator comunicação seja este estabelecido entre pessoas e/ou pessoas e empresas.

Por fim, a última categoria definida com "Atualização de Capa" contou com publicação de duas notificações automáticas quando atualizadas. Mesmo sendo a categoria com o menor número de interações, esta se deu de forma espontânea pois se tratavam de publicações capazes de contar apenas com os recursos visuais da publicação, sem qualquer exposição textual. Igualmente as demais tipologias averiguadas neste artigo, esta se destacou com maior relevância na classificação "Interações Estimuladas e Espontâneas".

Através das publicações coletadas nesta categoria, fica evidente o conceito exibido por Mangol e Faulds (2009) que incentivam as empresas para que adentrem estas plataformas digitais e as administrem de modo a gerar uma comunidade virtual, capaz de reunir usuários de interesses e gostos em comum. Por meio das publicações analisadas nessa última categoria, percebe-se a excelência da página neste quesito. No qual as publicações listadas não necessitaram de qualquer incentivo textual para que os usuários, fãs dos personagens apresentados, se expressassem coletivamente a respeito deste.

## **7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através deste estudo foi possível verificar as teorias que compõem as interações temporais na era da convergência. Isto foi possível devido ao processo de reinvenção dos veículos e meios de comunicação, em função dos avanços tecnológicos possibilitados através da evolução da internet. Em seguida, avaliou-se as características dos jovens pertencentes às Gerações Y e Z de modo a relacionar seus hábitos e costumes com as teorias abordadas pelos autores relacionados. O trabalho se desenvolveu por meio dos

estudos teóricos dos assuntos apresentados e pelo estudo de caso da página no *Facebook* do canal de televisão *Cartoon Network* Brasil. A partir deste objeto foram analisadas 27 publicações determinadas por um período relevante de 60 dias, nos quais foram categorizados e analisados todos os conteúdos dispostos pela página ao se comunicar com seus fãs. Também foram levados em consideração na análise, todas as interações e comentários realizados por parte dos fãs. Ao longo da pesquisa realizada, foi possível suprir os objetivos propostos, de modo a responder os questionamentos iniciais.

Com base nos conceitos apresentados, é possível definir que as interações temporais na era da convergência como um processo de evolução dos meios de comunicação, juntamente com a mudança no comportamento do público. Conforme as análises realizadas, identifica-se que nenhuma mídia é descartada durante este processo. Todas passam por uma reinvenção de conteúdo, no qual agora o receptor assume também papel de produtor, graças aos avanços tecnológicos que o permitem estar conectado a qualquer hora e lugar.

Sendo assim, identificou-se que o objeto de estudo desta pesquisa, utiliza a rede social *Facebook* para se aproximar do seu público alvo, os jovens pertencentes às Gerações Y e Z, de modo a adequarem seu conteúdo televisivo para o meio *web*. Identificou-se que o canal utiliza da imagem de seus personagens presentes nas animações que compõem a programação, em todas as publicações analisadas, de modo a proporcionar um campo de comunicação direta entre os internautas e seus desenhos favoritos.

Foi possível identificar também a interação do canal de televisão entre o *Facebook* e mais duas plataformas midiáticas que não haviam sido previstas no início deste estudo. As publicações analisadas mostram que o canal utiliza da rede social para divulgar e convidar os usuários para interagir com os jogos *online* dispostos no site do mesmo. Percebeu-se também, que alguns dos comerciais institucionais do canal, puderam ser assistidos através das publicações na própria *fan page*, por meio de uma ligação direta com uma outra rede social, o *YouTube*. Este tipo de conexão enfatiza bem os conceitos de convergência e interações temporais, ao demonstrar a apropriação de um mesmo conteúdo adaptado às diversas plataformas midiáticas, de modo a ampliar o alcance do conteúdo desejado.

É necessário destacar, que apesar de ser nítido o interesse do canal de televisão em utilizar de sua página na rede social digital para interagir com seu público alvo, não foi identificado qualquer tipo de interação por parte da mesma quando as interações eram respondidas pelos fãs. Calando assim, o processo de comunicação iniciado pelo próprio canal.

Através do estudo realizado e relacionado aos conceitos apresentados na revisão teórica, foi possível identificar a maneira interativa com que os jovens pertencentes às Gerações Y e Z se comportam no ambiente digital. Constatou-se que as publicações categorizadas como “Passatempo”, é a grande preferências destes jovens ao acessarem o portal. Por meio das 27.536 interações e 6.233 comentários visíveis, divididos entre as 27 publicações analisadas, confirmando a maneira como estes jovens estão dispostos a

interagir com a marca e os personagens apresentados.

Entre todas as tipologias de comentários visíveis, foi possível relatar a maneira como os fãs utilizam das redes sociais para interagir. Em sua maior parte estas interações ocorreram de forma espontânea ou estimulada com as publicações, em seguida com os demais usuários para realizar reclamações, sugestões e questionamentos, sem esquecer dos diversos spams, compreendido sob o ponto de vista empírico do comportamento das crianças. Nas quais, muitas vezes não possuem a capacidade de discernimento de certo, errado, verdadeiro e falso, totalmente formado e acabam sendo facilmente influenciados a participar destes tipos de brincadeiras.

Fica evidente a forma como o momento atual da comunicação se encontra em fase de modificação. Os diferentes autores abordados relatam conceitos futuros de como os avanços da conectividade digital irão modificar as diferentes mídias e as interações temporais com o mundo irão se alterar.

Como proposta para futuros estudos indica-se a realização de novas aferições a respeito desse comportamento digital, já que o conteúdo abordado encontra-se em constante evolução e poderia ser aproveitado de forma diferenciada, se aplicado de forma quantitativa, através da realização de pesquisas com membros das Gerações Y e Z no formato de um questionário por exemplo. Outra possibilidade de grande relevância seria a adaptação desta proposta para com os membros das gerações antecedentes, brevemente vistos neste trabalho, denominados de *Baby Boomers* e Geração X que agregariam uma nova complexidade ao tema abordado.

## REFERÊNCIAS

BEIGUELMAN, Giselle. Estéticas transmídia. In: 4º Congresso da ABES, 2010. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<http://www.desvirtual.com/esteticas-transmidia/>>. Acessado em: 26 mar. 2021.

BLATTMANN, Ursula; SILVA, Fabiano Couto Corrêa. Colaboração e interação na web 2.0 e biblioteca 2.0. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 12, n. 2, p. 191-215, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2684572.pdf>>. Acessado em: 26 mar. 2021.

BARNES, Kassandra; MARATEO, Raymond C.; FERRIS, S. Pixy. **Teaching and Learning with the Net Generation**. 2007. Disponível em: <[http://www.ajhepworth.yolasite.com/resources/Teaching\\_and\\_Learning\\_with\\_the\\_Net\\_Generation.pdf](http://www.ajhepworth.yolasite.com/resources/Teaching_and_Learning_with_the_Net_Generation.pdf)>. Acessado em: 26 mar. 2021.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Leitores, espectadores e internautas**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CARVALHO, Antonia Rafaela Fernandes. Twitter e Facebook: liberdade de expressão e vida privada. **Revista Direito e Liberdade**, v. 15, n. 1, p. 32-57, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/210813839/TWITTER-E-FACEBOOK-LIBERDADE-DE-EXPRESSAO-E-VIDA-PRIVADA#scribd>>. Acessado em: 26 mar. 2021.

CASEIRO, Bruno; BARBOSA, Rui. Empresas no Facebook: o caso da TMN e da Optimus. **Internet Latent Corpus Journal**, v. 2, n. 1, p. 6-15, 2011. Disponível em: < <http://revistas.ua.pt/index.php/ilcj/article/view/1276/1173>>. Acessado em: 26 mar. 2021.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Org.). **The Network Society: From Knowledge to Policy**. Washington, DC: Johns Hopkins Center for Transatlantic Relations, 2005.

CERETTA, Simone Beatriz; FROEMMING, Lurdes Marlene. Geração Z: compreendendo os hábitos de consumo da geração emergente. **RAUnP - Revista Eletrônica do Mestrado em Administração da Universidade Potiguar**, ano III, n.2, abr./set. 2011. Disponível em: < <https://repositorio.unp.br/index.php/raunp/article/view/70/91>>. Acessado em: 26 mar. 2021.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FACCION, Debora. Processos de interação na cultura da convergência. **ComTempo**, v. 2, ano 2, dez. 2010. Disponível em: < <http://200.144.189.42/ojs/index.php/comtempo/article/viewFile/7289/6884> >. Acessado em: 26 mar. 2021.

FILHO, João Freire; LEMOS, João Francisco de. Imperativos de conduta juvenil no século XXI: a "Geração digital" na mídia impressa brasileira. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 5, n. 13, p.11-25, jul. 2008. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/124/125>>. Acessado em: 26 mar. 2021.

GABRIEL, Martha. **Marketing na era digital**. São Paulo: Novatec Editora, 2010.

HENRIQUES, Ana Sofia Simões. **A importância da estratégia em ações de Social Media: um estudo de caso na ABB Portugal**. 2013. 47 f. Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, 2013. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10400.5/6089> >. Acessado em: 26 mar. 2021.

HEPP, Andreas. As configurações comunicativas de mundos midiáticos: pesquisa da mediação na era da "mediação de tudo". **MATRIZES**. São Paulo, v. 8, n. 1, jan./jun. 2014, São Paulo, p. 45-64.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

JENKINS, Henry; GREEN, Joshua; FORD, Sam. **Cultura da conexão**. São Paulo: Aleph, 2014.

KROTZ, F.; HEPP, A. concretization of mediatization: How mediatization works and why "mediatized worlds" are a helpful concept for empirical mediatization research. **Empedocles**. European Journal for the Philosophy of Communication, vol. 3, n. 2, p. 119-134, 2011. DOI: [http://dx.doi.org/10.1386/ejpc.3.2.137\\_1](http://dx.doi.org/10.1386/ejpc.3.2.137_1)

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. **Sistemas de Informação Gerenciais**. 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice-Hall, 2010.

LEMOS, A., JOSGRILBERG, F. **Comunicação e mobilidade: aspectos socioculturais das tecnologias móveis de comunicação no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LINEA. Infográfico. **Os números do Facebook no Brasil**. Disponível em: < <https://fr.pinterest.com/pin/141370875775440299/>>. Acessado em: 26 mar. 2021.

LIPKIN, Nicole; PERRYMOE, April. **A geração Y no trabalho**: como lidar com a força de trabalho que influenciará definitivamente a cultura de sua empresa. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LIU, W. et al. Exploring 'Generation Y' interaction qualities at home and at work. **Cogn Tech Work**. v. 20, n. 6, p. 36-41, 2013.

LOMBARDÍA, Pilar García; STEIN, Guido; PIN, José Ramón. Quem é a geração Y? **HSM Management**, São Paulo, v. 5, n. 70, p. 52-60, set./out. 2008.

MANGOLD, W. Glynn; FAULDS, David. J. Social Media: the new hybrid element of the promotion mix. **Business Horizons**, v. 52, ed. 4, p. 357-365, 2009. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/171630068/Social-Media-the-New-Hybrid-Element-of-the-Promotion-Mix>>. Acessado em: 26 mar. 2021.

NURSAIR, Khaldoon, K.; BILGIHAN, Anil; OKUMUS, Fevzi e COBANOGLU, Cihan Generation Y travelers' commitment to online social network websites. **Tourism Management**, n. 35, pp. 13-22, 2013.

OLIVEIRA, Sidnei. **Geração Y**: o nascimento de uma nova versão de líderes. São Paulo: Integre Editor, 2010.

PRIMO, Alex. **"Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição."** (2007).

PRIMO, Alex; RECUERO, Raquel - Hipertexto cooperativo: uma análise da escrita coletiva a partir dos blogs e da Wikipédia. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, nº 22, dezembro 2003 (quadrimestral), p. 55/57.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009a.

TAPSCOTT, Don. **A hora da geração digital**: como os jovens que cresceram usando a internet estão mudando tudo, das empresas aos governos. Rio de Janeiro: Agir Negócios, 2010.

\_\_\_\_\_. **Geração Digital**: a crescente e irreversível ascensão da geração net. São Paulo: Markon Books, 1999.

TRINDADE, Dorival Paula; FESTA, Eduardo; CLARO, José Alberto dos Santos. Consumo responsável: da lógica do mercado atual à educação para o consumo e produção consciente no futuro. **Revista Educação Ambiental em Ação**, n. 43, ano XI, mar./maio 2013. Disponível em: <[http://www.researchgate.net/publication/235918807\\_Consumo\\_Responsvel\\_Da\\_lgica\\_do\\_mercado\\_atual\\_educao\\_para\\_o\\_consumo\\_e\\_produo\\_consciente\\_no\\_futuro](http://www.researchgate.net/publication/235918807_Consumo_Responsvel_Da_lgica_do_mercado_atual_educao_para_o_consumo_e_produo_consciente_no_futuro)>. Acessado em: 26 mar. 2021.

WENGER, Etienne; TRAYNER, Beverly; LAAT, Maarten de. **Promoting and assessing value creation in communities and networks**: a conceptual framework. Ruud de Moor Centrum Open Universiteit. 2011. Disponível em: < [http://wenger-trayner.com/documents/Wenger\\_Trayner\\_DeLaat\\_Value\\_creation.pdf](http://wenger-trayner.com/documents/Wenger_Trayner_DeLaat_Value_creation.pdf) >. Acessado em: 26 mar. 2021.

# CAPÍTULO 19

## MARKETING DIGITAL - ESTRATÉGIA COMPETITIVA DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES: UM ESTUDO DE CASO EM UMA REDE EMPRESARIAL NA REGIÃO DO CARIRI, CE

*Data de aceite: 01/06/2021*

### **Francisco Wagner Alves da Silva**

Graduando o curso de Administração do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio/Unileão

### **Márcia Maria Leite Lima**

Professora de graduação do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio/Unileão especialista em Gestão de Estratégia e Pessoas

### **Pedro Ferreira de Lima**

Professor de graduação na Universidade Regional do Cariri/URCA mestre em Probabilidade e Estatística

**RESUMO:** A comunicação via mídias e redes sociais digitais é uma atividade estratégica de suporte para alavancar as vendas de produtos e serviços de empresas. O objetivo geral deste estudo é avaliar a influência do marketing digital sob o volume de vendas em um grupo empresarial da Região do Cariri – CE. Para o alcance dos resultados foi realizado um estudo bibliográfico, análise documental, com métodos estatísticos inferencial, descritiva, de cunho quantitativa, através de teste de normalidade. Os resultados deste estudo evidenciam que é fundamental o gerenciamento das mídias digitais dentro de uma organização. Foi observado que a implantação das mídias digitais dentro do grupo empresarial de um modo geral não afetou de forma positiva as vendas.

**PALAVRAS - CHAVE:** Marketing. Planejamento Estratégico. Marketing Digital.

**ABSTRACT:** Communication via digital media and social networks is a strategic support activity to leverage sales of corporate products and services. The general objective of this study is to evaluate the influence of digital marketing under sales volume in a business group in the Region of Cariri - CE. In order to reach the results, a bibliographic study, documentary analysis, was carried out using statistical methods, inferential, descriptive, quantitative, through a normality test. The results of this study show that the management of digital media within an organization is fundamental. It was noted that the deployment of digital media within the business group generally did not affect sales positively.

**KEYWORDS:** Marketing. Strategic planning. Digital marketing.

## 1 | INTRODUÇÃO

A era digital é uma constante no dia a dia das pessoas, as organizações procuram acompanhar esta nova realidade. Todos os números e estatísticas relacionados ao mundo digital mudam a cada momento, e que é um caminho sem volta. Isso requer grandes desafios e obstáculos a serem vencidos, mas em contrapartida oferece uma gama inesgotável de possibilidades e oportunidades.

Dentro do mundo digital estão as mídias sociais que ganham diariamente poder gigantesco nas sociedades, tornando um

grande desafio para as empresas se inserir no meio para ganhar seguidores e assim atingir um fluxo maior de vendas. No Brasil, o crescimento da Internet tem sido impressionante, passando de 2,5 milhões de usuários em 1999 para mais de 139 milhões em 2017. Na tabela 01 apresenta o crescimento do número de internet nos últimos anos no Brasil.

2016	139.111.185
2015	132.357.306
2014	118.700.869
2013	104.253.986
2012	98.286.209
2011	91.616.484
2010	80.736.676
2009	77.146.249
2008	65.890.588
2007	59.531.860

Tabela 01: Crescimento do número de usuários de Internet no Brasil.

Fonte: Adaptado Turchi (2018).

De acordo a pesquisa “Jovem Digital Brasileiro” do Ibope, apresentada em 2014, feita com 1.513 jovens brasileiros com idade entre 15 e 32 anos, revelou que quase todos (96%) usam a Internet diariamente para navegar nas redes sociais (90%) e ver ou baixar vídeos. A distribuição entre as classes sociais é muito homogênea. Esses jovens possuem perfil em 7 redes sociais, em média, e em torno de 3 endereços de e-mail (17% apenas um, 40% dois e 21% mais do que três). A maioria dos jovens entre 18 e 25 anos (91%) usa constantemente o Facebook, 48% o YouTube, 15% o Instagram e 13% o Twitter. Entre os achados do estudo estão a simultaneidade e a convergência, uma vez que 61% deles estão habituados a usar mais de um meio de comunicação ao mesmo tempo e 63% assistem TV enquanto navegam na web, por isso os jovens também podem ser considerados multitelas. No total, mais de 90 milhões de usuários acessam a rede de suas casas ou trabalho, e o maior crescimento do acesso ocorreu nas residências: 87,9 milhões, o que representou um aumento de 19% em um ano. Um quarto dos usuários ativos em residências no Brasil já utiliza banda larga com capacidade superior a 08 MB (TURCHI, 2018).

Por tanto será as mídias sociais podem influenciar o crescimento de vendas de uma organização? Será que as organizações empresariais que utilizam redes sociais possuem um maior poder de vendas. Será que as redes sociais podem ser vistas como uma ferramenta competitiva dentro da organização; ou a organização que não investe em redes sociais é menos competitiva. Este estudo objetivou avaliar a influência do marketing digital sob o volume de vendas em um grupo empresarial da Região do Cariri – CE. De forma específica:

Estudar a influência das mídias online dentro das organizações; colher informações sobre o volume de vendas antes da implantação nas lojas dos diversos segmentos; colher informações sobre o volume de vendas após a implantação do marketing digital. Comparar o antes e o depois e avaliar a ocorrência do acréscimo das vendas, utilizando-se de testes estatísticos e avaliar se o modo “impulsionar” nas publicações digitais traz efeito positivo no volume de vendas. Este estudo trará novos conhecimentos e embasamento para tomadas de decisões gerenciais, no campo social e acadêmico. Os resultados serão vistos como fontes de pesquisas para melhorias contínuas dentro de outras organizações.

## **2 | REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Pensamento Estratégico**

A palavra estratégia existe há muito tempo, desde que mundo é mundo. A terminologia estratégia significa, “a arte do general”, tendo como origem a palavra grega *strategos*, que significa, estritamente, general. A estratégia, surgiu na Grécia Antiga, significava as tarefas de um general...Antes de Napoleão, estratégia significava a arte e a ciência de conduzir forças militares para derrotar o inimigo ou abrandar os resultados da derrota (OLIVEIRA, 2018).

Para Gamble (2012) a estratégia de uma empresa consiste nas iniciativas e abordagens desenvolvidas pela administração para atrair clientes e agradá-los, conduzir as operações, promover o crescimento dos negócios e atingir os objetivos de desempenho. Para auxiliar a estratégia é necessário a utilização do planejamento estratégico. De acordo com Oliveira (2018) o planejamento pode ser definido como o desenvolvimento de processos, técnicas e atitudes administrativas, as quais proporcionam uma situação viável de avaliar as implicações futuras de decisões presentes em função dos objetivos empresariais que facilitarão a tomada de decisão no futuro, de modo mais rápido, coerente, eficiente e eficaz. Para Rocha (2015), existem vários conceitos que definem o planejamento estratégico e um deles refere-se à habilidade que uma empresa possui de identificar fatores no mercado, os quais possa incorporar a fim de conseguir ser melhor que os seus concorrentes e proporcionar mais satisfação aos seus consumidores.

### **2.2 Marketing Estratégico**

O marketing surge como visibilidade, tanto das estratégias promocionais por parte das empresas como de sua imagem corporativa em razão de os consumidores estarem a cada dia mais conectados digitalmente (ROCHA, 2015). Por isso é importante entender que existem várias conotações sobre o termo marketing, isso varia de autor para autor. Na visão de Peter (2013) o marketing significa que uma organização deve procurar obter lucros ao atender às necessidades de grupos de consumidores.

Para Pereira (2014) o marketing é fundamental para o desenvolvimento das

organizações, pois é através dele que se deve gerenciar as comunicações internas, desenvolver melhores estratégias e ações na gestão de satisfação ao cliente, além de cuidar da imagem da empresa.

Para Kotler (2005) é importante que as organizações fiquem atentas aos avanços das novas tecnologias, principalmente com os meios de relacionamentos com o cliente e que se adaptem aos novos métodos e modelos de negócios. Isso significa entender a necessidade de implantar as ferramentas de marketing que possa auxiliar na competitividade da organização.

De acordo com Kotler e Keller (2010, p. 4), “O marketing envolve a identificação e a satisfação das necessidades humanas e sociais. Para defini-lo de uma maneira bem simples, pode-se dizer que ele „supre as necessidades lucrativamente”. Desta forma Zenaro (2013) as organizações precisam ficar atentas as constantes mudanças impostas pelas tendências do mercado, principalmente em relação aos novos estímulos do consumidor.

## **2.3 Marketing Digital**

Algumas inovações e tecnologias são marcantes, atraindo as atenções para o marketing na web, expondo as ações para as mídias sociais como forma de atrair clientes. Tendo em vista que algumas empresas utilizam de outros métodos para veiculação de seus produtos e captação de vendas. (TURCHI,2018). Entre essas inovações o marketing digital é uma forte estratégia dentro das organizações

Segura (2009) afirma que o marketing digital surgiu como um meio de ações para viabilizar de forma mais segmentada os métodos de comunicação realizada pelas empresas, onde se consegue, através da internet, novos caminhos para a divulgação de produtos e serviços, abrindo oportunidades para a conquista de mais clientes, bem como aumentar sua rede de relacionamentos.

Para Caro (2010) o marketing digital se torna importante para as percepções dos processos decisórios do consumidor, pois é dele que será gerado todas as sensações, desejos e até o reconhecimento do problema que impulsionará o indivíduo a realizar a compra ou não. Weinberg (2000) afirma que o fato de possuir uma página na internet não garante o sucesso nas vendas, pois existem fatores que quando não são bem gerenciados podem negatar o posicionamento da marca perante os consumidores.

## **2.4 Vendas**

A globalização teve como resultado uma intensa competição entre as organizações, isso decorre de vários fatores. A inserção e a velocidade das novas tecnologias e inovação faz com que os clientes fiquem cada vez mais exigentes. Isso torna um desafio maior para os gerentes de vendas que tem que se adaptar ao mundo digital (SPIRO, 2010).

Entre essas mudanças Spiro (2010) menciona o avanço da tecnologia que vem causando um grande impacto na gestão de vendas. Atualmente existem inúmeros modelos

de negócios virtuais, entre eles as lojas, que podem gerar pedidos de maneira muito eficiente, e mantê-las é muito mais barato que manter uma força de vendas.

Mas, apesar dos pontos positivos Spiro (2010) chama atenção que um site não tem a capacidade de convencer um cliente, de resolver problemas e construir um relacionamento quanto a de um profissional de vendas. Para Futrell (2014), a definição de vendas envolve a comunicação entre o profissional de vendas e o comprador. Ambos discutem as necessidades e falam sobre o produto em questão para ver como ele vai satisfazer as necessidades daquela pessoa.

Desse modo é importante destacar que o gestor de vendas deve entender qual a relação entre a estratégia de marketing com a área de vendas, já que ela é responsável pela implementação de decisões fundamentais em termos de segmentação, diferenciação e posicionamento da empresa e de produtos (FUTRELL, 2014). Assim Turchi (2018) afirma que um dos maiores desafios da atualidade é a assertividade na definição do público que se deseja atingir. Pois é imprescindível analisar o perfil sociodemográfico, segmentar o perfil dos hábitos, comportamentos e atitudes do consumidor.

### 3 | MÉTODO

Este estudo se utilizou de documentos contendo dados como volume de mercadoria vendida durante o período de três anos antes da implantação das mídias digitais e três anos depois da implantação no grupo empresarial da Região do Cariri, permitindo a aproximação ao objeto estudado para construção do estudo investigativo. Com isso foram adotados procedimentos metodológicos necessários para obter respostas ao questionamento e aos objetivos propostos inicialmente.

A utilização de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado pois conta com uma vasta riqueza de informação que pode – se extrair e resgatar o seu uso em Ciências Humanas e Sociais possibilitando o conhecimento de objetos cujo entendimento precisa de contexto histórico e sociocultural.

Um dos procedimentos destes estudos é o uso da estatística inferencial e descritiva que permite tomar decisões a partir de elementos amostrais e descreve. A amostragem é referente ao banco de dados do Grupo Empresarial. Segundo Samohyl (2009) “A amostragem é necessária quando a inspeção necessita da destruição do item amostrado”. Tendo como estatística descritiva que é a etapa inicial da análise utilizada para descrever e resumir os dados. A disponibilidade de uma grande quantidade de dados e de métodos computacionais muito eficientes revigorou esta área da estatística.

Para análise destes dados foi utilizado o teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov (BUSSAB, 2006). Os dados comparam o desempenho do grupo empresarial antes e depois da implantação das mídias sociais em 7 (sete) lojas físicas situada nas cidades de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Brejo Santo e Iguatu.

Tornando assim de natureza quantitativa, utilizando assim uma classificação de produtos em grupos com marcas renomadas. Tornando assim a pesquisa em estudo será quantitativa, pois Rodrigues (2007) afirma que a pesquisa quantitativa traduz em números as opiniões e informações classificadas e analisadas com técnicas estatísticas. Posteriormente os dados foram tratados e tabulados de acordo com seus métodos adotados e informados no procedimento metodológico. A análise foi composta pela observação do pesquisador juntamente da fundamentação teórica apresentada no referido estudo.

## 4 | ANÁLISE DE DADOS

Para testar se o volume de acessos as redes sociais afetam as vendas nas diversas filiais de na referida rede de lojas, foram colhidos os volumes de vendas mensais nos 43 meses antes da implantação das redes sociais, ou seja, de janeiro de 2003 a julho de 2016. Também foram colhidos os volumes de vendas nos 25 meses seguintes, após o lançamento da venda digital e criação de redes sociais. O teste de normalidade utilizado neste trabalho foi o teste de Kolmogorov-Smirnov (BUSSAB, 2006).

Para uma melhor compreensão os dados encontram-se no quadro 06. A série com os totais de vendas mês a mês para a loja 1, estão ilustradas no Gráfico 01.



Gráfico 01: Volume totais de vendas mensais entre janeiro de 2003 e agosto de 2018 na loja 01 da rede.

Fonte: Dados da pesquisa 2018.

A linha pontilhada representa a tendência de comportamento das vendas, neste caso, indica a existência de um leve crescimento. Para confirmar se, de fato, existe o referido crescimento, faz-se necessário a execução de um teste de igualdade de médias. Testar uma hipótese consiste em tomar uma decisão com base critérios preestabelecidos e em dados colhidos de amostras. Ao realizar um teste de hipótese é possível cometer dois tipos de erros: O Erro tipo I, ocorre quando se rejeita uma hipótese nula quando verdadeira e o Erro tipo II, consiste em não rejeitar a hipótese nula quando falsa. Costumeiramente preocupa-se mais em controlar o erro tipo 1, definindo-se a hipótese nula de tal modo

que cometer um erro do tipo 1 seja o menos desejado. Por exemplo, em princípios de direito, como hipótese nula toma-se sempre a inocência do réu, uma vez que rejeitar essa hipótese implica em condenar um inocente. Um erro bem menos tolerável que absorver um culpado. O erro tipo 1 é controlado admitindo-se para ele uma pequena probabilidade. Essa probabilidade é dita nível descritivo e é denotada por  $\alpha$ , é costumeiro tomar-se  $\alpha=5\%$ .

Para cada uma das lojas da rede foi calculado o volume médio de vendas antes da implantação das redes sociais, cujo valor será indicado por:  $\bar{x}_{\text{Antes}}$ . E, analogamente, o volume médio das vendas depois da implantação das redes sociais:  $\bar{x}_{\text{Depois}}$ . Observe que:  $\bar{x}_{\text{Antes}}$  e  $\bar{x}_{\text{Depois}}$  são médias amostrais. Se  $\mu_{\text{Antes}}$ , representa a média mensal populacional de vendas antes da implantação das redes sociais e,  $\mu_{\text{Depois}}$ , a média após essa implantação. Testar se os acessos nas redes, por parte dos clientes, promoveram alguma alteração significativa na média de vendas. Isto equivale a testar se:  $\mu_{\text{Antes}} \neq \mu_{\text{Depois}}$ , ou seja, se houve alguma alteração, para menos ou para mais na média de vendas, ou  $\mu_{\text{Antes}} < \mu_{\text{Depois}}$ , alteração para mais(aumento na média das vendas), ou ainda se:  $\mu_{\text{Antes}} > \mu_{\text{Depois}}$ , alteração para menos (redução na média de vendas). Foi utilizado o teste t de Student para igualdade entre duas médias, especificando se ocorreu um aumento ou redução nas médias. Ou seja, foram testadas as hipóteses: Hipótese nula:  $\mu_{\text{Antes}} = \mu_{\text{Depois}}$  contra a hipótese alternativa  $\mu_{\text{Antes}} < \mu_{\text{Depois}}$ . Este tipo de teste foi executado quando a média amostral antes  $\bar{x}_{\text{Antes}}$  apresentou-se inferior à média amostral depois,  $\bar{x}_{\text{Depois}}$ . Esse tipo de teste é dito teste unilateral a direita.

$$H_0: \mu_{\text{Antes}} = \mu_{\text{Depois}} \text{ contra}$$

$$H_{\text{Alternativa}}: \mu_{\text{Antes}} < \mu_{\text{Depois}}$$

		VENDA LOJA 1		
		Presencial	Digital	Total
Antes	n	43		43
	Média	864,53		864,53
	DP	328,34		328,34
Depois	n	25	25	25
	Média	866,04	119,20	985,24
	DP	344,24	62,16	344,58
<b>Hipótese Alternativa</b>		$\mu A < \mu D$		$\mu A < \mu D$
TN Antes		0,081		0,081
TN Depois		0,081		0,072
Sa2/Sd2		0,91		0,91
Sp		334,21		334,34
T_0		-0,02		-1,44
p-valor		0,493		0,078

Tabela 02: Estatísticas para o teste t-Student de diferenças de médias.

Fonte: Dados da pesquisa 2018.

Onde: n, Média e DP são respectivamente, tamanho da amostra, média amostral e desvio padrão amostral, para os dados antes e depois da implantação das redes sociais; TN Antes: É o p-valor para o teste de normalidade para as vendas antes da implantação

das redes sociais; TN Depois: É p-valor para o teste de normalidade para as vendas depois da implantação das redes sociais; Sa2/Sd2: É o quociente entre as variâncias amostrais, antes e depois da implantação das redes sociais Sp: É o desvio padrão ponderado, usado sempre que for aceita a hipótese de igualdade de variâncias; T\_0: É o valor da estatística de teste:  $\frac{\bar{x}_A - \bar{x}_D}{s_p \sqrt{\frac{1}{n_A} + \frac{1}{n_D}}}$ , p-valor: É a probabilidade de ocorrer uma estatística mais negativa a hipótese nula do que T\_0. É padrão rejeitar a hipótese nula sempre que p-valor seja menor que 0,05 = 5%. Isto quer dizer que diante da ocorrência de algo tão raro, é mais prudente admitir que a hipótese nula é que está errada e passar a admitir uma hipótese alternativa, costumeiramente predefinida. Em alguns casos, se aceita a hipótese nula até o limite de p-valor = 0,01, rejeitando-a apenas quando p-valor for inferior a esse número. Para testar a hipótese de igualdade de médias, o primeiro passo é testar se as distribuições das variáveis podem ser consideradas normais BUSSAB (2006).

Para o caso da Loja 1, observa-se na tabela 1 que TN Antes e TN Depois são ambos superiores a 0,05, implicando na não rejeição da hipótese de normalidade das vendas tanto antes da implantação das redes sociais quanto depois. Seja considerando apenas as vendas presenciais, ou as vendas totais, que é a soma das vendas presenciais com as vendas digitais, conforme mostra a tabela 1 na coluna Venda Total.

O próximo teste requerido é o teste para igualdade de variâncias. A estatística utilizada será:  $\frac{s_A^2}{s_B^2}$ , que tem distribuição  $F(n_A - 1, n_B - 1)$  para as amostras em questão  $F(42, 24)$ . A hipótese de igualdade entre as variâncias só é rejeitada se  $\frac{s_A^2}{s_B^2} < 0,48$  ou  $\frac{s_A^2}{s_B^2}$  ao nível de 5%. Para os dados da Loja 1,  $\frac{s_A^2}{s_B^2}$ , conforme tabela 1, tanto para as vendas presenciais quanto para as vendas totais, ou seja, vendas presenciais mais as digitais, ou seja, em qualquer um dos casos, conclui-se que as variâncias são as mesmas para os dados antes e depois. Agora basta finalizar o teste de igualdade de médias usando-se a estatística T\_0 ou o seu p-valor associado. Para a Loja 1 e ao nível de 5% conclui-se que não houve alteração entre as médias pois p-valor = 0,493 = 49,3% para as vendas presenciais e p-valor = 0,078 = 7,8% para as vendas digitais.

Ambas superiores ao limite mínimo para o p-valor = 0,05 = 5%. Logo, não se rejeita a hipótese de igualdade entre as médias, isto quer dizer que a média de vendas é a mesma antes e depois da inclusão das redes sociais. Outra investigação de interesse pode ser se um número mais elevado de acessos nas redes sociais por parte dos clientes proporciona aumento nas vendas. Uma primeira impressão pode ser tirada examinando o diagrama de dispersão entre o número de acessos e o volume de vendas dado no gráfico 02 a seguir:

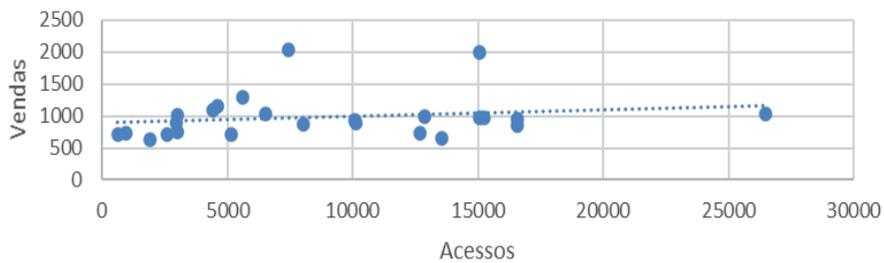
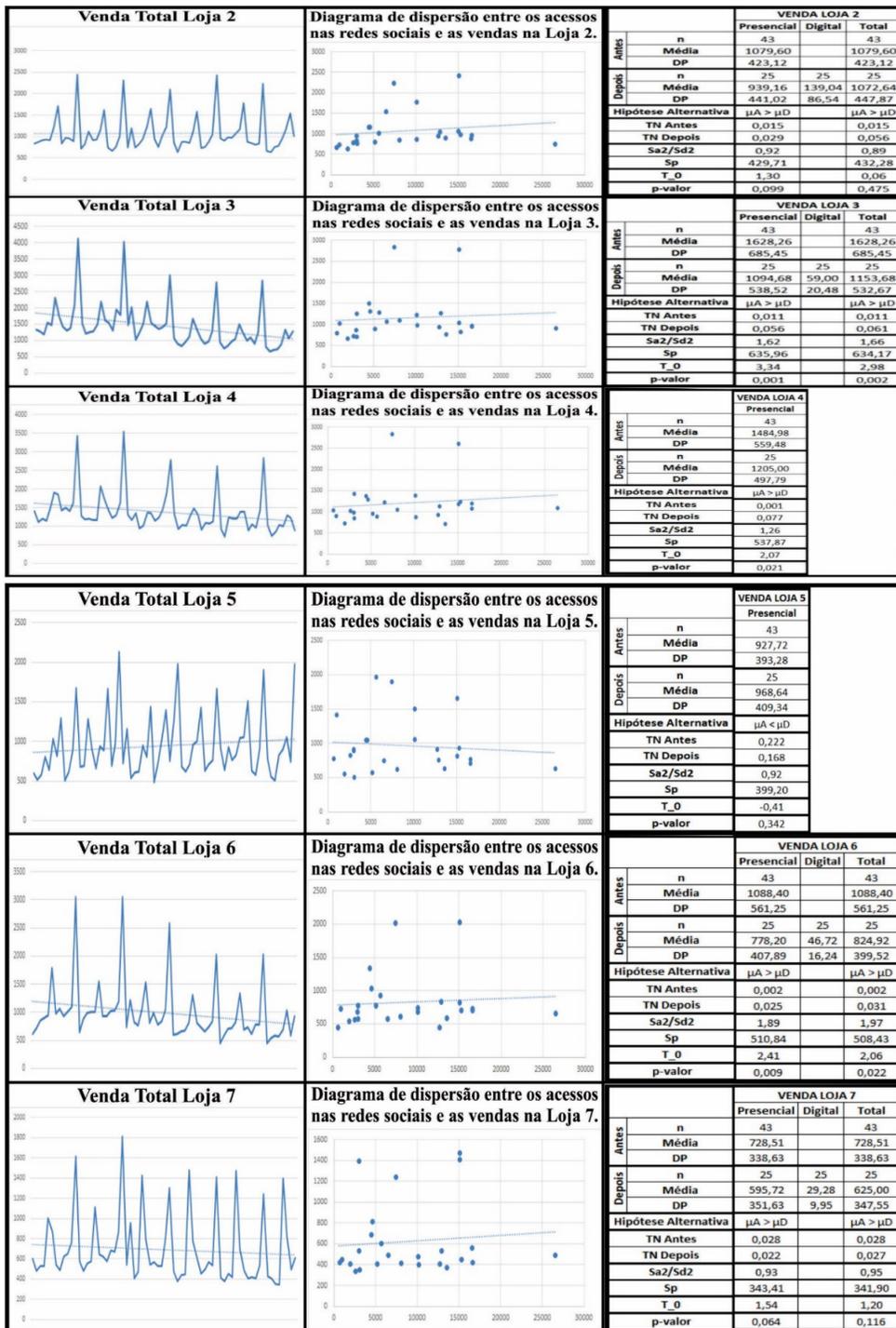


Gráfico 02: Diagrama de dispersão entre os acessos nas redes sociais e as vendas na Loja 1.

Fonte: Dados da pesquisa 2018.

Observa-se uma leve tendência de aumento, ilustrada pela linha pontilhada. Isto quer dizer quanto maior o número de acessos, maior o número de vendas na Loja 1. A fragilidade desse resultado é decorrente do baixo valor do coeficiente de correlação de Pearson entre as variáveis, acessos e vendas. O coeficiente de correlação de Pearson é definido por: 
$$\text{Corr}(X, Y) = \frac{\sum_{i=1}^n x_i y_i - n\bar{x}\bar{y}}{\sqrt{(\sum x_i^2 - n\bar{x}^2)(\sum y_i^2 - n\bar{y}^2)}}$$
. Se  $\text{Corr}(X, Y)$  estiver perto de -1, indicará uma correlação inversa entre as variáveis, ou seja, se uma cresce a outra decresce. Se  $\text{Corr}(X, Y)$  estiver próximo de 1, indicará uma correlação direta, crescendo uma a outra também cresce. Se próximo de zero, indica inexistência de correlação. A correlação entre os acessos e as vendas na Loja 1 é de:  $\text{Corr}(\text{Acessos}, \text{Vendas Loja 1}) = 0,191$ . Indicando uma baixa correlação entre as variáveis, ou seja, os acessos as redes sociais afetam muito pouco as vendas na Loja 1. Resumindo, pode-se afirmar que não houve aumento nas vendas na Loja 1 com o advento das redes sociais mesmo considerando o total de vendas, ou seja, as vendas presenciais mais as vendas digitais. Analogamente pode-se concluir sobre as outras lojas da rede. No quadro 06 apresenta, por linha o gráfico do volume de vendas mês a mês, a dispersão entre os acessos as redes sociais da rede e o volume de venda da loja e as estatísticas para o teste de igualdade de médias conforme realizado para a loja 1. O quadro 04 demonstra o resumo de seis lojas investigadas, é importante destacar que no total foram trabalhadas sete lojas, a loja 01 consta no gráfico 01 anteriormente apresentado.



Quadro 04: Resumo das seis lojas pesquisadas.

## 5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS						Testes	
Testes						Correlação entre os acessos e as vendas	Conclusão
Lojas	Normalidade		Igualdade				
	Antes	Depois	Variâncias	Médias Vendas	Médias Vendas Total		
Loja 2	Aceita à 1%	Aceita à 1%	Aceita a 5%	Aceita a 5%	Aceita a 5%	0,165	Não houve redução significativa na média de vendas. Os acessos a rede social da rede de lojas, afeta um pouco e positivamente as vendas totais da loja 2.
Loja 3	Aceito à 1%	Aceito à 1%	Aceita a 5%	Rejeita a 5%	Rejeita-se a 5%	0,090	Houve redução na média de vendas e os acessos a rede social da rede lojas afetam muito pouco, também positivamente as vendas totais das vendas da Loja 3
Loja 4	Aceito à 0,1%	Aceito à 1%	Aceita a 5%	Rejeita a 5%	Rejeita-se a 5%	0,139	Houve redução na média de vendas e os acessos a rede social afeta pouco e positivamente as vendas totais da Loja 4
Loja 5	Aceito à 1%	Aceito à 1%	Aceita a 5%	Aceita a 5%	Aceita a 5%	-0,094	Não houve acréscimo na média de vendas e os acessos a rede social afeta pouco mas negativamente as vendas totais das da Loja 5
Loja 6	Aceito à 0,1%	Aceito à 0,1%	Aceita a 5%	Rejeita a 5%	Rejeita-se a 5%	0,081	Houve redução na média de vendas e os acessos a rede social da rede lojas afetam muito pouco e positivamente as vendas totais das vendas da Loja 6
Loja 7	Aceito à 1%	Aceito à 1%	Aceita a 5%	Rejeita a 5%	Rejeita-se a 5%	0,093	Não houve redução significativa na média de vendas. Os acessos a rede social da rede de lojas afetam muito pouco e positivamente as vendas da loja 7

Quadro 06: Considerações Finais

Fonte: Dados da pesquisa 2018.

Conclusões do quadro acima:

Observou-se que em apenas duas lojas (Loja 1 e Loja 5), as médias amostrais antes da implantação da rede social foram inferiores a médias depois dando uma impressão de aumento nas vendas, impressões essas que foram descartadas com os testes de médias t-Student ao nível de 5%. Em todas as outras lojas investigadas, as médias amostrais depois da implantação da rede social foram inferiores, dando impressão de redução nas

vendas, impressões que foram confirmadas pelos testes para diferença de média t-Student, a nível de 5%, apenas para as lojas 3 e 6. Ou seja, para todas as outras lojas, não é possível afirmar que houve alteração nas vendas, nem para mais nem para menos. Apenas as lojas 3 e 6, pode-se afirmar ao nível de 5% que houve redução nas vendas. Quanto a influência dos acessos nas vendas.

De um modo geral observou-se baixa correlação entre os acessos e as vendas por loja. As lojas que apresentaram reações positivas, ou seja, quanto maior o número de acesso, maior as vendas, foram as lojas 1, 2 e 4. As lojas: 3, 6 e 7; apesar de apresentar correlação positiva, mas pouco significativa, pois ficou abaixo dos 10%. Isto quer dizer que os acessos praticamente não afetam as vendas nessas lojas. A loja 5, também com correlação inferior a 10%, mas negativa, ou seja, quanto maior o número de acesso menor as vendas nesta loja. Provavelmente os clientes dessa loja acessam pouco as redes sociais, quando o faz, optam por comprar noutra filial da rede.

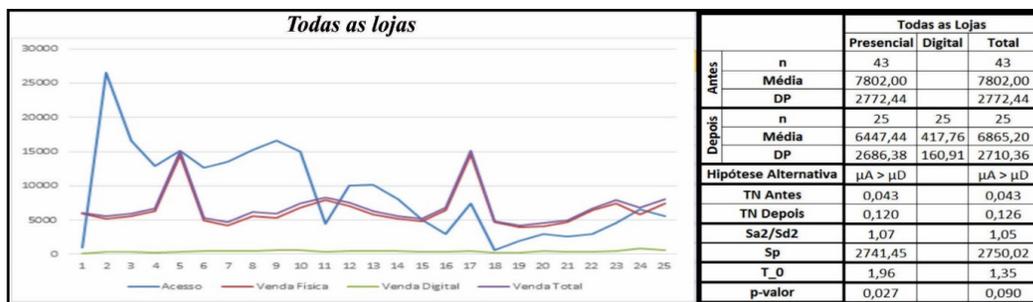


Gráfico 03: Conclusão de todas as lojas.

Fonte: Dados da pesquisa 2018.

Visualmente o gráfico acima parece querer dizer que os acessos a rede social da rede de lojas (em azul) não afeta as vendas na loja física (em vermelho) e muito pouco a venda digital (em verde). Os testes realizados, provam que: houve redução significativa na média de venda física da rede de lojas, antes e depois da implantação da rede social ( $p\text{-valor} = 0,027 < 0,05 = 5\%$ ).

Mas, ao juntar as vendas físicas com as digitais, a conclusão é que a redução nas vendas não é significativa, ao nível de 5%, pois  $p\text{-valor} = 0,09 > 0,05 = 5\%$ . Isto pode querer dizer que alguns clientes podem ter migrado para compra digital, usufruindo da comodidade de comprar em sua casa.

Quanto a influências nas vendas pelos acessos. Na venda física os acessos parecem não afetar tanto, em torno de 10%, ( $\text{Corr} = 0,091 = 9,1\%$ ). Bem inferior a correlação entre os acessos e a venda digital ( $\text{Corr} = 0,264 = 26,4\%$ ). De um modo geral, os acessos

afetam as vendas positivamente em torno de 10% (Corr = 0,106 = 10,6%). Conclui-se que os resultados obtidos indicam que em algumas lojas apresentou redução em seu volume de vendas após a utilização da rede social, toda via no conjunto de todas as lojas da rede o índice de vendas após a utilização das mídias houve crescimento em seu volume presencial e que as vendas digitais contribuíram timidamente para esse crescimento, tendo em vista a eficácia das redes sociais no sentido de promover os produtos e promoções atraindo consumidores para as lojas física. Os resultados deste estudo evidenciam que é fundamental para as empresas, a aposta estratégica e a utilização de ferramentas para que lhes permitam alavancar os proveitos que podem obter do relacionamento com os clientes nas redes sociais.

## REFERÊNCIAS

BUSSAB, Wilton O; MORETTIN, Pedro A. **Estatística básica**. São Paulo: Atual, 1986.

CARO, Abrão. **Comportamento do Consumidor e a Compra Online: uma análise multicultural**. Tese (Pós-Graduação) - Universidade de São Paulo, 2010.

FUTRELL, Charles M. **Vendas: fundamentos e novas práticas de gestão**. Saraiva, 2003.

GAMBLE, John E. **Fundamentos da administração estratégica [recurso eletrônico]: a busca pela vantagem competitiva** 2. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: AMGH, 2012

KOTLER, P. **Administração em marketing: a edição do novo milênio**. SP: Prentice Hall, 2005.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas** 34. ed. – São Paulo: Atlas, 2018.

PETER, J. Paul. **Introdução ao marketing: criando valor para o cliente**. 1º ed. SP: Saraiva, 2013.

PEREIRA, I.. **Estratégias de marketing digital utilizadas para o posicionamento de marca e aumento de vendas de uma empresa em Brasília**. Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas FATECS. Brasília, 2014.

RODRIGUES, William Costa, **Metodologia Científica**. Paracambi. FAETEC/IST, 2007.

ROCHA, Marcos. **Marketing estratégico** – São Paulo: Saraiva, 2015.

SAMOHYL, Robert Wayne, 1947 – **Controle estatísticos da qualidade** / Rio de Janeiro: Elsevier 2009.

SWAIM, Robert W. **A estratégia segundo Drucker: estratégias de crescimento e insights de marketing extraídos da obra de Peter Drucker** - Rio de Janeiro: LTC, 2011.

SEGURA, M. C. **O estudo do Marketing Digital versus Marketing Tradicional e a percepção das suas campanhas por parte dos consumidores no mercado virtual a tradicional.**2009. f. 51. Dissertação (Mestrado em estatística e Gestão da Informação) - Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa,2009.

SPIRO, Rosann L. **Gestão da força de vendas.** 12. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: AMGH, 2010.

SPIRO, Rosann L., RICH, A., STANTON, William J. Gestão da Força de Vendas. ArtMed, 09/2010.

TURCHI, Sandra R. Estratégia de Marketing Digital e E-Commerce, 2ª edição. Atlas, 02/2018.

WEINBERG, Bruce D.; **Don't Keep Your Internet Customers Waiting too Long at the Virtual Front Door**; Journal of Interactive Marketing; Vol. 14, Nr. 1; Winter 2000; pp. 30-39

ZENARO, Marcelo, Pereira, Maurício Fernandes. Marketing estratégico para organizações e empreendedores: guia prático e ações passo a passo. Atlas, 08/2013.

## EMISSÕES DE GASES EFEITO ESTUFA NA PRODUÇÃO DE *COFFEA CANEPHORA*

Data de aceite: 01/06/2021

Data de submissão: 22/03/2021

### **Nilmar Diogo dos Reis**

Universidade Federal de Lavras (UFLA) –  
Depto. Administração e Economia  
Lavras – Minas Gerais  
<http://lattes.cnpq.br/8494579973794663>

### **Fúlvio Antas Gibello**

Universidade Federal de Lavras (UFLA) –  
Depto. Administração e Economia  
Lavras – Minas Gerais

### **Jaqueline Severino da Costa**

Universidade Federal de Lavras (UFLA) –  
Depto. Gestão Agroindustrial  
Lavras – Minas Gerais  
<http://lattes.cnpq.br/9364392921051567>

### **Luiz Gonzaga de Castro de Junior**

Universidade Federal de Lavras (UFLA) –  
Depto. Gestão Agroindustrial  
Lavras – Minas Gerais  
<http://lattes.cnpq.br/8494579973794663>

### **Renato Elias Fontes**

Universidade Federal de Lavras (UFLA) –  
Depto. Gestão Agroindustrial  
Lavras – Minas Gerais  
<http://lattes.cnpq.br/8055391461904638>

### **André Luís Machado**

Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Sudeste de Minas  
Campus: São João Del Rei – Minas Gerais  
<http://lattes.cnpq.br/3520659182230028>

**RESUMO:** A cafeicultura é um dos ramos importantes do agronegócio brasileiro. De acordo com o (MAPA, 2019), em 2017, o país foi o maior produtor e exportador de café e segundo maior consumidor da bebida no mundo. As culturas agrícolas, de modo geral, emitem Gases Efeito Estufa (GEE) para atmosfera, como o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), metano (CH<sub>4</sub>) e óxido nitroso (N<sub>2</sub>O), através de atividades como, por exemplo: queima de combustíveis fósseis, desmatamento, reuso de fertilizantes sintéticos. Portanto, reduzir os efeitos das mudanças climáticas implica também, reduzir as emissões de GEE. Assim, esta pesquisa buscará responder quais técnicas de produção e manejo são mais eficientes na cafeicultura. Concluiu-se que as maiores emissões de CO<sub>2</sub>/sc de *Coffea Canephora* ocorreram em Itabela-BA. A região sudeste é a maior emissora de GEE e a aplicação de fertilizantes nitrogenados sintéticos é a principal fonte de GEE na cafeicultura, representando, em média, 50% das emissões totais.

**PALAVRAS - CHAVE:** Produção de café. Café Conilon. Sistemas de produção sustentáveis.

### **GREENHOUSE GAS EMISSIONS IN THE PRODUCTION OF *COFFEA CANEPHORA***

**ABSTRACT:** Coffee farming is one of the important branches of Brazilian agribusiness. According to (MAPA, 2019), in 2017, the country was the largest producer and exporter of coffee and the second largest consumer of the beverage in the world. Agricultural crops, in general, emit greenhouse gases (GHG) into the atmosphere, such as carbon dioxide (CO<sub>2</sub>), methane (CH<sub>4</sub>) and nitrous oxide (N<sub>2</sub>O), through activities such

as: burning fossil fuels , deforestation, reuse of synthetic fertilizers. Therefore, reducing the effects of climate change also means reducing GHG emissions. Thus, this research will seek to answer which production and management techniques are most efficient in coffee growing. It was concluded that the highest CO<sub>2</sub> / sc emissions of *Coffea Canephora* occurred in Itabela-BA. The southeast region is the largest GHG emitter and the application of synthetic nitrogen fertilizers is the main source of GHG in coffee growing, representing, on average, 50% of total emissions.

**KEYWORDS:** Coffee production Café. Conilon Sustainable. production systems.

## 1 | INTRODUÇÃO

A cafeicultura é uma das mais importantes atividades do segmento do agronegócio brasileiro. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em 2017, o país foi o maior produtor e exportador de café e segundo maior consumidor da bebida no mundo, além de ser o quinto produto na ordem de exportação brasileira, movimentando US\$ 5,2 bilhões em 2017, gerando aproximadamente oito milhões de empregos no país. A cafeicultura trata-se de uma atividade econômica consolidada no Brasil desde o período colonial, gerando emprego e renda para pequenos, médios e grandes produtores. Atualmente, a maior região produtora de *Coffea Canephora* é o Sul de Minas Gerais e o estado do Espírito Santo, porém, é o maior produtor de *Coffea Canephora*, devido às menores altitudes e altas temperaturas.

As culturas agrícolas, de modo geral, emitem Gases Efeito Estufa (GEE) para atmosfera, como o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), metano (CH<sub>4</sub>) e óxido nitroso (N<sub>2</sub>O), através de atividades como, por exemplo: queima de combustíveis fósseis, desmatamento, reuso de fertilizantes sintéticos.

A agricultura trata-se de uma das atividades que mais geram gases poluentes para atmosfera. Essas emissões geram preocupação à comunidade internacional, no que se refere aos possíveis impactos sobre o clima. Nessa perspectiva, a cadeia produtiva do café também tem buscado sistemas de produção limpos e que gerem mínimos impactos ambientais. Assim, existe a demanda por cafés mais limpos e sustentáveis.

## 2 | PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVO

Reduzir os efeitos das mudanças climáticas implicam redução das emissões de GEE. Assim, a questão suscitada por este estudo é: a elaboração de inventários de GEE faz-se necessária em todos os sistemas produtivos agrícolas, especialmente devido à importância da cafeicultura na economia brasileira e mundial? Desta maneira, esta pesquisa buscará responder tal qual analisando as técnicas de produção e manejo mais eficientes, para tornar a cadeia produtiva mais sustentável em todo o ciclo do produto.

Levando em consideração as contribuições que a cadeia produtiva do café tem sobre a economia brasileira e seus impactos sobre as emissões de GEE, este estudo teve

como objetivo estimar as emissões de GEE na produção de *Coffea Canephora* (*Conilon*).

### 3 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

#### 3.1 Produção de café *Coffea Canephora* (*Conilon*) no Brasil e Emissões de Gases de Efeito Estufa

O café se destaca nas exportações brasileiras desde o começo do século XX. É um dos produtos mais significativos da economia brasileira, com importante contribuição para o desenvolvimento nacional, com os setores de indústria e serviço, além do próprio setor primário. As exportações de café verde e industrializado, além de propiciar divisas ao país, possui consequências na indução do produto interno bruto (PIB) e na contratação de mão-de-obra (SARAIVA et al., 2017).

Por contar com um parque cafeeiro complexo e diverso, o Brasil possui a capacidade de produzir bebidas de tipos variados e, dessa forma, possui vantagens competitivas sobre seus concorrentes. Em relação ao desenvolvimento tecnológico, o Brasil também é líder, principalmente sobre fertirrigação e mecanização. Deste modo, o complexo cafeeiro no Brasil tem firmado sua considerável relevância como gerador de renda e divisas, devido às exportações (VALE et al., 2014).

Os principais estados produtores de café no Brasil, em ordem decrescente são: Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Bahia e Rondônia. A hegemonia do Estado de Minas Gerais na cafeicultura foi efetivada a partir da década de 1970, ultrapassando os principais Estados produtores, na época, Paraná e São Paulo. Isto ocorreu especialmente pela criação de um Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais, sugerido pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), a ocorrência de geadas nas principais áreas de produção desses dois estados, e a abertura de grandes áreas de cerrado (VALE et al., 2014).

A área total plantada no país com café (Arábica e *Conilon*) alcançou, em 2019, 2,13 milhões hectares, 1,2% menor que a estabelecida em 2018. Desse valor, 319,17 mil hectares (15%) estão em formação e 1,81 milhão de hectares (85%) em produção. Comparando com a safra anterior, a área em produção teve queda de 2,8%, ao passo que a área em formação cresceu 8,5%. Por se tratar de uma safra de bialidade negativa, é comum que os produtores realizem tratamentos culturais nas lavouras e, como consequência, haja queda na área em produção (CONAB, 2019).

Para o café *Conilon*, a expectativa, em 2019, é de diminuição de 2,5% na área, calculada em 398,8 mil hectares. Desse valor, 363,1 mil hectares estão em produção e 35,7 mil hectares em formação. O Espírito Santo conta com a maior área, 261,5 mil hectares, seguido por Rondônia, com 70,5 mil hectares e posteriormente a Bahia, com 39,9 mil hectares. Mesmo sofrendo influência da bialidade, geralmente está acontece de modo menos intenso no *Conilon*. Desde 2009 a área diminuiu 162,1 mil hectares. A redução

na área está atrelada à relevante inclinação na otimização do manejo dessa cultura e ao emprego de material genético mais produtivo (CONAB, 2019).

O Espírito Santo é o maior produtor de café *Conilon* do Brasil, a qual é atribuído entre 75% e 78% da produção nacional. É encarregado por até 20% da produção mundial do café robusta. O café *Conilon* é a principal fonte de renda em 80% das propriedades rurais capixabas estabelecidas em regiões com altas temperaturas. É responsável por 35% do PIB Agrícola. Atualmente, há 261 mil hectares plantados de *Conilon* no Estado. São 40 mil propriedades rurais em 63 municípios, com 78 mil famílias produtoras. O café *Conilon* gera 250 mil empregos diretos e indiretos (INCAPER, 2018).

Os maiores produtores de café *Conilon* do Espírito Santo são os municípios de Jaguaré, Vila Valério, Nova Venécia, Sooretama, Linhares, Rio Bananal, São Mateus, Pinheiros, Governador Lindenberg, Boa Esperança, Vila Pavão, São Gabriel da Palha, Colatina e Marilândia (INCAPER, 2018).

No Espírito Santo, 70% das lavouras de café *Conilon* utilizam irrigação. A extensão das lavouras é de 8,0 hectares, cultivadas pelas famílias dos produtores. As lavouras têm sido renovadas sob nova base tecnológica por volta de 7% ao ano (INCAPER, 2018).

As altas temperaturas e a ausência de precipitações, principalmente entre janeiro e março de 2019, geraram efeitos na fase de enchimento dos grãos. Junta-se a isso as consequências da bionalidade negativa esperada para essa safra (principalmente o café arábica), tal como a ocorrência de danos econômicos gerados pelo ataque da broca do café (*Hypothenemus hampei*) em certas regiões produtoras do estado. Assim a estimativa atual é de 34,20 scs/há, evidenciando redução de 3,4% frente ao rendimento médio registrado na safra de 2018 (CONAB, 2019). Todos esses fenômenos impactam e são impactados pelas mudanças climáticas.

A cafeicultura, assim como qualquer outra cultura agrícola, emite GEE como CO<sub>2</sub>, CH<sub>4</sub> e N<sub>2</sub>O (MAINA et al.; 2015), sendo grande parte das emissões provenientes das ações antropogênicas. Esses gases, por sua vez, contribuem para o aquecimento global e impactam nas mudanças climáticas afetando o ciclo de vida na terra (MONTZKA et al., 2011; MORA et al., 2018).

Essas emissões têm preocupado a comunidade internacional no que tange aos possíveis impactos sobre o clima (IPCC, 2006; TZILIVAKIS et al., 2005). Nesse contexto, a cadeia produtiva do café não está alheia a essa questão, buscando dessa forma sistemas de produção limpos e que respeitem o meio ambiente (MAINA et al., 2016). Por isso, a demanda por cafés mais limpos e sustentáveis (MAINA et al., 2016, ABNT NBR ISSO 14064, 2015).

Atingir a meta de restrição no aumento da temperatura em 2°C e minimizar os efeitos dessas mudanças climáticas passam por menor redução nas emissões de GEE (GHG PROTOCOL, 2010, SMITH et al., 2007). A realização de inventários de emissões de GEE é relevante em todos os sistemas produtivos agrícolas, particularmente pelo peso da cultura

cafeeira na economia brasileira e mundial. Por isso, a busca por técnicas de produção e manejo mais eficientes podem tornar a cadeia produtiva mais sustentável em todo o ciclo do produto (RELATÓRIO INTERNACIONAL DE TENDÊNCIAS DO CAFÉ, 2017).

## 4 | METODOLOGIA

### 4.1 Fonte de dados

As informações levantadas para a produção de café *Conilon* têm como base os dados de informações gerais, insumos, mecanização, etc do projeto “Campo Futuro”. Este projeto é constituído por várias instituições parceiras entre elas a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Centro de Inteligência em Mercados (CIM) da Universidade Federal de Lavras (UFLA).

A metodologia utilizada para a coleta de dados foi a de Painel. Este método consiste em reuniões com proprietários pequenos, médios e grandes, em que disponibilizam informações sobre mão de obra, manejo da lavoura, colheita e pós-colheita, gastos gerais, valores financeiros, área da lavoura, insumos, produtividade, máquinas e equipamentos, juros de custeio e inventário (MATSUNAGA et al., 1976).

Em 2017 e 2018, foram levantados custos de produção da cafeicultura em 13 municípios brasileiros. Deste total, 3 municípios são produtores de *Coffea Canéfora* (Cacoal/RO, Jaguaré/ES e Itabela/BA) e 10 regiões produtoras da espécie *Coffea Canéfora* (Apucarana/PR, Brejetuba/ES, Caconde/SP, Capelinha/MG, Franca/MG, Guaxupé/MG, Luís Eduardo Magalhães/BA, Manhumirim/MG, Monte Carmelo/MG e Santa Rita do Sapucaí/MG) (Figura 1).

Para a padronização dos dados considerou-se como unidade funcional (UF) de GEE as emissões de CO<sub>2</sub>e (Gás Carbônico Equivalente) por “saca de 60 kg produzida” (kgCO<sub>2</sub>e/sc) no ano safra de 2017 e 2018, sem considerar o período anterior ao plantio, o período de plantio e o de crescimento da planta até atingir capacidade de produção. Assim, buscou-se elaborar um parâmetro para as emissões durante um ano de safra e conseqüentemente ser objeto de comparação.



Figura 1: Localização geográfica dos estados produtores do Brasil

Fonte: Adaptado de Rossignolli Armazéns (2017).

Dentre os possíveis impactos ambientais inerentes à cafeicultura, optou-se em avaliar a categoria Potencial de Aquecimento Global (GWP) consistindo na soma de todos os GEE emitidos ( $\text{CO}_2$ ,  $\text{CH}_4$  e  $\text{N}_2\text{O}$ ) convertido para o equivalente em kg de  $\text{CO}_2$  ( $\text{CO}_2\text{e}$ ) por saca de 60 kg considerando a produção de café em um ano safra. Para tal foi utilizado o Potencial de Aquecimento Global (GWP) por 100 anos segundo os horizontes temporais do Relatório de Avaliação 5 (AR5) do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC), como mostra a Tabela 1, para facilitar a comparação de resultados com outros estudos (FLORINDO et al.; 2017).

Gás	Tempo de vida na atmosfera (anos)	Potencial de aquecimento global em massa (GWP-100)
$\text{CO}_2$	150	1
$\text{CH}_4$	12	28
$\text{N}_2\text{O}$	114	265

Tabela 1 – Conversão de emissões de  $\text{CO}_2$ ,  $\text{CH}_4$ ,  $\text{N}_2\text{O}$  e GWP-100.

Fonte: IPCC (2006); GHG Protocol (2014).

Para tal foi utilizado o Potencial de Aquecimento Global (GWP) por 100 anos, segundo os horizontes temporais do Relatório de Avaliação 5 (AR5) do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC), para facilitar a comparação de resultados com outros estudos (FLORINDO et al.; 2017) (Tabela 1).

As equações estimadas para a emissão de GEE utilizadas neste estudo foram desenvolvidas com base na metodologia do IPCC, descrito em 2006, nos Relatórios de Avaliação do IPCC, e na metodologia da agricultura do *Green House Gas Protocol* (GHG PROTOCOL, 2014).

## 4.2 Equações utilizadas para o cálculo das emissões GEE

Foram consideradas nas estimativas, as emissões de CO<sub>2</sub>, CH<sub>4</sub> e N<sub>2</sub>O. As emissões foram convertidas para quilograma de CO<sub>2</sub> equivalente (CO<sub>2</sub>e) em relação à unidade funcional definida.

Em razão das disponibilidades de informações do projeto Campo Futuro, a abordagem utilizada foi a elaborada pelo IPCC denominada de “Tier 1”, uma vez que essa abordagem garante fatores de emissão de CO<sub>2</sub>, CH<sub>4</sub> e N<sub>2</sub>O padronizados internacionalmente pelo IPCC (IPCC, 2006).

Na produção de café, a adubação com calcário, calcítico (CaCO<sub>3</sub>) ou dolomítico (CaMg(CO<sub>3</sub>)<sub>2</sub>), provoca a emissão de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) (RAIJ et al., 1985). Neste caso, a equação proposta para estimar as emissões de CO<sub>2</sub>e leva em consideração os carbonatos calcítico e dolomítico. Porém, nas regiões brasileiras é utilizado apenas o calcário dolomítico, pois o calcítico não é observado (Eq. 1), presente no Quadro 1.

Equações utilizadas para cálculos	Descrição das variáveis das equações
A emissão de CO <sub>2</sub> oriunda da aplicação de calcário: (Eq.1) $CO_2 = (M_{dolomítico} * EF_{dolomítico} * (44/12))$	Onde: <i>M<sub>dolomítico</sub></i> =quantidade de calcário dolomítico aplicado ao solo, em toneladas; <i>EF<sub>dolomítico</sub></i> =fator de emissão padrão para calcário dolomítico (0,13 segundo o IPCC 2006); <i>(44/12)</i> =conversão de C em CO <sub>2</sub>
A emissão de CO <sub>2</sub> oriunda da aplicação de Ureia: (Eq2): $CO_2e = (M_{uréia} * EF_{uréia} * (44/12))$	Onde: <i>CO<sub>2</sub></i> =emissões diretas de CO <sub>2</sub> , em toneladas de CO <sub>2</sub> (tCO <sub>2</sub> ); <i>M<sub>uréia</sub></i> =quantidade de ureia aplicada ao solo, em toneladas; <i>EF<sub>uréia</sub></i> =fator de emissão padrão para ureia (0,20 segundo o IPCC 2006); <i>(44/12)</i> =conversão de C em CO <sub>2</sub> .

<p>A emissão de CO<sub>2</sub>e provenientes da aplicação de fertilizantes nitrogenados sintéticos: (Eq.3): <math>CO_2e = (F_{SN} * EF_1) * (44/28) * 298</math></p>	<p>Onde: CO<sub>2</sub>e=emissões diretas de N<sub>2</sub>O, em toneladas de CO<sub>2</sub>e (tCO<sub>2</sub>e); F<sub>SN</sub>=quantidade de nitrogênio sintético aplicado ao solo, em toneladas; EF<sub>1</sub>=fator de emissão padrão para nitrogênio aplicado ao solo (0,01 segundo o IPCC 2006); (44/28)=conversão de N em N<sub>2</sub>O; 298= potencial de aquecimento global do N<sub>2</sub>O em relação ao CO<sub>2</sub></p>
<p>A emissão de CO<sub>2</sub>e provenientes da aplicação de fertilizantes orgânicos: (Eq.4): <math>CO_2e = (F_{ON} * EF_1) * (44/28) * 298</math></p>	<p>Onde: CO<sub>2</sub>e = emissões diretas de N<sub>2</sub>O, em toneladas de CO<sub>2</sub>e (tCO<sub>2</sub>e); F<sub>ON</sub> = quantidade de nitrogênio orgânico aplicado ao solo, em toneladas; EF<sub>1</sub> = fator de emissão padrão para nitrogênio aplicado ao solo (44/28) = conversão de N em N<sub>2</sub>O; 298 = potencial de aquecimento global do N<sub>2</sub>O em relação ao CO<sub>2</sub></p>
<p>A emissão de CO<sub>2</sub>e provenientes do uso de defensivos agrícolas: (Eq5): <math>CO_2e = (Q_{herbicida} * EF_{Herbicida}) + (Q_{inseticida} * EF_{Inseticida}) + (Q_{fungicida} * EF_{Fungicida})</math></p>	<p>Onde: CO<sub>2</sub>e = emissões diretas de GEE, em toneladas de CO<sub>2</sub>e (tCO<sub>2</sub>e); Q<sub>herbicida</sub>=quantidade de herbicidas aplicados, em toneladas; Q<sub>inseticida</sub>=quantidade de inseticidas aplicados, em toneladas; Q<sub>fungicida</sub>=quantidade de fungicidas aplicados, em toneladas; EF<sub>Herbicida</sub>=fator de emissão para herbicidas aplicados; EF<sub>Inseticida</sub>=fator de emissão para inseticidas aplicados; EF<sub>Fungicida</sub>=fator de emissão para fungicidas aplicados.</p>
<p>A emissão de CO<sub>2</sub>e provenientes de operações mecanizadas[1]: (Eq.6): <math>CO_2e = H * CV * 0,12 * [0,92 * (EFCO_2Diesel + EFCO_2H4Diesel + EFN_2Odiesel) + 0,08 * EFCO_2Biodiesel]</math></p>	<p>Onde: CO<sub>2</sub>e= emissões diretas de GEE, em quilogramas de CO<sub>2</sub>e (kgCO<sub>2</sub>e); H=tempo de funcionamento da máquina, em horas; CV=potência do motor da máquina, em cavalo-vapor (cv); 0,92=porcentagem de diesel no óleo diesel comercializado no Brasil; EFCO<sub>2</sub>Diesel=fator de emissão de CO<sub>2</sub> para o diesel; EFCO<sub>2</sub>H4Diesel=fator de emissão de CH<sub>4</sub> para o diesel; EFN<sub>2</sub>Odiesel=fator de emissão de N<sub>2</sub>O para o diesel; 0,08=porcentagem de biodiesel no óleo diesel comercializado no Brasil; EFCO<sub>2</sub>Biodiesel=fator de emissão de CO<sub>2</sub> para o biodiesel.</p>

Quadro 1 – Equações utilizadas para o cálculo das emissões de CO<sub>2</sub>e e descrição das variáveis

Fonte: Adaptado de Parreras (2017), IPCC (2006) e GHG Protocol (2014).

Quando aplicada ao solo, a uréia é convertida em amônio ( $\text{NH}_4^+$ ), íon hidroxila ( $\text{OH}^-$ ) e bicarbonato ( $\text{HCO}_3^-$ ) (Eq. 2 do Quadro 1). Existem perdas de  $\text{CO}_2$  fixado no processo industrial de produção da ureia, em que o bicarbonato formado se transforma em  $\text{CO}_2$  e  $\text{H}_2\text{O}$  (IPCC, 2006). Posteriormente, esse produto pode reagir com íons  $\text{H}^+$  formando  $\text{CO}_2$  como resultado. Ressalta-se ainda que a enzima anéfo atua na hidrólise da ureia, resultando em carbonato de amônio ( $(\text{NH}_4)_2\text{CO}_3$ ). Em sequência, ele se converte em amônia e  $\text{CO}_2$ , ambos liberados para a atmosfera (OLIVEIRA, 2015).

O relatório do IPCC de 2006 aponta que a emissão de  $\text{N}_2\text{O}$  tem origem nos fertilizantes nitrogenados sintéticos, nos fertilizantes orgânicos, nos resíduos de lavoura e na mineralização de nitrogênio, sendo que estas emissões estão relacionadas à mudança de uso da terra e manejo da adubação. Contudo, na lavoura cafeeira somente o nitrogênio orgânico aplicado ao solo foi considerado por grande parte da adubação nas lavouras. As formas mais comuns de emissão do  $\text{N}_2\text{O}$  ocorrem por meio da desnitrificação (reação protagonizada por bactérias anaeróbias) (GIACOMINI, 2005)<sup>1</sup> e pela porosidade do solo ocupada pela água e pela temperatura atmosférica (JANTALIA et al., 2006)<sup>2</sup>. A contribuição do óxido nitroso ( $\text{N}_2\text{O}$ ) para as emissões na atmosfera, no setor agrícola, é de aproximadamente 87,2% (CERRI et al., 2009).

A importância dos fertilizantes nitrogenados sintéticos deve-se ao fornecimento de nutrientes às plantas de modo a aumentar a atividade fotossintética, expandir a área foliar, crescimento vegetativo e formação dos botões florais (CERRI, 2012). Estes fertilizantes ao serem aplicados podem aumentar em até 30% a produção de café em espaços tradicionais (SANZONOWICZ et al., 2003). O cálculo das emissões de nitrogenados sintéticos foi feito a partir da Eq.3. (Quadro 1).

Fertilizantes orgânicos são na sua maioria resíduos orgânicos de origem animal, vegetal, agroindustrial e outros, que são aplicados ao solo de maneira a aumentar os nutrientes disponíveis para as plantas para aumentos de produtividade (CFSEMG, 1999). Para o cálculo de  $\text{CO}_2$  e a partir da aplicação de fertilizantes orgânicos, utilizou-se a Eq.4.

A emissão de GEE associada ao uso de defensivos agrícolas está baseada na Eq.5 (Quadro 1). Nesta fase do processo, soma-se o dióxido de carbono total emitido, direta ou indiretamente, por uma atividade ou acumulado durante todas as etapas de vida do produto (WIEDMANN, MINX; 2008).

A Lei nº 13.263, de 23 de março de 2016, estabelece o percentual obrigatório de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado em todo o território nacional (8% do volume total do combustível (BRASIL, 2016).

O consumo de combustível de uma máquina automotora diesel é calculado

1 A nitrificação ocorre em condições aeróbias e possui relação direta com o suprimento de  $\text{N-NH}_4^+$ , originado da oxidação biológica do nitrogênio por bactérias autotróficas (nitrosomonas e nitrobactérias). O principal produto dessa reação é o  $\text{N-NO}_3^-$  (Baggs and Philippot, 2010)

2 Quando a proporção de poros preenchidos por água vai de 35 a 60%, existe a formação de  $\text{N}_2\text{O}$  como subproduto da nitrificação. Quando essa proporção está acima de 70%, maiores condições de anaerobiose favorecem a desnitrificação e consequentemente maior emissão de  $\text{N}_2\text{O}$ .

multiplicando-se a potência líquida do motor pelo fator 0,163 L kW<sup>-1</sup> h<sup>-1</sup>. Ao se converter a potência do motor em cavalo-vapor (cv) obtém-se o valor de 0,12 L cv<sup>-1</sup> h<sup>-1</sup>. As emissões de GEE a partir de operações mecanizadas podem ser estimadas pela Eq.6 (MOLIN, MILAN; 2002).

As emissões de GEE derivadas da utilização de defensivos agrícolas estão relacionadas com seus fatores de emissões indiretas como herbicidas, inseticidas e fungicidas (Tabela 2). As principais fontes mecânicas de emissões de GEE são os equipamentos ou máquinas automotoras utilizadas nas propriedades rurais, entre as quais se destacam tratores e colhedoras, bem como pela composição dos combustíveis necessários para seu funcionamento (GHG PROTOCOL, 2014).

Defensivo Agrícola	Fator de emissão (kg CO <sub>2e</sub> /kg produto)
Herbicidas	10,26
Inseticidas	16,68
Fungicidas	10,11

Tabela 2 – Fatores de emissão para o uso de defensivos agrícolas.

Fonte: Adaptado de Parreiras (2017), *Ecoinvent DataBase* (2017); GHG *Protocol* (2014).

O cálculo das emissões de GEE nesse estudo, a partir do consumo de óleo diesel, elimina a necessidade de se regionalizar as operações mecanizadas, pois o preço base é definido pelo mercado internacional (GHG PROTOCOL, 2014; MOLIN, MILAN, 2002). Neste estudo, os fatores que contribuem para as emissões são diesel propriamente dito e o biodiesel (Tabela 3).

Combustível	Fatores de Emissão (kg CO <sub>2</sub> /L)		
	CO <sub>2</sub>	CH <sub>4</sub>	N <sub>2</sub> O
Diesel	2,681	0,0003	0,00002
Biodiesel	2,499	-	-

Tabela 3 – Fatores de emissão para o consumo de óleo diesel em operações mecanizadas

Fonte: Programa Brasileiro GHG *Protocol* (2014); IPCC (2006).

A partir desta metodologia é possível estimar as emissões para as propriedades modais consideradas pela metodologia de painel. Após a estimativa das emissões para a produção de *Coffea Canephora* nessas propriedades modais é possível expandir as emissões para o Brasil, uma vez que essas regiões são representativas em termos de

produção.

A região Sudeste, grande região produtora de *Coffea Canephora*, possui o município representativo na amostra que é Jaguaré, localizado no estado do Espírito Santo. A região Nordeste, segunda região de maior produção é representada pelo município de Itabela, localizado no estado da Bahia. E por fim, a terceira maior região produtora é a região Norte, onde é representada pelo município de Cacoal no estado de Rondônia (Tabela 4).

Regiões Brasileiras*	Municípios considerados para expandir estimativa CO <sub>2</sub> e para Brasil	Produção (mil sacas) safra 2018
Sudeste	Jaguaré/ES	9.378,3
Nordeste	Itabela/BA	2.670,0
Norte	Cacoal/RO	1.978,3

Tabela 4 – Regiões e municípios utilizados como representativos em termos emissões de CO<sub>2</sub>e para cálculo das emissões totais brasileiras, em 2018, de Cacoal/RO, Jaguaré/ES e Itabela/BA.

Fonte: Elaborada pelos autores com base na Conab (2018). \* Essas três regiões conjuntamente correspondem a praticamente 99% da produção de *Coffea Canephora* no Brasil.

Diante disso foi possível elaborar dois cenários: Cenário 1 refere-se às emissões considerando-se a forma de manejo e a aplicação de insumos utilizados na atualidade; o Cenário 2 considera mudanças na quantidade de aplicação de insumos, de modo a verificar a possível redução na emissão de GEE que poderia ocorrer, caso fossem adotadas as diferentes aplicações.

## 5 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

De acordo com a Figura 2, as emissões de kg de CO<sub>2</sub>/SC de *Coffea Canephora* foram de 42,18 kgCO<sub>2</sub>e/sc em Itabela-BA, 35,82 kgCO<sub>2</sub>e/sc para Jaguaré-ES e 30,49 kgCO<sub>2</sub>e/sc em Cacoal/RO. Segundo Oliveira Júnior e colaboradores (2015), em estudo realizado quantificando as emissões de CO<sub>2</sub> na cafeicultura, a totalidade de emissões foi de 984,14 tCO<sub>2</sub> eq, que, quando dividido pela área total (462,94 há) de cafeeiro plantado nas diferentes localidades estudadas, foram correspondentes à emissão de 2,13 tCO<sub>2e</sub> há<sup>-1</sup>. Esses valores foram inferiores aos encontrados neste estudo, e tal diferença pode ser explicada por um maior número de tratamentos culturais mecanizados, maior uso de fertilizante, corretivos e defensivos e colheita realizada mecanicamente.

Em relação à emissão de CO<sub>2e</sub> nas regiões estudadas, no ano de 2018 a região sudeste teve a maior contribuição, com 0,34 milhões de toneladas, seguida pela região Nordeste, com 0,11 milhões de toneladas e, por fim, a região Norte, com 0,06 milhões de toneladas (Figura 2). Tal diferença pode ser explicada pela maior produção de *Coffea*

*anéfora* no estado do Espírito Santo (Sudeste) e Bahia (Nordeste), em relação a Rondônia (Norte). Também pode ser explicada pela diferença no sistema de cultivo, de acordo com cada região.

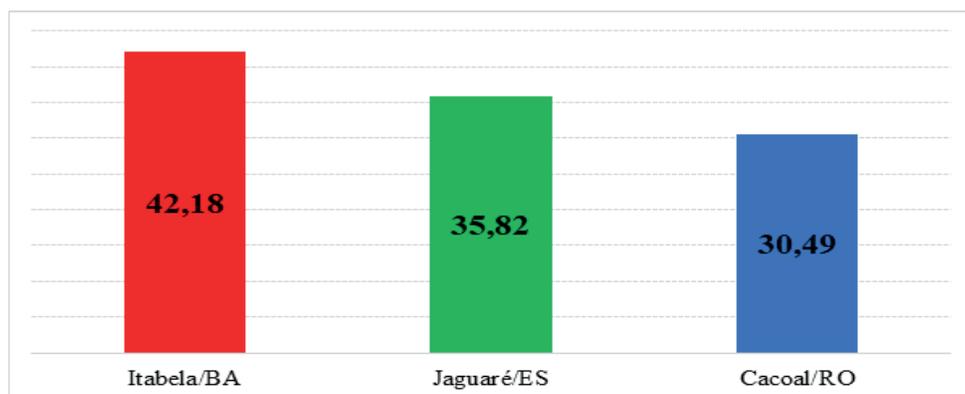


Figura 2 – Emissões (kgCO<sub>2</sub>e/sc) para os municípios escolhidos para *Coffea Canephora*.

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do Campo Futuro (2018).

Em relação à emissão de CO<sub>2e</sub> nas regiões estudadas, no ano de 2018 a região sudeste teve a maior contribuição, com 0,34 milhões de toneladas, seguida pela região Nordeste, com 0,11 milhões de toneladas e, por fim, a região Norte, com 0,06 milhões de toneladas Figura 3. Tal diferença pode ser explicada pela maior produção de *Coffea Canephora* no estado do Espírito Santo (Sudeste) e Bahia (Nordeste), em relação a Rondônia (Norte). Também pode ser explicada pela diferença no sistema de cultivo, de acordo com cada região.

De acordo com relatório do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA) divulgado em 2015, a agropecuária brasileira emitiu, entre 1970 e 2013, cerca de 12.970 milhões de t de CO<sub>2</sub> (emissão acumulada). Apenas os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso são responsáveis por cerca de 60% destas emissões durante o período.

Assim, infere-se que a região Sudeste, uma das primeiras regiões agrícolas brasileiras, é a região que conta com a maior emissão acumulada de GEE nacional (soma das emissões anuais de 1970 a 2013). Atualmente, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará e São Paulo são os estados brasileiros que mais emitem GEE pela produção agropecuária de modo direto, respondendo por volta 70% das emissões nacionais desse setor em 2013. As principais fontes de emissão são a pecuária de corte e o uso de fertilizantes nitrogenados sintéticos na maioria dos estados.

Acerca da contribuição das fontes de emissão de GEE na produção de *Coffea*

*Canephora*, na região sudeste, as aplicações de fertilizantes nitrogenados sintéticos correspondem à 40% do total, seguida por aplicação de calcário (20%), operações mecanizadas (20%), utilização de defensivos (10%) e aplicação de ureia (10%).

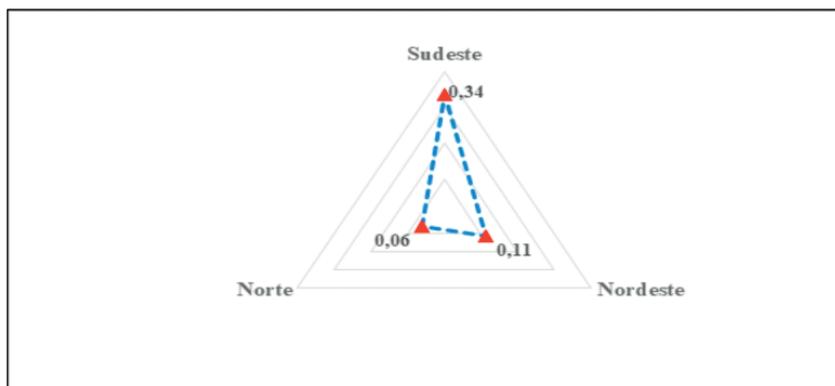


Figura 3 – Total de emissões totais de CO<sub>2</sub>e (milhões de t) na produção de *Coffea Canephora* no ano de 2018.

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do Campo Futuro (2018) e da Conab (2019)

Já na região nordeste, o principal fator na emissão de GEE é a aplicação de fertilizantes nitrogenados sintéticos (55%), seguido por aplicação de calcário (20%), uso de defensivos (10%) e operações mecanizadas (15%).

Na região norte, a maior proporção de GEE emitidos na cafeicultura foi atribuída à aplicação de fertilizantes nitrogenados sintéticos (55%), seguida pela aplicação de calcário (40%) e utilização de defensivos (5%).

A diferença entre as fontes de emissão de GEE entre as três regiões pode ser explicada pelas diferenças nas características químicas do solo, nível técnico do produtor, características climáticas, relevo, entre outros fatores.

Assim, infere-se que a região Sudeste, uma das primeiras regiões agrícolas brasileiras, é a região que conta com a maior emissão acumulada de GEE nacional (soma das emissões anuais de 1970 a 2013). Atualmente, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará e São Paulo são os estados brasileiros que mais emitem GEE pela produção agropecuária de modo direto, respondendo por volta 70% das emissões nacionais desse setor em 2013.

Soares (2016), em estudo de quantificação da emissão de GEE na utilização de fertilizantes nitrogenados sintéticos em cafeicultura irrigada, a utilização de fertilizantes ampliou as emissões de N<sub>2</sub>O. A média das emissões dos tratamentos foi por volta de onze vezes maior que a emissão no cerrado. Os valores de emissão acumulada de N-N<sub>2</sub>O dos

tratamentos que receberam adubação nitrogenada variaram de 0,425 a 0,925 kg há-1 de N<sub>2</sub>O.

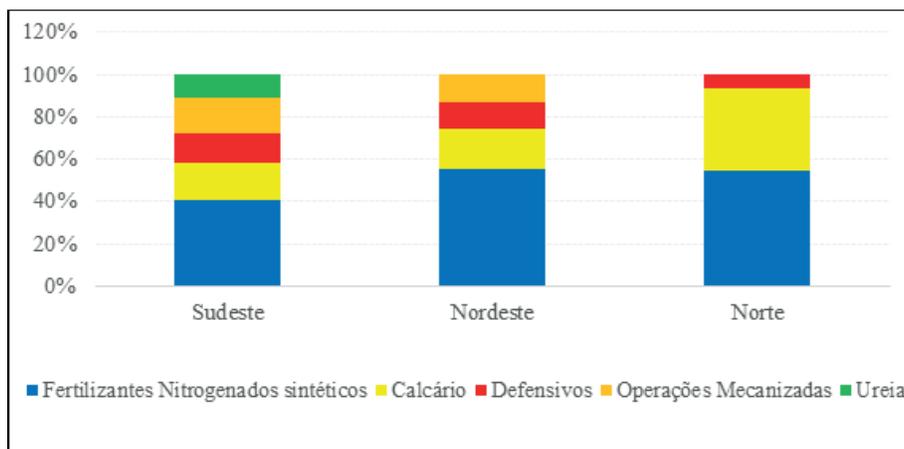


Figura 4 – Contribuição percentual das fontes de emissão na produção de *Coffea Canephora* nas regiões produtoras do Brasil.

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do Campo Futuro (2018).

Claros Garcia & Von Sperling (2010), em pesquisa acerca da emissão de GEE no ciclo de vida do etanol, nas etapas de agricultura e industrialização, inferiram que as emissões de N<sub>2</sub>O, pela utilização de fertilizantes somam, de modo representativo na emissão de GEE, sendo que a emissão total é influenciada pela quantidade de fertilizantes aplicada no solo.

Oliveira Júnior e colaboradores (2015) inferiram que a utilização de calagem objetivando à correção do solo foi responsável pela emissão de 303,33 tCO<sub>2</sub>eq. As fontes de adubo nitrogenado emitiram 468 tCO<sub>2</sub>eq. Carmo et al. (2013) e Mattos Junior, Cantarella e Quaggio (2002) afirmaram que a maior parte da emissão de N<sub>2</sub>O se dá pelos processos biológicos de desnitrificação.

Bordonal (2014), em estudo sobre o balanço de GEE em áreas de cana-de-açúcar, explica que a utilização de calcário ainda é entendida como uma relevante fonte de emissão de GEE no setor agrícola, em que a aplicação de 2 t há<sup>-1</sup> de calcário dolomítico na reforma do canal teve como efeito a emissão de GEE de 162,2 kg CO<sub>2</sub>eq há<sup>-1</sup> ano<sup>-1</sup> (Tabela 4), sendo 158,9 kg CO<sub>2</sub>eq há<sup>-1</sup> ano<sup>-1</sup> emitidos à aplicação do calcário e 3,3 kg CO<sub>2</sub>eq há<sup>-1</sup> ano<sup>-1</sup> originados do processo de produção do calcário.

Claros Garcia e Von Sperling (2010), encontraram que a utilização de defensivos agrícolas é o que menos colabora (1,97%) para a emissão total de GEE; contudo, os fatores de emissão desses defensivos são consideravelmente altos, visto que o crescimento de

sua utilização pode ter como consequência aumento considerável no total de emissões.

Acerca das emissões de GEE em relação à produção de defensivos agrícolas empregados no manejo da cana-de-açúcar, como herbicidas e inseticidas, os estudos de Bordonal (2012) indicaram emissões de 46,6 kg CO<sub>2</sub>eq há<sup>-1</sup> ano<sup>-1</sup> em áreas de cana colhidas manualmente com queima (S0). Por seu turno, a utilização de defensivos em áreas de cana-de-açúcar colhidas mecanicamente sem queima (S1, S2 e S3) foram responsáveis por emissões referentes a 49,7 kg CO<sub>2</sub>eq há<sup>-1</sup> ano<sup>-1</sup>.

Oliveira Júnior e colaboradores (2016), estimando a emissão de GEE nas operações mecanizadas na cafeicultura, inferiram que as operações efetuadas na colheita foram as maiores fontes de emissão de GEE dos tratos culturais mecanizáveis, incrementando com 124,3 kg CO<sub>2</sub> eq há<sup>-1</sup>, que simbolizam 55,82% das emissões, quando comparados às operações de aplicação de corretivos e fertilizantes, 11,85%, aplicação de defensivos agrícolas, 22,97%, e controle de plantas daninhas por meio de roçadas, 9,35%.

Belizário (2013), em estudo sobre estoque de carbono no solo e fluxo de GEE na cultura do cafeeiro, afirma que a fonte de maior emissão no inventário, foi motivada pela queima de óleo diesel, referindo-se a 1,52 tCO<sub>2e</sub> há<sup>-1</sup>.

No estudo de Soares (2016), as adubações realizadas com ureia granulada (Dose total aplicada = 368 kg há<sup>-1</sup> de N) no ano agrícola de 2012/2013 em lavoura cafeeira irrigada foi de 166,5 kg há<sup>-1</sup> de N. A volatilização de amônia originada da ureia no decorrer de quatro adubações foi de 166 kg de N há<sup>-1</sup>. Esse valor corresponde a 45 % de todo o total de N aplicado na lavoura cafeeira no ano agrícola 2012/2013.

## 6 | CONCLUSÕES E CONTRIBUIÇÕES

A caracterização dos produtos agrícolas que mais emitem GEE é importante, visto que torna possível desenvolver alternativas para reduzir seus efeitos sobre as mudanças climáticas. O Brasil é o maior produtor de café e, conseqüentemente é o maior emissor de GEE nesse produto.

Concluiu-se que as maiores emissões de CO<sub>2</sub>/sc de *Coffea Canephora* ocorreram em Itabela-BA. A região sudeste é a maior emissora de GEE e em relação ao manejo, a aplicação de fertilizantes nitrogenados sintéticos é a principal fonte de GEE na cafeicultura, representando, em média, 50% das emissões totais. A diferença entre a proporção e fontes de emissão de GEE entre as três regiões estudadas pode ser explicada pelas diferenças nas características químicas do solo, nível técnico do produtor, características climáticas, relevo, entre outros fatores.

Deste modo, a contribuição oriunda desta pesquisa respalda-se em inferir que é possível elaborar estratégias para a redução das emissões de gases de GEE no cultivo de *Coffea Canephora* mediante manejo adequado, realizando operações racionalizadas, realizadas no momento correto e de modo eficiente.

É necessário novas pesquisas na área para entender e dimensionar o quanto o café armazena de CO<sub>2</sub>e, qual a sua capacidade e quanto isso influencia positivamente o setor da cafeicultura, para o Brasil e para o mundo. É interessante pesquisar se há outras alternativas para utilização de insumos como os fertilizantes, por exemplo, que é o maior emissor de GEE na cafeicultura.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. T., *et al.* (2012). Mecanização do processo produtivo: uma eficaz alternativa para a viabilização da cafeicultura nacional. In *Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC*.

BAGGS, E. M., & Philippot, L. (2010). Microbial terrestrial pathways to nitrous oxide. *Nitrous oxide and climate change*, 256.

BESEN, M. R. (2015). Influência de fontes de nitrogênio no fluxo de gases e na produtividade do milho e do trigo em sistema de plantio direto.

BRASIL, **Lei n. 13.263, de 23 de março de 2016**. Altera a Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, para dispor sobre os percentuais de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado no território nacional. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Café no Brasil**. 2017. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/cafe/cafeicultura-brasileira>>. Acesso em 25 nov. 2019.

CERRI, C. C. et al. (2009). Brazilian greenhouse gas emissions: the importance of agriculture and livestock. *Scientia agricola*, 66(6), 831-843.

CERRI, C. C. et al. (2012). Como mitigar emissão de gases pela adubação na cafeicultura. 2012. Disponível em <<http://www.esalq.usp.br/visaoagricola/sites/default/files/va12-fertilidade-e-nutricao04.pdf>>. Acesso em 20 dez. 2017.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (2019). **Acomp. safra brasileira de café**, v.5– Safra 2019, n. 3 - Terceiro levantamento, Brasília, p. 1-48.

Tzilivakis, J., et al. (2005). An assessment of the energy inputs and greenhouse gas emissions in sugar beet (*Beta vulgaris*) production in the UK. *Agricultural Systems*, 85(2), 101-119.

CUNHA, J. P. B. *et al.* (2016). Viabilidade técnica e econômica de diferentes sistemas de colheita de café. **Coffee Science**, Lavras, MG, v. 11, n. 3, p. 417-426.

DOBBIE, K. E., & Smith, K. A. (2001). The effects of temperature, water-filled pore space and land use on N<sub>2</sub>O emissions from an imperfectly drained gleysol. *European Journal of Soil Science*, 52(4), 667-673.

ESCOBAR, L. F. (2008). Emissão de Gases de Efeito estufa em sistemas de manejo em solo do planalto médio do Rio Grande do Sul.

FLORINDO, T. J., et al. (2017). Carbon footprint and Life Cycle Costing of beef cattle in the Brazilian midwest. *Journal of Cleaner Production*, 147, 119-129.

GHG Protocol. GHG Protocol Agricultural Guidance: Interpreting the Corporate Accounting and Reporting Standard for the agricultural sector, 2010. 103 p. Disponível em <[http://www.ghgprotocol.org/sites/default/files/ghgp/standards/GHG%20Protocol%20Agricultural%20Guidance%20%28April%2026%29\\_0.pdf](http://www.ghgprotocol.org/sites/default/files/ghgp/standards/GHG%20Protocol%20Agricultural%20Guidance%20%28April%2026%29_0.pdf)>. Acesso em 29 set. 2019.

GHG Protocol. Metodologia do GHG Protocol da agricultura. 2014. 53 p. Disponível em <[http://www.ghgprotocol.org/sites/default/files/ghgp/standards\\_supporting/Metodologia.pdf](http://www.ghgprotocol.org/sites/default/files/ghgp/standards_supporting/Metodologia.pdf)>. Acesso em 05 dez. 2017.

GIACOMINI, S. J. (2005). Avaliação e modelização da dinâmica de carbono e nitrogênio em solo com o uso de dejetos de suínos (Doctoral dissertation, Universidade Federal de Santa Maria).

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Cafeicultura - Café *Conilon*. Vitória, ES, 2018. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/cafeicultura-Conilon>. Acesso em: 24 set. 2019.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Guidelines for national greenhouse gas inventories: agriculture, forestry and other land use. Hayama: National Greenhouse Gas Inventories Programme, 2006. v.4, 110 p.

IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change). 2006 IPCC Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories, Prepared by the National Greenhouse Gas Inventories Programme, IGES, Japão.

JANTALIA, C. P., et al. (2006). Em busca da mitigação da produção de óxido nitroso em sistemas agrícolas: Avaliação de práticas usadas na produção de grãos no Sul do País. ALVES, BJR et al. Manejo de sistemas agrícolas: impacto no sequestro de C e nas emissões de gases de efeito estufa. Brasília: Embrapa Informações Tecnológicas.

MATSUNAGA, M., Bemelmans, P. F., & de Toledo, P. E. N. (1976). Metodologia de custo de produção utilizada pelo IEA [Brasil]. Agricultura em Sao Paulo (Brasil). v. 23 (1) p. 123-139.

MOLIN, J. P., & Milan, M. (2002). Trator-implemento: dimensionamento. Capacidade operacional e custo. Conservação e cultivo de solos para plantações florestais. Piracicaba: Instituto de Pesquisas Florestais, 409-436.

OLIVEIRA J. G. G., et al. (2016). Estimativa da emissão de gases de efeito estufa nos tratos culturais mecanizados da cultura do cafeeiro. In: CONGRESSO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE DE POÇOS DE CALDAS, XIII.

PORTELA, M., & LEITE, L. (2016). Emissões de GEE pela agricultura: o caso dos cultivos de cana-de-açúcar. *Embrapa Meio-Norte-Nota Técnica/Nota Científica (ALICE)*.

RAIJ, B. V. et al. (1985). Recomendações de adubação e calagem para o Estado de São Paulo. Campinas, Instituto Agrônomo. 107p. (Boletim Técnico 100).

REIS, N. D. (2018). Direct Trade in coffee agribusiness: a perspective of their agents, 96 p. Dissertation (Master in Administration) - Federal University of Lavras, Lavras.

ROSSIGNOLLI, W. **Coffee Regions**. Disponível em <<http://www.rossignolli.com.br/regioes-cafeiras.php>>. Acesso em 04 nov. 2019.

ROSSIGNOLLI Armazéns Gerais. **Regiões Cafeiras**. 2017. Disponível em <<http://www.rossignolli.com.br/regioes-cafeiras.php>>. Acesso em 25 nov. 2019.

SANTOS, J. C. F. (2005). **Prática da colheita manual do café**. Patrocínio, MG. Disponível em <<https://revistacafeicultura.com.br/?mat=3697>>. Acesso em 26 set. 2019.

SANTOS, J. C. F. (2005). **Sistema semimecanizado de colheita do café**. Patrocínio, MG. Disponível em <<https://revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=3674>>. Acesso em 26 set. 2019.

Sanzonowicz, C., et al. (2003). Avaliação inicial do crescimento de um cafezal em um solo de cerrado sob diferentes níveis de adubação e regimes hídricos.

SILVA, E. D. F., et al. (2014). Emissão de CO<sub>2</sub> do solo associada à calagem em área de conversão de laranja para cana-de-açúcar. *Engenharia Agrícola*, 34(5), 885-898.

DA SILVA, F. M., Salvador, N., de Souza Pádua, T., & Queiroz, D. P. (2001). Colheita do café mecanizada e semimecanizada.

DO VALE, A. R., Calderaro, R. A. P., & Fagundes, F. N. (2014). A cafeicultura em Minas Gerais: estudo comparativo entre as regiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste/The coffee production in Minas Gerais: comparative study between regions Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba and South/Southwest. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, 9(18).

VENTURELI, I., Patto, G. J., Beli, E., & Mandelli, I. (2016). Comparação de custos entre colheita mecanizada e semi-mecanizada de café: Um estudo de caso em uma propriedade no município de Andradás-MG. *Revista de Administração*, 16(20), 93-104.

Wiedmann, T., & Minx, J. (2008). A definition of 'carbon footprint'. *Ecological economics research trends*, 1, 1-11.

## PAISAGEM CULTURAL: ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO E GESTÃO

*Data de aceite: 01/06/2021*

### **Clodomir Barros Pereira Junior**

Faculdade de Ciências Humanas ESUDA  
Prefeitura Municipal de Olinda, Olinda-PE.

### **Sandra Millicent Xavier Alves**

Faculdade de Ciências Humanas Esuda  
Departamento de Pós Graduação

### **Ingrid Carvalho**

Faculdade de Ciências Humanas Esuda  
Departamento de Arquitetura e Urbanismo

**RESUMO:** Entre os elementos que compõem a paisagem, a cobertura vegetal destaca-se como um dos mais importantes. O interesse do presente trabalho é avaliar a diminuição de áreas verdes e a perda de qualidade ambiental no Centro Histórico Urbano. Para tanto, lançou-se o foco sobre o Setor Residencial Rigoroso, no período compreendido entre 1968 e 2018, O ano de 1968 quando o IPHAN tombou o conjunto monumental do Sítio Histórico de Olinda e passou a gerir o patrimônio da cidade. Essa pesquisa se justifica por a área objeto de análise ilustra bem a experiência portuguesa de construir cidades, onde a formação dos lotes e sua disposição foram essenciais para definir o conjunto paisagístico atual, tombado pela UNESCO em 1982. Apesar de ter-se tornado assunto de interesse de parcelas da sociedade, o patrimônio cultural e ambiental ainda sofre agressões, muitas vezes irreversíveis, por falta de informações, educação

patrimonial, ineficiência do sistema de gestão da conservação e fiscalização. Para analisar as transformações da cobertura vegetal, foi utilizado o método geométrico de planificação e quantificação de NUCCI E CAVALHEIRO (1996) Durante a fase da pesquisa, foi possível esclarecer aspectos importantes sobre a problemática da gestão da conservação do patrimônio cultural do centro histórico de Olinda, particularmente no que tange à preservação da cobertura vegetal e ao grau de perda deste bem patrimonial. Os resultados demonstraram que a preservação da cobertura vegetal é essencial à preservação do conjunto urbanístico e paisagístico, formado pelo casario colonial e pela cobertura vegetal. O grande desafio que se coloca para o desenvolvimento urbano sustentável dos sítios históricos, reconhecidos como patrimônio cultural, e a difusão da responsabilidade social da população, que passa por campanhas permanentes de educação patrimonial. Além disso, é essencial o rigoroso monitoramento e controle do processo de uso e ocupação do espaço, simultaneamente à criação de campanhas para reflorestamento da área de cobertura vegetal arroteada.

**PALAVRAS - CHAVE:** Patrimônio Cultural; Cobertura Vegetal; Paisagem Patrimonial; Degradação Ambiental; Gestão da Conservação.

**ABSTRACT:** Among the elements that make up the landscape, the vegetation cover stands out as one of the most important. The interest of the present work is to evaluate the reduction of green areas and the loss of environmental quality in the Urban Historic Center. To this end, the focus was launched on the Strict Residential Sector, in the

period between 1968 and 2018, The year 1968 when IPHAN overturned the monumental set of the Historical Site of Olinda and began to manage the city's heritage.

**KEYWORDS:** Vegetable Cover. Preservation. Landscape.

## 1 | INTRODUÇÃO

Entre os elementos que compõem a paisagem, a cobertura vegetal destaca-se como um dos mais importantes no conjunto urbanístico do Sítio Histórico de Olinda e também o mais degradado sendo dilapidado há anos ininterruptamente. O interesse do trabalho é avaliar a diminuição desta cobertura vegetal e a perda de qualidade ambiental no Centro Histórico Urbano. Para tanto, lança-se o foco sobre o setor residencial rigoroso, no período compreendido entre 1968 e 2018, este período tem um corte temporal entre o tombamento do conjunto monumental e a data atual.

A área objeto de análise ilustra bem a experiência portuguesa de construir cidades, onde a formação dos lotes e sua disposição foram essenciais para definir o conjunto paisagístico atual, edificação no paramento da rua e quintal longo e estreito na parte posterior da edificação colonial limitando-se muitas vezes com a rua de serviço onde entrava todas as provisões, guardava-se a charrete, onde funcionava a cocheira, a cozinha suja, se conduzia uma pequena criação para consumo de subsistência e plantava-se roça, plantas medicinais e um pequeno pomar.

Este trabalho nasceu do olhar sobre o sítio histórico de Olinda e da investigação sobre as práticas nocivas ao patrimônio, cometidas por uma parcela da população. Olinda tem sido objeto de várias ações de conservação direcionadas às obras de pedra e cal, mas o componente vivo que emoldura a cidade, a cobertura vegetal tem sido relegada pelas instâncias municipais de preservação, pelo Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional - IPHAN e por uma grande parcela da população. Apesar de ter-se tornado assunto de interesse de parcelas da sociedade, o patrimônio cultural e ambiental ainda sofre agressões, muitas vezes irreversíveis, por falta de informações. Neste contexto se sobressai a necessidade de tecer considerações sobre conceitos como bem cultural, patrimônio histórico, conservação urbana integrada, monumento, paisagem, ambiente natural e construído. Além disso, para compreender a problemática da diminuição da cobertura vegetal, a relação do morador com a vegetação é necessário lançar um olhar sobre a evolução urbana de Olinda.

A evolução de uma paisagem está ligada à história da comunidade que se fixa em determinado sítio, a implantação e o desenvolvimento do núcleo urbano evoca seus problemas culturais, ecológicos, econômicos e sociais ao longo do tempo (Wagner e Mikesell, 2000;141). No caso de Olinda, a arquitetura colonial, o relevo e a cobertura vegetal formam uma unidade, traduzida numa única paisagem que é de responsabilidade de todos. Assim, procuraremos identificar os motivos que contribuem para a diminuição da

cobertura vegetal e quais os agentes causadores, de modo a contribuir para uma estratégia de gestão da conservação da cobertura vegetal.

## 2 I PATRIMÔNIO, PAISAGEM E COBERTURA VEGETAL

### 2.1 Patrimônio, Conservação Integrada

Ao longo dos anos o patrimônio de uma maneira geral ao longo das últimas três décadas negligenciado pelo poder público ou devido a mudança na política patrimonial com o esfacelamento dos órgãos de fomento e gestão ou pelo achatamento dos recursos ano a ano. Algumas tentativas foram implementadas como recentemente o Monumenta e o PAC cidades Históricas, com muita pompa e poucos resultados concretos, tanto nas obras de pedra e cal como na conservação dos bens integrados e conservação dos acervos dos museus. O legado para as futuras gerações está comprometido ou em vias de perder-se.

Antes de mais nada, é de suma importância entender o que é um bem patrimonial. Assim, é necessário distinguir os valores pessoais dos valores das coisas. O filósofo alemão Johannes Hessen ensina (2001, p. 90) que os primeiros só podem pertencer às pessoas, como os valores éticos. Os segundos aderem aos objetos ou às coisas impessoais, como os das coisas ditas valiosas, designadas geralmente pela expressão “bens.”

Para Lacerda (2012), Quando esses bens são adjetivados como patrimoniais, significava que foram herdados. A palavra patrimônio vem do *latin patrimonium*, referindo-se, segundo a lei, aos bens deixados pelos pais e pelas mães aos seus filhos. Na edição do *Dictionnaire de l'urbanisme et l'aménagement* (2005, Verbetes *Patrimoine*, p. 617), editado por Françoise Choay e Pierre Merlin, “o termo Patrimônio veio a designar os bens da Igreja, os bens da coroa e posteriormente, no Século XVIII, os bens de significação e valores nacionais de uma parte, universais de outra (patrimônio científico, patrimônio vegetal, zoológico...)” Segundo esse dicionário, na atualidade, sob a ameaça da industrialização e da urbanização, o termo passou a designar a totalidade dos bens herdados do passado que possuem uma significância para a civilização. Sendo os bens patrimoniais heranças daqueles que nos precederam, eles podem apresentar – como é o caso dos sítios históricos – vários tipos de valores: histórico, artístico, cultural, cognitivo, cultural, econômico, além de outros, como o de opção e existência. O grande desafio, quando se trata de valorar esses bens, é como conciliar todos os seus tipos de valores e correlacioná-los a medida que a população se apodera desse patrimônio e o defenda através de uma gestão integrada que vem sendo aplicada desde a década de 1970 para a gestão de sítios históricos.

A conservação urbana integrada (CI) teve origem no urbanismo progressista italiano dos anos 1970, representado pela experiência de reabilitação do centro histórico de Bolonha, no final da década de 1960 por um governo de esquerda. Nos anos 1970 e 1980, tais princípios foram replicados por extensão para outras cidades italianas e espanholas e,

nos dois países, ilustrou uma imagem política de eficiência administrativa, justiça social e participação popular, Zancheti, Lacerda (2012).

Na década de 1970, segundo ainda os autores acima, as primeiras ações de CI na cidade de Ferrara na Itália concentraram-se no centro histórico medieval e visaram à recuperação do conjunto residencial, do espaço público e dos edifícios de valor notável. A 2ª fase foi a extensão da CI para o tecido urbano renascentista, contido no interior das muralhas, em grande parte desocupado entre os séculos XIV e XIX. **“Nessa fase, foram resgatadas grandes áreas verdes, que compunham jardins senhoriais e hortos de conventos, para o uso urbano”**. Outras políticas foram implantadas como de transporte, para reduzir o número de veículos no interior das muralhas. A recuperação da porção renascentista foi simultânea à criação de novas áreas de expansão urbana fora da cidade, as quais compreendiam a política de habitação. Os subúrbios históricos, datando de antes do século XX, receberam o mesmo tratamento da **CI** das áreas centrais.

Depois do encontro de Estocolmo e o relatório Brundtland, Nosso Futuro Comum (1987), a preocupação com ao desenvolvimento sustentável veio à tona e na 2ª Conferência Mundial do Meio Ambiente (ECO 92, Rio de Janeiro), a **CI** aliou a questão ambiental à social e qualquer política urbana desde então passou a considerar a conservação ambiental, este princípio sendo entendido como o do controle da mudança das estruturas ambientais urbanas (Zanchetti, Lacerda, 1999).

Segundo a carta patrimonial de Amsterdã, a conservação urbana, aí incluída a cobertura vegetal dos centros urbanos históricos, é condição fundamental para o desenvolvimento sustentável e a manutenção do caráter do sítio, no que tange a paisagem e o conforto ambiental, melhorando a qualidade de vida dos usuários. Os termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade urbana surgiram depois da II Guerra Mundial, com o explosivo crescimento das cidades, causado pela industrialização e o adensamento urbano que acarretaram diversas formas de degradação ambiental.

Na década de 1950, segundo LIPIETZ (1982), a população das cidades representava 30% da população do globo terrestre. Hoje mais de 80 % da população mundial vive nos centros urbanos. Esse descontrole gerou graves problemas ambientais e sócio-culturais, evidenciando a interdependência entre os conceitos de natureza e cultura e a necessidade da preservação da qualidade de vida da população.

## **2.2 Paisagem, Gentrificação e Cobertura Vegetal**

O processo de tombamento do centro urbano histórico de Olinda levou em conta a paisagem como elemento fundamental na preservação do conjunto histórico. Em Olinda, o casario colonial composto de sobrados, palácios, igrejas e casas urbanas dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX está harmonicamente incrustado no ambiente natural, faz parte da paisagem patrimonial.

Em Olinda, a Paisagem entrelaçada de casario colonial e a natureza composta

pelos sítios, horto e quintais, formando a cobertura vegetal que faz parte da ambiência do sítio histórico foi importante para a concessão do título de Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade e, portanto, integra o patrimônio universal insubstituível. A esse respeito, a participação da população que reside no centro urbano histórico foi de fundamental importância para o bom estado de conservação da cidade, assim como foi fundamental para a recomendação do título na década de 1980.

*“O centro Urbano Histórico de Olinda é tão suntuoso que não sabemos se o descrevemos como um conjunto arquitetônico ornamentado de jardins, ou como um parque tropical decorado de monumentos”.* (Bow, relatório da UNESCO, 1969).

A cobertura vegetal do centro urbano histórico de Olinda foi cultivada por várias gerações, através dos anos. No início da colonização, a população cultivava o hábito divulgado por padres e monges de cultivar uma série de plantas fitoterápicas (aroeira, cidreira, melissa, capim santo, hortelã, melão de são Caetano, cana de macaco, colônia), e outras plantas pelo valor nutricional ou econômico, (macaxeira, inhame, mandioca, batata, milho), frutíferas para produção de doces e licores (pitangaueiras, mamoeiros, coqueiros, jenipapeiros, laranjeiras e limões) melhorando a culinária e complementando a alimentação e a renda das famílias dos senhores de engenhos, barnabés e dos escravos.

Muitas plantas utilizadas nos quintais e disseminadas pelo nordeste vieram do Horto Del Rey, implantado em Olinda no princípio do século XIX, funcionou como jardim de aclimatação de várias espécies exóticas, que eram disseminadas pelo país, incentivando a manutenção dos pomares e hortas, até meados do século XX.

A partir da década de 1970, por razões diversas que vão do adensamento urbano até os processos recentes de *gentrification*, a cobertura vegetal entrou em ritmo acelerado de degradação. A inclusão do Centro Histórico da Cidade de Olinda, em 1982, como Patrimônio Cultural da Humanidade, reduziu o processo de deterioração do patrimônio, porém a descaracterização do casario colonial e a derrubada da cobertura vegetal dos sítios, jardins e quintais ainda são preocupantes.

Nos centros urbanos históricos, o planejamento afronta-se com tensão entre conservar a malha física da cidade, o núcleo histórico e a cobertura vegetal das áreas privadas e públicas, que compõem a paisagem, e satisfazer à demanda de novas atividades. Segundo LAPA e ZANCHETTI (2002), o desenvolvimento sustentável passa pela conservação integrada, onde a ação pública planejada deve combater os processos homogeneizantes do território, sem barrar o processo de inovação.

A definição de áreas *non aedificandi*, principalmente nos setores ambientais, tais como sítios, praças parques e quintais têm como objetivo assegurar a conservação da cobertura vegetal, a perenidade dos cursos d'água, a amenização do clima local, da proteção a paisagem e a beleza ímpar do sítio histórico.

Diferentes termos são utilizados para identificação da cobertura vegetal ou verde urbano, o que gera confusão entre pesquisadores, planejadores urbanos e gestores

públicos. Existem similaridades e diferenças entre termos como espaços abertos, áreas verdes, sistemas de lazer, praças, parques urbanos, unidades de conservação em área urbana, arborização urbana e cobertura vegetal. A fim de uniformizar certos conceitos, trabalharemos com as definições de LIMA (1984) e de NUCCI e CAVALHEIRA (1996).

**Espaço Livre:** *trata-se do conceito mais abrangente, integrando os demais e contrapondo-se ao espaço construído, em áreas urbanas. Assim, a Floresta Amazônica não se inclui nessa categoria; já a Floresta da Tijuca, localizada dentro da cidade do Rio de Janeiro, é um espaço livre.*

**Área Verde:** *onde há o predomínio de vegetação arbórea, englobando as praças, os jardins públicos e os parques urbanos. Os canteiros centrais de avenidas e os trevos e rotatórias de vias públicas, que exercem apenas funções estéticas e ecológicas, devem, também, conceituar-se como área verde. Entretanto, as árvores que acompanham o leito das vias públicas, não devem ser consideradas como tal, pois as calçadas são impermeabilizadas.*

**Arborização Urbana:** *diz respeito aos elementos vegetais de porte arbóreo, dentro da cidade. Nesse enfoque, as árvores plantadas em calçadas, fazem parte da arborização urbana, porém, não integram o sistema de áreas verdes.*

KUPPER (1999) define cobertura vegetal como uma formação florestal densa, composta fundamentalmente por árvores. Para NUCCI e CAVALHEIRO (1996), cobertura vegetal se define como a projeção do verde em cartas planimétricas.

*A Cobertura Vegetal é o termo usado quando se deseja referir à vegetação de uma certa área, por plantas, sem levar em conta a classificação das espécies. “A **cobertura Vegetal** é composta de diversas entidades vegetais taxonômicas que se encontram numa determinada área”. (Grise, 2000: 187).*

Para GOUVÊA (2001), a cobertura vegetal pode ser entendida através dos seus vários componentes: unidades de conservação, parques, jardins botânicos, arborização de vias, praças, margens de cursos d’água e a vegetação contida nos jardins e quintais de edificações.

Para LEMOS (1982,47), “*Se queremos preservar as características de uma sociedade, teremos forçosamente que manter conservadas suas condições mínimas de sobrevivência, todas elas implícitas no meio ambiente e no seu saber*”.

Lima, Gouvêa (2001) e Lemos(1982) se apoiam na necessidade e na importância de protegerem e preservarem a paisagem como elemento cultural formado por uma sociedade, pela preservação dos verdes urbanos como afirma Gouvea (2001) Ou ainda como discorre Cavalheira e Nucci (1996) da necessidade de tê-la como elemento de equilíbrio e amenização climática. De certa forma, os diversos autores se debruçam sobre a problemática de perde-la por uma razão ou outra.

## 3 | A CIDADE DE OLINDA, ESTUDO DE REFERÊNCIA ESCOLHIDO

### 3.1 Considerações

Pelo seu caráter excepcional, pelo valor sentimental e pela agregação de vários valores, o estudo escolhido foi a Cidade de Olinda. A vila foi fundada em 1537, por um fidalgo português Duarte Coelho Pereira, que recebeu a capitania de Pernambuco do rei D.João, com o intuito de colonizar as terras descobertas. A Vila de Olinda cresceu e prosperou, tornando-se a cidade mais importante depois da capital do Brasil, durante mais de um século. Teve o principal porto das Américas até a metade do século XVII, polo da indústria canaveira das Américas, objeto de cobiça da companhia das Índias ocidentais, foi capital da província de Pernambuco até 1827. Por toda a história e pelo seu riquíssimo acervo arquitetônico, urbanístico e paisagístico, foi tombada como patrimônio nacional pelo IPHAN em 1980 e pela UNESCO, como Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade em 1982.

Olinda possui 42 Km<sup>2</sup>, dos quais 10,4 Km<sup>2</sup> são tombados. O SRR Setor Residencial Rigoroso, objeto de análise, possui 24 Ha e corresponde ao núcleo onde originou-se a cidade, estando contido na ZEPC 1 (Zona Especial de Proteção Cultural).

O Setor Residencial Rigoroso apresenta uso predominantemente residencial de 82%. Segundo dados da Secretaria de Patrimônio Cultural e Ciência, é constituído pelo núcleo, que conserva a morfologia urbana e tipologia das edificações do século XVI. O SRR encontra-se em melhor estado físico que os demais, devido ao rígido processo de fiscalização, exercido isoladamente pelo IPHAN, no período compreendido entre 1969 e 1982, e em conjunto com a FCPSHO, Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, a partir da década de 1980, ano de sua fundação.

### 3.2 Método de avaliação e quantificação da cobertura vegetal

É dever da sociedade preservar sua memória social, os recursos materiais e naturais, as condições ambientais e o saber-fazer em sua integridade. Para tanto, é necessário utilizar métodos de intervenção capazes de respeitar os elementos que compõem o Patrimônio Cultural. Além disso, deve-se criar condições para o desenvolvimento sustentável, através da articulação entre os diversos atores, deixando clara a responsabilidade social de todos.

Para LAMAS (1995), a cidade é composta pelo conjunto dos onze elementos que compõem a forma urbana: o solo, os edifícios, o lote, o quarteirão, a fachada, o logradouro, o traçado urbano ou as ruas e avenidas, a praça, o monumento, o mobiliário urbano e a cobertura vegetal.

Todos esses elementos, que também são formadores da paisagem, estão assentados num suporte geográfico, o *locus*, de modo que a forma urbana não pode ser desligada da base geográfica. Em muitos casos, o sítio contém características físicas como rios, canais, colinas, pedras, vales e maciços vegetais que vão gerar as novas formas

construídas do espaço urbano. Nesse sítio, a cidade se transforma pela ação antrópica. Para analisar as transformações da cobertura vegetal, lançaremos mão do método geométrico de planificação e quantificação de NUCCI E CAVALHEIRO (1996). Trata-se de um estudo de mapeamento e mensuração da cobertura vegetal, que tem como base geral o ordenamento da paisagem, com ênfase nos aspectos ecológicos ou, mais especificamente, na conservação da natureza e da cobertura vegetal. O método serve como instrumento auxiliar na regulamentação do uso do solo, na utilização dos recursos ambientais, no monitoramento e controle da qualidade ambiental, salvaguardando a sustentabilidade e a resiliência dos ecossistemas, além de assegurar os potenciais recreativos, econômicos e culturais da paisagem.

Após a delimitação da área de estudo, o setor foi subdividido em quadras, trabalhadas isoladamente, de forma a se obter o índice verde (índice de cobertura vegetal), por quadras. Ao fim do processo, obteve-se o valor final de cobertura vegetal das quadras e, conseqüentemente, dos índices verdes para o intervalo estudado.

O estudo de caso associou os conceitos de Cobertura Vegetal, propostos por NUCCI e CAVALHEIRO (1996), ao uso do computador e do programa AUTOCAD, para aferir a área da cobertura vegetal, no setor residencial rigoroso. Inicialmente, foram digitalizadas as ortofotocartas da FIDEM, ano base 1970 e escala 1:10.000, e guardadas em arquivos de imagem.

A escolha do programa AUTOCAD (Desenho Auxiliado por Computador) justifica-se por ser um software mais popular e acessível, do que programas similares como o *arquiview* ou *landscap* que se prestam também para desenvolver a pesquisa por geoprocessamento.

Definido o programa a metodologia de mensuração foi realizada através do programa AUTOCAD 2015, onde foi levantada toda a área provida de massa vegetal do setor SRR, pelo processo de contorno da cobertura vegetal, com comando “line PE”. Em seguida, os perímetros foram fechados individualmente, para não acumular erros, Na sequência a área da projeção horizontal da cobertura vegetal foi mensurada através do comando “área”. Finalizando o fechamento dos perímetros de massa vegetal, obteve-se o somatório da cobertura vegetal na SRR, no ano de 1970.

Da mesma forma, utilizando o programa AUTOCAD 2015, as imagens de satélite do *GoogleEarth* do ano de 2018, foram digitalizadas e depois o contorno das áreas vegetadas. Em seguida, obteve-se o somatório final das áreas aferidas na fotografia de satélite, alcançando-se a situação da cobertura vegetal do ano 2018.

Ao final desta etapa do trabalho, a cobertura vegetal de 1970 foi comparada com a cobertura vegetal de 2018, obtendo-se a diferença da massa vegetal deste período, totalizando aproximadamente 50 anos. Este resultado corresponde ao grau de perda da cobertura vegetal nas cinco décadas, além de determinar o índice verde (índices de cobertura vegetal) nos anos 1968 e 2018.

Ao alcançar este índice, obteve-se também o índice da qualidade ambiental na SRR.

Em outras palavras, pôde-se verificar qual a perda de qualidade ambiental e de qualidade de vida.

O processo metodológico baseou-se na interpretação a olho nu. As fotografias aéreas correspondem a escalas que variam de 1:5000 a 1:10.000. O perímetro da área estudada, por NUCCI, ocupada por cobertura vegetal, foi desenhado a marcador permanente para retro-projeção, traço fino 0,5 mm, cor preta, numa folha de acetato (transparência para retro-projeção). Depois de mapeadas, as áreas de estudo foram calculadas com o auxílio de papel vegetal milimetrado, onde admitiu-se uma pequena margem de erro.

Em seguida, ao invés da utilização do acetato sobre o papel milimetrado, foi utilizado o programa AUTOCAD 2015 para mensurar a cobertura vegetal sobre a ortofotocarta. Este processo transformou a cobertura vegetal existente em porcentagem, cujo valor foi comparado com o cálculo da área total do SRR.

Assim, dessa feita obteve-se a quantificação da cobertura vegetal atual, sendo possível compará-la com a cobertura vegetal no final da década de 1960.

### 3.3 Resultados obtidos

O SRR possui aproximadamente 24,5 Ha, onde existem 646 imóveis, sendo 515 edificações residenciais e 131 edificações comerciais e de serviços. De acordo com dados da SEPLAMA, baseados no IBGE, a população do setor é composta por 2.584 habitantes.



Figura 01 – Setor Residencial Rigoroso

Fonte: O Autor

Em 1970, existia no SRR 5.34 Ha de cobertura vegetal. Em 2018, pela imagem de satélite obtida à Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente - SEPLAMA, existia no mesmo setor 4.22 Ha de cobertura vegetal. Comparando as imagens da ortofotocarta de 1970 com as imagens de satélite de 2018, conclui-se que houve uma diminuição da massa verde nos últimos 48 anos da ordem de 11.200 m<sup>2</sup>, o que corresponde a **21,00 %** (vinte e um por cento) de redução da cobertura vegetal do SRR.

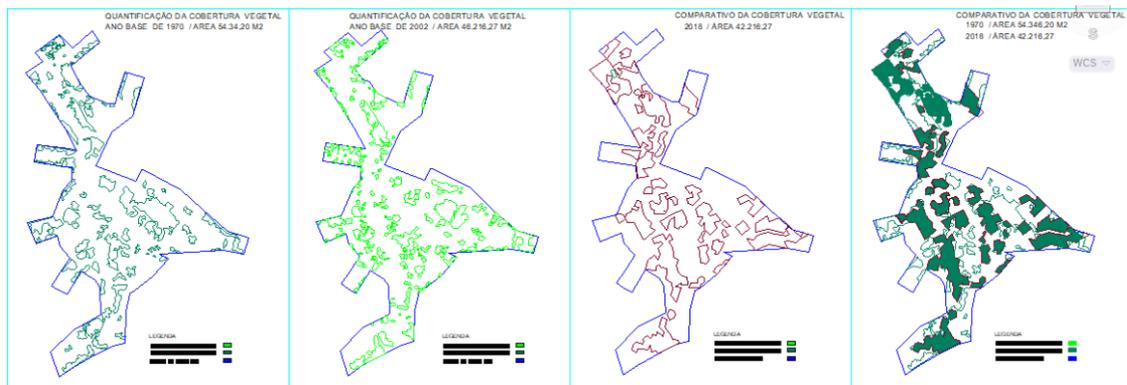


Figura 02 – Levantamentos da Cobertura Vegetal

Fonte: O Autor

Os resultados demonstraram que, apesar da fiscalização do órgão municipal de preservação do patrimônio cultural e do SPHAN, no perímetro do SRR, a depredação da cobertura vegetal foi intensa ao longo dos últimos trinta anos. Ou seja, no ano de 1970, a população era de 3.230 o índice de cobertura vegetal (ICV ou IV) por habitante no SRR representava 16.53%. No ano de 2018, a população diminuiu para 2.584 habitantes, devido a taxa de crescimento populacional esse índice se manteve em patamares próximos 16.33%.

Concluída a aferição da quantificação da cobertura vegetal do Sítio Histórico de Olinda, verifica-se que houve uma perda de patrimônio ambiental, expressa através do empobrecimento da paisagem cultural e do patrimônio com uma perda de 11 mil e duzentos metros quadrados de sítios e quintais.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a fase da pesquisa, foi possível esclarecer aspectos importantes sobre a problemática da gestão da conservação do patrimônio cultural do centro histórico de Olinda, particularmente no que tange à preservação da cobertura vegetal. Os resultados demonstraram que a preservação da cobertura vegetal é essencial à preservação do

conjunto urbanístico e paisagístico, formado pelo casario colonial e pelo ambiente não construído. Concluída a aferição, foi possível verificar que a cobertura vegetal do SRR da ZEPC1 diminuiu em quase 50 anos 21%, perdendo 1.22 hectares de 5.34 hectares (1970) para 4.22 hectares (2018).

Essa mesma pesquisa foi efetuada no ano de 2002 em uma dissertação de mestrado e identificou que no ano de 1970, existia no SRR, 54.346,20 m<sup>2</sup>, ou 5.34 Ha, de cobertura vegetal comparando na mesma metodologia no ano base de 2002, imagem de satélite obtida junto ao CECI e a SEPLAMA, foi identificado no mesmo setor 46.246,40 m<sup>2</sup>, ou 4.62 hectares de cobertura vegetal. Comparando as imagens da ortofotocarta de 1970 e as imagens de satélite de 2002, concluímos que houve uma diminuição da cobertura vegetal em 30 anos da ordem de 8.100 m<sup>2</sup>, o que corresponde a 15.09% de redução. O IV (índice de Verde) decresceu para 11,00%. No ano de 2018 constatamos que os números do desmatamento aumentaram de 2002 para 2018 no âmbito de 3.000 metros quadrados, saltando para uma perda de vegetação de 8.100 m<sup>2</sup> (15,09%) em 2002 para 11.200 m<sup>2</sup> (20,95%) em um período de pouco mais de 16 anos.

Utilizando os parâmetros estabelecidos por LOMBARDO (1985) e NUCCI (2002), encontramos um índice de verde por habitante em torno de 16.53%, aquém dos 30% estabelecidos como ideal para o conforto ambiental das cidades, porém atende a OMS que estabelece 12,00 metros quadrados de área verde por habitante.

O produto das entrevistas, rebatido sobre com os resultados do método de NUCCI (1996), permitiu compreender que a população, apesar de consciente das suas obrigações patrimoniais e do título de patrimônio cultural da humanidade, continua desmatando os sítios, jardins e quintais. A julgar pelo ritmo atual, se não for tomada nenhuma providência, em 200 anos não haverá mais nenhuma árvore nos espaços livres privados do SRR.

Os resultados mostram que não basta coibir através da força da legislação, é necessário sensibilizar através da educação patrimonial e intensificar as campanhas junto aos usuários no sentido de informar sobre a degradação que está ocorrendo ao Patrimônio Cultural e Ambiental. Se faz urgente a incorporação da conservação integrada e de um grupo gestor capitaneado pela SEPAC para gerir o SHO através da gestão compartilhada e da responsabilidade social. Dessa forma pautados na Conservação Integrada e pelo Desenvolvimento Sustentável preserve-se o Sítio Histórico de Olinda para as futuras gerações.

## REFERÊNCIAS

BRITO, Marcelo. (1996) *Gestão de Áreas Urbanas degradadas: Paradigma para a Permanência e Recuperação Urbana de Sítios Históricos*. Brasília.

DELPHIN, C.F.M. (1998). *Vegetação e Impacto Ambiental*. IPHAN, Minc.

GOUVÊA, Irajá. *Evolução da Cobertura Vegetal. Assentamentos Humanos*. Revista da Faculdade de Engenharia e Arquitetura, UNIMAR, Marília, Volume. São Paulo, 1982.

JOKILHETO, Jukka...et al. (2002). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. (org) Silvio Mendes Zancheti. CECI/UFPE Recife. Ed. Universitária.

KUPPER, Agnaldo.(1981), *A devastação da cobertura florestal natural do Estado de São Paulo*. Revista projeto história, 1999, PUC, EDUC, São Paulo.

LAMAS, José.M.Ressano.Garcia.(1998) *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Fundação Calouste Gulbenkian. Junta Nacional de Investigação e Tecnologia, Lisboa.

LEMONS, C (1982) *O que é Patrimônio Histórico?* São Paulo; Ed. Brasiliense.

LIPIETZ, A. *Alguns Problemas da Produção Monopolista do Espaço Urbano*. Espaço & Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, Cortez Ed. São Paulo, 1982.

MENEZES, Upiano.T.B. (2002). *A paisagem como fato cultural*-In: EDUARDO YAZIGI. (org). *Turismo e Paisagem* -São Paulo, Ed. Contexto.

MILLET, Vera, (1988). *A Teimosia das Pedras: um estudo sobre a preservação do patrimônio ambiental no Brasil*. Prefeitura de Olinda, p214.

NUCCI,J.C. (2001). *Qualidade ambiental e adensamento urbano : um estudo de ecologia e paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília* (MSP) São Paulo, Ed. Humanitas, FFLCH, USP.

NUCCI, J.C. e CAVALHEIRO, F. (1996). *Cobertura Vegetal em áreas urbanas - Conceito e Método*, Revista de Pós-Graduação de Geografia. FFLCH, USP, Copyrigh.

RIEGL, A. (1999). *El Culto moderno a Los monumentos: caracteres y origen*. Madri: Ed. Visor.

SÃ CARNEIRO, Ana Rita. (2002), in ZANCHETI ,S.M. e LAPA, T. A. et al (Orgs). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. UFPE/ CECI Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano - Recife: Ed. Universitária da UFPE, 316

ZANCHETI, S ; LACERDA, N.*Guia da Gestão da Conservação Integrada*. CECI 2012, Recife – PE.

## IDENTIFICAÇÃO DA FRAGILIDADE AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO SUPORTE AO PLANEJAMENTO, GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA UNIDADE: ESTUDO DE CASO DO PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS GERAIS

Data de aceite: 01/06/2021

Data de submissão: 15/03/2021

### **Ronaldo Ferreira Maganhotto**

Universidade Estadual do centro Oeste –  
UNICENTRO.  
Irati – PR  
<http://lattes.cnpq.br/4031550783871062>

### **Letícia Silva de Morais**

Universidade Estadual do centro Oeste –  
UNICENTRO.  
Irati – PR  
<http://lattes.cnpq.br/3583265219219868>

### **Marciel Lohmann**

Universidade Estadual de Londrina – UEL.  
Londrina – PR  
<http://lattes.cnpq.br/8077304679367104>

### **Jairo de Oliveira Calderari Junior**

Universidade Federal do Paraná – UFPR.  
Curitiba, PR  
<http://lattes.cnpq.br/6180955246357517>

### **Luiz Claudio de Paula Souza**

Universidade Federal do Paraná – UFPR.  
Curitiba, PR  
<http://lattes.cnpq.br/8619925374852605>

### **Diogo Luders Fernandes**

Universidade Estadual do centro Oeste –  
UNICENTRO  
<https://orcid.org/0000-0001-7311-8788>

**RESUMO:** A criação de unidades de conservação configura-se como uma estratégia para a conservação da natureza, no entanto, questões

relacionadas à regulamentação fundiária e a carência de recursos, tanto financeiros, quanto humanos, dificultam a implementação das mesmas. Neste contexto, a presente pesquisa tem por objetivo identificar a Fragilidade Física Ambiental do Parque Nacional dos Campos Gerais. Para isto, será utilizada a metodologia de Ross (1994). Este procedimento norteará o planejamento da área em evidência, facilitando o entendimento de sua dinâmica ambiental, possibilitando assim, a adequação do uso do solo aos processos geomorfológicas da área. Verificaram-se para as unidades as cinco classes de Fragilidade Emergente, predominando a Classe de Fragilidade Emergente Alta ocupando, cerca de 41,40%. Entende-se que a quantificação e mapeamento destas informações devem vir auxiliar à regulamentação fundiária e subsídio para o Zoneamento Ambiental e Plano de Manejo do Parque Nacional dos Campos Gerais.

**PALAVRAS - CHAVE:** Geoprocessamento; Fragilidade Física Ambiental, Parque Nacional.

### IDENTIFICATION OF ENVIRONMENTAL FRAGILITY IN CONSERVATION UNITS AS A SUPPORT FOR UNIT PLANNING, MANAGEMENT AND IMPLEMENTATION: CASE STUDY OF THE NATIONAL PARK OF THE CAMPOS GERAIS

**ABSTRACT:** The creation of conservation units is configured as a strategy for nature conservation, however, issues related to land regulation and the lack of both financial and human resources, hinder their implementation. In this context, the present research aims to identify the physical Environmental Fragility of

the Campos Gerais National Park. To this end, the methodology of Ross (1994) will be used. This procedure was used to guide the planning of the area, facilitating the understanding of its environmental dynamics, fitting land use to the geomorphological processes of the area. The five classes of emergent fragility were verified for the units, with the High Emergent Fragility class predominating, occupying about 41.40% of the total area. It is understood that the quantification and mapping of this information should help the land regulation and subsidy for the Environmental Zoning and Management Plan of the Campos Gerais National Park.

**KEYWORDS:** Geoprocessing; Environmental Fragility, Brazilian National Park.

## 1 | INTRODUÇÃO

A degradação dos recursos naturais, intensificadas com as ações antrópicas, resultou em uma série de impactos socioambientais, os quais têm interferido negativamente na saúde das pessoas, nas paisagens e conseqüentemente na regeneração da natureza.

Observa-se, desde a década de 1980, certa intensificação na busca por reflexões, e ações em prol da conservação ambiental. Após esta década, a instituição de áreas protegidas no formato de Unidades de Conservação (UC's) regulamentadas pela Lei 9.985, apresentou maior volume de registro a partir dos anos 2000.

As Unidades de conservação salvaguardam legalmente áreas continentais e marinhas sob a jurisdição nacional, se configurando como uma medida de conservação dos recursos naturais.

Dentre as unidades paranaenses, além dos Parques evidenciam-se outras categorias como: Estação Ecológica (EE), Reserva Biológica (REBIO), Refúgio da Vida Silvestre (RFVS), Monumento Natural (MN), Áreas de Proteção Ambiental (APA), Floresta Nacional (FLONA), Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) e Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE).

O Parque Nacional dos Campos Gerais, PNCG, no Estado do Paraná, localiza-se na região Centro-Leste Paranaense e protege uma área de 21.269 hectares, nos municípios de Carambeí, Castro e Ponta Grossa, Figura 1. Apesar de sua criação no ano de 2006, possui irregularidades fundiárias fato que se mostra como um fator que detém sua implementação. Realidade, a qual resulta da não concordância entre o Governo Federal (criador da unidade) e os proprietários de terras inseridas no perímetro da unidade, os quais não anuíram com a proposta financeira indenizatória a desapropriação das suas propriedades.

Categoria de domínio público, não contempla áreas particulares em seus limites, tem por objetivo a preservação de ecossistemas naturais e possibilitam a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e turismo ecológico (BRASIL, 2000).

Neste contexto, verificam-se alguns desafios e questionamentos quanto à efetividade das unidades de conservação e quanto às estratégias de manutenção e preservação dos seus recursos ambientais. Por outro lado, torna-se inquestionável a necessidade de

abordagens contribuintes à solução destes problemas (MAGANHOTTO *et al.*, 2014).

Nesta linha, a presente pesquisa tem como objetivo identificar a Fragilidade Ambiental do Parque Nacional dos Campos Gerais, por meio do mapeamento e correlação das informações clinográficas, pedológicas e de uso do solo.

Maganhotto *et al.* (2008) e Maganhotto *et al.* (2011) motivados por este cenário delimitaram Classes de Fragilidade Física Ambiental na Floresta Nacional de Irati, situada nos municípios de Fernandes Pinheiro e Teixeira Soares e na RPPN de Itatytyba, localizada no município de Tibagi, possibilitando a obtenção de informações relevantes a elaboração dos respectivos Planos de Manejo e gestão das Unidades.

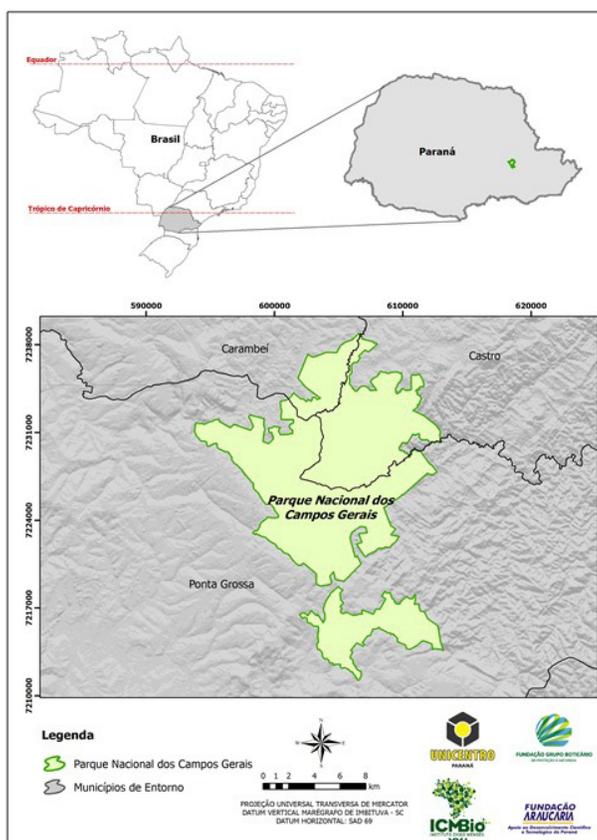


Figura 1: Mapa de Localização PNCG.

Organização: Maganhotto *et al.* (2018).

Estas informações virão a servir de auxílio ao planejamento ambiental da unidade, uma vez que, a Fragilidade Ambiental do PNCG, proporcionou a identificação de porções territoriais de maior ou menor limitação de uso, fato relevante, se entendido a necessidade

da utilização racional dos recursos naturais tendo por base a compatibilidade entre a Fragilidade Ambiental à tipologia e intensidade de uso do solo, orientando, também, a atividade turística na unidade.

## 21 METODOLOGIA

Utilizando como ponto de partida a pesquisa de Tricart (1977), Ross (1994), propôs a identificação do grau de fragilidade dos ambientes, correlacionando solos, relevo e vegetação. O cruzamento destas variáveis tem como resultado a Fragilidade Potencial e Emergente. A primeira refere-se à combinação das condições de relevo e de solos, enquanto a segunda é fruto da relação entre a Fragilidade Potencial com as diferentes formas de cobertura vegetal.

Ross (1994) cita que as classes de declive fornecem informações ligadas ao grau de fragilidade. Seu valor varia de acordo com o percentual de declividade, assim as declividades menores correspondem às fragilidades mais baixa, enquanto e as maiores contemplam as mais altas. A Tabela 1, apresenta estas associações.

Valor	Classes de Fragilidade	Classes de Declividade
1	Muito Baixa	Até 6%
2	Baixa	De 6% a 12%
3	Média	De 12% a 20%
4	Alta	De 20 a 30%
5	Muito alta	Acima de 30%

Tabela 1 – Graus de Fragilidade Derivados da Declividade

Fonte: ROSS (1994)

Para classificar os graus de fragilidade dos solos, Ross (1994) utilizou como base as pesquisas do Instituto Agrônomo do Paraná e de Campinas (SP), classificação apresentada na Tabela 2.

Valor	Fragilidade	Tipos de solos
1	M. Baixa	Latossolo Bruno, Latossolo Roxo, Latossolo textura argilosa.
2	Baixa	Latossolo Amarelo e Vermelho amarelo textura média/argilosa.
3	Média	Latossolo Vermelho amarelo, Argilosos, Alissolos textura média/argilosos
4	Alta	Argissolos textura média/arenosa, Cambissolos
5	M. Alta	Neossolos, Organossolos

Tabela 2 – Graus de Fragilidade Derivados dos Solos

Fonte: ROSS (1994).

Quanto à cobertura vegetal, ao invés de classes de fragilidade os valores são correlacionados com os graus de proteção recorrentes a cada tipo de cobertura, Tabela 3.

Valor	Proteção	Tipos de Cobertura Vegetal
1	Muito Alta	Florestas e matas naturais, florestas cultivadas com biodiversidade.
2	Alta	Formações arbustivas densas, mata homogênea de Pinus densa, pastagens.
3	Média	Culturas de ciclo longo em curvas de nível/terraceamento com forrageiras entre ruas, pastagem com baixo pisoteio, silvicultura de eucaliptos com sub-bosques de nativas.
4	Baixa	Culturas de ciclo longo de baixa densidade, culturas de ciclo curto
5	M. Baixa	Áreas desmatadas e queimadas recentemente, solos exposto por arado/ gradeação, solos expostos ao longo dos caminhos e estradas, terraplanagem.

Tabela 3 – Graus de Proteção Derivados da Cobertura Vegetal

Fonte: ROSS (1994).

O cruzamento dos mapas de declividade e de solos, considerando os valores de suas respectivas classes resultou na Fragilidade Potencial da área.

A Fragilidade Emergente foi gerada a partir do cruzamento dos mapas de Fragilidade Potencial com de cobertura vegetal.

Os resultados obtidos destas fórmulas variaram entre números fracionários e inteiros. Como os números fracionários não estão estabelecidos na hierarquização das classes de fragilidade utilizou-se a matriz de cruzamento dos mapas temáticos para a definição das classes de Fragilidade Potencial e Emergente, apresentados na Tabela 4.

Cruzamento das Classes	Media dos Valores Atribuídos	Classes de Fragilidade
1 x 1 (1)	1	1 – Muito Baixa
1 x 2 (1,5); 1 x 3 (2); 2 x 1 (1,5); 2 x 2 (2); 3 x 1 (2)	1,5 a 2	2 – Baixa
1 x 4 (2,5); 2 x 3 (2,5); 3 x 2 (2,5); 4 x 1 (2,5)	2,5	3 – Média
1 x 5 (3); 2 x 4 (3); 2 x 5 (3,5); 3 x 3 (3); 3 x 4 (3,5); 4 x 2 (3); 4 x 3 (3,5); 5 x 1 (3); 5 x 2 (3,5)	3 a 3,5	4 – Alta
3 x 5 (4); 4 x 4 (4); 4 x 5 (4,5); 5 x 3 (4); 5 x 4 (4,5); 5 x 5 (5)	4 a 5	5 – Muito Alta

Tabela 4 - Matriz para Cruzamento dos Mapas Temáticos

Fonte: TONETTI. S. (2003) Obs.: A grafia 'x' da tabela acima, refere-se ao cruzamento de valores temáticos e não a multiplicação na fórmula.

### 3 I CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL CAMPOS GERAIS

O Parque Nacional dos Campos Gerais configura-se como uma unidade de conservação de proteção integral, com os objetivos de preservar os ambientes naturais como os remanescentes de Floresta Ombrófila Mista e de Campos Sulinos, realizar pesquisas científicas e desenvolver atividades de educação ambiental e turismo ecológico. Apesar da criação, via decreto, em 23 de março de 2006, a unidade ainda, não foi implementada uma vez que sua regulamentação fundiária encontra-se em processo de litígio.

Atividades contrárias aos objetivos do parque, como agricultura, cultura anual e pastagens fazem-se presentes, impedindo a preservação dos recursos naturais inseridos nos limites e entorno do perímetro da unidade. Entende-se que este uso cessará com a regulamentação fundiária do Parque Nacional dos Campos Gerais.

Para isto o órgão gestor, ICMBio Ponta Grossa, busca articular com os proprietários meios para a implementação da unidade e o alinhamento de estratégias e ações fiscalizadoras, consultivas (conselho) e parcerias de pesquisas, esforços estes em prol da implementação da unidade e cumprimento dos objetivos de criação do mesmo.

Evidenciam-se, também, atividades compatíveis com a referida categoria de unidade de conservação. Os recursos hídricos, a geologia, geomorfologia e biota resultam em paisagens diferenciadas motivando a prática turística e de lazer na área do parque. O Capão da Onça, o Buraco do Padre, a Cachoeira da Mariquinha, as Dolinas Gêmeas e o Canyon do Rio São Jorge são alguns exemplos de pontos de visitação pública.

O perímetro da unidade totaliza, cerca de, 21,300 ha, contemplando áreas de diferentes declividades, solos e usos. Quanto à declividade, Figura 2, evidencia-se, como predominante a baixas declividades de 0 a 12 %.

As quais totalizam, cerca de 11.084,18 ha, enquanto as declividades de 12 a 20% registram 4.921,67, de 20 a 30%, 3247,33 ha e maiores que 30% uma área de 2015,73 há, Figura 2. Ao verificar a disposição das classes de declive na unidade, pode-se afirmar que as menores declividades (0 a 12) situam-se ao sul e ao leste, enquanto as maiores a oeste da unidade.

Quanto à pedologia, verificou-se a presença de Latossolos, Argissolos, Cambissolos, Neossolos, Organossolos, além destes solos identificou-se a presença de Afloramentos de Rocha. Os Argissolos predominam, ocupando, cerca de 8293,35 ha, os demais solos distribuem-se de forma equitativa ocupando cerca de 2000 ha, Figura 3 e Tabela 5.

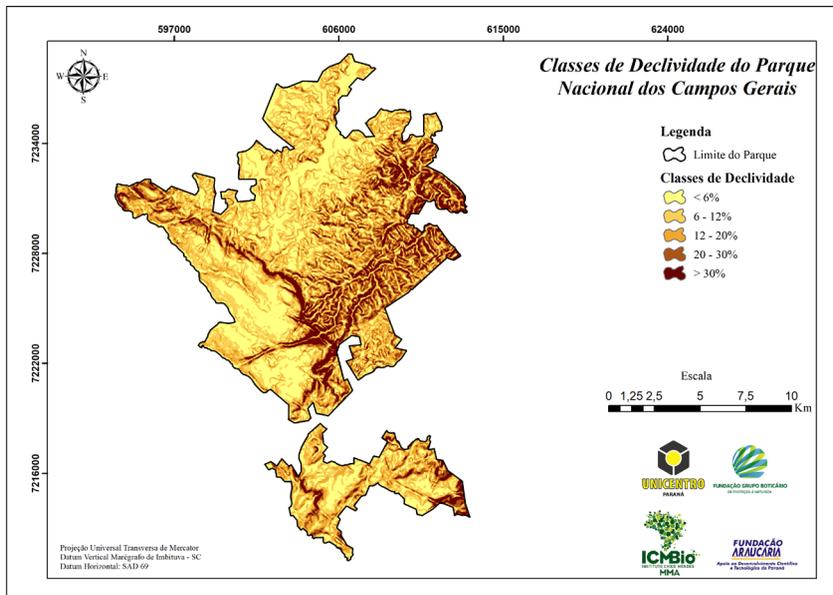


Figura 2: Classes de Declive

Fonte: Os autores, 2020.

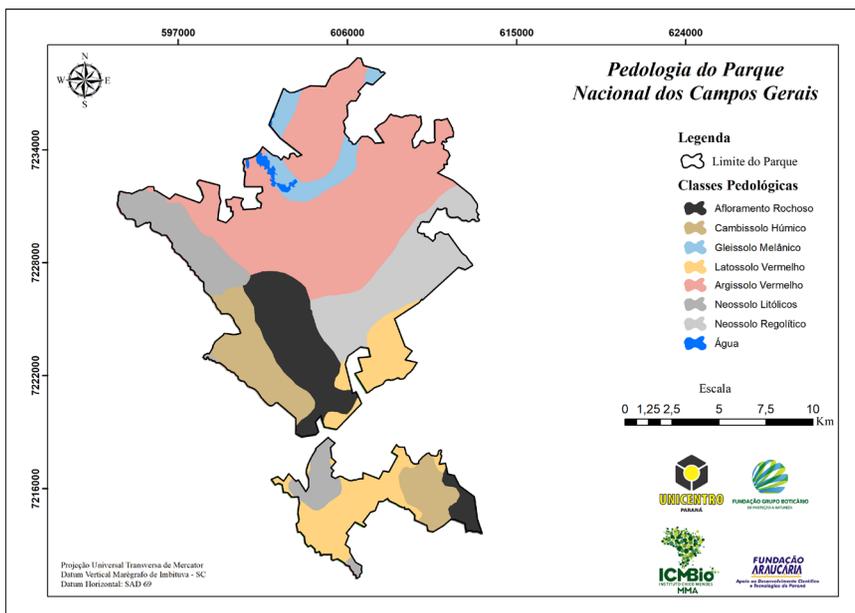


Figura 3: Classes Pedológicas

Fonte: Os autores, 2020.

<b>Dados Pedológicos</b>			
Classes	Área (ha)	Classes	Área (ha)
Latosolos (Textura Média)	2089,71	Neossolos Regolítico	2682,45
Latosolos (Textura Argilosa)	437,71	Neossolos Litólico	2014,09
Argissolos	8293,35	Neossolos Gleissolos, Oganossolos	861,10
Cambissolos	2259,73	Afloramentos de Rocha	2527,58

Tabela 5: Dados Pedológicos

Elab.: Os autores, 2020.

Para o uso do solo, evidenciou-se na unidade, 8 classes, as quais encontram-se apresentadas na Tabela 6 e Figura 4.

<b>Dados Uso do Solo</b>			
Classes	Área (ha)	Classes	Área (ha)
Formação Florestal	12031,40	Cultura Anual e Perene	3377,26
Floresta Plantada	1014,28	Agricultura e Pastagem	1359,04
Formação Campestre	436,02	Área Não Vegetada	0,61
Pastagem	3008,30	Rios	69,32

Tabela 6: Dados Uso do Solo

Elab.: Os autores, 2020.

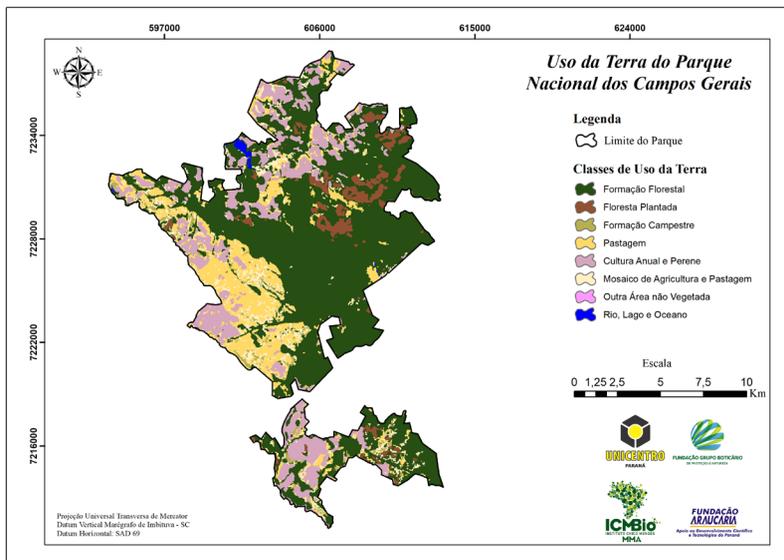


Figura 4: Uso da Terra

Fonte: Map Biomas.

As classes de uso destinadas ao uso agrícola predominam, a Cultura Anual e Perene, somado a Pastagem e a Agricultura e Pastagem ocupam, cerca de, 7.744,60 há de área, correspondente a 36,36% da unidade. As demais formas de uso reportam-se a uma pequena parcela de Área Não Vegetada, 0,61 ha e as Formações Florestais e de Campo, contemplam aproximadamente 13.481,70 ha, área equivalente a 63,3 % do Parque.

## 4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Processadas as informações clinográficas, pedológicas e de uso, obteve-se as Fragilidades Potencial e Emergente do Parque Nacional dos Campos Gerais.

A espacialização das classes de Fragilidade Potencial e correlação das variáveis ambientais (relevo, solos e uso) seguem apresentados na Figura 5 e Tabela 7, respectivamente.

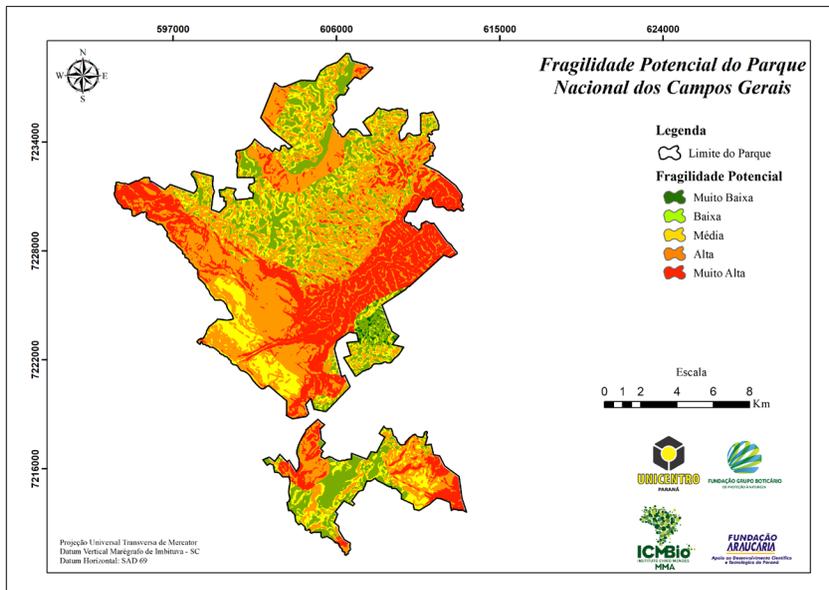


Figura 5: Fragilidade Potencial.

Elaboração: Autores, 2020.

		Classes Clinográficas				
		0 a 6%	6 a 12%	12 a 20%	20 a 30%	> que 30
Coberturas de Superfície	Frag.	1	2	3	4	5
Latossolos (Text. Argilosa)	1	135,12	180,70	235,98	161,95	87,28
Latossolos (Text. Média)	2	508,11	510,78	594,30	281,58	96,68
Argissolos	3	2370,97	2091,55	2053,43	1223,33	495,05
Cambissolos	4	938,41	682,50	377,74	132,84	59,34
Neossolos Regolítico	5	171,44	266,18	550,42	890,34	782,13
Neossolos Flúvico, Gleissolos		469,70	256,99	109,64	11,46	0,00
Neossolos litólico		445,25	558,44	560,71	269,73	109,65
Afloramentos de Rocha		839,89	532,29	415,82	300,23	418,99
Lâmina d'água		81,31	19,53	14,81	3,62	0,00
		Fragilidade Potencial				
		M. Baixa	Baixa	Média	Alta	Muito Alta
		135,12	3806,56	3786,20	8443,35	5124,77

Tabela 7: Classes Pedológicas x Classes Clinográficas = Fragilidade Potencial

Identificou-se para a unidade, cinco classes de Fragilidade Potencial (Muito Baixa, Baixa, Média, Alta e Muito Alta), dentre as quais, as mais expressivas reportam-se a Alta e Muito Alta com 8.443,35 ha e 5.124,77 ha, respectivamente. Estas duas classes somadas, totalizam 63,71%. Logo, para as Classes Muito Baixa, Baixa e Média registraram-se, respectivamente, 135,12 ha (0,63%), 3806,56 ha (17,87%), 3786,20 ha (17,77%).

Localizada na região sudeste da unidade a classe de Fragilidade Baixa corresponde as associações Latossolos Textura Argilosa e as declividades de 0 a 6%.

A Classe de Fragilidade Baixa dispõe-se ao norte a ao sul da unidade, sendo classificada a partir das associações entre Latossolos e Argissolos e as declividades de 0 a 12%.

A Classe de Fragilidade Média foi delimitada a partir das associações de Latossolos as declividades de 12 a 20%, de Argissolos e as declividades de 6 a 12% e Cambissolos com declividades de 0 a 6% de declive, localizando-se principalmente na porção sudoeste da unidade.

Para a Classe de Fragilidade Alta verificou-se os Neossolos associado as declividades de 0 a 12%, Cambissolos e de declividades de 6 a 20%, Argissolos associados as condições clinográficas de 12 a 30%, aos Argissolos localizados em áreas com 12 a 20% e aos Latossolos em declividades maiores que 20%.

Por fim, a Classe de Fragilidade Muito Alta definiu-se a partir das associações dos Neossolos e Afloramentos Rochosos as declividades maiores que 12%. Com base nestas informações percebe-se a necessidade de um uso de baixo impacto que garanta a proteção dos solos em, aproximadamente 65% da unidade, inseridas em condições pedológicas e clinográficas susceptíveis aos processos erosivos intensos.

Corroborando com Ross (1994), quanto a proteção exercida pelas diferentes formas de uso, realizou-se a tabulação cruzada da Fragilidade Potencial com o Uso do Solo, a fim de se obter a Fragilidade Emergente. O resultado apresenta-se na Figura 6 e Tabela 8.

Levantou-se para o PNCG cinco Classes de Fragilidade Emergente (Muito Baixa, Baixa, Média, Alta e Muito Alta), sendo que a classe de Fragilidade Alta, predomina com 8.900,91 ha, área equivalente a 41,40%; na sequência, as classes, Média totalizando 4.697,18 ha (23,46%); Baixa com 4403,56 (20,67%), Muito Alta com 3201,37 ha (15,03%) e Muito Baixa com 93,80 ha (0,44%).

Quando comparado à Fragilidade Potencial, percebe-se que a Fragilidade Emergente apresentou áreas maiores para suas Classes de Fragilidade Baixa, Média e Alta, e que sua Fragilidade Muito Alta corresponde apenas a 0,44%.

Conclui-se que esta redistribuição de áreas nas classes de menor fragilidade se explica pelo grau de proteção, atrelados as florestas nativas, florestas plantadas e campos, os quais contemplam, aproximadamente, 13.515,61ha, área correspondente a aproximadamente 64% da unidade. Enquanto, as pastagens, culturas anuais e perenes, agriculturas e pastagens e, área não vegetada, encontram-se em 7.781,22 ha (36,54) e, são determinantes para realocação de áreas para classes de fragilidades maiores.

Assim, constata-se a relevância dos usos que fornecem alto grau de proteção, pois em tais áreas, mesmo com condições de relevo e solos não favoráveis, mostram áreas de baixa fragilidade ambiental. Por outro lado, é necessário que as áreas com usos agrícolas e de pastagem utilizem de forma correta as técnicas de manejo de solos e respeitem

a legislação ambiental, principalmente no que diz respeito as áreas com declividade acentuada e solos rasos. Assim, preserva-se os recursos naturais presentes na unidade.

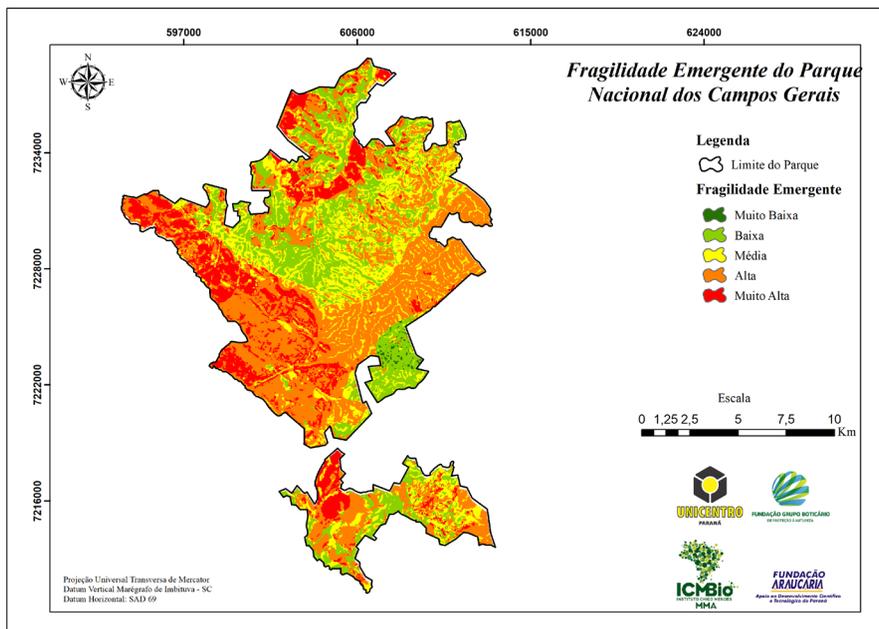


Figura 6: Fragilidade Emergente.

Elaboração: Autores, 2020.

		<b>Classes Fragilidade Potencial</b>				
<b>Classes Uso</b>	<b>Frag.</b>	Muito Baixa	Baixa	Média	Alta	Muito Alta
Formação Florestal	1	93,30	2.149,57	1.965,88	4.023,18	3.712,40
Floresta Plantada	2	1,05	174,15	199,89	480,56	127,45
Formação Campestre		0	64,64	94,93	222,10	206,52
Pastagem	3	41,82	324,36	608,55	1.566,38	808,29
Cultura Anual e Perene	4	1,51	816,92	714,82	1.384,37	283,65
Agricultura e Pastagem		3,79	188,78	246,97	672,70	251,85
Área Não Vegetada	5	0	0	0	0,52	0
Rios	1	0,51	4,79	1,67	49,52	9,46
		<b>Classes Fragilidade Emergente</b>				
		M. Baixa	Baixa	Média	Alta	Muito Alta
		93,80	4403,56	4697,18	8900,91	3201,37

Tabela 8: Classes Fragilidade Potencial x Uso do Solo = Fragilidade Emergente

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identificação da fragilidade ambiental de uma determinada área, em especial de UCs, torna-se fundamental para o planejamento ambiental e plano de manejo da mesma, pois aglutina informações necessárias para se determinar o modelo de organização territorial, de maneira que oriente e estabeleça definições dos tipos de usos e políticas de gestão ecológico-ambientais.

Ressalta-se ainda a importância de estudos de planejamento e elaboração de diagnósticos ambientais, como este, pois esses produtos (mapas e dados) expõem a necessidade de manter uma postura de prevenção da natureza, uma vez que, são menores os custos da prevenção de acidentes ecológicos e da degradação generalizada do ambiente, quando comparados a correção e recuperação de um quadro ambiental degradado.

O método empregado foi satisfatório pois foi capaz de gerar informações para importantes que servem como subsídio à tomada de decisões no que tange a intervenções em áreas específicas da UC, gestão ambiental e planejamento territorial, como para a elaboração de programas de preservação de áreas florestais e de contenção de processos erosivos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza** - SNUC, lei nº 9.985, de 18 de jul. de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de ago. de 2002. 5.ed.aum. Brasília: MMA/SBF, 56p, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO MEIO AMBIENTE **Plano Nacional de Áreas Protegidas**. Brasília. 2006. Disponível em: [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br). Acesso em: 24/04/2006.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente**, Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Acesso 14/05/2020, em: <https://app.powerbi.com/w?r=eyJrIjoiaWJxMTU0NWMTODkYkNC00NzNiLWJiNTQtNGI3NTI2NjliZDkzliwidCI6IjM5NTdhMzY3LTZkMzgtNGMxZi1hNGJhLTMzZThmM2M1NTBInyJ9>

CHAGAS, A. L. G. A. **Roteiro metodológico para a elaboração de plano de manejo para florestas nacionais**. Brasília: IBAMA, 2003.

FERREIRA, L. M. *et al.* **Roteiro Metodológico para elaboração de Plano de Manejo para reservas Particulares do Patrimônio Natural**. Brasília: IBAMA, 2004.

GALANTE, M. L. V.; BESERRA, M. M. L.; MENEZES, E. O. **Roteiro metodológico de planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica**. MMA / IBAMA, Edições IBAMA, 2002.

GONÇALVES, A. R.; *FERNANDES, C. H. V.; PENTEADO, D.; VELOSO, V.* **Roteiro metodológico para a elaboração de plano de manejo para florestas nacionais**. Brasília: ICMBio, 2009.

MAGANHOTTO, R., F. *et al.* Fragilidade física em unidades de conservação: estudo de caso da Reserva Ecológica Itatyba – RPPN. **Ambiência**, v.4 n.3 p.485 - 499 Set./Dez. 2008 ISSN 1808 – 0251. Acesso em: 18 de Maio de 2020. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/149/169>.

MAGANHOTTO, R., F. *et al.* Análise da Fragilidade Ambiental como suporte ao planejamento do ecoturismo em Unidades de Conservação: Estudo de Caso FLONA de Irati. Floresta, [S.l.], v. 41, n. 2, Junho 2011. ISSN 1982 – 4688. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/floresta/article/view/21871/14250>. Acesso em: 18 de maio de 2020. <http://dx.doi.org/10.5380/ufpr.v41i2.21871>

MAGANHOTTO, R. F., SANTOS, L. J. C., NUCCI, J. C., LOHMANN, M., & SOUZA, L. C. D. P. (2014). Unidades de Conservação: limitações e contribuições para a conservação da natureza. **Sustentabilidade em Debate**, 5(3), 203-221.  
<https://doi.org/10.18472/SustDeb.v5n3.2014.10906>

MAGANHOTTO, R. F. *et al.* Ecoturismo e ações de sustentabilidade como fatores de valorização da atividade ecoturística em Prudentópolis, PR. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinar**. Grajaú/MA v. 4, n. 15 p. 106-130 set./dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.v4n15p106-130>.

ROSS, J. L. S. **Análise Empírica da Fragilidade dos Ambientes Naturais e Antropizados**. Revista do Departamento de Geografia, n.8, p. 63-74, 1994.

TRICART, Jean. **Ecodinâmica**. Rio De Janeiro: IBGE, 1977

# CAPÍTULO 23

## IMPACTO GERADO PELA ADOÇÃO DA CERTIFICAÇÃO FAIRTRADE PARA PRODUTORES DE CAFÉ: UMA ANÁLISE SOBRE A ÓTICA ECONÔMICA E SOCIAL

*Data de aceite: 01/06/2021*

*Data de submissão: 14/03/2021*

### **Nilmar Diogo dos Reis**

Universidade Federal de Lavras (UFLA) –  
Depto. Administração e Economia  
Lavras – Minas Gerais  
<http://lattes.cnpq.br/8494579973794663>

### **Marina de Barros**

Universidade Federal de Lavras (UFLA) –  
Depto. Administração e Economia  
Lavras – Minas Gerais

### **Luiz Gonzaga de Castro de Junior**

Universidade Federal de Lavras (UFLA) –  
Depto. Gestão Agroindustrial  
Lavras – Minas Gerais  
<http://lattes.cnpq.br/8494579973794663>

### **Antonio Carlos**

Universidade Federal de Lavras (UFLA) –  
Depto. Gestão Agroindustrial  
Lavras – Minas Gerais  
<http://lattes.cnpq.br/1386863217179570>

### **Jaqueline Severino da Costa**

Universidade Federal de Lavras (UFLA) –  
Depto. Gestão Agroindustrial  
Lavras – Minas Gerais  
<http://lattes.cnpq.br/9364392921051567>

**RESUMO:** A produção de café sempre teve papel expressivo na economia brasileira. Tendo em vista que grande parte da commodity produzida provém de pequenos produtores, eis

que surge a preocupação social e econômica na vida dessas pessoas. De acordo com Polanyi (1944), após a Revolução Industrial e adoção do mercado autorregulável, a sociedade começa a enfrentar níveis de pobreza, uma vez que essa passa a se polarizar. Entretanto, para todo movimento econômico de sucesso, Polanyi (1944) afirma existir um contramovimento de proteção social. Desta maneira, para a proteção dos pequenos produtores de café, foi criado o movimento do comércio justo, surge o Fair Trade (FT) - Certificação que visa proteger pequenos e médios produtores do sistema comercial convencional. Buscou averiguar qual o impacto da certificação FT na vida dos produtores, sendo este, positivo, já que houve aumento da qualidade de vida, do café produzido e do desenvolvimento da comunidade local.

**PALAVRAS - CHAVE:** Café, Comércio Justo, Certificações, Agronegócio.

### IMPACT GENERATED BY THE ADOPTION OF FAIRTRADE CERTIFICATION FOR COFFEE PRODUCERS: AN ANALYSIS OF THE ECONOMIC AND SOCIAL PERSPECTIVE

**ABSTRACT:** Coffee production has a significant role in the Brazilian economy. Bearing in mind that a large part of the commodity produced comes from small producers, here is the social and economic concern in the lives of these people. According to Polanyi (1944), after the Industrial Revolution and the adoption of the self-regulating market, society begins to face levels of poverty, once it becomes polarized. However, for every successful economic movement and it claims that

there is a countermovement of social protection. In this way, for the protection of small coffee producers, the movement of fair trade was created, the Fair Trade Certification (FT) that aims to protect small and medium producers of the conventional commercial system was created. It sought to find out what the impact of FT certification is on the producers' lives, which is positive, since there was an increase in the quality of life and local community.

**KEYWORDS:** Coffee, Fair Trade, Certifications, Agribusiness.

## 1 | INTRODUÇÃO

O café é uma das bebidas mais apreciadas e consumida no mundo. Indubitavelmente, possui um papel significativo no processo social, econômico e cultural em toda sua cadeia e instiga a permanência dos cafeicultores no campo, promovendo a geração de renda e emprego a toda comunidade. Desde a sua descoberta, por volta do século V, o café tem sido utilizado principalmente por sua propriedade energética. Uma vez conhecida a relevância da cadeia produtiva do café, esta deve ser vista sobre perspectivas criteriosas – haja vista os impactos que pode causar – devendo ser monitorada.

Segundo a Associação Brasileira de Indústria do Café (ABIC), o consumo interno de café no Brasil atingiu 21 milhões de sacas, no período de novembro de 2017 a outubro de 2018, representando um crescimento de 4,80%, com relação ao período anterior, de novembro de 2016 a outubro de 2017, aumentando o consumo per capita para 6,02 kg/ano de café cru e 4,82 kg /ano de café torrado e moído, o que mantém o Brasil como o segundo maior consumidor de café do mundo (ABIC, 2018). Tendo em vista a tendência para os anos seguintes do aumento da produção de café, seja para uso interno ou exportação.

A escassez de recursos e iminente aproximação com a pobreza dentro do campo, evidência a disparidade nos valores arrecadados com a produção do café por grandes empresas em detrimento aos produtores da cultura. Assim, será o comércio justo uma medida que poderá prover aos produtores de cafés melhores condições de manejo e comercialização frente as vicissitudes enfrentadas por eles no mercado convencional? Essas são umas das perguntas que esta pesquisa buscará responder e corroborar com a difusão de melhores práticas para o setor cafeeiro como um todo.

A certificação do café comércio justo tem sido considerada como uma saída alternativa de diferenciação do produto, que tem em seus fundamentos agregar valor econômico, social e ambiental na produção, bem como abertura de mercados para comercialização – acarretando uma melhor rentabilidade às famílias cafeeiras (LIMA, 2016).

Segundo Kamlot e Schmitt (2015), o Comércio Justo se baseia no tripé economia, meio ambiente e sociedade, sendo este último o ponto de interseção que o liga ao Marketing Social, Ambos buscam influenciar o comportamento do consumidor estabelecendo a necessidade de hábitos de consumo éticos visando preço adequado com padrões ambientais e sociais equilibrados.

Conectado à prática e à teoria, Karl Polanyi (1944), autor da Teoria do Movimento

em Dobro, diz exatamente que o sistema capitalista cada vez que cria uma destruição, há movimentos de proteção. Em suas palavras: “Empurrar e puxar as forças do mercado livre e da regulação social que é chamado de “duplo movimento” (POLANY, 1944)”. O movimento comércio justo é justamente autoproteção social do que é causado nas polarizações do livre comércio – um movimento dobrado (MENDELL, 2003).

Destaca-se a importância deste tema pela emergência e expansão das práticas de Comércio Justo no Brasil e no mundo. São práticas recentes, mas que têm despertado interesse na sociedade, nos meios acadêmicos e também das empresas, que veem esse comércio alternativo como uma oportunidade de divulgação e ampliação das suas práticas de Responsabilidade Socioambiental (BOSSLE, 2011).

Mesmo com a tamanha importância do Brasil no mercado do café, pouco se conhece sobre as certificações na cafeicultura brasileira no que se diz a respeito dos resultados e consequências para o café nacional. Conhecer como está o desenvolvimento das instituições que certificam os produtores no Brasil é de suma prioridade, uma vez que o país é um dos que mais tem aumento de produtores certificados e, também, tem uma alta demanda para a produção (ALVARENGA; ARRAES, 2017).

## 2 | REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O Comércio Justo

O Comércio Justo representa uma nova abordagem importante para aliviar a pobreza no Hemisfério Sul global com base na estratégia de “trade notaid” (comércio não auxílio). O crescimento do movimento de Comércio Justo busca desafiar historicamente as relações de mercado internacionais desiguais, transformando o comércio Norte-Sul em uma potencial capacitação do produtor e alívio da pobreza. O movimento comércio justo tem como intuito oferecer aos produtores desfavorecidos a chance de “aumentar seu controle sobre seu próprio futuro, ter um pagamento justo por seu trabalho, estabilidade de renda e condições dignas de trabalho e de vida através do desenvolvimento sustentável” (FAIRTRADE FOUNDATION, 2015).

Ainda, o principal argumento do Comércio Justo é que há uma renda segura, um pré-pagamento - se necessário- e acesso a crédito e empréstimos que podem diminuir o índice de pobreza. Existem trabalhos previamente publicados que afirmam que a redução da pobreza nos campos está diretamente relacionada ao salário justo e outros benefícios financeiros ofertados pelo movimento pobreza (CALO; WISE 2005; IMHOF; LEE, 2007; LE MARE, 2008). As ideias sobre o desenvolvimento social estão inseridas na filosofia do Comércio Justo e, sobretudo, os estudos de Comércio Justo sugerem que contribuem para melhorar o bem-estar geral dos produtores (BECCHETTI; COSTANTINO, 2005; LE MARE, 2008; MORSELLO, 2002; RAYNOLDS, 2002<sup>a</sup>, LEAL; OGASAVARA; MENEZES, 2017).

Para Barone (2017), em seu estudo feito na COOPFAM, os quesitos mais importantes

do impacto FT entre os pequenos produtores é o preço pago pelo café e o acesso ao mercado. Lima (2016) realizou pesquisas documentais em arquivos disponíveis da COOPFAM e também fez um levantamento cronológico da evolução da cooperativa, além de entrevistas com os cooperados, gerentes e funcionários da cooperativa. Os resultados da pesquisa foram que processo de certificação trouxe bons resultados para os cooperados como, por exemplo, a eliminação dos 120 atravessadores por meio da exportação do café diretamente pela COOPFAM.

## **2.2 A Certificação e Fair Trade**

A certificação é um meio formal que assegura que o produto foi realizado de acordo com padrões de qualidade preestabelecidos e é legitimada como uma ferramenta de suma importância para agregar credibilidade e confiança aos produtos, serviços e empresas. Por conta da transparência, tem como objetivo reduzir assimetrias informacionais e pode ser gerado pela própria empresa ou por terceiros, tal como organizações independentes, públicas ou privadas, internacionais ou nacionais (MACHADO, 2000).

Segundo Oliveira (2016), o setor cafeeiro vem buscando se adequar, em todas as etapas de produção da cultura, visando atender as exigências crescentes de nichos de mercado dispostos a pagar mais por um produto que atenda as questões sociais e ambientais, tendo a certificação um papel importante na garantia da origem e qualidade do produto.

Esse trabalho utilizou como fundamentação teórica os conceitos de Karl Polanyi (1944) e a Teoria do movimento em dobro que será analisada no tópico a seguir. Nesse tópico teórico também contém a explicação da relevância contemporânea de tal Teoria, bem como a apropriação dessa com o movimento do FT.

## **2.3 Karl Polanyi e o Movimento do Comércio Justo**

Polanyi (1944) argumenta que o movimento duplo é o resultado da ação permanente e contraditória de dois princípios que organizam a sociedade de mercado e as economias. Primeiramente, o liberalismo e o livre-comércio. Em oposição, a autoproteção social. São duas fases do mesmo movimento – a primeira é que os processos globalizados são tratados como internacionalização de uma mentalidade de mercado sobre um comércio bruto. A segunda fase é qualquer atividade que ameace subverter o caráter neoliberal. Dessa forma, o movimento do FT são as diferentes sociedades se protegendo do mercado, assim comercializando de forma alternativa ao convencional.

Seguindo e construindo uma hipótese que já foi defendida por Enelow (2012), é tido nesse trabalho que as certificações desenvolvidas por terceiros cumprem a função de proteção social causada pelos danos do mercado liberal. Ainda que o governo tente garantir as condições dignas de trabalho e resolver problemas sociais, é de conhecimento mundial que, muitas vezes, ainda mais frequente em países do Hemisfério Sul, que isso

não acontece.

Através do movimento FT, as comunidades interagem por meio de conversas e planejamento, tornam-se parceiras dentro de uma mesma iniciativa, desenvolvem amizade, além de encontrar sentido e motivação para suas vidas. Neste movimento, as pessoas são resgatadas de um papel meramente econômico e isolado. A decorrência disso é que passa a existir dentro da atividade econômica relações sociais.

### 3 | METODOLOGIA

No intuito de responder a temática qual o impacto social e econômico que a certificação FT traz na vida dos produtores de café, esta pesquisa foi realizada em duas etapas de concretização, no qual a primeira foi a revisão bibliográfica, enquanto a segunda foi composta de aplicação de questionários dentro da amostra desejada. A soma das duas atribuiu os resultados que foram discutidos nesse trabalho, sendo de caráter quantitativo-descritivo e exploratória. Pesquisa exploratória uma que tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que está sendo investigado, assim possibilitando maior definição ao seu delineamento com pesquisas prévias. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso (PRODANOV; FREITAS, 2013).

O impacto da certificação FT nos cafeicultores foi avaliado a partir de um questionário do tipo survey, semiestruturado entre os períodos de novembro de 2019 a fevereiro de 2020, contendo questões fechadas com escala binária ou questões pontuais de conteúdo pessoal ou da produção/propriedade. A escolha dos participantes da amostra foi realizada de forma não aleatória, isto é, no período da coleta dos dados foram abordados cafeicultores certificados que estavam disponíveis na Cooperativa COOPFAM. Assim, foi feita a amostragem não probabilística,

Os questionários foram analisados utilizando análise de estatística descritiva. Ou seja, as análises foram feitas via média, moda, porcentagem e frequência. Soma-se aos resultados primários obtidos a revisão de literatura com dados secundários para corroborar os resultados aqui obtidos.

O objeto de estudo do presente trabalho foram produtores de café filiados à Cooperativa dos Produtores Familiares de Poço Fundo– COOPFAM - situada na região sul de Minas Gerais. Esta cooperativa possui somente cafeicultores certificados pelo movimento FT.

Foi escolhida tal cooperativa por dois motivos: 1) Pela importância da organização dentro do assunto abordado, tendo em vista que é a pioneira em certificação do Comércio Justo no Brasil e um exemplo a ser seguido para outras cooperativas certificadas (BARONE, 2017); 2) Pela conveniência da localização da cooperativa ante onde foi produzido tal trabalho.

A amostra de produtores filiados foi escolhida de forma não probabilística. Foram

aplicados 48 questionários numa população de 396 produtores (BARONE, 2017), atingindo então uma amostra de 12,12% da população total. Para corroborar os dados obtidos, serão confrontados os resultados aqui encontrados com os resultados preexistente na literatura acerca dos quesitos pesquisados. Os dados foram tabulados e analisados via programa Microsoft Excel.

## 4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos tópicos que seguem abaixo, serão discutidos os tópicos abordados, um a um, com o intuito do aprofundamento de cada um deles para a construção de uma ideia única relacionada ao impacto do Comércio Justo na vida dos agricultores da amostra estudada. Os resultados foram divididos em 3 partes: 1) Caracterização da propriedade, da produção e da família produtora antes e depois de se certificar; 2) Ponto de vista do produtor acerca das questões qualitativas e 3) Perspectiva teórica do Movimento em Dobro (Polanyi, 1944) e o comércio justo.

### 4.1 Caracterização dos produtores de café filiados em relação à propriedade, produção e da família produtora antes e depois de se certificar

#### 4.1.1 *Tempo de cooperado certificado*

O tempo médio de cooperado certificado foi de 9 anos. Ao fazer a frequência, metade da amostra se concentrou em mais de 10 anos de cooperado e apenas 21% têm menos de três anos de cooperado. Soma-se que cerca de 80% já tem no mínimo quatro anos de certificação.

Tempo Certificado	Frequência Absoluta	Frequência percentual
Até 3 anos	10	21%
Entre 4 e 5 anos	12	25%
Entre 6 e 9 anos	02	04%
Mais que 10 anos	24	50%
TOTAL	48	100%

Tabela 1: Tempo de certificado.

Fonte: Dos autores, 2020.

#### 4.1.2 *Quantidade de pessoas em casa*

A importância desse dado é justificada para explicar se houve aumento de mão de obra familiar dentro das lavouras devido ao crescimento da família ou se foi devido à necessidade de mais uma pessoa trabalhar para a produção. Em números gerais, o

número de pessoas na casa se manteve o mesmo, com leve aumento em que, antes obter a certificação FT, a média obtida na amostra era de 3,41 e passou para 4,08 após certificar e a moda foi era 3,0 antes da certificação e manteve-se em 3,0.

Quando foi feita a média de pessoas na casa, foi encontrado que sim, houve um aumento de pessoas; entretanto, ao fazer a moda, se manteve o mesmo número de moradores na casa. Como pessoas não pode ser número com casa decimal (somente inteiro), a moda se encaixa melhor nessa operação.

Logo, é confirmado que o tamanho da família, basicamente, se manteve o mesmo. A seguir foi utilizado esse dado para confrontar com o número de pessoas da família que trabalham com a produção de café. Já se sabe que a família não cresceu. Ou seja, se aumentou o número de pessoas trabalhando no campo, foi porque houve a necessidade de mão de obra extra. E então, far-se-á necessário explicar a razão de mais uma pessoa trabalhando.

#### *4.1.3 Número de pessoas na família que trabalham na produção*

Esse dado tem sua importância devido ao impacto na quantidade de mão de obra exigida nos campos de café. Neste íterim, o número de pessoas 'na casa' antes de obter a certificação FT, apresentava uma média de 2,125 e passou para 2,265 após a certificação. A moda era de 1,0 antes de FT e foi para 2,0 após a certificação.

Percebe-se que o número de pessoas da família que trabalham na produção cafeeira aumentou. Antes, se tinha que apenas uma pessoa da família desprendia da força de trabalho nas terras de realização. Após a certificação, nota-se que houve um crescimento na mão de obra. Ou seja, como exposto acima, o número de pessoas da família não cresceu com o Comércio Justo, entretanto, foi confirmado que houve necessidade de uma das pessoas que não trabalhavam passar a trabalhar.

Sabe-se que a mão de obra familiar é a unidade básica de produção na cadeia de suprimentos do café certificado. Para adotar a certificação FT, é necessário estar filiado a alguma cooperativa certificada. E para ser aceito por essas e ter o selo, é obrigatório que a produção seja feita predominantemente por trabalho familiar, do que trabalho de terceiros – só são permitidos trabalhos temporários contratuais (ENELOW, 2012).

Então houve um impacto na mão de obra familiar. Será averiguado posteriormente se a produção teve um impacto positivo de aumento, se sim, essa questão poderá ser dissolvida facilmente, uma vez que quando se aumenta a produção há necessidade de mais mão de obra.

#### *4.1.4 Número de pessoas que não faz parte da família de produtores, mas que trabalham na produção*

Conforme supracitado, não é permitido a contratar mão de obra fixa que não seja

familiar. Ou seja, só são permitidos trabalhos temporários (ENELOW, 2012; GOMES, 2003) que geralmente são necessários na época da colheita (BARONE, 2017). A variação de mão de obra de terceiros dentro das propriedades familiares de café foi de 0,2916 antes da FT e passou para 0,70833 após a FT.

Nota-se que houve um aumento na média de terceiros trabalhando na agricultura familiar. Destarte, conclui-se que a agricultura não deixou de ser exclusivamente familiar na maioria das partes. Afim de corroborar com a afirmativa, realizou-se a frequência e porcentagem desse tópico:

Perfil	Frequência	Porcentagem
Nunca teve	28	58,3%
Teve antes de certificar e deixou de ter após certificar	02	4,2%
Não tinha e passou a ter depois de certificar	08	16,7%
Sempre teve	10	20,8%
<b>TOTAL</b>	<b>48</b>	<b>100%</b>

Tabela 2: Frequência e porcentagem do número de pessoas que não são da família e trabalham na produção.

Fonte: Dos autores (2020).

Vinte e oito das quarenta e oito famílias pesquisadas alegaram nunca terem tido mão de obra externa à sua família dentro das suas terras. Ou seja, 58,3% nunca precisaram contratar trabalhadores para auxiliar na produção de café. Isso demonstra que o perfil dos produtores, em maior parte, é unicamente de agricultura familiar. Cerca de 17% passou a ter, após a certificação, e 20,8% sempre teve.

#### *4.1.5 Do tamanho da propriedade*

Para Barone (2017), do total de famílias de produtores rurais na cidade, cerca de 97% possuem propriedade entre 5 e 10 hectares. Nota-se que ao fazer a média entre os períodos pré-certificação e pós-certificação, esse dado se encaixa muito bem como será mostrado abaixo.

Destarte, quando questionado a respeito do tamanho da propriedade, 62,5% da amostra afirmaram que suas terras cresceram após a certificação. Em média, as propriedades tinham o tamanho de 5,56 hectares. Com a obtenção do selo para sua produção, a média absoluta de todos os produtores aumentou em quase 40% a dimensão da fazenda; antes o tamanho da propriedade da FT, era em média, 5,56ha e passou para 9,20ha após a FT.

Entretanto, somente a média pode esconder valores mais concretos. Por isso,

destaca-se na tabela abaixo o crescimento dessa parcela de 62,5% que alegou ter crescido.

Tamanho da propriedade	Antes de certificar FT		Depois de certificar FT	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Até 3 hectares	20	41,7%	14	29,3%
Entre 3,1 e 6 hectares	04	8,3%	04	8,3%
Entre 6,1 e 9 hectares	16	33,3%	10	20,8%
Entre 9,1 e 12 hectares	06	12,5%	06	12,5%
Entre 12,1 e 15 hectares	00	0%	06	12,5%
Entre 15,1 e 18 hectares	01	2,1%	04	8,3%
Mais de 18 hectares	01	2,1%	04	8,3%
<b>TOTAL</b>	<b>48</b>	<b>100%</b>	<b>48</b>	<b>100%</b>

Tabela 3: Frequência e percentual do tamanho da propriedade antes e depois de certificar.

Fonte: Dos autores (2020).

Nota-se que seis famílias saíram dessa categoria e passaram a ter um pedaço maior de domínio. Então, é confirmado que houve um impacto positivo no crescimento do tamanho da propriedade após a certificação.

Ademais, é notável que desde 2014 até os dias atuais, houve crescimento no número de cooperados e também no tamanho da propriedade. Ressalta-se a necessidade do conhecimento do tamanho das propriedades para que a organização certificadora saiba como agir perante a oferta de serviços, ou seja, a seleção dos cursos técnicos, palestras e informação sobre tecnologias têm que levar em consideração esses dados do sistema social abordado.

#### *4.1.6 Volume da produção*

Segundo a Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM), Poço Fundo possui hoje 800 mil pés de café orgânico, cem por cento Arábica, que produzem em média 5.000 sacas por ano em altitudes que variam de 800 a 1200 metros.

Para saber se a produção cresceu entre os períodos não certificado - certificado foi feita a média de sacas vendidas por ano de todos os produtores. Entretanto essa metodologia não foi plausível para essa categoria uma vez que pode ser que poucos produzam muito

ou muitos produzam pouco, assim alterando o verdadeiro impacto. Porém, o volume da produção (em sacas) era em média, antes da FT de 99,13 sacas/ano e passou para 171,95 sacas/ano após a FT. Então, os números foram redistribuídos e uma nova tabela se formou com os dados mais concretos e visíveis para se obter um resultado plausível.

Abaixo é disposto o quadro do tamanho da produção em sacas. Os dados são apresentados via frequência com a qual a primeira coluna se dá a quantidade de sacas vendidas ao ano, a segunda coluna encaixa a quantidade de produtores que produzem valores dentro da porção antes de se certificar e a terceira são os mesmos fazendeiros e seus frutos, entretanto, após se certificar.

Quantidade/sacas	Antes de certificar FT		Depois de certificar FT	
	Absoluto	Percentual	Absoluto	Percentual
30 sacas ou menos	6	12,50%	2	4,17%
31 a 60 sacas	16	33,33%	14	29,16%
61 a 90 sacas	8	16,67%	2	4,17%
91 a 120 sacas	4	8,33%	4	8,33%
121 a 150 sacas	6	12,50%	6	12,50%
151 a 180 sacas	2	4,17%	4	8,33%
181 a 210 sacas	2	4,17%	2	4,17%
211 a 240 sacas	0	0%	0	0%
241 a 270 sacas	0	0%	6	12,50%
271 a 300 sacas	4	8,33%	4	8,33%
301 a 400 sacas	0	0%	0	0%
401 a 500 sacas	0	0%	2	4,17%
501 a 600 sacas	0	0%	2	4,17%
TOTAL	48	100%	48	100%

Tabela 4: Volume da produção (em sacas) – valores absolutos e percentuais.

Fonte: Dos autores, 2020.

Na segunda coluna, produção antes de certificar FT, a parte destacada em amarela detém 44 dos 48 produtores. Já a parte destacada em amarelo da segunda coluna detém 36 produtores. Nota-se que, a princípio, apenas 4 produtores tinham uma produção maior que 210 sacas. Após certificar, o número aumentou. Apresentam-se 12 produtores com uma produção maior.

Voltando à parte destacada nessa amostra analisada, diminuiu o número de pessoas que produziam 30 sacas ou menos, e, ao longo da tabela, foram se redistribuindo.

É nítido que houve um crescimento na produção de sacas. Isso desencadeia uma série de questões que desvenda alguns dos problemas que estão sendo pesquisados aqui. Primeiramente, o aumento real da produção já justifica o porquê do aumento de mão de

obra familiar dentro das lavouras. Antes se necessitava de apenas uma pessoa e, após certificar, o número dobrou.

O aumento real da produção também traz muitas questões em pauta. O aumento da propriedade somado ao aumento da produção já é algo que demonstra um impacto positivo na vida dos produtores. Ou seja, entre ser ou não ser certificado, já foram apresentadas aqui vantagens sólidas.

#### *4.1.7 Você acredita que se associar à Cooperativa e se certificar trouxe benefícios?*

Todos os respondentes (100%) afirmaram que sim. A certificação lhes trouxe muitos benefícios bem como se cooperar. Todos alegaram com certeza no que dizia a respeito dessa questão. Conclui-se que os produtores estão de acordo em relação aos benefícios que a Cooperativa e a certificação os trazem. Corrobora-se esse resultado com a informação de que os cooperados estão satisfeitos pelo nível de confiança que existe entre cooperativa e cafeicultor (ROMANIELLO; AMÂNCIO; CAMPOS, 2012). Ou seja, há uma preferência em ser cooperado, uma vez que ser cooperado lhe traz conforto e segurança para comercialização e, portanto, para sua vida.

#### *4.1.8 Você recebeu treinamentos para melhorar o café produzido?*

Dentre os 48 respondentes, 46 alegaram ter assessoria ou treinamentos para melhorar a qualidade do café produzido, sendo que 95,8% afirmaram que tiveram contra 4,2% que não obteve algum treinamento. Para melhorar a qualidade do café produzido pelos cooperados, a COOPFAM conta com a colaboração do Instituto Bio Sistêmico, Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, EMATER-MG, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e SEBRAE.

De acordo com SEBRAE (2016), uma das premissas do movimento é “relação de longo prazo que ofereça treinamento e apoio aos produtores e acesso às informações do mercado”. Foi verificado durante as entrevistas, que a COOPFAM oferece aos cooperados cursos para o aperfeiçoamento e atualização, como por exemplo, cursos referentes à administração das propriedades rurais, contribuindo para que os produtores possam ser também gestores dos seus negócios.

#### *4.1.9 Você acredita que o preço comercializado, ou seja, que lhe é pago, é um preço justo?*

Essa pergunta fez com que muitos pensassem antes de responder. 20 dos 48 participantes dessa amostra disseram que não. O preço não é justo. Entretanto, 28 dos outros 48 respondentes, somando um total de 58,3% da amostra, alegaram que o preço é justo, pois é melhor que o convencional.

O estudo feito pela pesquisadora Barone (2017) comprova que os valores estão acima da margem convencional. É óbvio que os produtores desejam que sua commodity seja mais bem valorizada, entretanto, perante o mercado que não é certificado, os preços pagos são superiores.

Ademais, destaca-se também que, corroborado pelos dados primários desta pesquisa, associados à literatura, é tido que os preços podem não ser o quanto os produtores desejariam que fosse, entretanto é incabível dizer que não seja melhor que os preços convencionais (PEDINI, 2017).

#### *4.1.10 Você compreende o que é Fair Trade?*

Dentre todos os respondentes, cerca de 62,5% dizem entender o que é o FT ao passo que 37,5% dizem não compreender. Porém, o número de respondentes que não compreende o que é o movimento na qual ele faz parte ainda é altíssimo. 18 de 48 não entendem ao certo o que é, mas sabem que é algo que lhes agrega. Essa questão fez surgir um novo questionamento acerca da razão pela qual o produtor faz parte da certificação sem entender ao certo quais são suas premissas.

Ou seja, como exemplificado e mostrado via dados produzidos nessa pesquisa, ainda é abstrato o conceito do Comércio Justo para muitos. Uma grande parcela da amostra estudada nessa pesquisa não soube responder o que era. Tendo em vista que a COOPFAM é uma cooperativa exemplo para muitas outras em como disseminar a certificação e se organizar, esse quesito parece estar um tanto quanto disperso em seu conceito.

#### *4.1.11 Você acredita que a qualidade do seu café melhorou depois que passou a ser certificado?*

Mais uma vez, 100% dos respondentes tiveram uma resposta unânime em face dessa questão. Sim, a qualidade do café melhorou após adotar a certificação. Segundo a COOPFAM, a média de qualidade dos cafés de seus cooperados é de 82 pontos na escala SCAA. Em 2011, a Cooperativa recebeu o “Prêmio Exporta Sul Minas 2011”, reconhecida como uma das empresas que mais se destacaram no processo de exportação *Free On Board* (FOB), dentro dos 159 municípios que compõem a região Sul do Estado de Minas (PRADO et al., 2011).

#### *4.1.12 E sua qualidade de vida aumentou depois que se tornou certificado Fair Trade?*

Ao questionar ao produtor tal questão, o entrevistador explicou ao certo e explicitamente que a qualidade de vida tem que ser direta na condição de vida da família e em seu dia a dia, contribuindo para o alívio da pobreza para toda a comunidade, além da melhoria da qualidade dos produtos e do sistema de produção. Grande parte da amostra

(83,3%) concordou que sua qualidade de vida melhorou após a certificação. 12,5% responderam que em partes e 4,2% (dois respondentes) responderam que não melhorou a qualidade de vida após a certificação.

Justifica o ponto concordância que houve melhor condição de viver, pois na crise da década 1990 do mercado cafeeiro fez com que um singelo grupo de cafeicultores se unisse com o objetivo de conseguir uma melhor qualidade de vida e melhores relações comerciais (LIMA, 2016). Assim, com uma história de luta e muita vontade, conseguiram atingir seu objetivo com sucesso. Hoje, quase três décadas depois, pode-se dizer com muito êxito que a união fez a força e que o intuito de ter uma vida mais digna foi atingido para a amostra dessa cooperativa. Em suma, tanto a literatura quanto os dados coletados nessa pesquisa deixam claro que a qualidade de vida de tais produtores foi aumentada de alguma forma.

#### *4.1.13 Na sua concepção, houve desenvolvimento em sua comunidade após a Cooperativa ser certificada?*

Na amostra obtida nesse estudo, 95,8% dos respondentes (46 pessoas) disseram ter visto melhoras no desenvolvimento da comunidade de forma direta (pelo prêmio recebido) ou indireta (como as famílias têm maior poder aquisitivo, fazem os negócios locais melhorarem e, assim, gerando avanços).

Na seção “Revisão de literatura” desse trabalho há um tópico que discute o impacto na qualidade de vida dos produtores em outros lugares do mundo e, nesse tópico, é possível perceber que, em geral, o prêmio trouxe benefícios para diversas pessoas ao redor das cooperativas certificadas. Esse é outro ponto importante da certificação que, de forma direta, contribui para o desenvolvimento humano e redução da pobreza.

#### *4.1.14 Sob a perspectiva teórica do Movimento em Dobro de Polanyi (1944) e o Comércio Justo*

A Teoria do Movimento em Dobro de Karl Polanyi (1944) explica alguns fenômenos do Comércio Justo que se faz presente nesse trabalho: 1) O movimento tem crescido ao longo dos anos; 2) O movimento vai além de uma abordagem alternativa econômica; 3) O movimento tem como objetivo criar valor social. De acordo com o 7º relatório de escopos e benefícios do FT (FAIRTRADE INTERNATIONAL, 2015), mostra que houve crescimento no número de trabalhadores e produtores certificados. Num total, houve crescimento de 9% entre os anos de 2013-2014. Na América Latina e Caribe, ocorreu o acréscimo de 3%; na África e Oriente Médio 13%; e na Ásia e Pacífico 3%.

Como é notório o crescimento do FT, pode-se inferir que tal fato se dá devido à preocupação com as comunidades produtoras tem tido maior atenção devido a esse desenvolvimento. Logo, esse olhar cauteloso para produção ter taxas e expectativas de crescimento, é um êxito para o contramovimento de proteção social – o que afirma Polanyi (1944) em sua Teoria. Ou seja, o progresso e evolução do sistema FT faz parte da segunda

fase do movimento duplo do sistema capitalista, que é o momento onde a sociedade se protege do mercado que, felizmente, tem crescido e, assim, protegido um número maior de produtores.

Outra razão que fundamenta o uso da Teoria de Polanyi para justificar o movimento do Comércio Justo é que as premissas do movimento irão muito além de uma abordagem econômica. Observa-se, nesse modelo, uma preocupação quanto à sustentabilidade dos negócios e a forma como esses são concretizados. A alternativa em diminuir o número de atravessadores para que o produtor tenha maior parcela da rentabilidade total do que é produzido, é uma forma de dar valor ao seu produto e ao seu desenvolvimento. Polanyi (1944), afirma que o mercado autorregulado cria prejuízos tal como o isolamento dos indivíduos e os torna mais competitivos, perdendo assim laços de solidariedade social e do bem-estar humano.

Isto é, ser participante de uma organização certificadora faz com que o produtor aumente seus laços de solidariedade social e aumente o bem-estar humano. Além de que o produtor tem maior conhecimento sobre o mercado que ele trabalha, bem como o número de atravessadores é menor. Então, com o modelo alternativo de negócio, a comunidade deixa de ser isolada e passa a ser parte do mercado.

Além das duas razões citadas acima, o movimento tem como objetivo criar valor social, que é outro ponto que a Teoria de Polanyi (1944) afirma. Para Polanyi (1944), os seres humanos são seres culturais onde o sistema capitalista rompe a cultura ética à qual os trabalhadores pertenciam e através da qual definiam sua identidade.

Ser um produtor certificado, faz com que o trabalho rural ganhe maior visibilidade e, também, faz com que o produtor se empodere. Isso resgata sua identidade e cultura, uma vez que quando certificados têm maior valor. Como exposto por Polanyi (1944) e, posteriormente corroborado por Romaniello (2009), empoderar os produtores faz com que eles deixem de ser isolados – uma vez que se encontram em redes – e resgata seu valor cultural.

## **5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considera-se que o presente trabalho pôde contribuir para a compreensão e discussão acerca do impacto do Comércio Justo na vida dos produtores rurais. Tendo em vista as premissas do movimento, o presente trabalho teve como objetivo responder se os impactos gerados pela certificação FT eram reais e positivos para a amostra certificada escolhida. Como analisados nesse trabalho, encontrou-se que os impactos são positivos na vida dos produtores rurais em diversos quesitos.

Primeiramente, o tamanho da propriedade e produção aumentaram após o produtor aderir à certificação, bem como foi necessário escalar mais uma pessoa da família para trabalhar nas lavouras – o que é um bom sinal tendo em vista que a agricultura é familiar.

A qualidade de vida dos produtores aumentou, apresentaram um nível de satisfação relacionado aos cursos e quantidade de informação que recebem na Cooperativa para aprender a cultivar melhor o café. Indiretamente, através dessas aulas e cursos, o café certificado pela COOPFAM aumentou significativamente a sua qualidade.

Houve um impacto positivo na comunidade, onde foi afirmado que parte do prêmio auxilia o desenvolvimento local e de suas famílias de diversas formas: através da manutenção da Cooperativa, de auxílio a estudos de filhos dos produtores, com assistência à saúde, dentre outros pontos que foram esclarecidos no tópico de “resultado e discussões”.

Um gap encontrado nesse estudo é que nem todos os produtores têm conhecimento do que é o movimento e como ele funciona. Ou seja, muitos deles entendem que, na prática, a certificação traz uma melhoria em sua vida, mas, na maior parte das vezes, esses não entendem o fundamento desse modelo de negócio alternativo. Corroborou-se os resultados primários obtidos nessa pesquisa junto à outras pesquisas já realizadas, tanto na COOPFAM, quanto em outras cooperativas espalhadas ao redor do mundo que se encontravam na literatura.

Ademais, a Teoria do Movimento em Dobro (1944) foi capaz de elucidar tal movimento e o porquê de seu crescimento contínuo, pois uma vez que o atual sistema mercadológico funciona baseado nas premissas da autorregulação e tem como objetivo final o lucro, acaba por acarretar discrepâncias à vida dos pequenos e médios produtores, dos quais, muitos são carentes.

Em contrapartida, o Comércio Justo surge com o objetivo de protegê-los – que se caracteriza como contramovimento para promoção de pessoas que vivem em situações de pobreza. Deste modo, o resultado deste Movimento é positivo, já que o movimento vem abrangendo cada vez mais produtores de forma positiva a assisti-los. Destarte, o comércio justo torna-se no cenário econômico, social e cultura, o carro-chefe para a diminuição da assimetria mercadológica para os pequenos produtores de café e promove a busca do empoderamento para todos.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, R. P.; ARRAES, N. A. M. Certificação fairtrade na cafeicultura brasileira: análises e perspectivas. **Coffee Science**, Lavras, v. 12, n. 1, p. 124-147, jan./mar. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ – (ABIC). Indicadores da Indústria de Café, 2018. Disponível em: <<https://www.abic.com.br/estatisticas/indicadores-da-industria/indicadores-da-industria-de-cafe-2018-2/>>. Acesso em: 05 fev. 2021.

BARONE, M. **Cafés especiais e salto de escala**: análise do circuito espacial produtivo e dos círculos de cooperação dos cafés especiais do Sul de Minas Gerais. 2017. 215 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2017.

- BARRIENTOS, S.; CONROY, M; JONES, E. Northern social movements and Fair Trade. In: RAYNOLDS; MURRAY; WILKINSON (orgs). The challenges of transforming globalization. Nova Iorque: Routledge, 2007a.
- BECCHETTI, L.; COSTANTINO, M. **The effects of FT on marginalised producers**: an impact analysis on Kenyan farmers. Palma de Mallorca: Society for the Study of Economic Inequality, 2005. p. 665-696. (Working Paper, 41).
- BOSSLE, M. B. **Comércio Justo no Brasil e a comercialização de produtos do algodão ecológico**. 2011. 117 p. Dissertação (Mestrado em Administração) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- CALO, M.; WISE, T. A. **Revaluing peasant coffee production**: organic and FT markets in Mexico. Medford: Tufts University, 2005.
- CALO, M.; WISE, T. A. Revaluing peasant coffee production: organic and FT markets in Mexico. Medford: Tufts University, 2005.
- ENELOW, N. H. **FT Coffee, Agrarian cooperatives, and rural livelihoods in Northern Peru**. 2012. PhD (Doctor of Philosophy) - University of Massachusetts Amherst, Amherst, 2012.
- FAIRTRADE FOUNDATION. **About coffee**.2015. Disponível em: <<http://www.fairtrade.org.uk/en/farmers-and-workers/coffee/about-coffee>>. Acesso em: 18 jan.2021.
- GOMES, R. Comércio justo: entre a solidariedade e a utopia. **Proposta**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 98, p. 46-55, 2003.
- IMHOF, S.; LEE, A. **Assessing the potential of FairTrade for poverty reduction and conflict prevention**: a case study of Bolivian coffee producers. Bern: Swisspeace, 2007.
- Kamlot, D., & Schmitt, V. G. H. (2015). O Comércio Justo nas Práticas de Marketing Social das Grandes Empresas. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 9(3), 63-79.
- LE MARE, A. The impact of FT on social and economic development: a review of the literature. **Geography Compass**, London, v. 2, n. 6, p. 1922-1942, 2008.
- LEAL, A. L. C. A.; OGASAVARA, M. H.; MENEZES, R. Á. G. O comércio justo como vantagem competitiva no processo de Internacionalização: um estudo de caso da justa trama fairtrade as a competitive advantage in the processo finternationalization: a case study of justa trama. *Revista Interfaces*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 13, p. 158-174, dez. 2017.
- LIMA, A. O. **Transferência de conhecimento no contexto de uma cooperativa de produtores de café orgânico**. 2016. 183 p. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
- MACHADO, R. T. M. **Rastreabilidade, tecnologia da informação e coordenação de sistemas agroindustriais**. 2000. 224 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MENDELL, Marguerite. Karl Polanyi and instituted process of economic democratization. Paper presented for “Polanyian Perspectives on Instituted Economic Processes, Development and Transformation” Conference. ESRC, Center for Research on Innovation and Competition. University of Manchester: Oct. 23-25, 2003.

MORSELLO, C. **Market integration and sustainability in Amazonian indigenous livelihoods: the case of the Kayapó.** Thesis (Ph. D) - School of Environmental Sciences/ University of East Anglia, Norwich, 2002. 301 p.

OLIVEIRA, M. M. B. G. B. **Produção de café com certificação fairtrade: uma alternativa para os produtores familiares.** 2016. 28 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção na Agropecuária) - Universidade José do Rosário Vellano, Alfenas, 2016.

PEDINI, S. FairTrade: alternativa ao mercado convencional de café e processos de empoderamento de cafeicultores familiares. 2011. 174 p. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

PRADO, A. S. et al. Certificação FairTrade na cafeicultura: estudo de caso da cooperativa dos agricultores familiares do município de Poço Fundo-MG.” 2011. Disponível em: <[http://www.sbicafe.ufv.br/bitstream/handle/123456789/6043/258\\_](http://www.sbicafe.ufv.br/bitstream/handle/123456789/6043/258_)

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAYNOLDS, L. T. Consumer/producer links in FT coffee networks. **Sociologia Ruralis**, Assen, v. 42, n. 4, p. 404-424, 2002a.

RAYNOLDS, L. T. **Poverty alleviation through participation in FT coffee networks: existing research and critical issues.** New York: Ford Foundation, 2002b.

ROMANIELLO, M. M.; AMÂNCIO, R.; CAMPOS, R. C. Análise da composição do capital social em uma estrutura organizacional cooperativa do sul de Minas Gerais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 14, n. 1, p. 15-27, 2012.

WISSEL, S. et al. Certification and labeling. In: . **The economics of ecosystems and biodiversity for local and regional policy makers.** Washington: United Nations Environment Programme, 2010. p. 161-171.

# CAPÍTULO 24

## INVISIBILIDADE DO QUE É VISÍVEL NOS CONTEXTOS RURAIS

*Data de aceite: 01/06/2021*

*Data de submissão: 12/03/2021*

### **Laércio de Souza**

Fundação Universidade Regional de  
Blumenau.  
Blumenau – Santa Catarina  
<http://lattes.cnpq.br/8778281763654673>

### **Lucia Helena de Souza Martins**

Fundação Universidade Regional de Blumenau  
Blumenau -Santa Catarina  
<http://lattes.cnpq.br/5539098225466390>

### **Valmor Schiochet**

Fundação Universidade Regional de Blumenau  
Blumenau – Santa Catarina  
<http://lattes.cnpq.br/5055241867816075>

### **Luciano Félix Florit**

Fundação Universidade Regional de Blumenau  
Blumenau – Santa Catarina  
<http://lattes.cnpq.br/0531556418078445>

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é colocar em relevância o espaço que é direcionado para as mulheres, os jovens e idosos no contexto do território rural. Portanto, trata-se de uma pesquisa teórico-empírica e exploratória. Teórica-empírica porque busca fundamentação na teoria para explicar a realidade social pesquisada. Ao examinar a complexidade da agricultura familiar parece importante colocá-la no contexto de interesses conflitantes e projetos de disputas. Criam-se benefícios, estímulos

e desestímulos provenientes de domínios de poder operados por agentes que respondem aos mais diversos interesses os quais precisam ser explicitados e interpretados para uma compreensão mais plena dos processos em questão. A família como instituição estratégica do meio rural é a responsável pela reprodução dos atores do desenvolvimento rural: tanto a mão de obra qualificada, como trabalhadores sem qualificação, migrantes e trabalhadores sazonais em todas as regiões do país. Entre os aspectos marcantes da agricultura familiar estão às formas invisíveis de trabalho e a produção do que se pode chamar de “riqueza invisível”.

**PALAVRAS - CHAVE:** Invisibilidade social. Contexto Rural. Agricultura familiar. Conflitos de gerações. Poder.

### INVISIBILITY OF WHAT IS VISIBLE IN RURAL CONTEXTS

**ABSTRACT:** The aim of this work is to highlight the space that is targeted at women, young and the elderly in the context of rural territory. Therefore, it is a theoretical-empirical and exploratory research. Theoretical-empirical because it seeks to be grounded in theory to explain the researched social reality. When examining the complexity of family farming, it seems important to place it in the context of conflicting interests and dispute projects. Benefits, stimuli and discouragements are created from domains of power operated by agents that respond to the most diverse interests which need to be explained and interpreted for a fuller understanding of the processes in question. The family as a strategic rural institution is

responsible for the reproduction of rural development actors: both qualified labor, unskilled workers, migrants and seasonal workers in all regions of the country. Among the striking aspects of family farming are the invisible forms of work and the production of what can be called “invisible rich”.

**KEYWORDS:** Social invisibility. Rural contexto. Family farming. Generation conflicts. Power.

## 1 | INTRODUÇÃO

Os processos que afetam as relações de gênero, de geração e de família em contextos rurais exigem uma atenção específica que permita desvendar a vivência de uma ruralidade cada vez mais emaranhada em complexas teias de poder e de significação. A delimitação de diferentes papéis entre os membros do grupo doméstico camponês e particularmente as representações formuladoras do lugar ocupado pela mulher, na família e no casamento, eram construídas e reproduzidas socialmente a partir de referenciais culturais que legitimavam a ingerência paterna na definição desse processo decisório.

No universo dos estudos rurais ou das sociedades camponesas, a dimensão de gênero e geração pode ser identificada de forma implícita ou indireta a partir dos estudos de Chayanov (1966). Nessa ótica, a mulher era colocada e regulada pela família, uma unidade de força de trabalho e de consumo centrada no casal, e em seus eventuais agregados. Neste quadro, depois teoricamente seguido por Galeski (1972) e Tepicht (1975) a mulher camponesa nas pesquisas era percebida como limitada à esfera doméstica, responsável pelo consumo familiar, enquanto o marido/pai era definido como principal responsável pela reprodução da produção.

Segundo Stropassolas (2004), o patrimônio fundiário, a família e o sistema de valores culturais, ao reproduzirem desigualdades e hierarquias entre os gêneros e as gerações, representavam uma unidade indissolúvel no processo de reprodução social do campesinato. Pelas raízes históricas do campesinato das regiões coloniais do Sul do Brasil, reproduzidas através das gerações de agricultores familiares que se sucederam nesse território, em um processo acelerado de mobilidade social, vem à tona, a partir das representações de membros do grupo doméstico, um padrão cultural que atribui à mãe o papel de realizar a iniciação das filhas no aprendizado que culmina com a realização do casamento, cabendo ao pai a função de balizar os passos dados nessa direção.

Ser de um sexo ou de uma idade tem tantas implicações na vida cotidiana, que implicam em hierarquias e reciprocidades horizontais que são constituídas como relações de poder entre pessoas de sexos e idades diferentes. Os cenários são muitos e, como em qualquer boa peça, se transformam com o desenlace da trama, sendo permeados pelas transcrições públicas e transcrições ocultas das quais nos falamos Scott (1990) e Goffman (1959). Não há roteiro sem improvisação, e os próprios atores buscam a sua subjetividade e sua compreensão da subjetividade alheia para encontrar estratégias de preservação e de superação diante das teias de poder em que estão envolvidos.

A delimitação de diferentes papéis entre os membros do grupo doméstico camponês e particularmente as representações formuladoras do lugar ocupado pela mulher, na família e no casamento, eram construídas e reproduzidas socialmente a partir de referenciais culturais que legitimavam a ingerência paterna na definição desse processo decisório. Assim, o patrimônio fundiário, a família e o sistema de valores culturais, ao reproduzirem desigualdades e hierarquias entre os gêneros e as gerações, representavam uma unidade indissolúvel no processo de reprodução social do campesinato.

Mesmo que os estudos de gênero e geração no universo rural ainda não tenham se consolidado plenamente, algumas iniciativas contribuem para sua visibilização enquanto área específica de estudo e de empoderamento das próprias mulheres rurais. Se antes os estudos se detinham sobre o potencial produtivo desses atores, seus acervos de conhecimentos tradicionais ou incorporação de novos, hoje se discute também, por exemplo, o seu dilema entre sair ou ficar com as peculiaridades de seus projetos de migração, seu papel econômico face à renda obtida pela aposentadoria, novas modalidades de trabalho assalariado, auxílios e rendas complementares governamentais, questões de saúde, etc.

Nesse estudo especificamente, buscou-se de um lado, revelar as diferenças de percepções e impressões conforme as gerações vão surgindo, e a participação desses atores sociais responsáveis pela reprodução social, política e econômica do território e, os vários papéis desempenhados principalmente como agentes pela complementaridade do processo de produção.

## **2 | O CONTEXTO RURAL E SUAS MULTIPLICIDADES RELACIONAIS**

A unidade familiar possui a capacidade de elaborar estratégias para se adaptar às condições econômicas e sociais em vigor. No entanto, cabe enfatizar que esses rearranjos que, não raro, dialogam com a tradição - rejeitando-a ou revalorizando-a - não se limitam ao plano das relações observáveis empiricamente como também, não são frutos de uma deliberação individual ou necessariamente consciente. Em outras palavras, fatores de ordem cultural, e até mesmo subjetiva, interferem diretamente na trajetória econômica dessas unidades produtivas (FAVARETO, 2007).

Fortes (1975), citado por Almeida (1986), define a reprodução social como o processo de manter, repor e transmitir o capital social de geração em geração, sendo a família seu mecanismo central. Nesse processo, a família é governada simultaneamente por um mecanismo interno, mas também por relações com o campo externo. Wanderley (2001) considera existir entre as famílias um esforço para prover tanto as necessidades imediatas do grupo doméstico como a reprodução das próximas gerações. De acordo com o autor “a família define estratégias que visam, ao mesmo tempo, assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subsequentes”.

Hobsbawm (1984) traz à luz do debate a noção de “tradição inventada” como sendo

a união de práticas e manifestações que referenciam determinado passado histórico, vivenciado ou até estabelecido por indivíduos e que, no presente, agem conforme regras pré-estabelecidas, fazendo-nos de forma repetitiva e, algumas vezes, forçada. Giddens (2006, p. 48) rebate a afirmação de Hobsbawm e considera que, de certa forma, “todas as tradições foram inventadas”, as tradições e os costumes foram inventados por uma série de motivos e jamais houve uma sociedade totalmente tradicional. Além disso, as tradições denotam e legitimam determinado poder, sejam as tradições religiosas, por vezes impostas pelos padres, ou as tradições cívicas, elaboradas pelo governo, e muitas outras (GIDDENS, 2006).

Cada pessoa é única, de maneira que negar tal individualidade significa empobrecer o patrimônio humano. No mesmo sentido, torna-se fútil empreender a batalha de adoções de quadros interpretativos que remetem à preferência por uma ou outra definição de “poder” para entender as buscas de equidade que dissimulam o reconhecimento das diferenças em “contextos rurais”. Além disso, essa individualidade tem um caráter relacional, na medida em que os seres humanos só podem viver em sociedade: o individualismo é irreal e somente pode ser concebido tornando invisível a dependência humana, embora se deem em certo contexto social, com características ambientais e sociais específicas, no qual as pessoas se relacionam e interagem por meio de hábitos e normas estabelecidos.

O que Elias (1989, 1994) aponta como as configurações históricas em que os grupos geracionais operam permitem uma flexibilidade na compreensão de noções de tempo, de conflitos e de continuidade que complexifica a compreensão das relações entre jovens, adultos e idosos. Assim, sem fechar os olhos às implicações hierarquizantes entre pessoas de diferentes idades nascidas em épocas diferentes, as interpretações de significação têm uma contundência contrastiva mais limitada que as de gênero. Simplificando, as mudanças dos tempos históricos desempenham um papel chave na produção e reprodução de especificidades nas maneiras nas quais as culturas geracionais associam os jovens a transformações e inovações, os adultos a responsabilidades e articulações estratégicas, e os idosos à preservação de tradições e memória.

SOUZA (2015), em sua pesquisa com a juventude rural catarinense enfatiza que as pessoas identificam-se com a área onde moram desde criança, através da interiorização das práticas, dos conhecimentos e dos valores que ele recebe, o indivíduo torna-se uma pessoa, com uma identidade pessoal e social. Neste contexto, 67% dos jovens participantes da pesquisa (tabela 1) concordam com a afirmação anterior e ressaltam que “*o que nos é ensinado em casa é levado para a vida toda*”. É essa experiência de vida cotidiana, cheia de afetos, emoções, responsabilidades, lazer, elementos difíceis de classificar em separado, que as pessoas vão se formando, se concretizando em um ser social, com suas individualidades e experiências vivenciadas. Assim sendo, a identidade sempre implica na construção da diferença. Se auto identificar significa classificar o “outro” como diferente de si. Assim, a identidade só existe na relação com a diferença.

Alternativas	Total	Total de respostas (%)
Concordo	90	67%
Não concordo	4	3%
Nem concordo e nem discordo	15	11%
Concordo parcialmente	25	19%

Tabela 1: Tradições culturais - As pessoas identificam-se com a área onde moram desde criança. Através da interiorização das práticas, dos conhecimentos e dos valores que ele recebe, o indivíduo torna-se uma pessoa com identidade pessoal e social. Você concorda com esta afirmação?

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2015.

Com base nessas considerações, podemos refletir a respeito. Cada abordagem traz novas luzes sobre estratégias de dominação, sobre resistências, sobre astúcias, sobre complementaridades, sobre conflitos e é na articulação entre todos esses (e outros) meios de lidar com o poder que conseguimos enxergar para estudo as configurações particulares que se montam, semi arbitrariamente. As hierarquias sugeridas nas categorias de gênero e geração estão em constante jogo nas redefinições, nas relações de poder entre homens e mulheres, ou entre mais velhos e mais novos, sejam estas relações construídas em referência à família (em todas as suas acepções), à comunidade, à articulação entre espaços diversos de convivência, ou às adesões institucionais que agenciam o pertencimento a uma ou outra destas categorias.

O questionamento de ideias e de práticas que contribuem para a reconfiguração das hierarquias revela que os caminhos para a equidade são recheados de percalços. Ao mesmo tempo, o ato de revelar como estas ideias e práticas operam na transformação ou releitura pode minar o poder hierarquizante das concepções e relações em jogo, bem como revelar como tais tentativas estão abafadas por contra-correntes reforçadoras das hierarquizações. Giddens (2006) argumenta que: É um mito pensar que as tradições são impermeáveis à mudança. As tradições evoluem com a passagem lenta do tempo, mas também podem ser transformadas ou alteradas de maneira bastante rápida. Se assim posso dizer, são inventadas e reinventadas (GIDDENS, 2006, p. 48). Desta maneira, a sociedade vem se reproduzindo. Através da interiorização das práticas, dos conhecimentos e dos valores que ele recebe, o indivíduo torna-se uma pessoa, com uma identidade pessoal e social. Os valores e princípios que são partilhados por um grupo são às vezes suficientes para orientar as ações humanas e levar diretamente aos resultados almejados.

Para Woortmann e Woortmann (1997), é a lógica do *saber fazer* camponês, que, por sua vez, pode revelar um modelo integrado de apreensão do mundo e das coisas. As ações dos camponeses se orientam a partir desse *saber fazer* e na possibilidade de sua continuidade. Terra, trabalho e família são categorias indissociáveis no campesinato, carregadas de valor simbólico. Woortmann (1990) evidencia essa dimensão simbólica ao salientar que a terra para o camponês não é somente um objeto de trabalho, mas a

expressão de uma moralidade. Desse modo, a terra não é considerada uma mercadoria, mas patrimônio, tanto material, como imaterial, da família.

## 2.1 Gênero, Sexualidade e Tradição

Segundo Wolf (1976), as comunidades complexas, caracterizam-se por uma forte relação afetiva, e uma não abertura de suas relações com os que estão “fora” de sua composição. A reputação de um homem acaba por recair sobre a sua família como um todo, por ser esta uma instituição que envolve o homem como um “todo”. A quantidade de virtude dos outros membros fica balizada numa falha de virtude que um membro da família venha a cometer, e não o bastante o comportamento passado de membros da família tem muito peso na avaliação presente e futura desta família. O respeito é uma categoria bastante significativa para o homem no meio rural, ser homem de respeito é também ser um homem capaz de não se envolver em confusão, e não ser alvo de chacota perante a comunidade. Tais chacotas indicariam uma sexualidade desviante, ou a falta de um comedimento no consumo da bebida. Na pesquisa com a juventude rural catarinense SOUZA (2015), na tabela 2 sinaliza a valoração desta questão por parte dos entrevistados, onde tem-se que:

Critérios	Total	Total de participantes (%)
Ser capaz de não se envolver em confusão	67	47%
Não ser alvo de chacota perante a comunidade	23	16%
Não trocar de namoradas constantemente	36	26%
Participar de atividades comunitárias	43	31%
Ser trabalhador	102	73%
Honrar seus compromissos	122	87%

Tabela 2: Ser homem de respeito na sua visão é:

Fonte: Elaborada pelo próprio autor, 2015. Total de participantes = 140.

Scott e Cordeiro (2006) apontam que na construção e na vivência das masculinidades e das feminilidades, destaca-se o significado das inserções de classe, raça, etnia, geração, opção sexual, entre outras, capazes de configurar contornos específicos às vivências e seus sentidos considerando as especificidades dos distintos contextos (CONNEL, 1997; KIMMEL, 1997, 1998; OLIVEIRA, 1998, 2000; ALMEIDA, 2001). Neste sentido, ser homem no meio rural requer características específicas, características estas presentes no discurso do cotidiano sejam no espaço da casa (privado), quanto do roçado (público), onde estes espaços são definidores de variantes masculinos e femininos socialmente concebidos por indivíduos de comunidades rurais.

Como assinala a literatura: “a iniciação sexual, a forma de perceber sentidos diferenciados por gênero na virgindade, é condicionada pela construção da masculinidade, o que se ampara por rituais de socialização, como a pressão exercida pelos pares”

(ABRAMOVAY et al., 2004). Entre as mulheres o grupo de pares atua de outra forma, já que compartilhar e discutir as mesmas experiências seria um fator de identificação com/ no grupo da(s) pares. Mas, conforme Heilborn et al. (2002), “as adolescentes encontram-se submetidas a pressões contraditórias no que concerne ao exercício da sexualidade: enquanto a família tenta contê-lo, o grupo de pares (e os parceiros) o estimula”. Neste sentido, Abramovay et al. (2004) destaca que na “iniciação sexual das moças, as interpretações se dão por lógica diferenciada àquela atribuída aos jovens. A ausência de experiência sexual é vista como uma estratégia de seleção para relacionamentos que estabelecem o sexual com o afetivo, em um plano de relação estável, do tipo matrimonial”.

Na pesquisa com a juventude rural catarinense, SOUZA (2015), na tabela 3, apresenta algumas considerações a respeito deste tema por parte dos jovens participantes da pesquisa, sendo que na opinião das mulheres existe um consenso de que “*deveria existir igualdade de liberdade afetiva sexual entre os gêneros.*”

Opiniões dos homens	Opiniões das Mulheres
Meus pais preferem esse tipo de pessoa, mas na visão dos mais jovens isso não é algo que influencia.	Não acredito que só o não liberal seja propícias para o casamento.
O resguardo não a torna melhor que as outras.	Não porque aproveito a vida o máximo que der.
Elas foram criadas baseadas no respeito, no amor de verdade, e indica que está mais aberta a aceitar relação fixa.	Não é porque a mulher é mais liberal que não pode casar.
Tende a ser mais contida, passa mais segurança, mas tem quem mude de estampa com o compromisso.	Vejo esta situação como o homem fazendo tudo e a mulher sendo julgada pelas suas atitudes.
Depende, pois se essa mulher não tiver caráter, pode ser pior que uma mulher liberal.	Poderia existir a igualdade da liberdade do menino e da menina

Tabela 3: As mulheres que preferem resguardar-se no namoro, não sendo tão liberais, são ideais para assumir-se compromisso?

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2015.

Souza (2015) apud Stropassolas (2004), a delimitação de diferentes papéis entre os membros do grupo doméstico camponês e particularmente as representações formuladoras do lugar ocupado pela mulher, na família e no casamento, eram construídas e reproduzidas socialmente a partir de referenciais culturais que legitimavam a ingerência paterna na definição desse processo decisório. Ao questionar a sua condição social no espaço rural, as mulheres podem elaborar estratégias para sair ou para tentar mudar, ou mesmo para se conformar, seja repensando o casamento e seus valores, seja formulando estratégias vinculadas ao estudo e à migração para a cidade.

De maneira geral, os jovens constatarem e projetam um retardamento dos casamentos na medida em que se sucedem as gerações na agricultura familiar, fato que se explica

por sua busca de ampliação das experiências afetivas, particularmente no campo da sexualidade, ainda que os controles interpessoais permaneçam. Assim, as mudanças sociais e econômicas em curso no espaço rural, o questionamento dos padrões matrimoniais na agricultura familiar e a troca de informações e experiências com os jovens que passam a residir na cidade introduzem novas representações, conceitos e expectativas no horizonte dos jovens, colocando para muitos deles, em primeiro plano, a vontade (e, para muitos, a necessidade) de realizar projetos de vida na cidade e o desejo de experimentar diferentes possibilidades nos relacionamentos afetivos, ficando para depois a concretização de outras dimensões que integram a sua vida pessoal, particularmente o casamento e a família (STROPASSOLAS, 2004).

Na tabela 4 estão apresentadas as opiniões dos participantes da pesquisa a respeito da pergunta: *No seu entendimento, o matrimônio é a melhor alternativa para as moças, que querem permanecer no espaço rural?* Da totalidade de participantes, 71% afirmam que não e justificam com as colocações de que: estar casada pouco importa visando a permanência no espaço rural; não há a necessidade de estar casada, para poder lidar com o meio rural, basta apenas querer e, não se preocupar com os esforços realizados; podem permanecer por outras formas, assim como estudar na área e se especializar ou algo do tipo; não é necessário ter um homem do lado para continuar os negócios da família; moça ficar na roça pode permanecer sem namorado; as mulheres são independentes e isso deve ser difundido no meio rural; e não precisam depender do matrimônio para serem independentes.

Opções	Total	Total de participantes (%)*
Sim	38	27,1%
Não	99	71,0%

Tabela 4: O matrimônio é a melhor alternativa para as moças permanecerem no espaço rural?

Fonte: Elaboração do próprio autor, 2015. \*Total de 140 participantes,

## 2.2 Tradições Culturais e o Gênero

As mulheres sempre desempenharam um papel fundamental no processo de desenvolvimento sociocultural e econômico do território rural. Sua importância não se limita a participação nas atividades agrícolas ou não agrícolas, está intimamente ligada aos costumes, tradições e valores (CARNEIRO, 2001). São as mulheres as detentoras de muitas das facetas do patrimônio cultural do território rural, do artesanato e culinária, às cantigas, brincadeiras e festas tradicionais, das ervas medicinais às credences e superstições. Quando falamos da paisagem rural, é preciso destacar que está se encontra carregada de bens materiais e imateriais, resultantes de momentos históricos distintos, que

são transmitidos através de gerações e podem ser considerado patrimônio, tanto por sua antiguidade quanto pelo reconhecimento do valor excepcional e singular que possui para a sociedade local e porque não, global o que justificaria a sua preservação enquanto um representante cultural.

O valor atribuído aos signos presentes no rural advém da ideia de que esses bens são diferenciados dos demais e devem receber uma proteção específica. Todos são ícones que simbolizam e identificam diferentes culturas, desde objetos de uso pessoal até as tradições e rituais reproduzidos cotidianamente, elementos que reúnem a memória e a paisagem social do lugar (PANIS, 2008). Isto significa, da mesma forma, que as pessoas do lugar se identificam com este “conjunto de bens”, de maneira que estes representam e reforçam a identidade da sociedade local e um sentimento de pertencimento ao lugar. Além disso, este patrimônio cultural é carregado de valor simbólico, levando as pessoas a identificarem nele aspectos da cultura e, por isso, valor singular. Portanto, preservar atributos da paisagem significa proteger o legado cultural de certa comunidade para as gerações futuras.

A transferência de conhecimentos, saberes, tradições e hábitos, proporciona o conhecimento da história local de um povo. Os dados apresentados na tabela 5, resultantes da pesquisa com a juventude rural catarinense, demonstram a importância das mulheres e da comunidade na transmissão destes conhecimentos e saberes a novas gerações. Destaca-se, porém, que em algumas atividades como transferência de conhecimentos relativos à natureza e tradições familiares específicas apresenta-se uma parceria na responsabilidade entre homens e mulheres na difusão dos conhecimentos.

Atividades	Mulheres	Homens	Escola	Comunidade	Ninguém
Danças e cantigas folclóricas	29	11	58	40	35
Comidas tradicionais	99	20	8	37	11
Tradições religiosas	59	34	12	87	7
Artesanato local	30	6	19	62	43
Aspectos relativos à natureza	30	38	57	56	18
Aspectos relativos à atividade familiar	76	65	17	29	17
Lendas e superstições	25	30	44	44	38
Costumes e tradições familiares	88	74	9	30	15

Tabela 5: Responsabilidade pela transmissão de saberes.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2015.

Como evidencia Brumer (2007) em seu trabalho, ainda é muito presente a condição da subalternidade da mulher nas relações familiares, a desvalorização das atividades que desempenham (...) a desvalorização do trabalho doméstico, entre outros aspectos. Além de a mulher agricultora ser a responsável pela manutenção da paisagem rural há ainda outro importante aspecto em questão: a manutenção da paisagem rural como patrimônio

cultural rural engloba também elementos como a manutenção da identidade, o que nos leva à manutenção do tecido social e do próprio território.

Kergoat (2003) afirma que na divisão social que se desenvolve nas unidades familiares de produção, o que existe é uma divisão fundamentada em dois princípios: o princípio da separação – existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres – e o princípio da hierarquização – o trabalho dos homens vale mais que o trabalho das mulheres -, ambos reproduzidos através de um processo de legitimação que se dá pelas relações que desenvolvem entre os membros da família, como também há tarefas realizadas quase que exclusivamente pelas mulheres, como a manutenção do jardim, por exemplo, presume-se, portanto, que se não forem elas a realizá-las, estes serão abandonados.

Em muitas propriedades rurais, pouco ou nenhum desses elementos ainda é encontrado, pois os agricultores se veem diante da opção de diluir as atividades domésticas em diferentes horas do dia ou nos finais de semana, ou ainda eliminar algumas delas, pois não há condições de conseguir conciliar tantas responsabilidades. Com isso, o mais costumeiro é o abandono da horta, do jardim, do pomar, a criação de vacas de leite, de galinhas, dos porcos. Os produtos antes gerados na propriedade são adquiridos nos supermercados do centro urbano. Com este abandono por parte dos agricultores familiares destas atividades, a manutenção da paisagem rural, pelo menos aquela idílica de nosso imaginário, pode estar ameaçada. É comum as propriedades agora serem compostas de apenas da casa e da área para a produção agrícola voltada para a comercialização(SOUZA,2015)

De acordo com Carneiro (1998) e Silva (1999), a realidade do espaço rural passa por constantes transformações por ser marcada, principalmente, pela redefinição dos papéis exercidos por membros das unidades familiares, e também por alterações em aspectos sociais, culturais e dos processos de organização e inserção de novas atividades não predominantemente agrícolas. As interações de atividades no espaço rural acarretam uma nova dinâmica familiar intergeracional de sucessão das atividades e novos papéis exercidos na família, com o envolvimento ou não dos membros dentro do ciclo de vida familiar.

No entanto, no que diz respeito à situação encontrada, concorda-se com Brumer (2007) em que os papéis desempenhados por homens e mulheres na agricultura familiar podem ter vínculos entre um e outro: os dos homens são mais direcionados ao caráter produtivo externo e as das mulheres são desempenhados mais no interno da unidade familiar agrícola. Dessa forma, o homem ainda é cometido de obrigações públicas e de rentabilidade da família, funções exercidas de modo externo, ao passo que as atividades desempenhadas pelas mulheres, associam-se à reprodução (esfera interna e privada), bem como aos cuidados com os indivíduos (MARTINS, 2013).

SOUZA (2015), em sua pesquisa corrobora com esta afirmação ao destacar que 80% dos participantes informam que a gestão da propriedade está nas mãos do pai, quanto a participação em reuniões fora da propriedade, 75% é o homem quem participa e, quanto

às atividades domésticas 95% declaram que está sob a responsabilidade das mães, quanto à participação em reuniões escolares 83% é a mãe quem participa e quanto a aquisição de produtos para o lar 92% é de responsabilidade da mãe, em contrapartida quando se trata de aquisição e venda de produtos agropecuários, 68% informam que o pai é o responsável. Nota-se, sobretudo, ainda de acordo com a pesquisa, que a participação feminina aos poucos ganha espaços em atividades fora da propriedade, seja com a presença e participação das mães ou das filhas, isto reforça as mudanças que vem ocorrendo no meio rural, fazendo com que as famílias compartilhem e socializassem as atividades cada vez mais entre seus membros.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tradicional divisão sexual do trabalho se traduz no papel diferenciado de mulheres e homens no complexo processo de desenvolvimento da vida cotidiana. Significa também aceitar que as relações são dinâmicas e mutantes e que, portanto, podem variar, ao longo da vida, o tipo de lar escolhido por cada pessoa, os diferentes graus de dependência ou as atividades a desenvolver. Além disso, desde o nascimento, as mulheres e os homens são socializados de forma diferente, experimentam diferentes processos biológicos e diferentes relações com a família, às amizades e as instituições sociais. Isso determina, de um lado, diferentes valores e atitudes e, de outro, diferentes recursos e oportunidades, dependendo do sexo. A ordem social tradicional atribui aos homens um papel central no âmbito do trabalho e do que é público e, às mulheres, um papel protagonista no âmbito familiar e privado. Além disso, ter uma fonte de rendimentos própria proporciona independência econômica e poder na unidade familiar (CARRASCO, 2012).

De certa forma, com a mobilidade da população e a ampliação da interconectividade de espaços regionais e espaços rurais e urbanos é possível perceber que os saberes e práticas locais em torno de gênero e de geração se tornam indelevelmente misturados.

### REFERÊNCIAS

ABRAOVAY, M.; CASTRO, M.G.; SIVA, L.B. da. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

BRUMER, A. et al. **Como será o campo amanhã? A situação dos jovens rurais do Oeste Catarinense numa perspectiva de gênero**. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007, 42 p.

CARNEIRO, M.J. **Herança e identidade de gênero entre agricultores familiares**. In: Revista de Estudos Feministas. v.9, n.1, Florianópolis, 2001.

CARNEIRO, M. J. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 21, 1998, Vitória. **Herança: dimensões do código consuetudinário de camponeses teuto brasileiros**. Vitória: ABA, 1998.

CARRASCO, C. **Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres**. São Paulo: SOF Sempre viva Organização Feminista, 2012. 160p.

ELIAS, N. **Sobre el tiempo**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1989.

\_\_\_\_\_. **O processo civilizador - uma história dos costumes**. v.2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.

FORTES, Meyer. **O Ciclo de Desenvolvimento do Grupo Doméstico**. In: Série Textos de Aula. Antropologia 6. Universidade de Brasília. 1974.

GALESKI B. **Basic concepts of rural sociology**. Manchester: Manchester University Press, 1972.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005. Capítulo: Gênero e sexualidade. 101-127p.

\_\_\_\_\_. **O mundo na era da globalização**. Lisboa: Presença, 2006.

GOFFMAN, E. 1959. **The Presentation of Self in Everyday Life**. New York: Doubleday.

HEILBORN, M.L. **Fronteiras simbólicas: gênero, corpo e sexualidade**. Cadernos Cepia nº 5, Gráfica JB, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, p. 73-92 (apoio Fundação Ford e UNIFEM).

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Págs. 9-23.

KERGOAT, D. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. Dictionnaire critique Du féminisme. Helena Hirata, et al (Orgs). Ed. Presses Universitaires de France. Paris, novembro de 200. Tradução de Miriam Nobre em agosto de 2003.

MARTINS, M.R. **Projeto de Vida dos Jovens Rurais: o caso do roteiro agroturístico “Acolhida na Colônia” em Santa Rosa de Lima-SC**. Dissertação de Mestrado -UFRGS, 2013.

PANIS, M.; OLIVEIRA, M. **Paisagem e arquitetura rural: o caso da região Pelotense/RS**. Labor & Engenho: planejamento, patrimônio e paisagem. Unicamp: Campinas, v.1 n. 2, p.2-16, 2008.

STROPASSOLAS, V.L. **O valor (do) casamento na agricultura familiar**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.12, n.1, p.253-267, jan./abr. 2004.

WOLF, E. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

\_\_\_\_\_. SCOTT, P. **Ruralidade e mulheres responsáveis por domicílios no Norte e no Nordeste**. In: CORDEIRO, R. e SCOTT, P. Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste. In: Revista de Estudos Feministas. v.15, P.425-436, 2007.

SOUZA, L. Dissertação de Mestrado. **Os Caminhos dos Jovens Rurais sob o olhar dos alunos Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal Catarinense**. FURB- 2015.

TEPPICH, J. **Marxisme et agriculture**. Paris: Armand Colin, 1975.

WANDERLEY, M.N. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO, I.C. (Org.) Agricultura familiar: realidade e perspectivas. 3.ed.Passo Fundo: Editora da UPF, 2001. p. 21-55.

WOORTMAN, E.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora da UnB, 1997.

WOORTMANN, K. **“Com parente não se negueia”**: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, n 87, p 11-73, 1990.

## PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO PARA UM PRODUTO DA LINHA DE MUDAS DE FLORES

Data de aceite: 01/06/2021

Data de submissão: 11/03/2021

### **Ana Carolina Althaus Bittencourt**

Centro Universitário IDEAU  
Getúlio Vargas - RS

### **Elian Mokfa Braciak**

Centro Universitário IDEAU  
Getúlio Vargas - RS

### **Bruna de Picoli**

Centro Universitário IDEAU  
Getúlio Vargas - RS

### **Rafaela Morgan**

Centro Universitário IDEAU  
Getúlio Vargas - RS

### **Luciane Fátima Nardi**

Centro Universitário IDEAU  
Getúlio Vargas - RS

### **Alaércio de Paris**

Centro Universitário IDEAU  
Getúlio Vargas - RS

### **Olivan Borges Greiner**

Centro Universitário IDEAU  
Getúlio Vargas - RS

### **Luciana Maria Bernstein Pavan**

Centro Universitário IDEAU  
Getúlio Vargas - RS

### **Rosângela Marcia Weippert**

Centro Universitário IDEAU  
Getúlio Vargas - RS

**RESUMO:** O presente artigo acadêmico baseou-se sob um principal objetivo, a elaboração de um plano orçamentário de um produto ou serviço, produzido ou prestado por uma empresa. A empresa escolhida pelos integrantes do grupo foi um viveiro de mudas situado no município de Estação/RS que atua no ramo de hortifrutigranjeiros, e o produto escolhido dentro das inúmeras opções foi a muda de flor Viola Penny (Mini Amor Perfeito). Buscou-se dar ênfase para a análise de custos, tributos, fluxo de caixa e os processos de tomada de decisão que fazem parte da produção do item em questão. Para a execução do trabalho os métodos utilizados foram pesquisa bibliográfica e reuniões com os gerentes da empresa que tiveram que ser adaptadas em virtude da pandemia mundial que surgiu no período de elaboração do projeto.

**PALAVRAS - CHAVE:** Plano Orçamentário, Planejamento, Produto, Custos.

### **BUDGET PLANNING FOR A PRODUCT FROM THE FLOWER SEEDLING LINE**

**ABSTRACT:** This academic paper was based on a main objective, the elaboration of a budget plan for a product or service, produced or provided by a company. The company chosen by the members of the group was a seedling nursery located in the municipality of Estação / RS that operates in the horticultural sector, and the product chosen from among the numerous options was the Viola Penny flower seedling (little pansy). We sought to emphasize the analysis of costs, taxes, cash flow and the decision-making processes that are part of the production of the item in question. For

the execution of the work, the methods used were bibliographic research and meetings with the company's managers, which had to be adapted due to the world pandemic that emerged during the project's elaboration period.

**KEYWORDS:** Budget Plan, Planning, Product, Costs.

## 1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Quando se está iniciando no mundo dos negócios, com um novo empreendimento, há vários ângulos que devem ser estudados, analisados e planejados e o lado monetário é um deles. A realização de um planejamento orçamentário auxilia o gestor nas tomadas iniciais de decisões, que mostrarão se a empresa terá bons ou maus resultados antes mesmo de estar em andamento.

O planejamento orçamentário é como a contabilidade em si, porém de trás para frente. A Contabilidade dispõe os dados das compras, vendas, entradas e saídas depois de ocorridas, já o planejamento orçamentário trabalha com estatísticas e previsões, levando em consideração todos os custos e despesas envolvidos na produção, manutenção, atuação, divulgação e vendas por exemplo.

O presente artigo foi realizado baseado em análises de custos e despesas de um produto ou serviço produzido ou prestado por uma empresa. Os responsáveis por tal projeto optaram por analisar uma empresa local e que está em evidente crescimento no seu mercado atuante. É um viveiro de mudas, cujos principais produtos são mudas de hortaliças e flores, além de trabalhar também com revenda de mudas de plantas ornamentais e mudas de árvores frutíferas.

Dentro de toda a linha de produção da empresa, o grupo optou por trabalhar com a linha de flores, mais especificamente com a flor Viola Penny, conhecida como mini amor perfeito. Sob tal escolha, o grupo iniciou uma conexão com o viveiro para, primeiramente conhecer o local e conversar com os gerentes da empresa e posteriormente entender o processo de produção do item.

O objetivo principal deste artigo é a elaboração de um plano orçamentário, no presente caso, de um produto, levando como prioridade as análises de custos, tributos, fluxo de caixa e tomadas de decisão que circundam tal produção.

## 2 | DESENVOLVIMENTO

Nesta seção busca-se a fundamentação teórica sobre os assuntos que serão detalhados no referencial teórico, a metodologia empregada e os resultados encontrados.

### 2.1 Referencial Teórico

#### 2.1.1 *Contabilidade de Custos II*

A ciência da contabilidade de custos está enquadrada na contabilidade gerencial e

para Crepaldi (2004), pode-se dizer que a contabilidade de custos é uma técnica utilizada para identificar, mensurar e informar os custos dos produtos e/ou serviços. Sua principal função é gerar informações precisas e rápidas para a parte administrativa para que assim possa-se tomar as decisões referentes.

Além disso, outra análise de extrema importância para a tomada de decisões dentro de uma empresa é o ponto de equilíbrio, ou seja, o saldo monetário necessário para cobrir os gastos com algum produto ou serviço por completo, sem a geração de lucro ou prejuízo. Pode-se dizer então que o ponto de equilíbrio de uma empresa nada mais é do que uma segurança que permite a visão da necessidade de vendas para poder igualar os custos de saída.

A respeito do ponto de equilíbrio, é possível citar suas divisões: ponto de equilíbrio contábil, financeiro e econômico. O ponto de equilíbrio contábil é a maneira mais simples utilizada, como citada anteriormente, nele são divididos os valores correspondentes aos custos e despesas fixas de saída pela margem de vendas, gerando o valor necessário para igualar os gastos.

O ponto de equilíbrio financeiro possui o mesmo princípio do contábil, apenas com a exclusão da depreciação dos ativos e das demais despesas que não são desembolsáveis. E também há o ponto de equilíbrio econômico onde há um acréscimo na equação do custo de oportunidade, no caso, são adicionadas as despesas fixas.

Mantendo-se no assunto de PE (Ponto de Equilíbrio), temos a Margem de Contribuição, que pode ser unitária ou geral, quando envolve toda uma linha de produção por exemplo. Essa margem nada mais é do que a sobra das receitas que serão direcionadas para quitação dos custos fixos da produção e finalmente deduzir o lucro obtido com tal produto.

Ainda sobre este mesmo enfoque Martins (1990) diz que o conhecimento dos custos é vital para saber um determinado preço, se o produto é rentável ou não e se é possível reduzi-los. Antes de impor um preço final sobre o produto de uma empresa, deve-se haver a mensuração de seus custos e despesas, a adição de um percentual de lucro e então chega-se ao valor final.

### *2.1.2 Contabilidade e Planejamento Tributário*

Contabilidade Tributária é o nome dado a um conjunto de ações que visa apurar a geração de tributos de uma entidade por meio de cálculos diversos baseados na situação patrimonial da organização.

De acordo com Silva (2013), o sistema tributário nacional, encontrado descrito na CF/1988, nos arts. 145 à 156, permite aos entes federativos instituírem tributos como:

Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I – impostos;

II – taxas, em razão do exercício do poder de política ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

III – contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas. (Brasil, 1988).

O profissional da área de Contabilidade Tributária tem diversas tarefas a serem realizadas, embora todas vinculadas a matéria de contabilidade tributária. As principais funções do contador tributário são:

- Analisar atividades e operações das empresas com o objetivo de identificar tributos devidos pelas mesmas;
- Identificar e entender as legislações aplicáveis a cada caso e necessidade das empresas;
- Orientar e acessar internamente os departamentos que cumprem quaisquer obrigações tributárias da empresa;
- Estabelecer rotinas de apuração e cumprimento das obrigações tributárias estruturando o departamento e dividindo tarefas;
- Por meio do desenvolvimento de planejamento tributário, encontrar formas lícitas para reduzir ônus tributário;
- Executar o trabalho de requerimentos administrativos, consultas, impugnações e quaisquer outra medida administrativa fazendo a representação do contribuinte junto aos órgãos fiscais.

### *2.1.3 Contabilidade Gerencial*

A contabilidade gerencial tem por finalidade principal fornecer informações aos administradores. Informações essas, que serão levadas em consideração no processo de tomada de decisões.

Segundo Crepaldi (2007), é preciso que os contadores gerenciais se desafiem a buscar informações além dos dados usualmente fornecidos, para que os gestores tenham uma visão mais ampla da situação do negócio e consigam tomar decisões a curto e longo prazo de maneira mais assertiva.

O objetivo central da Contabilidade Gerencial juntamente com a contabilidade financeira é a maximização dos lucros. Apesar de ambas terem a mesma finalidade elas contam com algumas diferenças, que é o que faz com que uma complemente a outra.

A contabilidade financeira tem seus relatórios voltados para as necessidades dos usuários internos e externos (nesse caso pode-se citar como exemplo os acionistas da

empresa e credores), a base usada para quantificar os dados é a moeda corrente, as informações fornecidas devem ser objetivas e verticais. Enquanto a Contabilidade Gerencial tem o enfoque apenas para usuários internos, a mesma leva em consideração várias bases de mensuração e não precisa ser tão precisa como a contabilidade financeira (PADOVEZE, 2007).

A contabilidade de custos está diretamente ligada com a contabilidade gerencial, pois a partir dessa o gestor consegue tomar inúmeras decisões que farão diferença no faturamento da empresa. Crepaldi (2007) afirma que a tomada de decisão dos administradores deve levar em conta produtos, processos, serviços e clientes, ou seja, é necessário interligar todos os setores da empresa e analisá-los no geral.

De forma geral a contabilidade por si só já é um grande gerenciamento de informações e através de Crepaldi (2007) e Padoveze (2007), afirma-se que a Contabilidade Gerencial nada mais é do que uma busca um pouco mais a fundo de informações que serão utilizadas para agregar um resultado positivo na organização.

### *2.1.4 Gestão Financeira e Orçamento Empresarial II*

Segundo Hoji (2010) as empresas têm como objetivo econômico a maximização de seu valor de mercado, pois dessa forma estará sendo aumentada a riqueza de seus proprietários. Do ponto de vista dos acionistas, uma empresa pode ser visualizada como um sistema que gera lucro e aumenta os recursos nela investidos, sendo denominada como um sistema aberto e dinâmico, representada por seus administradores e empregados em geral, que interagem com os agentes econômicos do ambiente que a nesta está inserida, gerando os resultados econômicos e financeiros, além de remunerar os acionistas pelo investimento realizado.

Gitman (1997) menciona que o planejamento financeiro é um dos aspectos importantes para funcionamento e sustentação de uma empresa, pois fornece roteiros para dirigir, coordenar e controlar suas ações na consecução de seus objetivos. Dois aspectos-chave do planejamento financeiro são o planejamento de caixa e de lucros.

Para Ching (2006), fazer um orçamento empresarial é de extrema importância para a manutenção de uma empresa, assim os gestores podem estabelecer metas e projetar estratégias para alavancar a maximização de seus lucros, no qual o orçamento não é simplesmente uma limitação de gastos como muitos entendem. Orçamento pode ser explicado como um controle das receitas em relação as despesas, ou seja, projeta-se quanto dinheiro irá entrar em relação a quanto capital precisa sair para cobrir os gastos.

### *2.1.5 Fluxo de caixa*

Consiste em um esquema que representa as entradas e saídas de caixa ao longo do tempo, no qual deve existir pelo menos uma saída e pelo menos uma entrada. Em uma

operação financeira ocorrem entradas e saídas de dinheiro (HOJI, 2010).

Para Zdanomicz (1998) as empresas que elaboram o fluxo de caixa baseado em seu planejamento saberão antecipadamente da existência de escassez ou excesso de caixa podendo tomar a atitude corretiva necessária. As dificuldades enfrentadas pelas empresas que aliam planejamento e fluxo de caixa são menores que aquelas que não se utilizam destas ferramentas.

Ainda assim é possível realizar uma análise mais crítica quanto a tomada de decisões de uma gestão as quais são embasadas em dados e informações, visando um objetivo e meta já preestabelecidos. Para isso é necessária uma eficaz e eficiente administração dos recursos financeiros.

### *2.1.6 Organização e Constituição de Empresas*

Segundo Negrão (2007), a constituição de uma empresa obriga que seus atos constitutivos sejam registrados no Registro do Comércio ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Quando dois ou mais empresários constituem uma empresa, a mesma se denomina “sociedade” e no momento que somente um empresário a constitui, denomina-se “empresa individual”.

De acordo com Martins (1993), celebra-se contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados. A atividade pode restringir-se à realização de um ou mais negócios determinados.

Para Negrão (2007), a sociedade constitui-se mediante contrato escrito, particular ou público, que, além de cláusulas estipuladas pelas partes, mencionará:

I - nome, nacionalidade, estado civil, profissão e residência dos sócios, se pessoas naturais, e a firma ou a denominação, nacionalidade e sede dos sócios, se jurídicas;

II - denominação, objeto, sede e prazo da sociedade;

III - capital da sociedade, expresso em moeda corrente, podendo compreender qualquer espécie de bens, suscetíveis de avaliação pecuniária;

IV - a quota de cada sócio no capital social, e o modo de realizá-la;

V - as prestações a que se obriga o sócio, cuja contribuição consista em serviços;

VI - as pessoas naturais incumbidas da administração da sociedade, e seus poderes e atribuições;

VII - a participação de cada sócio nos lucros e nas perdas;

VIII - se os sócios respondem, ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais.

Como afirma Coelho (2008), o empresário e seus colaboradores dirigentes, funcionários, operários, não são de fato, simplesmente uma pluralidade de pessoas ligadas entre si por uma soma de relações individuais de trabalho com fim individual, mas formam

um núcleo social organizado com fins de obtenção do resultado econômico na produção. Em face desses três aspectos, resumindo graficamente obtém-se o tripé empresarial, como observado na imagem 1.



Imagem 1: Tripé empresarial  
Fonte: Autores da pesquisa, 2020

### 3 I METODOLOGIA

O presente artigo teve como objetivo principal a elaboração de um plano orçamentário de um produto ou serviço, produzido ou prestado por uma empresa da escolha dos envolvidos. Neste caso, o produto escolhido foi: muda de Viola Penny (Mini Amor Perfeito) produzida por um viveiro atuante na região. Tal produto pode ser observado nas imagens 2 e 3.



Imagem 2: Estoque de Viola Penny  
Fonte: Autores da pesquisa, 2020



Figura 3: Bandeja com 15 unidades de Viola Penny

Fonte: Autores da pesquisa, 2020

Depois de escolhido o produto foco deste artigo, iniciou-se a elaboração da parte estrutural descritiva do mesmo. O método utilizado para o desenvolvimento baseou-se em pesquisa bibliográfica e descritiva, que teve seus dados analisados de forma qualitativa e quantitativa. Durante a execução do artigo, os métodos utilizados se dividiram entre pesquisa bibliográfica e reuniões com os administradores da empresa, para alinhar melhor todas e quaisquer dúvidas vindas tanto dos autores, quanto dos próprios gestores da empresa focada. As demais informações necessárias foram obtidas através da troca de e-mails.

Com todos os dados e conhecimentos necessário obtidos, tornou-se possível a realização do objetivo principal deste artigo, citado inicialmente. Os resultados obtidos com a análise de tais informações, se encontram na próxima etapa.

#### **4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nessa fase apresentam-se os resultados obtidos relacionados ao tema e objetivos deste artigo. A partir das informações avaliou-se os dados relativos ao custo do produto, sejam diretos ou indiretos, despesas da produção e manutenção de equipamentos, veículos, máquinas e demais insumos físicos necessários para a produção, além é claro da mão de obra investida.

Os resultados que serão expostos foram concluídos através dos dados retirados das pesquisas feitas na. A seguir, na tabela 1, apresentam-se os dados relacionados a matéria-

prima, os quais foram utilizados para elaboração do custo do produto.

<b>MATÉRIA-PRIMA</b>				
<b>VIOLA PENNY (MINI AMOR PERFEITO) C/ 15</b>				
<b>MATÉRIA-PRIMA</b>	<b>CUSTO UNIT.</b>	<b>QUANT.</b>	<b>UNID.</b>	<b>TOTAL</b>
Bandeja 15 células baixa	R\$ 0,96	1	UN	R\$ 0,96
Substrato Agrinobre p/ flores	R\$ 15,60	0,05	UN	R\$ 0,78
Plug mini amor perfeito	R\$ 0,17	15	UN	R\$ 2,55
Etiqueta Bopp	R\$ 8,90	0,0016	UN	R\$ 0,01
<b>TOTAL DOS CUSTOS POR PRODUTO FINAL:</b>				<b>R\$ 4,30</b>

Tabela 1 – Matéria-prima da flor Viola Penny

Fonte: Autores da pesquisa, 2020

A partir dos dados da tabela, constata-se que a matéria-prima para o processo de desenvolvimento da flor Viola Penny constitui elementos simples, bem como bandejas plásticas descartáveis formadas por 15 células, substratos que tem o objetivo de repassar à planta os nutrientes vitais por tempo necessário até a chegada ao consumidor final, os plugs da flor Viola Penny (que são pequenas mudas da flor em substratos) e etiquetas que possuem a função de melhorar a identificação do produto dentro do ambiente em que se mantém.

Ainda, na tabela 1 verifica-se o valor de cada item para a execução da produção, no qual totalizam o valor de R\$ 4,30. Através do custo por produto é possível realizar uma análise sobre o valor da venda a fim de localizar o lucro, o qual é disposto na tabela 2, a seguir.

<b>Valor de Venda</b>		<b>R\$ 12,00</b>
<b>(-) Custos Diretos</b>		<b>-R\$ 4,86</b>
Matéria-Prima	R\$ 4,30	
Mão de Obra		
Adubação	R\$ 0,56	
Depreciação		
<b>(-) Custos Indiretos</b>		<b>-R\$ 0,24</b>
Energia Elétrica		
Frete	R\$ 0,24	
<b>(-) Despesas</b>		<b>-R\$ 1,11</b>
Impostos		
PIS	R\$ 0,20	
COFINS	R\$ 0,91	
<b>= SUB TOTAL</b>		<b>R\$ 5,79</b>
<b>LUCRO</b>		<b>5,79 = 48,25% da venda</b>

Tabela 2 – Lucro da venda

Fonte: Autores da pesquisa, 2020

Conforme descrito na tabela anterior o valor final da bandeja para venda, em algumas tabelas de preço, corresponde a R\$ 12,00, no qual aplicando os custos diretos e indiretos, impostos e depreciações temos o lucro de R\$ 5,79 em um percentual de 48,25% da venda. O valor varia de acordo com a localidade do cliente, quanto mais distante, mais custo de transporte a empresa tem, fazendo assim o valor aumentar, cerca de 17% do valor anterior.

Depois de identificados todos os valores citados anteriormente, o próximo passo seguido foi o planejamento orçamentário. Neste artigo, tal plano levou como base a produção de 300 bandejas de Viola Penny por semana, cerca de 4.500 mudas da flor. Na tabela 3, pode-se observar a disposição de custos e lucros que resultarão de tal produção, antes e depois da venda, acrescido do lucro provável obtido. Levando em consideração uma média estimada de venda para cada região, já que a flor é um produto ofertado apenas em uma determinada época do ano (inverno) e as inconsistências mercadológicas do momento previsto.

<b>PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO PARA 300 UNIDADES/SEMANA DE VIOLA PENNY</b>	
Unidades Produzidas	300
Lucro Bruto Estimado	R\$ 4.280,00
<b>RECEITA BRUTA</b>	
160 Unidades Para RS	R\$ 1.920,00
70 Unidades Para MS	R\$ 1.400,00
40 Unidades Para SC	R\$ 480,00
30 Unidades Para PR	R\$ 480,00
<b>TOTAL Receitas</b>	<b>R\$ 4.280,00</b>
<b>DESCONTOS DIRETOS</b>	
Matéria-prima	R\$ 1.290,00
Mão de Obra	R\$ 168,00
Adubação	
Depreciação	
<b>TOTAL Descontos Diretos</b>	<b>R\$ 1.458,00</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>R\$ 2.822,00</b>
<b>OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	
Frete	R\$ 72,00
Energia Elétrica	
<b>TOTAL Outros Custos e Desp. Op.</b>	<b>R\$ 72,00</b>
<b>SALDO = Receita Líquida (-) Custos e Despesas</b>	<b>R\$ 2.750,00</b>
<b>IMPOSTOS</b>	
PIS	R\$ 70,62
COFINS	R\$ 325,28
ICMS	R\$ 162,40
CSLL	R\$ 247,50
IRPJ	R\$ 412,50
<b>TOTAL Impostos</b>	<b>R\$ 1.218,30</b>

<b>RESULTADO FINAL</b>	<b>R\$</b>	<b>1.531,70</b>
<b>% Lucro</b>		<b>35%</b>

Tabela 3 – Planejamento Orçamentário

Fonte: Autores da pesquisa, 2020

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente artigo, que possuía como objetivo geral a elaboração de um plano orçamentário da muda da flor Viola Penny de um viveiro de mudas situado no município de Estação/RS, pode-se observar após a análise dos dados fornecidos que o item escolhido apresenta um índice considerável de lucratividade, sendo esse de quase 50%, resultado que foi encontrado reduzindo do preço da venda do produto os custos e despesas.

Analisando o plano orçamentário arquitetado neste artigo e com base nas informações cedidas pelos gestores da empresa, na venda do item Viola Penny, os maiores custos ainda compreendem o imposto ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e a contribuição do INSS patronal, referente à asseguaração da seguridade social.

Um ponto observado dentre as informações reveladas pela empresa nas reuniões com os responsáveis deste artigo, é que no momento da compra de sua matéria-prima a empresa, além de prezar muito pela qualidade dos produtos que serão utilizadas, negocia com fornecedores que lhes apresentam os preços mais vantajosos, desta forma o produto final vendido é comercializado com um dos melhores preços de mercados regionais, auxiliando assim os consumidores e não afetando a lucratividade da organização.

Por fim, pode-se constatar que o objetivo principal, inicialmente citado, foi alcançado, já que o plano orçamentário gerado neste artigo, condiz com a realidade da empresa, além de esclarecer aos autores a finalidade do mesmo.

## REFERÊNCIAS

ÁVILA, Rafael. **Margem de Contribuição: o que é e como calcular**. Disponível em: <https://blog.luz.vc/o-que-e/como-calcular-a-margem-de-contribuicao-em-3-minutos/#2>. Acesso em 06 de março de 2020.

BRASIL, BLB. **Contabilidade tributária: entenda mais sobre o assunto**. Disponível em: <https://www.blbbrasil.com.br/blog/contabilidade-tributaria-2/>. Acesso em 19 de março de 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Diário Oficial da União**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em 06 de março de 2020.

BULGARELLI, Waldirio. **Tratado de Direito empresarial**, 2. Ed., São Paulo, Atlas, 1995.

CHING, Hong Yuh. **Contabilidade Gerencial: Novas práticas contábeis para a gestão de negócios**. 1ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial: direito de empresa / Fábio Ulhoa Coelho**. – 20. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2008.

CONTABILIDADE, Portal de. **Contabilidade Tributária – O que é?** Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/contabilidadetributaria.htm>>. Acesso em 06 de março de 2020.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial: Teoria e Prática**. 3.Ed. São Paulo: Atlas S.A., 2007.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso Básico de Contabilidade de Custos**. 3ª ed. São Paulo: AtlasS. A., 2004.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios da Administração Financeira**. São Paulo: Habra, 1997.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira e Orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial**. 9ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira e Orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial**. 10ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LEONE, George Sebastião Guerra. **Custos: Planejamento, Implementação e Controle**. 3ª ed. São Paulo: Atlas S. A., 2000.

LUZ, Érico Eleutério da. **Contabilidade Tributária**. 2 Ed. Intersaberes, 2014.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 1ª ed. São Paulo: Atlas S. A.,1990.

MARTINS, Fran.**Curso de Direito Comercial**, 18ª ed., Rio de Janeiro, 2008.

MAXIMIANO, A. C. A. **Fundamentos de Administração: manual compacto para as disciplinas TGA e introdução à administração**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NEGRÃO, Ricardo. **Evolução Histórica do Direito Comercial Teoria Geral da Empresa Direito Societário**. 6 ° Ed. Editora Saraiva, 2008.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial: Um enfoque em sistema de informação contábil**. 5.Ed. São Paulo: Atlas S.A., 2007.

SILVA, R. S. D'A. R. da. **Introdução ao direito constitucional tributário**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

VIEIRA, Angela. **Plano de ensino e apostila temática**. 2018. 13. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdades IDAAM, Manaus, 2018.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de Caixa**. 7ª Ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998.

# CAPÍTULO 26

## AGENDAS PESSOAIS ENQUANTO EGODOCUMENTO: A REFLEXÃO ÍNTIMANO ACERVO DA DR<sup>a</sup>. GILBERTA BENSABATH

*Data de aceite: 01/06/2021*

*Data de submissão: 21/03/2021*

### **Augusto César Luiz Britto**

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM  
Santa Maria – Rio Grande do Sul  
<http://lattes.cnpq.br/1262731715864131>

### **Ana Paula Silva de Souza**

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM  
Santa Maria – Rio Grande do Sul  
<http://lattes.cnpq.br/2474026209144289>

### **Analaura Corradi**

Universidade da Amazônia – UNAMA  
Belém - Pará  
<http://lattes.cnpq.br/1114323930575998>

**RESUMO:** Um Arquivo Pessoal consiste num conjunto de documentos oriundos da seleção que seu titular realizou no decorrer de sua vida. Nesse sentido, é correto afirmar que um arquivo pessoal contém, por detrás de seus conteúdos, uma intencionalidade de discurso com fins de representação da imagem de seu titular, ou seja, há uma “escrita de si” mediante suas memórias pessoais. Os egodocumentos, enquanto documentos que demonstram os vislumbres reflexivos de seu autor se caracterizam como de importância fundamental para a compreensão da personalidade do titular de arquivo. Diante desse contexto, esse projeto de pesquisa objetivou analisar as agendas da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath contidas em seu arquivo pessoal na perspectiva da teoria dos egodocumentos. Empregou-

se a análise de conteúdo como metodologia para demonstrar a reflexividade dos textos presentes em suas agendas. Apresentou-se também a relação desses egodocumentos com o contexto social em que esses estão inseridos. Os resultados desta pesquisa visam contribuir com o aprofundamento da teoria arquivística ao relacionar com o tema egodocumentos que oriunda da historiografia holandesa e pouco explorada na arquivologia.

**PALAVRAS - CHAVE:** Agenda; Egodocumento; Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath; Arquivo pessoal;

### **PERSONAL SCHEDULES AS EGODOCUMENTS: THE INTIMATE REFLECTION IN PERSONAL ARCHIVE'S DR<sup>a</sup> GILBERTA BENSABATH**

**ABSTRACT:** A Personal Archive consists of a set of documents originating from the selection that its holder made throughout his life. In this sense, it is correct to affirm that a personal archive contains, behind its contents, an intentional discourse with the purpose of representing the image of its owner, that is, there is a “writing of oneself” through his personal memories. The egodocuments, as documents that demonstrate the reflective glimpses of their author are characterized as of fundamental importance for the understanding of the personality of the holder of the archive. In this context, this research project aimed to analyze Dr<sup>a</sup>'s agendas. Gilberta Bensabath contained in his personal archive in the perspective of the theory of egodocuments. Content analysis was used as a methodology to demonstrate the reflexivity of the texts present in their agendas. The relation of these egodocuments with the social context in

which they are inserted was also presented. The results of this research aim to contribute to the deepening of archival theory by relating it to the theme of documents that derive from Dutch historiography and little explored in archival science.

**KEYWORDS:** Schedule; Egdokument; Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath; Personal archive.

## 1 | INTRODUÇÃO

Tendo como arcabouço teórico a compreensão sobre os egodocumentos, esse projeto de pesquisa (Registro GEAIC CESH: 052003), teve como intuito analisar as informações contidas nas agendas da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath, tanto sobre a sua reflexibilidade (personalidade) quanto ao contexto social nas quais as mesmas se inserem.

Natural de Cruzeiro do Sul, estado do Acre, de origem judia, a Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath nasceu em 30 de julho de 1924. Ela se formou em medicina em 1949 pela Universidade Federal do Pará - UFPA e, já em janeiro de 1950, partiu para São Paulo para fazer o curso de Saúde Pública, indicada pelo professor de parasitologia da Faculdade de Medicina do Pará, Orlando Costa, para a qualificação pelo Serviço Especial de Saúde Pública - SESP.

Em 1951, em seu retorno, ela foi para o município de Alenquer - PA, de onde saiu três anos depois deixando os índices de mortalidade infantil equivalentes aos dos Estados Unidos e o plano para implantar o sistema de água encanada. Só saiu da cidade, devido à morte de seu pai, indo morar com a mãe em Igarapé-Açu, no nordeste paraense, por ser menos distante de Belém - PA. Atuou por cinco anos na prevenção de doenças e orientação da população carente. Encanta-se com as vacinas, nas aulas do professor Nelson Moraes e retorna a Belém decidida a atuar nesse segmento e comunica à direção da Secretaria Especial de Saúde Pública - SESP que se dedicaria à pesquisa.

Em 1960, ela ingressa no Instituto Evandro Chagas - IEC, no Belém Vyrus Laboratory, unidade criada para estudar as doenças escondidas nas florestas em vírus piores do que a da temida febre amarela.

Após quinze anos de trabalhos no Instituto, foi nomeada diretora e exerceu o cargo entre 1975 e 1979. Sempre priorizou a pesquisa de campo. Foi assim que se lançou à área da construção da rodovia Transamazônica e às localidades próximas ao rio Purus, onde trabalhou de 1977 a 1994.

Em 1994, Gilberta Bensabath se aposentou oficialmente, mas continuou desenvolvendo estudos na área de Hepatologia Viral, inclusive vacinação, e Epidemiologia. Por toda a sua trajetória e inestimável contribuição à saúde pública na Amazônia, a Universidade do Estado do Pará - UEPA conferiu à Gilberta Bensabath o título de Doutora *Honoris Causa* no ano de 2013.

O arquivo pessoal da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath foi doado ao Instituto Evandro Chagas no ano de 2014 concomitantemente com o recolhimento do acervo institucional que estava custodiado na Sala de direção da Seção de Epidemiologia. O volume do acervo

é de seis metros lineares de documentos textuais e dois metros lineares de documentos imagéticos. Nele constam os documentos característicos (tradicionais) de egodocumentos como as agendas que são o objeto desse estudo (no total de quarenta e seis unidades correspondentes ao período de 1980 até o ano de 2012). Outros egodocumentos presentes no acervo são: anotações sobre as atividades desempenhadas e o cotidiano do Instituto Evandro Chagas, cartas a parentes e amigos e anotações escolares. Constam também alguns documentos de origem administrativa, mas contendo traços da individualidade da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath e que por isso podem ser considerados como egodocumentos.

O seu acervo recebeu tratamento arquivístico adequado durante o período de 2016 a 2019. Após a transferência, ele foi arranjado, ordenado, notificado, descrito conforme a Norma Brasileira de Descrição – NOBRADE, digitalizado, inseridos metadados, e migrado para o Sistema Memory. Excetuando alguns documentos que contêm informações de cunho pessoal de terceiros, de pacientes e/ou de direitos autorais, todos estão disponíveis para consulta e *download* no referido Sistema.

A pesquisa utilizou como metodologia a análise de conteúdo para estudar as quarenta e seis agendas da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath relacionando-as com a teoria dos egodocumentos. Dessa maneira, além de contribuir com o avanço da literatura arquivística, a pesquisa buscou evidenciar a Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath enquanto agente social que tanto contribuiu com a ciência da saúde na Amazônia.

## **2 | AS REFLEXIVIDADES PRESENTES NAS AGENDAS DA DR<sup>a</sup> GILBERTA BENSABATH**

Os egodocumentos, de acordo com Aníbal (2011), se caracterizam pela presença da personalidade do autor no texto mediante a explanação de seus sentimentos, o que resulta numa escrita retrospectiva e reflexiva. Para evidenciar as agendas da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath como egodocumentos foram elencadas as reflexividades mediante a análise de conteúdo, obtendo-se um total de quatrocentos e oitenta e quatro manifestações distribuídas conforme a tabela 1:

<b>Reflexividades</b>	<b>Frequência</b>
<b>Profissional</b>	<b>154</b>
<b>Reflexão Pessoal</b>	<b>77</b>
<b>Amigável</b>	<b>50</b>
<b>Saúde</b>	<b>42</b>
<b>Organizada</b>	<b>39</b>
<b>Estudiosa</b>	<b>33</b>
<b>Religiosa</b>	<b>24</b>
<b>Bon Vivant</b>	<b>23</b>
<b>Econômica</b>	<b>12</b>
<b>Saudosa</b>	<b>10</b>
<b>Cidadã</b>	<b>8</b>
<b>Aborrecida</b>	<b>4</b>
<b>Incomodada</b>	<b>4</b>
<b>Reconhecida</b>	<b>3</b>
<b>Feliz</b>	<b>1</b>

Tabela 01 – Reflexividades presentes nas agendas da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath

Fonte: pesquisa de Britto; Silva; Corradi (2020)

O caráter profissional predominou as reflexividades da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath totalizando trinta e um por cento das manifestações, subdivididas conforme a tabela 2:

<b>Reflexividade Profissional</b>	<b>Frequência</b>
<b>Reflexão Profissional (Geral)</b>	<b>76</b>
<b>Gestora</b>	<b>52</b>
<b>Pesquisadora</b>	<b>22</b>
<b>Avaliadora de Trabalhos Acadêmicos</b>	<b>4</b>

Tabela 02 – Subdivisão das reflexividades profissionais presentes nas agendas da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath

Fonte: pesquisa de Britto; Silva; Corradi (2020)

Quanto à forma e a quantidade de escrita reflexiva pode-se dividir em três períodos como marcos de introspecção da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath:

- 1º marco (1980-1989): textos curtos em caráter de notas para lembrar as atividades a ser realizadas ou que já foram executadas. Reflexões curtas e predominando o perfil profissional da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath.
- 2º marco (1990-2002): registros pormenorizados de quase a totalidade das atividades que deverão ser realizadas ou que já foram executadas. As reflexões de todos os âmbitos de sua vida se tornam mais densas.

- 3º marco (2003-2012): os registros das atividades que deverão ser realizadas ou que foram já executadas são acompanhados por análise pessoal. Percebe-se a necessidade de se deixar a sua marca no mundo, como aborda Mckemish (2013), ao relatar os motivos que leva alguém a acumular documentos pessoais. Conflitos existenciais se tornam mais constantes neste período.

As reflexividades que atestam o perfil de estudiosa da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath aparecem em todas as épocas abrangidas pelas agendas; seus estudos não se limitavam a sua área de atuação, pois foram registradas aulas de idioma, informática e conteúdos da área da saúde não ligados diretamente a sua especialidade.

O caráter religioso da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath se manifesta em todas as épocas estudadas quando relatado sobre as suas idas a missas nos fim de semanas ou nas reflexões pessoais onde ela cita ou pede ajuda a Deus.

As relações interpessoais são limitadas ao universo do IEC e de poucas amigas externas. As atividades de lazer, classificadas como *Bon Vivant* durante a catalogação, aconteciam com as mesmas pessoas e não eram práticas diversificadas.

As agendas da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath não são documentos oficiais mesmo possuindo informações de sua atuação profissional. Apesar de não serem documentos oficiais, os registros possuem a “hibridação dentro de um contínuo” como definido por Mostacero (2006), ou seja, a existência de informações institucionais misturadas com elementos pessoais. Os espaços domésticos que costumam caracterizar os egodocumentos não representam o contexto de produção pessoal da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath, devido ao tempo dedicado quase que integralmente para trabalhar, o que influenciou a utilização de suas agendas nas dependências do IEC.

A imagem de si produzida no texto de suas agendas está em sintonia com aquilo que ela apresentava em seu cotidiano. Baggerman (2002) lembra que a imagem de quem escreve textos autobiográficos geralmente é mais importante do que a realidade em si. O descompasso entre a imagem pública e a imagem construída em seus textos começa apenas nos anos 2000 e, conforme o passar do tempo, eles ficam mais intensos e é neste contexto que reflexividades de aborrecimento e incômodo se proliferam. A imagem pública da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath é de uma pesquisadora reconhecida, respeitada, firme e coerente com suas ações, porém o que nos é apresentado em seu íntimo, neste período, é o sentimento de desvalorização, sensação de não ter mais rumo em sua vida e da falta de voz perante a comunidade científica do IEC.

Conforme os sentimentos negativos acima descritos foram aflorando em seu íntimo, mais ela sentia a necessidade de deixar o seu rastro, como nos dizeres de Mckemish (2013), ou seja, comprovar as suas ações e os resultados decorrentes.

Diferentemente do que Bosi (2004) argumenta sobre a função dos “velhos” para a sociedade atual no qual estes atuam e para rememorar os feitos já realizados, a Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath anseia em registrar os feitos atuais para no futuro serem lembrados.

A intenção biográfica, preconizada por Grofße (2015) como a causa da imagem apresentada pelos autores de egodocumentos mediante registro de sua ego-percepção, no contexto das agendas da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath, pode ser resumido como a de uma pessoa intelectual e que atuou constantemente pela evolução do IEC como instituição de renome internacional.

Ao se tratar de uma intencionalidade para forjar uma imagem, condizente ou não com a percepção pública, pode-se perguntar se é possível atingir a totalidade do ego da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath nestas escritas como nos alerta Greyerz (2010). O discurso apresentado em suas agendas é bastante coeso com a personalidade que ela aparentava aos seus pares até o ano 1999, o que leva a acreditar estarmos próximo da real individualidade dela. Porém, ao analisar as agendas a partir de 2000, onde a imagem pública diverge da íntima apresentada, percebe-se a influência de sua narrativa na escolha de quais itens do ego são autorizados a se manifestar.

Apesar de a reflexividade de caráter profissional, em detrimento de elementos de outros âmbitos individuais, percebem-se as particularidades típicas de um diário relacionadas por Joviano (2011) projetadas pela Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath em suas agendas: individualização do texto, afirmação de sua identidade e autoexame. Desta maneira, as agendas eram utilizadas também como diários ao conter análise de sua atuação com perguntas de como ela deveria agir.

O “eu” flexível presente na personalidade no decorrer do tempo, defendido por Dekker (2002), é perceptível gradualmente nas reflexividades da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath. Os sentimentos de angústias e de não confiança vão surgindo em seus registros após a sua aposentadoria e vão aumentando no decorrer dos anos quando percebe que, como idosa, não é mais valorizada. Porém, o conjunto de valores nos quais acredita e a identidade dela como alguém que gosta de trabalhar constantemente possuindo uma firmeza nas inter-relações pessoais não mudaram de forma significativa.

Os três marcos de introspecção da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath são relacionados diretamente a forma e a quantidade de conteúdo reflexivo presente em suas agendas e não em relação a bifurcações conceituadas por Aníbal (2011), o que é atestado pela falta de mudanças drásticas do tipo de conteúdo apresentado por ela. Nem a aposentadoria da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath, como caráter súbito, foi capaz de reconfigurar o espaço das possibilidades o que oportunizaria a distinção nítida entre um “antes” e um “depois”.

Destaca-se a não existência de revisões textuais pela Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath, já que a mesma realizava suas análises pessoais sempre direcionadas para o futuro. As mudanças ocorridas na individualidade de quem escreve podem gerar revisões que alteram as reflexividades registradas no passado, como explicado por Dekker (2002), para poder enquadrar-se ao novo presente.

### 31 CONCLUSÃO

As quarenta e seis agendas pessoais da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath presentes em seu acervo evidenciam vários elementos de sua vida íntima e da sociedade em que ela se inseria. Estes egodocumentos resultam da escrita voluntária da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath nos quais, além de anotações diárias dos seus afazeres cotidianos, são apresentadas reflexões pessoais sobre seus momentos passados e presentes, atribuições de sentido para a sua vida e prospecção de ações futuras.

É nítido que o lado profissional que predominou em seus registros condiz com sua personalidade. Ela sonhava em tornar o IEC numa instituição de referência internacional na área da pesquisa em saúde tropical e para isso ela dedicava quase à integridade do seu tempo

As agendas são produtos do seu tempo, logo as evidências escolhidas pela Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath para serem registradas para a posterioridade apresentam o contexto em que ela se inseria. É perceptível ver como era a comunidade científica da área da saúde na Amazônia nos anos 1980 e seu desenvolvimento até os anos 2010.

Com os resultados da pesquisa, a equipe envolvida sentiu a necessidade da prorrogação por mais um ano do mesmo para fins de análise do restante do acervo.

Desta maneira, será possível destacar novos elementos relacionados às introspecções registradas pela Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath que complementam os dados já levantados pela análise das suas agendas e, principalmente, elencar elementos que contrastam a sua imagem pública com a sua intimidade, além de contribuir com o aprofundamento da teoria arquivística. Atualmente, o projeto encontra-se pausado devido à pandemia, porém, planeja-se o retorno das atividades em breve.

### REFERÊNCIAS

ANÍBAL, Alexandra. Vidas escritas: para uma tipologia dos documentos pessoais como fontes de uma sociologia à escla individual – o caso dos portfólios reflexivos de aprendizagens. **CIES e-Working Papers**, n. 117, p. 1-35, 2011.

BAGGERMAN, Arianne. Autobiography and family memory in the nineteenth century. In: DEKKER, Rudolf. **Autobiographical writing in its social context since the middle ages**. Hilversum: Verloren, 2002. 161-173.

DEKKER, Rudolf. **Egodocuments and history: autobiographical writing in its social context since the Middle Ages**. Hilversum: Verloren, 2002.

GREYERZ, K. **Ego-documents: The last-word?** In: *German History*, 28 (3), 2010.

GROFBE, Sybille. **Cartas e correspondência ordinária como ego-documentos na análise linguística**. Revista Linguística/Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume 11, número 2, dezembro de 2015.

JOVIANO, Lúcia. **Diário e escrita de si**: Minha vida de menina no contexto da discursividade Moderna /N: Simpósio Internacional Literatura, Crítica, Cultura V: Literatura e Política. 2011, Juíz de Fora-MG. Anais (on-line). Juíz de Fora: UFJF,2011. Artigo, p. 1-11. ISSN: 1983-8379.

MCKEMMISH, Sue. Provas de mim...Novas considerações. In: TRAVANCAS,Isabel; ROUCHOU, JoÉlle. Heymann, Luciana; **Arquivos pessoais**: reflexõesmultidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013. 284p.

MOSTACERO, Rudy. Persona y subjetividad em um ego-documento: El casoRoland Barthes. **Língua americana**. v. x, n. 19, p. 130-142, 2006.

SILVEIRA, João. Escritas de si e memória social: o Arquivo Pessoal de CoriolanoBenício. **Revista Ágora**. Florianópolis. V.23, n.47, p. 140-161, 2013.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE** - Possui graduação em serviço social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013) e Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2018). Atualmente é assistente social do Centro de Socioeducação de Ponta, professora colaboradora do curso de Serviço Social da UEPG e tutora da Especialização em Gestão Pública/RESTEC pela UEPG. Atua principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, assistência social, políticas públicas, cidadania e família.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adolescente 9, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 363  
Adriano Hypólito 188, 189, 190, 192, 193, 194  
Agenda 187, 206, 355  
Agricultura familiar 320, 330, 336, 337, 339, 341, 342  
Agronegócio 269, 270, 313  
Alfabetização Financeira 6, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 46  
Alimentação Saudável 107  
Amputação 228, 229, 233, 234, 235, 236  
Arquivo Pessoal 355, 356, 362  
Arte Sacra 212, 225  
Ato Infracional 181, 182, 184, 186

### B

Bibliotecas Universitárias 6, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 76, 77, 78, 79

### C

Café 9, 112, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 277, 283, 284, 285, 286, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 323, 324, 327, 328, 329  
Catolicismo 188, 191  
Certificações 313, 315, 316  
Cobertura Vegetal 5, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 302, 303  
Comércio Justo 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 324, 325, 326, 327, 328  
Complexidade 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 59, 61, 62, 63, 69, 129, 177, 252, 330  
Comunicação 27, 70, 170, 171, 173, 177, 180, 187, 238, 253  
Conflitos de gerações 330  
Consumidores 81, 82, 83, 84, 88, 89, 90, 91, 93, 98, 107, 110, 111, 113, 197, 200, 238, 239, 241, 244, 257, 258, 267, 268, 353  
Contexto Rural 330, 332  
Controle social 1, 2, 71  
Cultura Política 8, 2, 5, 196, 197, 198, 199, 204, 205, 206, 207, 208  
Custos 78, 100, 116, 118, 121, 124, 125, 126, 134, 273, 284, 286, 311, 343, 344, 345, 347, 352, 353, 354  
Custos de transação 100, 121, 124, 125, 126, 134

## **D**

Deficientes 228, 229, 231, 235, 236

Degradação Ambiental 287, 290

## **E**

Egodocumento 10, 355

Ensino em contabilidade 6, 12, 15, 26

Ensino Médio 6, 20, 21, 28, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 42, 43, 45, 46

Estado 7, 2, 11, 15, 27, 37, 40, 84, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 114, 121, 122, 123, 124, 127, 128, 134, 136, 137, 139, 143, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 168, 169, 172, 181, 182, 186, 191, 193, 194, 198, 200, 208, 230, 233, 270, 271, 272, 279, 280, 285, 291, 293, 298, 300, 324, 348, 356

## **F**

Fluência 48, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 59, 60, 63

Fragilidade Física Ambiental 299, 301

Fronteira 7, 94, 95, 96, 97, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 151, 197, 210

## **G**

Gases Efeito Estufa 8, 269, 270

Geoprocessamento 294, 299

Gestão da conservação 287, 289, 296

Gestão Estratégica 6, 66, 67, 68, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79

Governança Corporativa 5, 7, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 166, 167, 168, 169

## **I**

Iconografia Cristã 212

Ideologia 103, 138, 139, 140, 141, 146, 147, 153, 180, 191

Instituições 7, 3, 14, 15, 18, 20, 23, 50, 67, 69, 70, 73, 76, 77, 80, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 128, 131, 132, 133, 136, 143, 147, 158, 167, 174, 176, 184, 185, 192, 201, 205, 207, 231, 239, 243, 273, 315, 340

Interações 8, 141, 177, 183, 238, 239, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 339

Invisibilidade social 330

## **L**

Língua Portuguesa 14, 48, 49, 50, 54, 57, 59, 62, 63, 64

## **M**

Marketing 8, 46, 81, 83, 88, 107, 108, 110, 113, 118, 119, 120, 202, 240, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 267, 268, 314, 328

Marketing Digital 8, 255, 256, 257, 258, 267, 268

Marxismo 138, 154, 188, 194

Mercado 5, 7, 12, 21, 25, 28, 30, 31, 37, 73, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 89, 90, 94, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 116, 118, 119, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 142, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 167, 168, 169, 183, 186, 202, 210, 228, 229, 231, 239, 254, 257, 258, 268, 278, 313, 314, 315, 316, 323, 324, 325, 326, 329, 344, 347

Mercado de capitais 156, 158, 159, 168

Metodologia Qualitativa 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6

Metodologia Quantitativa 1, 3, 4, 5, 6, 7

Metodologias de ensino 6, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 22, 24, 25, 26

Mídia 5, 70, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 203, 212, 239, 241, 243, 251, 253

Mídias Digitais 180, 238, 243, 255, 259

## **P**

Paisagem Patrimonial 287, 290

Parque Nacional 9, 299, 300, 301, 304, 307, 311

Patrimônio Cultural 5, 287, 288, 291, 293, 296, 297, 298, 337, 338

Pensamento Secular 196, 210

Percepção discente 12, 13, 14, 17, 19, 22, 25

Planejamento 9, 6, 32, 33, 36, 46, 49, 50, 52, 66, 73, 74, 75, 79, 83, 92, 114, 117, 119, 123, 129, 255, 257, 267, 291, 296, 299, 301, 311, 312, 317, 341, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 352, 353, 354

Planejamento Estratégico 66, 74, 75, 79, 255, 257, 267

Plano de negócios 109, 114, 117, 118

Plano Orçamentário 343, 344, 349, 353

poder 2, 4, 6, 35, 49, 71, 80, 94, 101, 142, 151, 152, 171, 174, 183, 189, 190, 194, 201, 202, 206, 210, 222, 225, 255, 256, 289, 325, 330, 331, 333, 334, 337, 340, 345, 346, 360

Poder 5, 136, 330

Produção de coffea canephora 8, 269

Produtos de giro rápido 6, 81, 82, 83, 89, 91

## Q

Quentinhas Saudáveis 107, 108, 109

## R

Redes Sociais 8, 82, 101, 238, 239, 240, 244, 250, 252, 254, 255, 256, 260, 261, 262, 263, 266, 267

Relação Econômica 7, 138, 142, 144, 148

Relação Jurídica 7, 138, 142, 144, 147, 148, 152

Religiões Populares 8, 196, 197, 208, 209

Rentabilidade 7, 116, 155, 156, 157, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 314, 326, 339

Repetição de tarefas 52, 63

Responsabilidade Social 66, 72, 78, 79, 287, 293, 297

## S

Santíssima Trindade 8, 212, 215, 216, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226

Sistemas de crença 196, 197, 198, 205, 206, 209

Sociedade pós-industrial 121, 128, 130, 133, 135, 136

## T

TáxiGov 7, 121, 134, 137

Técnicas de pesquisa 1, 3, 4

Touch 228, 229, 230, 234, 235, 236

## V

Variáveis de controle 28, 38, 39, 40, 41, 42, 43

Vendas 6, 81, 82, 83, 84, 89, 92, 93, 117, 159, 161, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 267, 268, 344, 345

# CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

**Desafios metodológicos e resultados empíricos**



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

**Ano 2021**

# CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

**Desafios metodológicos e resultados empíricos**



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

Atena  
Editora

Ano 2021